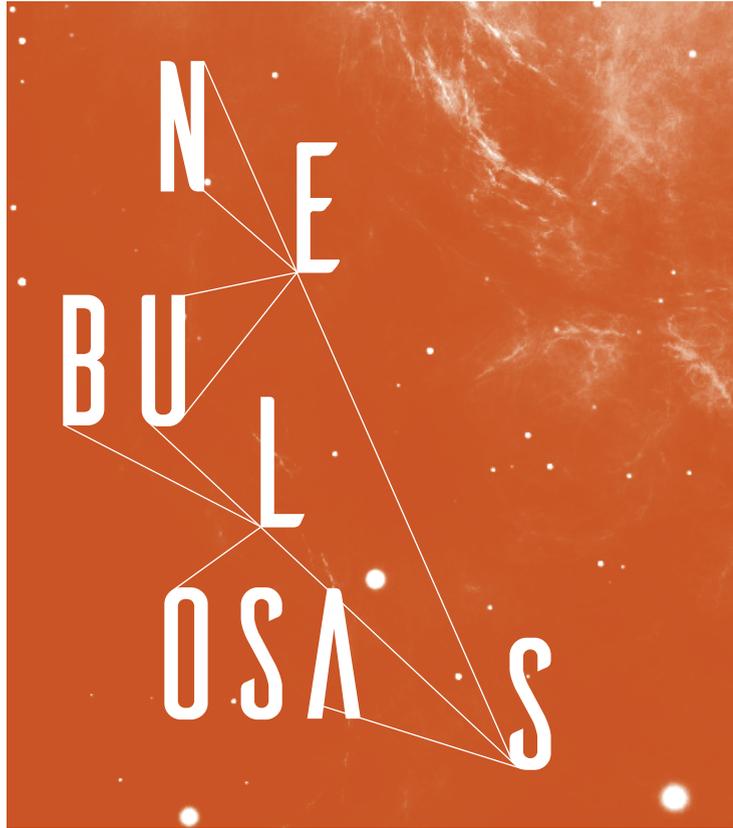


PAOLA BERENSTEIN JACQUES
MARGARETH DA SILVA PEREIRA
[ORGANIZADORAS]



DO PENSAMENTO
URBANÍSTICO



MODOS
DE FAZER

NE
BU
L
OSA S

DO PENSAMENTO
URBANÍSTICO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITOR *João Carlos Salles Pires da Silva*

VICE-REITOR *Paulo Cesar Miguez de Oliveira*

ASSESSOR DO REITOR *Paulo Costa Lima*



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

DIRETORA *Flávia Goulart Mota Garcia Rosa*

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Niño El Hani

Cleise Furtado Mendes

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria do Carmo Soares de Freitas

Maria Vidal de Negreiros Camargo



FACULDADE DE ARQUITETURA

DIRETORA *Naia Alban Suarez*

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

COORDENADOR *Rodrigo Espinha Baeta*

GRUPO DE PESQUISA LABORATÓRIO URBANO

COORDENADORA *Paola Berenstein Jacques*



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

NEBULOSAS
DO PENSAMENTO
URBANÍSTICO

TOMO II
MODOS DE FAZER

PAOLA BERENSTEIN JACQUES
MARGARETH DA SILVA PEREIRA
[ORGANIZADORAS]

SALVADOR . EDUFBA
2019

2019, autores.

Direitos dessa edição cedidos à Edufba.

Feito o Depósito Legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

PROJETO GRÁFICO

Igor Queiroz

REVISÃO

Mariana Rios Amaral de Oliveira

NORMALIZAÇÃO

Sandra Batista

SISTEMA DE BIBLIOTECAS - UFBA

Nebulosas do pensamento urbanístico : tomo II – modos de fazer / Paola Berenstein Jacques, Margareth da Silva Pereira (organizadoras). – Salvador : EDUFBA, 2019. 465 p.

ISBN: 978-85-232-1834-8

1. Urbanismo. 2. Arquitetura. 3. Planejamento urbano. I. Título. II. Jacques, Paola Berenstein. III. Pereira, Margareth da Silva.

CDD - 711

EDITORA FILIADA À:



EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo s/n

Campus de Ondina

40.170-115 - Salvador - Bahia

Tel.: +55 71 3283-6164

www.edufba.ufba.br

edufba@ufba.br



SUMÁRIO

Paola Berenstein Jacques
Margareth da Silva Pereira

MODOS DE FAZER

9

FAZER POR
DESVIOS

Laboratório Urbano
UFBA

20

152

FAZER POR
ATLAS

Laboratório de Estudos da Urbe
UnB

224

FAZER POR
CONSTELAÇÕES

Cosmópolis
UFMG

330

FAZER POR

ENLACES

*Centro Interdisciplinar
de Estudos sobre a Cidade*
UNICAMP

412

FAZER POR

CRONOLOGIAS

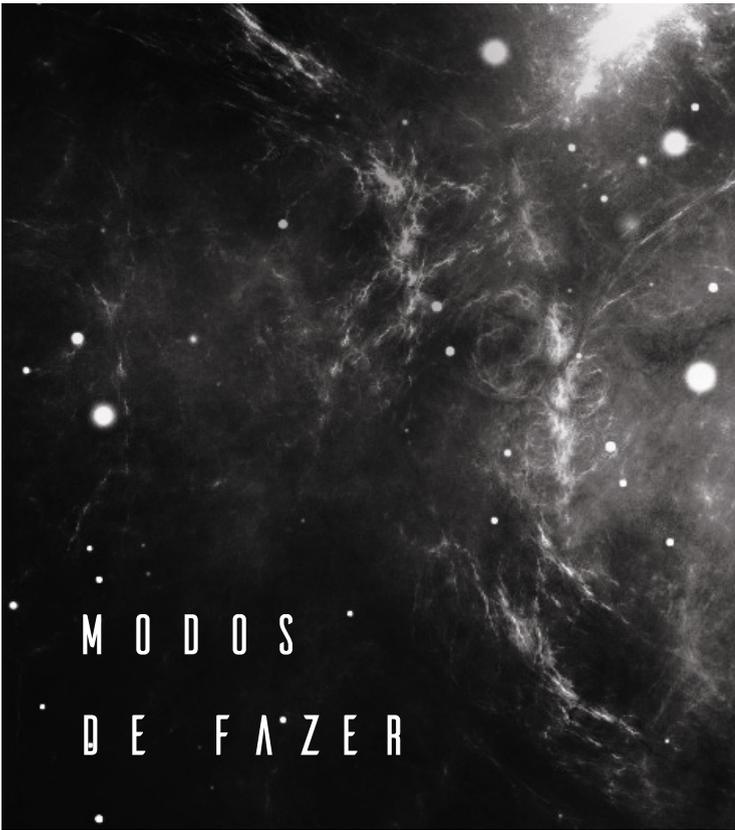
Laboratório de Estudos Urbanos
UFRJ

462

SOBRE OS

GRUPOS DE PESQUISA





M O D O S

D E F A Z E R

M O D O S
D E
F A Z E R

P A O L A
B E R E N S T E I N
J A C Q U E S

M A R G A R E T H
D A S I L V A
P E R E I R A

A expressão “modos de fazer”, que dá título a este segundo tomo, significa “modos de agir” e pressupõe um pensar em ato. Após o *Tomo 1: modos de pensar*, da coleção das *Nebulosas do pensamento urbanístico*, reunimos agora modos de agir. Isto é, um pensar que é ação em suas condições efetivas de ser. Dito de outro modo, uma ação que se sabe um pensamento em toda sua potência crítica e, assim, em sua porosidade e capacidade de transmutação, à medida que experimenta métodos e se experimenta social e culturalmente.

Modos de fazer que se aproximam do que Michel de Certeau chamou de “maneiras de fazer”, ou “artes de fazer”, no livro *A invenção do cotidiano*, relacionando-as às práticas, mas também aos modos de narrar e de caminhar, em particular, o narrar os espaços e o caminhar pelas cidades. Assim, distanciando-se nesse ponto – inclusive de alguns de seus contemporâneos com os quais compartilha, entretanto, outras lutas epistemológicas, como Foucault, Bourdieu e Deleuze –, Michel de Certeau trouxe para o primeiro plano as práticas sociais cotidianas em sua diversidade e seus escapes da disciplinarização. Não só o título deste tomo herda desses esforços de Certeau e de sua atenção para as culturas e, evidentemente, para os atores, suas ações e interações, como para uma compreensão da arquitetura e do urbanismo como práticas, que pressupõem culturas, modos de agir e de pensar.

Michel de Certeau buscava entender a lógica dessas práticas ordinárias, dessas artes ou modos de fazer, a partir de uma longa tradição. Em *A escrita da história*, as práticas históricas são investigadas de forma detalhada, buscando compreender a história como uma operação complexa e, em particular, como uma operação historiográfica. “Fazer história’ é uma prática”,¹ insistia ele. Trata-se, portanto, aqui, de compreender também a história como prática, como ação, como uma “arte de fazer”.

Como se sabe, ele foi muito criticado e “censurado por relativizar a noção de verdade, por suspeitar da objetividade das instituições do saber, por sublinhar o peso das dependências e das convivências hierárquicas e, enfim, por colocar em dúvida modelos recebidos que fazem a fama da escola francesa de história”, como bem colocou sua discípula Luce Giard. Mas o que mais buscava, como base de sua reflexão, era uma epistemologia da história. Ainda citando Giard, Michel de Certeau era um “apaixonado pelos novos métodos, disposto a correr o seu risco e lúcido sobre suas determinações e seus limites”.² Nesta publicação, também nos dispomos a correr riscos ao serem explicitadas nossas práticas.

Nas páginas que se seguem, busca-se evidenciar modos de fazer, ou seja, práticas e métodos de ação, por vezes bastante distintos, de grupos de pesquisadores de cinco laboratórios de pesquisa brasileiros – Laboratório Urbano, da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Laboratório de Estudos Urbanos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Laboratório de Estudos da Urbe, da Universidade de Brasília (UnB); Cosmópolis, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – que, malgrado muitas vezes o seu isolamento em seu trabalho cotidiano e de formação de estudantes, parte de uma esfera pública que é tanto local quanto transnacional.

Certamente, o que globalmente nos reuniu foi, de início, um duplo recorte de campos disciplinares, os campos da história e do urbanismo e, sobretudo, sua interseção. Contudo, talvez, o que começou por aproximar-nos tenha sido o entendimento comum de que tanto a história quanto o urbanismo são culturas e práticas. Nesses termos,

são modos de agir que, ontem ou hoje, são também fazeres e saberes que se definem em consonância, tensão ou ruptura em um campo de experiências sociais acadêmicas, urbanísticas ou, simplesmente, urbanas.

Em seu conjunto, todos os laboratórios de pesquisa, em maior ou menor grau, se debruçam sobre as condições contemporâneas, gerais e específicas, das cidades e das formas de vida coletiva e diferenciadas que as designam. Voltam-se, assim, para o passado, em um anacronismo até certo ponto consciente, para questionar historicamente as visões ou teorias que contemplam a dimensão citadina e urbana, sobre seus fins e propósitos; sobre os discursos que as sustentam; sobre as camadas que se sedimentam, mas também sobre as suas fissuras.

Na busca de questionar o próprio presente e criar parâmetros para sua leitura, interrogam, portanto, as ações, os sistemas ideológicos e os corpos de saberes que buscam perpetuar, denunciar ou se mostrar atentos e críticos às próprias dinâmicas das cidades, às suas mutações sociais, culturais, materiais, tecnológicas ou, enfim, às suas assimetrias de diferentes gêneros e perfis.

Suas reflexões, começando pelos temas tratados e suas formas de abordagens, estão, assim, impregnadas dessa prática, do viver, no dia a dia, as cidades. Nesses termos, este é um livro de diferentes métodos no qual se os modos de subjetivação e a subjetividade são o ponto de partida, e não poderia ser de outro modo, o que importa é o apagamento de si no respeito às vozes dos atores vencidos historicamente, mas presentes nos objetos de estudo que são eleitos, nos *corpora* documentais dos quais cada qual se cerca, no esforço crítico de objetivação e, enfim, nas possibilidades de teorização.

São inúmeras, entretanto, as diferenças que marcam as práticas dos pesquisadores aqui reunidos, para além das próprias diferenças das cidades e contextos em que atuam: Salvador, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Campinas. Afinal, o que esses contextos têm em comum como condições de possibilidade em seu fazer? Singularizam-nos ainda diferenças de geração e de condições de trabalho científico em um país onde elas não são insignificantes e que acabam se imiscuindo em seus percursos.

De fato, suas atividades coletivas e colaborativas decorrem em laboratórios de pesquisa formados, às vezes, há décadas ou constituídos há poucos anos, com níveis variados de institucionalização e de articulação e interlocução com outros grupos intramuros universitários ou fora deles. Mas não só. Aham-se inseridas em programas de pós-graduação com formatos, linhas de pesquisa e culturas institucionais distintas. Enfim, as próprias pesquisas enfocam largos arcos temporais ou tempos curtos e recortam objetos e questões variadas que nem sempre favorecem comparações e cruzamentos, mas que propiciam, em contrapartida, constatar – o que talvez seja mais importante – certas regularidades.

Não se trata, portanto, de uma rede de pesquisadores propriamente dita e nem se apresenta um método único de fazer pesquisa, um único modo de fazer. Os grupos de pesquisa reunidos nesta publicação constituem, ao contrário, uma grande nebulosa de pesquisadores que tem as cidades e as visões sobre elas não apenas como objeto de estudo, mas como *locus* e propulsor de suas próprias práticas e que define, antes de tudo, uma atitude intelectual que qualifica o próprio fazer como uma arte que continuamente pergunta sobre si.

Com suas práticas historiográficas multiformes, esse grupamento, melhor que qualquer outro exemplo, ilustra a própria ideia de nebulosa. É assim que vimos chamando, metaforicamente, as conformações dos grupos intelectuais, profissionais ou institucionais reconhecíveis e observáveis em mais de dois séculos de constituição das cidades como objeto de olhar, de discursos e de intervenções pelos urbanistas e pelo urbanismo.

Pode-se dizer que, como se aprendia nos antigos livros de primeiras letras, uma nebulosa é um conjunto de nuvens, do mesmo modo que uma alcateia significa um conjunto de lobos ou uma colmeia é um conjunto de abelhas. Nesse sentido, uma nebulosa é o que se chama um substantivo coletivo. Isto é: é um substantivo, usado no singular, mas que designa um plural. Nebulosa é, assim, uma forma que se identifica como única, mas é um conjunto formado por múltiplas e diferentes formas de névoas, por diferentes camadas de nuvens.

Contudo, não se trata de uma totalidade homogênea, constituída pela soma simples de partes em suas singularidades. É menos um espaço associativo do que um espaço correlativo, se quisermos. Nas nebulosas, as interações entre névoas contam muito. Observam-se zonas de adensamentos, condensações ou esgarçamentos que, além do mais, podem ser grandes, pequenas, muito agrupadas, dispersas, infinitas. Por outro lado, conta também a simples leitura dessas configurações e há, até mesmo, aqueles que nunca olham para os céus e, portanto, não as veem, embora sintam os efeitos, sobretudo da luz, do sol, das tempestades, das sombras. Nebulosas dizem respeito a sujeitos entre si, mas também com seus objetos de estudo, seus conceitos, suas formas de abordagem.

São infinitas as correlações que podem ser feitas entre as configurações de um conjunto de nuvens e as de alguma outra forma visível: aqui, se parece um elefante; ali, um gigante; mais além, um castelo. Como já havia mostrado Umberto Eco em *Os limites da interpretação*,³ o próprio Shakespeare fez Hamlet em busca da verdade sobre o assassino do pai e, com suas hipóteses, mostra que uma única nuvem pode parecer um camelo, uma doninha ou até uma baleia.

Embora mutáveis, díspares e moventes, nesta coleção de livros, nebulosas são simplesmente conjuntos de nuvens em relação aos quais as associações, as correlações ou até mesmo as conjecturas hamletianas não são consideradas, contudo, descabidas ou desprezíveis. Não apenas porque ver ou sentir é irredutível ao falar ou, como lembra Deleuze, leitor de Foucault: “aquilo que se vê não se aloja jamais no que se diz...”⁴ Mas porque, se não há correspondência entre o discursivo e o não discursivo, ela de resto não existe no interior das próprias narrativas.

É ainda Deleuze que, falando do pensamento de Foucault, resume: “[...] as visibilidades não se definem pela vista, são complexos de ações, de paixões, de ações e reações, são complexos multisensoriais que vêm à luz”.⁵ Assim, aquilo que um pesquisador formula como pensamento e as invisibilidades que extrai do murmúrio do mundo e erige como objeto de estudo são, no máximo, mediações: são esforços para dar inteligibilidade a um pensável e a um impensado, esforços

de objetivação de um subjetivo que se sabe um modo de subjetivação daquilo que lhe é exterioridade ou uma interiorização do fora.

Hipóteses e suas leituras sublinham a natureza híbrida e indeterminada de cada conjunto de nuvem em que a ideia de limites ou precisão perde o sentido e, por mais paradoxal que possa ser, é a interpretação, portanto, que, embora também de compartilhamento sempre incerto ou até impossível, se mostra específica, precisa – historicamente situada – como desafio e esforço circunstancial de descrição.

Ora, além de híbridas, contingentes e de contornos pouco precisos, o que ainda marca a forma das nebulosas é a sua transitoriedade. Nelas, advinha-se um sopro invisível que, de um instante a outro, as faz, desfaz, refaz. Nem totalmente entregues ao acaso, nem seguras em suas posições é a atopia que define seu modo de existência, e talvez seja aqui que a metáfora revele sua potência e sua natureza filosófica e política.

Pensar, portanto, por meio de nebulosas sintetiza uma poética do político que atravessa subjetividades em seu desejo de compartilhamento e em sua construção contínua e coletiva. Em sua instabilidade e em sua insistência em construir-se e reconstruir-se como configurações desejáveis e necessárias, as nebulosas parecem pensar com o mundo, resistir em ser mundo e fazer mundos, diante da memória da própria incompletude e precariedade que caracteriza a condição humana.

Observar os céus metafóricos das nebulosas é ser convidado a pensar o tempo político como aquele do presente, da ação. Como tal, este é um tempo sem tempo. Aqui, desfazem-se a estabilidade e o conforto de pensar a história como tempos mortos ou como um projeto pré-determinado. O tempo das nebulosas é um tempo que se dilata e escorre. Ele é o contemporâneo, um tempo gerúndio que, sendo, forma e desfaz conjuntos de éter para misturá-los, não separando modos de existência, arte, ciência, política, reflexão, ação. Desfaz para refazer.

Pensar por nebulosas desfaz fronteiras, desarma verdades, desmonta recortes nacionais, identidades cristalizadas e a xenofobia dos nacionalismos e aponta para formas de cultura e do mundo social feitas de misturas, de impurezas, de hibridações – conformando como

nuvens culturas nômades no pleno sentido da palavra. Ensina que as identidades se constroem e se reconstroem a cada gesto, a cada ação, a cada movimento que se sente como um sopro coletivo em relação ao qual se reposiciona.

Pensar por nebulosas, como explicitado no tomo 1 desta coleção, é uma forma de pensar o político e a ideia de vida social a partir de um certo sentido de universalidade que dá sustentação à própria ideia de cidade como espaço possível de confronto, mas de pleno respeito à alteridade, por sabê-la outras faces de si. E aqui, a luta pelo direito à cidade guarda seu horizonte simbólico de luta pelo direito de todos, de qualquer um – um direito nômade, isto é, o direito, os direitos dos que habitam uma terra sem fronteiras, sem propriedades, sem muros, sem fixidez, que se quer igualitária em suas singularidades. Os pesquisadores aqui reunidos são, assim, uma nebulosa acadêmica que estuda, por sua vez, as *nebulosas do pensamento urbanístico*, entendendo-as como um pensamento de limites difusos, que circula sem fronteiras.

O vocabulário daqueles que observam os céus da história e suas nuvens rejeita as noções de modelo ou de transferência e fala de montagens, de um pensar por metáforas, aceitando o caráter indeterminado e potencialmente subversivo que isso implica. Como um sopro, esse vocabulário tenta movimentar instituições e posições de saber e de poder que evidentemente possibilitam e pressupõem modos de operação historiográfica, mas buscando confrontá-los, deslocá-los, dobrá-los sobre si para começar por perguntar-se sobre o pensar, o ver, o dizer, o agir e aquilo que os move. Por que o passado? Qual o presente há dentro dele? Quais memórias? E quais possibilidades de futuro? Para quem? Para qual academia? Para qual produção de conhecimento?

Aqui, os “esclarecimentos” dão lugar a zonas de sombreamento – o “escuro do presente”, como se refere Agamben, ou as zonas opacas, como diria Milton Santos – na medida em que um pensar a partir de nebulosas ou por meio de nebulosas quer dizer, já de início, pensar considerando uma superposição de camadas etéreas e que não só se movimentam como também obscurecem os céus. Como insiste Agamben, a partir de Benjamin, sobre o que significa ser contemporâneo:

Perceber no escuro do presente [é perceber uma]... luz que procura nos alcançar e não pode fazê-lo, isso significa ser contemporâneo. Por isso os contemporâneos são raros. E por isso ser contemporâneo é, antes de tudo, uma questão de coragem: porque significa ser capaz não apenas de manter fixo o olhar no escuro da época, mas também de perceber nesse escuro uma luz que, dirigida para nós, distancia-se infinitamente de nós.⁶

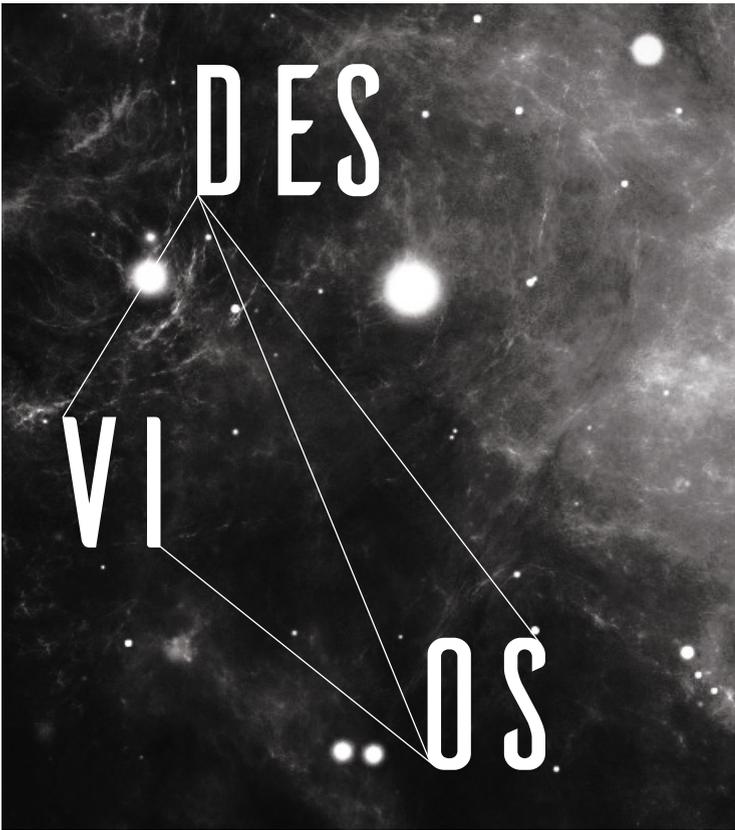
Enfim, utiliza-se aqui a imagem de céus nublados e nebulosos como metáfora para falar do ato de conhecer e de conhecer coletivamente. Fala-se de céus e de nuvens para questionar as cidades e a vida dos homens, mas, sobretudo, o alcance de suas instituições. Fala-se de grupos de pesquisa como nebulosas para lembrar que a produção coletiva de conhecimento exige a coragem dos céus escuros para ter a potência das chuvas.



NOTAS

- 1 CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982. p. 77.
- 2 GIARD, L. *A invenção do cotidiano*: tomo 1: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 16.
- 3 ECO, U. *Les limites de l'interprétation*. Paris: Grasset. 1992. p. 68, tradução nossa.
- 4 DELEUZE, G. *Foucault*. Paris: Editions de Minuit, 1986. p. 71, tradução nossa.
- 5 *Ibid.*, p. 66, tradução nossa.
- 6 AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009. p. 65.

F A Z E R P O R



F A Z E R
P O R
D E S V I O S

*Nebulosas do pensamento urbanístico
em torno do moderno, do popular e da participação:
modos de fazer mutantes, errantes, desviantes*



Laboratório Urbano . UFBA

*Paola Berenstein Jacques
Junia Cambraia Mortimer
Thais Troncon Rosa
Bárbara Brena Rocha dos Santos
Clara Passaro Gonçalves Martins
Dilton Lopes de Almeida Júnior
Elisa Vieira Lago
Igor Gonçalves Queiroz
Janaína Lisiak de França
Fabio Pina de Souza
Leandro de Sousa Cruz
Leonardo Vieira de Souza
Marina Silveira Muniz Ferreira
Rafaela Lino Izeli
Susanna Carrozzo Cohim Moreira*

Método é desvio [caminho não direto].
(BENJAMIN, 2011, p. 16)

Um pequeno histórico de nossa pesquisa na Universidade Federal da Bahia (UFBA) se faz necessário para uma melhor compreensão do presente texto coletivo, que conta com a participação de professores, doutorandos, mestrandos e graduandos. Um dos objetivos mais caros desde o início da pesquisa sempre foi a formação de jovens pesquisadores, da iniciação científica ao pós-doutorado, e também uma contínua e crítica experimentação metodológica. Assim, nossos modos de fazer sempre foram mutantes, e a própria equipe da pesquisa também mudou constantemente de configuração ao longo desses 16 anos de implantação na UFBA.¹

A ideia de construir uma *Cronologia do Pensamento Urbanístico* emergiu de um projeto anterior de “antologia crítica do pensamento urbanístico” – organizada por Margareth da Silva Pereira e Paola Berenstein Jacques na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) entre 1999 e 2001. A cronologia deveria mapear as principais ideias urbanísticas que mais circularam entre nós, para melhor situarmos os textos escolhidos.

Ao estudarmos as antologias então disponíveis no nosso campo disciplinar, deduzimos quatro formas principais de agrupamento e organização dos textos selecionados: temática, cronológica, geográfica ou mista. As primeiras antologias europeias eram, em sua maioria, temáticas – como a clássica antologia de 1965 de Françoise Choay, que separava urbanistas progressistas e culturalistas – ou geográficas, no critério de agrupamento dos textos selecionados.

A forma de organização temática ou somente geográfica dos textos (e das ideias) nos parecia um problema, pois o que nos interessava mais era (e ainda é hoje) justamente a tensão sincrônica entre suas diferentes ideias e seus pressupostos teóricos, bem como a sua capacidade de contaminação sistêmica e transgeográfica. A partir dos anos 1980, as antologias, sobretudo as norte-americanas, passaram a ser majoritariamente cronológicas, seguindo o modelo daquela organizada por Ulrich Conrads na Alemanha, ainda em 1964, cuja ordenação dos textos se fazia unicamente pelas datas em que foram editados, sem qualquer preocupação com o tema abordado nem com o país ou cidade discutida por cada autor ou de sua proveniência.

A separação dos textos pela cronologia de suas primeiras edições nos pareceu a melhor maneira de evidenciarmos os debates travados em cada momento. Pela simples proximidade temporal dos textos, era mais fácil reconhecer os debates em curso – que hoje chamamos de “nebulosas” –, além de tornar mais complexa a compreensão da historicidade das ideias e teorias. Mostrávamos, assim, mais os dissensos, contradições e ambivalências do que as outras formas de ordenação, em particular aquelas temáticas. Foi assim, no processo de organização de nossa antologia, que sentimos a necessidade de construir uma cronologia dessas ideias, como um suporte metodológico para a antologia. A simples cronologia – uma linha de tempo clássica –, originalmente pensada como uma ferramenta auxiliar, acabou ganhando autonomia e complexidade.

Desde então, apesar de mantermos o foco dos trabalhos no estudo do pensamento urbanístico contemporâneo – a partir da crítica às ideias difundidas pelo movimento moderno – como nosso tema geral, a pesquisa se transformou continuamente. Se, de início, trabalhamos

de forma estritamente sincrônica, ano a ano – o que se tornou insuportável, especialmente para os bolsistas de iniciação científica, que desejavam ter uma visão mais geral dos documentos estudados –, logo passamos a trabalhar por décadas, em diferentes geografias – de procedência dos documentos estudados. Em seguida, buscando uma melhor compreensão da circulação de ideias em diálogo com alguns debates mais recentes, começamos a realizar também um trabalho ainda mais diacrônico, a partir de alguns marcadores temáticos, identificados a partir dos documentos reunidos, que orientavam as pesquisas e a construção de novos conteúdos.

Ao avaliar o trabalho com os marcadores, percebemos suas limitações, tal como já havíamos percebido antes nas antologias estudadas: não apenas por reduzirem a complexidade da circulação de ideias que, muitas vezes, transitam por diferentes temas, mas, sobretudo, porque os termos usados como marcadores sofrem mudanças de sentido ao longo do tempo.² Passamos, então, a trabalhar a partir de pontos de inflexão no pensamento urbanístico, a partir dos documentos – projetos, publicações, eventos ou fatos relevantes – que tivessem provocado, em seu contexto histórico e/ou geográfico, uma inflexão (e um debate) importante no pensamento urbanístico corrente.

Nosso foco principal, ao estudar a complexidade da circulação das ideias urbanísticas, nacional e internacionalmente, sempre foi ressaltar as diferentes relações – a tensão sincrônica – estabelecidas entre elas. O *site* da pesquisa também busca enfatizar justamente essas relações, esses debates e tensões entre diferentes ideias em nosso campo de conhecimento. Os pontos de inflexão – ou de tensão – escolhidos para aprofundamento e análise foram aqueles que nos mostravam os mais férteis e dissensuais debates de ideias. A identificação desses pontos de inflexão das ideias urbanísticas nos levou a focar ainda mais nos debates entre as ideias e nas diferentes relações que deles emergiam ou a partir deles se articulavam, conformando, assim, o que passamos a demoninar, com Margareth da Silva Pereira – a partir de proposição de Christian Topalov –, de “nebulosas do pensamento urbanístico”: um campo de adensamento ou de condensação entre experiências, práticas, discursos distintos nem sempre articulados ou coexistentes, por vezes divergentes, mas que, de alguma forma, se articulam e se relacionam.

A metáfora parece útil para evocar essas formas vaporosas que se agregam para se constituir de modo denso em certas zonas, fluído e esgarçado em outras, se consolidando ou se diluindo a partir da interação de umas com outras ou francamente em situação de isolamento. (PEREIRA, 2014b, p. 202)

Temos buscado, assim, desenvolver uma forma mais complexa de pensar a história do pensamento urbanístico, mas também outros modos de fazer e de narrar essa história a partir de um tipo de “cronologia” que não seja linear e que parta de seus pontos de inflexões, de tensões e de suas emergências. Dada a diversidade de resultados já alcançados até o momento sem, contudo, ter-se acompanhado de uma sistematização teórica e metodológica – visto que o enfoque privilegiado ao longo do desenvolvimento da pesquisa foi a divulgação do conteúdo no *site* da pesquisa e a formação de jovens pesquisadores –, nosso principal empenho passou a ser, agora, tentar situar nosso esforço dos últimos anos, sobretudo dentro dos debates específicos do campo da história e, em particular, dos modos de fazer história, de narrar a história do pensamento urbanístico. Nosso objetivo é subsidiar uma história intelectual do urbanismo ao longo do século XX, vista a partir do Brasil, de modo a trazer novas perspectivas de análise e novos recortes no movimento de revisão historiográfica em torno desse campo disciplinar.

Nos últimos dois anos, nossa equipe da pesquisa na UFBA foi dividida em três subgrupos internos coordenados por três professoras vinculadas ao grupo: Paola Berenstein Jacques, coordenadora geral, Junia Mortimer e Thais Troncon Rosa. A partir do projeto comum, cada subgrupo o desdobrou segundo três “nebulosas do pensamento urbanístico”, articuladas entre si: uma, em torno do moderno; outra, em torno do popular; e uma terceira, em torno da participação, sendo que esses três campos de debate foram delineados a partir dos próprios pontos de inflexão anteriormente estudados. Ao trabalharmos as relações entre as diferentes ideias urbanísticas, percebemos que as nebulosas se formavam em torno dos maiores pontos de inflexão e, por vezes, agrupavam alguns pontos, numa espécie de condensação de ideias e tensões intelectuais. O que mais nos interessa entender é justamente a tensão sincrônica – e, por vezes, anacrônica – entre

as diferentes ideias urbanísticas e, também, a sua capacidade de contaminação sistêmica e transgeográfica, com algumas condensações em nebulosas distintas ao longo do tempo.

Um método científico se distingue pelo fato de, ao encontrar novos objetos, desenvolver novos métodos – exatamente como a forma na arte que, ao conduzir novos conteúdos, desenvolve novas formas. Apenas exteriormente uma obra de arte tem uma e *somente* uma forma, e um tratado científico tem um e *somente* um método. (BENJAMIN, 2009a, p. 515)

A seguir, apresentamos exemplos dos modos de fazer particulares desses três subgrupos a partir do propósito em comum de apreensão, mesmo que momentânea, dessas três nebulosas, cuja principal preocupação é compreender, de forma complexa, as críticas às ideias urbanísticas difundidas pelo movimento moderno, tanto de dentro do próprio campo do moderno, quanto pela crítica realizada em torno tanto da ideia do popular quanto da participação. A própria redação coletiva deste texto já mostrou os limites e riscos de nossa subdivisão, uma vez que são inevitáveis as relações entre as nebulosas, ainda por evidenciar. No entanto, sendo os nossos modos de fazer, assim, mutantes, errantes e desviantes, assumimos nossa mutação em curso como condição intrínseca ao nosso longo e arriscado processo de pesquisa que entende, com Walter Benjamin, o próprio método como desvio ou um modo de fazer por desvios.

EM TORNO DO MODERNO

A 14ª Exposição Internacional de Arquitetura de 2014, dirigida pelo arquiteto holandês Rem Koolhaas, teve como tema “*Fundamentals*” (Fundamentos). Depois de uma série de bienais que celebravam a arquitetura e o urbanismo contemporâneos, esta, em específico, tinha como foco um olhar para a história. Ao responder diretamente ao tema “Absorbing Modernity 1914-2014” (Absorvendo a modernidade: 1914-2014), os curadores dos pavilhões de diversos países foram convidados

a examinar de modo retrospectivo e reflexivo os principais momentos de um século de modernização e seus processos de absorção, cujo marco inicial seria o início da Primeira Grande Guerra Mundial.³

Nessa bienal, em uma clara tentativa de reconstruir a situação atual do campo da arquitetura e do urbanismo, ao olhar para o passado histórico em uma especulação sobre seu futuro, a proposta realizada pelos Países Baixos para a Bienal de Veneza levou, através da ideia de *open society* (sociedade aberta), os trabalhos e pesquisas de Jaap Bakema. O pavilhão Open: A Bakema Celebration (O campo descoberto: uma celebração a Bakema), que marcou a entrada holandesa na bienal, incluía vários filmes dos seus arquivos, além de outros materiais históricos da coleção do Het Nieuwe Instituut.⁴ Chama a atenção um pequeno filme 16 mm, sem som, com aproximadamente um minuto, descoberto entre a vasta quantidade de registros privados feitos pelo próprio Bakema. Na cena, Alison e Peter Smithson, Aldo van Eyck, Blanche Lemco, Daniel van Ginkel e John Voelcker encenam o enterro da famosa organização de arquitetos modernos, os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, do francês Congrès Internationaux d'Architecture Moderne ou simplesmente CIAM.

As imagens expostas na Bienal de Veneza em 2014 apresentavam ironicamente o grupo de arquitetos que ficou conhecido como Team X,⁵ decretando um possível fim para o movimento moderno em arquitetura e urbanismo.⁶ Passadas mais de cinco décadas de seu registro, esse material parece-nos ser ainda muito pouco explorado nas narrativas históricas correntes sobre o urbanismo do movimento moderno.

Eis um exemplo de nosso modo de fazer a partir das tensões sincrônicas: o filme que registra o enterro simbólico dos CIAM, realizado no Congresso de Otterlo, em 1959, por exemplo, é contemporâneo às imagens fotografadas por Marcel Gautherot⁷ do canteiro de obras de Brasília. Essa improvável aproximação requer de nossa atenção o reconhecimento da ambivalência, coexistência e impureza dos acontecimentos históricos. Enquanto um grupo de arquitetos decretava a “morte” dos espaços de discussão profícuos para as consolidações dogmáticas da arquitetura e urbanismo do século XX, emergia na América do Sul a cidade de Brasília, o canteiro de obras da capital

ultra-moderna de um país dito terceiro-mundista, inteiramente planejada sob os preceitos modernos e construída sobre a noção de tábula rasa.

Em 1959, um acontecimento que determinaria um possível “fim” do movimento moderno na Europa acontecia concomitantemente à emergência de um dos seus maiores monumentos, a construção de Brasília. A demonstração dessa coexistência nos exige o deslocamento e a rasura das cristalizações homogeneizantes dos fatos históricos, organizados teleologicamente sobre a linha cronológica do tempo e instituídos sob uma história oficial, como nos apresenta Jeanne Marie Gagnebin (2013, p. 9-10, grifo nosso), a partir do conceito de origem (*Ursprung*) no pensamento sobre a história em Benjamin:

Trata-se muito mais de designar, com a noção de *Ursprung*, saltos e recortes inovadores que estilham a cronologia tranquila da *História oficial*, interrupções que querem, também, parar esse tempo infinito e indefinido, como relata a anedota dos franco-atiradores (Tese XV), que destroem os relógios na noite da Revolução de Julho: parar o tempo para permitir o passado esquecido ou recalado surgir de novo (*entspringen*, mesmo radical que *Ursprung*) e ser assim retomado e resgatado no atual.

Ainda é tarefa comum, na narração da história oficial que se debruça sobre a arquitetura e o urbanismo, determinar o início e o fim dos estilos, escolas e correntes arquitetônicas, sempre encadeados de modo factual e causal no tempo. Tarefa recorrente também é a cristalização de determinadas discussões e o envernizamento de certos personagens como únicos. Somam-se a esses discursos as ideias frequentes de originalidade, genialidade, autenticidade, influência, pioneirismo, protagonismo etc., que são anunciadas sob o peso de verdades absolutas. A recuperação do pequeno fragmento fílmico ou os vestígios do canteiro de obras de Brasília presentes nas imagens de sua construção⁸ parecem-nos chamar atenção para os movimentos muitas vezes invisibilizados ou apagados da história oficial, que contestam e disputam, de dentro dos acontecimentos históricos, as discussões comumente vinculadas apenas às perspectivas de específicos personagens que a história oficial não exime de reiterar os seus protagonismos.

Nesse sentido e entendendo que a nossa tarefa visa uma discussão sobre o urbanismo e o movimento moderno, quais inversões e deslocamentos provocaríamos se não buscássemos a sua gênese e encerramento, nem muito menos envernizar as figuras históricas consolidadas como gênios, mas sim evidenciar as suas contradições e ambivalências, os seus esgarçamentos e as suas tentativas de superação, os seus momentos de emergência, de irrupção? Parece-nos que esse impulso de recolher e aproximar documentos a contrapelo, mesmo que minúsculos, como o curto registro da encenação do velório em Otterlo ou ainda as fotografias de Marcel Gautherot dos construtores em Brasília, torna-se tentativas de cartografar, nas disputas históricas, os pontos nos quais interrompe-se o curso linear e teleológico instituído por uma história oficial.

Ao aproximarmos as imagens do velório fictício dos CIAM com as imagens do canteiro de obras da moderna Brasília na iminência de sua inauguração, quais interrupções, deslocamentos, rasuras e profanações nos seriam possíveis de provocar na história oficial da arquitetura e do urbanismo modernos? Como explicitar as contradições e ambivalências de outras lógicas que disputavam de dentro as noções comuns da ideia de moderno no campo da arquitetura e do urbanismo? Poderíamos, assim, reclamar a noção de moderno a partir de suas próprias contradições e disputas? Seriam, então, tarefas do historiador a rasura do conceito e o estilhaçamento de suas origens, expondo as forças invisibilizadas que permanecem a contrapelo da história oficial, sob a perspectiva dos vencidos, como nos indica Benjamin (2012, p. 245)? E ainda com Benjamin, poderíamos pensar na possibilidade de um exercício historiográfico que faça ver não somente o esforço dos grandes gênios já envernizados que projetaram cidades como Brasília, por exemplo, mas também o esforço anônimo de seus construtores?

Assim caminhamos para o exercício historiográfico aqui proposto: o de recolher e aproximar a produção recente feita pelos pesquisadores da *Cronologia do Pensamento Urbanístico* da UFBA, que se debruçaram sobre o movimento moderno em arquitetura e urbanismo ao longo dos últimos anos. Ao escavar essa produção recente, evocamos a figura benjaminiana do historiador como um colecionador, ou ainda

como trapeiro (*Lumpensammler*),⁹ que, atento aos detalhes, revolve o material em busca dos cacos e rastros da história. Entendemos justamente como rastros “[...] vestígios, restos da história, contrapontos e contrarritmos, ‘quedas’ ou ‘irrupções’, sintomas ou mal-estares, sínopes ou anacronismos na continuidade dos fatos históricos”. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 117) Irrupções como parecem-nos ser as imagens do velório dos CIAM ou as imagens das condições precarizadas registradas por Gautherot na construção de Brasília que perecem ao tempo na iminência do desaparecimento e esquecimento.

Assumindo o risco do anacronismo, como nos atenta Loraux (1992), nos debruçamos sobre esses cacos e farrapos da história na tentativa de tecer outros arranjos e configurações possíveis para os mesmos; composições, rearranjos, cartografias instáveis, efêmeras, como as nebulosas¹⁰ desenhadas por Pereira (2018). Buscamos tecer narrativas históricas tomados pela ideia das nebulosas do pensamento urbanístico, de modo a profanar¹¹ a história oficial que se lançou sobre o movimento moderno, seja como o *coleccionador* e o *trapeiro* benjaminianos, que dão novos usos aos cacos e farrapos da história, ou como as crianças, que, como nos aponta o filósofo italiano Agamben (2007), profanam os objetos mais impensáveis, dando-lhes novos usos como jogos e brincadeiras.¹²

De acordo com o pensamento de Agamben, poderíamos afirmar que a potência profanadora encontrada nos jogos e brincadeiras se instaura na medida em que ela é capaz de introduzir e fazer existir novos ritos, novas ações ou novos modos de vidas sobre os mitos consolidados, deslocando suas narratividades anteriores sem excluí-las; ou ainda na construção de outras narratividades possíveis, deslocando noções e significados para os ritos e para as ações já determinadas anteriormente. Agamben (2007) salienta que a profanação não restaura simplesmente algo parecido com o seu uso prévio, mas o comportamento libertado dessa nova forma reproduz e ainda expressa as formas das atividades anteriores das quais se emancipou; porém, as esvazia de seu sentido e da relação de sua finalidade, abrindo-as e dispondo-as para novo usos. “[...] Profanar não significa simplesmente abolir e cancelar as separações, mas aprender a fazer delas um uso novo, a brincar com elas”. (AGAMBEN, 2007, p. 75)

Desse modo, apresentamos as duas narrativas a seguir – Motores e Cartas –, que buscam erraticamente demonstrar os modos de fazer que atravessam esta pesquisa em torno do moderno e se apresentam agora como uma coleção de farrapos que visa profanar algumas cristalizações históricas sobre o movimento moderno. Através de uma escrita que recusa o valor verificável das verdades históricas, mas permanece atenta às tramas sensíveis formadas pelas relações entre as coisas, tecemos narrativas que nos auxiliam a complexificar a história da arquitetura e do urbanismo ao desestabilizar e extravasar as disputas, os dissensos e as tensões, quando profanam e fazem emergir outros possíveis modos de leitura e narração dessa história.

MOTORES

Em 1968, ao revisar as consequências da declaração do congresso de 1928,¹³ Giancarlo De Carlo buscava constatar a transformação da ideologia presentes na arquitetura moderna 40 anos após a ocasião do primeiro CIAM.

Hoje [...] temos o direito de perguntar ‘por que’ a moradia deve ser o mais barato possível, e não, por exemplo, relativamente cara; ‘por que’, em vez de fazer todo esforço possível para reduzi-la a níveis mínimos¹⁴ de superfície, de espessura, de materiais, não deveríamos tentar torná-la espaçosa, protegida, isolada, confortável, bem equipada, rica em oportunidades de privacidade, comunicação, intercâmbio, criatividade pessoal. Ninguém, na verdade, pode dar-se por satisfeito com uma resposta que apela para a escassez de recursos disponíveis, quando todos sabemos o quanto se gasta nas guerras, na construção de mísseis e de sistemas antibalísticos, [...] na imobilização de manifestantes saídos dos guetos, na persuasão secreta, na invenção de necessidades artificiais, etc. (DE CARLO, 1972 apud FRAMPTON, 2008, p. 338)

Os CIAM constituíram uma série de eventos organizados pelos principais nomes da arquitetura moderna europeia, a fim de discutir os rumos da arquitetura, do urbanismo e do *design* no início do

movimento. Entre a *Declaração de La Sarraz*, de 1928, e o último congresso, realizado em Dubrovnik em 1956, os CIAM passaram por etapas distintas de desenvolvimento. A história oficial dos CIAM, normalmente pautada numa continuidade evolutiva entre os congressos,¹⁵ poucas vezes evidencia as divergências entre os participantes e as ideias expostas durante os eventos. Discursos divergentes ou posições ideológicas contrárias muitas vezes passaram despercebidas, inconscientemente omitidas ou talvez silenciadas do curso da história, a fim de consolidar uma visão homogeneizante e dogmática do movimento moderno. Apesar do registro da participação feminina e de arquitetos não europeus nos CIAM,¹⁶ por exemplo, muito pouco dessas discussões ou questões empreendidas por vozes dissonantes é narrado pela história oficial da arquitetura e do urbanismo.

Encarar essa história a partir dessas operações historiográficas,¹⁷ rememorando a discussão de Certeau (1982), parece abrir caminho para o entendimento dessa escrita histórica como esforço de estabilização do discurso de progresso inexorável, empreendido por uma civilização majoritariamente europeia pós-Revolução Industrial. O “progresso”, desse modo, estava atrelado ao desenvolvimento tecnológico permitido pelo avanço da indústria que emergia na Europa, na evolução das técnicas – de transporte, comunicação, construção civil etc. – e na ascensão das máquinas. É recorrente, por exemplo, notarmos a presença destacada dos automóveis nas fotografias dos conjuntos habitacionais modernos, como nas imagens das edificações do bairro de Weissenhofsiedlung,¹⁸ em Stuttgart, de modo a articular discursivamente o que havia de mais novo na indústria do transporte com o que despontava na arquitetura e construção civil.

Ao criticar a esterilidade das academias, foi para esse progresso que Le Corbusier chamou a atenção dos arquitetos contemporâneos, por não terem olhos para as possibilidades técnicas emergentes nas indústrias. Várias páginas de seu dogmático livro de 1923, *Por uma arquitetura*, reiteram essa relação do progresso com as novas técnicas. É assim que Le Corbusier, por meio da associação de imagens fotográficas, apresenta o templo grego Parthenon como produto germinal da similiar lógica de *standarts* (padronagens), que regia as indústrias automobilísticas

em suas linhas de produção e montagem. (LE CORBUSIER, 2009, p. 90-91) O automóvel, ou a sua indústria, parece ser, para Le Corbusier (2009), o resultante natural da tecnicidade evolutiva que a civilização ocidental empreendeu desde as culturas greco-romanas. As cidades e suas arquiteturas deveriam portanto, alinhar-se ao progresso da técnica e da máquina na superação de sua condição passada.

É importante situar a discussão de modo paralelo aos avanços técnicos utilizados nas guerras ou ainda na indústria bélica, que propiciaram a emergência de instrumentos tecnológicos apropriados como ferramentas para o urbanismo. As fotografias aéreas são exemplos desse desenvolvimento belicista empreendido no período da Primeira Guerra Mundial. As perspectivas reveladas pelos aviões eram apontadas pelos arquitetos e urbanistas como novas visadas que permitiam uma visão total das cidades até então desconhecidas.

Dessa forma, os projetos e as maquetes são concebidos em uma perspectiva aérea. As projeções são representadas num “voo de pássaro”, de cima para baixo, apontando para uma visão da ação de arquitetos urbanistas como artífices da ordem, e o projeto constitui-se num ato divino, demiúrgico e de postura excludente e estatizante. Os mapas e as imagens aéreas ofereciam uma visão do alto, totalizante. Sob esse aspecto, a imagem de Le Corbusier (2009) apontando de cima para baixo para a maquete do Plan Voisin é emblemática, pois reflete esse tipo de visão hierárquica do arquiteto, de maneira vertical, manipuladora e totalizadora de abordar uma dada situação.

Entre julho e agosto de 1933, arquitetos representantes de dez idiomas partiram a bordo do navio S. S. Patris II, de Atenas a Marselha, através dos mares da França, Itália e Grécia. A viagem foi a ocasião do CIAM IV,¹⁹ sob o tema “A cidade funcional”, que pretendia ser o primeiro de uma série de congressos sobre o assunto. Um evento de esplendor cênico, mas que aconteceu bem longe da realidade da Europa industrial. Uma suspensão temporária da realidade que posteriormente resultou, a partir da análise de 33 cidades, num documento com várias versões, de conteúdo dogmático, abstrato, desprovido de valor simbólico e cultural e, sobretudo, de aplicabilidade universal: a(s) Carta(s) de Atenas.²⁰

É interessante notar como as imagens dos navios e a capacidade da indústria naval contaminaram o pensamento e a expressão em Le Corbusier. Se, na sua viagem de 1907 à Itália, as celas do mosteiro florentino Cartuxa de Ema impactaram o arquiteto franco-suíço para a possibilidade de uma vida em menor espaço e de certo modo monástica, as viagens transatlânticas à América do Sul dos anos de 1920 se apresentaram para o mesmo como uma demonstração de qualidade de vida impressionante em um espaço mínimo, dessa vez amparada pelos serviços de bordo acoplados aos aposentos.²¹ Os navios transformavam-se, assim, para Corbusier, em imensas maquinarias móveis de habitações mínimas construídas por uma indústria naval que demonstrava toda a potência do desenvolvimento tecnológico da época.²²

O documento resultante do CIAM IV ganhara contornos significativos na segunda metade do século, pois tornara-se, com o fim da Segunda Guerra Mundial, um discurso propício para a reconstrução das cidades europeias. Para os arquitetos, era a efetivação da tão sonhada tábula rasa, proposição moderna fundamental, uma condição básica para a implementação das mudanças por vir quando o ideário funcionalista foi adotado como solução homogeneizante nas cidades arrasadas. A tábula rasa demonstra-se como uma noção moderna que se refere ao poder de decisão sobre o que destruir e o que manter, bem como o que introduzir “de novo” sobre um dado território. Implica, portanto, uma desafiante condição de potência criativa frente à história, reiterando a atitude demiúrgica do arquiteto urbanista.

Diferentemente das cidades europeias, os territórios americanos já eram narrados enquanto tábula rasa desde quando conquistados e invadidos pelas grandes navegações européias do século XVI. As colônias foram narradas como espaços de ausência e inteiramente propícios e dispostos para o novo e para o progresso idealizados pela civilização europeia. As regiões e culturas encontradas no Novo Mundo foram consideradas oportunas para exploração massiva e inédita até então. Tais operações demonstravam-se salvaguardadas por um projeto civilizatório de progresso empreendidos pelas nações europeias colonizadoras.

Eis por que, americanos e brasileiros, estamos como já tivemos ocasião de dizer, ‘condenados ao moderno’. O moderno vai sendo cada vez mais o nosso habitat natural. A América não era oásis entre desertos, era simplesmente nova: lugar onde tudo podia começar do começo. Os colonos ingleses que desembarcaram ao norte do continente o que encontraram em matéria de cultura não lhes pareceu digno de conservação. Fizeram, então, tabula rasa, e, assim, puderam transplantar, por assim dizer intatas [sic] suas formas culturais mais adiantadas, como se tratasse de uma transplantação para oásis. (PEDROSA, 2015, p. 132)

Depois de quase quatro séculos sob dominação da coroa portuguesa, os processos de independência brasileira, principalmente após a Proclamação da República, se acoplavam a discursos mudancistas que desejavam a construção de uma nova capital no interior do país como um marco para a efetivação de uma nova realidade brasileira autônoma a Portugal. O “patriarca da independência”, José Bonifácio,²³ discutia em 1823 a necessidade da nova capital, cujo nome seria Petrópole ou Brasília e estaria localizada em Paracatu do Príncipe, em Minas Gerais. Em 1883, o padre Dom Bosco havia profetizado acerca de uma civilização que se iniciaria entre os paralelos 15° e 20°. Já em 1892, durante o mandato do presidente Floriano Peixoto, uma equipe expedicionária, a Missão Cruls – Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil – começava a explorar o Planalto Central, vasta extensão de cerrado de pouca ocupação,²⁴ com o objetivo de lançar a pedra fundamental e demarcação do futuro Distrito Federal.²⁵

O desejo de construção de uma nova capital para o Brasil chegou aos conhecimentos de Le Corbusier ainda no início dos anos 1920, por meio de seu amigo e conterrâneo Blaise Cendrars, poeta que participava, naqueles anos, das viagens ao interior brasileiro em conjunto com os poetas e artistas modernistas – Tarsila do Amaral, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, entre outros. Nas trocas de correspondências, Le Corbusier revela ao amigo o seu grande sonho de realizar o projeto da capital brasileira, então Planaltina, no Planalto Central do país. Financiada por Paulo Prado, o arquiteto suíço empreende, em 1929, uma viagem ao Brasil com finalidade, em superfície, de realizar palestras e conferências. Um ano depois, ele

apresentava, no CIAM III, seu projeto para a Ville Radieuse talvez já imbuído pelo desejo de construir a novíssima capital brasileira, oportunidade única para o planejamento em tábula rasa.²⁶

Entretanto, as condições de possibilidade para a construção da nova capital apenas emergiram em concretude durante a presidência de Juscelino Kubitschek, na segunda metade do século XX. Para um país que em pouco menos de 50 anos havia deixado de ser escravocrata, em um pouco mais de um século havia deixado de ser colônia – apesar de ainda manter sua economia sumariamente baseada no sistema patriarcal de exploração rural –, a construção *ex nihilo* de uma cidade nova em apenas três anos demonstraria para o mundo as capacidades do país em industrializar-se e modernizar-se a velocidades galopantes.

A construção de Brasília significava, desse modo, a oportunidade de refundação de um novo país; sonhada desde o princípio para espelhar a promessa de “futuro” promissor que superaria os “atrasos” econômicos e sociais de um país historicamente colonizado e que precisava inserir-se em uma nova rede de economia mundial. Como aponta Moser (2016, p. 22):

[...] o atraso aparentemente incorrigível do país, sua dolorosa carência de desenvolvimento econômico, sua vergonhosa irrelevância geopolítica: tudo seria varrido por uma metrópole estonteante erguida nos altiplanos de Goiás.

Para tanto, por meio da superação de tudo o que considerou-se como necessário a ser apagado da história, a cidade construiu-se, como aponta Holston (2010, p. 208), antropólogo americano que publicou uma das primeiras etnografias da cidade, a partir da “[...] estética do apagamento e da reinscrição, da possibilidade apontada pela arquitetura e pelo planejamento modernistas de apagar a velha ordem e reinscrever uma nova”.

A proposta de Lucio Costa ganhadora do concurso²⁷ para o Plano-piloto de Brasília incorporava, desde suas primeiras linhas, esforço semelhante de superação pela reinscrição de uma nova ordem para o Brasil. O país de passado arcaico, rural e patriarcal engendraria

como futuro as propostas urbanísticas mais modernas empreendidas nos CIAM e ganhava em Brasília a oportunidade, por tábula rasa, de serem colocadas em prática.

Enquanto Le Corbusier assinalava na arquitetura greco-romana parte de uma tradição racionalista que o movimento moderno deveria dar continuidade por meio da indústria, vemos em Lucio Costa o resgate da tradição de uma arquitetura colonial luso-brasileira como possibilidade para atualização moderna de nossa cultura. Em seu estudo da evolução da casa brasileira, na busca por uma identidade da arquitetura nacional, Costa apresenta, por exemplo, a tipologia moderna de traços corbusianos como a evolução naturalizada da arquitetura da casa colonial do Brasil. O futuro da nação moderna em desenvolvimento e da cultura brasileira estaria, dessa maneira, atrelado à edificação de Brasília, pois caracterizaria-se como um monumento inexorável de país moderno.

Diferentemente da Europa, de desenvolvimento industrial secular pgregresso e próprio, o levante modernizador brasileiro esteve subjugado à indústria estrangeira, principalmente à automobilística americana.²⁸ As fotografias de Gautherot nos colocam diante do fato de que, no canteiro de obras de Brasília, a técnica rodoviarista sofisticadamente incorporada por Lucio Costa em seu desenho urbanístico fora executada não pela indústria, mas pelas mãos de milhares de operários, em situação predominantemente precária, que encontravam na construção da nova capital uma oportunidade de mudança de vida. Para a construção célere da cidade, esses operários, chamados candangos, submeteram-se a regimes ininterruptos de trabalho²⁹ e foram expostos a condições extremamente precarizadas de exploração e perigo. A cidade monumento do movimento moderno fora erguida por um saber inventivo e popular no fazer manual do candango, que resistia às violências e encontrava, na precariedade das condições, as soluções quase impossíveis para a edificação da cidade e para a concretização do sonho de um novo país.³⁰

As fotografias do canteiro de obras da capital de Marcel Gautherot, justamente, dão a ver essas circunstâncias e evidenciam não somente os edifícios e palácios modernos em construção, mas também suas

imagens dão rostidade a esses candangos, ao visibilizar as condições de precariedade e exploração enfrentadas por seus construtores. Como rastros e pistas, essas imagens dão a ver, mesmo que de modo fugaz, os indícios das violências inerentes à construção e que frequentemente são silenciadas, negligenciadas ou interdidadas, quer seja pelos arquitetos envolvidos,³¹ pelas instituições responsáveis pela construção que escamotearam dados e registros³² ou ainda pelos historiadores que se negaram a narrar tais episódios e vinculá-los à construção da nova capital. (JACQUES; LOPES, 2018)

A reiteração da genialidade dos arquitetos envolvidos ou o caráter excepcional da emergência da capital parece mascarar as atrocidades encontradas expressas como rastros nas imagens de Marcel Gautherot. Seja nos retratos dos candangos, encontrados nos registros fotográficos do arriscado canteiro de obras dos palácios e edifícios da cidade, ou nas fotografias dos assentamentos precários no Plano-piloto, de residências erguidas com sacos de cimentos e refugos da construção encontradas na Sacolândia, as imagens de Marcel Gautherot põem-nos diante das precariedades e dos rostos de parte dos milhares de anônimos construtores, que deixaram suas cidades de origem com o sonho de mudança de vida e que, apesar de submetidos a regimes violentos de exploração de mão de obra,³³ edificaram a capital do país, sendo expulsos para as cidades-satélites logo após a inauguração.

A naturalização do progresso para o Brasil imbricado na construção de Brasília aparece, por fim, na forma como Lucio Costa encerra o seu relatório para o Plano-piloto: “Brasília, capital aérea e rodoviária; cidade parque. Sonho arquiseular do Patriarca”. (COSTA, 1995, p. 194) Costa realinha o desejo mudancista de José Bonifácio e apresenta a cidade como a consequência natural desse sonho. Para tanto, recorre às modernas imagens aéreas e rodoviárias que tanto estiveram relacionadas com o discurso da arquitetura e urbanismo moderno da Europa. Se o espelhamento dos desejos modernizadores esteve atrelado às indústrias, ao desenvolvimento tecnológico norte-americano e europeu e, sobretudo, aos preceitos dogmáticos do movimento moderno em arquitetura e urbanismo, questionamos, por fim, juntamente com Otilia Arantes (2004):

[...] como não entrever na própria imagem da aeronave pairando sobre o chão rústico da ex-colônia, até hoje país subdesenvolvido, mais uma de nossas modernizações pelo alto, como que suspensa no ar, desmoronando ao menor tranco do país antigo, porém real?

CARTAS

A diversidade de propostas presentes no Concurso para o Plano-piloto de Brasília, de alguma maneira nos dá conta da multiplicidade dos debates contemporâneos em arquitetura e urbanismo que a história oficial tende a homogeneizar, cristalizados e soterrados pela proposta vencedora de Lucio Costa. Uma nova capital dentro dos pressupostos modernos, em conformidade com o que era discutido nos CIAM, reforçava a ideia de um Brasil que deslançaria e acompanharia os países desenvolvidos. Primeiramente, a realização do concurso se mostra relevante, pois, mesmo no âmbito nacional, abarca uma complexidade de propostas distintas que dialogavam e tensionavam os discursos urbanísticos em diferentes localidades e temporalidades. Apesar do urbanismo moderno já sofrer diversas críticas naquele contexto, a ideia de o país ser pioneiro em construir uma cidade completamente moderna era algo que garantiria relevância ao Brasil no contexto mundial. Ainda que em outras propostas apresentadas no concurso esteja presente uma crítica ao movimento moderno-racional-funcionalista, o projeto vencedor, de Lucio Costa, retomou alguns princípios basilares dos dogmas modernos com uma poética e mítica própria para a nova capital do Brasil.

A estruturação de um discurso propositivo sob tábula rasa instigava a vontade criativa de algo inovador que ainda não havia sido realizado no país. Megaestruturas, cidade-jardim, racionalismo, simetria e superblocos foram algumas das ideias presentes nos diferentes projetos do concurso e que carregam os princípios e debates difundidos nos diferentes CIAM, como as ideias presentes nas próprias Cartas de Atenas ou em outros debates urbanísticos em contextos mais críticos ao movimento moderno. Nesse concurso, foram apresentadas 26 propostas, dentre as quais foram selecionados dois quinto colocados (João Vilanova Artigas³⁴ e Milton C. Ghiraldini), dois terceiro colocados (MMM Roberto³⁵ e Rino Levi³⁶), um segundo colocado

(Boruch Milman)³⁷ e o primeiro colocado (Lucio Costa). O júri decidiu eliminar a quarta colocação, acreditando que dois projetos mereciam estar na terceira colocação.

O projeto de Joaquim Guedes e sua equipe interdisciplinar, apesar de não ter sido classificado entre os finalistas, desperta a atenção por sua proposta de negação dos elementos mais difundidos pelo movimento moderno. Guedes alinhavava as críticas que emergiam no cenário internacional, inclusive dentro dos próprios CIAM, com a geração mais jovens de arquitetos que integravam o Team X. Na proposta apresentada ao concurso, a equipe de Guedes declara o “não” aos principais modelos urbanísticos vigentes, nega-se às unidades de vizinhança, *garden cities*, *city naturelle*, *new towns*, *satellite towns* e *policité*, ou seja, contrários aos preceitos urbanísticos mundialmente legitimados pelo movimento moderno. Além disso, constrói a proposta sob a ideia de interação dos conceitos de civis-cidadão-civilização, promovendo as relações humanas. Elege ainda “duas escalas para a cidade, uma para o adulto e outra para as crianças”.

Frente à cidade total, a proposta de Joaquim Guedes estabelece a flexibilidade e a expansão como princípios norteadores para a consolidação da cidade a ser construída. Uma especificidade é a sua concepção de uma malha de transportes subterrâneos com estações a cada um quilômetro rodeadas por um centro comercial local, isso com o intuito de promover o transporte público como meio principal de mobilidade urbana. O júri considerou que a solução era justificável para cidades maiores, mas inadequada para Brasília. Um fato curioso singulariza a distinção dessa proposta: um membro do júri, Paulo Antunes Ribeiro, negou-se a entregar a Lucio Costa o primeiro lugar, sugerindo, em contrapartida, a realização de uma comissão mista dos dez primeiros colocados, acrescido do projeto do Joaquim Guedes, para a construção conjunta do que seria o novo projeto para Brasília. A proposta, entretanto, não foi aceita, mas reitera a excentricidade das ideias defendidas e apresentadas por Guedes em seu plano.

O projeto de Joaquim Guedes ou mesmo as diferentes complexidades presentes nas demais proposições para a futura capital extravasam outras narrativas que permanecem silenciadas sob a homogeneização

dos fatos históricos. As distintas propostas para Brasília dão a ver as complexidade das relações, de atravessamentos e de contaminações que escapam à individualização homogeneizada do projeto de Costa. Essa homogeneização parece-nos estar também presente na narrativa histórica atrelada à emergência da *Carta de Atenas*.

Ao descrever *a posteriori*³⁸ o clima do Congresso de Atenas, as palavras de Le Corbusier deixam escapar detalhes importantes sobre o evento. Quando se pensa na ideia de “um só ruído” e “uma só atmosfera”, num congresso que se propunha criar um “modelo” universal de urbanismo, num instrumento que indicaria o destino das cidades, ficaram ausentes as diversas realidades não contempladas na análise dos “[...] planos de trinta e uma cidades desenhadas na mesma escala, com idênticos signos convencionais [...]”, quase todas cidades europeias, mas cuja análise daria “uma ideia da complexidade do problema, a impossibilidade de resolver, num único Congresso, todas as questões colocadas”. (EL IV CONGRESSO DEL CIRPAC, 1933, p. 15 apud SAMPAIO, 2001, p. 50)

Todas as ditas Cartas de Atenas referem-se, de fato, às discussões acerca da cidade funcional travadas durante o CIAM IV. As suas propostas consistiam em um manifesto sobre os problemas das cidades modernas e de propostas para a “correção” dessas condições, agrupadas sob quatro categorias ou funções principais: trabalho, habitação, circulação e lazer.³⁹ A sobrevalorização da questão da unidade de habitação, tomada como função primordial, acabou por criar um achatamento das diferenças entre o público e o privado na cidade.

Não existe, portanto, um documento original, mas sim versões da *Carta de Atenas*. Em 1933, foi publicado pelo Gatepac as conclusões do CIAM IV, traduzidas na revista AC-GATEPAC n° 12 (Barcelona, 1933). A famosa carta em francês, publicada na França ainda durante a ocupação nazista, *La Charte d'Athènes* (Paris, 1943), cuja autoria deve-se a Le Corbusier, não é assinada pelo arquiteto. Foi uma publicação atribuída ao grupo francês dos CIAM, publicada dez anos após aquele congresso. Uma dessas versões – *Can our cities survive? An ABC of urban problems, their analysis, their solutions* (Podem nossas cidades sobreviver? Um ABC dos problemas urbanos, sua análise, suas soluções), de

1942 - foi publicada por Josep Lluís Sert, membro fundador do Grupo de Artistas e Técnicos Espanhóis Para a Arquitectura Contemporânea (GATCPAC) e vice-presidente da primeira comissão permanente dos CIAM, que foi exilado para os Estados Unidos durante a grande guerra. Essa terceira versão da carta, ilustrada com imagens das cidades norte-americanas, já anuncia uma crise maior, que viria a se consolidar alguns anos depois, durante os encontros do CIAM posteriores à guerra.

Além dessas mais difundidas, são encontradas, ainda, diversas traduções desse documento. Dentre elas, a publicada em 1955 por Admar Guimarães, *A Carta de Atenas: urbanismo dos C.I.A.M.*, membro do Escritório de Planejamento Urbano da Cidade de Salvador (Epucs)⁴⁰ e professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, traduzida da versão de Sert, com comentários sobre Salvador.

A opção por manter estes comentários [...] decorre da necessidade histórica de registrar como as lideranças locais (ligadas ao EPUCS) absorviam e deglutiam, ‘antropofagicamente’, o pensamento moderno dos CIAM em nosso contexto, no meado do século XX. É instigante ver que, embora o texto preferido para a tradução de GUIMARÃES seja *The Town Planning Chart* (1942), o título adotado em português seja o de *A Carta de Atenas*, retomando o título consagrado pela versão francesa e o mais divulgado no Brasil e no mundo a partir dos anos 50. (SAMPAIO, 2001, p. 17, grifo do autor)

Após o CIAM IV, Le Corbusier pretendia continuar promovendo a condução das discussões para a temática do urbanismo funcionalista. Durante o CIAM VI, em 1947 - a primeira edição do congresso após a Segunda Guerra -, propôs que todos os trabalhos discutidos nos congressos fossem apresentados num modelo padronizado, em uma “grade” ou “grelha” - a “*grille* corbusiana”. Sob o pretexto de facilitar a comparação entre os projetos apresentados, a *grille* reforçava a leitura gráfica das cidades analisadas, sob os mesmos critérios de representação - a separação de funções -,⁴¹ ao destacar os problemas entre uma cidade e outra, produzindo e generalizando um método de análise que pretendia estar na base da própria produção de projeto.

Entre 1942 e 1948, na tentativa de uniformizar ainda mais os parâmetros do urbanismo moderno, Le Corbusier desenvolveu um sistema de medição que ficou conhecido por *Modulor*, do francês *module* e *or*, o “módulo de ouro”, baseado na proporção áurea e nos números de Fibonacci e usando também as dimensões médias humanas.⁴²

O sistema, inicialmente pensado a partir de um homem de 1,75 m de altura [a altura média de um francês e, de resto, a altura do próprio Le Corbusier], é rapidamente adaptado para a altura de um homem de 1,83 m. (LE CORBUSIER, 2010a, p. 10)

O *Modulor*, como uma sequência de medidas que Le Corbusier usou para encontrar harmonia nas suas composições arquiteturais, seria talvez o homem-padrão para habitar a sua “cidade ideal”. Dessa forma, o arquiteto propõe colocar como medida o homem ideal, a despeito do homem real das ruas. Nas primeiras proposições do livro *Urbanismo*, de 1925, Le Corbusier (2009, p. VII) nos aponta que “a cidade é um instrumento de trabalho” e, para tanto, para a conservação e reprodução das vidas e dos bens no meio urbano, se fez necessária a constituição redutiva e racionalizada de um homem-tipo: um corpo saudável, ativo, útil e produtor. Para o arquiteto franco-suíço, “[...] todos os homens têm o mesmo organismo, as mesmas funções. Todos os homens têm as mesmas necessidades”. (LE CORBUSIER apud CHOAY, 1998, p. 21)

O *Modulor*, essa imagem do homem de medidas ideais, sem contornos e movimentos, contrapondo-se à multiplicidade das pessoas das cidades, seria ironicamente usado pelo casal Smithson na *grille* do projeto Urban Reidentification, durante o CIAM IX de 1953, como crítica incisiva à “cidade funcional”. Nessa outra representação da *grille* corbusiana, são retratadas pessoas reais – as crianças –, algo raro no debate dos CIAM, propondo o questionamento das relações e dos conceitos de hierarquias e lugares. As quatro categorias funcionais foram substituídas pelas chamadas “escalas de associação”: a casa, a rua, as relações, o bairro e a cidade recuperando aqui parte do pensamento do urbanista escocês Patrick Geddes – elementos que representavam a crítica ao caráter abstrato da matriz racionalista precedente, mas que, sobretudo, profanavam imagens tão caras e já

sacralizadas pelos modernos, principalmente por Le Corbusier, através de brincadeiras infantis na cidade. Aquele *Modulor* disforme e com o ventre explodido daria a luz à nova geração de arquitetos modernos.

Se, por um lado, aquelas imagens do vídeo de Jaap Bakema⁴³ podem ser interpretadas como uma encenação irônica e simbólica do que seria a morte do movimento moderno em arquitetura e urbanismo, através da sua instituição máxima, nos CIAM, por outro, elas podem simplesmente ser encaradas como uma brincadeira dos jovens arquitetos, que, a partir daquele momento passariam, a assumir os encontros. Continuando a se reunir de maneira mais informal e menos rígida que os CIAM, porém

[...] mais relevante, usando os projetos muito diversos de seus membros para dar destaque a princípios de complexidade, de especificidade local, de crescimento e - principalmente - de transformação e de intervenção dos usuários, todas estas, noções ausentes da visão linear de progresso dos CIAM. (COHEN, 2013, p. 321)

Quando os vários membros do Team X pronunciaram, no CIAM IX de 1956, que “a vida cai através da rede das quatro Funções”, formularam, ao mesmo tempo, a sua resposta aos CIAM e às Cartas de Atenas. Foi nesse congresso que Alisson e Peter Smithson invocaram o que pode ser pensado como uma cena primordial para esse grupo de arquitetos: crianças brincando nas ruas da cidade.

A brincadeira das crianças é um elemento importante para o Team X. Como a sociabilidade espontânea e improvisação, o grupo de arquitetos da “nova geração” moderna se juntou como resposta à condição do discurso dogmático e da prática arquitetônica representada pelos CIAM. Como uma brincadeira em grupo, o Team X permitiu aos membros que agissem como suportes criativos uns aos outros, nos quais a brincadeira das crianças representava uma forma de unidade, diferente da identidade dogmática da geração anterior. Dessa forma, o Team X poderia realizar uma espécie de trabalho-brincadeira que só seria possível através da atividade coletiva, sem a exigência de estabelecer um programa definitivo de prescrições arquitetônicas e considerando as especificidades e diferenças entre aqueles arquitetos.

As fotografias de crianças que brincavam nas ruas de Bethnal Green⁴⁴ – então uma das áreas mais empobrecidas do East End de Londres, que ilustram a *grille urban reidentification* –, do casal Smithson no CIAM IX, revelam-nos que a brincadeira infantil parece ser uma atividade que simultaneamente esconde e exhibe uma infinidade de questões valiosas ao Team X: improvisação, invenção, a flexibilidade territorial, a sociabilidade improvisada. E era isso que ressoava como expressão do grupo, tanto que as crianças que brincavam na rua apareciam como o melhor exemplo possível de associações e relações humanas. Assim, privilegiar imagens de crianças brincando na rua era uma maneira de anunciar a prioridade ao ser humano em todas as suas categorias e idades. O fotógrafo Nigel Henderson (1953 apud FRAMPTON, 2008, p. 322) afirmou:

Sinto-me extremamente feliz entre coisas abandonadas, fragmentos corrosivos que foram lançados à margem da vida, mas que ainda conservam a efervescência da vida em si. Existe nisso uma ironia, e ela forma pelo menos um símbolo parcial da atividade artística.

Invocar uma imagem de crianças brincando servia, sobretudo, para produzir uma outra imagem, vividamente ambivalente: por um lado, uma imagem de habilidades resistentes, a de poder criar algo do nada, inventar brincadeiras a partir do terreno urbano;⁴⁵ e, por outro lado, uma imagem de fragilidade, de um mundo social à beira do colapso ou do esquecimento, exposta ao desaparecimento.

Nas palavras do fotógrafo, essas imagens precárias, que justapõem a alegria e destruição, retratam “uma humildade selvagem gerada por meios limitados”. (HENDERSON apud COWARD, 2017, p. 34, tradução nossa) São imagens que, por um lado, revelam pobreza; por outro, parecem oferecer em resposta uma forma de melhoria. Essas imagens de uma aparente fragilidade, aliadas a uma grande potência construtiva e de aprendizado, fornecem ainda um elemento importante do repertório do Team X: são as imagens da “arquitetura vernácula”, de culturas de diversos povos do mundo – arquitetura essa que se tornou mais evidente e “celebrada” na exposição *Architecture without Architects*, realizada por Bernard Rudofsky no Museu de

Arte Moderna de Nova York, em 1964-1965, mas que permanece desconsiderada e silenciada por muitas narrativas históricas sobre arquitetura e urbanismo modernos.

Em determinadas narrativas, ainda, as culturas populares e a autoconstrução, como as favelas, tornam-se o pecado a ser combatido pelos arquitetos e urbanistas, que reiteram a centralidade de sua funções e linguagens modernas. A tábula rasa parece-nos ser o *modus operandi* dessas operações. As políticas públicas de erradicação de “assentamentos populares” parecem coadunar com semelhantes narrativas e modos de fazer, como pôde ser vista em Brasília com a criação da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), que expulsou para as cidades satélites as populações candangas provenientes dos antigos construtores da cidade, que autoconstruíram suas habitações nas proximidades dos canteiros de obras e que sobreviviam ocupando determinados territórios do Plano-piloto.

O registro dos assentamentos populares nos canteiros de obras e dos retratos dos candangos⁴⁶ que Marcel Gautherot se pôs a fotografar, ao mesmo tempo em que registrava a cidade moderna e sua arquitetura monumental, também parece-nos lançar luz sobre determinadas perspectivas e fragmentos de uma cultura em constante invenção, que estão expostas à semelhante violência de desaparecimento. Ao mostrar os rostos dos construtores sem nome da capital e ao registrar as condições precarizadas de suas vidas, as fotografias de Gautherot parecem ser capazes de conquistar-lhes parcelas de humanidade na exposição de suas barbáries. Uma humanidade que apenas se apreende ao revelar a sua dimensão – e, com demasiada frequência, sua dimensão violenta – histórica, social, coletiva e política, como nos conta Bertolt Brecht. (apud DIDI-HUBERMAN, 2014, p. 50) Esses registros pictóricos nos expõem que a construção da cidade moderna de Brasília esteve substancialmente interligada e dependente da inventividade de culturas populares e anônimas, apesar dos discursos delineados pela superação das condições precárias passadas através de uma reinscrição conduzida pela genialidade dos arquitetos modernos. Culturas populares, apesar das violências expostas por Gautherot, edificaram a cidade-monumento que legitimou o Brasil no cenário moderno para o mundo.

O que parece estar exposto nas fotografias de Gautherot ou no pequeno fragmento filmico de Bakema são imagens fugidias de forças sobreviventes, contestadoras e profanadoras. Forças que nos levam a uma percepção dos passados – ou da origem (*Ursprung*),⁴⁷ como prefere Walter Benjamin – como espaços de conflitos que perseveram atravessam os tempos históricos e irrompem no presente contestando e abalando as ideias unificadoras de seus opressores futuros. Por menores que essas forças aparentem ser, elas são capazes de promover abalos moleculares e fazem irromper, nos dias de hoje, seus desejos recalçados, pois essas disputas e mediações simbólicas atravessam os tempos e vêm até o presente nos fazer rememorar a barbárie de seus contemporâneos. O que vemos ressurgir ao longo do tempo são disputas pela sobrevivência desses modos de vida menores, modos de fazer e táticas que sobrevivem, em sua heterogeneidade, aos seculares processos de repressão e de desaparecimento e são capazes de desestabilizar, abalar, subverter e denunciar os mesmos processos, profanando-os.

EM TORNO DO POPULAR

Ao nos desviarmos da tentativa de definição de um conceito geral para “popular”, propomos explorar esse termo como tônica de um campo de debates, dentro do pensamento urbanístico, chamando atenção para um território semântico e conceitual que emerge em torno da mesma palavra. A partir de processos de aproximação e enfrentamento entre determinados acontecimentos históricos da segunda metade do século XX, os quais confrontam as proposições críticas ao moderno, veremos que a noção de popular desliza num adensamento lexical constituído por expressões diversas: “vernacular”, “artesanal”, “comercial”, “industrial”, “universal” e “regional” são apenas algumas delas e já sugerem as tensões teóricas e históricas que estão implicadas nos modos como o popular foi mobilizado na cultura urbanística ocidental no período pós-guerra.

Uma das vertentes de estudo desse campo de debates identifica o popular, num contexto social de pós-industrialização, com o *pop*, com

a cultura comercial da sociedade de consumo conforme explorada pela *pop art*. No âmbito do pensamento urbanístico, essa vertente encontra considerável substrato teórico no contexto da crítica pós-moderna nos Estados Unidos, com a publicação de Robert Venturi, Denise Scott Brown e Steve Izenour, *Aprendendo com Las Vegas*⁴⁸ (1972). Ao se proporem a analisar o fenômeno urbano das cidades de acostamento, os autores pautam a discussão pela dimensão simbólica da arquitetura enquanto sistema comunicativo no imaginário da sociedade de consumo, conduzindo a análise da cidade de Las Vegas, paradigma desse fenômeno norte-americano, segundo a relação espaço, escala, velocidade e símbolo.

Outra vertente desse campo de debates desvia-se para um contexto social de pré-industrialização, temporalmente próximo ao anterior, mas bastante distinto dele, e toma como ponto de partida a criação do Museu de Arte Popular (MAP), em 1963, na cidade de Salvador, Bahia, sob direção de Lina Bo Bardi. Se, de um lado, vemos, por meio de *Aprendendo com Las Vegas* (1972), o popular ser atrelado à dimensão simbólica do ordinário comercial, num contexto de sociedade industrializada cuja dinâmica econômica é atravessada pelo consumo de massa; de outro, vemos, por meio da criação do MAP, o popular ser associado a uma dimensão do vernacular pré-industrial, numa sociedade em vias de industrialização, pautando uma discussão em torno de processos artesanais, específicos de culturas locais, cujas existências são incontornavelmente ameaçadas por novos modelos econômicos, típicos de civilizações universais.

Diante dessa polarização entre *pop* e vernacular, entre industrial e artesanal, Kenneth Frampton formulou, em 1983, sua abordagem conciliatória entre civilização universal e cultural local por meio do conceito de regionalismo crítico, que buscou superar essa dicotomia pela ideia de síntese. Frampton inspirou sua proposta no termo cunhado por Alexander Tzonis e Liane Lefavre e ilustrou-a com arquiteturas reunidas desde meados do século XX, sobretudo em contextos relativamente periféricos.

No entanto, para a crítica e historiadora da arquitetura Marina Waisman, atuante no contexto latino-americano sobretudo entre 1970

e 1990, a proposta de Frampton, ao contrário de superar, reitera as dicotomias que sustentam a polarização entre natureza e tecnologia, moderno e popular, das quais, em tese, sua abordagem se desviaria. Isso porque, ao enunciar o gesto de colocar em relação universal e local, Frampton o faz segundo um gesto de resistência ao acultramento avassalador implicado na civilização universal, sem, no entanto, se desviar desse processo. Apenas submete-se a ele de maneira, em tese, menos passiva, utilizando-se, para tanto, dos mesmos parâmetros de análise arquitetônica formulados nos países centrais. Para Waisman, o regionalismo de Frampton desconsidera a potência dissidente da cultura popular nas margens e não dá visibilidade a essa potência como agente de transformação que se vê como região, entidade cultural dotada de autonomia, inserida numa rede de relações não hierarquizadas segundo centros e periferias. Essa discussão, partindo das publicações *Towards a critical regionalism* e *Prospects for a critical regionalism*, ambas de 1983, de Kenneth Frampton, e *O interior da história*⁴⁹ (1990), de Marina Waisman, constitui, por fim, uma terceira vertente do campo de debates que ora apresentamos ao abordar o popular, explicitando uma aproximação que se propõe dialética entre *pop* e vernacular, industrial e artesanal, universal e local.

Os acontecimentos apresentados operam como pontos de tensão dentro de um campo de forças, que é o campo de debates sobre o enfrentamento crítico ao moderno empreendido pelo popular. Não é gratuita a escolha desses acontecimentos e dessas publicações como pontos de tensão em torno dos quais constrói-se o campo de debates sobre o popular. No âmbito das pesquisas da *Cronologia do Pensamento Urbanístico* realizadas no Laboratório Urbano, na UFBA, essa vertente de estudos sobre o popular surge como desdobramento do ponto de inflexão *Aprendendo com Las Vegas*, o qual reunia as pesquisas sobre o pós-moderno no pensamento urbanístico, localizando a publicação homônima de Robert Venturi, Denise Scott Brown e Steve Izenour, de 1972, como um momento de mudança de paradigma para essa disciplina. Ao lançar luzes sobre enfrentamentos e aproximações de uma revisão crítica do moderno que se faz pela vertente do ordinário, do cotidiano e do popular, ampliamos esse debate e identificamos, então, a criação do MAP (1963), agenciada por Lina Bo Bardi em Salvador, Bahia, e os debates sobre o regionalismo crítico, a partir

dos textos de Kenneth Frampton (1983) e Marina Waisman (1990), como outros dois acontecimentos que atribuem à composição inicial desse campo de debates o devido caráter de tensão teórica que lhe caracteriza.

Essa tríade inicial – a publicação de *Aprendendo com Las Vegas*, a criação do MAP e as publicações de Frampton e Waisman – busca explicitar a existência histórica de dicotomias como moderno/popular, centro/periferia, civilização universal/cultura local e apontar para as fronteiras por onde esse debate avança, tentando superar a polarização num movimento que implica os extremos conceituais numa relação não excludente de codependência e que inclui o espectro de questões que, entre eles, emerge como igualmente articulador de relações complexas. Os três momentos que mostraremos a seguir – I. *Aprendendo com Las Vegas*; II. *Museu de Arte Popular*; III. *Regionalismo crítico* – buscarão explorar esses pontos de tensão, dando a ver os acontecimentos que, ao gravitarem no campo de forças dessa tríade inicial, fazem emergir um esboço de nebulosa em torno do popular.

APRENDENDO COM LAS VEGAS, 1972

Quando os bairros ‘decadentes’ são varridos junto com outdoors e postos de gasolina em nome da recusa da ‘poluição visual’, o dano social pode ser irreparável. No entanto, uma antiga fórmula estética, embora seja mostrada como um limitador, não será abandonada até que seja substituída por uma nova, uma vez que, como já vimos, a forma depende da forma para a sua criação. E, para o estabelecimento arquitetônico, o novo vocabulário deve ter uma linhagem respeitável. Portanto, se o ambiente popular fornece esse vocabulário, ele deve ser filtrado através dos processos apropriados para sua aceitação. Deve tornar-se parte da tradição da arte superior; deve ser a vanguarda do ano passado. Este é outro motivo para enviar a nova paisagem à análise arquitetônica tradicional: para sua aceitação pela instituição. Eles não podem aprender com o pop até o pop ser inserido na academia.⁵⁰ (BROWN, 1971, p. 22-23, tradução nossa)

“Aprender com o *pop*” é a principal provocação e o principal desafio que lançam Venturi, Scott Brown e Izenour no livro *Aprendendo com Las Vegas*, publicado nos Estados Unidos em 1972. Essa publicação, que se relaciona com um debate já inaugurado pela *pop art*, explora o imaginário urbano da sociedade de consumo e da comunicação em massa por meio do estudo sobre uma cidade específica, Las Vegas, mas com abordagens pertinentes a outras grandes cidades, principalmente nos Estados Unidos. Evidencia-se o simbolismo icônico, seja ele de uma celebridade, de um produto ou de um estilo arquitetônico, como estratégia para construção de uma paisagem urbana na qual o *outdoor* e outros elementos de arquitetura comercial na cidade alavancam a popularidade dos produtos dentro de uma lógica de mercado massificado.

Os outdoors são quase aceitáveis. Os arquitetos capazes de aceitar as lições da arquitetura vernacular primitiva, tão fáceis de captar em uma exposição como Arquitetura sem Arquitetos, e da arquitetura vernacular industrial, tão fácil de se adaptar a um vernacular eletrônico e espacial como as elaboradas megaestruturas neobrutalistas ou neoconstrutivistas, não reconhecem com facilidade a validade do vernacular comercial. Para o artista, criar o novo pode significar a escolha do velho ou do existente. Os artistas pop reaprenderam isso. Nosso reconhecimento da arquitetura comercial existente na escala da rodovia está dentro dessa tradição. (VENTURI; BROWN; IZENOUR, 2003, p. 28)

Os autores propõem, portanto, abordar o vernacular comercial como objeto de estudo, diferenciando-se do vernacular primitivo e de outros. Dentro da lógica desse vernacular comercial, o valor da comunicação e do simbólico é mote para uma discussão sobre o meio urbano, sobretudo no que concerne ao fenômeno do “espalhamento urbano”,⁵¹ típico dos Estados Unidos, mas também presente em outros lugares do mundo. Em diálogo com a *pop art*, no que concerne às apropriações artísticas de artefatos e imagens engendrados pela lógica de produção e comercialização em massa, e com a discussão acadêmica do campo da arquitetura e do urbanismo, mobilizada em publicações como *God’s own junkyard* (BLAKE, 1964), o casal Venturi e Scott Brown,

junto com Izenour, escolhem como “pesquisa aplicada” a cidade de Las Vegas. Eles propõem, segundo relatam, um olhar sem julgamento para esse lugar onde o comércio e o entretenimento constroem uma paisagem específica, reconhecida por eles como vernacular ou, como referido no artigo “On Pop Art, Permissiveness, and Planning” (1969), como popular – aquilo que gera estranheza:

Nas belas artes, descobriu-se uma nova fonte de energia assustadora: o popular. Isso também é antigo. Beethoven, sem dúvida, surpreendeu os salões com seus temas das músicas folclóricas, mas os Beatles fizeram fama na elite intelectual, e Rauschenberg e Lichtenstein estão na capa da Time. No entanto, ainda estamos indignados se um arquiteto se posiciona em defesa dos outdoors ou se um planejador [urbano] remove a emoção de sua voz quando fala de expansão urbana. O primeiro ‘vendeu as motivações mais crassas da nossa sociedade’, e o segundo não reconhece o caos quando o vê. Mas arquitetos e urbanistas são, de fato, novos nesta cena e podem aprender com os outros. Com Edward Ruscha, por exemplo. Suas vinte e seis estações de gasolina são fotografadas diretamente: nenhuma arte exceto a arte que esconde a arte.⁵² (BROWN 1969, p. 185, tradução nossa)

Trabalhos como o citado acima, *Twentysix gasoline stations* (1969), de Edward Ruscha, fomentaram o debate sobre a construção da paisagem urbana segundo a abordagem do popular comercial. Vale salientar que uma das fotografias presentes em *Aprendendo com Las Vegas* é uma imitação, segundo legenda dos próprios autores,⁵³ de *Every Building on the Sunset Strip*, outro livro de artista produzido por Edward Ruscha em 1966.

Em *Every Building on the Sunset Strip*, Ruscha (1966) cria uma montagem de fotografias sequenciais que mostra a arquitetura dos dois lados desse *boulevard* ao longo de “duas milhas [...] a oeste de Hollywood e chegando a Beverly Hills”.⁵⁴ O esqueleto do livro consiste numa estrutura sanfonada que, ao ser desdobrada, cria uma espécie de tira visual de dimensão cinematográfica. Na parte superior, estão imagens de um dos lados da rua e, na inferior, estão as imagens do outro lado. O livro cria uma leitura que vai e

volta infinitamente, numa estrutura de pensamento que é linear e circular ao mesmo tempo. O modo de apresentação das imagens, em sequência contínua e ininterrupta, potencializa a continuidade, a repetição e a circularidade a partir da linguagem da fotografia. Outro aspecto notável desse trabalho de Ruscha é a frontalidade com que ele apresenta cada edificação, de modo que as características arquitetônicas ganham ainda mais presença e podem ser estudadas “como num curso de história da arquitetura”. (SCHWARZER, 2004, p. 204, tradução nossa) Sobre a variedade das edificações representadas em *Every Building on the Sunset Strip* (1966), Schwarzer (2004, p. 204, tradução nossa) escreve:

Há estilos Modeno, Tudor, Art Deco, Espanhol, Colonial, Francês Colonial e Googie. Há hotéis, bancos, escritórios, lojas de bebidas, postos de combustível, edifícios de apartamentos, e casas unifamiliares. Há também a Body Shop Bulesca. Dentro do ritmo regular dos disparos, todas as variações são observáveis – onde as edificações parecem especialmente próximas umas às outras e onde aparecem estacionamentos. Observamos do mesmo modo as árvores, os sinais, os postes, os carros estacionados, os letreiros luminosos, os sinais de vende-se, os bancos de paradas de ônibus com propagandas e alguns poucos pedestres. Palmeiras, suas copas cortadas pelo enquadramento da imagem, parecem postes de telefone. Luzes de rua balançam no ar.⁵⁵

A proposta de Ruscha difere significativamente do enfoque dos fotógrafos de arquitetura da época em razão do aspecto de descompromisso compositivo que apresentam. Ruscha não estava interessado em fotografar uma construção específica a ser divulgada e vendida nas revistas especializadas. O que lhe impulsionava eram antes ideias de serialização, de repetição, de banalidade presentes no daquele determinado modo de se viver e ocupar o mundo – que era o das cidades da Costa Oeste americana naquele momento, como Los Angeles e Las Vegas.

Numa resenha de 1974, o crítico James Marston Fitch comenta sobre as imagens do livro de Venturi, Scott Brown e Izenour – dentre as quais encontramos exemplares que remetem diretamente a *Every Building on*

the Sunset Strip (1966) –, apontando como elas reproduzem certo “erro de cálculo grotesco” das fotografias de arquitetura. Ao simplificarem a realidade representada de acordo com a formação e os interesses pessoais dos autores, as fotografias no livro não problematizam as delicadas questões ambientais que acompanharam o desenvolvimento da cidade de Las Vegas, sob o poder de empreendedores como Howard Hughes. (FITCH, 1974, p. 89) A crítica de Fitch, como bem apontado por Cervin Robinson (1975, p. 11-12), sugere ainda outros caminhos a serem seguidos pela fotografia de arquitetura a fim de melhorar sua capacidade de comunicação. Para além desses aspectos, a avaliação de Fitch também permite discutir como a linguagem visual de *Aprendendo com Las Vegas* seguia coerente com as discussões teóricas do campo arquitetônico e com as transformações do imaginário urbano que caracterizavam aquela época. Os grandes letrados, fundamentais para a comunicação com aqueles que circulam pela *strip* em seus automóveis, e a construção de espacialidades e equipamentos urbanos de uso prático embasam o debate por um novo vocabulário simbólico para a arquitetura e para as cidades que já aparece no artigo de 1971 de Denise Scott Brown, “Learning from Pop”. Nesse artigo, Scott Brown aborda a necessidade de um olhar inicialmente sem julgamento para a “paisagem *pop*” durante a construção desse novo vocabulário para que, *a posteriori*, seja criada uma consciência crítica.

Posteriormente ao estudos sobre Las Vegas, Scott Brown e Venturi desenvolveram uma pesquisa em Levittown, que foi base para a exposição *Signs of Life: Symbols in the American City*, de 1976,⁵⁶ na Galeria Renwick, situada entre a Casa Branca e a Casa Blair, Washington, Distrito de Colúmbia. Nessa exposição, fotografias do artista Stephen Shore serviram aos foto-murais que compunham o ambiente expositivo – grandes formatos que misturavam fotografia, balões de diálogo e cenário. O foco era em arquiteturas de subúrbio, interiores de casas norte-americanas e outros ambientes comuns à paisagem construída dos Estados Unidos. Ganhou relevo a escala da residência para explorar o simbólico nas apropriações populares da arquitetura e da paisagem urbana numa sociedade de consumo. Trata-se de uma pesquisa visual e formal que coloca em xeque a máxima modernista “forma segue função” e que busca dar relevância ao simbólico decorativo do *pop*. Trata-se, portanto, de um desdobramento

da discussão urbana do *pop* comercial e do simbólico para a dimensão do habitar, para a escala da casa.

Outras obras contemporâneas a *Aprendendo com Las Vegas* também se utilizam da proposta de análise em torno de uma cidade específica e das imagens como processo de investigação e matéria de análise. Reyner Banham, por exemplo, publica, em 1971, o livro *Los Angeles: The Architecture of Four Ecologies*, no qual aborda o crescimento dessa cidade sob alguns aspectos específicos, como a indústria cinematográfica.

[...] Assim como o Pavilhão de Brighton foi uma paráfrase de Londres da Regência, Las Vegas tem sido uma paráfrase de Los Angeles. E o mais importante: Los Angeles assistiu, neste século, à maior produção de fantasias (como indústria e como instituição) da história da humanidade ocidental. Com Hollywood, Los Angeles nos deu o cinema tal como o conhecemos, e imprimiu sua imagem sobre a nascente indústria televisiva [...]. (BANHAM, 2013, p. 104-105)

Rem Koolhaas, por sua vez, como estudante na Cornell University e participante do Institute for Architecture and Urban Studies (IAUS), dirigido por Peter Eisenman, publica em 1978 *Delirious New York*. O livro toma como material básico, segundo o próprio autor, cartões postais, microfilmes e arquivos pessoais, além de entrevistas realizadas pelo autor durante a estadia em Nova York – com figuras como Salvador Dalí, Philip Johnson, Walter Kilham Jr. e Gordon Bunshaft. Como argumenta Koolhaas, o propósito do livro, por meio de uma estrutura do tipo manifesto retroativo, é apresentar uma interpretação de Manhattan:

[...] que confere aos seus episódios aparentemente descontínuos – e até inconciliáveis – um certo grau de coesão e coerência, uma interpretação que quer mostrar Manhattan como produto de uma teoria não-formulada, o manhattanismo, cujo programa – existir num mundo totalmente fabricado pelo homem, isto é, viver dentro da fantasia – era tão ambicioso que, para se tornar realidade, nunca podia ser enunciado abertamente. (KOOLHAAS, 2008, p. 26)

As três publicações se aproximam no desafio de problematizar o campo disciplinar do urbanismo tomando como objeto de estudo uma cidade específica. Nesse sentido, é também um aspecto comum a essas três publicações, que tomam como ponto de partida uma cidade no cenário norte-americano, propor abordagens críticas do urbano que, em vez de lançar novas bases utópicas a partir de uma tábula rasa funcional-racionalista, buscam observar e interpretar, dentro de uma realidade atravessada por uma forte componente comercial, os aspectos estruturantes por meio dos quais seja possível analisar as intervenções realizadas ou balizar aquelas futuras.

A abordagem, até certo ponto elogiosa, por parte dessas três publicações com relação às cidades escolhidas como objeto de estudo, coloca-as igualmente num conjunto de obras entendidas como populistas, no sentido de que elas legitimam o modo como operam essas paisagens urbanas conformadas, predominantemente, segundo um imaginário de sociedade de consumo, cultura de massa e lógica de mercado financeiro, e incorporam esses procedimentos como intrínsecos ao urbanismo contemporâneo.

Kenneth Frampton, em sua publicação “Towards a Critical Regionalism: Six Points for an Architecture of Resistance” (1983), entende algumas propostas – dentre as quais, pelo paralelo com o “simbólico comunicativo ou instrumental”, incluiríamos os trabalhos do casal Venturi e Scott Brown – como populistas e se lança em defesa do “regionalismo crítico” enquanto mediador do impacto da civilização universal com as particularidades do local.

Mas é necessário, como já sugeri, distinguir entre regionalismo crítico e tentativas simples de reviver as formas hipotéticas de um vernáculo perdido. Em contradição com o regionalismo crítico, o principal veículo do *populismo* é o símbolo comunicativo ou instrumental. Esse símbolo não procura evocar a percepção crítica da realidade, mas sim a sublimação de um desejo de experiência direta através da provisão de informações.⁵⁷ (FRAMPTON, 1983, p. 21, grifo nosso, tradução nossa)

Veremos, mais à frente neste texto, nuances sobre esse embate

crítico. Por ora, vale salientar, no entanto, que a formulação teórica de Frampton sobre o regionalismo crítico concentra-se na arquitetura, enquanto os estudos por ele entendidos como populistas – dentre os quais podemos incluir a publicação *Aprendendo com Las Vegas* – propunham uma discussão que não se limitava à arquitetura, ampliando-se, por meio da chave de abordagem do sistema comunicativo, ao meio urbano.

Também na ideia de populismo está implicada uma suposta irresponsabilidade social atribuída aos trabalhos de Venturi, Scott Brown e outros atores envolvidos com esse tônica de pesquisa em torno do *pop*. Além de Frampton, Tomás Maldonado e Fred Koetter foram igualmente críticos à abordagem do casal, que deixa sempre clara uma consciência acerca das questões sociais, mas não se debruça sobre elas. (KOETTER, 1998 MALDONADO, 1971) No artigo “On Architectural Formalism and Social Concern: A Discourse for Social Planners and Radical Chic Architects”, publicado em 1975, Denise Scott Brown levanta questões relevantes a respeito de um conflito entre campos de formação e defende a necessidade de interdisciplinaridade. Além disso, aproveita para se posicionar contrária a uma postura modernista e elitista:

Em suma, sugiro que as alegações contra nós de irresponsabilidade social não são pelo fato de termos analisado formas, nem tampouco pelo fato de que as formas que analisamos estão em uma sociedade capitalista, nem mesmo pela consideração ecológica à qual essas formas, sem dúvida, são sujeitas, mas no simbolismo da classe média baixa das formas de Las Vegas e Levittown que são ofensivas aos gostos da classe média alta de muitos arquitetos.⁵⁸ (BROWN, 1998, p. 322, tradução nossa)

E ainda lança uma provocação contra os planejadores que consideram que as questões estéticas interessam somente aos arquitetos:

As pessoas valorizam a beleza menos do que os arquitetos? Elas se preocupam tão pouco e respondem tão pouco à aparência física de seus arredores como os planejadores pensam que elas fazem? Nossos estudos das alterações que as pessoas fazem em suas

casas, uma vez que as adquirem daqueles que a desenvolveram e sem a ajuda de arquitetos, sugerem que muitas pessoas se importam o suficiente para investir em sua casa na busca de uma aparência que está mais alinhada com suas imagens a respeito de si mesmas do que era quando se mudaram inicialmente, e que essas imagens parecem ser de classe, renda e grupo étnico a que estão relacionadas, e são, para a maioria dos grupos, muito diferente do que é considerado uma boa imagem para os arquitetos.⁵⁹ (BROWN, 1998, p. 326, tradução nossa)

Para Scott Brown, portanto, a dimensão social é fundamental à abordagem que eles propõem, uma vez que, diferentemente da tecnocracia moderna, eles buscam na sociedade “uma compreensão respeitosa de seus artefatos culturais e uma estratégia amorosa para que seu desenvolvimento e atenda às necessidades sentidas e ao modo de vida das pessoas”.⁶⁰ (1969, p. 186, tradução nossa) Isso não implica abandonar o próprio campo disciplinar, em termos de teoria e técnica, em função da frustração “pela sua irrelevância segundo a prática de muitos profissionais, em busca de problemas urbanos reais. [...] Isso é um desperdício e deve ser desnecessário”. (BROWN, 1969, p. 186, tradução nossa) Para ela, trata-se, ao contrário, de “oferecer a uma nova sociedade, além de um bom coração, sua própria habilidade, usada em função da sociedade”. (BROWN, 1969, p. 186, grifo do autor, tradução nossa)

MUSEU DE ARTE POPULAR, 1963⁶¹

Em 1963, com a exposição Civilização Nordeste, Lina Bo Bardi inaugurou em Salvador o MAP, instalado no Solar do Unhão. A inauguração desse equipamento cultural, que, já pelo nome, interessa diretamente ao campo de debates que propomos por meio deste texto, não foi um evento isolado. Entre o final da década de 1940 e a década de 1960, a Bahia viveu um intenso processo de modernização, transformação social e efervescência cultural que mudou o seu espírito urbano provinciano. Chamado de “democracia populista” por muitos historiadores (PEREIRA, 2008, p. 57), esse período foi um respiro entre ditaduras – a de Vargas, com o Estado

Novo, e a militar, instaurada em 1964 – em que “a Cidade da Bahia foi tomada pelo ímpeto da renovação cultural, dispondo-se a se constituir em pólo irradiador ou plataforma de lançamento de signos na vida estético-intelectual do país”. (RISÉRIO, 1995, p. 16)

Antônio Risério atribui uma centralidade à criação da UFBA – então chamada de Universidade da Bahia –, com as iniciativas realizadas na gestão do reitor Edgard Santos, ocorrida entre 1946 e 1961. O reitor tinha a cultura como um dos principais eixos de suas políticas dentro da instituição e possibilitou um ambiente marcado por um intenso intercâmbio entre cidade e universidade. Dentre as suas iniciativas, o convite feito a intelectuais e artistas⁶² para atuarem com ensino e gestão de unidades da UFBA foi um dos catalisadores da movimentação desse cenário.

Lina Bo Bardi chegou à Bahia, em 1958, para ministrar um ciclo de palestras na Escola de Belas Artes e encontrou esse ambiente pulsante, de inúmeras possibilidades, passando a integrá-lo de forma mais intensa ao fixar residência em Salvador, com sua vinda como diretora do Museu de Arte Moderna da Bahia (MAM-BA), em 1959. Durante esse período, ela viajou pelo Nordeste e estreitou sua relação com a cultura popular brasileira. Essa experiência, segundo Rossetti (2002, p. 59), influenciou profundamente o seu trabalho dali em diante.

Tudo isso contribuiu para Lina Bo Bardi entrar em contato com novos modos de vida, com uma paisagem nova, com outras formas de se alimentar, de se vestir e também uma forma de agir sobre a materialidade das coisas de modo muito particular e contundente, numa atitude eminentemente sobrevivencial, como ela mesma destacaria.

A Exposição Bahia, realizada em 1959, em São Paulo, no Ibirapuera, como uma exposição paralela à V Bienal Internacional de Artes Plásticas, é um dos frutos que esse ambiente de trocas produziu. Ela nasceu de uma parceria de Lina Bo Bardi com Martim Gonçalves, através da Escola de Teatro da UFBA, e contou com a participação de Glauber Rocha e Pierre Verger. A exposição trazia fotografias que evocavam o cotidiano baiano, além de apresentar peças de cerâmica,

ex-votos e carrancas das embarcações do Rio São Francisco, entre outros. Com a exposição, Lina Bo Bardi e Martim Gonçalves buscaram questionar a distinção existente entre “arte” e “Arte”, ou seja, arte popular, vista pelos membros da “alta cultura” como algo inferior, e arte erudita. Pereira (2008, p. 101, grifo do autor) destaca em seu trabalho a natureza dessa crítica:

Os autores apresentam em seu *folder-manifesto* um questionamento daquilo mesmo que se encontrava exposto no pavilhão ao lado, na *V Bienal*, isto é, a *Arte*, que assumira um grau de complexidade, de mergulho nas suas próprias questões, que acabara de excluir de si própria, segundo os autores, a sua razão de ser: o homem. Colocam-se, dessa forma, fazendo uma crítica à *Arte*, que, ao produzir um discurso tão especializado sobre si mesma, torna-se algo à margem da sociedade e, para os homens, torna necessário um processo de *iniciação* para que somente então possa ter acesso à sua compreensão.

A arte, por outro lado, esta sobre a qual estão fincadas as raízes de um povo, ligada a problemas reais, está longe de ser considerada “Arte pela Arte”; ela se faz da necessidade de cada dia, como afirma Lina Bo Bardi (1994). Segundo a autora, o povo “é uma massa que inventa, que traz uma contribuição indigesta, sêca, dura de digerir”. (BARDI, 1994, p. 12)

A arquiteta faz questão de diferenciar essa arte – a da cultura popular – do “folklore”, palavra que, segundo ela, “precisa ser eliminada”. Para Lina Bo Bardi (1994), folclore é um instrumento de alienação que o Estado utiliza para neutralizar o caráter transformador e subversivo que a cultura popular possui – uma prática recorrente em países com regimes totalitários, de base nacionalista. Para fundamentar essa discussão, Lina se baseia no filósofo italiano Antonio Gramsci, nos seus escritos acerca da distinção entre os termos “nacional” e “nacionalista”.

No caderno 3, que compõe os *Cadernos do cárcere*,⁶³ escrito em 1930, Gramsci levanta a discussão feita pelo filósofo francês Julien Benda de que “se serve melhor ao universal na medida em que se é particular” e ressalta:

[...] A nacionalidade é uma particularidade primária; mas o grande escritor se particulariza ainda entre seus conterrâneos e esta segunda ‘particularidade’ não é um prolongamento da primeira [...]. É precisamente isto que os nacionalistas não aceitam; para eles, o valor dos grandes intelectuais, dos mestres, consiste em uma semelhança com o espírito do seu grupo, em sua fidelidade, em sua precisa capacidade de expressar esse espírito [...]. (GRAMSCI, 2001, p. 72)

Segundo Gramsci (2001), portanto, nacional é o conjunto de características que distingue um país dos demais, como sua língua e sua cultura. É o que esse pensador caracteriza como “particularidade primária”. Nacionalista, por outro lado, é o modo como esses valores coletivos são supervalorizados, cultuados, não dando espaço para a manifestação das particularidades do indivíduo. Com o cotejamento das abordagens de Gramsci e Lina Bo Bardi, é possível perceber a relação direta dos regimes nacionalistas e a utilização do folclore como instrumento de pacificação da cultura. Ao pregar uma fidelidade ao “espírito do grupo”, ao espírito de uma nação, a cultura é aprisionada e se torna estática, convertendo-se em folclore.

Um outro viés da neutralização da cultura popular é a forma como a sua produção é apropriada pelas classes média e alta, desvinculando-a de seu significado e do contexto no qual ela é gerada. Como consumidores de um *kitsch*, a burguesia, segundo Lina Bo Bardi (1994, p. 31), transforma essa produção em um artesanato meramente decorativo:

O verdadeiro sentido do Kitsch é o medo, medo da morte, a recusa à morte feita pelas donas de casa que amontoam, contra um fantasma, para não ter que enfrentá-lo, o dilúvio das pequenas ternuras familiares, a hipocrisia das rendinhas e dos coelhinhos pascais, das cortinas bordadas e dos enfeites, e lembranças de todos os tipos. [...] O verdadeiro Kitsch não é do povo, é da burguesia e é irreversível.

Bo Bardi explora o caráter subversivo da cultura popular no catálogo da exposição Civilização Nordeste ao caracterizá-la como uma “acusação”. Essa exposição inaugurou o MAP no conjunto arquitetônico do Solar do Unhão, em Salvador, Bahia, em novembro de 1963, e consistiu em uma exposição coletiva de “artistas da Bahia, Pernambuco, Ceará

e do Centro Cultural do Recife”. (BARDI, 1967 apud RUBINO; GRINOVER, 2009, p. 131) A mostra trazia objetos do dia a dia do povo nordestino, como peças cerâmicas e utilitários feitos de lata, que eram dispostos em caixotes de madeira e dividiam o espaço com jangadas, pilões e as carrancas do Rio São Francisco.

Em 1965, o Itamaraty – já sob o comando dos militares – havia decidido levar a exposição para a Galeria de Arte Moderna de Roma, com o nome “Nordeste do Brasil”. A exposição, no entanto, não chegou a acontecer. Na véspera de sua inauguração, a Embaixada Brasileira ordenou o seu desmonte e o envio das peças de volta para o Brasil. Bruno Zevi escreveu um artigo sobre o ocorrido no *L'Espresso* de Roma intitulado “A arte dos pobres apavora os generais”, em que afirma:

A tese de Lina Bo Bardi é confirmada em Roma. [...] São argumentos muito perigosos, subversivos, porque [...] referem-se ao interior faminto do continente, à realidade do País e à sua realidade, da miséria e da cultura, generais e embaixadores perdem a cabeça, desafiam o ridículo e, por fim, proibem insensatamente uma exposição. (ZEVI, 1965 apud BARDI, 1994, p. 49)

O MAP dividia o espaço do Solar do Unhão com o MAM-BA, que, até então, tinha funcionado no *foyer* do Teatro Castro Alves. Conforme consta em um esquema gráfico datado de 9 de novembro de 1959,⁶⁴ o programa do MAP era o levantamento do artesanato popular de todo o Brasil, composto por três frentes previstas por Lina Bo Bardi: atividades didáticas, com uma Escola Livre de Arte Infantil, exposições didáticas e a Escola de Desenho Industrial e Artesanato; atividades editoriais, com uma revista de arte do museu; e atividades museográficas, com pinacoteca e exposições temporárias.

A Escola de Desenho Industrial e Artesanato ofereceria cursos de capacitação da mão de obra, visando ao processo de industrialização já em curso no Nordeste (ROSSETTI, 2002, p. 72), e tinha como objetivo promover o contato entre “técnicos, desenhistas e executores”. (BARDI, 1958) Segundo Bo Bardi, seu plano para aquele espaço era “não o de arte-lazer, mas de trabalho popular”, como ela escreveu em uma carta enviada para o então governador da Bahia, Lomanto

Júnior, em maio de 1963.⁶⁵ A palavra “arte”, nesse contexto, estava associada também ao fazer técnico.⁶⁶ A arquiteta destacava o aspecto prático da palavra – assim como o fez com a palavra “civilização” – para distanciá-la do sentido de arte pela arte. A arte à qual ela se referia vinha da necessidade e do fazer cotidianos. Como ela ressalta no catálogo da exposição Civilização Nordeste:

Cada objeto risca o limite do ‘nada’ da miséria. Esse limite e a contínua e martelada presença do ‘útil e necessário’ é que constituem o valor desta produção, sua poética das coisas humanas não-gratuitas, não criadas pela mera fantasia. (BARDI, 1994, p. 35)

Vale destacar que, para Lina Bo Bardi, a produção que no Brasil denominamos “artesanato” seria, na verdade, um “*pré-artisanato doméstico esparso*”, fruto de uma “imigração rala de artesãos ibéricos ou italianos”. Segundo ela, a palavra “artesanato” deriva da palavra “arte” no sentido de corporação, um “corpo social [que] nunca existiu no Brasil”. (BARDI, 1994, p. 12) Essa organização a que Bo Bardi se refere são as corporações de ofício, existentes desde a Antiguidade e comuns na Idade Média, que consistiam em grupos profundamente hierarquizados, que exigiam um longo processo de formação de seus aprendizes. (ROLNIK, 1995, p. 32)

Considerar que o artesanato provém exclusivamente dessas corporações é controverso, sobretudo ao implicar a exclusão do Brasil nessa discussão, já que se remete, no sentido mais estrito, a organizações medievais extintas. No Brasil, talvez não houvesse, naquela época, um corpo social organizado rigorosamente enquanto corporação, mas existia uma complexa organização social, a qual era fundamental inclusive na transmissão do saber, conforme uma relação mestre-aprendiz, como a que vemos nos ofícios passados de pai para filho. Podemos verificar esse alto nível de organização entre artesãos no próprio trabalho de Lina Bo Bardi, nos documentos relacionados à exposição Civilização Nordeste. Nas cartas que a arquiteta trocou com Francisco Brennand⁶⁷ e Lívio Xavier,⁶⁸ vemos que existia uma união entre os artífices, em especial os do Ceará, para defender seus interesses. Categorizar esse tipo organização enquanto pré-artisanato pela não existência de corporações arrisca desvalidar toda essa realidade.

O catálogo da exposição *Civilização Nordeste* traz alguns elementos sobre os quais vale a pena nos debruçarmos. O primeiro, sinalizado anteriormente, está no caráter acusatório da exposição de uma condição ignorada e negligenciada, “de um mundo que não quer renunciar à condição humana apesar do esquecimento e da indiferença”. (BARDI, 1994, p. 37) Ferreira Gullar também traz o sentido de denúncia que a cultura popular carrega quando escreve, ainda em 1965, que:

A cultura popular é, em suma, a tomada de consciência da realidade brasileira. Cultura popular é compreender que o problema do analfabetismo, como o da deficiência de vagas nas universidades, não está desligado da condição de miséria do camponês, nem da dominação imperialista sobre a economia do país. [...] Cultura popular é, por tanto, antes de mais nada, consciência revolucionária. (GULLAR, 1965, p. 23)

A análise dos textos de Lina Bo Bardi, bem como das exposições que ela organizou, nos permite perceber a sua crença no caráter transformador da cultura popular. É levando as ditas “artes menores” aos espaços destinados à alta cultura que ela expõe uma realidade a que todos preferem dar as costas. Essa denúncia é uma das formas de provocar a “tomada de consciência da realidade brasileira” à qual Ferreira Gullar se refere. Um desenvolvimento que não esteja voltado a atender as necessidades do povo é frágil e ilusório. Sem essa consciência e sem olhar para a sua história, um país não consegue se desenvolver em sua totalidade.

O segundo aspecto, já apontado por Pereira (2008, p. 99), é a utilização do termo “civilização” para referir-se à cultura popular, recorrente na obra da arquiteta, em especial, no período entre as exposições *Bahia e Civilização Nordeste*:

Esta exposição que inaugura o Museu de Arte Popular do Unhão deveria chamar-se *Civilização do Nordeste*. *Civilização*. Procurando tirar da palavra o sentido áulico-retórico que a acompanha. *Civilização* é o aspecto prático da cultura, é a vida dos homens em todos os instantes [...]. (BARDI, 1994, p. 35, grifo do autor)

De acordo com Pereira (2008), a utilização desse termo e os questionamentos em torno da relação entre arte popular e arte erudita podem ser associados ao trabalho de Paul Ricoeur, dentro da discussão sobre civilização universal e culturas nacionais e a condição paradoxal entre as duas. Ricoeur (2007, p. 43-44) aponta o impasse vivido pela humanidade frente à iminência de uma civilização universal única. Essa civilização representa tanto a possibilidade de progresso quanto uma ameaça à sobrevivência das culturas nacionais, exigindo um esforço exacerbado de preservação de suas origens. Uma das características que o autor atribui a essa civilização universal é o desenvolvimento de técnicas, que consistem em um resgate de ferramentas tradicionais aplicadas à ciência.

Ricoeur questiona, ainda, sobre as condições de persistência da criatividade cultural de uma nação diante do perigo de homogeneização que a civilização universal apresenta. Ele traz como uma das condições primordiais para que isso aconteça o enraizamento da herança cultural dessa nação, em lugar da simples repetição de seu passado. Caso contrário, “essa fidelidade ao seu passado não passaria de uma simples ornamentação folclórica”. (RICOEUR, 2007, p. 51) É uma abordagem da qual podemos dizer que Lina também compartilha ao enxergar o folclore como algo que fragiliza a cultura popular, tornando-a inerte:

Quando a produção popular se petrifica em folclore, as verdadeiras e suculentas raízes culturais de um País secam: é sinal de que ‘interesses’ internos ou de importação tomaram o poder central, e as possibilidades de cultura autóctone são substituídas por ‘frases feitas’, pela ‘supina repetição’ e pela definitiva sujeição a esquemas esvaziados [...].⁶⁹ (BARDI, 1994, p. 21)

No diálogo de Lina Bo Bardi com Celso Furtado, superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) de 1959 a 1964, essas questões de universal/local, industrialização/artesanato, arte/folclore, as quais remetem aos escritos de Paul Ricoeur, são centrais. Lina tenta estabelecer uma aproximação entre as condições culturais extremas e também se depara com a discussão de como um povo pode se universalizar sem perder as suas origens. Nos textos da arquiteta, é recorrente a afirmação de que seu trabalho não consiste

em uma apologia da arte popular e na manutenção de um *status quo* – como fica evidente no seu diálogo com Celso Furtado. Dentro dessa discussão, ela insere “os materiais modernos e os modernos sistemas de produção” (BARDI, 1994, p. 21) como os recursos que impedirão a estagnação da cultura popular.

É perceptível, nos textos de Lina Bo Bardi, a necessidade de pontuar que o trabalho com a cultura popular exige o cuidado de não romantizá-la, de não contribuir com a manutenção de uma realidade que precisa ser mudada. Essa reiteração se relaciona com a divergência de posturas entre ela e Celso Furtado, aparentemente esclarecida em correspondência entre os dois em 1964. Nessa troca de cartas, Lina remete a um encontro entre os dois em Recife, quando Celso Furtado teria apontado a exposição *Civilização Nordeste* como “uma apologia artística pro status-quo”, o que surpreendeu Lina Bo Bardi. Em resposta, a arquiteta chamou atenção para a dimensão educacional do MAP:

[...] Queremos constituir uma Universidade Popular, para a formação de operários profissionais, o Museu de Arte Popular será somente o Centro de documentação junto à biblioteca. Mas o ‘material humano’ deverá ser ligado à prática e à realidade. Não adiantaria fundar uma nova ‘Bauhaus’ no Nordeste [...] queria um caminho diferente do sofisticado industrial Design, o mesmo do Ministério da Educação. (BARDI, 1964)

A crítica de Furtado remete aos equívocos e mistificações que idealizadores do artesanato estariam empreendendo naquele momento e que implicavam a “rigidez da própria estrutura social”. Lamentando o mal entendido, Furtado (1964) afirma que:

O meu ponto de partida é o mesmo seu, parece-me. Preocupa-me o homem, sua capacidade de criação. As formas de organização social valem pelo que estimulam essa capacidade criadora. O que produz o homem pelo artesanato visa a satisfazer suas necessidades individuais ou sociais. Ao preocupar-me com a técnica e com a evolução das formas de produção, o que efetivamente me preocupa é a evolução das necessidades humanas.

Assim como Lina Bo Bardi e Paul Ricoeur, Celso Furtado também atribui um papel importante à evolução das técnicas e modos de produção no desenvolvimento social de um povo. A convergência dessas ideias pode ser atribuída ao contexto histórico da época, considerando que eles são contemporâneos e divulgam essas opiniões em momentos muito próximos (1964-1965). Um período marcado pelo crescimento das indústrias e dos meios de comunicação trazia o desenvolvimento tecnológico como uma grande promessa.

Com o golpe militar de 1964 e a mudança nas dinâmicas das políticas públicas que ele acarretou, Lina Bo Bardi se retirou do cargo de diretora do MAM-BA e deixou a Bahia. Em São Paulo, seu trabalho com a cultura popular se desdobra em outras duas exposições: *A Mão do Povo Brasileiro*, no Museu de Arte de São Paulo (Masp), em 1969, e *Design no Brasil - História e Realidade*, em 1982, no Sesc Pompéia, como uma das atividades de sua inauguração. Em 2016, foi feita uma reconstrução da exposição *A Mão do Povo Brasileiro*, quase meio século após sua primeira montagem, o que nos faz questionar o lugar da cultura popular no dias atuais. A pacificação da cultura e sua transformação em *kitsch* não são ameaças: são novas presenças incontornáveis no mundo cultural do entretenimento. As palavras de Lina Bo Bardi não estão tão distantes quanto o tempo faz parecer. Cinquenta e três anos depois do fim de sua experiência na Bahia e “o balanço da civilização brasileira ‘popular’ [ainda] é necessário”. (BARDI, 1994, p. 12)

REGIONALISMO CRÍTICO, 1983

A expressão “regionalismo crítico” surgiu em 1981, no ensaio “The Grid and the Pathway”, publicado em uma edição de *Architecture in Greece*, escrito por Alexandre Tzonis e Liane Lefavre em diálogo com textos de Lewis Mumford dos anos 1940. (EGGENER, 2002; NESBITT, 2008) Nove anos depois, Tzonis e Lefavre publicaram o artigo “Why Critical Regionalism Today?” (1990), em uma edição da revista *Architecture and Urbanism*, no qual atualizam a discussão sobre o termo, relatam “a história do regionalismo no século XX e sustentam a viabilidade atual desse enfoque como paradigma crítico”. (NESBITT, 2008, p. 520)

O regionalismo crítico atual, que nasce com a censura de Mumford ao modernismo postíço do Estilo Internacional, ao contrário das fases anteriores do regionalismo, não apoia a emancipação de um grupo regional nem põe um grupo contra o outro. Ele tenta engendrar a identidade de um ‘grupo global’ em oposição ao ‘eles’, isto é, ao exército tecnocrático e burocrático alienígena de ocupação que impõe a regra ilegítima da anomia e da atopia. O regionalismo crítico, além disso, não só nos alerta por meio da poética de suas formas contra a perda da identidade do lugar e da comunidade, mas também contra a incapacidade ‘reflexiva’ de tomarmos consciência dessa perda no momento em que ela ocorre. A relação do novo regionalismo crítico com o exercício de uma arquitetura mundial também é especial. As operações de identificação, decomposição e recomposição de elementos regionais de modo a ‘estranhá-los’ fazem parte das habilidades universais dos arquitetos. (TZONIS; LEFAIVRE, 2008, p. 528)

O termo criado por Tzonis e Lefaivre, no entanto, passa a ter grande repercussão mundial com a publicação do ensaio “Towards a Critical Regionalism: six points for an architecture of resistance” (1983), de Kenneth Frampton, inserido na coletânea *The Anti-Aesthetic: Essays on Postmodern Culture*, organizada por Hal Foster. Nesse ensaio, Frampton faz uma crítica ao modelo de produção de arquitetura e cidades apresentado na obra de Venturi, Scott Brown e Izenour, classificando a chamada “arquitetura pós-moderna” enquanto populista, isto é, um conjunto de “tentativas simplistas de reviver as formas hipotéticas de um passado vernacular perdido”⁷⁰ (FRAMPTON, 1983, p. 21, tradução nossa), que possui como veículo de circulação signos comunicativos e instrumentais.

Frampton inicia o ensaio com uma epígrafe de Paul Ricoeur extraída do capítulo “Civilização Universal e Culturas Nacionais”, do livro *History and Truth* (1955).⁷¹ Nessa epígrafe, o texto de Ricoeur lança um paradoxo que permeia o debate de Frampton:

O fato é que nem toda cultura pode suportar e absorver o choque da civilização moderna. E o paradoxo é: como modernizar-se e retornar às fontes? Como despertar uma velha civilização adormecida e se integrar na civilização universal.⁷² (RICOEUR, 1965, p. 277 apud FRAMPTON, 2013, p. 505)

Para Ricoeur (2007, p. 48), a civilização universal é permeada pelo espírito científico, pelo desenvolvimento da técnica, por uma política racional, por uma economia racional e universal e, por último, por um estilo de vida universal; e lança as seguintes questões: o que constitui o núcleo criativo de uma civilização? Sob quais condições essa criatividade pode ser adquirida? Como o encontro de diferentes culturas é possível? Segundo o autor, existe no mundo uma cultura de consumo que revela um modo de vida de caráter único e comum a todos, característico do que ele denomina de “civilização universal”. Tal civilização se constitui como símbolo de progresso, mas, ao mesmo tempo, uma sutil destruição, “não apenas das culturas tradicionais, o que pode não ser um erro irreparável, como também do [...] núcleo criativo das grandes civilizações e grandes culturas”. (RICOEUR, 2007, p. 47, tradução nossa) O paradoxo da modernização irá permeiar o debate do “regionalismo crítico” como um esforço por uma arquitetura que possua significado no âmbito da identidade local sem representar uma postura populista, sentimentalista ou folclórica. Uma arquitetura regionalista, segundo os autores de maior repercussão que investigam o tema – Frampton, Tzonis e Lefaivre –, deve remontar ao passado de forma autêntica, sob um ponto de vista crítico e não comercial.

Segundo Frampton (1983), a autenticidade de uma arquitetura do regionalismo crítico seria baseada na consciência do lugar, levando em conta, na sua concepção, topografia, contexto, clima, luz e forma tectônica, aspectos apresentados em um dos pontos do ensaio de 1983. Para o autor, os “condicionantes” da arquitetura regionalista são entendidos como possibilidade de uma forma de produção de arquitetura que vai de encontro aos “produtos” da “técnica universal”, como a utilização do ar condicionado e de janelas fixas. (FRAMPTON, 1983, p. 27)

A construção moderna está hoje em dia tão universalmente condicionada pelas tecnologias avançadas que a possibilidade de criar uma forma urbana significativa tornou-se extremamente restrita. As limitações impostas pelo conjunto da distribuição automotiva, com o jogo volátil da especulação de terra, impõem limites no âmbito do desenho urbano a tal ponto que qualquer intervenção tende a ser reduzida ou à manipulação de elementos

pré-determinados pelos imperativos da produção, ou a um tipo de mascaramento superficial que o desenvolvimento moderno exige, para a facilitação da comercialização e da manutenção do controle social.⁷³ (FRAMPTON, 1983, p. 17, tradução nossa)

No mesmo ano da publicação de “Towards a Critical Regionalism”, Frampton publicou o artigo “Prospects for a Critical Regionalism” em uma edição da revista *Perspecta*. No texto, Frampton retoma parte da discussão iniciada na primeira publicação, fazendo novas referências a obras e arquitetos. Nessas e em outras publicações de Frampton sobre o tema, o autor defende que o regionalismo crítico seria uma estratégia contra uma arquitetura universal e populista, concebida e percebida como uma moda efêmera ou como cenografia. (NESBITT, 2008, p. 503)

A estratégia do regionalismo crítico, segundo Frampton (1983), representa uma possibilidade de resistência à “civilização universal” e ao excesso de confiança na modernização. A crítica do regionalismo não atinge somente a arquitetura pós-moderna “populista” e “comercial”, mas também os projetos modernistas que pregam a homogeneização do ambiente construído. (NESBITT, 2008, p. 503)

Marina Waisman, crítica e historiadora argentina, em suas publicações *La estructura histórica del entorno* (1972) e *El interior de la historia: historiografía arquitectónica para uso de latinoamericanos* (1990), fala de uma “centralização das culturas” presente nos campos da arte, da filosofia e do urbano, na qual as margens adquirem algum tipo de centralidade;⁷⁴ centralidade débil, porque não é universalmente válida e porque seus fundamentos são valores históricos, existenciais, ou seja, variáveis, pouco duráveis. (WAISMAN, 2013, p. 85) Criticando a proposta de Kenneth Frampton, apoiada na interpretação de “civilização universal” de Paul Ricoeur, Waisman defendia a afirmação de uma relação com o lugar a partir do compromisso com o que pode vir a ser pós-desenvolvimento, isto é, divergir dentro do sistema e tomar rumos desviantes; uma crítica não somente ao discurso de Frampton, mas também ao universalismo do ideário moderno em arquitetura e urbanismo de homogeneização do espaço construído. Enquanto Frampton defende uma arquitetura de resistência, Waisman prefere usar o termo “divergência” e explica:

Essa ‘centralização’ das culturas, antes consideradas marginais, pode ser interpretada de diferentes maneiras: Kenneth Frampton, que contribuiu enormemente para lançar o tema na mesa internacional de discussões, a vê como uma possibilidade de *resistência* diante do aparato do mundo pós-industrial, como um modo de manter um núcleo vital sem deixar-se absorver pelo aparato. De minha parte, prefiro interpretá-la como uma *divergência* dentro da direção geral da cultura pós-moderna, como uma intenção de achar caminhos alternativos aos delimitados pela sociedade global. (WAISMAN, 2013, p. 97, grifo do autor)

A visão da crítica internacional sobre o regionalismo crítico, afirmando que “haveria algo na região que deve ser defendido para que permaneça como sempre foi a fim de não sucumbir diante da modernidade avassaladora [...]” (ROCHA-PEIXOTO, 2014) – ou seja, como um movimento de resistência frente à universalização –, difere da interpretação de Waisman. Segundo a crítica argentina, a região não deve “lutar” para a sobrevivência do que sempre foi, e sim estabelecer uma relação com o lugar a partir do compromisso com o que pode vir a ser, isto é, divergir dentro do sistema e tomar novos rumos.

A respeito dessa proposta conciliatória sobre o embate entre uma linguagem universal, moderna, de base industrialista e as práticas locais, específicas de cada lugar, Waisman denuncia uma “função exploratória” por parte dos países centrais sobre os países ditos periféricos:

A esta altura do desenvolvimento da história da arquitetura, não é necessário descobrir o valioso papel que a disciplina desempenhou na arquitetura dos últimos tempos. Sua função crítica foi tão precoce, que permitiu perceber o valor e a importância do trabalho arquitetônico em um determinado momento; ou uma função exploratória, que destacou aspectos não atendidos pela prática ou pensamento arquitetônico; ou mesmo uma função normativa – embora raramente assumida explicitamente – que ao marcar um curso e excluir outros, constituía uma verdadeira força motriz da corrente arquitetônica [...].⁷⁵ Em essência, não são aceitáveis formas determinísticas, biológicas, evolucionistas e teleológicas da história, para as quais é concebida como sendo

atravessada por uma necessidade interna que governa os eventos e os conduz a uma finalidade predeterminada. Essas simplificações que colocam, no final inevitável de um movimento, a realização do destino humano, não só não constituem instrumentos de conhecimento, já que sua validade é contestada pelo estado atual do conhecimento científico e historiográfico, mas são freqüentemente instrumentos aptos para usos políticos.⁷⁶ (WAISMAN, 1972, p. 7-10, tradução nossa)

O arquiteto e historiador Jean-Louis Cohen propõe, por sua vez, em *O futuro da arquitetura desde 1889* (2013), uma nova expressão em torno da discussão do “regionalismo crítico”: o “internacionalismo crítico”. Segundo Cohen (2013, p. 434):

Ao invés de adotar uma postura de defesa diante da ameaça de modernização homogeneizante ou e contentar com posturas utópicas, estes arquitetos preferiram responder ao mercado com calculada prudência. Endereçando-se ao cenário global e se inserindo na fluidez das redes de relações culturais e profissionais existentes entre diferentes cidades, eles reivindicam, em oposição ao passadismo vulgar do pós-modernismo, um certo retorno ao movimento moderno acompanhado, em alguns casos, de simplificações e mesmo falsificações.

Trata-se, portanto, de uma postura contemporânea que adota um olhar retrospectivo, que “privilegia uma arquitetura inscrita nos ritmos e nos materiais do começo do século XX”. (COHEN, 2013, p. 434) Essa reflexão, em um dos capítulos do referido livro, vem como aprofundamento de outros posicionamentos do autor, lançados ao menos desde meados dos anos 1990 (COHEN, 1996, 1997, 1998), em que ele investiga a natureza da prática crítica em arquitetura, reavalia a importância de estudos como os do casal Venturi e Scott Brown e lança uma crítica à abordagem de Frampton, considerando-a importante para o momento em que foi divulgada, mas que levava, no entanto, a uma “caricatura de uma visão de mundo” no que se refere às relações entre cultura e ideologia. (COHEN, 1996, p. 23) O termo “internacionalismo crítico” ganha relevo a ponto de servir de título para a edição da revista *Casabella*, na qual o artigo de Cohen foi publicado. Curioso perceber, no entanto, que, dentro do que Cohen

(2013) chama de “internacionalismo crítico”, o próprio movimento moderno é simplificado e falseado a fim de tornar sua imagem mais facilmente reconhecida hoje. Se Waisman, na marginalidade do campo disciplinar, critica a proposta de Frampton para lançar novas possibilidades, mais populares, de realização para a arquitetura e o urbanismo, Cohen, na centralidade europeia e norte-americana de onde são impostas tantas narrativas historiográficas, atualiza-a, reduzindo o que nela poderia ter existido de potente, a tensão universal/local, por um simulacro estilístico compartilhado por uma “comunidade internacional e informal de arquitetos”.

Para explorar diferentes fios que forjassem uma malha de discussão em torno do popular, tomamos como pontos de partida determinados acontecimentos cujo condição paradigmática, isto é, seu aspecto novelar, destacou-os enquanto pontos de desvio no pensamento urbanístico. A criação do MAP, em 1963, em Salvador, Bahia; a publicação do livro *Aprendendo com Las Vegas*, em 1972, de Venturi, Scott Brown e Izenour; e a publicação dos textos de Frampton (1983) e Waisman (1990) serviram como tríade momentânea de adensamentos de onde puxamos fios – e para onde fios foram levados –, constituindo uma malha de relações que se deforma continuamente a cada nova possibilidade de costura com outros acontecimentos, com outros momentos de adensamento crítico no pensamento urbanístico que possam emergir – a depender da perspectiva adotada.

Essa tríade, provisória e instável, tem sua potência na continuada possibilidade de reconfiguração, de inclusão e de exclusão, evidenciando o caráter movediço do próprio campo de debates que procuramos construir. Outros seriam os contornos desse campo se outros tivessem sido os projetos, as publicações, os eventos ou os fatos relevantes entendidos como possíveis de fazer dobrar o campo da história do urbanismo sobre si mesmo, num movimento de inflexão. E igualmente válidos seriam na medida em que a rede entre eles fabulada pudesse sustentar uma possibilidade de discussão crítica do moderno pela perspectiva do popular.

As relações entre os adensamentos de tensão – ou pontos de inflexão – que constituem esse campo de forças podem não ser

evidentes à primeira vista. Mas, ao investigar a historicidade de cada acontecimento escolhido como ponto de partida, ao identificar seus atores, elencar lugares, apreender discursos, relações que eram inicialmente apenas farejadas se desdobraram e aquilo que antes parecia ser acontecimentos relativamente dispersos emergiram como um campo de forças – teóricas, históricas, conceituais – em torno do popular, segundo o qual a dialética entre civilização universal e cultura local foi, de fato, marcante, mas desviou-se da polarização para uma abordagem que implicou novos fatores nessa discussão como industrialização, sociedade de consumo, imagem, *kitsch*, arte popular, artesanato, regionalismo, centro, margem.

Essa forma de fazer, essa criação historiográfica que empreendemos aqui aproximou-se das matérias – o livro, o evento, os artigos – enquanto diferenciação, descontinuidade, emergência. (FOUCAULT, 1998, p. 15) Há ruptura, em diferentes intensidades, tanto na escolha do objeto de estudo, em *Aprendendo com Las Vegas*, na proposta da Universidade Popular, no MAP ou no lugar da margem como dissidência – e não resistência, segundo Waisman.⁷⁷

EM TORNO DA PARTICIPAÇÃO

“Matéria-prima para pesadelos”⁷⁸ foi a expressão atribuída à “problemática” questão da participação no planejamento urbano presente em um anúncio feito pelo curador do Museu de Arte Moderna de Nova York, Pedro Gadanho, em 2014, a fim de apresentar o processo de curadoria da exposição *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities*, que levou discussões acerca do “urbanismo tático” aos holofotes do museu. Em “A Call for Change: From Collaboration to Participation”, texto publicado no *site* oficial do Museu de Arte Moderna sobre a exposição, Gadanho convida os visitantes da mostra, assim como políticos, pensadores, ativistas e repórteres, a discutirem em conjunto sobre como arquitetos, *designers* e outros atores urbanos podem ser agentes efetivos de mudança frente às duras desigualdades do desenvolvimento urbano atual. Ele atribui ao urbanismo tático a capacidade de envolver essas diversas vozes em

um processo “implacável de urbanização”, uma vez que suas ações encorajam o público a “renunciar ao seu habitual papel de passividade”.

Em 2013, o escritório dinamarquês Gehl Architects foi contratado pelo banco Itaú para realização de um projeto de “ressignificação” do Vale do Anhangabaú, em São Paulo, que posteriormente foi “doado”⁷⁹ à prefeitura. O processo de cocriação do projeto foi validado pela presença de 100 pessoas compromissadas, convidadas por *e-mail* pela prefeitura – entre elas, representantes de empresas, instituições e coletivos ativistas⁸⁰ na realização de três *workshops* participativos. O projeto “construído coletivamente”, entretanto, estava pronto desde 2007,⁸¹ e as reuniões apenas legitimaram decisões que já haviam sido tomadas, evitando a judicialização da proposta por falta de participação popular e cumprindo, assim, com as determinações do Estatuto da Cidade.⁸²

Em 2015, outras vozes gritaram: “Não fechem a minha escola”. O movimento denominado de “Primavera Secundarista”, que se valeu da ocupação das escolas estaduais pelos estudantes, inicialmente como resposta ao plano de reorganização proposto pelo então secretário da Educação do estado de São Paulo, Herman Voorwald, levou à paralisação de quase 200 unidades de ensino durante cerca de 60 dias. A resistências dos jovens estudantes e a situação de tensão levou o governo a recuar. Em dezembro do mesmo ano, por meio do Decreto nº 61.692/2015, o governador Geraldo Alckmin anunciou o adiamento do processo. Em 2016, as manifestações estudantis voltaram a ocorrer, dessa vez contrárias à reforma do ensino médio proposta na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241 e à limitação dos investimentos públicos em educação, atingindo, então, o âmbito nacional e mobilizando cerca de 1.000 unidades de ensino em diversas cidades do país. (ROSSI, 2016)

Emergindo nos debates sobre a produção da habitação e da cidade na primeira metade do século XX, a ideia de participação veria, ainda neste século, seu apogeu e seu escrutínio. De perspectiva “marginal”, “alternativa” ou “experimental” à dimensão “institucionalizada”, “instrumentalizada” ou “normatizada” – a ponto de tornar-se mesmo um “dispositivo” recorrente nas práticas políticas e urbanísticas na

passagem para o século XXI –, a participação configura-se como dimensão incontornável para a história do pensamento urbanístico.

Os fragmentos elencados acima evidenciam que distintas ideias e práticas ditas “participativas” permeiam, ainda, o debate contemporâneo sobre o urbanismo e a produção das cidades, ocupando variados espaços de comunicação e manifestação. Sobretudo a partir dos anos 2000, noções como “urbanismo participativo”, “planejamento comunitário” e afins retomaram fôlego, e foram publicados diversos livros, antologias ou coletâneas de artigos acerca da participação em arquitetura e urbanismo.⁸³

Entre sua fetichização ou execração, entre o seu “sobreuso” e sua transformação em “conceito vazio”, compreende-se que, nesse contexto, antes de renegar a participação – e as ideias e práticas a que ela se associa, histórica e contemporaneamente –, faz-se necessária sua interrogação crítica: propomos tomá-la como campo de debates (e embates) no pensamento e na prática urbanística, considerando que tal interrogação crítica se faz indissociável de uma interrogação histórica e historiográfica.

Tais debates começam a ganhar força sobretudo a partir dos anos 1950, em meio à intensificada urbanização e ao campo de batalha da arquitetura e do urbanismo modernos, quando diversas ideias e práticas de participação se desenvolveram como crítica à lógica universalista e totalizante preconizadas pela corrente então hegemônica do movimento moderno. Inquietações e proposições que reverberavam, na formação e na atuação de arquitetos e urbanistas, um contexto ampliado de debates e movimentações sociais em torno das relações entre política, democracia, cidade e incitavam à construção de outros repertórios de vida urbana, manifestos na valoração das práticas cotidianas, dos saberes populares e vernaculares, das diversas formas de habitar, da autonomia dos indivíduos na construção e gestão do espaço, da experiência e dos processos empíricos de produção da cidade.

A questão da habitação – mais especificamente, o contraponto à produção massiva e aos preceitos homogeneizantes que conformaram

os grandes conjuntos habitacionais modernos – foi um dos motes principais desses debates e experiências diversas de participação que intentaram tensionar o campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo, buscando redimensionar a prática projetual a partir de questões sociais e políticas, incorporando “usuários”, “moradores”, “cidadãos” de variadas maneiras nos seus processos de elaboração e/ou materialização. Foi a partir desse mote, portanto, que nos aproximamos de ideários e práticas participativas,⁸⁴ ao perscrutar perspectivas e experiências críticas que aportassem contrapontos aos modos de pensar e produzir habitação e cidade vinculados à vertente mais difundida da arquitetura e do urbanismo modernos.

Assumi-se, assim, como principal “modo de fazer” a própria construção de uma nebulosa⁸⁵ que possibilitasse apreender alguns contornos, adensamentos e esgarçamentos desse campo, centrando atenção nas possíveis relações que dessa perspectiva se delineariam, sendo a esse movimento panorâmico de investigação que nos referimos.⁸⁶ Nesse sentido, buscando delinear esse campo de debates, consideramos importante começar por mapear se e como ideias e práticas de participação em arquitetura e urbanismo têm sido narradas pela historiografia corrente,⁸⁷ ou melhor, pela “história oficial”, como vimos com Gagnebin (2013), para, em seguida, confrontar essas abordagens com outras menos difundidas. A despeito da quantidade de acontecimentos que temos rastreado, em diferentes fontes e estudos, para a composição da nebulosa, chama a atenção o fato desses ideários e experiências críticas serem ainda relativamente invisibilizados, mas, sobretudo, pouco complexizados por essa história oficial do campo, contribuindo para uma abordagem homogeneizante em torno dos mesmos e, sobretudo, da própria ideia de participação que, de alguma forma, implicaram.

Considerando que essa produção historiográfica se caracteriza por apresentar arranjos quase enciclopédicos – e muitas vezes lineares – dos acontecimentos, seja em torno de uma questão, seja através de uma estrutura cronológica de um viés tipológico e/ou estilístico, é de se esperar o não aprofundamento em certos acontecimentos, bem como a seletividade daqueles que contribuem para a construção da abordagem, dos argumentos e da narrativa de cada autor. Entretanto,

é notável, desde a organização dos capítulos e temas até a estratégia narrativa adotada em cada um deles, não apenas o pequeno espaço reservado a essas experiências críticas – quando ele existe – em comparação às demais, mas também uma desproporcionalidade em termos do aprofundamento conferido. Essa separação, associada aos títulos e às terminologias e expressões adotadas ao longo da narrativa, reforça um imaginário de que tais experiências, em geral alcunhadas “alternativas” (COHEN, 2013; MONTANER, 2001), se configurariam como “exceções” em termos do campo de atuação de arquitetos e urbanistas.

Esses conteúdos, por sua vez, acabam por estar muito mais focados na análise de um “produto final” de autoria centralizada no arquiteto, não considerando os processos, debates e agentes envolvidos, nem as dimensões políticas, históricas, socioculturais – e até mesmo geográficas – nos quais essas experiências se inserem.⁸⁸ A imersão nesses manuais também colabora no sentido de identificar os acontecimentos recorrentemente registrados, havendo pouca variedade: de fato, o que mais se visibiliza, em termos de experiências de participação, é, sobretudo, o que se materializa arquitetonicamente, ou o que, ainda que indo em sentido oposto, teve uma abrangência em termos de circulação das ideias tão ampla que se tornou inescapável.

Evidencia-se, de todo modo, a eleição – e subsequente reprodução – de alguns acontecimentos que acabaram por se tornar quase icônicos dessas experiências “alternativas” mais ou menos associadas a alguma dimensão de participação,⁸⁹ numa espécie de “concessão historiográfica”, como é caso da exposição *Architecture without Architects*, organizada por Bernard Rudofsky em 1964, no Museu de Arte Moderna de Nova York; a experiência de Hassan Fathy em Nova Gourn, nos anos 1940; o projeto participativo do *Villaggio Matteotti*, no qual atuou Giancarlo De Carlo, nos anos 1970; as viagens e publicações de John Turner sobre o Peru e a América Latina, nos anos 1960 e 1970; as publicações de Christopher Alexander, assim como suas experiências práticas nos Estados Unidos, nos anos 1970.⁹⁰

É de se notar, conforme já destacado por alguns autores, que tais “experiências alternativas” que têm na participação alguma forma de

ancoragem, ao confrontarem a perspectiva centralizadora do desenho e do projeto, em alguma medida desconstruindo – ou ao menos tensionando – a autoria individual e a preponderância do saber técnico-profissional, acabariam por serem associadas, genericamente, como algo “demissionárias” do próprio campo e do fazer da arquitetura e do urbanismo (BANDEIRINHA, 2011) ou como uma “arquitetura impura”⁹¹ (JONES, 2005), para o horror de críticos e profissionais do campo. (PULHEZ, 2007)

Vários arquitetos entravam numa evolução em marcha ré que os conduziu, depois de maio de 1968 aos dias de hoje, a percorrer em passos largos as etapas que separam a crítica caricatural esquerdista-marxista da arquitetura como expressão exclusiva do poder dos monopólios, característica do período de sessenta e oito, às favelas como forma superior da liberdade e da vontade criadora ‘das massas’ e daí passando pela Arquitetura sem arquiteto, pelo Faça você mesmo [...]. (KOPP, 1990, p. 15)

Menos reducionistas do que essa breve síntese crítica de Kopp, em geral, as narrativas que contemplam, nos termos já pontuados, algumas das experiências que configuram o campo de debates sobre participação a que nos referimos, quase sempre se encerram com apontamentos que, de alguma forma, tangenciam aspectos aí evidenciados, possibilitando apreender posicionamentos comuns, que talvez mereçam ser melhor problematizados em ocasião mais oportuna.⁹² Cohen (2013, p. 408), por exemplo, faz uma associação direta entre o que denomina “diálogo fecundo entre arquitetos e sociólogos”, a defesa da participação dos “usuários” e uma “nova onda de populismo”. A aproximação da arquitetura com a “antropologia” ou a “herança do pensamento sociológico” é também o mote de Montaner (2001, p. 129) ao tratar da “arquitetura alternativa”. Sua interpretação sobre experiências de “participação dos usuários” minimiza ideários e práticas cuja implementação não resultou em proposições projetuais formais ou em sua materialização: mobilizando a ideia de “romântico” como forma de deslegitimar certos acontecimentos, o autor os associa mesmo a uma espécie de “história de fracassos”.⁹³

em grande medida, uma associação genérica – e que se tornaria amplamente disseminada – entre a dimensão crítica, social e/ou política que atravessa, de diferentes maneiras, tais experiências e um distanciamento do que seria o campo de atuação próprio da arquitetura – em geral, dissociado do urbanismo – e que seria, ao fim e ao cabo, o principal “problema” dessas experiências “alternativas” – “equivocos progressistas”, nos termos de Oriol Bohigas. Ou, como aponta Frampton (2008, p. 352):

A criação de modos alternativos de lidar com tal situação, tanto no caso do mundo desenvolvido quanto no do subdesenvolvido, mostrou-se ilusória, e a panaceia da ‘participação do usuário’ (difícil de definir adequadamente, e ainda mais difícil de conseguir) serviu apenas para nos dar uma consciência mais aguda da intratabilidade do problema e do fato de que ele talvez só possa ser efetivamente abordado em etapas, por respostas apropriadas a situações específicas.

Considera-se que tais abordagens, ora silenciando ou tipificando, ora minimizando a contribuição ou reduzindo a complexidade e a heterogeneidade desses ideários e práticas de participação, contribuíram não apenas para a invisibilização, mas também para uma certa marginalização dos debates e embates e, sobretudo, das dimensões políticas, críticas e propositivas que os atravessavam e que, quer se queira ou não, conformam historicamente – e continuam a informar contemporaneamente – o que se intenta delimitar como “campo da arquitetura e do urbanismo”.

Em contraponto, o rastreamento de outras fontes – bibliográficas, nesse primeiro momento –, perscrutando outras experiências menos presentes (ou ausentes) na história oficial ou o adensamento daquelas sempre referenciadas, bem como outras perspectivas teóricas e historiográficas sobre as mesmas, têm-nos possibilitado o delineamento de alguns contornos desse campo de debates em torno da participação. Nessa empreitada, não pretendemos buscar um sentido histórico unívoco para essa movimentação, o que nos parece insuficiente tanto para expô-la quanto para entendê-la em suas complexidades.

A aposta nessa proposição teórico-metodológica e no delineamento desse campo de debates vai no sentido de buscar ir além das experiências excepcionais, do emblemático, do icônico. Pretende não apenas mapear e visibilizar acontecimentos, mas também cartografar aproximações, convergências, trocas e, sobretudo, os embates, dissonâncias e tensionamentos entre os mesmos, contribuindo, a médio e longo prazo, para alargar suas possibilidades historiográficas e fortunas críticas.

A apreensão da polissemia da noção, portanto, que se articula à heterogeneidade de experiências e práticas e aos sentidos nada unívocos de ideários e discursos sobre participação, tem sido um dos desdobramentos apontados pela construção da nebulosa desse campo de debates, desde suas emergências históricas até seus matizes mais contemporâneos.

Dos primeiros questionamentos em torno da ideia de que as pessoas poderiam produzir – ou contribuir na produção de – suas próprias habitações, bairros e cidades, que remontam a Patrick Geddes e aos atravessamentos do urbanismo por ideários e práticas anarquistas, à já mencionada movimentação que faria explodir as reflexões sobre cidade e democracia nos anos 1960, alguns dos sentidos desse campo de debates nos parecem importantes – e estão ainda por ser melhor explorados. A participação pode ser aproximada a um questionamento do lugar do saber técnico-acadêmico frente ao popular ou ao vernacular, ou, ainda, aos espaços de moradia das camadas populares nas cidades, num debate que a articula com a questão, por um lado, do papel do estado – entre centralização-descentralização de sua atuação sobre a moradia e a cidade –, mas também do especialista – sua maior ou menor incidência, passando pela ideia de mediação, assessoria ou assistência técnica, ou ainda criação de interfaces e até mesmo sua ausência –, bem como da técnica e da própria formalização material da arquitetura e da cidade. Pode ser pensada como instância de decisão e ação pública, coletiva, comunitária ou mesmo como possibilidade de decisão de “usuários” individualmente – na escala da moradia. Assim, a participação tem sido associada ao campo das políticas públicas, mas também à esfera do projeto e da produção da arquitetura e da cidade; ou ainda, às dimensões de usos e apropriações dos mesmos, para citar algumas das dimensões e sentidos que o delineamento da nebulosa tem nos possibilitado apreender.

A questão da autonomia – dos moradores, habitantes, usuários, cidadãos – nas decisões de forma geral, na idealização, na produção e inclusive na gestão dos ambientes habitados talvez seja o elemento que, de distintas maneiras, possibilite entrecruzar os múltiplos sentidos que a participação pode assumir. A relação entre saberes técnicos e saberes populares, ou entre as esferas de projeto e planejamento e as necessidades, demandas e desejos sociais, coletivos, individuais são aspectos que permitem explorações diversas da nebulosa e evidenciam debates nunca esgotados frente ao campo da arquitetura e do urbanismo.

A título de exploração preliminar desses distintos sentidos que, ao fim e a cabo, fomentam ainda hoje a discussão em torno dos limites e do papel do profissional da arquitetura e do urbanismo,⁹⁴ consideramos pertinente recuperar algumas proposições que conformam alguns dos adensamentos evidenciados pela nebulosa desse campo de debates.

Eu prefiro não usar o termo ‘participação’ porque geralmente significa que os profissionais estão dispostos a ouvir os futuros habitantes, mas no final vão tomar todas as decisões. ‘Poder de decisão’, por outro lado, significa que os profissionais não tomam certas decisões, mas sim, sustentam o contexto nas quais estas podem ser feitas pelos habitantes. Isso significa uma mudança na maneira que os profissionais se organizam, o que, em troca, acarreta em novas formas de trabalhar em projetos, financiamento, gestão e tecnologia. Eles são os sujeitos de ambas as práticas no mundo real e no estudo do contexto do *Open Building Network*. (HABRAKEN, 2012 apud NASCIMENTO, 2012, p. 3, tradução nossa)

Habraken, por exemplo, problematizando a noção de participação sempre associada a seu trabalho – e cunhando-a “paternalista” –, acentua a dimensão das separações de papéis (e de “controles”) entre técnicos e habitantes e defende o alargamento do poder de decisão sobre a produção dos ambientes a estes últimos, de modo que o especialista passa a ter menos controle sobre o que será produzido finalmente. Sua proposta, apresentada na publicação *Supports: an Alternative to Mass Housing* (1972) e desenvolvida no âmbito da Stichten Architecten Research (SAR) – fundação criada em 1965 por

Habraken em Eindhoven na Holanda –, se ancora na elaboração de uma estrutura física básica de suporte estrutural e infraestrutural da habitação (coletiva), desenvolvida por especialistas e financiada pelo estado, projetada de modo que seja possível aos moradores liberdade e flexibilidade para a ocupação interna desses suportes, ficando a elaboração final da moradia a cargo dos mesmos.⁹⁵

Defendendo a proposição do técnico como um suporte aberto a circunstâncias contextuais, e não mais como um produto acabado e fechado em si, e a simplificação de processos em função de uma maior democratização das possibilidades construtivas da moradia, Habraken pode ser aproximado a outras experiências críticas à produção habitacional em massa que, com maior ou menor ruptura frente a certas dimensões da arquitetura e do urbanismo modernos hegemonzados, experimentaram formas de participação, possibilitando aos moradores interferir em momentos específicos do projeto e da obra, visando uma maior heterogeneidade nos projetos e espaços produzidos, uma maior identificação com os mesmos e a ampliação das suas possibilidades de apropriação – e aqui podemos citar o projeto Byker Wall, de Ralph Erskine, ou a Residência Mémé, de Lucien Kröll. Em outro sentido, podemos pensar suas proposições também em relação a um ideário que aposta na técnica e na tecnologia como potências para transformar os modos de pensar, produzir e se apropriar dos espaços a partir de diferentes modos de participação dos “usuários” – e aqui, lembramos o *Fun Palace* de Cedric Price, a *Flatwriter* de Yona Friedman ou mesmo a *Plug-in City* de Archigram, para citar apenas brevemente alguns.

Ainda menos referenciado que Habraken nas explorações historiográficas realizadas até o momento, é possível trazer também, nesta breve aproximação, a experiência britânica que ficou conhecida como Método Segal. Arquiteto suíço radicado na Inglaterra, Walter Segal, em 1966, durante a execução de sua própria casa, construiu rapidamente em seu jardim uma casa pequena, com materiais pouco usuais e baixo custo, para lhe servir de moradia temporária. Essa experiência permitiu que ele desenvolvesse propriamente um método para construção de moradias através de um sistema modular executado com materiais acessíveis, técnicas muito simples e a não dependência

de mão de obra especializada, tensionando, assim, o pressuposto de que a habitação precisaria ser um produto acabado.

Numa separação mais estrita entre projeto e planejamento da obra e a construção em si – presente, em alguma medida, em Habraken, mas também em outras experiências em que a participação é associada ao envolvimento de usuários e moradores como “mão de obra” –, os técnicos, além da importância na elaboração e disseminação do método,⁹⁶ são indispensáveis apenas na etapa preliminar, de planejamento e capacitação dos moradores, que estarão efetivamente à frente da obra, tomando decisões e atuando como construtores.⁹⁷

Os arquitetos estão extremamente despreparados para assistir pessoas que querem construir com suas próprias mãos. Arquitetos terão que ser treinados para serem facilitadores. Isso não é ensinado, mas tais habilidades são muito necessárias. A educação arquitetônica deve ser completamente alterada. (SEGAL apud MCKEAN, 1987, p. 13, tradução nossa)

Também defendendo uma nova formação para arquitetos e urbanistas desde uma perspectiva de compromisso social dos mesmos e questionando a abordagem hegemônica, no âmbito dos CIAM, do urbanismo como um “prolongamento épico da arquitetura” (DE CARLO, 1965), Giancarlo De Carlo propõe pensar arquitetura e urbanismo de forma indissociável e sempre em confronto direto com a realidade social, cultural, histórica e, sobretudo, cotidiana.⁹⁸

Apostando menos na delimitação e separação estrita de papéis e controles e mais na aproximação e no diálogo cada vez mais próximo entre os especialistas e os habitantes, algumas ideias defendidas e experiências levadas a cabo por De Carlo aportam outras dimensões nos sentidos da participação e sua associação com perspectivas de autonomia de moradores, usuários e cidadãos frente à produção da habitação e da cidade.

Sem abdicar de seu lugar como técnico, no estabelecimento do diálogo defendido, nos casos em que experimentou formas de participação, os futuros moradores ou “usuários” não se aproximaram necessariamente das etapas construtivas, mas sim da concepção projetual, das decisões

de desenho, dos encaminhamentos formais, funcionais, estéticos, éticos que direcionam as soluções arquitetônicas, mas também suas apropriações futuras.⁹⁹

Nos casos em que houve diálogo, a participação é sempre diferente. Não pode ser a mesma, porque se uma parte se transforma, muda tudo. Se eu falo com os operários de Terni é uma coisa, se eu falo com os pescadores de Burano ou Mazzorbo é outra. Outra cultura, outro modo. Em cada caso é preciso encontrar o modo. Não é um modo que existe, que está escrito e que se aplica a todas as situações. Alguns fazem participação assim, mas isso não é participação, é engodo demagógico. É preciso inventar. (DE CARLO, 2007, p. 4)

De Carlo nos auxilia na aproximação a debates que se investem da dimensão histórica e sociocultural na construção de práticas de participação, trazendo à tona, de forma mais incisiva, a questão do “outro” nos processos de projeto, produção e apropriação dos espaços. Em Villaggio Matteotti (Terni, Itália, 1970-1975), por exemplo, o projeto é encarado também como um instrumento de educação e cultura: o processo era realizado em etapas e os moradores participavam o tempo todo da discussão e das decisões de projeto, incidindo na definição de tipologias habitacionais – foram 15 diferentes no total – aos espaços coletivos e sua relação com a cidade.¹⁰⁰ (BARONE; DOBRY, 2004)

Aprofundando o sentido político do encontro dialógico entre técnicos e habitantes nas práticas de participação, os desdobramentos da experiência de Terni evidenciam que esse encontro pode ter um forte potencial de fortalecimento destes últimos, de modo que, ao praticar a ampliação de sua capacidade de decisão acerca da produção do espaço, experimentam concretamente fazer valer direitos, necessidades e desejos, podendo amplificar-se em outras escalas.

Embora as experiências projetuais nas quais Giancarlo De Carlo atuou sejam referenciadas pela história oficial, estas se descolam dos debates nos quais o arquiteto estava inserido e de suas problematizações teóricas. Além das proposições práticas, as reflexões teóricas de De Carlo contribuíram na defesa por uma politização da arquitetura, a exemplo da publicação “Architecture is Public” (1970), ou ao diálogo

com as teorias anarquistas, como a publicação “Il problema della casa” na revista anarquista italiana *Volontà* (1948). No ano seguinte, o mesmo artigo foi traduzido pelo arquiteto inglês, assumidamente anarquista, Colin Ward, e publicado na revista anarquista britânica *Freedom*.¹⁰¹

Colin Ward, por sua vez, publicou muito sobre questões como participação, autoconstrução, autogestão, em diálogo com as teorias anarquistas de Kropotkin,¹⁰² questionando a provisão de habitação pelo estado ao mesmo tempo em que exaltava o princípio anarquista da autonomia, ao defender a autoconstrução da habitação e da cidade.¹⁰³ Chama a atenção sua ausência tanto nas narrativas da história oficial, quanto em boa parte das demais bibliografias revisitadas até o momento, a despeito de sua prolífica produção intelectual e de sua aproximação direta a pelo menos dois arquitetos frequentemente mencionados nas mesmas: além de ter publicado a tradução do artigo de De Carlo,¹⁰⁴ em 1952, Ward, De Carlo, John Turner e Patrick Crooke se encontraram em Veneza para discutir “a questão crucial de quem fornece e quem decide nas questões habitacionais e de planejamento urbano”. (WARD, 1976) Ward foi, de fato, interlocutor importante de Turner, tendo contribuído para a publicação *Housing by People*, cujo prefácio é de sua autoria.

Em nossas diferentes maneiras e em circunstâncias totalmente diferentes, nós fomos fiéis a essa abordagem anarquista da questão fundamental da habitação, e apenas no caso de alguém sugerir que o livro de John Turner é simplesmente uma reação à falência total da política habitacional em todos os países, ricos ou pobres, tenho o prazer de testemunhar que é o resultado de uma vida inteira de envolvimento em questões que são centrais para as esperanças e a felicidade das pessoas comuns em todos os lugares. (WARD, 1976, p. 37, tradução nossa)

Tais exemplos evidenciam relações ainda por serem melhor exploradas em termos historiográficos e chamam a atenção para atravessamentos desse campo de debates sobre participação por ideários anarquistas frequentemente silenciados nas narrativas panorâmicas mais disseminadas.¹⁰⁵ De fato, é possível apreender, na construção da nebulosa desse campo de debates, um adensamento nessa perspectiva,

evidenciando relações que podem ser inscritas, como propõe Biase (2012), numa certa genealogia – seja de ideários ou práticas – que remonta a Patrick Geddes¹⁰⁶ e outros anarquistas humanistas do século XIX e do começo do século XX.¹⁰⁷ Se Geddes fora retomado, em algumas dimensões, por integrantes do Team X,¹⁰⁸ também Turner reivindicou essa espécie de “herança”,¹⁰⁹ evidenciando, em muitos de seus escritos e atuações, a filiação anarquista frequentemente silenciada nas narrativas que, como visto, não puderam contornar sua produção, dado o impacto e a circulação da mesma.

Por alguma pequena transgressão minha na escola pública inglesa que frequentava, um monitor mandou que eu lesse e resumisse um capítulo de *The Culture of Cities*, de Lewis Mumford. Mumford citava o seu próprio professor, Patrick Geddes, cujo nome fixou-se em minha mente. Mais tarde, o trabalho de Geddes fez-me duvidar do valor de meu aprendizado profissional e, quando finalmente escapei para o mundo real, foi também a sua obra que guiou o meu reaprendizado e minha reeducação. (TURNER, 1976, p. 122, tradução nossa)

O aprofundamento nessas relações tem se apresentado como potência para desdobramentos da pesquisa por evidenciar outros acontecimentos e sentidos que contribuem no tensionamento da recorrente homogeneização (ou reducionismo) promovida pela história oficial de ideários e práticas que conformam esse campo de debates, ao mesmo tempo que possibilitam revisitar, inclusive, o sentido mais difundido da atuação e do pensamento do próprio John Turner, enquanto matriz sempre recuperada, mas talvez pouco complexizada.

A questão da autonomia dos usuários na produção dos ambientes habitados torna-se central nas reflexões e atuações de Turner,¹¹⁰ em especial a partir de sua experiência no Peru (1957-1965),¹¹¹ sendo difundidas internacionalmente com a publicação de *Housing by People: Towards Autonomy in Building Environments*, em 1976, dois anos depois da publicação da coletânea *Freedom to Build: Dweller Control of Housing Process* – organizada em conjunto com fotógrafo estadunidense Robert Fichter –, em que avança e esclarece algumas questões já levantadas

sobre a autonomia e o poder dos usuários nos processos de produção da habitação e da cidade.

Antes disso, tal experiência já havia repercutido em publicações como o número especial da revista *Architectural Design*, “Dwelling resources in South America”, editado por Patrick Crooke em 1963, na qual difundia também exemplos de resolução de problemas habitacionais em localidades de países latino-americanos baseados na prática da autoconstrução e da ajuda mútua, com maior ou menor envolvimento de técnicos em cada caso. De fato, sua atuação junto às barridas e “urbanizações populares” peruanas, bem como às formas de organização que iam de ocupações de terrenos a agrupamentos em associações de *pobladores*, forneceriam subsídios para uma prolífica produção intelectual, com ampla repercussão política.

Complexificando a problematização da habitação popular nos centros urbanos, seu embasamento anarquista se evidencia em uma das consignações mais características da sua obra: a autoconstrução da moradia, encarada hegemonicamente na chave da informalidade e tomada como um grave problema, é defendida por ele – em associação às dimensões da ajuda mútua e, sobretudo, da autogestão – como uma lição a ser seguida em termos de planejamento e provisão de moradia. Assim, se, por um lado, é possível aproximar suas ideias – como as De Carlo ou Alexander, em alguma medida – das proposições de Rudofsky,¹¹² ao abrirem espaço para que se discutisse o quanto os arquitetos tinham a aprender com uma arquitetura que se fazia sem eles, no que seria considerado por alguns como uma ode exagerada à autoconstrução, por outro, o próprio Turner desmistificaria essa abordagem, recolocando a questão nos termos da autonomia e do poder de controle e decisão – de forma bastante mais alargada que as mencionadas proposições de Habraken, justamente por ancorar-se na realidade dos países latino-americanos:

O atual debate sobre participação cidadã e desenvolvimento local assume formas muito diferentes em países ricos e pobres. [...] Em países onde a grande maioria dos habitantes vive na pobreza, não se tem a ‘participação cidadã’ como uma forma excepcionalmente avançada de democracia. [...] Não se trata de

apresentar aqui a autoconstrução da moradia empreendida por pessoas subnutridas, exauridas, sem crédito, com ferramentas inadequadas e materiais de baixa qualidade como modelo. [...] A questão fundamental, como explicamos nos capítulos anteriores, não é esta, mas sim a do *controle* ou poder para *decidir* [...] Toda a questão da participação cidadã gira em torno disso: a participação de quem nas decisões de quem? (TURNER, 1977, p. 137-138, grifo do autor, tradução nossa)

Assim, se Habraken e Segal¹¹³ correspondem a uma perspectiva na qual a atuação dos técnicos é imprescindível numa etapa preliminar, em grande medida diferenciada da contribuição dos “usuários” – de modo que a participação destes se condiciona, de alguma forma, a elementos pré-definidos tecnicamente –, e De Carlo a uma em que diálogo, mediação e trabalho conjunto entre técnicos e habitantes são os principais componentes, mas direcionados ao processo de elaboração do projeto ou do plano, em Ward e Turner, há uma certa radicalização em defesa da autonomia dos “usuários” (oscilando da autoconstrução à autogestão de forma ampliada) e de uma atuação profissional que se coloca a serviço destes (e não o contrário) e de suas dinâmicas socioespaciais pré-existentes.

Já no primeiro capítulo de *Housing by People*, Turner propõe uma distinção entre o que denomina “o profissional institucionalizado” e “aquele que pretende atuar a nível popular” (TURNER, 1976, p. 45) e aporta, já nas últimas páginas do livro, um novo lugar ao desenho. Desmistificando a “crença de que a participação na moradia é sinônimo de autoconstrução”, ele diferencia os casos em que “os organizadores decidem e os usuários aportam”, que seria o formato da “maioria de conjuntos e programas de autoconstrução dirigida” de outras formas possíveis de participação, dentre as quais defende aquela em que caberia “às autoridades centrais” fornecer recursos e infraestrutura; à população, decidir como os utilizar; e aos técnicos, fornecer o apoio necessário ao funcionamento desse sistema controlado localmente.

Tal proposta de autonomia (individual e coletiva) idealizada por Turner, se levada a cabo em sua radicalidade, poderia, como atestam Lopes, Kapp e Baltazar (2010, p. 15), “ser capaz de alterar a estrutura

que garante o poder dos técnicos e de vislumbrar o desmantelamento da rígida separação entre projeto, construção e uso”. Entretanto, em outro sentido, o que se viu foi a assimilação de suas proposições críticas na formulação de novas políticas e programas habitacionais e urbanos por organismos multilaterais¹¹⁴ e governos nacionais – a exemplo do Brasil.¹¹⁵ Conforme atesta Ward (1976, p. 18, tradução nossa) no próprio prefácio de *Housing by People*, o estudo que Turner apresentou no Seminário das Nações Unidas sobre Problemas e Políticas de Urbanização,¹¹⁶ em 1966, “influenciou decisivamente a implementação de programas governamentais de moradia ‘solo-serviços’ (programas sobre os quais ele mesmo manteve suas reservas)”.

Dois anos depois, em 1968, Turner foi convidado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau)¹¹⁷ para vir ao Brasil, quando visitou, nas grandes cidades brasileiras, tanto ocupações ditas informais quanto grandes conjuntos habitacionais promovidos por ações estatais. Referindo-se a estes últimos, aponta que “o planejamento urbano e a política habitacional no Brasil refletem os mesmos erros encontrados nos demais países em idênticas condições de desenvolvimento”. Em contrapartida, as ocupações populares – favelas, mocambos, alagados etc. – se apresentariam como “soluções”¹¹⁸ ao evidenciar formas de concepção e gestão da moradia de forma autônoma. (TURNER, 1968, p. 17)

Abordagens como as de Turner já reverberavam de alguma forma no Brasil, direta ou indiretamente, em proposições que começavam a questionar, então, as formas de lidar com a questão da habitação das camadas populares nas cidades. Embora no país – enquanto as críticas aos preceitos do movimento moderno aportavam outras perspectivas à formação e atuação profissional de arquitetos e urbanistas mundo afora – os anos 1950 tenham marcado o ápice de sua realização, com a construção de Brasília, nesse mesmo momento, tem início uma aproximação de arquitetos, artistas e intelectuais ao universo “popular” e suas manifestações estéticas, formais, construtivas.¹¹⁹

De fato, no caso brasileiro, os debates em torno da participação se conformam ainda mais diretamente vinculados ao “problema da habitação” e, sobretudo, às próprias condições de urbanização de

nossas cidades. Tais debates, que tiveram efervescência nos anos 1960 e foram refeedos no contexto da ditadura militar, caracterizaram-se por uma intensa politização de arquitetos e urbanistas em torno das questões habitacionais e urbanas.¹²⁰ O crescimento de favelas e demais assentamentos populares nas cidades era o mote para o questionamento das “soluções” correntes, introduzindo no debate nacional, de diferentes maneiras, o ideário da ajuda mútua, da participação e da autogestão.

Se nos encaminhamentos do Seminário de Habitação e Reforma Urbana¹²¹ se destacou a necessidade de que as soluções para o problema habitacional se assentassem em “bases locais” através do estímulo ao “esforço próprio, a ajuda mútua e o desenvolvimento comunitário”, debates anteriores já vinham reforçando tal perspectiva, conforme aponta Souza (2009). Dentre as várias reflexões nesse sentido, naquele momento, vale destacar este trecho do depoimento de Flávio Marinho do Rêgo, num dos inquéritos aos arquitetos realizados pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) em 1961, no qual enumera algumas proposições frente aos questionamentos de então, dentre as quais:

[...] a fixação dos aglomerados improvisados existentes. Pela melhoria das construções, com o fornecimento de materiais de construção básicos, auxílio técnico e utilização voluntária de mão de obra residente, procurando estimular o auxílio mútuo. A idéia é transformar aqueles aglomerados (favelas etc...) em bairros, aparelhando-os da melhor maneira possível e procurando utilizar sua implantação natural e desenvolvimento espontâneo. Os casos deveriam ser estudados de per si, cada qual exigindo um trabalho próprio. A recuperação não deveria ser feita através de um planejamento idealizado e imposto e sim por um planejamento orgânico a longo prazo, que se amoldasse às contradições e particularidades existentes em cada caso. (ARQUITETURA IAB/GB Nº3, 1961 apud SOUZA, 2009, p. 25)

Tais excertos contribuem para apreender esses debates em curso no país, em meio ao qual experiências como as do Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (Serfha) no Rio

de Janeiro, do Movimento Universitário de Desfavelamento (MUD), em São Paulo, ou da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (Sagmacs) se fizeram possíveis, compondo um primeiro adensamento de práticas experimentais, que, embora de escala limitada, foram significativas como impulso para experiências posteriores.

Havia, de fato, uma conjuntura em que se evidencia, por um lado, uma crescente articulação de manifestações e mobilizações populares – como associações de moradores, ou a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg) – pela permanência nos espaços ocupados e, por outro, uma construção inicial (ainda que frágil), em espaços políticos institucionalizados, da perspectiva de participação dos “setores de base popular”. Essa conjuntura reverbera diretamente na estruturação e complexificação dos debates sobre as questões urbanas no país, trazendo, assim, repercussões em outras formas de conceber os espaços urbanos e de moradia popular.

Nesse contexto, a experiência da urbanização da favela Brás de Pina, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, empreendida pelo arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos e o grupo Quadra, e do projeto e da construção de Cajueiro Sêco, por Acácio Gil Borsoi,¹²² figuram, hoje, como aquelas em que, guardadas as diversas diferenças, tiveram alguma fortuna crítica em termos das novas perspectivas de enfrentamento da questão dos espaços de moradia das camadas populares nas cidades que insurgiam nesse momento no país, no que se convencionaria, posteriormente, denominar de “urbanização de favelas” ou “urbanização de assentamentos precários”, nas quais distintas ideias e práticas de participação tiveram lugar.¹²³

E aqui nos atemos ao caso de Brás de Pina, pelo caráter de “novidade” que aportara na maneira como se estruturavam, até então, as intervenções em favelas: até sua realização, não se tinha notícia, no país, do desenvolvimento de um projeto de “urbanização de favela” que tivesse partido da própria associação de moradores, cuja iniciativa de contratar arquitetos e urbanistas – em clara posição de resistência a uma ação de remoção forçada anunciada pelos poderes públicos –, além de garantir sua permanência no local, possibilitou

o desenvolvimento de um trabalho que pudesse ser conjunto, que proporcionasse o diálogo entre as partes envolvidas no processo de planejar, projetar e executar as intervenções (SANTOS, 1981), configurando-se como marco importante em termos de políticas urbanas e habitacionais no país.¹²⁴

Durante o processo de urbanização da favela, implementada com intensa (e conflituosa) participação dos moradores, estes incidiam diretamente nas tomadas de decisões sobre as habitações e os espaços coletivos e de serviços, chegando mesmo a desenhar e executar os projetos das moradias, com assessoramento dos arquitetos.¹²⁵ Conforme Pulhez e Rosa (2016), na relação estabelecida entre a população e os técnicos, a despeito das dificuldades e impasses que caracterizaram a experiência, tal como expressou Santos (1981):

A exposição à favela e ao cotidiano dos moradores foi, para os arquitetos do Quadra, uma forma (e uma opção) de romper com ‘regras’ e ‘normas’ que desde sempre condicionaram o ensino e a prática da arquitetura a estabelecer-se num universo ‘excelso’, ‘de glórias nacionais, da grande vedete’.

Como urbanista nunca tive melhor experiência profissional do que a esse tempo em que trabalhamos tão diretamente com os nossos ‘clientes’. Ainda que parecesse lógico o contrário, é muito raro que urbanistas tenham contatos face a face com as pessoas para quem fazem planos. Vivíamos com o escritório cheio de favelados que invadiam para ver o que fazíamos e ficavam para discussões que varavam a noite. Era emocionante ir recebendo aqueles pedaços dos mais diversos papéis e ir vendo um trabalho que surgia aos poucos. (SANTOS, 1981, p. 45)

Refletindo sobre os dilemas do processo participativo, sobre os modos como a atuação profissional do arquiteto e urbanista se vê atravessada, mobilizada e, por vezes, reconfigurada pelo contato e pela construção do processo em conjunto com os moradores e usuários e, sobretudo, sobre as dificuldades com que, muitas vezes, os técnicos conduziam tal processo – “se tratavam de espaços e de atividades que só tinham sentido na cabeça dos planejadores” –, outros sentidos de

participação foram se delineando no seu próprio decorrer, a partir de formas inesperadas por eles: “todas inventadas e sob o controle dos interessados direitos, os moradores”. (SANTOS, 1981, p. 64)

De fato, fomos vendo que o mais fascinante resultado do que fazíamos era o que acontecia a partir daí e totalmente fora de nosso controle. Quanto mais inventávamos sofisticadas maquinações sobre o espaço, a economia e os comportamentos sociais, mais éramos superados pelos processos do dia-a-dia individual e coletivo dos moradores. (SANTOS, 1980, p. 43)

Apesar de não ser, como visto, a única experiência participativa ocorrida no Brasil entre os anos 1950 e 1960, a urbanização da favela Brás de Pina é o acontecimento, na vertente nacional desse campo de debates, que possui maior circulação – nem tanto pela história oficial,¹²⁶ senão por trabalhos posteriores de investigação, a começar por aqueles de dois técnicos envolvidos no processo Santos (1981)¹²⁷ e Blank (1977, 1980). Tal circulação se dá, em grande medida, vinculada à presença tida como “paradigmática” do arquiteto carioca Carlos Nelson Ferreira dos Santos (SEGAWA, 2014, p. 183) e sua subsequente atuação como docente da Universidade Federal Fluminense (UFF), assim como técnico do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), o que permitia uma movimentação nos espaços de discussão profissional, como as promovidas pelo IAB.¹²⁸

De fato, o recrudescimento da repressão política, a partir da virada dos anos 1960 para 1970, instauraria uma ruptura na aproximação recém-iniciada entre “intelectuais” e “especialistas”, aí incluídos os arquitetos e o “povo”. Ainda que, durante a ditadura, a habitação popular tenha se tornado uma das bandeiras do regime, numa inédita produção habitacional em massa no país encampada via Banco Nacional de Habitação (BNH),¹²⁹ uma parcela bastante reduzida dessa produção foi destinada, de fato, às demandas populares. Apenas alguns anos antes de decretar-se o fechamento do banco, alguns “programas alternativos” de custo reduzido e investimento mínimo foram lançados no país, visando também amenizar a movimentação social em torno do temário da Reforma Urbana, que já então ganhava força nas grandes metrópoles brasileiras.

O que, nesse período, se nomeou “participação” – institucionalização de práticas de autoconstrução e mutirão como ações de atendimento às camadas populares – em nada se aproxima das apostas testadas em experiências como as de Cajueiro Sêco ou Brás de Pina – ou mesmo daquelas dimensões de autonomia e autogestão defendidas por John Turner. Mero instrumento de produção e urbanização a custos rebaixados, reduzida ao emprego da mão de obra popular, tratou-se de um modelo de participação funcionalizado, que seguia à risca as recomendações das agências internacionais, cujo financiamento de práticas de ajuda-mútua disseminava-as em diversas cidades latino-americanas,¹³⁰ desdobrando perversamente os aportes de Turner a tais políticas, como visto.

Ainda assim, em meio às movimentações de retomada democrática no país nos anos 1980 – e quase que simultaneamente a tais iniciativas profiláticas do BNH (e muitas vezes fazendo uso das mesmas) –, uma série de outras experiências de participação popular tiveram lugar no país, reintroduzindo-a em perspectiva autonomista, das negociações políticas às definições projetuais, da execução da obra a sua gestão. São, em grande medida, experiências decorrentes de certa prática militante de profissionais e estudantes de arquitetura e urbanismo em sua aproximação às periferias e favelas das grandes cidades, como ocorreu em São Paulo,¹³¹ numa espécie de atualização da constelação de ideias e práticas que as décadas anteriores havia produzido. (LOPES, 2011)

Sem nos alongar, dados os limites deste texto, caberia mencionar, como experiências que possibilitaram dar visibilidade, continuidade e sentido a diversas ações pontuais em curso, aquela do Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes (LAB-HAB) – em especial, a urbanização da favela Recanto da Alegria –¹³² e aquela empreendida em Vila Nova Cachoeirinha.¹³³ Conforme já destacado em Pulhez e Rosa (2016, p. 13), tais experiências evidenciam algumas matrizes de reflexão sobre a prática e o saber da arquitetura e do urbanismo, bem como sobre suas possibilidades de democratização – as quais se constituíram, em grande medida, pelas contribuições de Turner ou pelo ecoar da experiência de Brás de Pina, mas sobretudo a partir do contato com a experiência das cooperativas uruguaias – e que terão desdobramento, em alguma medida, na conformação de um campo

de atuação no âmbito da “assessoria técnica”, inicialmente articulada a movimentos de moradia.

A despeito dos dilemas e impasses que, na prática, se interpõem à aproximação entre saberes técnicos e populares (ARANTES, 2002; LOPES, 2011),¹³⁴ tais experiências compõem um processo de alargamento nas posturas profissionais de arquitetos e urbanistas, em consonância com o novo cenário de mobilização popular que se articulava no país no final dos anos 1980, desdobrando-se em novos (ou renovados) campos de ação, seja no âmbito das administrações públicas, seja autonomamente por meio de grupos de assessoria técnica aos movimentos de moradia, que se estruturaram, sobretudo, em toda a região metropolitana de São Paulo.¹³⁵

A gestão de Luíza Erundina, então pelo Partido dos Trabalhadores, na cidade de São Paulo, demarca uma espécie de ápice nesse adensamento da nebulosa desse campo de debates no país, que aqui apontamos brevemente, pelo potencial de dar um significado comum às experiências anteriores¹³⁶ aglutinando os técnicos ali envolvidos e institucionalizando as práticas até então experimentais – com destaque para a articulação entre mutirão e autogestão. (BARAVELLI, 2006, p. 98-99) Na esteira da aprovação da Constituição de 1988, a questão da participação popular na produção da moradia e da cidade tomou parte na construção de uma outra concepção de gestão – com a criação de espaços de cogestão e, portanto, de potencial partilha de poder –, permitindo, ainda que com limitações, a interferência da população nas diversas etapas de discussão, formulação e implementação de políticas, planos, programas, projetos, o que reverberava um processo mais amplo de democratização em curso no país.

É nesse contexto que se consolidam as assessorias técnicas aos movimentos de moradia e se implementam diversas ações e proposições políticas, técnicas, projetuais, a partir de diferentes dinâmicas de participação popular: havia evidentemente uma “aposta coletiva” – talvez apenas parcialmente realizada – de que, ampliando a participação popular para além das esferas do projeto, expandindo a dimensão autogestionária também aos canteiros de obras, garantindo algum protagonismo político àqueles que tradicionalmente eram apenas

“alvo” das políticas, programas e projetos, se estabeleceria um processo de formação continuada de novos agentes sociais, produzindo outras dinâmicas socioespaciais. (PULHEZ; ROSA, 2016)

Entretanto, esse processo no qual experiências participativas de planejamento, produção e gestão da habitação e da cidade incidiriam a um só tempo sobre os modelos de atuação do Estado e sobre as práticas de arquitetos e urbanistas foi descontinuado nos anos 1990, quando chegou ao fim a gestão de Luíza Erundina no governo municipal.¹³⁷ Ainda que, tanto em São Paulo quanto no Brasil afora, a produção habitacional por mutirão se perpetue – mesmo que em menor escala –, ela irá se deslocar em absoluto da ideia de autogestão, esvaziando as perspectivas de participação popular que então se construíam.

Em contrapartida – e num suposto paradoxo –, a conjuntura política na qual se acentua a investida neoliberal no país repercutirá sobre a formulação das políticas urbanas e habitacionais: os programas de urbanização de favelas passarão a ocupar, progressivamente, lugar majoritário no conjunto de políticas para a população de baixa renda, multiplicando-se, institucionalizando-se, normatizando-se e, sobretudo, transfigurando as dimensões críticas e políticas presentes na ideia de participação popular – tal como fora sendo construída em diversas das experiências que conformam a nebulosa aqui esboçada – em diretrizes e técnicas de gestão, a ponto de constar de editais de programas habitacionais que passam a exigir e reger a participação, transmutando-a de direito a obrigação e esvaziando-a de seu sentido político original – o que se refere ao potencial de partilha de poder.¹³⁸

É nessa intensificação dos processos participativos a partir das décadas de 1950 e 1960 e de sua exacerbação no momento de democratização brasileira pós-ditadura militar, como apontado anteriormente, que podemos identificar possíveis potências e fragilidades da participação nos desdobramentos mais próximos do presente. De fato, a abertura democrática e as mobilizações sociais dos anos 1970 e 1980 possibilitaram um fortalecimento e uma ampliação dos processos que vimos citando, como os mutirões e as urbanizações de favelas, culminando em ganhos legislativos importantes e na ocupação de cargos administrativos significativos no país.

No entanto, esse momento político, que consistiu no alargamento da democracia e num *boom* da “participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas” (DAGNINO, 2004), quando da elaboração da Constituição de 1988, também vivenciou concomitantemente a implementação de uma política neoliberal com a eleição de Fernando Collor em 1989, com a proposta de um Estado mínimo que transferia para a sociedade as responsabilidades estatais.

Evelina Dagnino (2004) refere-se a esse processo como “confluência perversa”, em que a perversidade comum a esses dois projetos políticos antagônicos estaria justamente em, assumindo direções opostas, terem como fundamental propulsor uma “sociedade ativa e propositiva”. Como características intrínsecas desse processo, a autora ressalta a marginalização dos movimentos sociais surgidos nas décadas de 1970 e 1980, junto ao crescimento acelerado das Organizações Não Governamentais (ONGs) e do terceiro setor, transformando essas organizações em prestadores de serviços do Estado e ampliando um esvaziamento político das práticas participativas. Ainda, aponta para um deslocamento semântico, em que a ressignificação da participação teria emergido do que a autora chama de “participação solidária” e da ênfase no trabalho voluntário,¹³⁹ passando a adotar uma perspectiva individual que se apoiaria na dimensão privada da moral, sem o seu devido significado político.

Nesse contexto de um *boom* participativo nas políticas públicas e em crítica aos avanços e às contradições daquilo que havia sido discutido na conferência internacional da Organização das Nações Unidas (ONU) Habitat II,¹⁴⁰ realizada em 1996, na cidade de Istambul, Ermínia Maricato (1997) chama atenção, em um tom de desconfiança, aos insistentes elogios aos termos “parcerias” e “participação”, em especial, às parcerias entre o poder público e capital privado, assim como o recorrente aplauso à autogestão popular e o destaque dado na conferência às experiências desastrosas “promovidas por governos ineficazes e boas práticas promovidas por gestões não governamentais”. (MARICATO, 1997, p. 30)

A exaltação às parcerias público-privadas e a consequente diminuição do poder do Estado frente ao avanço dos mercados fomentaram a discussão e a validação da prática modelar do planejamento estratégico então em voga. Difundido “no Brasil e na América Latina pela ação combinada de diferentes agências multilaterais (BIRD, Habitat) e de consultores internacionais, sobretudo catalães” (ARANTES; MARICATO; VAINER, 2000), esse ideário ganha força no final do século XX e segue sendo implementado ainda hoje.¹⁴¹

E nesse sentido, o debate suscitado pelo ponto de inflexão referente ao planejamento estratégico de Barcelona¹⁴² segue como um importante tensionador de acontecimentos¹⁴³ na nebulosa desse campo de debates sobre participação. A fim de contribuir com a investigação das apropriações dos sentidos da participação no presente, temos direcionado atenção para a associação da participação à ideia de “consenso cidadão” (RICHARDSON; CONNELLY, 2005), descrita como uma das principais forças para a consolidação do projeto e implementação do plano (BORJA, 1997), em que atribui-se à participação popular a função de legitimação de interesses maiores.

Busca-se também avançar à medida que se percebe que – apesar da associação entre financeirização, Estado e planejamento urbano ainda nos levar a reflexões acerca do planejamento estratégico (que, por sua vez, carrega a lógica neoliberal na maneira como submete as cidades às mesmas condições e desafios que empresas) – a discussão sobre a mercantilização da vida e a constatação do estreitamento das relações entre capital e produção de cidade não cessam nos moldes da cidade pátria-empresa-mercadoria. (ARANTES; MARICATO; VAINER, 2000) E é nesse sentido que concepções distintas acerca da participação atravessam o debate mais próximo ao presente, fazendo emergir noções como despolitização, institucionalização, autogestão e autonomia, coletividade e comunidade na composição da nebulosa – que serão elucidadas adiante.

O enaltecimento de experiências de autogestão popular associado aos discursos de promoção da falência governamental, a partir dos anos 1990, sobretudo, mencionados com desconfiança por Maricato na conferência da ONU de 1996, já anunciavam possíveis caminhos

que a circulação de ideias a respeito da participação tenderia a cursar nas décadas seguintes. Por meio de um persistente discurso de desvalorização do Estado e da necessidade de renovação do processo de participação pública – que tomou força em meados da década de 1990 e seguiu em alta desde então –, celebram-se a emergência de práticas urbanas de abordagem voluntária e a vantagem por elas concedidas à atuação da “sociedade civil”, incentivada a tomar a frente na produção do espaço urbano contemporâneo, mediante patrocínio da iniciativa privada.

A intensa reprodução de uma condição de crise e da falência dos projetos estatais de urbanização brindou, ainda no início dos anos 2000, no Brasil e no mundo, o engajamento dos coletivos ativistas, arquitetos, urbanistas e *designers* dispostos a representar a sociedade civil em reclames pontuais pelo direito à cidade através da organização, realização e manutenção de ações e intervenções no espaço público. Tais práticas urbanas de caráter coletivo, em colaboração com o Estado e/ou a iniciativa privada, realizadas em curto prazo e geralmente mobilizadas de “baixo para cima”, são assumidamente associadas à chancela do chamado “urbanismo tático”,¹⁴⁴ celebrado como potente alternativa ao urbanismo moderno.¹⁴⁵

Apesar do discurso elogioso, a série de cinco publicações coordenadas pelos urbanistas americanos Mike Lydon e Antony Garcia – *Urbanismo tático: ação a curto-prazo para mudança a longo-prazo* (2011, 2012, 2013, 2014, 2015) – promoveu a difusão do conceito através da exposição de experiências nos Estados Unidos, América Latina, Austrália e Nova Zelândia e constituiu um importante meio de divulgação e consolidação renovada da lógica do “faça você mesmo”. Apadrinhados por Andrés Duany, arquiteto e urbanista americano fundador do Congresso do Novo Urbanismo¹⁴⁶ e ex-chefe de Lydon, os “tacticians” conduziram o urbanismo XS (*Extra Small*)¹⁴⁷ em uma rápida ascensão à tendência de urbanização global. O padrinho e “novo-urbanista” atribui o brilhantismo do urbanismo tático ao fato de tais ações terem sido capazes de reformular a oposição pública e privada em um propósito comum. É enxerga a recuperação do processo “frustrado e frustrante” de participação pública à medida que se estabelece confiança nas manifestações do urbanismo tático.

Em concordância com as ideias de Duany, a declaração do curador do Museu de Arte Moderna de Nova York, Pedro Gadanho, em 2014 (mencionada anteriormente), se insere em um cenário contemporâneo de reprodução da decadência dos processos de participação no planejamento urbano, mobilizando a promoção de ações de urbanismo tático como possível “solução” para os implacáveis processos de urbanização planetária. O catálogo da exposição em questão – *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities* – contou com artigos de arquitetos e críticos de renome, a exemplo de Saskia Sassen, David Harvey e Ted Cruz, contribuindo para a consolidação do urbanismo tático como tema recorrente nas discussões sobre urbanização e produção do espaço nas cidades contemporâneas, através da associação do conceito a discussões outras.¹⁴⁸

Em crítica aos discursos amplamente afirmativos aflorados pela exposição, o professor de Teoria Urbana na Harvard Graduate School of Design (GSD) Neil Brenner (2016) chama atenção para a postura do urbanismo tático, que, ao assumir a diminuição do papel das instituições públicas e ao aliviar algumas falhas de governança, acaba internalizando e reforçando uma agenda neoliberal, contribuindo para o seu enraizamento e consolidação.

Em um esforço por identificar que sentidos a participação assume na contemporaneidade, atenta-se para as importantes relações que atravessam as ações e os discursos em torno do urbanismo *extra small*. Ao atuar pontualmente¹⁴⁹ no território – muitas vezes por meio de intervenções de caráter efêmero, em processos autogeridos em que a “sociedade civil”, representada por coletivos ativistas e ONGs, se coloca à disposição para promover a produção do espaço urbano em ações “de baixo para cima” –, as práticas do urbanismo tático concentram e complexificam diferentes noções de participação – entre elas, a já citada “participação solidária”, que segue em constante entrelaçamento com a noção de autogestão e a ressignificação da ideia de “faça você mesmo”.

Essa proliferação contemporânea de organizações intituladas de coletivos ativistas, decorrentes do crescimento e terceirização das ONGs característicos de um período político e econômico específico,

dissemina, muitas vezes, uma noção de achatamento e banalização da participação através de práticas individualistas, tecnicistas ou até oportunistas, que se apresentam como o “*hobby favorito da classe média brasileira*”. (DAGNINO, 2004) É possível associar a esses agentes, pelas práticas de intervenção urbana que defendem e propagam, uma ação que se caracterizaria aqui pela concepção da participação eventual ou temporária,¹⁵⁰ concentrando-se pontual e momentaneamente sobre um determinado foco e tema, sem uma perspectiva maior de abrangência, ou sem uma característica predominante de enfrentamento às ordens vigentes. Ainda é preciso ressaltar a sempre enfática afirmação acerca da configuração autônoma desses agentes e as suas formas de organização horizontais, sem liderança formal, pluriorganizacionais e multi-identitárias. (SCHERER-WARREN, 2013) Ademais, noções relacionadas à definição desses coletivos e a um momento efervescente de mobilizações permitem também trazer ao debate a aproximação construída na nebulosa entre a proliferação dos ativistas e a multiplicação das manifestações que ficaram conhecidas como “Ocupas” e que foram decorrentes, sobretudo, de um período de reivindicações nacionais que fez emergir o que se denominou por “novos movimentos sociais”. (GOHN, 2014)

Caracterizadas por ações de grupos que se autoafirmam desvinculados dos poderes públicos e privados e que têm como principal meio de manifestação o acampamento nos espaços pelo qual se reivindica, os “Ocupas” se inserem na nebulosa aqui delineada pela intensificação da investigação da noção de participação que se apresenta de forma eventual e pontual nesse debate contemporâneo, porém não necessariamente esvaziada do seu sentido político. Se considerarmos o episódio conhecido por Primavera Secundarista, que compõe os fragmentos iniciais citados, além de outros eventos nacionais e internacionais de mobilização em torno de questões urbanas,¹⁵¹ podemos ressaltar, em sua maioria e guardadas as devidas proporções, enfrentamentos a deliberações do poder público que se desdobraram em recuos importantes por parte de seus representantes, em decorrência, principalmente, das pressões exercidas pelos manifestantes.

Contudo, sabe-se que a insurgência mais recente dessas formas de participação, que procuram enfatizar a autonomia e a ação direta

como forma de organização e atuação da “sociedade civil”, não se restringe apenas a esses ativistas pontualmente envolvidos na produção do espaço urbano contemporâneo. É nesse âmbito que a composição da nebulosa tem aproximado a esse campo de debates, de forma ainda bastante preliminar, algumas reflexões recentes sobre a noção do “comum”, abordagem que se mostra pulsante, sobretudo quando observada pela vasta quantidade de publicações¹⁵² a respeito. Dentre elas, destaca-se aqui a publicação de “Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI”, por Pierre Dardot e Christian Laval (2017), que aponta para a compreensão do conceito como “um princípio de atividade política constituído pela atividade específica da deliberação, julgamento, decisão e a aplicação de decisões”.

Para os autores, o comum estaria relacionado à maneira dos movimentos contemporâneos transformarem “a resistência persistente e corajosa de amplos setores da sociedade às políticas de austeridade em vontade e capacidade de transformar as próprias relações políticas, em ir da representação à participação”. Nessa abordagem, a oposição ao mercado e Estado, que vem sendo há anos adotada como forma de enfrentamento às forças atuantes, não se mostra como uma “alternativa política positiva” (DARDOT; LAVAL, 2017), justamente pelo fato de o Estado assumir-se, atualmente, como um protagonista neoliberal, desempenhando as mesmas lógicas de mercado. Trata-se, assim, da necessidade de uma concepção de participação que evoque a autogestão, pressupondo a abrangência de toda a sociedade em todos os níveis políticos e administrativos, a fim de alcançar uma “democracia real”.

Há, também, outros atravessamentos mais recentes, que nos interessam no sentido de apontarem para um importante tensionamento frente a esse campo de debates e referem-se às concepções e práticas – que, embora distintas, guardam possibilidades de aproximação – de um “planejamento insurgente”, “conflitual” (VAINER et al., 2016) ou “subversivo” (RANDOLPH, 2014), para citar algumas das enunciações que se constroem como enfrentamento aos processos de participação constituídos por ações simbólicas, representativas, meramente comunicativas ou consensuais. Randolph (2014) defende, por exemplo, a necessidade de “inverter ou subverter as relações tanto entre Estado e sociedade em geral, como entre planejadores e a população

envolvida e afetada”, enquanto Vainer (2016) acredita que o conflito, inerente ao espaço urbano, possibilita a constituição de “sujeitos coletivos aptos a ocuparem, de forma autônoma, a cena pública”. Tais abordagens introduzem uma perspectiva renovada de politização a esse campo de debates – e, portanto, renovados embates – nessa aproximação ao presente, possibilitando o estabelecimento de novas relações na conformação da nebulosa, que nos interessam investigar.

A participação confronta a zona de conforto da arquitetura, trazendo incerteza no lugar da pureza. (TILL, 2006, tradução nossa)

Toda forma de participação sempre carrega um conflito em si mesma. Em resumo, participação é guerra. (MIESEN, 2010, tradução nossa)

Lançando-nos ao desafio, a construção de uma nebulosa em torno da participação nos auxilia na apreensão das potências e riscos aí implicados: para além da constatação de que as experiências que configuram esse campo de debates seguem sendo encaradas superficial e isoladamente pela história oficial (quando o são), ou da falta de articulação, nas investigações, entre as vertentes nacional e internacional do mesmo – e, sobretudo, de perspectivas que favoreçam leituras articuladas das experiências brasileiras e latino-americanas –, os esforços empreendidos no delineamento (sempre dinâmico) da nebulosa parecem possibilitar a produção de insumos para outras investigações, podendo contribuir, a partir de desdobramentos em profundidade, para uma história da arquitetura e do urbanismo contemporâneos mais complexa e plural.

Sua dimensão relacional nos força a questionar: como se constrói o “emblemático”? Como ir além das experiências “icônicas” ou “excepcionais”? São questões que a experimentação desse “modo de fazer” têm possibilitado perseguir, mesmo quando nos aproximamos de ideias ou práticas já evidenciadas pela história oficial, por permitir, a partir delas, tensionar a polissemia da noção e apreender a diversidade das experiências e discursos reunidos homogeneamente sob a mesma; ou, aprofundando-nos nas relações que a nebulosa favorece estabelecer – como caminho ainda a desdobrar nesta pesquisa, mas que já se

evidenciam nos campos de debates em torno do moderno ou do popular –, fazer emergir e dotar de historicidade outros atores, outras experiências, outras enunciações nesses debates, podendo aportar outras perspectivas ao campo da arquitetura e do urbanismo, ampliando-o.

De fato, é disso que se trata: fornecer subsídios para um alargamento do campo de atuação crítica do arquiteto e urbanista, a partir também de um alargamento historiográfico. Ao interrogarmos criticamente a “participação”, evidenciam-se disputas – históricas e sempre renovadas – por tal alargamento do campo em diferentes sentidos, permitindo revisitar e atualizar sua dimensão pública, social e política nas dobras entre arquitetura, urbanismo, cidade, democracia, ética e autonomia, em um debate que nunca se esgota.

Talvez, por sua excessiva disseminação (mais discursiva do que prática), a participação tenha deixado de ser um debate marginal – embora, considerando-se do ponto de vista da história oficial, isso ainda se mantenha, como visto. Contudo, ao confrontarmos a potência crítica e experimental que animou diversas ideias e práticas de participação em arquitetura e urbanismo entre os anos 1950 e 1980 com as muitas ressignificações, deslocamentos, esgarçamentos empreendidos dos anos 1990 em diante, que teriam “neutralizado” ou “capturado” o potencial transformador (ou utópico, se se quiser) dos processos participativos, sua apreensão como campo de debates (e embates) permite que se rastreiem e evidenciem outras margens, desvios e irrupções. São essas outras margens que seguem movimentando essa nebulosa e nos remetem àqueles tensionamentos críticos ao “moderno” de que emergiram, reintroduzindo diversidade e heterogeneidade a tais debates.

Considerando, portanto, a persistência dessas enunciações, bem como indagando sobre as condições que as possibilitam serem produzidas, persistirem, circularem, serem deslocadas, a aproximação ao presente nos auxilia nesse movimento de interrogação crítica, histórica e historiográfica que conforma o processo (em curso) de delineamento da nebulosa desse campo de debates. Tal movimento nos parece permitir profanar o pressuposto da participação, investir contra sua consagração¹⁵³ e, quem sabe, recobrar sua fortuna crítica.¹⁵⁴ Tomada em suas dimensões de impureza e conflito, de dilema e incerteza, de

processo e experimentação, talvez potencialize uma tripla profanação: do próprio campo da arquitetura e do urbanismo, de sua produção historiográfica e, sobretudo, de si mesma – e de sua transmutação em norma e dispositivo.



NOTAS

- 1 Não teríamos como citar aqui todos os pesquisadores que já passaram pela pesquisa *Cronologia do Pensamento Urbanístico* do grupo de pesquisa Laboratório Urbano no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU) da Faculdade de Arquitetura da UFBA (FAUFBA). Desde sua primeira formação, em 2002, foram vários bolsistas de iniciação científica, mestrandos, doutorandos, pós-doutorandos, professores e outros colaboradores voluntários, além de programadores e *designers*. Uma lista completa com todos esses nomes está em nosso *site* da pesquisa, disponível em: <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/equipe.php>>. Agradecemos a todos que construíram conosco o processo desta pesquisa, que contou com ricos debates ao longo desses anos. Agradecemos, em particular, a dois professores que fizeram parte da equipe: Washington Drummond, do Departamento de História Contemporânea da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por suas sempre instigantes provocações historiográficas; e Thais Portela, da FAUFBA, pela condução da equipe nas ausências da coordenadora geral da equipe da UFBA, Paola Berenstein Jacques. Aproveitamos para agradecer também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro que recebemos a partir de vários editais distintos; à Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da UFBA; e ao nosso ex-bolsista de Apoio Técnico de Nivel Superior (AT-NS), Thiago Magri, responsável pelo acompanhamento do último desenvolvimento técnico e pela manutenção de nosso *site*.
- 2 O debate em torno da pesquisa internacional “Les mots de la ville”, coordenada por Christian Topalov, na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Ehess), foi fundamental nessa mudança de rumo em nossos modos de fazer. Cf. Christian Topalov, Stella Bresciani, Laurent Coudroy de Lille e Hélène Rivière d’Arc, em *A aventura das palavras da cidade. Através dos tempos, das línguas e das sociedades* (2014).
- 3 A primeira geração de historiadores da arquitetura moderna é marcada por uma quase contemporaneidade entre a produção arquitetônica e a construção do discurso historiográfico sobre essas obras e seus autores. Historiadores estavam presentes nos mesmos círculos dos arquitetos e partilhavam do mesmo entusiasmo pela causa da arquitetura moderna. Responsável por cunhar o termo “movimento moderno” em 1936, com a publicação *Pioneers of the Modern Movement from William Morris to Walter Gropius*, Nikolaus Pevsner afirma que “A síntese final de tudo o que foi desenvolvido na arquitetura industrial até aquela época é a fábrica Fagus [...] projetada pelo jovem Walter Gropius. [...], de uma acuidade social derivada, em última análise, do movimento de Morris”. (PEVSNER, 1980, p. 176-177) De alguma forma, através do tema “Absorbing Modernity 1914-2014”, a própria bienal celebrava este mesmo ano

de 1914 – ano da Exposição de Werkbund, na qual Gropius junto com Adolf Meyer apresentaram ao público o projeto da fábrica-modelo – e terminava por corroborar com essa imagem de uma “gênese” do movimento moderno, marcada pela obra de um grande gênio, numa visão claramente evolucionista, teleológica e linear da história. (PEVSNER, 1980)

- 4 O pavilhão teve curadoria de Guus Beumer, diretor do Het Nieuwe Instituut, e Dirk van den Heuvel, professor de arquitetura da Delft University of Technology e chefe do novo Jaap Bakema Study Centre.
- 5 Contrapondo-se aos debates levantados até então pelos CIAM, emerge, dentro dos próprios congressos, o grupo Team X, cujos membros mais ativos foram Aldo Van Eyck, Alison e Peter Smithson, Ernesto Nathan Rogers, George Candilis, Giancarlo De Carlo, Jaap Bakema e Shadrach Woods. A crítica do grupo perpassa produções ligadas ao campo da arte e da cultura, e uma das referências para os debates do Team X, o Independent Group, também próximo da Internacional Situacionista, “[...] um dos primeiros grupos a criticar de forma radical o movimento moderno em arquitetura e urbanismo, principalmente seus maiores símbolos, o funcionalismo separatista da Carta de Atenas e a racionalidade cartesiana de seu maior defensor, Le Corbusier”. (JACQUES, 2003, p. 14)
- 6 Do mesmo modo, o Team X, ao efetuar a sua crítica à “velha guarda” dos CIAM, também renegou a sua tradição moderna no modo de projetar ou mesmo a própria história do movimento moderno dentro dos congressos. Ao seguir a tradição historiográfica moderna, em decretar o início, o ápice e o fim dos movimentos, a própria crítica a esse modo de pensar e fazer história recaía no mesmo problema. O crítico de arquitetura Charles Jencks (1977, p. 9, tradução nossa) anunciou a hora exata do fim: “A arquitetura moderna morreu em St. Louis, Missouri a 15 de Julho de 1972 às 15h32m, quando o infame complexo de Pruitt-Igoe, ou antes, alguns dos seus blocos de cimento, tiveram o seu golpe final dado pelo dinamite”.
- 7 Marcel Gautherot – fotógrafo francês que morou no Brasil, conhecido como o fotógrafo preferido de Oscar Niemeyer, Roberto Burle Marx e dos arquitetos modernos brasileiros – foi, à época, então contratado para a cobertura fotográfica da construção da nova capital. Suas imagens circularam na *Revista Brasília* e correram o mundo na difusão da arquitetura moderna brasileira. Se, por um lado, Gautherot fotografou a arquitetura moderna para diferentes revistas especializadas, por outro, ele desviava do seu contrato inicial e fazia fotografias também, sem conseguir publicá-las, do cotidiano dos candangos construtores da capital. É possível, assim, no espectro da sua obra, perceber um registro que desvia de sua produção reconhecida ao pôr em evidência o registro das condições precárias da construção da cidade, dos seus construtores e de seus primeiros habitantes.

- 8 Diferentemente das fotografias consagradas da arquitetura de Brasília recém-inaugurada que integram a maior parte dos catálogos e exposições pelo mundo, como a presente na *Latin America in Construction* (América Latina em Construção), realizada em 2015 no Museu de Arte Moderna de Nova York, as imagens que registram o canteiro de obras da capital federal são capazes de colocar em evidência rastros e passagens também pouco explorados na história corrente do movimento moderno em arquitetura e urbanismo que abordaremos no decorrer do texto.
- 9 “Benjamin exige, primeiro a humildade de uma *arqueologia material*: o historiador deve se tornar trapeiro [*chiffonnier*] (*Lumpensammler*) da memória das coisas. [...] Simetricamente, Benjamin, exige a audácia de uma *arqueologia psíquica*: pois é com o ritmo dos sonhos dos sintomas ou dos fantasmas, é com o ritmo dos recalçados e dos retornos dos recalçados, das latências e das crises, que o *trabalho* da memória se afina, antes de tudo”. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 117, grifo do autor)
- 10 “*Nebulosas* são uma metáfora de encontros, confrontos, desencontros, conflitos. Metáfora de rupturas claras, difusas – das quais às vezes nem sequer se deu conta –, mas que conformam um céu que é o da história e das memórias, e que é, antes de tudo – dada a transitoriedade e instabilidade de suas formas – uma imagem do efêmero, a própria existência. Metáfora do próprio céu intransitivo, do ser, do estar, do existir mutável e fugidio. [...] *Nebulosas* não têm limites; no máximo, possuem algum contorno temporário. As *nebulosas* são metáforas das configurações precárias e contingentes, possíveis de serem pensadas e propostas no campo coletivo por cada um a partir dos fragmentos que reúne em seu esforço de objetivação dos discursos do outro e em relação ao próprio exercício de dotação de sentido que empreende”. (PEREIRA, 2018, grifo do autor)
- 11 “[...] Se consagrar (*sacrare*) era o termo que designava a saída das coisas da esfera do direito humano, profanar, por sua vez, significava restitui-las ao livre uso dos homens”. (AGAMBEN, 2007, p. 65, grifo do autor) A separação entre o sagrado e o profano vigora através de determinados dispositivos profanatórios, como, por exemplo, no sacrifício, quando “[...] o que foi separado ritualmente, pode ser restituído, mediante o rito à esfera profana”. Agamben chama-nos a atenção de que a passagem do sagrado para o profano, entretanto, pode acontecer por meio de um uso, “ou melhor por meio de um reuso, totalmente incongruente do sagrado, trata-se do jogo”. (AGAMBEN, 2007, p. 66) A potência do profano estaria na quebra da conjunção que une o mito que narra a história com o rito que reproduz e a põe em cena. O jogo rompe com essa unidade: como *ludus*, ou o jogo de ação, que faz desaparecer o mito, mas conserva as ações do rito; ou também o contrário, como *jocus*, ou jogo de palavras, que anestesia o rito, mas deixa sobreviverem os mitos. Agamben toma como indícios de profanações, por exemplo, os jogos poéticos e as brincadeiras infantis.

- 12 “As crianças que brincam com qualquer bugiganga que lhes caia na mão, transformam em brinquedo também o que pertence à esfera da economia, da guerra, do direito e das outras atividades que estamos acostumados a considerar sérias. [...] O jogo libera e desvia a humanidade da esfera do sagrado, mas sem a abolir simplesmente. O uso a que o sagrado é devolvido é um uso especial, que não coincide com o consumo utilitarista. Assim, a ‘profanação’ do jogo não tem nada a ver apenas com a esfera religiosa”. (AGAMBEN, 2007, p. 67)
- 13 É no mínimo curioso (ou irônico) que o primeiro CIAM, que pretendia, naquele momento, desenhar as bases para a adoção universal de métodos racionais de produção, em defesa de dimensões normativas e métodos de produção eficientes como um primeiro passo para a racionalização da indústria da construção, tenha sido realizado num castelo do século XI. Segundo Sampaio (2001, p. 31), cabe a Hélène de Mandrot estimular aquilo que veio a se constituir o primeiro CIAM, tendo anunciado às delegações da época: “[...] o objetivo principal e a finalidade que aqui nos reúne, é articular os diferentes elementos da arquitetura atual em um todo harmônico, e dar à arquitetura um sentido real, social e econômico. A arquitetura deve, portanto, liberar-se da estéril influência das Academias e de suas fórmulas antiquadas”.
- 14 O CIAM II, de 1929, foi realizado em Frankfurt sob o tema “Die Wohnung für das Existenzminimum” e teve como ênfase os programas habitacionais, as moradias de subsistência através de projetos de moradia mínimos e compactos, dando continuidade ao ideário anterior. “O tema central do encontro, ‘A habitação para o mínimo de necessidades’, foi posteriormente vulgarizado para a ‘habitação-mínima’, alterando-se na prática o conteúdo original da tese debatida”. (SAMPAIO, 2001, p. 32, grifo do autor)
- 15 Para Giorgio Ciucci (apud ARAÚJO, 1997, p. 74), “a própria ideia de progressão dos temas (começando no primeiro congresso com habitação, seguindo do bairro/distrito e então a cidade) existiu apenas na mente de alguns dos participantes”.
- 16 Dentre os arquitetos não europeus, destacam-se a produção e a discussão de Hassan Fathy: arquiteto egípcio que duvidava da soberania da indústria e apostava nas técnicas, materiais e saberes locais, no envolvimento das comunidades africanas em processos de autoconstrução para a resolução das demandas sociais de habitação, como acontece no projeto da cidade de Vila Nova Gourná, de 1949.
- 17 “Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da ‘realidade’ da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada ‘enquanto atividade humana’, ‘enquanto prática’. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas

'científicas' e de uma escrita. Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto. A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas". (CERTEAU, 1982, p. 66)

- 18 A exposição Weissenhofsiedlung, realizada na cidade Stuttgart, Alemanha, no ano de 1927, foi de extrema importância para a consolidação do cânone moderno. Sob a direção de Mies van der Rohe, alguns arquitetos foram convidados a executar edificações singulares – em sua maioria, habitações unifamiliares, mas também alguns blocos de habitações coletivas – que incorporassem as técnicas e linguagens propiciadas pelo avanço das indústrias. Participaram da exposição: Peter Behrens, Victor Bourgeois, Le Corbusier, Pierre Jeanneret, Richard Döcker, Josef Frank, Walter Gropius, Ludwig Hilberseimer, J. J. P. Oud, Hans Poelzig, Adolf Rading, Hans Scharoun, A. G. Schneck, Mart Stam, Bruno Taut, Max Taut e Ferdinand Kramer. Quase a totalidade desses arquitetos era alemã, com as exceções de Bourgeois (Bélgica), Le Corbusier (Suíça), Frank (Áustria) e Oud (Holanda).
- 19 O CIAM IV seria realizado em Moscou, cenário de um grande laboratório em que o problema da construção das cidades socialistas já aparecia desde 1930, com Sotsgorod, de Nicolai Miliutini. As mudanças políticas na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que culminaram com a ascensão de Stalin, e as reações à nova postura face ao movimento moderno explicaram a mudança de planos. Em 1931, através do concurso para o Palácio dos Sovietes, Stalin veio propiciar, na URSS, a volta da arquitetura como imagem do poder e da autoridade, rejeitando os projetos modernos – inclusive a proposta de Le Corbusier. O resultado final do concurso e as reações do Comité International pour la Résolution des Problèmes de l'Architecture Contemporaine (Cirpac) mostraram uma fissura muito além do que se imaginava, registrando-se ali a desistência na escolha de Moscou como sede do CIAM IV, cuja ausência dos alemães e soviéticos deixou o congresso inteiramente sob o comando de Le Corbusier, Giedion e Josep Lluís Sert.
- 20 Diferentemente do senso comum, que estabelece para a *Carta de Atenas* a autoria de Le Corbusier, demonstraremos no próximo ponto as distintas versões e traduções que existem para o mesmo documento. Por esse motivo, insistimos no uso do plural para o documento.
- 21 Le Corbusier (2004, p. 96) discorre sobre a viagem de 15 dias entre Bordeaux e Buenos Aires como se estivesse se instalando em sua própria casa, mas ocupando apenas a minúscula cabine e com amparo do serviço de bordo: "Passageiro mimado com os privilégios que a Companhia me dispensa e catalogado na categoria 'luxo' ocupo 15 metros quadrados. Emprego três quadragésimos de empregados. Não tenho a menor preocupação. [...] Dispomos de frigoríficos, cozinhas, refrigeradores, aquecimento central. Tenho água gelada na garrafa.

- Há um refeitório suntuoso, onde é preciso comparecer em trajes de gala. [...] No navio que transporta 2.000 habitantes no interior de seus sete a dez andares, ainda noto algo muito importante: do apartamento que descrevi tem-se acesso a um pequeno corredor privado, a uma grande ponte que é como um bulevar, o deck”.
- 22 É possível notarmos expressões desses atravessamentos nos croquis das palestras realizadas por Le Corbusier na América do Sul e publicadas em *Precisões sobre o estado presente da arquitetura e do urbanismo* e na série de projetos do arquiteto para as unidades de habitação na França pós-Segunda Guerra Mundial, como é o caso da unidade construída em Marselha e que formalmente muito se aproxima aos grandes transatlânticos atracados aos portos das cidades costeiras. (LE CORBUSIER, 2004, p. 75)
- 23 Lucio Costa faz referência à história da mudança da capital para o centro do país ao abrir o seu projeto do concurso para Brasília com a frase “[...] JOSÉ BONIFÁCIO, em 1823, propõe a transferência da Capital para Goiás e sugere o nome BRASÍLIA.” (COSTA, 1957 apud BRAGA, 2010, p. 164) e finalizar com “Brasília, capital aérea e rodoviária; cidade parque. Sonho archi-secular do Patriarca”. (COSTA, 1957 apud BRAGA, 2010, p. 175)
- 24 “A presença humana no cerrado brasileiro remonta a aproximadamente 11 mil anos. A abundância de recursos na região - hídricos, minerais, vegetais e animais - ensejou o surgimento da agricultura e de inúmeras culturas indígenas do grupo macro-jê, há cerca de 4 mil anos. Denominados tapuias - com a acepação de ‘bárbaros’ na língua tupi -, esses povos relutaram em cooperar com os portugueses que avançavam em seu território. Alguns grupos opuseram resistência à chegada dos exploradores na busca de minérios e posteriormente de colonizadores que se estabeleceram na região em grandes fazendas de gado”. (WESELY, KIM, 2010, p. 10)
- 25 Sobre a mudança da capital, conferir parte do segundo capítulo do livro *Brasília: o mito na trajetória da nação*, do psicólogo Márcio de Oliveira. Nesse tomo, o autor elencou 18 fatos históricos que contribuíram para a construção do discurso sobre a mudança da capital. São eles: a Inconfidência Mineira; a fundação do Correio Brasileiro, em 1808; as teses de José Bonifácio, em 1821; as teses de Francisco Adolfo de Vannhagem, em 1854, o sonho de Dom Bosco; o primeiro ato republicano: Art. 3 e a Comissão Cruls; projetos parlamentares nas primeiras décadas do século XX; Informação Goyana; o centenário da Independência; a publicação de *A estrutura política do Brasil*, de Everardo Backheuser, em 1926; o projeto do tenente-coronel Luís Mariano de Barros Fournier em 1926; a publicação de *Brasília, cidade histórica da América* por Theodoro Figueira de Almeida, em 1930; a Constituição de 1934; a criação da Fundação Brasil Central por Getúlio Vargas, em 1937; a Constituição de 1946; a desapropriação das terras do futuro Distrito Federal, em 1946; a ação de Jeronymo Coimbra Bueno; e por fim, a criação das Comissões de Estudos para

a localização da Nova Capital do Brasil e a Comissão de Localização da Nova Capital Federal. (OLIVEIRA, 2005, p. 84-102)

- 26 Essa viagem de Le Corbusier ao Brasil e à Argentina resultou também numa série de planos para as cidades de Buenos Aires, São Paulo e Rio de Janeiro. Nesta última, projetou um extenso edifício que cruzava a paisagem da cidade e atuava como um bairro autônomo de ruas internas e avenidas exclusiva para automóveis nas coberturas. O arquiteto ainda empreendeu uma série de viagens no país ao longo da primeira metade do século XX. Sobre a relação do arquiteto com o Brasil, conferir: Santos e Pereira (1987).
- 27 Rememoremos o controverso pronunciamento dos vencedores do concurso para o Plano-piloto de Brasília. Diferentemente de todos os demais candidatos, que apresentaram projetos e ante-projetos completos, Lucio Costa venceu o concurso com apenas um memorial descritivo do plano. Sobre o fato, a pesquisadora Aline Moraes Costa (2002, p. 322) nos diz: “O arquiteto Paulo Antunes Ribeiro não concordou com o processo de avaliação dos projetos apresentados, anexando seu voto em separado à ata final da comissão julgadora do concurso de Brasília. Ribeiro expôs sua contrariedade alegando irregularidades na seleção dos planos, feita num tempo record de dois dias e meio, onde nem sequer os memoriais descritivos haviam sido lidos. Dos 26 trabalhos apresentados, foram escolhidos 10 deles. Para amenizar sua insatisfação, Ribeiro sugeriu a formação de uma só equipe com os autores desses 10 projetos pré-selecionados, acrescentando-se a eles um décimo-primeiro plano, o dos arquitetos Joaquim Guedes, Liliana Marsicano Guedes, Carlos Millan e Domingos de Azevedo, para a elaboração de um novo projeto. Essa proposta foi negada pelos outros participantes do júri”. Sobre o concurso, ver ainda: Milton (2010) e também sobre o concurso e outros projetos para Brasília: Tavares (2014).
- 28 Relembremos a proximidade das relações que os Estados Unidos da América construiu, na primeira metade do século XX, com a arquitetura e com os arquitetos modernos brasileiros, em especial Oscar Niemeyer e Lucio Costa, que ganharam reconhecimento norte-americano com o projeto em dupla para o pavilhão brasileiro da Feira Internacional de Nova York de 1939. Os dois arquitetos ainda foram figuras de destaque nas exposições que o Museu de Arte Moderna de Nova York realizou sobre arquitetura posteriores à grande mostra de arquitetura Estilo Internacional, realizada 1932 e com curadoria de Henry-Russell Hitchcock e Philip Johnson. Costa, apesar de participação tímida, fora reconhecido, mas Oscar fora destacado na maioria dos projetos presentes na exposição da Brazil Builds de 1943, com curadoria de Philip L. Goodwin. A arquitetura brasileira fora amplamente reconhecida ainda na mostra de 1955, Latin America since 1945, com curadoria de Arthur Drexler.
- 29 “Quebrando o compasso do colonialismo português, esse é o nosso ritmo: 36 horas por dia de construção da nação – ‘doze durante o dia, doze durante a noite e doze por entusiasmo’. Ele expressa justamente a nova consciência

- espaço-temporal da modernidade de Brasília, que apresenta a possibilidade de acelerar o tempo e de impelir o país para um futuro radiante”. (HOLSTON, 2010, p. 164)
- 30 Relembremos aqui as frases escritas por candangos nas estruturas da cúpula do Senado Federal que foram recentemente encontradas por acaso em uma visita técnica para a reforma das instalações da edificação: “Que os homens de amanhã que aqui vierem tenham a compaixão dos nossos filhos e que a lei se cumpra. Duraleques ce de leques [sic]”, diz uma das frases, que tem a assinatura de José Silva Guerra e a data: 22 de abril de 1959. “Si todos os Brasileiros focem dignos de honra e honestidade, teríamos um Brazil bem melhor. Só temos uma esperança nos Brasileiros de amanhã. Brasília de hoje, Brazil amanhã [sic]”. 1959, escreve um outro operário, cuja assinatura é ilegível”. (BRAGA, 2011)
- 31 Questionado sobre a chacina que aconteceu nos acampamentos de candangos da construtora Pacheco Fernandes, Lucio Costa dá o seguinte testemunho para o documentário *Conterrâneos velhos de guerra* (1991) dirigido por Vladimir Carvalho: “Chacina? Não sei quem disse isso. Mas isso naturalmente são coisas limitadas e que crescem nesse ‘disse que disse’. Cada candango romancia. Aqueles que colaboraram com a construção de Brasília, eles têm muito essa tendência a romanciar, dar importância e as vezes se você vai analisar historicamente foi uma coisa limitada. É um faroeste. No começo, é um faroeste. Tem que haver aquele período, aquela fase, ainda em que há um certo excesso de liberdade e uma falta de articulação, porque há aquela fluência de gente de toda a parte. [Se tivesse sabido da chacina] não teria dado a menor importância. Nenhuma. São episódios, do ponto de vista da construção da cidade, são episódios e não têm a menor importância. Agora, a imprensa que gosta de dramatizar essas coisas por falta de assunto. Francamente, eu não tomei conhecimento, não fui informado sobre o assunto e se tivesse não teria dado importância. Porque era já uma área com problemas sociológicos... Aquelas coisas normais. Problemas sociológicos de afluxo de pessoas, de operariado de todas as procedências, gente de todos os antecedentes para em um deserto construir uma cidade. De modo que não pode ser um minueto de cavalheiros [...] Mas se houve, como se diz, foi como uma espuma, assim, uma coisa que não tem gravidade e não há motivo para dramatizar. Eu não vejo motivo”.
- 32 É recorrente o relato de dificuldades no acesso às informações por parte de pesquisadores que se debruçam sobre o período de construção da cidade, já que muitas informações, como mortes e acidentes de trabalho, sequer foram registradas e quantificadas por parte das instituições reguladoras da construção.
- 33 Conforme o depoimento do próprio Lucio Costa: “eram canteiros doidíssimos, sofridíssimos, cercados, ameaçados, com condições de trabalho péssimas e jornadas de trabalho enormes, alimentação precária e tudo isso. Pouco mais tarde, tive contato com vários operários que participaram da construção de Brasília, e eles contavam de um sofrimento que a gente mal imaginava ainda na

época: operários se suicidando, se jogando debaixo de caminhões, desesperados, com fome, com disenteria, impossibilitados de sair de lá, com um cerceamento da liberdade absolutamente enorme. Então foi possível de ver logo, antes mesmo da inauguração de Brasília, essa espécie de dualidade, de contraste brutal entre, de um lado, a esperança anunciada no desenho dos dois – Lucio e Niemeyer –, e também no discurso oficial do Juscelino, de um lado, e a base que serviria para construção desse sonho. Evidentemente parecia, para quem participava, para quem estava lá dentro, que havia alguma coisa muito estranha na construção daquele sonho, na construção daquele novo Brasil”. (O RISCO..., 2003)

- 34 O plano de Artigas é um projeto de desenvolvimento regional de baixa densidade e que busca unir o urbano e o rural com grandes espaços verdes. As zonas são claramente definidas e subordinadas a uma única malha de circulação viária. Sua definição geométrica contrasta com a natureza local cuja conformação trabalharia num equilíbrio entre homem e natureza. Podem ser aqui apontadas algumas contaminações dos estudos e propostas de Frank Lloyd Wright, como a Broadacre City. Um dos maiores problemas apontados pelo júri foi sua baixíssima densidade, de apenas 50 habitantes por hectare.
- 35 O projeto dos irmãos Marcelo Milton e Maurício Roberto, que contava com um amplo levantamento interdisciplinar, propunha uma cidade de crescimento orgânico com estrutura que permitiria que o crescimento dobrasse sem destruir o sistema urbano. O plano criaria uma fragmentação da cidade em polinúcleos com a eliminação de um grande centro. O crescimento da cidade se daria com a repetição do desenho poligonal, cada uma delas sendo pequenas cidades autônomas. A população máxima total do projeto excederia 1 milhão de habitantes. A equipe defendia e propunha os valores da vida humana acima da pura exibição monumental. Apesar de não inserirem um grande centro, traziam a ideia do *core* – o coração da cidade –, discutida no CIAM VIII, em 1951.
- 36 Rino Levi foi membro do CIAM e buscava uma proposta urbanística que excedesse o embelezamento da cidade e a proposição de um sistema viário. Ele buscava uma intervenção urbanística que incorporasse a distribuição demográfica e ultrapassasse os pressupostos urbanísticos modernos comumente utilizados. Seu projeto busca abranger a periferia da cidade, com crescimento polinuclear. Para Rino, a inserção da periferia na cidade levaria anos; então, ele aproveitou a oportunidade para desenvolver uma cidade polinuclear que permitisse agregá-la. O projeto potencializa princípios de habitação intensiva, com ruas elevadas, corredores de uso urbano, conforme pode ser observada nas propostas para as unidades de habitação e na cidade vertical de Le Corbusier. É notória a monumentalidade da proposta devido ao gabarito dos núcleos habitacionais em lâminas, com 300 metros de altura. Esses edifícios, chamados por Rino de “bairros postos em pé”, proporcionariam grandes densidades habitacionais. O setor de habitação extensiva, com residências unifamiliares, localizaria-se nas extremidades do Lago Paranoá, distante e quase fora da malha urbanística central. A proposta busca uma estética que contrasta a

- horizontalidade do planalto com a verticalidade dos edifícios, trazendo a monumentalidade para a nova capital.
- 37 Assim como a de Lucio Costa, a proposta de Boruch Milman partia de uma implantação cruciforme, sendo que com eixo mais ortogonal. A cidade limitada e de tamanho reduzido garantiria uma “vida cotidiana melhor desenvolvida”, sendo outro projeto que implementou o zoneamento funcional. Em sua proposta, havia um projeto modular de zona residencial industrial para as cidades-satélites, uma preocupação que poucos projetos tiveram. Milman justificou as áreas vazias como espaços que permitiriam as expansões futuras.
- 38 A *Carta de Atenas*, na sua versão francesa, publicada em 1943 pelo grupo francês dos CIAM, é, a rigor, uma versão apócrifa, considerada, durante algum tempo e para muitos, como o próprio relatório final do CIAM IV, de 1933, publicado pelo Grupo de Artistas y Técnicos Españoles Para la Arquitectura Contemporánea (Gatepac).
- 39 A *Carta de Atenas* não repudiava completamente o patrimônio histórico. Em um quinto conjunto de prescrições, que aparecem, provavelmente, a partir do inevitável contato dos arquitetos com as ruínas gregas ao chegar em Atenas, recomenda que determinados edifícios seja preservados por seu “valor arquitetônico”. Com a demolição das construções de baixa qualidade que o circundam, “os vestígios do passado mergulharão em uma ambiência nova, inesperada talvez, mas certamente tolerável”. (LE CORBUSIER, 1943 apud COHEN, 2013, p. 198)
- 40 Desenvolvido entre 1942 e 1947 sob a coordenação do engenheiro santamarense Mário Leal Ferreira, o Epus “[...] é até hoje lembrado como a mais importante experiência soteropolitana do século XX no campo do urbanismo, marcando o cenário local e o panorama nacional em termos de seu método e abrangência e das teorias, concepções e desenho de cidade ali desenvolvidos”. (FERNANDES, 2014, p. 82)
- 41 A *grille* corbusiana consistia num gráfico que deveria ser preenchido a partir das quatro funções principais da cidade, além da quinta opção – “outros” ou “diversos” – para as demais funções que não se “encaixariam” nas anteriores. Na maioria das *grilles* encontradas em nossas pesquisas, encontramos essa quinta faixa totalmente em branco.
- 42 Em *Modulor 2*, Le Corbusier apresenta correspondências dos leitores de *Le Modulor*, publicado em 1950: “Depois surgem dúvidas acerca das alturas do homem, da mulher e da criança. Esta preocupação manifestar-se-á nas cartas de várias correspondências”. (LE CORBUSIER, 2010b, p. 101) Numa delas, responde com uma charge na qual um adulto tenta passar por uma porta desenhada na altura de uma criança, sugerindo que somente a escala do adulto atende às necessidades de ambas as idades. Num outro desenho, fornecido ao

arquiteto por Serralta e Meissonnier, o *modulor* é representado como uma figura feminina. Le Corbusier (2010b, p. 61) comenta ironicamente: “[...] parte-se do quadrado do ‘homem do *Modulor* de 1,83 m’ (mas como Serralta tem o coração meigo, o seu homem é uma mulher de 1,83 m, Brrr!)”.

- 43 Bakema – além de outros membros do Team X, como o casal Smithson e, sobretudo, Aldo van Eyck – era um entusiasta pela dimensão lúdica na cultura humana, tema proposto pelo historiador holandês Johan Huizinga em *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura* (1938). O Team X dialogava sobre questões da arquitetura e do urbanismo com outros “lugares” de pensamento, como a Internationale Situationniste (Internacional Situacionista), o grupo Cobra (Copenhague-Bruxelas-Amsterdã) e o The Independent Group, grupos de artistas, intelectuais e arquitetos que atuaram entre 1950 e 1960 na Europa a partir de críticas sociais, culturais e políticas, posicionando-se contra a cultura espetacular e a favor novas propostas de apropriação da cidade por meio da participação ativa dos seus habitantes.
- 44 As fotografias foram tiradas por Nigel Henderson entre 1949 e 1953. Nigel e sua esposa, Judith Henderson, viviam em Bethnal Green devido ao trabalho antropológico de Judith, que ministrava, junto ao sociólogo JL Peterson, um curso a partir de princípios antropológicos intitulado “Descubra seu vizinho”. Segundo Frampton (2008, p. 330), “[...] é preciso mencionar o fotógrafo Nigel Henderson, cujas fotos da vida nas ruas de Londres foram expostas pelos Smithson em Aix-en-Provence e cuja percepção e modo de vida desempenharam um papel tão crucial para a formação da sensibilidade deles”. Seria preciso mencionar também, portanto, o trabalho etnográfico de Judith Henderson como uma importante contribuição desse olhar para as particularidades da vida cotidiana na cidade.
- 45 Walter Benjamin (2009b, p. 104) evidencia a relação da criança com os detritos ou restos na cidade ao dizer que as crianças “[...] sentem-se irresistivelmente atraídas pelos detritos que se originam da construção, do trabalho no jardim ou em casa, da atividade do alfaiate ou do marceneiro. Nesses produtos residuais elas reconhecem o rosto que o mundo das coisas volta exatamente para elas, e somente para elas. Neles, estão menos empenhados em reproduzir as obras dos adultos do que em estabelecer entre os mais diferentes materiais, através daquilo que criam em suas brincadeiras, uma relação nova e incoerente. Com isso as crianças formam o seu próprio mundo de coisas, um pequeno mundo inserido no grande”.
- 46 É importante atravessarmos o suporte do retrato por meio de sua historicidade imagética. “[...] Posto que o retrato – o retrato antigo e humanista se nega duas vezes a representar os povos: uma primeira vez pelo fato de fundar-se em uma hierarquia social e uma divisão política em que os homens de poder são os únicos investidos do privilégio de existir em imagens; [...]. No contexto da república romana, por exemplo, só os aristocratas na aptidão para se tornarem

- 'ancestrais' para além de sua morte, tinham o acesso a essa função jurídica chamada *imago*". (DIDI-HUBERMAN, 2014, p. 55, tradução nossa)
- 47 "Mas apesar de ser uma categoria plenamente histórica, a origem (*Ursprung*) não tem nada em comum com a gênese (*Entstehung*). 'Origem' não designa o processo de devir algo que nasceu, mas antes aquilo que emerge do processo de devir e desaparecer". (BENJAMIN, 2011, p. 34)
- 48 Título em inglês: *Learning from Las Vegas*.
- 49 Título original: *El interior de la historia*.
- 50 "When 'blighted' neighborhoods are swept away together with billboards and gasoline stations in the name of the avoidance of 'visual pollution' the social harm can be irreparable. However, an old aesthetic formula, even though it is shown to be obstructive, will not be relinquished until it is replaced by a new one, since as we have seen, form depends on form for its making. And, for the architectural establishment, the new vocabulary must have a re-spectable lineage. Hence, if the popular environment is to provide that vocabulary, it must be filtered through the proper processes for its acceptance. It must become a part of the high art tradition; it must be last year's avant garde. This is another reason to submit the new landscape to traditional architectural analysis: for the sake of its acceptance by the establishment. They can't learn from pop until pop hangs in the academy".
- 51 O espalhamento urbano (*urban sprawl*) aqui referido trata do processo de crescimento para fora dos grandes centros urbanos, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Utilizamos o mesmo termo usado na tradução do livro *Aprendendo com Las Vegas*, feita por Pedro Maia Soares. Esse fenômeno gerou desde subúrbios residenciais até cidades de beira de estrada, a Strip. Gwendolyn Wright, em sua obra *Building the dream: a social history of housing in America*, publicada originalmente em 1981, refere-se a esse fenômeno, no âmbito residencial, como *suburban sprawl*.
- 52 "In the fine arts a new horror-giving energy source has been discovered: the popular. This too is old. Beethoven doubtless once shocked the salons with his themes from folk tunes, but the Beatles have 'made it' into the intellectual elite, and Rauschenberg and Lichtenstein are on the cover of Time. Yet we are still outraged if an architect comes out for billboards or if a planner removes the emotion from his voice when talking of urban sprawl. The first has 'sold out to the crassest motivations in our society', and the second doesn't recognize chaos when he sees it. But architects and urban designers are, in fact, Johnnies-come-lately on this scene and can learn from others. From Edward Ruscha, for example. His Twenty Six Gasoline Stations are photographed straight: no art except the art that hides art".

- 53 No livro, a legenda é a seguinte: “Detalhe de uma elevação da Strip à maneira de Edward Ruscha. Fazem-se mapas do Canal Grande e do Reno mostrando a rota margeada por seus palácios. Ruscha fez um da Sunset Strip. Nós o imitamos, fazendo uma representação gráfica da Las Vegas Strip”. (VENTURI; BROWN; IZENOUR, 2003, p. 64)
- 54 No seu livro *Zoomscape*, Mitchell Schwarzer analisa alguns trabalhos de Ruscha e de outros fotógrafos que trabalham na representação do ambiente construído. Sobre o trabalho de Ruscha, *Every building on the sunset strip*, Mitchell escreve que o livro consiste em: “a photograph of everybuilding along a two-mile stretch of Sunset Boulevard from Laurel Canyon to Carol Street, just West of Hollywood and reaching to Beverly Hills. This is the strip of nightclubs that began migrating during the 1930s from the heart of Hollywood to a looser and longer vehicular realm, where Hollywood types could get soused after working late in the studios, on the way home to Beverly Hills or Bel Air”. (SCHWARZER, 2004, p. 203)
- 55 “There are Modern, Tudor, Art Deco, Spanish Colonial, French Colonial, and Googie designs. There are hotels, banks, offices, liquor, stores, gas stations, apartment buildings, and single-family houses. There is the Burlesque Body Shop. Within the regular rhythm of the shots, all variations are observable – where the buildings seem especially close to one another, and where there are parking lots. We observe as well the trees, signs, poles, parked cars, billboards, for-sale signs, bust stop benches with advertising, and the few pedestrians. Palm trees, their canopies cropped out of the picture, look like telephone poles. Streetlights dangle in the air”.
- 56 Os detalhes da exposição estão comentados na edição de 15 março de 1976 da revista *The New Yorker*, nas páginas 26 a 28. Segundo a revista, a exposição teve um custo de US\$ 400.000,00, uma superespetacular celebração bicentenar da domesticidade moderna norte-americana que foi patrocinada por agências do governo, corporações e cidadãos norte-americanos. Novecentas e trinta e seis pessoas compareceram à abertura da exposição e foram servidas de champanhe, cerveja, Coca-cola, miniaturas de hambúrgueres e fatias de pizza.
- 57 “But it is necessary, as I have already suggested, to distinguish between Critical Regionalism and simple-minded attempts to revive the hypothetical forms of a lost vernacular. In contradistinction to Critical Regionalism, the primary vehicle of Populism is the communicative or instrumental sign. Such a sign seeks to evoke not a critical perception of reality, but rather the sublimation of a desire for direct experience through the provision of information”.
- 58 “In sum, I suggest that the allegations against us of social irresponsibility lie not in the fact that we have analyzed forms, nor in the fact that the forms we analyzed are in a capitalist society, nor even, for that matter, in the ecological considerations to which these forms are without doubt subject, but in the

lower middle class symbolism of the forms of Las Vegas and Levittown that are offensive to the upper middle class tastes of many architects”.

- 59 “Do people value beauty less than architects do? Do they care as little about and respond as little to the physical appearance of their surroundings as planners think they do? Our studies of alterations people make to their houses, once they acquire them from the developer and without the help of architects, suggest that many people care enough to invest their house with an appearance that is more in line with their images of themselves than it was when they first moved in, and that these images appear to be class, income and ethnic group related, and are, for most groups, far removed from what is considered good imagery by architects”.
- 60 Ao longo deste parágrafo, foram utilizados trechos do seguinte excerto do texto original: “Young architects who confront social issues often abandon both architecture and urban design, frustrated by their irrelevance as practised by many professionals – to real urban problems. They embrace instead social or systems planning, or projects which demand social and communal concern rather than professional service. This is wasteful and should be unnecessary. For the best thing an architect or urban designer can offer a new society, apart from a good heart, is his own skill, used *for* the society, to develop a respectful understanding of its cultural artifacts and a loving strategy for their development to suit the felt needs and way of life of its people. This is a socially responsible activity; it is, after all, what Gans and the pop artists are doing”.
- 61 A pesquisa sobre o MAP utilizou-se de documentos reunidos em virtude do projeto UFBA/MAP, projeto piloto da Pró-Reitoria de Extensão (Proext) em comemoração aos 70 anos da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O projeto UFBA/MAP resulta da iniciativa, em 2015, do diretor do Museu de Arte Moderna de Salvador, Marcelo Resende, de dar vida ao acervo de documentos relacionados ao período de formação do MAP, disponibilizando à consulta e ao uso pela professora da UFBA, Paola Berenstein Jacques – coordenadora do grupo de pesquisa Laboratório Urbano e pesquisadora associada do MAM –, o vasto conjunto de documentos da época, dentre os quais o pivô da parceria estendida à Proext da UFBA: a correspondência trocada entre Lina Bo Bardi e Edgard Santos, debatendo as negociações institucionais relacionadas à formação concomitante do MAP e das Escolas de Arte da UFBA. Tendo em vista a particular relevância do debate e do acervo para o conhecimento mais abrangente do histórico de coimplicação da UFBA com outras iniciativas institucionais de natureza artística cultural na cidade de Salvador, o projeto UFBA/MAP foi adotado pela Proext como projeto piloto, no âmbito do programa comemorativo UFBA 70 anos. Ao longo de oito meses, a professora Junia Mortimer coordenou extenso trabalho de mapeamento documental em diversos acervos públicos da cidade, associado à realização de entrevistas com inúmeras personalidades, protagonistas e/ou testemunhas dos fatos, causos e histórias mencionados ou relacionados à documentação do acervo do MAM. A documentação mapeada e produzida pela equipe de bolsistas da Proext

foi catalogada e organizada num meta-acervo digital, que se desdobrou na exposição *Fragments, Documentos, Arquivos: Relações entre Universidade e Cidade de 1946 a 1964*, realizada na Biblioteca Central da UFBA durante o Congresso da UFBA, em julho de 2016, e na exposição *Popular/Moderno, Cidade/Universidade: 70 Anos em Discussão*, realizada no Teatro Castro Alves em dezembro do mesmo ano, mobilizando instigantes conexões entre temas, fatos, personalidades, instituições e questões que abrem pistas para uma oportuna reflexão crítica sobre a história da UFBA em suas relações com arte, museu, cidade e cultura popular.

62 Destacam-se nomes como: Martim Gonçalves, na direção da Escola de Teatro; Hans J. Koellreutter, com os Seminários Livres de Música; Agostinho da Silva, na coordenação do Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao); Rolf Gelewski e Yanka Rudzka, na Escola de Dança. (RISÉRIO, 2013, p. 15)

63 O trecho foi retirado do segundo volume de *Cadernos do cárcere*. Ele faz parte de um conjunto de livros em seis volumes que reúne os escritos de Antonio Gramsci durante o período em que ele ficou preso (1926-1937) por combater o regime fascista na Itália. A obra reúne 29 cadernos divididos em “cadernos especiais” e “cadernos miscelâneos”. Os primeiros trazem notas de temas específicos e, de modo geral, são escritos mais tardios, enquanto os segundos trazem assuntos diversos. A primeira edição dessa obra, na Itália, foi em 1948. No Brasil, ela só foi publicada na década de 1960. (GRAMSCI, 2001)

64 Informações presentes em um esquema gráfico feito por Lina Bo Bardi, em 1959, com as atividades a serem desenvolvidas no museu. O documento faz parte do metarquivo UFBA70, construído através do projeto de extensão UFBA/MAP, realizado pelo Laboratório Urbano em parceria com a Proext e sob coordenação da professora Junia Mortimer. O original encontra-se no arquivo do MAM-BA.

65 Rascunho de uma carta de Lina Bo Bardi para o então governador da Bahia, Antônio Lomanto Júnior (1963-1967), encontrada no acervo do MAM-BA, na qual ela solicita uma entrevista para tratar do plano de artesanato.

66 O texto integral do catálogo da exposição está disponível nos livros *Tempos de grossura: o design no impasse*, de Bardi (1994, p. 34), e *Lina por escrito*, de Rubino e Grinover (2009, p. 116). Tivemos acesso direto ao documento, disponível no Arquivo do Instituto Lina Bo e P. M. Bardi.

67 Artista plástico pernambucano, muito conhecido por seu trabalho como ceramista e um dos artistas a expor em *Civilização Nordeste*. Brennand colaborou com Lina Bo Bardi na coleta de material para a exposição.

68 De acordo com Lina Bo Bardi (1994, p. 52) no livro *Tempos de grossura: o design no impasse*, Lívio Xavier foi o principal colaborador da exposição *Civilização*

- Nordeste. Ele fundou e dirigiu o Museu de Arte da Universidade do Ceará (Mauc), que deixou de existir em 1964 – destino comum dos museus voltados para a arte popular no período.
- 69 O livro *Tempos de grossura*, do qual esse texto foi extraído, foi publicado em 1994, dois anos após a morte de Lina Bo Bardi. O texto em questão foi escrito, muito provavelmente, entre 1980 e 1981, período que ela começou a organizar o livro, desistindo logo em seguida, dizendo: “Não adianta, tudo isso vai cair no vazio”. (SUZUKI apud BARDI, 1994, p. 9)
- 70 “But it is necessary, as I have already suggested, to distinguish between Critical Regionalism and simple-minded attempts to revive the hypothetical forms of a lost vernacular”.
- 71 O livro foi publicado originalmente em francês em 1955, traduzido para o inglês em 1961 pela Northwestern University Press e em português em 1968 pela Editora Forense.
- 72 “It is a fact: every culture cannot sustain and absorb the shock of modern civilization. There is the paradox: how to become modern and to return to sources; how to revive an old, dormant civilization and take part in universal civilization”.
- 73 “Modern building is now so universally conditioned by optimized technology that the possibility of creating significant urban form has become extremely limited. The restrictions jointly imposed by automotive distribution and the volatile play of land speculation serve to limit the scope of urban design to such a degree that any intervention tends to be reduced either to the manipulation of elements predetermined by the imperatives of production, or to a kind of superficial masking which modern development requires for the facilitation of marketing and the maintenance of social control”.
- 74 Em relação à discussão centro/periferia/região, Waisman escreveu o artigo “O centro se desloca para as margens”, publicado na revista *Projeto* nº 129, em 1990, no qual defende que não é possível considerar como central nenhuma arquitetura produzida no período contemporâneo. Todas são periféricas, apesar de possuírem diferentes razões para serem classificadas como tal.
- 75 “A esta altura del desarrollo de la historia de la arquitectura no hace falta descubrir el valioso papel que la disciplina ha desempeñado en la arquitectura de los últimos tiempos. La suya ha sido tan pronto una función crítica, que permitía tomar conciencia del valor y la significación del quehacer arquitectónico en determinado momento; o una función exploratoria, que ponía de relieve aspectos desatendidos por la práctica o el pensamiento arquitectónicos; o aún una función normativa – si bien raramente asumida de manera explícita – que al marcar unos rumbos y borrar otros constituía una verdadera fuerza conductora para la corriente arquitectónica [...]”.

- 76 “En síntesis, no son aceptables las formas deterministas, biológicas, evolucionistas, teleológicas de la historia, por las que se la concibe como recorrida por una necesidad interna que rige los acontecimientos y los conduce a una finalidad predeterminada. Estas simplificaciones que sitúan, al término de un movimiento inevitable, el cumplimiento del destino humano, no sólo no constituyen instrumentos de conocimiento – ya que su validez está impugnada por el estado actual de los conocimientos científicos e historiográficos –, sino que son frecuentemente instrumentos aptos para usos políticos”.
- 77 Essa abordagem implica encontrar a singularidade dessas matérias por meio de um trabalho investigativo em torno da historicidade delas. Ao engendrar a construção de uma malha de relações, esse trabalho investigativo estabelece as bases de um processo de formação fundamental aos pesquisadores envolvidos. Limites dessa abordagem despontam na incipiente elaboração de conceitos ou operadores conceituais, na tímida discussão teórica desenvolvida em torno das costuras históricas apresentadas ou mesmo, em outro sentido, na dimensão relativamente reduzida do número de acontecimentos (três) tomados enquanto pontos de partida para esboço do campo de debates. Ainda assim, sobrevive, enquanto potência desse fazer historiográfico, no campo disciplinar do urbanismo, um modo de pensar que é fundamentalmente relacional, mas que é, ao mesmo tempo, um esforço de aprofundamento, investigação e estudo da matéria histórica até dela surgir sua própria raridade. Afinal, “os fatos humanos são raros, não estão instalados na plenitude da razão, há um vazio em torno deles para outros fatos que o nosso saber nem imagina”. (VEYNE, 1998)
- 78 A metáfora do “pesadelo” para tratar da participação está presente também no último volume da trilogia elaborada por Markus Miessen, intitulado *The Nightmare of Participation* (2010).
- 79 Segundo a jornalista Sabrina Duran, autora do *blog* Arquitetura da Gentrificação, em 2016, o projeto já havia custado “mais de R\$ 2 milhões aos cofres municipais e custará outros R\$ 200 milhões se realmente sair do papel”.
- 80 Veja lista de convidados oficial da prefeitura em: <<http://bit.ly/2fEO8jF>>. Acesso em: 4 ago. 2018.
- 81 Ver em: <<https://privatizacaodarua.reporterbrasil.org.br/>>.
- 82 Lei Federal nº 10.257, de 2001, tem, entre suas diretrizes gerais, a “[...] gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano [...]”. (BRASIL, 2001)
- 83 A exemplo de Hughes e Sadler (2000); Cooke e Kothari (2001); Blundell, Petrescu e Till (2005); Miessen (2007, 2010); Rosa e Weiland (2013); Shankar

- e Larson (2015); ou das edições especiais das revistas *Monu* - “Participatory urbanism” (2015), *Footprint* - “The Participatory Turn in Urbanism” (2013) ou *Lotus International* - “Activism in Architecture” (2011), para citar alguns dentre muitos. Enquanto fechávamos este texto, ainda mais uma chamada foi lançada para uma edição da revista *Virus*, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), intitulada “Parti.cipar+Co.laborar”.
- 84 Desde 2009, quando então o site da *Cronologia do Pensamento Urbanístico* se ancorava em “marcadores temáticos”, a “participação” esteve pautada na pesquisa, associada a investigações em torno de temas como habitação, favelas ou movimentos sociais urbanos, os quais se propunham a evidenciar “as contraposições e/ou resistências aos processos ensejados pelo pensamento hegemônico no campo do urbanismo”. Essa aproximação fez emergir, na pesquisa, a experiência de urbanização da favela Brás de Pina como importante ponto de inflexão no pensamento urbanístico, merecendo maior aprofundamento e fazendo convergirem investigações antes organizadas nos referidos marcadores temáticos. Mais recentemente, a aproximação desse ponto de inflexão a outro também investigado no âmbito da *Cronologia* - referente ao planejamento estratégico de Barcelona - evidenciou um campo de debates (e embates), no pensamento e na prática arquitetônica e urbanística, em torno da participação, o qual se mostrou indissociável dos próprios debates em torno do moderno e do popular, que passaram a orientar as investigações, conforme apontado anteriormente.
- 85 É importante salientar o caráter processual, experimental e dinâmico da construção da nebulosa como ferramenta de pesquisa, que busca dialogar com o próprio movimento da história, ao possibilitar apreender “diversos matizes que resultam de construções culturais que se organizaram em diferentes temporalidades e mudam também diferentemente no tempo”. (PEREIRA, 2014a) Nesse processo, o ponto de partida da investigação não são os acontecimentos em si, mas a relação entre eles: o movimento investigativo e analítico de composição de uma nebulosa, a partir de uma diversidade de ideias e práticas que se aproximam ou se tensionam de formas distintas, possibilita apreender justamente os debates que se estabelecem, histórica e contemporaneamente, em torno de distintas dimensões e enunciações de participação na produção da habitação e da cidade.
- 86 Trata-se, portanto, de um processo ainda muito preliminar que se ancora, sobretudo, na dimensão de formação de jovens pesquisadores: não se trata de pesquisa de caráter inédito, mas sim de explorações historiográficas a partir da construção de uma perspectiva crítica à história oficial, que possam contribuir, futuramente, para a tarefa coletiva (e em curso no país) de construção de outros caminhos teórico-metodológicos para a produção historiográfica nacional sobre arquitetura e urbanismo. O que apresentamos aqui é fruto de pouco menos de um ano de trabalho em conjunto, desde o momento em que esse subgrupo em torno da participação se constituiu efetivamente. As aproximações recentes de

novos pesquisadores ao grupo e a tentativa constante de relacionar as pesquisas individuais à pesquisa coletiva têm possibilitado o alargamento das discussões acerca da participação e contribuíram para a construção de uma visão mais ampla sobre esse campo de debates.

- 87 Por historiografia corrente, estamos considerando obras muito disseminadas, seja pela seletiva tradução das editoras ou pela reiterada utilização de “grandes manuais” no ensino da história da arquitetura e do urbanismo.
- 88 Um exemplo é a abordagem de Cohen (2013, p. 408) acerca da experiência de Hassan Fathy em Nova Gourna (1949): em uma análise tipológica ligeira, que referencia os materiais e técnicas utilizadas, sem sequer mencionar o contexto político da ditadura que atravessava o Egito naquele momento, cuja influência se fez decisiva tanto para a consecução do terreno para a construção das habitações, quanto na própria dinâmica política enfrentada pelo arquiteto ao tentar implementar estratégias participativas ao longo do processo de projeto e construção.
- 89 E aqui poderíamos remeter também, como presenças relativamente recorrentes nesse sentido, às críticas do Team X aos preceitos do CIAM ou a publicação de *Morte e vida de grande cidades*, de Jane Jacobs, em 1961. Já outras abordagens, como a produção de Henri Lefebvre ou Paul-Henry Chombart de Lawe, ambos referenciados de alguma forma nas críticas dos situacionistas (1957), assim como Hundertwasser ou Yona Friedman, que tomam parte desse momento de emergência dos debates em torno da participação já nos anos 1950 (JACQUES, 2003), poucas vezes são referenciadas ou associadas a esse campo de debates.
- 90 A bibliografia visitada em geral menciona apenas a atuação de Alexander nos Estados Unidos, sobretudo a experiência na universidade de Oregon. Apenas Peter Hall traz para sua narrativa a experiência do arquiteto austríaco em processos de autoconstrução na cidade de Mexicali, no México em 1975 (HALL, 2016, p. 375), em que ele desenvolve a ideia do “arquiteto-construtor”.
- 91 O autor cunha a expressão “dirty architecture” ao discorrer sobre a recepção das proposições e práticas de participação do arquiteto belga Lucien Kroll entre críticos e profissionais do campo da arquitetura e urbanismo. Também Jeremy Till recorre a essa expressão em suas reflexões sobre a participação na arquitetura.
- 92 Não nos ativemos, dados os limites deste texto e o caráter da investigação em curso, sobre os contextos de debate e produção historiográfica de cada um dos autores, suas filiações teóricas, entre outras dimensões que mereceriam ser desdobradas de modo a aprofundar as reflexões aqui esboçadas.
- 93 E aqui vale recuperar algumas palavras do autor sobre tais abordagens, que, em sua perspectiva de então, não teriam fortuna prática ou crítica: “Somente

uma vez a arquitetura abriu sua janela ao mundo, à realidade da maioria, na tentativa de superar seu círculo elitista. Mas rapidamente voltou a fechá-la e a esquecer-se de que deveria servir toda a humanidade e não só a uns poucos privilegiados clientes de revista”. (MONTANER, 2001, p. 137) E, mais especificamente sobre Turner: “As propostas de Turner, porém, perderam ao longo do tempo a sua influência, e demonstrara ante seu caráter romântico, como a ausência de propostas formais concretas é capaz de hipotecar o futuro de qualquer proposta arquitetônica”. (MONTANER, 2001, p. 131) É interessante notar que, mais recentemente, o mesmo autor lançou um livro intitulado *Do diagrama às experiências, rumo a uma arquitetura de ação*, no qual a questão da participação aparece como um dos eixos centrais para a arquitetura contemporânea.

- 94 “De Carlo e outros estavam usando a participação como forma de desconstruir o que significa ser um arquiteto ou ser um designer. Eu acredito que esse aspecto da participação é interessante porque questiona muitas das premissas nas quais arquitetura é fundada como profissão – as premissas de um indivíduo autor-herói, as premissas do controle, as premissas de especialização e por aí em diante”. (MONU MAGAZINE, 2006, tradução nossa)
- 95 Tal abordagem poderia ser aproximada às já mencionadas proposições de Yona Friedman – com quem Habraken manteve, de fato, trocas intelectuais por algum tempo – em “L’Architecture Mobile” e sua “Ville Spatiale”, compostas de estruturas espaciais fixas a partir das quais os ocupantes pudessem ter poder de escolha e decisão sobre suas formas de habitação, seus arranjos e suas vizinhanças e de forma aberta a possibilidades de efemeridade e mobilidade. Desdobramentos das primeiras proposições de Habraken vêm sendo ainda hoje continuados em teorias e práticas em torno do que passou a ser denominado “open building”. Ver publicações nesse sentido em: <<http://open-building.org/>>, <<http://www.habraken.com/>> e <<http://www.mom.arq.ufmg.br/>>.
- 96 Jon Broome e Bob Hayes, ambos arquitetos que trabalharam com Segal, disseminaram seu método de autoconstrução por toda Inglaterra e possibilitaram a formação do instituto britânico Selfbuild Central, que financia materiais e capacita os autoconstrutores.
- 97 Embora pouco referenciado pela história oficial, diversos trabalhos atestam a importância de Segal no debate internacional em torno das possibilidades de autonomia dos “usuários” na produção da moradia. Colin Ward traz a figura de Segal em diversas de suas publicações, mas principalmente em seu artigo “The community architect” (1989). Além de Ward, o arquiteto John Mckean se debruçou sobre o Método Segal, como, por exemplo, no livro *Learning from Segal: Walter Segal’s Life, Work and Influence* (1988), para citar alguns.
- 98 Giancarlo, como se sabe, integrou o Team X, tomando parte de suas reflexões críticas e propositivas como já mostrado acima, em “Em torno do moderno”.

- 99 “Nunca falamos de como os destinatários usam ou podem usar o prédio que os foi destinado: se eles correspondem bem, de forma medíocre ou mal a suas necessidades. O julgamento da obra arquitetônica é sempre feito de forma completamente independente do seu uso. A obra é julgada boa, medíocre ou ruim segundo valores que realmente são figurativos [...] Sempre evitamos o discurso daqueles que usam como se fosse um argumento banal ou grosseiro: em realidade nós pensamos que a arquitetura, considerada como arte, não pode ser, por de nãoção, contaminada com aspectos concretos da realidade cotidiana”. (DE CARLO, 1973, p. 90-91 apud BIASE, 2012, p. 196)
- 100 A dimensão que a participação assume nesse processo, em que o arquiteto se coloca, de certa forma, como mediador/tradutor, pode ser aproximada, em alguma medida, da concepção de *advocacy planning* proposta por Paul Davidoff em seu artigo “Advocacy and Pluralism in Planning”, publicado originalmente no *Journal of the American Institute of Planners*, em 1965. Nele, Davidoff elabora uma contraproposta ao chamado “planejamento unitário”: a elaboração de planos que representem os múltiplos interesses, visando a participação ativa dos cidadãos em todo o processo.
- 101 Nesse artigo, refletindo sobre a questão da habitação das camadas populares na Itália, De Carlo questionava o alcance do Estado na resolução do problema, evidenciando que a contribuição técnica só teria impacto na medida em que fosse articulada à “colaboração comunitária”: “Algumas vias de ação, já experimentadas no passado, voltam hoje. Vale a pena examiná-los para esclarecer suas fraquezas e limites: são elas o estabelecimento de cooperativas, a ocupação ilegal de edifícios desabitados, a greve do aluguel. A solução é estabelecer cooperativas de construção e cooperativas de inquilinos ligadas por um programa de ação e mecanismo financeiro comuns, o primeiro a ser usado para produção com métodos racionais, o segundo para uso e gestão. [...] A cooperativa é uma maneira eficaz de produzir casas de baixo custo e educar inquilinos para formas de gestão coletiva. [...] A casa, em suma, se estende à comunidade”. (DE CARLO, 1948, p. 160, tradução nossa)
- 102 Piotr Kropotkin, geógrafo russo considerado um dos principais pensadores políticos da primeira geração do anarquismo, defendia que o contraponto para tais resultados da produção capitalista viria da ação direta popular. Diversos de seus escritos atravessam as questões do urbanismo e das cidades, apontando as consequências da efervescência industrial na vida urbana, dentre os quais destaca-se *Ajuda mútua: um fator em evolução* (1902) e o artigo intitulado “A moradia”, recentemente traduzido por Cibele Rizek (2006, p. 104), a qual apresenta as possíveis inquietações que os escritos do geógrafo podem fomentar nas reflexões contemporâneas sobre moradia e cidade: “Retomar Kropotkin pode ser um começo: se não como um corolário destacado de um tempo e um lugar, como manifestação lúcida do reconhecimento de contradições e perversidades que insistimos em tratar como naturais”.

- 103 Na publicação em colaboração com Dennis Hardy intitulada *Arcadia for All: The Legacy of a Makeshift Landscape*, de 1984, Ward investiga o fenômeno da autoconstrução em Peacehaven, na Inglaterra, no fim do século XIX. Já no livro *Housing: An anarchist approach*, de 1983, Ward apresenta um compilado de algumas das publicações que narram as experiências do Movimento Sem Teto (*Squatters*) no pós-guerra britânico. Além da questão da moradia, o autor debruçou-se em estudar a relação da criança e seu aprendizado através da vivência no espaço urbano, produzindo o livro *The Child in the City* (1978). Destaca-se, ainda, nesse sentido, sua atuação como editor de revistas, como *Freedom*, *Anarchy* ou o *Bulletin of Environmental Education*.
- 104 A vivência de Turner nas barriadas peruanas também foi matéria para a revista anarquista britânica *Anarchy*, nº 30, editada por Ward. A mesma revista já havia apresentado, em publicações anteriores, a participação dos usuários como potência para resolução dos problemas habitacionais. É interessante notar que, se Ward publicou Turner e De Carlo – dentre os que nos fora possível mapear até o momento –, De Carlo foi quem primeiro publicou Christopher Alexander na Itália, sugerindo um caminho de pesquisa das relações que conformam a nebulosa desse campo de debates.
- 105 Com exceção de Hall (2016). Já na introdução do livro, Hall tensiona a aproximação de teóricos anarquistas ao campo urbanístico, trazendo como exemplo a relação entre Kropotkin e Patrick Geddes. No oitavo capítulo, intitulado “A cidade da suada equidade”, Hall expõe brevemente a relação entre Turner, Ward e De Carlo.
- 106 Vale recuperar aqui este trecho de *Report on the Planning of Dacca*, de Geddes, publicado em 1917 e citado em Hall (2016, p. 286): “O Movimento do Planejamento Urbano é, de um lado, a revolta do lavrador e do jardineiro, como do outro é a do cidadão, unidos todos pelo geógrafo contra a dominação do engenheiro. Só quando as energias mecânicas do engenheiro forem postas em harmonia com todos os demais aspectos da cidade, e umas e outros se congregarem a serviço da vida, é que, de gigante desajeitado, poderá ele transformar-se em Hércules prestativo [...]”. Colin Ward, no prefácio de *Housing by People*, de John Turner, afirma sobre a obra *Cities in Evolution*, de Geddes: “constitui um verdadeiro manual de participação cidadã na tomada de decisões sobre o ambiente habitado”. (WARD, 1976, p. 36)
- 107 Conforme atesta Biase (2012), depois das experimentações de Geddes no começo do século XX, entre as duas guerras, e no final da Segunda Guerra, “caminhos paralelos na Europa e no mundo continuam este Urbanismo (e Arquitetura) humanista”. Ainda na primeira metade do século XX, adensa o caldo do urbanismo anarquista e humanista a publicação “Non-Plan: An experiment in Freedom” no jornal britânico *New Society*. Recentemente, o livro *Non-Plan: Essays on freedom, participation and change in modern architecture and urbanism* (2000) rememora a publicação de 50 anos atrás, além de agrupar

outros escritos que tensionam o debate em torno da liberdade, autonomia, anarquismo. “Para mim, e para as pessoas que querem dar espaço para a liberdade da experimentação em arquitetura e planejamento, a importância de voar na pipa do ‘Non-Plan’ foi uma tentativa de criar espaço para as alternativas de ‘faça-você-mesmo’ conta o rival ortodoxo das burocracias e conta o desenvolvimento especulativo da indústria. A tentativa não obteve sucesso, mas o fato de discutirmos sobre isso 30 anos depois indica o quão raro esse desafio foi”. (WARD, 2000, p. 51, tradução nossa)

- 108 Em *Conversations with Students* (2005), Peter Smithson menciona, a respeito da aproximação dele e de sua esposa às ideias de Geddes, que tal aproximação se deveu a um “renascimento do trabalho de Patrick Geddes depois da guerra” na formação dos estudantes ingleses de então.
- 109 Vale lembrar que, já em 1949, quando ainda era estudante, Turner foi responsável por um apêndice na reimpressão do livro de Geddes (segunda edição) na Inglaterra, em colaboração com W. P. Keating Clay, intitulado *The Geddes Diagrams: Part 2. Their Contribution Towards a Synthetic Form of Thought*. Sobre essa espécie de “herança”, Geddes parece reemergir, atualmente, a julgar pela publicação recente de um número da revista francesa *Espace et Sociétés* (167, nº 4/2016) inteiramente dedicado à Patrick Geddes, sob o título de “Patrick Geddes en héritage”, organizado por Alessia de Biase, Albert Levy e Maria Castrilho Romon.
- 110 Retirando-o do lugar de excepcionalidade muitas vezes a ele atribuído, Ward (1976, p. 31) fará menção a essa dimensão de uma certa “energia de época”, no qual se inserem o pensamento e a atuação de Turner: “Es uno mas de entre um grupo de pensadores que, trabajando em campos diferentes, a menudo sin conocerse entre ellos, han aprendido en los países pobres del mundo lecciones de inmenso valor para los países ricos, lecciones que son universales”. Vale lembrar, nesse sentido, as incursões de Geddes pela Índia, de Chombart de Lawe em Caracas ou de Christopher Alexander no México, ambos nos anos 1970, para citar alguns exemplos nesse sentido.
- 111 Para onde vai a convite de Eduardo Neira, arquiteto peruano que estudara planejamento regional e urbano em Liverpool.
- 112 Para além de Bernard Rudofsky e sua *Architecture without Architects* (1965), outros atores lançaram olhares interessados para a produção vernacular da arquitetura sob diferentes perspectivas, tais como Paul Oliver, Amos Rapoport ou mesmo Aldo Van Eyck.
- 113 E, de certa forma, remontando até Fathy, ainda que este busque aproximar-se de um modo de pensar e produzir o espaço local, vernacular.
- 114 De fato, desde então, suas ideias teriam grande penetração no âmbito do

- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial, que passariam a pautar, via oferta de financiamentos, a elaboração de programas por parte de governos municipais, estaduais e federais, num processo que acabou por espalhar mundo afora uma certa concepção de “urbanização de baixos padrões”. Ver, nesse sentido, Arantes (2004).
- 115 Mesmo o festejado Proyecto Experimental de Vivienda (Previ), implementado no âmbito do governo do arquiteto Fernando Belaunde Terry no Peru (1963-1968), a despeito de suas qualidades, evidencia, como atesta Cruz (2013, p. 25), “como, àquela altura, muito da energia utópica e transformadora dos trabalhos sobre autonomia já estava em vias de ser plenamente assimilada e conformada aos interesses do Estado, e não necessariamente dos moradores”.
- 116 Ele refere-se ao documento de trabalho intitulado “Uncontrolled urban Settlements: Problems and Policies”, elaborado para o seminário, realizado na University of Pennsylvania, Pittsburgh, em 1966.
- 117 Órgão de planejamento urbano e habitacional cuja criação, no âmbito da ditadura militar, juntamente com o Banco Nacional da Habitação (BNH), tinha a modernização das estruturas urbanas e a execução de um planejamento habitacional como metas vinculadas diretamente às diretrizes de desenvolvimento econômico do país.
- 118 “Mostraram-me problemas – favelas, mocambos, alagados, etc – que considero soluções. E mostraram-me soluções – conjuntos habitacionais de baixo custo – que eu chamo problemas”. (TURNER, 1968, p. 17)
- 119 O trabalho de Pulhez (2007) traz um interessante panorama nesse sentido, pelo qual nos remetemos às aproximações de Lucio Costa às manifestações populares da arquitetura vernacular portuguesa e do período colonial brasileiro; de Lina Bo Bardi, com suas expedições ao Nordeste e seu interesse pela “arquitetura sem arquitetos”; à defesa do reconhecimento da construção popular da favela enquanto arquitetura por Joaquim Cardoso; ou à “poética da economia” do grupo Arquitetura Nova, para citar algumas dessas diversas investidas de arquitetos e urbanistas (entre outros artistas e intelectuais) ao universo popular antes mesmo que adentrássemos os anos 1960. Ver, nesse sentido, os desdobramentos do ponto de inflexão “Museu de Arte Popular – Lina Bo Bardi”, na seção anterior deste texto – “Em torno do popular”.
- 120 Conforme nos auxilia Souza (2009, p. 49): “Ao questionar as soluções habitacionais até então praticadas, seja do ponto de vista do método construtivo, seja do ponto de vista do método de projeto, tratava-se de afirmar um outro vínculo político entre os profissionais e as camadas populares. Não por acaso, o ideário de ajuda mútua, participação ou autogestão que aflorou nesse processo vinculava-se diretamente às políticas progressistas e mesmo revolucionárias, aos movimentos insurgentes e aos embates locais com o

problema do subdesenvolvimento. E tanto em Cuba, quanto no Peru, Chile e Portugal, assim como no Brasil, a mudança de paradigma profissional viria associada às novas agendas socialistas e à mobilização popular”.

- 121 Sobre o Seminário de Habitação e Reforma Urbana promovido pelo IAB em 1963 e suas relações com o contexto político brasileiro e os debates no campo profissional de então, ver Bonduki e Koury (2010).
- 122 O conjunto Cajueiro Sêco, em Recife, teve projeto e execução coordenados pelo arquiteto Acácio Gil Borsoi no âmbito da gestão de Miguel Arraes em Pernambuco, entre os anos de 1962 e 1964, quando foi interrompido pelo golpe militar. Contando com a participação dos moradores, o arquiteto valeu-se da associação entre tecnologias tradicionais e racionalização da produção, resultando em painéis modulares pré-fabricados de taipa e coberturas de palha costurada, visando facilitar a construção pelos próprios moradores. Envolvido diretamente nos debates mencionados – conforme atesta Souza (2009) em trabalho fundamental que restitui historicidade a tal experiência, frequentemente interpretada na chave do “episódico” ou do “excepcional” –, Borsoi foi coordenador dos debates do grupo “A habitação e o aglomerado humano”, do já mencionado Seminário de Habitação e Reforma Urbana, e chegou a apresentar o caso de Cajueiro Sêco no Congresso da União Internacional de Arquitetos (UIA) realizado em Havana em 1963.
- 123 Ver, nesse sentido, os trabalhos anteriormente publicados por Pulhez (2007) e Pulhez e Rosa (2016), nos quais alguns dos argumentos aqui expressos foram anteriormente explorados, bem como esforços de síntese realizados, fornecendo insumos importantes para esta seção do texto, bem como para o próprio delineamento deste adensamento da nebulosa que contempla os debates nacionais em torno da participação.
- 124 Uma primeira versão do projeto foi realizada pelos então estudantes de arquitetura e urbanismo entre 1964 e 1965 e, cerca de dois anos depois, o projeto teve, paradoxalmente, continuidade e execução mesmo no contexto da ditadura militar, com a contratação dos arquitetos, agora aglutinados no grupo Quadra, como assessores, consultores e executores de planos urbanísticos e habitacionais no âmbito da Companhia de Desenvolvimento do Estado da Guanabara (Codesco). A criação da Codesco e suas iniciativas de urbanização de favelas foram um jogo de articulação construído a partir de disputas de agendas governamentais entre a sucessão de dois governadores no estado da Guanabara – como era então chamado estado do Rio de Janeiro. Essa situação paradoxal e seus desdobramentos políticos, prático-profissionais e cotidianos foram explorados criticamente por Santos (1981) e são retomados em Freire e Oliveira (2002).
- 125 Em Freire e Oliveira (2002), são citados alguns acontecimentos que compõem a nebulosa desse campo de debates como tendo sido importantes para as

elaborações teóricas e práticas de Carlos Nelson: para além das experiências e reflexões de John Turner, também as de Christopher Alexander, o *advocacy planning* proposto por Paul Davidoff e ainda as reflexões de Jane Jacobs, Kevin Lynch, Françoise Choay, Gaston Bachelard, Michel de Certeau, para citar alguns. Em sua passagem como pesquisador visitante pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), pôde conhecer Lynch, tendo encontrado ali interlocutores importantes – é importante lembrar que também Turner e outros passaram pelo MIT como pesquisadores visitantes, indicando possível conexão a ser explorada. De modo inverso, a experiência de Brás de Pina e as ideias de Carlos Nelson teriam sido importantes, dentre outras – como as do próprio Turner e outras experiências latino-americanas –, no processo de implementação do Serviço Ambulatório de Apoio Local (Saal) em Portugal (vigente entre 1972 e 1974). Sobre a experiência do Saal, ver, dentre outros, Bandeirinha (2011).

126 Como já enunciado, o processo de mapear essa “história oficial” no Brasil também se encontra em curso, embora sejam ainda relativamente poucos os trabalhos historiográficos de síntese, sobretudo no que se refere à arquitetura e ao urbanismo contemporâneos (pós-1950). De todo modo, identificam-se, em alguma medida, aspectos semelhantes aos apontados anteriormente (no que tange à bibliografia internacional): as experiências que conformam a nebulosa desse campo de debates no país também são, muitas vezes, referenciadas como “episódios ímpares” na história da arquitetura e do urbanismo – como atesta Souza (2009), ao complexizar a abordagem sobre Cajueiro Sêco. Ver, por exemplo, Segawa (2014). De fato, em face às graves demandas habitacionais e urbanas do país, as ideias e proposições no campo da arquitetura e do urbanismo, além de escassas, são consideradas um “lugar difícil” – para citar uma expressão de Bourdieu –, não recebendo a devida atenção historiográfica, nos parece, como é possível apreender, por exemplo, em Bastos e Zein (2010, p. 303-304): “Cada singela ação no tema da habitação social ganha sempre um enorme significado simbólico, seus parcos logros (e muitos malogros) são potencializados ao máximo: o tema da habitação social nunca se esgota apenas no que é, mas, principalmente, em que poderia se tornar”. Caberia, ainda, mencionar o valioso esforço de síntese de Pereira (2014a, p. 13), delineando nebulosas dos estudos históricos na área da arquitetura e do urbanismo nas últimas décadas.

127 Ainda que presentes na mesma publicação *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro* (SANTOS, 1981), os processos participativos de urbanização do Catumbi e do Morro Azul não possuem a mesma visibilidade – muito provavelmente por serem processos interrompidos com o endurecimento da ditadura militar no país (1964-1985).

128 Além disso, sua ampla produção intelectual – que resultou nos conhecidos livros, como os de Santos (1981, 1988), e em inúmeros artigos, tendo sido bruscamente interrompida com sua morte em 1989 – vem sendo

paulatinamente recuperada, tendo sido republicada em uma coletânea de três volumes organizada pela UFF (SANTOS, 2017), além de revisitada em trabalhos que têm aportado novos olhares à sua contribuição teórica e prática ao campo da arquitetura e do urbanismo no país.

- 129 O banco foi criado pelos militares já em 1964 e funcionou até 1986, quando declarou falência.
- 130 E aqui remetemos novamente ao trabalho de Arantes (2004), bem como Pulhez e Rosa (2016) e Pulhez (2007).
- 131 Mas não apenas, conforme enunciado em texto anterior por Pulhez e Rosa (2016, p. 14), do qual destacamos os seguintes acontecimentos: a realização na Universidade de Brasília (UnB), em 1984, do I Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil, no qual foram apresentadas algumas propostas de urbanização de favelas em cidades como Belo Horizonte, Brasília e Rio de Janeiro. Uma delas - “Vila Paranoá: O planejamento de um assentamento na realidade brasileira: uma tentativa de captar as origens de um meio ambiente marginalizado” - representou o Instituto de Arquitetura e Urbanismo da UnB na XII Confrontação Internacional de Projetos de Estudantes de Arquitetura - Prêmio Unesco 1984, patrocinado pela UIA, cujo tema era “O Arquiteto a Serviço dos Usuários - Criadores de sua Própria Moradia”. Em 1983, no Rio de Janeiro, destaca-se a experiência participativa de regularização fundiária da Favela do Gato, em Niterói, empreendida através pelo Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (Nephu) da UFF (1983), em uma ação de articulação universidade-grupos populares bastante próxima à empreendida pelo LAB-HAB. Outras experiências de regularização fundiária de favelas, que também acabaram por criar novos espaços de interlocução entre técnicos e moradores, ocorreram em locais como Diadema (SP), Recife (PE) e Belo Horizonte (MG). Destacam-se, ainda, nesse período, experiências como a da Assembleia do Povo (1979/1986), em Campinas (SP), movimento de luta pela terra urbana e por habitação articulado por moradores de várias favelas da cidade, e a da Assessoria de Urbanização Popular (Arruar), um grupo de arquitetos e advogados que trabalhou em assessorias de urbanização às associações de moradores de favelas do Recife nos anos 1980. Vale lembrar, ainda, que o livro de Hassan Fathy - *Construindo com o povo* - foi publicado no Brasil justo em 1980, fato que não é irrelevante, se considerarmos que muitas das publicações que compõem a vertente internacional desse campo de debates não chegaram a ser publicadas no país.
- 132 Criado em 1982, o Laboratório reuniu professores e alunos em torno das demandas dos movimentos de moradia em São Paulo.
- 133 O mutirão de Vila Nova Cachoeirinha, Zona Norte de São Paulo, empreendido no início dos anos 1980 através de um financiamento pelo Programa Promorar/BNH, conquistado através da mobilização de moradores, foi uma

- das primeiras experiências na produção de habitação social com assessoria técnica no país, através da articulação entre ajuda mútua e autogestão, tendo como referência as realizações das Cooperativas de Viviendas Uruguayas e seus Institutos de Assessoria Técnica, em curso desde os anos 1960. Ver o trabalho de Baravelli (2006).
- 134 Os dilemas relativos à participação e à apropriação dela decorrentes em tais experiências foram inúmeros, assim como relatado também por Santos (1981) quanto à experiência de Brás de Pina. Carvalho (2004) também retoma essa discussão a partir da experiência dos mutirões paulistanos dos anos 1990.
- 135 Mas também, ainda que em menor escala e potência, em outros locais, como Fortaleza ou Belo Horizonte, conforme pesquisa de Procedimentos de Gestão Habitacional para População de Baixa Renda (Progest), realizada pela Usina e Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic) da Universidade de São Paulo (USP), com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). (LOPES; RIZEK, 2006)
- 136 Nesse sentido, interessa anotar o depoimento de Maria Lais Pereira da Silva em Freire e Oliveira (2002, p. 116): “[...] quem primeiro iniciou a redescoberta da importância do pensamento de Carlos Nelson foi Ermlnia Maricato, quando era secretária de Habitação do governo Luiza Erundina em São Paulo. Ela veio ao Rio para um seminário e falou do Carlos Nelson, da experiência de Brás de Pina e como estava sendo importante para o seu trabalho”.
- 137 Algumas assessorias seguiram atuando após essa ruptura e seguem – a exemplo da Usina ou Peabiru – atuando ainda hoje, ajustando-se também às transformações que se seguiram no país – e, em muitos casos, passando a atuar em projetos de urbanização de favelas, como evidencia o já mencionado trabalho de Pulhez (2007). Para alguns trabalhos que, sob diferentes abordagens, se debruçaram sobre as experiências das assessorias técnicas e dos mutirões autogeridos, ver: Bonduki (1992); Pereira (1997); Arantes (2002); Carvalho (2004); Rizek e Lopes (2006); Lopes (2011); e Cerqueira (2016).
- 138 Propagada desde finais da década de 1960 por organismos multilaterais, como visto, a “urbanização de baixos padrões” e realizada de forma “participativa” se fortalece como “política urbana eficiente”, a partir de uma perspectiva modelar e do investimento nada desprezível de recursos por tais agências. (ARANTES, P., 2004; LOPES; KAPP; BALTAZAR, 2010; PULHEZ, 2007; PULHEZ; ROSA, 2016) Marco da consagração dessa política no país foi a implementação e visibilização internacional do Programa Favela-Bairro, com altos montantes de recursos de organismos internacionais, como o BID, no Rio de Janeiro, nos anos 1990.
- 139 A exemplo, organizações como Habitat para Humanidade (disponível em: <www.habitatbrasil.org.br>) e Teto (disponível em: <www.techo.org>), ambas

partes de redes internacionais e atuantes no Brasil desde meados da década de 1990 e início dos anos 2000, respectivamente, que têm a mobilização de voluntários como mote essencial para o desenvolvimento de seus projetos de promoção à moradia.

- 140 O Habitat – Conferência das Nações Unidas para Assentamentos Urbanos é um megaevento bidecenal organizado pela ONU, que reúne representantes de governos nacionais, locais, parlamentares, profissionais, acadêmicos e representantes da sociedade civil e membros de ONGs em fóruns, reuniões, exposições e debates a fim de discutir os processos de urbanização planetária.
- 141 “O plano estratégico de desenvolvimento, experimentado pela cidade de Barcelona, em vias da realização dos Jogos Olímpicos de 1992, instaurou um modelo de gestão urbana copiado e editado, e também criticado em todo o mundo não apenas pelas mudanças físicas na paisagem e vida urbana, mas principalmente por seus efeitos sociais”.
- 142 O ponto de inflexão “planejamento estratégico de Barcelona”, na *Cronologia do Pensamento Urbanístico* – centrado na publicação do Plano Estratégico Econômico e Social Barcelona 2000 –, construía uma discussão em torno de questões como a mercantilização da vida e da cultura nas cidades; a homogeneização e a espetacularização do espaço público; as cidades globais e as *generic cities*.
- 143 Entre os acontecimentos que tensionam o debate acerca do planejamento estratégico na nebulosa, estão: “Em 1995, Rem Koolhaas publica “Generic City”, texto integrante do livro *S, M, L, XL*; “Primeira fase do Projeto de Requalificação do Pelourinho, Salvador, 1992”; “Acontece no Rio de Janeiro a Conferência Mundial ECO 92, 1992”. Em 1996, Jordi Borja e Manuel Castells publicam “Local y Global: La gestión de las ciudades en la era informática”, preparado originalmente como documento de análises e propostas para a conferência do Habitat II, em 1996 - “Realizada a 2ª Conferência Mundial Sobre os Assentamentos Humanos - HABITAT II, em Istambul”.
- 144 *Parklets*, hortas urbanas, intervenções artísticas em ruas e calçadas, *food trucks*, cadeiras e sombreros de praia no asfalto, faixas de pedestres improvisadas, mobiliários urbanos de *pallet* e ruas abertas aos pedestres são alguns exemplos do ilimitado espectro de ações colaborativas de atuação no espaço público e de produção de cidade vinculadas ao urbanismo tático.
- 145 Dentre as recentes reflexões e formulações interpretativas acerca do tema, aquelas que partem em defesa e afirmação do urbanismo tático constroem argumentos por meio de enunciados como descentralização; autogestão, maleabilidade e abertura; e participação popular e reapropriação do espaço público e costumam vir associados à crítica à burocracia e ineficiência dos modelos de gestão pública.

- 146 Realizado em 1993 na cidade de Virginia, Estados Unidos, o I Congresso do Novo Urbanismo (ICNU) inaugurou a atuação de um grupo de arquitetos e urbanistas liderados pelos arquitetos americanos Andres Duany e Elizabeth Plater-Zyberk. O movimento surgiu em resposta ao espraiamento ou suburbanização americana e se autodefine como uma abordagem de planejamento e desenvolvimento urbano que concentra suas ações no *design* urbano e na escala humana.
- 147 Andrés Duany assinou o prólogo da publicação de 2015 e foi ele quem cunhou a expressão “urbanismo XS – *Extra Small*”, em referência a formulação de Rem Koolhaas – S, M, L e XL – no livro homônimo, de 1995, acerca das categorias de urbanismo do século XXI.
- 148 Em “A crise da urbanização planetária”, ensaio escrito em 2014 para o catálogo da exposição *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities* e traduzido pela editora Boitempo em 2015, David Harvey parte das jornadas de junho de 2013 para construção de uma reflexão sobre a crise da urbanização planetária, em que se questiona o que pode emergir das revoltas populares. A discussão não foca no urbanismo tático em si, mas o posiciona em um debate que perpassa inclusive, segundo sugere o autor, a ideia de *commons* como uma futura alternativa para a construção de uma vida decente em um ambiente decente de vida.
- 149 Em paralelo aos ideais táticos, ações ditas acupunturais perpetuadas no espaço urbano ganharam destaque nacional, no início dos anos 2000, através do elogio ao conceito de “acupuntura urbana” feito pelo arquiteto e urbanista Jaime Lerner. Lerner defende o conceito como uma “série de intervenções de pequena escala, altamente focadas, que possuem a capacidade de criar ou iniciar um processo de regeneração de espaços ociosos ou desqualificados”. (LERNER, 2003)
- 150 O Laboratório de Intervenções Temporárias e Urbanismo Tático (LabIT) surgiu de uma iniciativa interdisciplinar entre pesquisadoras de diferentes instituições do Rio de Janeiro: Adriana Sansão Fontes, do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB) da Faculdade de Arquitetura (FAU) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Aline Couri, da Escola de Belas Artes (EBA) da UFRJ; e Joy Till, do Departamento de Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Define como intervenções temporárias “a ação intencional de transformação de um espaço, que em maior ou menor grau se caracteriza pela condição: transitória (em relação à duração), pequena, particular (em relação ao lugar), subversiva (em relação a algum padrão de uso/lei), interativa (em relação às pessoas), ativa (em relação ao espaço), participativa (feita de baixo pra cima) e relacional (no estímulo à socialização)”.

- 151 Exemplos desses acontecimentos inseridos à composição da nebulosa são: Occupy Wall Street, em Nova York; Revolta dos Indignados, em Madri; Primavera Árabe (ambos em 2011); Jornadas de Junho (2013); Desocupa, em Salvador (2012); Ocupe Cocó, em Fortaleza (2013); Ocupe Estelita, em Recife (2014); Ocupa Golfe, no Rio de Janeiro (2014); Ocupa Parque Augusta, em São Paulo (2015); e Ocupa MinC (2016).
- 152 *A nova razão do mundo*, de Pierre Dardot e Christian Laval, e *Commonwealth*, de Michael Hardt e Antonio Negri, são algumas das outras publicações recentes que se somam à nebulosa e abrem um caminho investigativo para a ideia de comum.
- 153 E aqui dialogamos tanto com Lopes, Kapp e Baltazar (2010), para quem a participação teria se conformado em um dispositivo, nos termos de Agamben, quanto com as proposições expostas acima, em torno do moderno.
- 154 Pulhez e Rosa (2016), em trabalho apresentado no XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, indagavam justamente sobre qual seria a fortuna crítica decorrente de tais ideários e práticas de participação, ainda hoje. Vale dizer que, embora o tema do evento fosse “Cidade, Arquitetura e Urbanismo: visões e revisões do século XX”, o trabalho foi um dos poucos (senão o único) a refletir sobre a participação na produção da cidade e da habitação como uma possível “herança” do século XX.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ARANTES, O. Esquema de Lucio Costa. In: NOBRE, A. L et al. (Org.). *Lucio Costa: um modo de ser moderno*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- ARANTES, O. B. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARANTES, P. F. *Arquitetura nova*: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de artistas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.
- ARANTES, P. F. *O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas*. 2004. 204 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- ARAÚJO, A. A construção do movimento moderno: entre a arquitetura e a historiografia. In: CARDOSO, L. A. (Org.). *(Re)discutindo o modernismo*. Salvador: Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, 1997.
- BANDEIRINHA, J. A. *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- BANHAM, R. *Los Angeles: a arquitetura de quatro ecologias*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- BARAVELLI, J. E. *O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha*. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BARONE, A. C. *Team 10, Arquitetura como crítica*. São Paulo: Annablume, 2002.
- BARONE, A. C.; DOBRY, S. A. “Arquitetura participativa” na visão de Giancarlo de Carlo. *Pós: Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*, São Paulo, n. 15, p. 18-31, jun. 2004.
- BARDI, L. B. Crônicas de arte, de história, de cultura, de cultura da vida: arquitetura, pintura, escultura, música, artes visuais. *Diário de Notícias*, Salvador, n. 8, 26 out. 1958.

- BARDI, L. B. *Tempos de grossura: o design no impasse*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1994.
- BARDI, Lina Bo. [Carta] Destinatário: Lomanto Júnior. Salvador, Salvador 1 maio 1963. Solicitação de entrevista para tratar do plano de artesanato.
- BARDI, L. B. [Rascunho de carta]. Destinatário: Celso Furtado. Recife, mar. 1964. Conversa sobre o artesanato e formas de organização social. Acervo do Instituto Lina Bo e P. M. Bardi.
- BENJAMIN, W. *Origem do drama trágico alemão*. Belo Horizonte, Autêntica, 2011.
- BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009a.
- BENJAMIN, W. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2009b.
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. v. 1.
- BASTOS, M. A. J.; ZEIN, R. V. *Brasil: arquiteturas após 1950*. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- BIASE, A. de. Por uma postura antropológica de apreensão da cidade contemporânea. *Redobra*, Salvador, n. 10, p. 190-206, 2012.
- BLAKE, P. *God's own junkyard: the planned deterioration of America's landscape*. New York: Holt, Reinhart and Winston, 1964.
- BLANK, G. Brás de Pina: experiência de urbanização de favela. In: VALLADARES, L. (Org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 93-124.
- BLANK, G. *Experiência em urbanização da favela carioca: Brás de Pina*. 1977. F. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.
- BLUNDELL, P.; PETRESCU, D.; TILL, J. *Architecture and Participation*. 2nd. London: Taylor & Francis e-Library, 2005.
- BONDUKI, N. *Habitação & autogestão*. Rio de Janeiro: Fase, 1992.
- BONDUKI, N.; KOURY, A. P. Das reformas de base ao BNH: as propostas do

Seminário de Habitação e Reforma Urbana. *Arquitextos*, [São Paulo], ano 10, 2010. Não paginado.

BORJA, J. As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão européia e latino-americana. In: FISCHER, T. (Org.). *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Ed., 1997. p. 79-100.

BRAGA, I. Câmara encontra frases escritas por operários que construíram o prédio em 1959. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 out. 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/camara-encontra-frases-escritas-por-operarios-que-construiram-predio-em-1959-2869454#ixzz5Jj8dBcxn>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

BRAGA, M. *O concurso de Brasília: sete projetos para uma capital*. São Paulo: Cosac Naify: Imprensa Oficial, 2010.

BRENNER, N. Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal? *E-metropolis*, Rio de Janeiro, v. 27, ano 27, p. 6-18, dez. 2016.

BROWN, D. S. On architectural formalism and social concern: a discourse for social planners and radical chic architects. In: HAYS, M. (Ed.). *Oppositions reader*. New York: Princeton Architectural Press, 1998. p. 317-330.

BROWN, D. S. On pop art, permissiveness and planning. *Journal of the American Institute of Planners*, [Chicago], v. 35, n. 3, p. 184-186, 1969.

BROWN, D. S. Il “pop” insegna: learning from pop. *Casabella*, Milão, ano 35, n. 359/360, p. 14-23, dez. 1971.

CARVALHO, C. *Lupa e telescópio: o mutirão em foco: São Paulo, anos 90 e atualidade*. 2004. 186 f. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CERQUEIRA, I. N. V. *As mil moradias: arquitetura [e história] como processo na experiência da USINA CTAH junto à Associação por Moradia de Osasco*. 2016. 139 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes e revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHOAY, F. *O urbanismo: utopias e realidades uma antologia*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

COHEN, J.-L. Alla ricerca di una pratica critica: the search for a critical practice. *Casabella*, Milão, ano 55, n. 630/631, p. 20-27, jan./fev. 1996.

COHEN, J.-L. *O futuro da arquitetura desde 1889: uma história mundial*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

COHEN, J.-L. Learning from Barcelona: twenty years of urban projects and their reception. In: SUBIRÓS, P. (Ed.). *Ciutat real, ciutat ideal*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 1998. p. 99-108.

COHEN, J.-L. Saper vedere Las Vegas: Knowing how to look at Las Vegas. *Lotus International*, Milão, n. 93, p. 96-108, 1997.

CONTERRÂNEOS velhos de guerra. Direção: Vladimir Carvalho. [S.l.: s.n.], 1991. Documentário.

COSTA, A. M. *(Im)possíveis Brasília: os projetos apresentados no concurso do plano piloto da nova capital federal*. 2002. 603 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

COSTA, L. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Empresa das Artes. 1995.

COOKE, B.; KOTHARI, U. (Ed.). *Participation: the New Tyranny?* Londres: Zed Books, 2001.

CRUZ, L. S. *Utopia e pragmatismo em cinco propostas de habitação de interesse social no Brasil*. Salvador, 2013. 220 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: UCV, 2004.

DARDOT, P.; LAVAL, C. Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI. *Revista Lugar Comum*, Rio de Janeiro, n. 49, p. 217-226, 2017. Tradução de Renan Porto.

DE CARLO, G. Entrevista. *Vitruvius*, São Paulo, n. 032.2, ano 8, out. 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/08.032/3292?page=4>>. Acesso em: 7 ago. 2018.

DE CARLO, G. Il problema della casa. *Volontà*, Milão, n. 10/11, p. 47-49, 1948.

DE CARLO, G. Questioni di Architettura i Urbanística. Urbino: Argalia, 1965.

DIDI-HUBERMAN, G. *Diante do tempo: história da arte e anacronismos das imagens*. Tradução de Vera Casa Nova, Márcia Abex. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015.

DIDI-HUBERMAN, G. *Pueblos expuestos, pueblos figurantes*. Buenos Aires: Manantial, 2014.

EGGENER, K. L. Placing resistance: a critique of critical regionalism. *Journal of Architectural Education*, Washington, v. 55, n. 4, p. 228-237, maio 2002.

FATHY, H. *Construindo com o povo: arquitetura para os pobres*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1980.

FERNANDES, A. (Org.). *Acervo do EPUCS: contextos, percursos*, acesso. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014.

FITCH, J. M. Single point perspective. *The Architectural Forum*, New York, v. 140, n. 2, p. 89, mar. 1974.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FRAMPTON, K. *História crítica da arquitetura moderna*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRAMPTON, K. Perspectivas para um regionalismo crítico. In: NESBITT, K. (Org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica, 1965-1995*. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p. 504-520.

FRAMPTON, K. Towards a critical regionalism: six points for an architecture of resistance. In: FOSTER, H. (Ed.). *The anti-aesthetic: essays on Postmodern culture*. Seattle: Bay Press, 1983. p. 16-30.

FURTADO, C. *Análise do “modelo” brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FURTADO, C. [Carta]. Destinatário: Lina Bardi. Salvador, 5 abr. 1964. Conversa sobre artesanato e arte popular, planejamento e formação técnica. Acervo do Instituto Lina Bo e P. M. Bardi.

- FREIRE, A.; OLIVEIRA, L. L. (Org.). *Capítulos da memória do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.
- GADANHO, P. *Uneven growth: tactical urbanism for expanding megacities*. Nova York: The Museum of Modern Art, 2014.
- GAGNEBIN, J. M. Origem, original e tradução. In: GAGNEBIN, J. M. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GOHN, M. G. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, jun./ago. 2014.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere: volume 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GULLAR, F. *Cultura posta em questão*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- HALL, P. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- HOLSTON, James. *Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2010.
- HUGHES, J.; SADLER, S. *Non-plan: essays on freedom, participation and change in modern architecture and urbanism*. Oxford: Architectural Press 2000.
- KOETTER, F. On Robert Venturi, Denise Scott Brown, and Steven Izenour's *Learning from Las Vegas*. In: HAYS, K. M. (Ed.). *Oppositions reader*. New York: Princeton Architectural Press, 1998. p. 654-659.
- KOOLHAAS, R. *delirante: um manifesto retroativo para Manhattan*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- KOPP, A. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel: EDUSP, 1990. p. 146-161.
- KROPOTKIN, P. A moradia. *Risco*, São Paulo, n. 3, v. 2, p. 105-109, 2006. Tradução de Cibele S. Rizek.
- JACQUES, P. B. (Org.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JACQUES, P. B.; LOPES, D. A construção de Brasília: alguns silenciamentos e um afogamento. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 12., 2017, Campinas. Atas... Campinas: UNICAMP, 2018. p. 469-495.

JENCKS, C. *The language of post-modern architecture*. Nova York: Rizzoli, 1977.

JONES, P. B. Sixty-eight and after. In: BLUNDELL, P.; PETRESCU, D.; TILL, J. (Ed.). *Architecture and participation*. London: Spon press, 2005. p. 132-149.

LE CORBUSIER. *Por uma arquitetura*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LE CORBUSIER. *Precisões sobre o estado presente da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

LE CORBUSIER. *Le Modulor*. Lisboa: Orfeu Negro, 2010a.

LE CORBUSIER. *Modulor 2*. Lisboa: Orfeu Negro, 2010b.

LERNER, J. *Acupuntura urbana*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LOPES, J. M. *Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política*. 2011. 153 f. Tese (Livre Docência) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2011.

LOPES, J. M.; KAPP, S.; BALTAZAR, A. P. Por partes: O novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres. In: SIMPÓSIO IBERO AMERICANO CIDADE E CULTURA, 1., 2010, São Carlos. *Anais eletrônicos...* São Carlos: EESC-USP, 2010.

LOPES, J. M.; RIZEK, C. S. O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica. In: CARDOSO, A. L.; ABIKO, A. K. *Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda*. Porto Alegre: ANTAC, 2006. p. 52-83. (Coletânea Habitare, v. 5).

LORAU, N. Elogio do anacronismo. In: NOVAES, A. (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

LYDON, M.; GARCIA, A. *Tactical urbanism: short-term action for long-term change*. Washington: Island Press, 2011. v. 1.

MALDONADO, T. *Meio ambiente e ideologia*. Lisboa: Sociocultur, 1971.

- MARICATO, E. Contradições e avanços da Habitat II. In: SOUZA, M. A. G. (Org.). *Habitar contemporâneo*. Salvador: FAUUFBA, 1997. p. 21-37.
- MCKEAN, J. *Learning from Segal: Walter Segal's life, Work and Influence*. Zurich: Birkhauser, 1988.
- MCKEAN, J. A discourse on method: the Segal system. *Architizer*, [S.l.], 1987.
- MIESSEN, M. *The nightmare of participation*. Berlin: Sternberg Press, 2010.
- MIESSEN, M. *The violence of participation*. Berlin: Sternberg Press, 2007.
- MOMA, N.Y. *Five architects: Eisenman, Graves, Gwathmey, Hejduk, Meier*. New York: Wittenborn & Co, 1972.
- MONTANER, J. M. *Depois do Movimento Moderno: arquitetura da segunda metade do século XX*. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.
- MONU MAGAZINE. *Distributing Power: Jeremy Till on the Complex Necessity of Participatory Urbanism*. 18 Feb. 2016. ArchDaily. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/782319/distributing-power-jeremy-till-on-the-complex-necessity-of-participatory-urbanism/>>. Acesso em: 19 jan. 2019.
- MORAES, A. *(Im)possíveis Brasília: os projetos apresentados no concurso do plano piloto da nova capital federal*. São Paulo: Alameda, 2002.
- MOSER, B. *Autoimperialismo*. Tradução de Eduardo Heck de Sá. São Paulo: Planeta, 2016.
- NASCIMENTO, D. M. N. J. Habraken explains the potential of the Open Building approach in architectural practice. *Entrevista*, São Paulo, ano 13, n. 052.04, dec. 2012.
- NESBITT, K. (Org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1995*. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- O RISCO: Lucio Costa e a utopia moderna. Direção de Geraldo Motta Filho. Roteiro: Geraldo Motta Filho, Guilherme Wisnik. Rio de Janeiro: Bang Bang Filmes, 2003. (76 min.), son., color.
- OLIVEIRA, M. de. *Brasília: o mito na trajetória da nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005.
- PEDROSA, M. Reflexões em torno de uma capital [1957]. In: WISNIK, G. (Org.). *Mário Pedrosa: arquitetura, ensaios críticos*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

PEREIRA, J. A. *A ação cultural de Lina Bo Bardi na Bahia e no Nordeste (1958-1964)*. Uberlândia: EdUFU, 2007.

PEREIRA, J. A. *Lina Bo Bardi: Bahia, 1958-1964*. Uberlândia: EdUFU, 2008.

PEREIRA, J. F. *Mutirão e autogestão no Jardim São Francisco (1989-1992): movimento de moradia, lugar do arquiteto*. 1997. 213 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1997.

PEREIRA, M. da S. Nebulosas. *Revista Barril*, [S.l.], n. 19, mar. 2018. Disponível em: <<https://www.revistabarril.com/nebulosas/>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

PEREIRA, M. O lugar contingente da história e da memória na apreensão da cidade – O historiador, o estrangeiro e as nuvens. *Redrobra*, Salvador, ano 5, n. 12, p. 16-18, 2014a.

PEREIRA, M. O rumor das narrativas: A história da arquitetura e do urbanismo do século XX no Brasil como problema historiográfico – notas para uma avaliação. *Redrobra*, Salvador, ano 5, n. 13, p. 201-247, 2014b.

PEREIRA, M.; JACQUES, P. (Org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I: modos de pensar*. Salvador: EDUFBA, 2018.

PULHEZ, M. *Espaços de favela, fronteiras do ofício: história e experiências contemporâneas de arquitetos em assessorias de urbanização*. 2007. 283 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

PULHEZ, M.; ROSA, T. Ideários e práticas participativas na produção da cidade e da habitação no Brasil: entre o idealismo e a normatividade, uma herança do século XX? In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 14., 2016, São Carlos. *Anais...* São Carlos: IAU/USP, 2016.

PORTELA, T. de B. *Historiografia de resistências ao pensamento urbanístico hegemônico*. Cronologia do pensamento urbanístico, Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/leituras.php?id_leitura=3>. Acesso em: 7 ago. 2018.

RANDOLPH, R. Subversão e planejamento como “práxis”: uma reflexão sobre uma aparente impossibilidade. In: CASTRO, E.; LIMONAD, E. (Org.). *Um novo planejamento para um novo Brasil?* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. v. 1, p. 40-57.

- RICHARDSON, T.; CONNELLY, S. Reinventing public participation: planning in the age of consensus. In: BLUNDELL, P.; PETRESCU, D.; TILL, J. (Org.). *Architecture and Participation*. London: Spon press, 2005. p. 77-104.
- RICOEUR, P. *History and truth*. Evanstone: Northwestern University Press, 2007.
- RISÉRIO, A. *Avant-garde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1995.
- RISÉRIO, A. *Edgard Santos e a reinvenção da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2013.
- RIZEK, C. S.; LOPES, J. M. de A. Sobre a moradia: em tempo. *Risco*, São Paulo, n. 3, p. 104, 2006.
- ROBINSON, C. Architectural photography. *Journal of Architectural Education*, Washington, v. 29, n. 2, p. 10-15, 1975.
- ROCHA-PEIXOTO, G. Marina Waisman: o interior da história. *Resenhas Online*, São Paulo, ano 13, n. 145.02, jan. 2014. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/13.145/5035>>. Acesso em: 16 jan. 2019.
- ROLNIK, R. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- ROSA, M. L.; WEILAND, U. E. (Ed.). *Handmade urbanism: from community initiatives to participatory models*. Berlin, Jovis Publishers, 2013.
- ROSSETTI, E. P. *Tensão moderno/popular em Lina Bo Bardi: nexos de arquitetura*. 2002. 127 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.
- ROSSI, M. PEC 241: Com quase 1.000 escolas ocupadas no país, ato de estudantes chega a SP. *El País*, Madrid, 25 out. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/24/politica/1477327658_698523.html>. Acesso em: 4 de ago. 2018.
- RUBINO, S.; GRINOVER, M. *Lina por escrito: textos escolhidos de Lina Bo Bardi 1943-1991*. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- RUSCHA, E. *Every building on the Sunset Strip*. [Los Angeles]: [s.n.], 1966.

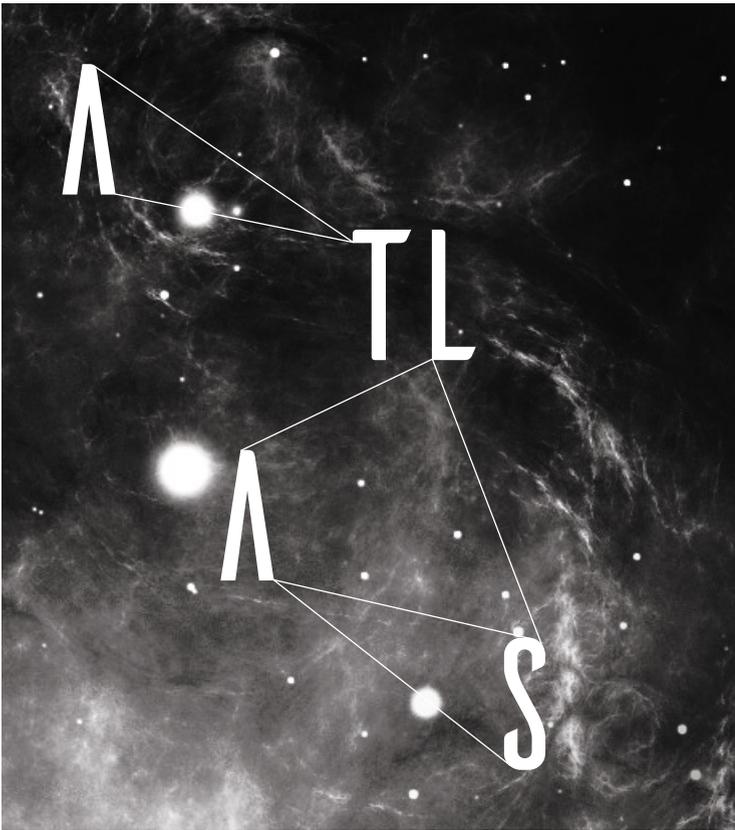
- RUSCHA, E. *Twentysix gasoline stations*. Cunningham Press, 1969.
- SAMPAIO, A. H. L. *(Outras) cartas de Atenas: com textos originais*. Salvador: Quarteto, 2001.
- SANTOS, C. N. F. dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: EdUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.
- SANTOS, C. N. F. dos. Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo? In: VELHO, G. *O desafio da cidade: novas perspectivas de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- SANTOS, C. N. F. dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SANTOS, C. N. F. dos. *Sementes urbanas*. Rio de Janeiro: Casa 8: EdUFF, 2017. 3. v.
- SANTOS, C. R. dos; PEREIRA, M. da S. *Le Corbusier e o Brasil*. São Paulo: ProEditores, Tessela, 1987.
- SCHERER-WARREN, I. Redes e movimentos sociais projetando o futuro. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, n. 1, p. 187-217, jan./jul. 2013.
- SEGAWA, H. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.
- SHANKAR, K. LARSON, K. *Participatory urbanism: an anthology*. Berkeley: University of California, 2015.
- SMITHSON, P. *Conversations with Students*. New York: Princeton Architectural Press, 2005.
- SOUZA, D. B. I. de. *Reconstruindo cajueiro seco: arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco, 1960-64*. 2009. 267 f. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SCHWARZER, M. *Zoomscape: architecture in motion and media*. New York: Princeton Architectural Press, 2004.
- TAVARES, J. *Projetos para Brasília 1927-1957*. Brasília, DF: IPHAN, 2014.
- TILL, J. The architect and the other. *Open Democracy*, [S.l.], 25 June 2006. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/ecology-landscape/architecture_3680.jsp>. Acesso em 7 ago. 2018.

- TOPALOV, C. et al. (Org.). *A aventura das palavras da cidade: através dos tempos, das línguas e das sociedades* São Paulo: Romano Guerra, 2014.
- TURNER, J. F. C. Habitação de baixa renda no Brasil: políticas atuais e oportunidades futuras. *Revista Arquitetura IAB*, Rio de Janeiro, n. 68, p. 17-19, fev. 1968.
- TURNER, J. F. C. *Housing by people: towards autonomy in building environments*. New York: Phanteon books, 1976.
- TURNER, J. F. C. *Vivienda: todo el poder para los usuarios*. Madrid: Hermann Blume, 1977.
- TZONIS, A.; EFAIVRE, L.; Por que regionalismo crítico hoje? In: NESBITT, K. (Org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica, 1965-1995*. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p. 520-531.
- VAINER, C. et al. O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual. In: OLIVEIRA, F. L. et al. (Org.). *Planejamento e conflitos urbanos: experiências de luta*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. p. 27-64.
- VENTURI, R.; BROWN, D. S.; IZENOUR, S. *Aprendendo com Las Vegas*. Tradução de Pedro Maia SOARES. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- VEYNE, P. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1998.
- WAISMAN, M. *La estructura histórica del entorno*. 2. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 1977.
- WAISMAN, M. O centro se desloca para as margens. *Projeto*, São Paulo, n. 129, p. 73-77, jan./fev. 1990.
- WAISMAN, M. *O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- WARD, C. Anarchy and architecture. In: HUGHES, J. SADLER, S. (Ed.). *Non-plan: essays on freedom, participation and change in modern architecture and urbanism*. Oxford: Architectural Press, 2000. p. 44-51.
- WARD, C. Preface. In: TURNER, J. F. C. *Housing by people: towards autonomy in building environments*. New York: Phanteon books, 1976.

WESELY, M. KIM, L. *Arquivo Brasília: Lina Kim e Michael Wesely*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WRIGHT, G. *Building the dream: a social history of housing in America*. Cambridge: The MIT Press, 1983.

F A Z E R P O R



F A Z E R
P O R
A T L A S

Cidades novas

LabeUrbe . UnB

Ricardo Trevisan

Carolina Pescatori Candido da Silva

Luciana Saboia Fonseca Cruz

Ana Flávia Régo Mota

Giuliana Brito de Sousa

Lucas Brasil Pereira

Ludmila de Araújo Correia

Pedro Henrique Máximo Pereira

Ademir Rodrigo Beserra Figueiredo

Anie Caroline Afonso Figueira

Camila Lima Abrão

Laura Ribeiro de Toledo Camargo

Técio Luiz Silva Martins

Átila Rezende Fialho

Carolina Guida Teixeira

Larissa Alves Lacerda

Talita Rocha Reis

INTRODUÇÃO

Praxis sucessiva na história do urbanismo, a tipologia “Cidade Nova” – composta por núcleos urbanos intencionalmente criados –¹ pode ser rastreada na longa duração como campo de leitura e interpretação de pensamentos, trajetórias, discursos e representações de cidades materializadas no espaço e no tempo, como casos de continuidade, ruptura ou excepcionalidade e em conjunturas políticas, econômicas, sociais e culturais diversas.

A depender da porta de entrada, tramam-se distintas urdiduras e tessituras, definem-se procedimentos e métodos específicos, revisitam-se e revisam-se certezas e narrativas conclusivas. Pela função dominante original (administrativa, empresarial, balneária, colonizadora, de relocação, satélite, de expansão); pelas personagens envolvidas (Estado, empreendedores, planejadores, projetistas, construtores, fundadores, habitantes); pelos atributos físicos assumidos (sítio, paisagem, projetos urbano e arquitetônico, zoneamento); pelo contexto histórico (aspectos político, econômico e social); cada investigação sobre cidades novas direciona seu lineamento e estabelece suas aproximações e, por conseguinte, suas distinções.

Ao delimitar o Brasil republicano como período fulcral, a pesquisa em curso intenta cartografar e historiografar os mais de 260 exemplares brasileiros já identificados nos últimos dez anos. Mas, para além de um mero catálogo ilustrativo-informativo, almeja-se um material interativo, uma ferramenta de reflexão, de troca e de aprendizagem. Um atlas em que as mais distintas “nebulosas” façam-se capturadas, decifradas, associadas e registradas. Um *Atlas de Cidades Novas* que permitirá ao interessado montar, a critério ou aleatoriamente, a sua narrativa, um modo de compreender, dialogar e contribuir à historiografia da cidade e do urbanismo, um modo a mais de *fazer* história.

Conquanto, antes de decifrarmos sua aplicabilidade, faz-se necessário contextualizar e situar nosso objeto, costurar os fragmentos dispersos e até aqui conhecidos, a partir da construção de uma, dentre outras, possível cronologia das cidades novas no Brasil – por aquelas concretudes sucedidas no tempo linear histórico –, que, mesmo provisória e incompleta, permitirá ao leitor maior assimilação e entendimento a respeito.

POR UMA CRONOLOGIA DE CIDADES NOVAS NO BRASIL

Para parte dos pesquisadores da cidade e do urbanismo brasileiro, o século XX começa com a fundação de Belo Horizonte, em 1895, a nova capital de Minas Gerais, desenhada pelo engenheiro Aarão Reis. (LEME, 1999) E não foi a única capital planejada no Brasil no último século. Além dela, temos: Goiânia, capital de Goiás, projetada pelo urbanista Attilio Corrêa Lima em 1933; Boa Vista, capital de Roraima, ampliada no projeto do engenheiro civil Darcy Aleixo Derenusson em 1944; Brasília, a nova capital do país, idealizada pelo arquiteto Lucio Costa em 1957; e, por último, Palmas, capital de Tocantins, planejada pelo estúdio Grupo Quatro em 1988. Além dessas cinco novas capitais (TREVISAN; FICHER; MATTOS, 2017), dezenas de novas cidades foram plantadas em nosso território, revelando-se um campo fértil e produtivo mesmo antes da Proclamação da República

(1889), como apontou o jornalista Mário Pedrosa na abertura da primeira sessão do Congresso da Associação Internacional de Críticos de Arte, ocorrida em Brasília em 17 de setembro de 1959:

[...] somos um país que começou por plantar cidades [...] O país que começou assim pelas cidades, pelas comunidades urbanas, não é um país que tenha nascido naturalmente. [...] Aqui, o homem intervém e decide conscientemente, e desde o começo contra a natureza, contra o natural. (PEDROSA, 1959 apud ANDRADE, 2005, p. 88)

Considerando o território brasileiro, após a vinda dos primeiros colonizadores, um local com ausência de conformação urbana – segundo o olhar civilizador europeu –, é um tanto claro que qualquer núcleo aqui implantado configuraria uma cidade nova. Entretanto, qual o grau de ordenação espacial existente em cada um desses núcleos? Entende-se que tal ordenação deveria ser condicionada por um, no mínimo:

[...] conjunto de plantas e desenhos ou de um rol de recomendações, elaborados com mais ou menos arte, com mais ou menos ciência, enquanto não estive[ssem] completados por um código de normas legais que assegur[asse] a sua correta e permanente vigência. (ANDRADE, 1966)

Mediante dados obtidos na historiografia urbana sobre o período colonial – com base em autores como: Azevedo (1991), Andrade (1966), Reis Filho (1968), Delson (1997), entre outros –, algumas vilas e povoados fundados nessa época seguiram certas regras previamente estabelecidas, fosse por um plano de ocupação ex-novo, por um projeto de traçado, por uma orientação ordenada de implantação das estruturas urbanas ou mesmo por algum tipo de imposição legal – ideia que se contrapõe à posição de outros autores, como: Holanda (2006), Smith (1958) e Santos (1968), com ressalvas. Para esses desbravadores de nossa história urbana, os núcleos surgiam espontaneamente, de forma desordenada, sem um código de prescrições urbanísticas e, por isso, sem qualquer planejamento. Na visão deles, o modelo adotado era o da irregularidade presente na capital da metrópole, Lisboa.

Povoados e vilas fundados sob a égide da Coroa Portuguesa diferenciavam-se do reticulado xadrez apresentado por seus correspondentes hispano-americanos. Porém, seu traçado orgânico, à primeira vista tido como aleatório, seguia alguns princípios – aprimorados e aperfeiçoados com o passar do tempo –, como as cartas régias, que determinavam a localização das aglomerações e seus planos urbanísticos. (SANTOS, 1968)

Na maioria dos casos, uma organização elementar caracterizava o cenário pitoresco dos núcleos recém-implantados. Este era composto por uma praça central, de certa regularidade em seu traçado, em geral com o pelourinho, ao redor da qual se erguiam os principais edifícios – igreja, alfândega, casa de Câmara e cadeia etc. –, estabelecendo-se, assim, uma relação direta entre poder e espaço. O restante do traçado compunha-se de caminhos pré-existentes nos quais as construções se enfileiravam lado a lado, como no urbanismo lusitano de influência moura. A partir dos caminhos, com seu desenho irregular, a trama urbana se desenvolvia com respaldo no conhecimento técnico lusitano adquirido ao longo de séculos no velho continente. Foi esse substrato técnico que possibilitou cidades como São Cristóvão (1590), São Luís (1612), Salvador (1624) e Cidade Maurícia (1638), atual Recife, de se diferenciar urbanisticamente das demais. Durante a invasão de espanhóis, franceses e holandeses, entre 1580 e 1640 – período em que Portugal estava sob domínio espanhol –, essas cidades incorporaram conceitos pertencentes ao repertório urbanístico de cada um.

Ao findar do século XVII, a Coroa voltou sua atenção para a urbanização da colônia, preocupada em ocupá-la e, assim, protegê-la. Pregava-se “[...] não apenas formar um ou outro núcleo, mas colonizar simultaneamente todo o extenso litoral. Esta era a condição necessária para a eficiente defesa”. (PRADO JR., 2012, p. 15) Para isso, o Marquês de Pombal (1699-1782) foi responsável por ampliar a rede urbana com núcleos implantados e regidos por normas de planejamento e administração. Até aquele momento, a precária rede urbana existente se restringia aos povoados litorâneos e às missões jesuíticas – extremamente regulares e organizadas conforme a ordem religiosa: carmelitas, franciscanos etc., ilustradas no antológico *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial* (2000), de Nestor Goulart Reis Filho e equipe.

O “projeto iluminista-conservador” do Marquês era uma verdadeira “arrancada povoadora”, mediante a criação de novos núcleos – as vilas pombalinas –, fortalezas e colônias agrícolas associadas a assentamentos urbanos. (FRIDMAN, 2005, p. 59) Tal ação pretendia promover, de uma só vez, a ocupação e maior proteção do território, a elevação da arrecadação de impostos e o fortalecimento do domínio português.

Outra ação relevante foi a fundação das escolas militares de engenharia nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro. Nelas, foram introduzidos ensinamentos reguladores de arquitetura e urbanismo – permeados de conceitos renascentistas e barrocos –, como: arquitetura com fachadas similares e simétricas, traçado ortogonal para as vias urbanas e definição das dimensões e formas dos lotes. (REIS FILHO, 1968) Com isso, vilas passaram a ser projetadas por engenheiros e implantadas pelo “ruador” – que executava as ordens do engenheiro – em pontos até então isolados da nação, segundo afirmação de Roberta Marx Delson (1997, p. 4):

[...] subordinadas a um protótipo de planejamento [...], com ênfase em ruas retilíneas, praças bem delineadas [...] e numa uniformidade de elementos arquitetônicos. [...] um tipo de vila padronizado que podia ser facilmente adaptado a regiões geográficas brasileiras muito diferentes

Os engenheiros militares eram tidos, entre outras coisas, como os “funcionários do urbanismo” portugueses, responsáveis por “fazer cidades”, inseridos numa tradição do urbanismo. Suas ações eram direcionadas, mais especificamente, para levantamentos de campo e remodelações ou construções fortificadas novas, sob a forma estelar, abrigo, em seu interior, pequenos núcleos urbanos. (BUENO, 2000)

E assim, a partir do século XVIII, o traçado orgânico até então recorrente começava a ser substituído por “um traçado regular ‘tendendo ao xadrez’, cujo foco [continuava] na praça e na valorização dos pontos de maior interesse, além de um ‘zoneamento incipiente’ a partir de usos das construções”. (REIS FILHO, 1968, p. 131) O processo europeizador do urbanismo colonial introduzido por Pombal pode ser observado em 37 planos de novas vilas com malha ortogonal

(DELSON, 1997), elaborados e implantados nas mais diversas regiões do país, do litoral ao interior, compondo nele um arco de ocupação ocidental, do Grão-Pará ao Rio Grande do Sul, passando pela capitania de Mato Grosso. Contudo, o “saber fazer cidades” continuou no país sendo mais empírico que teórico.

Já em fins do período colonial, devido às dimensões continentais de nosso país e aos aspectos econômico-sociais existentes – a monocultura de exportação e o modelo escravocrata, além, evidentemente, de problemas internos da metrópole –, a política lusitana de ocupação das regiões de fronteira, de formação de redes urbanas e de criação de núcleos urbanos não obteve resultados tão expressivos. Nem a vinda da Família Real, em 1808, nem a Proclamação da Independência, em 1822, foram capazes de alterar esse cenário.

No Império, a Lei de Terras de 1850, que inaugurou normativas para a posse da propriedade privada no país, voltou-se quase que exclusivamente à regularização de ocupações rurais. Casos esporádicos de um urbanismo moderno, positivista, podem ser constatados nas transferências das sedes das províncias do Piauí e de Sergipe, com a fundação, respectivamente, das capitais de Teresina, em 1852, e de Aracaju em 1855. (MARX, 1980) Tal qual ações empreendedoras de menor vulto e ainda pouco repercutidas na historiografia, como a fundação da cidade mineira de Filadélfia em 1853 – atual Teófilo Otoni –, executada pela Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, de propriedade de Theophilo Benedicto Otoni, e moldada conforme sua homônima norte-americana.

Em 1890, a população urbana brasileira compreendia apenas 6,8% de sua população total (SANTOS, 1996), contra 40%, no caso da Argentina, concentrada em poucas e populosas cidades como Buenos Aires. (ROUQUIÉ, 1984) Somente as alterações econômico-político-sociais que interferiram diretamente na divisão social do trabalho, já em fins do século XIX, impulsionaram a urbanização do território de modo mais expressivo. Foi nesse contexto que o urbanismo, em seu sentido mais amplo, como processo de mudança social, surgiu como parte das transformações na cultura urbana da sociedade brasileira.

Com a Proclamação da República, em 1889, os processos de modernização urbana foram incorporados à agenda política ao abrigo de diferentes paradigmas: ordem, progresso, civilização, sanitarismo, higienismo, melhoramento e embelezamento. (VILLAÇA, 1999) Esses conceitos buscavam romper com as amarras do passado colonial, fosse com intervenções no espaço intraurbano, como os planos reformadores para as regiões centrais do Rio de Janeiro e São Paulo na virada do século; fosse com processos de expansão de vilas e cidades existentes, garantindo a elas uma nova identidade, como o projeto de 1905 para Santos do engenheiro sanitarista Francisco Saturnino de Brito – uma cidade nova de expansão; fosse pela criação *ex nihilo* de cidades, como revela a história de Belo Horizonte. (GUIMARÃES, 1996)

O território brasileiro começava a ser adensado por novos núcleos direcionados por diretrizes políticas e pela dinâmica econômica em voga. Além da cidade portuária paulista e da capital de Minas Gerais, na República Velha (1889-1930), os projetos de cidades novas tornaram-se mais frequentes, incentivados por ações de colonização e ocupação territorial e pelas economias agrárias da pequena propriedade, no sul do país, e do café, no sudeste. Se no Rio Grande do Sul temos Erechim (1908) como exemplar de cidade de colonização, em São Paulo e no norte do Paraná, sua representatividade foi consideravelmente maior. Implantadas ao longo das estradas de ferro – especificamente a partir de cada estação ferroviária aberta sobre o prolongamento das linhas rumo ao oeste, centro-oeste e sul do país –, tais cidades eram fruto de ação individual ou de grupos privados com intuito de especular terras agrícolas e loteamentos urbanos, como os empreendimentos da Companhia Loteadora Norte do Paraná, de capital inglês. (REGO, 2009)

Do apoio a novas zonas agrícolas ao impulso a uma primeira industrialização, vilas e cidades empresariais foram fundadas para dar suporte a um determinado complexo fabril, a exemplo de: Paranapiacaba (1896), Votorantim (1940) e Alumínio (1941), em São Paulo; Fordlândia (1920) e Belterra (1934), no Pará; Monlevade (1934), Cidade Eldorado (1954) e Ipatinga (1958), em Minas Gerais; e Cidade do Aço (1941), atual Volta Redonda, e Cidade dos Motores (1943), no Rio de Janeiro – contrapondo-se àquelas voltadas ao proveito da vilegiatura, como a cidade litorânea do Guarujá (1892)

e a estância hidromineral de Águas de São Pedro (1936), no estado de São Paulo, *flashes* de cidades novas balneárias daquele momento. A primeira surgiu como empreendimento da Companhia Balneária da Ilha de Santo Amaro, vinculada ao grupo econômico Prado, Chaves e Cia., cujo plano urbanístico e arquitetônico coube ao engenheiro civil Elias Fausto Jordão Pacheco. (REIS FILHO, 1994) A outra pode ser considerada a primeira cidade-jardim do Brasil, projetada pelo engenheiro Jorge de Macedo Vieira – mesmo projetista das cidades novas de Maringá (1945), Pontal do Sul (1951) e Cianorte (1953), no Paraná.

A partir da década de 1930, com Getúlio Vargas no poder, a penetração no território foi institucionalizada pela campanha federal “Marcha para o Oeste” (1938). A ocupação de terras virgens até então cobertas pela Mata Atlântica acompanhou o desenvolvimento da lavoura cafeeira, da pecuária e das ferrovias. (MONBEIG, 1984) Numa perspectiva mais ampla, atendendo aos interesses do Estado, como proteger as fronteiras do país em sua face ocidental e interligar regiões a partir de infraestruturas; perpassando pelas necessidades de uma oligarquia rural, como disponibilizar mão de obra e escoar produção; até resumir-se aos interesses de companhias loteadoras, como atrair os “pioneiros” para a ocupação das terras; essas estradas de ferro constituíram uma franja sobre o território paulista e paranaense, regularmente pontuada por núcleos urbanos. (MARX, 1980)

À época, as cidades novas construídas nos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás passaram de duas centenas. (ANDRADE, 2005) Embora alguns autores desconsiderem a validade desse modelo para a urbanística brasileira devido à sua monotonia e à ausência de traçados mais elaborados – como: Franca (1921), Nova Veneza (1924), Jales (1928), Andradina (1932), Adamantina (1939), Dracena (1945) e Marechal Cândido Rondon (1951) –, estudos visando à elaboração de verbetes² revelam que algumas cidades do oeste paulista, como Pereira Barreto (1929), de colonização japonesa, Votuporanga (1937), Luiziziânia (1941) e Panorama (1946), assim como as paranaenses Londrina (1929), Araçongas (1935) e Paranacity (1949), foram dotadas de projetos urbanísticos apurados, apresentando adequação ao sítio, arborização, zoneamento complexo, saneamento etc.

Após séculos de tentativas, a urbanização do interior do país passava a ocorrer de modo mais intenso e efetivo, graças às políticas de incentivo à ocupação do território e a ondas migratórias – nacionais e estrangeiras – dirigidas e conduzidas pelo Estado. No âmbito federal, o incentivo à produção agrícola e à colonização de novas áreas deu origem à Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang) em 1941. Com projeto urbanístico, normas e códigos de posturas elaborados pelo engenheiro agrônomo Bernardo Sayão, a Cang, a atual cidade de Ceres, seria modelo de núcleo povoador a ser levado para outras regiões do país. Em 1943, a ação do governo federal assume corpo institucional a partir da Fundação Brasil Central (FBC), sediada em Aragarças, no estado de Goiás – cidade nova criada como suporte à colonização rumo ao norte do país. (MACIEL, 2006) No âmbito das unidades federativas, os governos locais receberam apoio de Vargas para ações que promovessem tal ocupação e proteção territorial, como aquele dado ao governador Pedro Ludovico Teixeira para transferência da capital de Goiás para Goiânia no início dos anos 1930, ou pela criação de territórios federativos em regiões fronteiriças em 1943 – Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguazu – e respectivas cidades capitais, como Boa Vista e seu plano de refundação de 1944. Logo esse quadro de urbanização mudou devido a outros tipos de ações que também promoveram o surgimento de cidades intencionadas.

Uma delas refere-se à transferência da capital federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central em 1960, originando no país uma nova categoria de cidades novas: as cidades-satélites, como: Taguatinga (1958), Gama (1960), Sobradinho (1960), Guará I (1967), Guará II (1969), Ceilândia (1971), Águas Claras (1984), Samambaia (1985), entre outras. Outra remete-nos à construção da rodovia Belém-Brasília após 1950 e suas dezenas de cidades rodoviárias, criadas ou reformuladas nos estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará, entre as quais: Alexânia, (1957), Araguaína (1958), Miranorte (1959), Abadiânia (1960), Paragominas (1965), Estreito (1982) e Pugmil (1997), cujos projetos nem sempre revelam desenhos minuciosamente elaborados. (BRASIL, 1972) Por fim, têm-se políticas específicas adotadas durante o regime militar (1964-1985) em resposta às demandas geopolíticas e/ou desenvolvimentistas, como o incremento de infraestrutura por todo o território e a integração e ocupação da Amazônia Legal.

Se, em décadas anteriores, as cidades novas representavam um percurso alternativo de urbanização adotado em certas regiões do país – sobretudo em São Paulo, no Paraná e no novo Distrito Federal –, é no período militar e na redemocratização que elas foram disseminadas por outras regiões do país, respondendo a necessidades diversas. Entre 1964 e 2018, foram identificados 87 exemplares dos 260 já contabilizados, sendo 30 situados na região Centro-Oeste, 25 na região Norte, 19 na região Nordeste, 10 na região Sudeste e 3 na região Sul.

Nas décadas de 1970 e 1980, com uma política de planejamento urbano centralizada no Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau) e, posteriormente, na Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU), tendo auxílio das Superintendências de Desenvolvimento regionais – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul) – e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), as cidades novas foram incorporadas aos propósitos estatais de integração e desenvolvimento territorial. Quanto a isso, destacamos duas que contaram com a participação de equipes universitárias: Ariquemes (1972), no estado de Rondônia, empreendida pelo Incra e elaborada pelo professor, arquiteto e urbanista Antônio Carlos Cabral Carpintero, com apoio de profissionais do Centro de Planejamento Oscar Niemeyer (Ceplan) da Universidade de Brasília (UnB); e Dassópolis (década de 1980, não construída), uma cidade de colonização a ser implantada no estado do Amazonas, cujo projeto ficou a cargo de técnicos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

As ações de incremento da infraestrutura nacional – rodovias, hidrelétricas, refinarias, portos etc. – induziram à criação de mais cidades ou à relocação das existentes. Esse episódio é verificável na capacitação da bacia do Rio São Francisco como produtora de energia a partir de inúmeras barragens definidas pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf). Cidades inundadas com o represamento das águas foram substituídas por novas sedes, como: Remanso (1976), Sobradinho (1976), Canindé do São Francisco (1987), Petrolândia (1988), entre outras.

Postura similar encontra-se na criação de novas franjas de ocupação ou na expansão das fronteiras agrícolas. Sob o comando do Serfhau, a Amazônia reassumiu seu lugar de importância no contexto geopolítico, tornando-se objeto de moções de colonização e de segurança nacional. Como feito desse esforço, temos as rodovias federais de Cuiabá-Santarém e Transamazônica, cujos propósitos eram simultaneamente conectar a região Norte a outras regiões do Brasil e impulsionar os centros urbanos existentes – ou ampliar a rede urbana com cidades novas –, que, por sua vez, dariam apoio à produção agrícola. Nesse sentido, foram realizados os programas de colonização de áreas ermas, como o Polamazônia e o Projeto Aripuanã-Humboldt.

Em ambos, a implantação de cidades novas foi um subterfúgio utilizado em áreas selecionadas da Amazônia em função de seu potencial natural – particularmente, exploração mineral, no início, e agropecuária, após esgotamento das minas. Como teste, temos a região de Aripuanã, no Mato Grosso, que recebeu atenção especial dos Ministérios do Planejamento, do Interior, da Educação e Cultura e do governo do estado por meio de um contrato específico assinado em 1973. Nomeado “Projeto Aripuanã-Humboldt”, previu: a implantação do núcleo pioneiro de Humboldt, a construção da estrada de Humboldt-Vilhena (470 km), um programa de pesquisa sobre florestas, solos e recursos naturais, entre outros interesses científicos. Tornando-se o projeto mais atraente para o capital privado e para os imigrantes de outras partes do país, cerca de 2 milhões de hectares de terra entre Aripuanã (1966) e Juruena (1975) foram vendidos a indivíduos ou sociedades organizadas, especialmente colonizadores vindos do Sul. Isso permitiu o surgimento de inúmeras cidades, tais como: Vera (1972), Sinop (1974), Alta Floresta (1975), Juína (1977), Paranaíta (1978), Primavera do Leste (1979), Sorriso (1980), Matupá (1983), Mutum (1989) e Lucas do Rio Verde (1989) – municípios reconhecidos, hoje, por sua alta produção de soja.

Mesmo projetos não executados podem corroborar para essa cronologia de cidades novas: das 26 propostas de planos pilotos para o concurso de Brasília (TAVARES, 2014) àquelas intenções apenas esboçadas por profissionais, como: Monlevade de Lucio Costa (Minas Gerais, 1934), Marina de Oscar Niemeyer (Minas Gerais, 1955), São Bento da

Lagoa de Maria Elisa Costa (Rio de Janeiro, 1975), Cidade do Tietê de Paulo Mendes da Rocha (São Paulo, 1980),³ Cidade Sistemática Urbano-fábrica-agro-florestal de Spencer Pupo Nogueira (Acre, 1983), Cidade X de Jaime Lerner (Rio de Janeiro; Espírito Santo, 2008). Igualmente, temos os mais recentes exemplares em construção: a Smart City Laguna (Ceará), junto ao Porto do Pecém, empreendida desde dezembro de 2015 pela Planet Idea, de capital privado italiano e direcionada à população de baixa renda; e a Cidade Alpha Planalto Central (Distrito Federal; Goiás), ambicioso projeto da Alphaville Urbanismo Sociedade Anônima (S.A.) de 2009 para uma cidade de 200 mil habitantes na região metropolitana do Distrito Federal.

Portanto, nos últimos 130 anos, o Brasil tornou-se um país mais urbano, constituído não só de cidades de origem espontânea, mas de uma porcentagem significativa de cidades previamente planejadas e projetadas, como já previu o geógrafo francês Pierre Monbeig em 1949:

Tudo se passa como se este país conhecesse em setenta e cinco anos, um século no máximo, o que se levou milênios para fazer na Europa. E certamente é isso: nascimento e formação da paisagem rural, fundação e crescimento das cidades, construção duma rede de comunicações, mistura de raças, elaboração de uma mentalidade regional. (MONBEIG, 1984, p. 23)

O breve e possível panorama histórico sobre cidades novas brasileiras aqui compartilhado atesta a remota origem desse fenômeno e sua abrangente difusão pelo território nacional, da Colônia à República. Trata-se de um apanhado que nos permite entender melhor o universo dessa tipologia urbanística, seus significados, predicados e aplicações em diversos contextos; um verdadeiro “campo de experimentação”, como alguns autores preferem defini-la.

Esse campo pode, balizado pelo tempo fulcral da pesquisa em curso – Brasil republicano –, ser periodicizado em cinco partes, seja por contextos políticos consensuais seja por marcos urbanísticos reconhecidos, algo mais apropriado à temática dessa pesquisa. Assim temos os seguintes períodos:

1. de Belo Horizonte (1893) a Goiânia (1933), na República Velha;
2. de Goiânia (1933) a Boa Vista (1944), na Era Vargas;
3. de Boa Vista (1944) a Brasília (1957), entre os governos Vargas e JK;
4. de Brasília (1957) a Palmas (1989), no Regime Militar; e
5. de Palmas (1989) a hoje, após a redemocratização do país.

São delimitações por cidades novas administrativas que sabidamente pautam estudos genéricos sobre a temática; períodos a serem acrescidos de outros, caso o Congresso Nacional aprove um dos inúmeros projetos em tramitação para a criação de um novo estado federativo e, conseqüentemente, uma nova capital. Com todos os projetos aprovados, segundo informações colhidas, o Brasil passaria de 26 estados e o Distrito Federal para 43 estados, 3 territórios e o Distrito Federal.

Todavia, a construção particular do tema por meio de uma cronologia linear, pontuando ações promotoras e fundações das cidades segundo suas realidades, é, nesse texto, apenas um chamariz, uma introdução, uma apresentação do objeto ao leitor. Faz-se pertinente, destarte, leituras direcionadas e complementares àquilo realizado e – por que não – aproximações alternativas e/ou complementares diante do posto e já exposto. Coloca-se, portanto, em primeiro plano, o “Pensar por atlas” e, por conseguinte, o “fazer por atlas”. Um modo de se voltar ao objeto e dele não apenas extrair a lógica direta dos fatos, mas pelo uso deliberado dos recursos instrumentais warburgianos (*Atlas Mnemosyne*, 1927-1929) observá-lo por outros aspectos até aqui despercebidos, inusitados e, até mesmo, secretos.

DO PENSAR AO FAZER POR ATLAS

O levantamento de dados, de hoje ou de ontem, é apenas o princípio. (CASTRO, 1978, p. 312-313)

Se, em *Nebulosas do pensamento urbanístico: Tomo I – Modos de pensar* (2018), rompemos com a ideia de atlas como objeto-produto (um catálogo) ao qualificá-lo como um dispositivo-motriz (um instrumento), caberá, neste desdobramento, revelar a aplicabilidade desse modo de *pensar por*. Pensar objetiva ou erráticamente por caminhos em brumas; pensar pela imaginação de modo aleatório ou improvisado; pensar por tempos distintos; pensar nosso objeto em função de outros a fim de dispô-los em tela e relacioná-los a partir de um novo olhar... Se assim definimos o “Pensar por atlas” (TREVISAN, 2018), “fazer por atlas” revelará o *modus operandi* desse método historiográfico, direcionado, nessa oportunidade, a estudos de cidades novas brasileiras.

Operacionalmente, o intuito-mor é formular e disponibilizar a plataforma digital *Atlas de Cidades Novas*, que, ao se articular por links e verbetes com a *Cronologia do Pensamento Urbanístico*,⁴ não ocorrendo para sobreposição ou acúmulo de dados, sirva como um instrumento-trampolim de experimentações, tentativas e provações para formulação de “nebulosas” a serem apresentadas e compartilhadas no site da *Cronologia*. O *Atlas de Cidades Novas* consistirá na primeira aproximação ao tema e aos exemplares, tendo-se apreensão de sua distribuição pelo território brasileiro e acesso aos atributos de cada cidade nova, incluindo o desenho urbano original. A exemplo do estudo feito por Françoise Divorne e colaboradores (1985) sobre as *bastides* francesas, a intenção é ter uma compreensão sobre o traçado projetado. Para cada cidade, quando desejado, um quadro com os seis atributos – os seis genes – se abrirá, contendo informações básicas: empreendedor, função dominante, região, projetista, filiação teórica e datas relevantes. O site ainda terá um dispositivo de interação que permitirá ao interessado estabelecer as correspondências preliminares, seja por empreendedor, função dominante, região, profissional, projeto ou período; seja por combinações desses atributos.

O site *Atlas de Cidades Novas* será, portanto, uma mesa de trabalho a favor da *Cronologia do Pensamento Urbanístico*, fomentando essa importante plataforma não somente com verbetes – dados sobre cidades novas – como, principalmente, com as amálgamas que interligam objetos dispersos. A mesa é entendida aqui aos moldes daquilo exposto por Didi-Huberman (2013) ao interpretar o *Atlas*

warburgiano. O *site* – ou a mesa – não será utilizado para estabelecer uma classificação definitiva, um inventário exaustivo, nem para catalogar de uma vez por todas – como um dicionário, um arquivo, uma enciclopédia, um atlas convencional. Mas será formulado para coletar segmentos, pedaços e parcelas do universo das cidades novas, respeitando a multiplicidade, a heterogeneidade; com o propósito de dar legibilidade às relações postas em evidências (nebulosas).

O trabalho a ser feito a muitas mãos, uma das pesquisas realizadas pelo grupo de pesquisa Paisagem, Projeto, Planejamento – Laboratório de Estudos da Urbe (Labeurbe) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da UnB, envolve graduandos e seus projetos de iniciação científica, alunos de mestrado e de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-FAU), além de docentes interessados. Como descrito no Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), concomitante a este estudo específico, esse grupo de pesquisa objetiva:

[...] compreender o projeto, o planejamento e a apropriação da paisagem e seu território construído e vivenciado. [...] As diferentes linhas de pesquisa implicam em abordagens distintas sobre apropriação sociocultural, representação e configuração da paisagem urbana. Além disso, o conjunto de pesquisas propõe metodologias científicas, critérios e instrumentos que sejam capazes de contribuir para a regulação de bases normativas para o planejamento urbano e intervenções urbanísticas, paisagísticas e arquitetônicas na cidade e seu território. (CNPQ, 2018)

Cidades novas, Brasília, sua produção urbanística, arquitetônica e artística, Distrito Federal e sua dimensão metropolitana, territórios urbanos e dispersos do centro-norte brasileiro tornaram-se campo de exploração deste grupo, transformando-se, quando possível, em verbetes da *Cronologia*. Projetos, biografias e bibliografias são algumas das produções elaboradas por discentes e docentes, pesquisadores preocupados em registrar informações sobre Brasília e cidades novas, visando a corroborar ao conteúdo disponibilizado por tal plataforma de consulta e pesquisa.

Essa equipe de pesquisadores e jovens cientistas assumiu o compromisso de fazer as primeiras amálgamas dos exemplares de Cidades Novas já levantados. Nesse sentido, decidimos por trabalhar quatro dos seis atributos de cidades novas, os quais revelam o fazer por atlas nesse trabalho: desejo (empreendedor), tempo, projeto e necessidade (função). Das amostras de cidades novas, estabelecemos nexos que geraram quatro narrativas distintas e capazes de enriquecer, à sua maneira, a historiografia da cidade e do urbanismo brasileiro.

Inicia-se com “Cidades novas e o desejo: sondagens sobre o mito heroico fundador”, quando se lançam luzes ao mito do herói fundador a partir de entendimentos sobre desejo e de cidades novas criadas nos estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Em “Cidades novas e o tempo: ‘Brasílias’ pré-Brasília”, procurou-se evidenciar a ancestralidade de Brasília em cidades novas projetadas antes de 1957. Em “Cidades novas e o projeto: Tridente, a polivalência no urbanismo”, depara-se com a versatilidade de um artifício urbanístico utilizado em projetos urbanos para os mais diversos fins, do cênico e simbólico à estruturação do conjunto urbanístico, uma flexibilidade de uso demonstrado por cidades novas capitais e de colonização. E, por fim, em “Cidades novas e a necessidade: narrar e configurar cidades capitais – duas imagens”, buscou-se aproximar um par de cidades novas: Boa Vista (1944), capital de Roraima, e Cidade do Tietê (1980, não executada), supostamente a nova capital paulista, a partir de apoio aos conceitos ricoeurianos de *intreccio* (trama), inteligibilidade e intertextualidade.

Quatro possibilidades são disponibilizadas a seguir, podendo ser escolhidas e lidas aleatoriamente, a gosto do leitor, as quais nós, autores, esperamos que corroborem para melhor compreensão do pensar e fazer por atlas.

CIDADES NOVAS E O DESEJO: SONDAgens SOBRE O MITO HEROICO FUNDADOR

“Desejo” foi o atributo escolhido para adentrarmos no campo das cidades novas. Desejo entendido como força motriz na fundação

de tantas cidades; uma ação ambígua em busca dessas realizações como pretendemos demonstrar. Desejo, palavra que expressa um sentido de pulsão, de tração que mobiliza a vontade muitas vezes sem consentimento ou explicação clara. Essa leitura não coincidente apenas com o uso popular do termo, mas também com sua origem no latim: “desiderium”, em que a partícula “de” sinaliza movimento, especificamente o de cima para baixo; e “siderium” significa estrela, em referência às luzes vistas no céu noturno. Desejo, a princípio, descreveria algo “vindo das estrelas”, do céu noturno para o solo.

Ao ter o atlas como um modo de pensar, questionar passou a ser ato primário. Questionar os termos, as intenções e os significados almejados, repensando entendimentos já relativamente consolidados. Desbravar o que não está dito ou que jaz colocado apenas nas entrelinhas, nas sombras do desejo, mas que efetivamente o condensa enquanto tal. Sondar a abstração e a substância que moldam o ato de desejar uma cidade nova, seja o poder, os recursos, uma visão de futuro ou uma ambição outra qualquer; seja a interpretação das condicionantes, dos fatos e a convergência que os une. Em síntese, este estudo é um esforço para ler o que não está escrito, enxergar o que não está claramente posto, operando as informações e conhecimentos colocados à mesa com uma postura de questionamento e indagação. Interessa-nos problematizar o desejo no contexto das cidades novas, entendê-lo como ação para além de intencionalidade pretensamente ingênua, pródiga, altruísta ou da narrativa mítica e heroica. Importa-nos fragmentar o substantivo e seus componentes – ambição, motivação, condicionantes etc. – para perscrutar e, de algum modo, ampliar o conhecimento.

A reflexão sobre o desejo como agente motriz na geração de cidades novas tem dois objetivos: primeiro, discutir teoricamente o papel dos empreendedores privados e seu desejo criador em sentido amplo; segundo, a partir dessas premissas teóricas, especular sobre os desejos implicados no surgimento de significativo conjunto de cidades novas do período republicano, localizadas nos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Essa urbanização ocorreu como franjas de ocupação do *hinterland* brasileiro, iniciado no interior paulista durante a primeira metade do século XX, que continua pelo Paraná e, nos anos 1960

a 1980, traslada para o Mato Grosso. Essa urbanização se dá como resultado de uma política nacional desenvolvimentista iniciada no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), continuada no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), com a transferência da capital federal, e sequenciada por políticas integralistas e desenvolvimentistas do regime militar, ocorrido entre 1964 e 1985. Aqui, queremos (re) pensar não os aspectos projetuais ou a configuração morfológica de cada cidade desses eixos de ocupação, mas as narrativas locais que permaneceram nessas cidades sobre seus fundadores, suas pequenas histórias e o imaginário criado a partir dessas narrativas de desejos privados.

Trevisan (2009) afirma que os indivíduos ou grupos de indivíduos que se mobilizam para a criação de cidades novas são protagonistas de um “desejo fundador” que agencia energias, sonhos e muitos recursos. Para o autor:

Se as CNs [Cidades Novas] têm genitores, estes são seus empreendedores. Enganados estamos ao acreditar que os pais das CNs são seus projetistas (arquitetos, engenheiros, geógrafos etc.), coadjuvantes no processo de construção de uma nova cidade. Os verdadeiros protagonistas são aqueles agentes detentores do desejo, da intenção, da ideia inicial em criá-las. As CNs tornam-se crias não do acaso, mas de um querer; nascem em virtude do interesse e da vontade de um indivíduo ou de um grupo deles que, possuidores de capital público ou privado, conseguiram empreender sua construção. (TREVISAN, 2009, p. 101-102)

Tais cidades novas nascem, portanto, de um desejo. E, de fato, narrativas heroicas permeiam toda gênese de uma cidade nova. As promessas são variadas e vão desde o papel dito indispensável do pioneiro desbravador, perpassando as perspectivas de conquistas e ganhos financeiros advindos de se estabelecer em lugares ainda inabitados, além da premissa básica de conquistar um modo de vida melhor e garantir a própria subsistência. Cada personagem, ao impulsionar a construção de uma cidade nova, almejou seu próprio triunfo, o que resiste na história como narrativas do herói pioneiro, do empreendedor corajoso e ousado, do migrante vitorioso.

Essas narrativas se configuram como mitos fundadores, participando do imaginário coletivo dessas cidades de maneira inequívoca. Marilena Chauí (2000, p. 5, grifo do autor) problematiza o mito fundador como um limitador restritivo sobre o passado:

Se também dizemos mito *fundador* é porque, à maneira de toda *fundatio*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. Nesse sentido, falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela.

O bloqueio à compreensão da realidade embutido no mito fundador discutido por Chauí (2000), que debate a questão do mito fundador do Brasil como nação, pode ser transposto à discussão sobre a produção e reprodução das narrativas heroicas das cidades novas, especificamente para aquelas construídas por empreendedores privados. Esses homens são frequentemente narrados como figuras heroicas, desbravadores corajosos, visionários que imaginaram cenários urbanos no sertão desocupado, na floresta inexplorada, nos rincões ermos desse país. Não questionamos a capacidade de produção, de agregação de forças e recursos humanos e financeiros, nem mesmo a potência imaginativa dos empreendedores urbanizadores das cidades novas. Porém, intentamos despertar olhares que enxerguem além dos personagens e os reposicionem diante dos seus contextos históricos mais amplos.

Para além de uma romantização dos agentes envolvidos na produção dessas cidades novas, há a importante questão da minimização de importância dos contextos políticos e do planejamento nacional que se colocaram a favor dos novos processos e eixos de urbanização, dos quais as cidades novas fazem parte. Essa questão, o historiador Paolo Rossi vai problematizar como apagamentos produzidos pela história em seu livro *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*, publicado originalmente em 1991:

De fato, os apagamentos não ocorrem apenas na reelaboração dos manuais científicos ou na substituição de novas verdades por proposições antes aceitas como verdadeiras. Não dizem respeito apenas ao crescimento do saber. Mesmo que nunca tenha existido uma arte do esquecimento [...], há muitos modos de induzir ao esquecimento e muitas razões pela qual se pretende provocá-lo. O ‘apagar’ não tem a ver só com a possibilidade de rever, a transitoriedade, o crescimento, a inserção de verdades parciais em teorias mais articuladas e mais amplas. Apagar também tem a ver com esconder, ocultar, despistar, confundir os vestígios, afastar da verdade, destruir a verdade. (ROSSI, 2010, p. 31-32)

Ainda que a noção, assumida por Rossi, de que a “verdade” na historiografia seja questionável, de fato, narrativas históricas têm poder político, criam compreensões sobre a sociedade, seus valores e processos e, portanto, foram e permanecerão sendo lugar de conflito e lutas por reconhecimento. Nesse sentido, a leitura política da história colocada pelo historiador italiano nos auxilia a pensar outras entradas possíveis para o exercício de historiografar cidades novas, procurando apagamentos, ocultamentos ou interpretações despistadas nas narrativas mais conhecidas das cidades novas.

Fomos também provocados pelo historiador Paul Veyne (2014, p. 180), que afirma que “[...] a dificuldade da historiografia está menos em encontrar respostas do que em encontrar perguntas”. Instigados por essa premissa, usamos a questão colocada como parte do DNA das cidades novas (o desejo) como ponto de partida para a empreitada hercúlea de indivíduos e empresas de construir uma cidade. Procuramos fazer – ou mesmo refazer – perguntas para os mesmos objetos e fenômenos já historiografados. Em nosso caso, (re)questionamos as próprias razões subjacentes ao desejo de empreendedores privados em criar cidades novas.

A partir das premissas expostas – objetivo número um –, colocamo-nos a “Pensar por atlas”:

[...] um instrumento, uma ferramenta de abertura às possibilidades ainda não experimentadas, cuja força-motriz é a imaginação. O atlas proporciona a obtenção do conhecimento pela

imaginação. Imaginação presente no conhecimento transversal, no processo de montagem, desmontagem e remontagem. (TREVISAN, 2018, p. 56)

Aqui definido como fração do *Atlas de Cidades Novas*, estipulou-se um recorte temático composto por cidades novas construídas por empreendedores privados, delimitado por um recorte espacial definido por regiões do oeste paulista, norte do Paraná e norte do Mato Grosso.

O exercício se originou dos verbetes existentes, como sínteses resumidas das histórias de cidades novas, bem como da lista de 260 cidades identificadas e cujas narrativas ainda estão por se transformar em verbetes. Ao todo, num primeiro quadro montado, foram expostos 120 exemplares. No estado de São Paulo, contabilizamos 49 cidades novas, fundadas entre 1927 e 1979, sendo que a maioria se configura como cidades de colonização e ferroviárias, surgidas ao longo das linhas de trem que singraram o território paulista. Na região norte do estado do Paraná, identificamos 52 cidades novas, fundadas entre 1927 e 1964, enquanto na parte centro-norte do Mato Grosso, identificamos 19 cidades novas, fundadas entre 1959 e 1989. Nesses dois últimos estados, a maioria das cidades atendeu à função dominante de colonização num primeiro momento, auxiliada de aportes infraestruturais como ferrovia, no norte paranaense, e rodovias.

Diante desse mosaico inicial, passamos a identificar tempos, períodos, empreendedores e empresas. Repetições e padrões, diferenças e distanciamentos ainda a serem mais bem explorados. No levantamento de informações de cada cidade, deparamo-nos com diversas narrativas, organizadas como breves mitos fundadores dessas cidades, exaltando seus heróis-empreendedores. Essas narrativas foram colecionadas a partir dos sítios eletrônicos das prefeituras municipais, e aqui postamos algumas que julgamos bastante representativas, a título de ilustração dos argumentos.

A pequena narrativa sobre a cidade nova paulista de Jales (1928), fundada pelo empreendedor Euphy Jales, é rica em fontes de relatos orais de pioneiros que participaram dos primeiros anos

da urbanização. Aqui, destacamos a fala de Athayde Gonçalves da Silva, que descreve a precariedade dos primeiros momentos e a persistência do fundador:

[...] o Dr Euphly me procurou no rancho, ele estava decidido a fundar a cidade e ia determinar outro local. Ele ficou no meu rancho por doze dias seguidos, estudando o problema. Nossa comida era arroz, feijão e carne de queixada. Certo dia saímos de manhã bem cedinho. Na frente ia meu peão abrindo picada. Eu e o Dr. Euphly carregando os instrumentos de medição no meio do mato. Trabalhamos quase o dia todo sem comer e sem beber nada. Só tínhamos no estômago o café da manhã. [...] Dias depois, o Dr. Euphly fundava Jales. Ele acreditava no seu crescimento e repetiu o dia todo que ela ia ser uma grande cidade. Naquele dia eu senti que ele acreditava mesmo em Jales. Eu confesso que não. (PREFEITURA DE JALES, [20-])

Na narrativa da cidade nova de Andradina (1932), também paulista, o destaque está no empreendedor Antônio Joaquim de Moura Andrade, o “Rei do Gado” – mesmo fundador de outras duas cidades novas: Águas de São Pedro (São Paulo, 1936) e Nova Andradina (Mato Grosso do Sul, 1938). Com menção à importância da ampliação de acessibilidade ao território interiorano pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil:

A fundação de Andradina foi idealizada, em 1932 pelo fazendeiro Antônio Joaquim de Moura Andrade, maior criador de gado do Brasil que tinha a alcunha de Rei do Gado. Moura Andrade conseguiu que se construísse um novo ramal ferroviário, a Variante, entre as estações de Araçatuba e Três Lagoas da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. [...] Seu desejo pela urbanização era tanto que ele, Antônio de Moura Andrade, encomendou ao engenheiro Benelow & Benelow, a elaboração de um projeto para a urbanização da futura povoação. Devidamente planejada, o povoado surgiu em 11 de julho de 1937, em terras da Fazenda Guanabara de propriedade de Moura Andrade. (PREFEITURA DE ANDRADINA, [20-], grifo nosso)

hinterland também está na narrativa da cidade de Panorama (1946), onde igualmente se destacam as figuras do projetista – o engenheiro-arquiteto Francisco Prestes Maia – e do empreendedor Quintino de Almeida Maudonett:

O projeto da extensão ferroviária da Cia. Paulista de Estrada de Ferro foi o causador do desenvolvimento do município. Nascida do sonho de um dos maiores urbanistas brasileiros Prestes Maia, Panorama tem sua história iniciada no ano de 1946, quando Quintino de Almeida Maudonnet abriu aqui uma serraria. O sr. Quintino de Almeida Maudonnet, empresário de tradicional família campineira, informado, em 1945, por amigos, que a Cia. Paulista de Estradas de Ferro tinha planos de estender os seus trilhos até a divisa do Estado de S. Paulo com Mato Grosso, decidiu formar uma sociedade para comprar a Fazenda São Marcos Evangelista [...] Encantado com o lugar, com as belezas e potencialidades do rio Paraná, ele, o urbanista, se propôs planejar uma futura cidade, já que, Conselheiro da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, tinha conhecimento que aquele seria o ponto final dos trilhos. A planta da cidade ficou pronta e foi apresentada, em Julho de 1946, pelo Dr. Prestes Maia [...]. (PREFEITURA DE PANORAMA, 2017)

Já em terras mato-grossenses, na narrativa de Tangará da Serra (1959), se apresentam outros elementos do heroísmo das cidades novas, ressaltados pelas dificuldades no desbravamento dos novos territórios, onde a “natureza inimiga e selvagem” foi domada pelos empreendedores:

Na década de 60: os caminhos eram íngremes, obstáculos de difícil travessia, animais ferozes espreitando junto às picadas abertas por pioneiros para ligar suas terras ao povoado. Chegavam caravanas de toda parte, trazendo consigo famílias inteiras, a maioria procedente do Paraná, São Paulo e Minas. Desembarcavam, abriam uma clareira e erguiam um rancho, plantavam o essencial à subsistência e iniciavam a derrubada da mata para o cultivo do milho, auxiliar indispensável na criação de suínos. [...] O Município de Tangará da Serra, no exuberante divisor das águas das bacias Amazônica e do Prata,

originou-se em 1959, emergente do antigo povoado surgido pelo loteamento das glebas Santa Fé, Esmeralda e Juntinho, localizadas no município de Barra do Bugres. Os senhores Júlio Martinez, Dr. Fábio Licere e Joaquim Oléa fundaram a SITA – Sociedade Imobiliária Tupã para a agricultura que, atraídos pela excelente condição de clima e solo fértil, implantaram o loteamento Tangará da Serra. [Naquele mesmo ano], Joaquim Aderaldo de Souza iniciou a colonização das terras adquiridas pela SITA. (PREFEITURA DE TANGARÁ DA SERRA, [20-])

Em todas essas narrativas locais – pois capturadas em seus contextos originais –, reverbera a potência criativa e produtiva dos empreendedores envolvidos, cujos nomes e proezas de resistência e persistência são amplamente destacados. No geral, há pouca ou nenhuma menção ao contexto político e de planejamento que deu inegável suporte à urbanização do interior brasileiro no século XX.

A tempo, propomos aqui uma outra interpretação. Ao questionar as narrativas heroicas, lança-se luz em lugares mais obscuros da história dessas cidades novas “privadas”, onde empresas e, principalmente, empreendedores individuais são frequentemente compreendidos como heróis fundadores. Quais são os desejos em jogo no “fazer uma cidade nova”? Quem deseja? E por que deseja? É possível uma cidade ser construída a par do desejo estatal? Qual o papel dos governos – municipal, estadual e federal – na produção dessas novas ocupações? Quais os desejos do Estado nas empreitadas urbanizadoras?

Essas perguntas não foram aqui respondidas, mas se colocam como desdobramentos de pesquisa a serem perseguidos pela equipe nas próximas etapas. Se aqui propomos mais perguntas do que alcançamos respostas, cremos que estamos trilhando um caminho frutífero e necessário da pesquisa historiográfica no campo de cidades novas: (re)perguntar como modo essencial de fazer. Um *desiderium* às avessas, que lança luzes a partir do solo, do estável, do palpável em direção ao céu noturno, do obscuro, das nebulosas a serem desvendadas.

CIDADES NOVAS E O TEMPO: “BRASÍLIAS” PRÉ-BRASÍLIA

Inicia-se com uma questão: Brasília se fez inédita projetivamente ou cidades novas precedentes já pronunciavam o urbanismo da nova capital do país? A entrada à temática das cidades novas pelo atributo “tempo” buscará narrar respostas para tal alinhamento a fim de evidenciar projetos e planos aplicados em núcleos urbanos intencionados anteriores ao desenho de Lucio Costa para o Plano Piloto, de 1957.

Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade desde 1987 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) por seu conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico – talvez seja a síntese daquilo convencionalmente chamado de “pensamento urbanístico moderno”. Nela, reverberaram-se práticas do urbanismo desenvolvidas desde o século XV e que, segundo Ficher e Palazzo (2005), se colocaram como paradigmáticas neste campo disciplinar – monumentalidade, *renewal*, *zoning*, cidade linear, rodoviarismo, hierarquia viária, cidade-jardim etc. Vale ressaltar que tal repertório se constituiu no século XX a partir de diversas experiências, fosse pela intervenção em áreas consolidadas das cidades, por projetos de expansão de tecidos urbanos ou pela criação de cidades novas. Muitas das proposições urbanísticas paradigmáticas elaboradas e adotadas, mesmo aquelas não executadas, tinham por propósito prever e solucionar problemas das cidades pós-Revolução Industrial.

Para além dos projetos e planos já consagrados pela história e historiografia do urbanismo, há, na cronologia de cidades novas, exemplares que, ignorados ou subjugados, contribuíram para a formação do pensamento urbanístico moderno e que estão, de certo modo, presentes no projeto de Lucio Costa para Brasília. Como já visto, o Brasil é celeiro dessa prática pela qual diversas cidades novas, mesmo antes do concurso para a nova capital, deram corpo à gestação dos paradigmas modernos que Brasília materializou.

O desafio posto, então, é debruçar-nos sobre os planos de cidades

novas pré-Brasília e tal qual exploradores minerar aspectos, vestígios e indícios que remetam a algum paradigma urbanístico moderno. Assim, “‘Brasílias’ pré-Brasília” tem por objetivo narrar a concepção da capital federal a partir de outro ângulo. Uma narrativa pensada e feita por atlas, a qual permitirá reunir objetos desconectados no espaço e no tempo a fim de possibilitar leituras e interpretações ainda não realizadas. Uma aposta metodológica que rompa com a linearidade temporal ou mesmo espacial dos acontecimentos, permitindo-nos a liberdade de nos ater exclusivamente a aspectos morfológicos – planos urbanísticos – das cidades novas. Dessa apreensão imagética, associações que se relacionam ao Plano Piloto de Brasília são estabelecidas. Um distanciamento proposital que permitirá ter uma visão mais panorâmica sobre um fato tão preciso e pontual. Uma aproximação deliberada que auxiliará na montagem de um quadro de cidades novas interligadas por suas concepções.

Para tal, apropriamos do *zoning*, do rodoviarismo, da monumentalidade e da cidade-jardim, estipulados por Sylvia Ficher e Pedro Paulo Palazzo no artigo “Os paradigmas urbanísticos de Brasília” (2005). A partir das diferentes escolas, teorias e práticas presentes na formulação do projeto da nova capital, elencados pelos autores, fomos à busca de cidades novas precedentes, tendo o Brasil republicano como arco temporal, para garantir o objetivo de ler Brasília através de sua ancestralidade urbanística. Um passado que problematizará a noção de ineditismo atribuída a Brasília e seus paradigmas. Um tempo que não se restringirá ao tempo exclusivo de concepção e fundação de Brasília, mas que agregará à nova capital o tempo de outras cidades novas brasileiras.

O *zoning* ou zoneamento não é, *a priori*, um desenho ou um traçado, mas uma definição espacial de controle de usos e funções no espaço urbano, utilizado para ordenar a ocupação da cidade industrial. Recurso apropriado amplamente em Brasília, já aparecia no planejamento de cidades no início do século XX, da proposta para Lion do arquiteto francês Tony Garnier com sua Cité Industrielle (1901), do planejamento da metrópole de Nova York em 1916, do Plan Voisin (1925) e da Ville Radieuse (1930) de Le Corbusier, até sua decretação pela *Charte d’Athènes* (1933/1941). Para Ficher e

Palazzo (2005), o desdobramento desse mecanismo, de caráter mais incisivo e decisivo, é a setorização da cidade. No Brasil, além da capital federal, centenas de cidades recorreram a esse paradigma da cidade moderna para dispor as funções urbanas no espaço, seja como modo de planejar a cidade existente seja como diretriz projetual para cidades novas.

Goiânia (1933) talvez seja o exemplar pré-Brasília mais emblemático, cujo traçado elaborado por Attilio Corrêa Lima foi estruturado por setores – inclusive, seus bairros até hoje são denominados de setores – Setor Bueno, Setor Oeste, Setor Coimbra etc. A mesma artimanha foi aplicada pelo urbanista na Cidade Operária da Fábrica Nacional de Motores (Cidade dos Motores) em 1943 no estado do Rio de Janeiro, com clara separação entre os espaços de trabalho, habitação, circulação e lazer. Tal partido foi levado adiante pelos arquitetos Paul Lester Wiener, Josep Lluís Sert e Paul Schulz, ao darem prosseguimento ao projeto após a morte prematura de Corrêa Lima (1901-1943).

Ainda no campo de cidades novas administrativas, Belo Horizonte (1893) e Boa Vista (1944) também utilizaram desse preceito. Na primeira, sob a atenção do engenheiro civil Aarão Reis, o plano urbanístico de cunho positivista apresentou um zoneamento em anéis circunscritos e separados em urbano, suburbano e rural, o que gerou, após sua fundação (1897), uma separação social em que a população de classe média e baixa ocupou prioritariamente a zona suburbana e rural devido aos altos custos do lote na zona urbana – seria um prenúncio de Brasília e sua ocupação periférica *a priori*, como, por exemplo, com Taguatinga (1958)? Já na expansão da capital roraimense, comandada pelo engenheiro Darcy Aleixo Derenusson (TREVISAN et al., 2018), estabeleceu-se o centro cívico como ponto-gênese do traçado urbano radioconcêntrico – com edifícios administrativos, escolas, igrejas e hospitais –, do qual quadras anelares residenciais irradiavam-se até o cinturão verde externo, onde se locariam grandes equipamentos, como hipódromo, estádio desportivo e aeroporto.

A distinção social pelo zoneamento também foi vista em outras cidades, como no planejamento da balneária Águas de Lindóia (1942) e na empresarial Serra do Navio (1955). A estância paulista

foi inicialmente planejada pela empresa de engenharia Lindenberg & Assumpção, com plano pautado na divisão da cidade em três zonas distintas: residencial, mista (residencial e comercial) e industrial, permeadas por grandes áreas para bosques, jardins, lagos e parques, circundados por edifícios balneários e equipamentos hoteleiros. Em 1956, o arquiteto Luís Saia foi contratado para elaborar o plano diretor da estância, mantendo as características da proposta da década anterior. O plano diretor estava estruturado em um zoneamento rígido, com divisão em diferentes áreas: centro cívico, zona comercial, área do parque balneário, área para instalação de hotéis, área de interesse urbano e, discriminadamente, área do bairro Bela Vista, voltada a habitações operárias. (FRANCO, 2003)

Em Serra do Navio, projetada pelo arquiteto Oswaldo Arthur Bratke no estado do Amapá, a pequena cidade, além de possuir setorização das funções – centro cívico, complexo educacional, hospital, centro esportivo –, teria áreas residenciais distintas: habitações e alojamento para operários, habitações para funcionários de nível médio, habitações e alojamento para funcionários graduados e casa de hóspedes. (BRATKE, 1966)

Há aquelas cidades que tiveram seu zoneamento atrelado a um meio de transporte. A cidade nova de Maringá (1945), no Paraná, traçada pelo engenheiro Jorge de Macedo Vieira, previu cinco zonas – comercial, industrial e três áreas habitacionais: principal, operária e popular. Ademais, determinou-se uma setorização de núcleos comerciais, edifícios públicos, escolas, asilos, igrejas e armazéns, organizados a partir da porta de entrada da cidade: a estação ferroviária. Em menor escala, pode-se observar a aplicação do zoneamento também na cidade nova de Alexânia (1957), em Goiás, cujo projeto foi empreendido pela Empresa Brasil de Imóveis Ltda., de Belo Horizonte, e implantado pelo engenheiro alemão Fritz Gezets às margens da rodovia Belém-Brasília. Próxima à futura capital, escolhida como uma das bases de fornecimento de materiais para construção civil, seu plano pressupunha a formação de uma área industrial lindeira à rodovia – para facilitar o escoamento de produtos –, próxima ao aeroporto da cidade, em oposição à zona mista – habitacional e comercial.

Por fim, dois exemplares pré-Brasília que utilizaram do zoneamento de modo muito próximo ao da futura capital: Angélica, no Mato Grosso do Sul, e Marina, em Minas Gerais (não implementada), ambas de 1956. O plano urbano da cidade nova sul mato-grossense foi idealizado pelo arquiteto e urbanista Jorge Wilhelm,⁵ com participação da paisagista Rosa Kliass. Voltada para produção agrícola e colonização do sudeste de Mato Grosso do Sul, a cidade foi visionada pelos autores como moderna, funcionalista, constituída de centro cívico e comercial e unidades de vizinhança separadas por espaços públicos e áreas verdes – praças e reservas de mata nativa. As superquadras residenciais teriam em seu interior equipamentos de uso coletivo: escola, clube, creche, igreja, entre outros. A cada duas superquadras, haveria uma faixa de comércio local. O crescimento de Angélica, caso necessário, seria de modo linear, pela repetição do módulo superquadras e entrequadra comercial. (ARRUDA, 2004; WILHEIM, 1969) Já a proposta para Marina, no leste de Minas Gerais, foi assinada por Oscar Niemeyer para ser a primeira cidade construída integralmente de acordo com os preceitos modernos. Previa-se habitação coletiva integrada à natureza, com a distância entre trabalho, estudo, recreio e habitação de, no máximo, 15 minutos de caminhada. A proposta de Niemeyer previa uma cidade autossustentável para 200 mil habitantes, em um ambiente natural e sadio, um sistema humanizado e integrado à natureza. (FON, 1960) O paisagismo ficaria a cargo de Roberto Burle Marx, com diversos parques, jardins e vegetação abundante permeando e contornando a cidade. A cidade estaria dividida em zonas diferenciadas para habitação, indústria, agricultura, recreação, centro de cultura e saúde, como pregava *A carta de Atenas*. (LE CORBUSIER, 1993)

O rodoviarismo e a especialização de vias surgem a partir dos problemas de circulação e congestão de cidades dos séculos XIX e XX. Dado o rápido crescimento populacional e a disseminação dos veículos motorizados, soluções como vias expressas, sua especialização, separação entre veículos e pedestres abrigavam-se no discurso do rodoviarismo frente às demandas de fluidez, logística e segurança. Essas técnicas têm precedentes distantes, do plano de Leonardo da Vinci para Milão (século XV), da Paris haussmanniana (1853-1870), da Ringstrasse em Viena (1860-1890), ao projeto do Central Park (1853-1858) de Calvert Vaux e Frederick Law Olmsted em Nova York. Contudo, foi no século

passado que o rodoviarismo encontrou o cenário (cidades, metrópoles, subúrbios) e os elementos (automóveis, motocicletas, caminhões, ônibus) para sua ampla disseminação e aplicação, fosse como vias expressas (*highways*) associadas a trevos e viadutos, geralmente descoladas do entorno próximo, fosse como hierarquia de vias – arterial, coletora, local –, fosse como reposicionamento do pedestre na escala urbana – calçadas e caminhos arborizados. No Brasil, um número considerável de cidades novas foi pensado a partir de soluções urbanísticas guiadas pela agenda do rodoviarismo, muito em decorrência das políticas adotadas em prol das rodovias – em detrimento das ferrovias – e da indústria automobilística (multinacionais).

Nesse rumo, contamos com um número expressivo de exemplares de cidades originadas em função da abertura de estradas. Em alguns desses casos, tal infraestrutura era incorporada no plano de cada urbe como principal eixo estruturador e vetor de crescimento – garantindo às mesmas uma configuração linear. Enquadram-se nesse rol todas aquelas cidades criadas ou reformuladas – adquirindo-se nova identidade – ao longo das rodovias Belém-Brasília, Transamazônica e Cuiabá-Santarém, bem como daquelas de colonização do oeste do Paraná, cujas implantações obedeceram a uma trama de estradas preestabelecida e a uma hierarquia entre os núcleos. (OLDONI, 2016)

De uma escala mais ampla ao espaço intraurbano, temos a cidade nova de Loanda, surgida a partir de loteamento de terras da empresa colonizadora Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), atual Noroeste do Paraná Imóveis Ltda. Seu plano piloto propôs ruas largas e hierarquicamente organizadas, quadras geometricamente bem definidas, divisão em lotes de médio e grande porte, além de praças e jardins entre os bairros. Particularmente ao traçado viário, além de uma preocupação à geomorfologia do sítio escolhido para implantação da cidade, tinha-se o detalhamento dos usos e de seus prováveis usuários. (SOARES, 2012)

Era recorrente à primeira metade do século XX a adoção de *parkways* (avenidas-parque) como eixos estruturadores, aliando-se escoamento e fluidez do tráfego a canteiros centrais e lindeiros verdejantes, como o Eixo Rodoviário do Plano Piloto de Brasília. Encontram-se

parkways, por exemplo, no projeto de Aragarças (1953), empreendido pelo escritório carioca Urbs Construções e Urbanismo Ltda. Vias estruturadoras (arteriais) se articulavam à trama de vias coletoras e locais, como nos planos de Jales (1928) e Auriflama (1937) em São Paulo. A separação entre veículos e pedestres, por sua vez, pode ser verificada *a priori* em vielas sanitárias utilizadas como passagens, a exemplo de Águas de São Pedro (1936), e deliberadamente aplicadas como elemento projetivo nas cidades novas de Serra do Navio (1955) e Marina (1956).

Quanto à monumentalidade, Giulio Carlo Argan (1973) afirmou que a cidade monumental é uma cidade capital, capital do Estado moderno, criação histórica do Barroco. Nesse sentido, a capital seria o centro de forças, sede do poder absoluto, que concentraria em si o poder máximo governante, subordinando todo o território estatal e suas cidades. Os reflexos dessa monumentalidade em voga entre os séculos XVII a XIX encontram-se nos traçados de diversas cidades pela caracterização de um centro cívico ou local de importância em destaque, geralmente com vias que, para ele, se convergem conformando um tridente ou *patte d'oie* (pata de ganso).

Em fins do século XIX e início do século XX, com a Exposição Universal de Chicago (1893), ganha força o movimento City Beautiful, encabeçado pelo arquiteto e urbanista norte-americano Daniel Hudson Burnham. Além do embelezamento dos centros urbanos, tal movimento apropriava-se da monumentalidade a partir do uso de grandes eixos de ordenamento do espaço público e de edifícios simbólicos, como nos planos para Chicago (1909), do próprio Burnham em parceria com o arquiteto e planejador inglês Edward Herbert Bennett, e nas capitais Nova Délhi (1911) e Canberra (1912), desenhadas respectivamente pelo arquiteto inglês Edwin Landseer Lutyens e pelo casal de arquitetos-paisagistas norte-americanos Walter Burley Griffin e Marion Mahony Griffin. Com o movimento moderno, a monumentalidade se expressa na regularidade e simetria do traçado urbano e no emprego de edifícios em destaque, como no Eixo Monumental de Brasília e sua Esplanada dos Ministérios. (FICHER; PALAZZO, 2005)

A despeito da capital federal, a monumentalidade foi anteriormente aplicada no plano de outras cidades novas no Brasil republicano, desde Belo Horizonte (1893), com a sobreposição de duas malhas ortogonais a 45°, criando, em determinados pontos da nova capital, os tridentes – voltados a monumentos, edifícios governamentais e praças. Há casos mais representativos, como nas capitais Goiânia (1933) e Boa Vista (1944), nos quais a presença de um centro cívico é destacada pela disposição das vias para ele direcionadas. Como sabido, em Goiânia, Corrêa Lima afirmou que o conjunto cívico foi inspirado nos desenhos urbanos de Versalhes (1670), Karlsruhe (1715) e Washington (1791), de filiação barroca. Mesmo cidades não administrativas recorreram ao tridente como elemento estruturador do traçado, como: Paranacity (1949), Jussara (1950), Lobato (1950), Santa Cruz de Monte Castelo (1951) e Cidade Gaúcha (1952), todas implantadas no estado do Paraná com enfoque na colonização e ocupação do território.

Nas cidades novas do início do século XX, era comum destacar o centro da cidade com uma quadra livre, a ser destinada a uma praça com a igreja matriz, símbolo da influência ainda exercida pela Igreja Católica em nossa cultura, como nos projetos de: Jaguariúna (1894), do engenheiro alemão Guilherme Giesbrecht; Presidente Prudente (1917), do coronel Francisco de Paula Goulart; e Cosmorama (1931), do agrimensor Germano Robach. Os planos das cidades novas paulistas Andradina (1932), Lucélia (1939) e Adamantina (1939) recorreram a um eixo estruturador no qual estariam os principais edifícios da cidade, dando a essa via sua importância e destaque em relação às demais. Outras tiveram como partido a concentração de edifícios institucionais em contextos isolados, evidenciando tal centralidade, como visto em Alto Paraná (1948), Santa Fé do Sul (1948), Santa Mercedes (1948), Anahy (1950), Céu Azul (1950) e Serra do Navio (1955). Em Marina (1956), a monumentalidade do centro cívico estaria na centralidade geográfica de seu posicionamento no conjunto da futura urbe, abrigando órgãos ligados à cultura, economia, trabalho e diversão.

E como derradeiro paradigma a ser abordado, a teoria Cidade-Jardim floresce em fins do século XIX pelas mãos do taquígrafo inglês Ebenezer Howard. Embora seja mais conhecida por unir vantagens dos meios

urbano e rural numa cidade para 32 mil habitantes, circundada por um cinturão verde ocupado por pequenas propriedades rurais e equipamentos de apoio – presídio, leprosário etc. –, vale ressaltar aqui outros aspectos tão ou mais importantes que esses. Da expansão da cidade pela criação de cidades-satélites, do controle dos hábitos dos cidadãos – por exemplo, a proibição de bebidas alcoólicas e estabelecimento de horários para uso de sinos e sirenes visando a não poluição sonora –, pelo respeito ao sítio escolhido para implantação da futura urbe, a erradicação da especulação imobiliária pela ausência da propriedade privada – o solo urbano deveria ser público –, tais características são encontradas em cidades novas no Brasil.

Especificamente Brasília, de Lucio Costa, apropriou-se dos paradigmas de cidade-jardim de inúmeros modos, da expansão do Plano Piloto por cidades-satélites mesmo antes de sua fundação (1960), com Taguatinga (1958), Gama (1960) e Sobradinho (1960) como instrumentos de controle social; do não uso de lotes – mas de projeções –, que liberou o terreno para acesso livre ao público; além da baixa densidade garantida pela imensa disponibilidade de áreas verdes em detrimento a ocupação controlada. Mas outras cidades novas já se apropriavam de tais preceitos, como a Monlevade (1934), projeto do próprio Costa, e Águas de São Pedro (1936), Maringá (1945) e Cianorte (1953), de Jorge de Macedo Vieira.⁶

Num panorama mais amplo, de abrangência territorial, a cidade-jardim estava vinculada à criação de novos núcleos urbanos para a contenção do crescimento urbano desmedido, problema que assombrava as principais metrópoles europeias à época. No Brasil do início do século XX, esse cenário caracteriza a capital paulista, fosse pelos adventos da economia do café, pela forte imigração estrangeira e pelo primeiro *boom* industrial – conforme censos consultados, a cidade de São Paulo apresentava: em 1900, 239.820 habitantes; em 1920, 579.033 habitantes; e em 1940, 1.326.261 habitantes. De modo velado ou institucionalizado, políticas de ocupação territorial mediante criação de novas cidades, atraindo contingente populacional para regiões ermas dos estados de São Paulo e Paraná, foram uma alternativa encontrada, possível pela rede de ferrovias implantadas em seus territórios e pontuadas a cada estação por uma nova cidade.

Trata-se, nesse sentido, de um planejamento regional – tal qual pregava o biólogo e filósofo escocês Patrick Geddes – em que a principal estratégia era a criação de núcleos equidistantes entre si. Esse é o caso das cidades novas ferroviárias paulistas de Valentim Gentil (1944), Dracena (1945), Junqueirópolis (1945), Flora Rica (1946), Ouro Verde (1946), Paulicéia (1947), Irapuru (1948), Santa Fé do Sul (1948), Santa Mercedes (1948) e Pacaembu (1948), originadas ao longo da Paulista, da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (1872); da Mogiana, da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (1872); da Sorocabana, da Estrada de Ferro Sorocabana (1875); da Araraquarense, da Estrada de Ferro Araraquarense (1895); ou da Noroeste, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1905).

De modo mais categórico, foram as ações da CTNP, de origem britânica, que adotaram um esquema de colonização e urbanização embasado pelas teorias howardianas, com pequenas cidades independentes, espaçadas e conectadas por ferrovia, com traçados regulares para sítios planos ou orgânicos para sítios acidentados, com nascentes e córregos protegidos por matas ciliares e cercadas por um cinturão verde de pequenas propriedades rurais. Nessa trama, encontram-se as cidades novas de Andirá (1927), Londrina (1929), Cambé (1932), Rolândia (1932), Arapongas (1935), Apucarana (1938), Astorga (1946), entre outras.

Da escala territorial à escala intraurbana, temos exemplos do uso de áreas verdes abundantes e da baixa densidade como elementos do paradigma cidade-jardim. Embora considerado um bairro de Contagem, em Minas Gerais, a Cidade Jardim Eldorado (1954) surgiu a partir da expansão da cidade empresarial Juventino Dias. Eram previstos equipamentos públicos – que não foram implantados –, sistemas de água, esgoto e drenagem, sistema viário obedecendo às curvas de nível, além de grande destaque para as áreas verdes, praças e outros espaços de uso comum. Em Aragarças (1953), além de largas *parkways* com flora local interligando parques e zonas verdes da cidade, as quadras residenciais vinham acompanhadas de faixas *non aedificandi* verdes e seu interior e de uso coletivo, numa proporção entre vegetação e espaço construído maior que o usual em cidades da época. (FBC, 1954) Sem esquecer Ceres (1941), no estado de

Goiás, para a qual o engenheiro agrônomo Bernardo Sayão estipulou código de posturas para a população, dentre as quais proibição de bebidas alcoólicas e prostituição – algo permitido na cidade Rialma, que cresceu de modo espontâneo do outro lado do Rio das Almas.

Ao cabo e ao fim, identificaram-se paradigmas em cidades novas pré-Brasília que reverberaram de algum modo no projeto para o Plano Piloto de Lucio Costa. A partir das análises reveladas, observou-se que *zoning* era tido como um dos principais recursos para organização funcional e espacial da cidade, ora por uma aplicação primária, ora pela setorização rigorosa das atividades. Para resolver questões de circulação e fluidez, as técnicas de circulação rodoviária, especialmente a especialização das vias e a separação entre pedestres e veículos, apareciam combinadas (ou não) em considerável parte das cidades intencionalmente planejadas. A monumentalidade, por sua vez, não se restringia a cidades novas administrativas, sendo expressa na caracterização de centros cívicos, administrativos e comerciais, a partir da regularidade e simetria do traçado urbano bem como da locação e disposição de edifícios em destaque no conjunto urbano visionado. A cidade-jardim destaca-se nas cidades novas, nas quais ressoam diversos dos aspectos que caracterizam a teoria howardiana. Esses quatro paradigmas – *zoning*, rodoviário, monumentalidade e cidade-jardim – são alguns dos paradigmas identificados por Ficher e Palazzo (2005) que anteciparam a nova capital e foram incorporados em diversas cidades novas no Brasil republicano.

Fazer por atlas permitiu-nos, portanto, observar a presença de paradigmas do pensamento urbanístico moderno de Brasília em propostas urbanas relegadas a segundo plano pela historiografia urbana brasileira. Ao reforçar a hipótese de que cidades novas precedentes já anunciavam o urbanismo da nova capital do país, acreditamos que Brasília se fez inédita projetivamente pela compilação e associação de tais paradigmas. Ao pensar e fazer por atlas, Brasília se faz original na coexistência de tempos distintos, na coexistência daquelas cidades novas ancestrais, como fantasmagorias reunidas num sítio único a partir de 1957.

CIDADES NOVAS E O PROJETO: TRIDENTE, A POLIVALÊNCIA NO URBANISMO

Após escutar de uma moradora local as indicações de como chegar ao salão de beleza, Milly, personagem de um dos contos do filme *Para Roma, com amor* (2012), dirigido por Woody Allen, parece ainda mais desorientada na Cidade Eterna. No intuito de situar a personagem na cidade, o diretor começa um *traveling* de cena contínua em que o giro parte da Porta del Popolo, passando pela basílica Santa Maria del Popolo, fonte da Dea di Roma, igrejas gêmeas Santa Maria in Montesanto e Santa Maria dei Miracoli, obelisco Flaminio até chegar novamente à porta, revelando, assim, o cenário da secular Piazza del Popolo (1589).

A maior sutileza do cineasta foi locar a protagonista no centro da praça – um marco, que, em tempos remotos, era uma das entradas para a cidade –, como se a busca pelo seu destino começasse no marco zero de Roma. Essa importância é simbolizada não apenas por elementos arquitetônicos, mas também pelo desenho urbano, com a disposição radial e espelhada de três vias voltadas à praça: Del Corso (central), Del Babuino e Di Ripetta. Recurso cênico para o filme de Allen, dispositivo compositivo para cidades renascentistas e barrocas, símbolo original e moderno do sistema conhecido por tridente ou, em francês, *patte d’oie* (pata de ganso), esse foi o mote para explorarmos o atributo “projeto” da tipologia “cidades novas”.

O tridente ou *patte d’oie* é um conjunto de elementos do desenho urbano composto por três vias retilíneas que convergem para um único ponto, seja ele um espaço aberto (praça, largo, átrio etc.), um monumento (fonte, obelisco, estátua etc.) ou um edifício significativo (igreja, palácio, teatro etc.). Tais vias atribuem ao traçado uma simetria com um eixo central e dois eixos diagonais em ângulos semelhantes, um espelhamento. Comumente se utiliza das fachadas dos edifícios – tanto do objeto focal como daqueles que delimitam os eixos – para emoldurar o tecido e trazer unicidade à composição. Tal trama é historicamente afiliada às experiências renascentistas, sendo recorrente em cidades capitais e centros urbanos, mormente para garantir monumentalidade a pontos específicos e, num segundo

plano, estruturar o conjunto urbano ou parte dele. (KOSTOF, 1999)

O viés cenográfico do tridente também carrega uma carga cultural ao enaltecer certas figuras da sociedade – representantes do poder aristocrático, religioso, público etc. – ou, de modo concreto, das forças de influência de uma comunidade. A visada monumental, proporcionada pelo direcionamento das vias a um ponto focal, favorece inegável exposição dos marcos selecionados como forma de reforçar cotidianamente a celebração de feitos, forças e mitos. Mas é possível que esse viés possa aflorar somente em condições particulares, em que a afirmação cultural, econômica e religiosa esteja aderente com a intenção da municipalidade; caso contrário, a disposição da pata de ganso, por si, restringe-se a uma solução viária. E se assim o for, questiona-se: a utilização do tridente em seu aspecto simbólico pressupõe relegar a segundo plano a sua função como estruturador urbano? Ao nos debruçarmos sobre a origem desse artifício urbanístico, sua difusão em diversos contextos, incluindo sua apropriação por projetistas brasileiros em cidades novas republicanas, objetiva-se averiguar sua versatilidade, tanto pelas características alegóricas quanto estruturantes. Um modo de fazer por atlas, trazendo à luz um componente revisitado a partir de inúmeros estudos de caso. Um modo de ler e se apropriar do urbanismo por um elemento definido, porém pouco refletido. Um modo de se fazer história do projeto urbanístico.

Amostras de modelos simplistas do tridente estão presentes na Itália e na França desde os séculos XII e XIII. Em Bolonha, os exemplos surgem com as vias que desembocam na Porta San Felice, articulação espontânea do encontro entre vias que se irradiam da porta e permeiam a cidade murada. Em razão dessa configuração original, a cidade conta com outros exemplos, de menor rigor formal e em menor escala, que denunciam um desenho primitivo – mas similar – de tridente. Nesse sentido, a malha radial das cidades europeias contribuiu e cristalizou, mesmo que não intencionalmente, o aparecimento do tridente. Já no caso de Florença, a ocorrência desse recurso se deu em maior número, conformado geralmente por vias que conectavam a cidade intramuros a uma entrada/saída, sendo replicado conforme a expansão urbana.

As triades viárias de Florença surgiram por operações urbanas significativas idealizadas pelo arquiteto e escultor Arnolfo di Cambio (1240-1310), visando racionalizar fluxos no espaço urbano. (GUIDONI; ZOLLA, 2000) Por sua vez, o tridente francês foi aplicado com técnicas variáveis e descontínuas, tal como em Tournon-d'Agenais – em que o ângulo entre as três vias é por demais obtuso, aproximando-as – ou nas comunas de Fleurance e Puybrun – onde o tridente organiza as vias principais da vila. Os exemplos franceses aproximam-se das experiências florentinas, por trabalharem soluções para vias intraurbanas e respectivo fluxos. Segundo Lepri (2004), as intervenções urbanas de Florença do fim do século XIII foram tomadas como modelo para as intervenções papais em Roma de meados do século XV.

No pontificado de Nicolau V, que se iniciou em 1447 e se findou em 1455, definiu-se um plano para a reestruturação urbana que envolveu toda a cidade, como a abertura de comunicação entre as praças do Castelo de Santo Angelo e da Basilica do Vaticano. Nesse plano de reestruturação da Cidade Eterna, o sistema viário teria relações hierárquicas em função do uso das edificações com eixos principais de alto valor simbólico e as demais, secundárias. A organização dessa intervenção criou uma série de modificações, reflexos de pensamento projetual apurado renascentista e – por que não – do uso intencional e cênico do tridente, com o posicionamento de elementos marcantes como entrada de palácios, obeliscos, fontes, estátuas. Exemplo disso é a constituição do tridente na Piazza del Popolo, reformulada na segunda metade do século XVI durante o pontificado de Sisto V, de 1585 a 1590. A área abrangida pela intervenção é marcada ao norte pela Porta del Popolo – principal acesso à cidade –, limitada a oeste pelo Rio Tibre e a leste pela Colina de Pincio. (ZANCHETTIN, 2005) A abrangência de tal intervenção – da rigidez formal e enaltecimento de seus marcos, pelo paisagismo cenográfico da praça e das encostas de Pincio, à arquitetura emoldurante das igrejas gêmeas para as três vias que partem da praça – é que destacou e tornou a intervenção referência a ser replicada, sobretudo pelo desenho urbano barroco de Estados absolutistas.

foi retrçado a mando de Luís XIV a partir de 1670. Nesse caso, a *patte d'oise* é composta pelas vias Saint Cloud, Paris e Sceaux e incorpora o mesmo caráter monumental, cenográfico e simbólico do palácio real para onde elas convergem – composição original assinada pelo paisagista André Le Nôtre (1613-1700). A perspectiva da Place d'Armes, defronte ao majestoso pavilhão, e respectivas radiais, além de orientar os fluxos de acesso, tinham igualmente a função de distinguir o poder absolutista francês e seu Rei Sol. Antes de Versalhes, o tridente já havia sido aplicado como elemento para destacar a perspectiva no jardim do Palácio de Vaux-le-Vicomte (1658-1661), nos arredores de Paris. (MORRIS, 2004; PANZINI, 2013)

Da conformação quase ocasional nas cidades muradas e radioconcêntricas do Medievo ao uso como estruturador urbano na Roma renascentista, à expressão simbólica de um poder absolutista na França ou em Karlsruhe (1715) na Alemanha, o tridente revela-se um elemento polivalente no projetar cidades. Orientar fluxos urbanos, ligar pontos de interesse, constituir-se marco topoceptivo e monumental no tecido urbano: tais funções revelam-se, por vezes, sobrepostas, o que o qualifica positivamente. Fato é que irá ser aplicado em inúmeros planos de cidades, existentes ou novas, mundo afora.

No século XVIII, o arquiteto-engenheiro Pierre Charles L'Enfant (1754-1825) traçou Washington, em 1791. Franco-americano, L'Enfant passou a infância nos jardins e na cidade de Versalhes, abusando do partido da *patte d'oise* na proposta para a nova capital dos Estados Unidos da América. No exemplar norte-americano, o tridente objetivou estruturar e qualificar o conjunto da cidade, interligando os principais edifícios e espaços cívicos, símbolos da nova nação republicana pós-independência (1776). Pierre Charles L'Enfant (apud KOSTOF, 1999, p. 209, tradução nossa), referindo-se ao plano de Washington, afirmou que “o plano deve ser traçado de tal modo a deixar espaço àquele engrandecimento e embelezamento que o aumento da riqueza da Nação lhe permitirá prosseguir em qualquer período, por mais remoto que seja”. Essa ideia permeou projetos de outras capitais nos séculos XIX e XX, como Paris (1853), Barcelona (1855), La Plata (1882) e Canberra (1912), bem como em capitais provinciais brasileiras.

Aqui, os casos mais popularizados do uso do tridente estão nas novas capitais: Belo Horizonte (1893), Goiânia (1933) e Boa Vista (1944). A capital mineira, erigida por anseios republicanos, desenhada por Aarão Reis, possui projeto resultante de duas malhas quadriculadas sobrepostas a 45 graus, donde se originam inúmeros tridentes. Na capital goiana, o tridente foi deliberadamente utilizado para evidenciar o centro cívico e seus edifícios institucionais, havendo, por parte do autor Attilio Corrêa Lima, afirmação de referencial projetivo nos traçados de Versalhes, Karlsruhe e Washington. Por fim, a capital roraimense, com projeto de Darcy Aleixo Derenusson, incorpora no tridente outros eixos radiais secundários, ampliando a representativa do traçado.

Contudo, coloca-se sobre a mesa uma investigação por casos brasileiros não evidenciados pela historiografia na busca por apropriações outras. Especificamente, traremos das cidades novas fundadas nos estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso no período republicano, cujos exemplares de colonização e expansão de fronteiras apresentaram considerável incidência do uso do tridente em seus projetos. Tomou-se como ponto de partida o trabalho “Patte d’oie norte paranaense, um estudo morfo-genealógico”, realizado por Humberto Yamaki (1991). Nele, Yamaki faz uma apreensão do uso e variações do tridente nas cidades novas fundadas pela CTNP a partir da década de 1930, como Arapongas (1935), Apucarana (1938), Marialva (1940), Astorga (1946), Mandaguari (1946), São Jorge do Ivaí (1946), Jussara (1950), Lobato (1950), Perobal (1950), Cidade Gaúcha (1952), Umuarama (1955), Água Boa (1956) e Sumaré (1956). Como resultado, o autor expõe as características exercidas pelo tridente nessas cidades: monumentalidade, funcionalidade, axialidade e centralidade; qualificando tais elementos como “asterisco” no desenho urbano. Igualmente, Yamaki identifica três formas básicas para as funções desempenhadas pela *patte d’oie* nessas cidades novas, sendo:

1. estruturante: quando se comporta como elementos dominantes (em escala) na configuração global da cidade, indispensáveis a sua leitura;
2. acessória: quando são elementos pontuais de composição, pouco definida no tecido urbano. Trata-se de elementos morfológicos

adicionados, como casos em que a malha xadrez é irrompida por algo anômalo ao plano rígido, “mini *patte d’oie*”;

3. de variações: quando esse elemento se apresenta sem as características originais do tridente. Mesmo numa figura destorcida, a intenção funcional permanece com vias convergindo para um ponto focal – edifício marco, praça, igreja, estação ferroviária, até mesmo cemitério, dependendo da proposta de cada cidade.

Nesse ensaio, apropriou-se dessa taxonomia para colocar em choque outras cidades novas fundadas em São Paulo, Paraná e Mato Grosso, buscando identificar e comparar qual a função, o uso e a versatilidade da aplicação do tridente nos traçados urbanos dessas cidades, implantadas para atender à colonização de terras despovoadas e com grande potencial para atividades agropecuárias. Da palheta de exemplares, destacamos dez cidades novas para averiguação: as paulistas Santos (1905), Luiziana (1941) e Panorama (1946); as paranaenses Rolândia (1932), São Jorge do Ivaí (1946), Cidade Gaúcha (1952), Cianorte (1953), Presidente Castelo Branco (1964); e as mato-grossenses Tangará da Serra (1959) e Sinop (1974).

No projeto do engenheiro sanitário Francisco Saturnino de Brito para o plano de expansão de Santos, o traçado foi adequado à península, dispondo de inúmeros canais e de uma malha rotacionada conforme adequação ao sítio. Nele, o uso do tridente aparece espelhado como recurso na ponta peninsular, com ênfase para aquele que estabelece a transição entre a malha e a orla marítima, portanto, como um acessório do conjunto (Figura 1).

Na pequena Luiziana, empreendida pela Coimbra Bueno & Cia. Ltda. – mesma construtora de Goiânia nos anos 1930 –, levou-se o tridente às últimas consequências. Pela diminuta trama, identifica-se tal recurso inúmeras vezes e com diferentes configurações, seja como elemento estruturador, seja como variações possíveis, sendo difícil identificar a lógica do partido adotado, salvo pelos três eixos em “Y” ao centro do plano (Figura 2). Especula-se contribuição do arquiteto francês Alfred Agache no projeto pelo seu retorno ao Brasil como consultor da empresa Coimbra Bueno em 1939.



Figura 1 - Santos, São Paulo (1905)

Fonte: elaborada pelos autores.



Figura 2 - Luiziana, São Paulo (1941)

Fonte: elaborada pelos autores.



Figura 3 - Panorama, São Paulo (1946)

Fonte: elaborada pelos autores.



Figura 4 - Rolândia, Paraná (1932)

Fonte: elaborada pelos autores.



Figura 5 - São Jorge do Ivaí, Paraná (1946)

Fonte: elaborada pelos autores.

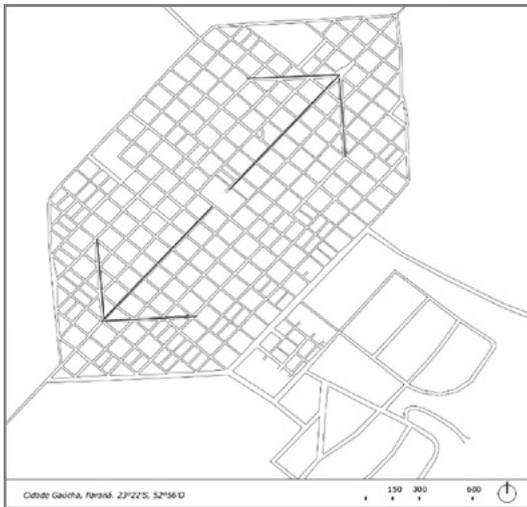


Figura 6 - Cidade Gaúcha, Paraná (1952)

Fonte: elaborada pelos autores.



Figura 7 - Cianorte, Paraná (1953)

Fonte: elaborada pelos autores.

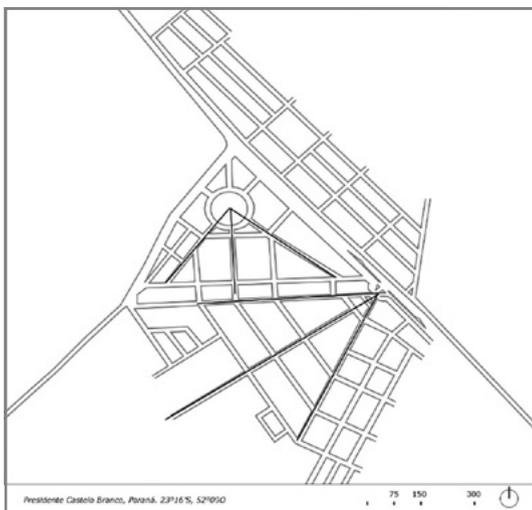


Figura 8 - Presidente Castelo Branco, Paraná (1964)

Fonte: elaborada pelos autores.



Figura 9 - Tangará da Serra, Mato Grosso (1959)

Fonte: elaborada pelos autores.



Figura 10 - Sinop, Mato Grosso (1974)

Fonte: elaborada pelos autores.

Em Panorama, do engenheiro-arquiteto Francisco Prestes Maia, a cidade marginal ao Rio Paraná, no extremo oeste do estado paulista, o tridente assume posição de acessório, como captação de fluxos externos para uma das avenidas centrais (Figura 3), assim como variações quase imperceptíveis – incompletas – na passagem de uma malha ortogonal para outra radioconcêntrica.

Rolândia – antiga Colônia Roland –, situada na rede de cidades novas do norte paranaense, foi colonizada, inicialmente, por imigrantes alemães. Embora apresente crescimento irregular (Figura 4), o tridente é posicionado de frente à estação ferroviária e estrutura a trama do conjunto original, composto de malha ortogonal limitada por uma perimetral semicircular.

Na São Jorge do Ivaí, situada próxima a Maringá, revela-se um lado curioso no uso do tridente, estruturando o conjunto urbano a partir de um tridente de ângulos abertos, estabelecendo eixos equidistantes entre centro da cidade – encontro dos eixos – e vértices do triângulo que configura a cidade (Figura 5). Sua fundação deve-se à figura do pioneiro José Martins Vieira, o qual adquiriu, junto à Companhia Ubá, proprietária da gleba, área de 50 alqueires para demarcação e divisão em lotes urbanos.

Cidade Gaúcha, ainda na região noroeste do Paraná, surgiu pelos anseios da Imobiliária Ypiranga, de Boralli & Held, que planejou e executou a colonização do lugar, voltado, sobretudo, para famílias de migrantes vindas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A cidade traz um traçado emblemático, uma forma oblonga cujo alargamento da malha quadriculada é possibilitado pelo partido de duplas de tridentes opostos (Figura 6).

Cianorte foi uma das cidades fundadas pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), mais uma desenhada pelo engenheiro urbanista Jorge de Macedo Vieira no norte paranaense, o qual soube adequar, uma vez mais, o traçado à topografia irregular, protegendo corpos fluviais com matas ciliares. Pela primeira vez, tomou partido do tridente – nem Águas de São Pedro (1936) nem Maringá (1945) apresentaram –, tanto o colocando em evidência à frente da estação

ferroviária, na estruturação da malha urbana próxima (Figura 7), como o dispendo feito acessório em outros pontos da cidade, articulando as variações decorrentes do traçado sobre a topografia.

Já uma das últimas cidades novas de colonização identificadas em território paranaense, também empreitada pela CMNP, a pequena Presidente Castelo Branco – antiga Iróí – objetivava expandir as fronteiras da lavoura cafeeira no norte do Paraná, recebendo como primeiros moradores as famílias de Pedro Striotto e Manoel Peres. Seu plano urbanístico foi delimitado pelo cruzamento em “T” de duas estradas, cujo quadrante a sul recebeu dois tridentes estruturantes que conformam duas tramas distintas, porém adjacentes (Figura 8).

Na segunda metade do século XX, incentivados pelo Estado a ocupar regiões do centro-norte do país, colonizadores provenientes de estados do Sudeste e Sul do país – aqueles que passaram por processo semelhante décadas antes – fundaram dezenas de cidades no Mato Grosso, dentre as quais a cidade de Tangará da Serra. Empreendida pela Sociedade Imobiliária Tupã (Sita) com propósitos de colonizar e explorar atividades agrícolas, o desenho do núcleo foi assinado pelo arquiteto Américo Carnevali. Assim como na Cidade Gaúcha (PR), tirou-se partido de dois tridentes em uma malha ortogonal rígida, embora, nesse caso, abertos para os limites da cidade, a fim de direcionar o crescimento tanto pelo eixo central como pelas diagonais – não sequenciadas na expansão urbana após 1959 (Figura 9).

Já em 1974, a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Ltda. (Sinop) comandou o processo de colonização particular da Gleba Celeste, no centro-norte mato-grossense. O projeto urbano ficou a cargo do topógrafo Benedito Spadoni e do gerente geral da empresa, Ulrich Grabert, que assumiram o tridente como acessório, dispendo uma dupla dele em áreas residenciais periféricas (Figura 10), distantes do *core* da nova urbe, sem a mesma importância simbólica das cidades capitais.

Com a exposição de dez exemplares, mesmo que limitada frente ao rol de 260 casos já identificados pela pesquisa, buscou-se dispô-los em tela e relacioná-los a partir de um novo olhar, distanciar-se daquele entendimento corrente do tridente como elemento compositivo de

um espaço monumental para qualificá-lo com outras atribuições no projetar cidades. Para além da busca pela gênese desse artifício urbano, esta seção procurou revelar outras funções para seu uso, sublinhando sua versatilidade – uma multiplicidade de opções que demonstra o caráter polivalente que o tridente possui; um modo de apreensão que só pensar e fazer por atlas nos permitiu, avizinando Roma e Santos, Florença e Panorama, Versalhes e Boa Vista, Cidade Gaúcha e Sinop.

CIDADES NOVAS E A NECESSIDADE: NARRAR E CONFIGURAR CIDADES CAPITAIS – DUAS IMAGENS

O século XX testemunhou uma gama ambiciosa de projetos para novas cidades capitais ao redor do mundo: Nova Délhi (1911) e Chandigarh (1947), na Índia; Canberra, na Austrália (1912); Ankara, na Turquia (1923); Islamabad, no Paquistão (1959); Abuja, na Nigéria (1974); Yamoussoukro, na Costa do Marfim (1983); Putrajaja, na Malásia (1995); e Astana, no Cazaquistão (1997).⁷ No Brasil, não foi diferente. Embora Brasília (1957) seja a capital planejada *per excellence*, quatro cidades capitais de província foram planejadas no período republicano: Belo Horizonte (1893), Goiânia (1933), Boa Vista (1944) e Palmas (1989); além de outras duas: Campo Grande (1909, cidade nova de colonização), instituída capital em 1977, e Cidade do Tietê (1980, não implementada), suposta sede da futura capital paulista, após movimentações políticas nesse sentido surgirem em 1978. (TREVISAN; FICHER; MATTOS, 2017)

Embora esses projetos fossem motivados por condições políticas, econômicas e geográficas muito diferentes, muitos deles compartilhavam um entusiasmo pela possibilidade de uma nova agenda social, desenvolvimento econômico e ocupação do território. Desse leque de opções, dois exemplares foram colocados sobre a mesa a fim de fazer por atlas – dois planos, duas imagens de capitais de província selecionadas para lermos o atributo “necessidade” de cidades novas.

Uma cidade construída, Boa Vista, capital de Roraima, ao lado de outra somente projetada, Cidade do Tietê, desvela enredos, narrativas de imagens, planos e desenhos, tramas presentes, ausentes ou inacabadas.

Esta seção, em consonância com pensar por atlas, apoia-se no texto “Architecture et narrativité” (1998), de Paul Ricoeur, ao construir paralelos entre a memória e a cidade, entre o narrar e o fazer arquitetônico. O filósofo francês inicia o texto retomando Aristóteles em “Da memória e da reminiscência” e as notas do *Teeteto* de Platão sobre o êikon, a imagem. Ricoeur, ao trazer a questão da imagem, evoca duas ações:

- 1) tornar presente a ausência; e
- 2) tornar presente o ausente.

Revelam-se, para isso, dois direcionamentos: a ausência como a ficção, o irreal, o imaginário, a promessa; e também o ausente do que foi anteriormente, o precedente, o anterior. Ademais, ao longo de todo o texto, Ricoeur suspende a ideia de narratividade como desdobramento do presente e da anterioridade, questão posta sobre a relação entre espaço construído e memória, arquitetura e narratividade do ausente e da ausência, que iremos retomar aqui. Em suas palavras: “E me parece que a glória da arquitetura é tornar presente não aquilo que não é mais, mas aquilo que foi através do que não é mais”. (RICOEUR, 1998, p. 44, tradução nossa)

Boa Vista e Cidade do Tietê, pelos atributos nelas presentes, fazem parte da tipologia “cidade nova”. Nesse caso particular, são componentes da elaboração do “Atlas de cidades novas no Brasil republicano”, pesquisa que coleciona, identifica e compartilha núcleos urbanos projetados desde 1889 até o presente. Esses dois desenhos – um sabidamente para ser a capital de Roraima e outro supostamente para ser a capital de São Paulo –, como partes de uma coleção, de um todo, são imagens desse atlas em construção. Ao compreender o atlas não como um mero catálogo, e sim como um campo de experimentação (TREVISAN, 2018), assimilar essas imagens, por um lado, torna presente a anterioridade que foi e, por outro, passa a desenhar um discurso – conduz a uma operação fundamental que Ricoeur identifica como “configuração”.

Paul Ricoeur recorre à “condição do homem moderno”, de Hannah Arendt, para reposicionar a narrativa em uma teoria da ação: “[...] a narrativa tem por função dizer o ‘quem da ação’”. (RICOEUR, 1998, p. 45, tradução nossa) O filósofo constrói uma relação intrínseca entre narratividade e arquitetura, na qual há mais que um paralelo; coloca-se o ato projetual como ação configuradora entre o habitar e o construir. Se Martin Heidegger, no conhecido *Construir, habitar, pensar* (1954), reposiciona o espaço como fundamento ontológico a partir da premissa de que “o construir já é em si mesmo habitar”, Ricoeur assume a indissociabilidade habitar-construir como narrativa. Assim, o ato de projetar é uma ação que configura o tempo e o espaço vivenciado.

Há um cruzamento entre o tempo narrado e o espaço construído. Nas palavras de Ricoeur, o tempo narrado é, de um lado, o tempo “distendido” entre o tempo físico e o tempo psíquico, descrito por Santo Agostinho em *Confissões*. Há um estiramento entre o presente e o passado, tal como o espaço constitui-se como uma trama entre a corporeidade dos lugares de vida e o espaço geométrico em três dimensões. A *mimesis* tripartite ricoeuriana do ato de narrar, assim como o de projetar, consiste em três ideias: a pré-configuração, a configuração e a reconfiguração. A pré-configuração é o primeiro momento, a pré-compreensão do habitar entre a prática do tempo e a do espaço. Pode-se afirmar que essa ação traz o passado – a memória – à narrativa do presente. A segunda ideia, a configuração, é a réplica “do construir ao habitar”. Trata-se do presente do presente – o agora –, a atenção, o ato de construir propriamente dito. Por fim, a reconfiguração, a ideia do presente do futuro, o reconfigurar como promessa, a ficção, e também a recepção, a leitura do construir por quem habita.

O filósofo afirma que a narrativa, como ação configurante no tempo, “projeta no futuro o passado rememorado”. (RICOEUR, 1998, p. 44, tradução nossa) Pode-se, então, concluir que o espaço construído é uma réplica ao habitar. O habitar é parte constituinte da trama operativa da tessitura do espaço. Nesta seção, iremos nos deter ao segundo momento, à segunda *mimesis* – a configuração propriamente dita – proposta por Ricoeur (1998, p. 44, tradução nossa), ou seja, “[...] o ato arquitetural que redesenha a dialética da memória e do projeto no próprio seio dessa atividade”. Assim, detemo-nos à inteligibilidade do projeto, do

desenho, entendendo-o enquanto réplica ao habitar, mas também enquanto imagem-memória que permanece na narrativa presente.

Concordamos com Didi-Huberman (2015) que, diante da imagem, do desenho, há uma reconfiguração constante do presente. A imagem permanece serenamente à espera de novas interpretações e entendimentos. A prática e os processos de montagens em Benjamin, analisados por Jacques (2018), tal qual o fazer iconográfico, tratam-se de uma ação reconfiguradora, que é, sobretudo, uma ação crítica, ativa, uma desmontagem e montagem que reconstrói memórias e, simultaneamente, narra promessas e desejos.

Diante de uma imagem, enfim, temos que reconhecer humildemente isto: que ela provavelmente nos sobreviverá, somos diante dela o elemento de passagem, e ela é, diante de nós, o elemento do futuro, o elemento da duração [*durée*]. A imagem tem frequentemente mais memória e mais futuro que o ser [*étant*] que a olha. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 16, grifo do autor)

Propõe-se, aqui, explorar formas de remontar memórias, apontar sobrevivências e anacronismos, reconstruir narrativas de diversos tempos dentro do universo de um atlas. Adotamos como ponto de partida essas capitais de fronteira que recriam a centralidade na região. Boa Vista, situada no extremo norte do território nacional, em plena Amazônia, cristaliza, nos anos 1940, o desejo por modernidade, submetendo-se à ação governamental de colonização do território. Cidade do Tietê, por sua vez, configura as mesmas promessas em outro tempo, 1980. Entretanto, são imagens distintas, desenhos de imaginários diversos, mas que ainda problematizam e tensionam narrativas presentes e remontam debates contemporâneos; um percurso iniciado pelo desenho e os projetos, passando pelo entendimento de *intreccio* e pela questão da inteligibilidade.

O plano de Boa Vista (Figura 11) surgiu em 1944 pelo traço do engenheiro civil Darcy Aleixo Derenusson (1916-2002), que empreendeu todas as fases para implementação da nova capital, um plano que nasceu num horizonte mais amplo, a partir da determinação do presidente Getúlio Vargas de criar o Território Federal do Rio Branco

em 13 de setembro de 1943. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, Rio Branco – atual estado de Roraima – foi um dos cinco territórios nacionais⁸ criados para proteger regiões estratégicas e ocupar as fronteiras do país sob a tutela direta do governo federal.

O povoado de Boa Vista, então com 1.800 habitantes, foi o sítio escolhido para localizar a nova capital, a única capital brasileira no Hemisfério Norte. O antigo assentamento foi mantido próximo às margens do Rio Branco, e o projeto de linhas radioconcêntricas foi disposto a partir do núcleo existente. Como um novo ato fundador, o novo traçado, cuja singularidade remete-nos a uma tradição barroca e a paradigmas urbanísticos modernos, conurba-se com a trama antiga, construída a longo tempo por indígenas locais, colonizadores europeus e africanos escravizados. Ao esboçar os primeiros traços, Derenusson já tinha realizado minucioso levantamento topográfico, tendo iniciado a nova cidade pela implantação de redes de infraestrutura urbana. (TREVISAN et al., 2018) Como o próprio autor coloca, o desenho revela não somente a ideia de centralidade, mas remete à tomada – simbólica – do território até as suas fronteiras pelas radiais que partem do centro cívico.

Cidade do Tietê (Figura 12), projetada décadas mais tarde, em 1980, tem filiação nas leituras e interpretações do movimento moderno brasileiro pós-Brasília. A proposta de uma cidade às margens do Rio Tietê, idealizada pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha, então professor da FAU da Universidade de São Paulo (USP), coincide com a discussão de uma nova capital no estado de São Paulo. Em 1978, quando Paulo Salim Maluf assumiu o governo, pautou como uma de suas principais metas a transferência da capital para o interior da província. Naquele momento, a cidade de São Paulo já contava com uma população de 12 milhões de habitantes, e a mudança significaria um novo polo de atração – inserida numa política de criação de polos de desenvolvimento pelo estado –, freando, assim, os crescentes fluxos migratórios para a metrópole paulista. Com esse intuito, e para além das funções administrativas, sediaria uma filial do Massachusetts Institute of Technology (MIT), conforme os anseios do governador ou da USP, pela indicação do arquiteto no plano. (TREVISAN; FICHER; MATTOS, 2017)

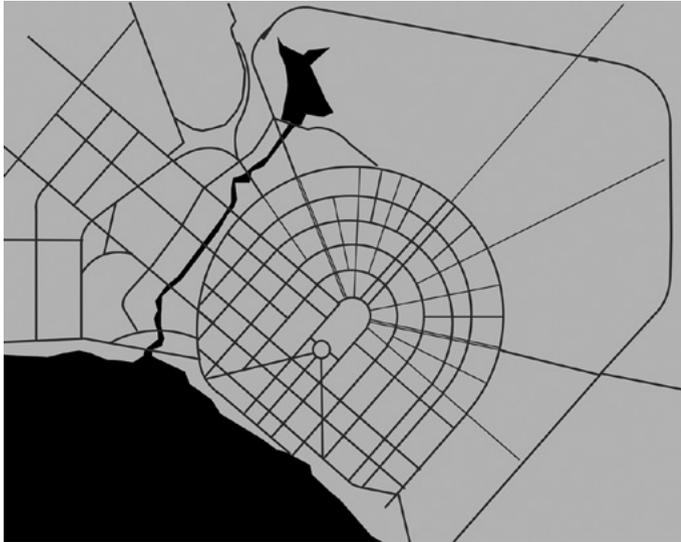


Figura 11 - Traçado do plano de Boa Vista (1946)

Fonte: elaborada pelos autores.



Figura 12 - Traçado do plano para Cidade do Tietê (1980)

Fonte: elaborada pelos autores.

O plano urbanístico distante 400 quilômetros da atual capital estruturava-se ao longo de um grande eixo que entrecortava a paisagem e pousava-se sobre uma das margens do Rio Tietê. Blocos elevados sobre *pilotis*, isolados por amplos espaços verdes e conectados por grandes plataformas e esplanadas a diferentes, setores urbanos foram propostos, todos integrados a condicionantes naturais e geomorfológicos e à infraestrutura logística – porto, rodovias e ferrovias. O projeto redesenha novos percursos interligando os eixos rodoviários da cidade às linhas férreas. Numa das extremidades do eixo, localizam-se grandes equipamentos, como a rodoviária, a estação de trem, o hospital e outros equipamentos; enquanto, na outra extremidade, incorpora um *campus*, especificamente o centro de estudos hidráulicos da USP.

Segundo o arquiteto, ao longo do eixo, dispõe-se uma área central de comércio e habitação. O percurso paralelo ao rio, com a construção de uma barragem, configura a paisagem como um meio para resolver os problemas sanitários, o adensamento urbano e a locação de moradias. Numa escala mais ampla, retoma promessas e desejos de um reposicionamento territorial e regional. Ao posicionar a cidade – provável capital de São Paulo – mais próxima ao Rio Paraná e, por conseguinte, ao Rio da Prata, seria estimulada a rede de transporte fluvial, conectando-a à Bacia Platina, rede continental do Cone Sul entre Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai.

Para Paulo Mendes da Rocha, o projeto foi um meio, quase manifesto, de interligar – mesmo que artificialmente – duas bacias: a Amazônica e a Prata. Acreditava-se, com isso, criar uma costa interior navegável da Amazônia a Buenos Aires, um continente latino-americano mais integrado e com potencial econômico estimulado pela navegação fluvial. Narrativas como essas, de uma paisagem aberta na qual prevalece a livre circulação, significavam a promessa de uma agenda social mais igualitária e mais justa. Seria essa a proposta ideológica para a nova capital paulista? Essa resposta ficará em suspenso, pois o projeto da mudança da capital foi arquivado pela Câmara Legislativa Estadual após derrota por um voto. (TREVISAN; FICHER; MATTOS, 2017) Contudo, a ideia de transferência ainda permanece no imaginário de pesquisadores e estudiosos.

A percepção da cidade como lugares de vida, desejos, fragmentos, expectativas e desilusões tramam a pré-configuração e trazem à tona a “intriga” do projeto. Ricoeur, quando trata da segunda *mimesis*, da ação de configuração da narrativa, baseia-se no conceito de *mythos* de Aristóteles, o qual “[...] consiste em fazer uma história com eventos, portanto em reunir em uma trama – em italiano se usa uma palavra muito correta: *intreccio*, a trança”. (RICOEUR, 1998, p. 47, tradução nossa) “Intreccio”, nesse sentido, significa o enredo, a trama, o emaranhado, o entrelaçamento.

O projeto arquitetônico é o fazer da narrativa do devir. O ato projetual liberta-se da vida cotidiana e invade o construir que se configura no desenho, no plano, na imagem, na tessitura do projeto – a tessitura entendida aqui como textura; aquela na qual se entrelaçam e se prendem os fios de um tecido conformando uma textura, uma trama; aquela relacionada à ordem, sequência ou encadeamento de ideias, argumentos, palavras, circunstâncias etc. em um conjunto organizado, em um contexto. Esse talvez seja o significado mais próximo de “tecido urbano”, expressão tão usual na disciplina Urbanismo.

Na configuração de cidades capitais, podem-se destacar três forças-motrizes. A primeira delas é a agenda sociopolítica. Seus enredos e narrativas aportam agendas políticas, transformações sociais e aspirações culturais. Todo enredo representativo (desenho) de uma cidade nova administrativa trama, elabora, revela e questiona fatos e mitos do seu discurso fundador. O sítio, por vezes, é tido como somente uma superfície pronta para receber o desenho, o plano da cidade numa tábula rasa. Tidas cidades *ex nihilo*, as cidades capitais, muitas vezes, são interpretadas como objetos capazes de ignorar ideias ou preexistências e, ao mesmo tempo, de inaugurar uma nova origem. A fundação de cidades como um ato fundador instaura promessas de emancipação cultural e progresso.

A segunda força-motriz é a questão geográfica e territorial. O projeto reconfigura a região onde será localizada a nova capital, fato que é considerado quase como pressuposto. Novas cidades capitais geralmente estabelecem novas formas de unir e interligar municípios e regiões. São frutos de desmembramentos de estados, como Boa

Vista, ou criam novas centralidades regionais, como seria a Cidade do Tietê. Redes de mobilidade e infraestrutura são construídas rapidamente e distâncias são revistas ou encurtadas. A natureza – presente na ecologia, na vegetação, no clima, na topografia – é reapropriada pelos fluxos migratórios e seus novos colonizadores. Os habitantes impõem-se no território e, quando menos esperam, são dominados pela natureza.

A terceira e última força-motriz é a configuração da paisagem. Paisagem é compreendida aqui não como o espetáculo cênico ou a mera figuração da natureza ou do território. Paisagem enquanto força-motriz, significa, conforme Michel Collot (2011), a manifestação, a mediação, a dialética entre a indissociabilidade do tempo e do espaço, a multidimensionalidade da natureza e da cultura. A paisagem deixa de ser o objeto avistado e passa a ser compreendida na relação entre o sujeito e o coletivo, a experiência do indivíduo e seu contexto, o seu lugar.

A paisagem aparece assim como uma manifestação exemplar da multidimensionalidade dos fenômenos humanos e sociais, da interdependência do tempo e do espaço e da interação da natureza e da cultura, da economia e do simbólico, do indivíduo e da sociedade. (COLLOT, 2011, p. 11, tradução nossa)

Nesse sentido, a construção da paisagem refere-se não somente à trama entre ambiente e território, mas também a suas aspirações de escala e de construções culturais, aos fluxos cotidianos e, especialmente, à busca por reconhecimento dos primeiros habitantes, aqueles que, muitas vezes, não tiveram lugar no espaço planejado. A construção da paisagem implica as promessas e os desejos de um novo devir, mas também as memórias dos imigrantes, das parcelas mais desfavorecidas da população, ou mesmo invisíveis, que se misturam na multidão, que flanam nos grandes espaços de representação. São os habitantes que reconfiguram os espaços geométricos, seus arquétipos e suas tipologias estáticas. O habitar redesenha e completa o plano, o projeto. Projetar a paisagem é reconhecer o intervalo a ser percorrido. Paisagens são os ritmos, as paradas, as fissuras, o inesperado do cotidiano, assim como a ficção nas narrativas cidadinas ricoeurianas.

Por fim, além do sentido de *intreccio*, de acordo com Ricoeur (1998), o ato projetual traz uma segunda ideia na ação narrativa: a inteligibilidade. Segundo Ricoeur (1998, p. 47, tradução nossa), “as narrativas de vida são naturalmente confusas”; portanto, a narratividade é a tentativa de trazer à tona o “inextricável” das paisagens, aquilo que não se pode desvendar. São elementos entrelaçados, entrecruzados a ponto de não se poder reconhecê-los, dissociá-los ou elucidá-los. Ricoeur afirma que está aí toda a função dos modos narrativos, dos tipos de intriga – elucidar o indestrinçável. A representação do projeto, o desenho, a planta e sua cartografia são tentativas de aproximação do trabalho reflexivo de projetar sobre o que acontece, sobre os eventos, pela *mise-en-intrigue*, mas também pelos arquétipos que permanecem nos modelos e padrões das tipologias e morfologias urbanas selecionadas, adotadas, adaptadas e configuradas.

Seja na centralidade barroca no traçado radioconcêntrico de Boa Vista, seja no eixo funcionalista monumental da Cidade do Tietê, ambos os projetos colocavam em cena a representação do poder, do simbólico. Não somente o poder institucional, mas também a representação do poder sobre o território, sobre a ocupação do ermo, do desaculturado, do atrasado e pouco desenvolvido.

Nessa busca por narrativas, podemos similarmente referir-nos às cidades capitais a partir da transição de imagens-aura a imagens inacabadas. O projeto original de novas cidades, especialmente cidades capitais, carrega, no seu discurso fundador, na sua concepção e na sua recepção, uma imagem de obra de existência única no lugar em que se encontram. Pode-se considerar que projetos de cidades capitais possuem uma imagem-aura que os caracteriza. Contudo, quando o projeto original passa a ser implantado, o plano sofre modificações: ou não é reproduzido à semelhança de sua imagem original, ou mesmo a vivência impõe transformações ao espaço em construção; e o plano passa, então, a ser criticado. O entusiasmo pelo mito fundador se esvanece, e o projeto como imagem-origem entra em declínio. Assim como na análise de Walter Benjamin sobre a reprodutibilidade da obra de arte (1986), a esfera da autenticidade escapa à reprodução técnica, o que enfraquece sua aura.

Didi-Huberman (2015) reposiciona essa argumentação sobre a crítica à produção artística do século XX e o possível desaparecimento da aura. Em suas palavras, “Benjamin fala do ‘declínio da aura’ na Idade Moderna; mas declínio para ele, não significa, justamente desaparecimento”. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 268), e continua:

Em realidade, o próprio declínio – o que cai – é parte integrante da origem assim entendida: a origem enquanto tal não é um passado acabado, ainda que fundador, mas ao contrário, o ritmo ofegante, frágil, o duplo regime dinâmico de uma historicidade que incessantemente, até nosso próprio presente, ‘pede para ser reconhecida, de um lado como uma restauração, uma restituição, de outro, como alguma coisa que, por isso mesmo, está inacabada, sempre aberta’. (DIDI-HUBERMAN, 2015, p. 269)

A mais fiel das construções ao projeto original trará uma temporalidade distinta. Em cada nova edificação inscrita na construção da cidade, dá-se uma nova relação entre o antes previsto e a interpretação do ato configurador. Como aponta Ricoeur (1998), o espaço construído, além da *mise-en-intrigue* e da inteligibilidade, implicará também uma intertextualidade entre os diversos tempos do fazer arquitetônico. O projeto original passa a ser um “traço”, uma marca de todas as histórias de vida inscritas na cidade, onde projeta novas maneiras de habitar. Em síntese, Ricoeur (1998, p. 48, tradução nossa) conclui que o projeto (o desenho) é, desse modo, “[...] uma mensagem polifônica oferecida a uma leitura ao mesmo tempo englobadora e analítica”.

Em Boa Vista, mesmo com a saída do engenheiro Darcy Aleixo Derenusson do comando da empreitada por entraves políticos e dificuldades operacionais em 1951, seu projeto mantém a sua essência formal até dias correntes quando sobrevoada ou vista por satélite. Com expansão desproporcional para um dos eixos rumo ao interior e com uma população na casa de 330 mil habitantes, mesmo com o núcleo original ainda perceptível, sua aura fragmenta-se, desconfigura-se na sua anterioridade, na ausência do que poderia ter sido. Por sua vez, a Cidade do Tietê permaneceu apenas como ideia no papel, não sendo executada. Nesse sentido, sua imagem-aura mantém-se como promessa, como abertura e como um enredo em potencial. O eixo

estruturador da cidade linear margeia o rio, onde a universidade – instituição coletiva – encabeça a trama primordial, visionando novas possibilidades de emancipação cultural e desenvolvimento regional. Boa Vista e Cidade do Tietê são imagens inacabadas de suas tramas e tessituras em transformação permanente.

Assim, cidades capitais constituem-se como uma genealogia de distintas arquiteturas. As cidades planejadas são dessa natureza, uma montagem de diversos arquétipos e uma coleção de arquiteturas de diversos tempos, que pode tornar-se uma confrontação aos princípios estabelecidos na sua origem. Há uma intertextualidade entre os planos, os desenhos, dada pelo tempo. A intertextualidade seria, segundo Ricoeur (1998), a confrontação de diversas narrativas, lado a lado ou uma depois da outra. Como nas páginas de um atlas, o projeto original permanece como imagem-aura em aberto, desenho incompleto das promessas e desejos fundadores de uma nova origem. Narrativas sobreviventes, silenciadas ou esquecidas, mas, sobretudo, inacabadas.

A INFINITUDE DE UM ATLAS NA FINITUDE DESSE FAZER

O entendimento do atlas como um meio – e não um fim – leva-nos a um trabalho de “história natural infinita”, um “atlas do impossível”, pelo qual se pretende recolher os casos de cidades novas originários no Brasil a partir de 1889 e, com eles, estabelecer debates, narrativas e encaminhamentos sem, com isso, visualizar um fim, um ponto final, um encerramento. Como catadores de cidades novas e de seus atributos, daremos luz a informações não encontradas na historiografia urbana brasileira, como apresentado nas quatro seções especulativas. Pretendemos criar condições para “reconfigurar a ordem dos lugares” (DIDI-HUBERMAN, 2010), em que não há um só modo de contar a história das cidades novas no Brasil. Fazer um atlas é reconfigurar o espaço, redistribuí-lo, desorientá-lo. Montar um Atlas de Cidades Novas é possibilitar a releitura do urbanismo e da urbanização brasileira a partir de, no mínimo, 260 exemplares já encontrados.

Se sua cronologia linear merece contínua atenção, alimentada constantemente com novas peças, novas imagens, na busca de um *puzzle* mais completo sobre as cidades novas no Brasil republicano, aquelas já encontradas servirão como insumos para experimentações mediante o pensar e o fazer por atlas. Ver e rever tais cidades a fim de desvendar uma riqueza, para além de seu quantitativo, tornam-se ações primordiais à consolidação e à manutenção dessa pesquisa. Faz-se necessário ir além do objeto ao buscar em suas características os pormenores que possam suscitar discussões e gerar novas questões: os desejos dos mitos fundadores de cidades novas atravessam os desejos dos projetistas? As trajetórias dos profissionais envolvidos nos projetos das cidades novas pré-Brasília entrecruzam com a do urbanista Lucio Costa? Haveria conexão entre os usos do tridente com a adequação à geomorfologia do sítio escolhido? Que apropriações os moradores têm ou teriam dos espaços simbólicos de Boa Vista e Cidade do Tietê na atualidade? Perguntas lançadas, abertas, por ora sem respostas. Esta é uma pesquisa ensaística que indubitavelmente fomenta indagações; um labor a ser feito a muitas mãos – o que é perceptível pelo número de autores engajados na produção deste texto –; um projeto aberto à colaboração daqueles porventura interessados em contribuir.

Um caminho trilhado da cronologia à *Cronologia*, absorvendo da sucessão dos acontecimentos no tempo as imagens (os dados) a serem exercitadas por atlas e compartilhadas em plataformas digitais. Um processo randômico, sem começo, meio ou fim definidos ou estipulados, com possibilidades exponenciais de arranjos para se contar a história de cidades novas. Um meio de gerir e disponibilizar conhecimento. Conhecimento apurado pelo entrechoque de nebulosas: da nebulosa das cidades novas e seus tridentes com a nebulosa das cidades novas administrativas; da nebulosa das cidades novas pré-Brasília com a nebulosa das cidades novas empreendidas pelo desejo privado e estatal. Conhecimento somado a outras formas vaporosas que possam surgir. (PEREIRA, 2014) Amálgamas feitas a partir de informações obtidas e contidas no *Atlas de Cidades Novas*, a ser disponibilizado na *Cronologia do Pensamento Urbanístico*.

NOTAS

- 1 O conceito de “cidade nova”, particularmente desenvolvido por Trevisan (2009), constitui-se de núcleos urbanos: 1) empreendidos pelo desejo do poder público e/ou da iniciativa privado e concretizado em ações específicas; 2) que buscam atender, ao menos de início, a uma ou mais funções dominantes; 3) implantados num sítio previamente escolhido; 4) a partir de um projeto urbanístico; 5) elaborados e/ou desenvolvidos por agente definido, eventualmente profissional habilitado; e 6) em um limite temporal determinado, implicando inclusive um momento de fundação razoavelmente preciso. Esses são seis atributos que definem o DNA de uma cidade nova, utilizados para identificar os exemplares produzidos ao longo dos tempos.
- 2 Produção de verbetes disponibilizados no sítio eletrônico <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/>>, *Cronologia do Pensamento Urbanístico*, sob a legenda “Projeto”.
- 3 Em estudo de Trevisan, Ficher e Mattos (2017), aponta-se o projeto de Paulo Mendes da Rocha como provável cidade-sede da nova capital do estado de São Paulo, após iniciativa do governador Paulo Salim Maluf de mudá-la para o interior paulista em 1979.
- 4 Para maiores detalhes, acessar: <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/>>.
- 5 Jorge Wilhelm (1928-2014) foi igualmente autor do plano diretor de Paulínia (1969), em São Paulo. O projeto para a cidade nova de expansão previa bairros com características de unidade de vizinhança e um crescimento linear norteado por rodovia. Seu plano foi encomendado pela prefeitura após a implantação da Refinaria do Planalto (Replan), objetivando a expansão do pequeno núcleo urbano existente. O plano foi parcialmente implementado.
- 6 Jorge de Macedo Vieira (1894-1978) formou-se engenheiro civil, em 1918, pela Escola Politécnica de São Paulo. Entre 1917 e 1919, estagiou no escritório de planejamento da Companhia City. Essa experiência possibilitou-lhe o contato com as ideias e os trabalhos do inglês Richard Barry Parker – projetista da primeira cidade-jardim: Letchworth, Inglaterra – e, principalmente, ter conhecimento sobre os princípios howardianos da cidade-jardim. Em suas obras posteriores a esse período, nota-se a forte influência que esse ideário exerceu na formação de seu repertório teórico. Exemplos dessa assimilação, além das cidades novas mencionadas, podem ser verificados nos bairros por ele projetados para as cidades de Campinas, Atibaia, Campos do Jordão e São Paulo.
- 7 O estudo das capitais Canberra, Ankara, Chandigarh, Islamabad, Abuja e Brasília constitui parte da pesquisa em andamento “Landscapes of power:

- reconsidering the landscape urbanism of twentieth century capital cities”, pelo grupo de pesquisa Paisagem, Projeto e Planejamento - Labeurbe (CNPq/UnB) em parceria com laboratório Office For Urbanization (OFU) da Harvard Graduate School of Design.
- 8 Os cinco territórios - Amapá, Rio Branco (atual Roraima), Guaporé (atual Rondônia), Ponta Porã (sul de Mato Grosso) e Iguazu (oeste do Paraná e Santa Catarina) -, criados pelo governo de Getúlio Vargas em 1943, objetivavam levar o Estado e o contingente populacional para regiões fronteiriças do país, até então ermas ou ocupadas por estrangeiros, como argentinos e paraguaios no oeste dos estados do Paraná e Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. R. M. de. A construção historiográfica da cidade e do urbanismo no Brasil: o caso das cidades novas planejadas. In: PINHEIRO, E. P.; GOMES, M. A. A. de F. (Org.). *A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo*. Salvador: EDUFBA, 2005. p. 73-90.

ANDRADE, F. de P. D. de. *Subsídios para o estudo da influência da legislação na ordenação e na arquitetura das cidades brasileiras*. 1966. 376 f. Tese (Doutorado) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1966.

ARGAN, G. C. *El concepto del espacio arquitectónico desde el Barroco a nuestros días*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1973.

ARRUDA, A. M. Plano Urbano de Jorge Wilhelm fez nascer a cidade de Angélica há 50 anos. *Vitruvius*, São Paulo, ano 4, n. 044.03, mar. 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/04.044/2017>>. Acesso em: 18 out. 2017.

AZEVEDO, A. de. Vilas e cidades do Brasil Colonial (ensaio de geografia urbana retrospectiva). *Terra Livre*, São Paulo, n. 10, p. 23-78, jan./jul. 1992.

BENJAMIN, W. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986, v. 1, p. 165-196.

BRASIL. Ministério do Interior. Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. *Planejamento urbano e local e o desenvolvimento das faixas pioneiras*. Brasília, DF, 1972.

B RATKE, O. A. Núcleos habitacionais no Amapá. *Acrópole*, São Paulo, ano 27, n. 326, p. 17-38, mar. 1966.

BUENO, B. P. S. Desenho e designio: o Brasil dos engenheiros militares. *Oceanos*, Lisboa, n. 41, p. 40-58, jan./mar. 2000.

CASTRO, C. M. Memórias de um orientador de tese. In: NUNES, E. de O. (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 307-326.

CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COLLOT, M. *La pensée-paysage: philosophie, arts, littérature*. Arles: Actes Sud, 2011. (Paysage).

CNPQ. *Directorio dos Grupos de Pesquisa no Brasil - latteS*. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6902256251254711>>. Acesso em: 1 abr. 2018.

DELSON, R. M. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Alva, 1997.

DIDI-HUBERMAN, G. *Diante do Tempo: história da arte e anacronismos das imagens*. Tradução de Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015.

DIDI-HUBERMAN, G. *Atlas. ¿Cómo llevar el mundo as cuestras?* 2010. Disponível em: <<http://www.museoreinasofia.es/publicaciones/atlas-como-llevar-mundo-cuestras>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

DIDI-HUBERMAN, G. *Atlas ou a Gaia ciência inquieta: o olho da história*, 3. Tradução de Renata Correio Botelho e Rui Pires Cabral. Lisboa: KKYM, 2013.

DIVORNE, F. et al. *Les Bastides, d'Aquitaine, du Bas-Languedoc et du Béaru: Essai sur la Régularité*. Brussel: Archives d'architecture moderne, 1985.

FICHER, S.; PALAZZO, P. P. Os paradigmas urbanísticos de Brasília. *Cadernos PPG-AU*, Salvador, v. 4, p. 49-71, 2005. Edição especial.

FRANCO, A. C. Entre o racional e o pitoresco: o plano diretor de Luís Saia para Águas de Lindóia, 1956. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO DOCOMOMO, 5., 2003, São Carlos, 2003. *Anais...* São Carlos: Universidade de São Paulo, 2003.

FRIDMAN, F. Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira. In: PINHEIRO, E. P.; GOMES, M. A. A. de F. (Org.). *A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo*. Salvador: EDUFBA, 2005. p. 43-72.

FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL - FBC. *Plano de Urbanização de Aragarças*. Brasília, DF: Arquivo Nacional - Coordenação Regional do Distrito Federal, 1954.

FUNDAÇÃO OSCAR NIEMEYER - FON. *Cidade de Marina na Colônia Agropecuária do Menino*. 1960. Disponível em: <<http://www.niemeyer.org.br/obra/pro071>>. Acesso em: 13 maio 2018.

GUIDONI, E.; ZOLLA, A. *Progetti per una città: Bologna nei secoli XIII e XIV*. Roma: Bosignori, 2000.

GUIMARÃES, B. M. A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis. In: RIBEIRO, L. C. de Q; PECHMAN, R. *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 123-140.

HEIDEGGER, M. *Construir, habitar, pensar*. 2016. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/wp-content/uploads/2016/12/heidegger_construir_habitar_pensar.pdf>. Acesso em: dezembro 2016.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

JACQUES, P. B. Pensar por montagens. In: JACQUES, P. B.; PEREIRA, M. da S. (Org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I: modos de pensar*. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 206-234.

JACQUES, P. B.; PEREIRA, M. da S. (Org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I - modos de pensar*. Salvador: EDUFBA, 2018.

KOSTOF, S. *The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History*. Londres: Thames e Hudson, 1999.

LE CORBUSIER. *A carta de Atenas*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

LEME, M. C. da S. (Coord.). *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo: FUPAM: Studio Nobel, 1999.

LEPRI, G. *Urbanistica di borgo e Vaticano nel Medioevo*. Roma: Bosignori, 2004.

MACIEL, D. P. Aragarças (1943-1968): a moderna urbe na rota para o oeste. *Revista Plurais*, Anápolis, v. 1, n. 4, p. 47-68, 2006.

MARX, M. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos: EDUSP, 1980.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1984.

MORRIS, A. E. J. *Historia de la forma urbana: desde sus orígenes hasta la revolución Industrial*. Barcelona: Gustavo Gili, 2004.

OLDONI, S. M. *Cidades novas no oeste do Paraná: os traçados criados pela Colonizadora Maripá*. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

PANZINI, F. *Projetar a natureza: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea*. São Paulo: Senac, 2013.

PARA Roma com amor. Direção: Woody Allen. Produção: Letty Aronson. Intérpretes: Woody Allen; Penélope Cruz, Ellen Page, Alec Baldwin, Jesse Eisenberg, Roberto Benini e outros. Roteiro: Woody Allen. EUA/Itália/Espanha: Medusa Film/Gravier Productions/ Perdido Productions/ Mediapro, c2012. 1 DVD (107 min).

PEREIRA, M. da S. O rumor das narrativas: a história da arquitetura e do urbanismo do século XX no Brasil como problema historiográfico – notas para uma avaliação. *Redobra*, Salvador, ano 5, n. 13, p. 201-247, 2014.

PRADO JR., C. *Evolução política do Brasil: e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PREFEITURA DE ANDRADINA (SP). *Nossa cidade: história*. Andradina, [20-]. Disponível em: <<https://www.andradina.sp.gov.br/portal/cidade/11/Hist%C3%B3ria>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

PREFEITURA DE JALES (SP). *História*. Jales, [20-]. Disponível em: <<http://jales.sp.gov.br/cidade/historia/>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

PREFEITURA DE PANORAMA (SP). *Histórico do município*. Panorama, 17 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.panorama.sp.gov.br/?pag=T1RjPU9EZz1PVFU9T0dVPU2017.9HST1PVEE9T0dFPU9HRT0=&idmenu=214>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

PREFEITURA DE TANGARÁ DA SERRA (MT). *Histórico*. Tangará da Serra, [20-]. Disponível em: <<http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Imprensa/Historia/>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

REGO, R. L. *As cidades plantadas: os britânicos e a construção da paisagem do norte do Paraná*. Londrina: Humanidades, 2009.

REIS FILHO, N. G. *Evolução urbana no Brasil (1500/1720)*. São Paulo: EDUSP, 1968.

REIS FILHO, N. G. *São Paulo e outras cidades: produção social e degradação dos espaços urbanos*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

REIS FILHO, N. G. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: EDUSP, 2000.

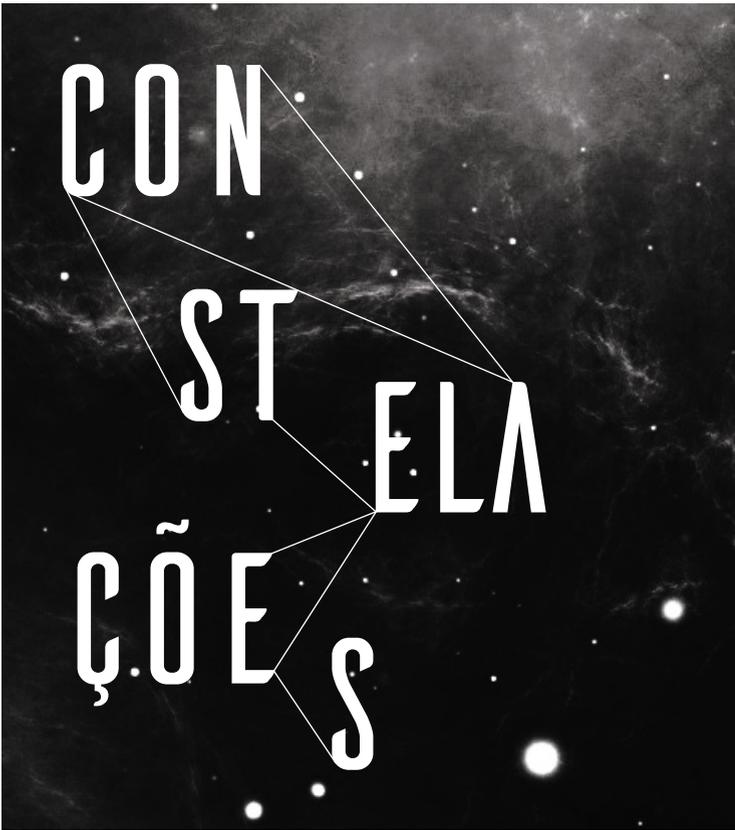
RICOEUR, P. Architecture et narrativité. *Urbanisme*, Paris, p. 44-51. n. 303, nov./dez. 1998.

- ROSSI, P. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: EDUNESP, 2010.
- ROUQUIÉ, A. *L'Argentine*. Paris: PUF, 1984.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SANTOS, P. F. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: EDUF RJ, 1968.
- SMITH, R. C. Urbanismo colonial no Brasil. *Bem Estar*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 14-22, fev./mar. 1958.
- SOARES, C. A. F. Processo de desmembramento de lotes urbanos no município de Loanda-Paraná. *Revista Urutágua*, Maringá, n. 26, p. 17-35, maio 2012.
- TAVARES, J. C. *Projetos para Brasília: 1927-1957*. Brasília, DF: Iphan, 2014.
- TREVISAN, R. Pensar por atlas. In: JACQUES, P. B.; PEREIRA, M. da S. (Org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo I: modos de pensar*. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 46-69.
- TREVISAN, R. *Cidades Novas*. 2009. 314 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.
- TREVISAN, R. et al. O engenheiro e urbanista que projetou Boa Vista - RR. *Vitruvius*, São Paulo, ano 18, n. 212.03, jan. 2018. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.212/6864>>. Acesso em: 10 fev. 2018.
- TREVISAN, R.; FICHER, S.; MATTOS, F. M. de. Brasil: um século, cinco cidades novas administrativas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., 2017, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUR, 2017.
- VEYNE, P. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília, DF: Ed. UnB, 2014.
- VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 169-244.

WILHEIM, J. *Urbanismo no desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

ZANCHETTIN, V. Via di Ripetta e la genesi del Tridente: strategie di riforma urbana tra volontà papali e istituzioni laiche. *Römisches Jahrbuch der Bibliotheca Hertziana*, Tübingen, n. 35, p. 209-286, 2005.

F A Z E R P O R



CON
STELA
ÇÕES

F A Z E R
P O R
C O N S T E L A Ç O E S

*Pensar os futuros passados
ou
Sobre narrativas de insurreições urbanas*



Cosmópolis . UFMG

Rita Velloso

Laura Fonseca de Castro

João Paulo Fonseca

Lucas Alves

Celina Borges Lemos

Manuela Dolores de Sena e Silva

Natália Dário Mendes Barros

Fernanda Meniconi Barbabela

Paola Bonetto Ferrari



Figura 1 - La Commune, de Paris, 1871

Fonte: Watkins (2016).

PROPOSIÇÃO

Se, no campo da política, o estudo das lutas insurrecionais concerne ao estudo do engajamento das sociedades urbanas no presente das cidades, o campo dos estudos urbanos toma a insurreição e o levante, historicamente, como estratégias levadas a cabo pelos habitantes em seu cotidiano urbano, desempenhadas a partir de territórios espacialmente delimitados. A relação insurgente com a cidade se dá em graus e práticas diversas – pacíficas, lúdicas, agressivas etc. –, mas se trata, quase sempre – tendo em vista que uma ação insurgente pode estar de acordo com os métodos de regulação do espaço –, de desobedecer e inverter a objetividade das regras da vida urbana, na medida em que a cidade, como espaço composto de múltiplas partes e peças, passa a servir ao levante e ao povo, daí, numa relação ativa. Se os caminhos burocráticos blindam governos e seus aparatos de um enfrentamento formal com as populações, em grande medida retirando das pessoas o ímpeto de reivindicar, essas mesmas populações se deixam ver na metrópole pelos

usos outros dos recursos que a cidade lhes oferece: as peças do quebra-cabeças urbano – a fachada, a parede, o muro, a vitrine, a caçamba de lixo – são profanadas e convertidas em meios de comunicação e proteção; os espaços de trânsito, quotidianamente uniformes e unidirecionais, são tomados por performances insurgentes variantes e divergentes que interrompem o fluxo; os Ocupas ferem a aura de intocabilidade dos lugares e monumentos, instalando neles o dia a dia revolucionário; todos esses e outros atos de desobediência, que, agradando ou não, eficientes ou não, fazem emergir as subjetividades e expor contradições.

O URBANO, NUM FILME

21 de maio de 1971. Jacques Rougerie – àquela altura, o maior historiador francês da Comuna – profere uma conferência em Paris no Colloque Universitaire pour la Commémoration de la Commune de 1871, na qual reafirma sua tese de que 1871 fora um momento de um amplo ciclo de lutas, um ciclo revolucionário burguês, demarcado pelos anos de 1789, 1793, 1830, 1848 e, finalmente, 1871. Naquele início da década de 1970, o mundo acadêmico abordava a obra de Karl Marx segundo sólidas correntes de interpretação histórica e filosófica – Althusser, Poulantzas, Albert Soboul, Bettelheim, Theodor Adorno, Max Horkheimer, Henri Lefebvre. Populações e governos no centro do sistema capitalista internacional tanto assistiam à ascensão do movimento operário e popular quanto, em contraposição, davam-se conta de uma conjuntura inicial de fragmentação no movimento socialista internacional.

Julho de 1999, Montreuil, periferia a leste de Paris. Treze dias ininterruptos de filmagens num galpão de fábrica abandonado, tomadas de dez minutos. Peter Watkins filma *La Commune*, tacitamente recusando o modo marginal como a França narra a Comuna, não raro tratada como episódio marginal na história de Paris. Watkins estudara os textos de Rougerie.

Julho de 2013, Brasil. Praça em frente à Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Quatro noites,

intercaladas; tempo para que os alunos assistissem ao *La Commune* em aulas de um curso denominado Arquiteturas da Insurreição. Os estudantes talvez se perguntassem para quê esse filme, se não tivesse havido o nosso Junho de Insurreição.

O cinema nos ensinou o puro ato de ver. No caso de Watkins, seu documentário-ficção permite apostar na repercussão dessa estratégia filmica para pensar e escrever sobre o urbano, uma vez que se considere investigar a história dos levantes urbanos que explodem mundo afora, tal como se configurou de 1999 em diante. *La Commune* é um filme em que dá a ver a organização e a arquitetura de uma insurreição. Watkins captura naquele acontecimento a abertura para os fins de uma revolução utópica, argumentando sobre o debate, a responsabilidade coletiva e a culpabilização individual; mas não faz um filme sobre eventos históricos propriamente ditos, sobre algo que ficou no passado. Ao contrário, pergunta desde um acontecimento no passado sobre sua ressonância no agora, caso tivesse se desenvolvido em toda sua extensão. O cinema provoca e oferece uma imagem dialética.

Data limítrofe para o campo dos estudos urbanos: novembro de 1999. Naqueles dias, com os protestos de Seattle, recoloca-se em pauta uma questão crucial acerca do urbano que é, ao mesmo tempo, teórica e metodológica. Davase, àquela altura, mais um momento da particular tradição de luta insurrecionista nas grandes cidades, estabelecida sobretudo desde a Comuna de Paris, em 1871, mas desdobrada em incontáveis episódios insurreicionais ao redor do mundo desde o século XIX. No período entre 1999 e 2014, são decisivos os esforços para compreender a repercussão espacial dessas lutas; em outras palavras, a repercussão desses momentos na transformação no uso dos lugares urbanos.

Desde então, no esforço de narrar um urbano insurrecionista, pesquisas nos campos da história e da teoria urbanas indagam de que forma – e até que ponto – pode-se tomar a insurreição de 1871 como o substrato histórico de momentos recentes, quais sejam, os movimentos antiglobalização em torno de 1999 – Seattle, Gênova, Praga, Québec –, o movimento dos Piqueteros na Argentina, os estudantes no Chile, as revoltas nas periferias de Paris em 2006 e de Londres em 2011,

a Primavera Árabe, o movimento Occupy e, finalmente, aquilo que vem se convencionando denominar Ciclo Global de Lutas, de que faz parte também o Brasil, com as manifestações iniciadas em junho de 2013.

Foi nessa direção que fizemos a análise do filme de Peter Watkins, *La Commune*; esse documentário que é, talvez, a mais contundente narrativa sobre a arquitetura insurrecional que se instala em 1871, exatamente porque descortina uma estratégia compreensiva para as insurreições do presente no que tange aos efeitos destas na apropriação dos lugares pelos atores sociais e na (re)configuração material do espaços urbanos em que se desenrolam.

Denominada a pesquisa “Arquiteturas da insurreição”, estabelecemos como ideia central escrever sobre o acontecimento da Comuna de 1871, de modo a elucidar sua espessura arquitetônica, espacial – o que nos permitiria sustentar algumas hipóteses sobre de que modo a insurreição transforma a experiência urbana no lugar em que acontece.

A pergunta inicial dirigia-se à consecução espacial dessas insurreições do ponto de vista de suas implicações junto aos governos, às tecnologias de poder, ao cotidiano dos habitantes. Indagávamos por transformações na forma de controle, repressão, contenção policial que os governos desenvolvem através dos protestos e das contestações e das insurreições; ou, numa palavra, em que medida a governabilidade é afetada por essas insurreições. Por outro lado, tratava-se de investigar as implicações da espacialidade desses protestos ou as implicações dos ativismos na espacialidade.

CAMINHO, DESVIO

O que nós vemos na natureza é força, a força absorve, nada é presente, tudo é devir, milhares de brotos são esmagados, todo instante renasce milhares de vezes, grande e significativo, múltiplo ao infinito; belo e feio, bom e mau, tudo com o mesmo direito existindo lado a lado. (GOETHE, 2005, p. 50)

A concordar com Didi-Huberman (2015), toda questão de método talvez conduza a uma questão de tempo. Assim sendo, e perguntando sobre o que nos impõe o acontecimento urbano que se quer investigar – a que relação da história urbana com o tempo a insurreição nos obriga? –, a pesquisa estabeleceu a constante interrelação entre discussão teórica/conceitual e estudo do objeto empírico. Sua estrutura foi concebida a partir de eixo constituído pela abordagem teórica e histórica, o que gerou quadro de referência conceitual a partir de tentativas de análises comparativas, a saber:

- a. leituras exploratórias da literatura nacional e internacional sobre as lutas insurrecionais no período de 1830 a 2014, em Paris e outras cidades;
- b. análise das transformações da apropriação e nas configurações espaciais historicamente relatadas – séculos XIX, XX e XXI – nas cidades onde ocorrem as lutas insurrecionais, levantes, protestos; e, finalmente
- c. análise das transformações espaciais recentes e em curso (2000-2014) nas diferentes escalas espaciais nas cidades onde ocorrem as lutas insurrecionais, levantes, protestos.

Saber sobre um movimento popular ou um levante urbano nas configurações em que se deu, nas representações que dele se produziu, implica interrogar, na história dos acontecimentos-insurreições, a história das cidades em que essas condições se desenrolam e a própria historicidade desse acontecimento – insurreição. Desse modo, as seguintes questões nortearam a organização dos dados coletados e a interpretação dos textos estudados em busca de uma historiografia das insurreições:

- I. Como os movimentos sociais, presentes e passados, vêm se apropriando dos territórios e materiais urbanos?
- II. Quais as dimensões de inovação, singularidade e continuidade dessas mobilizações com relação a substratos de ação social herdados e agendas precedentes?
- III. Que movimentos e atores são esses? Qual a sua composição

social, seus códigos de coesão, suas dinâmicas, retóricas, micro e macroestratégias e performances?

- IV. De que meios, tecnologias e linguagens eles vêm se servindo?
- V. Que vontades e projetos de cidade nelas se constituem e como suas agendas se articulam a novas e velhas políticas espaciais – regionais, fundiárias, ambientais, urbanas, imobiliárias –, públicas, populares, empresariais, híbridas?
- VI. Qual a sua eficácia no campo da justiça espacial, suas conquistas institucionais e culturais do ponto de vista da regulação urbana, assim como seus limites e reflexos ante os poderes públicos e suas alianças e conflitos com o mundo dos negócios?

O que se conseguiu nessa pesquisa, ao final e em face desses questionamentos, não foi um inventário de alternativas bem sucedidas ou virtuosas em termos de urbanismo, planejamento e gestão urbana, nem exatamente uma análise de práticas modelares de produção social da cidade em suas variadas e sedutoras modalidades. O que se alcançou foi uma aproximação a experiências e imaginários insurgentes, em sua concretude socioespacial e vibrações políticas, como parte constitutiva dos processos de transformação das cidades e dos territórios e ingrediente crítico imprescindível a seu entendimento na contemporaneidade. Foram as seguintes as palavras-chave nesse percurso: políticas espaciais; direito à cidade; dissenso urbano; movimentos sociais; mobilizações civis; lutas territoriais; cidades rebeldes; multidões insurgentes; nova questão urbana; novos sujeitos políticos; coletivos urbanos; apropriação do espaço público; cidadania; militância digital; contra-poderes; urbanismo dissidente; guerrilha espacial; planejamento coletivo; gestão democrática da cidade.

Para além das matrizes filosóficas e das conclusões a que chegaram sobre o tema os principais autores estudados – Walter Benjamin e Henri Lefebvre –, o tema de uma arquitetura das insurreições exigiu um aprofundamento da investigação no campo da história urbana e da história política, particularmente desde as obras de George Rudé, E. P. Thompson, Eric Hobsbawm e Charles Tilly, historiadores dos protestos populares, com vistas a extrair dessa historiografia uma

contribuição para a compreensão das repercussões espaciais das revoltas urbanas. No campo da história urbana, Christian Topalov, Anthony Vidler e Bernard Lepetit foram as referências decisivas.

Do conjunto de autores aqui referenciados, depreendeu-se, em síntese, que assumir a cidade como tema de análise histórica – como objeto de pesquisa no campo da história urbana – implica a compreensão da cidade não como cenário, mas como ponto de convergência de abordagens pluridisciplinares. Interpretar a vida urbana requer cruzar fontes de natureza diversa e em variados níveis de articulação, sempre considerando as categorias sociais associadas às práticas.

Na medida em que a cidade, enquanto objeto de pesquisa, configura-se como rede de relações e práticas que constroem um espaço social, a pesquisa assumiu como premissa de análise a indissociabilidade entre grupos sociais e configuração material dos espaços urbanos – espaço indissociado de sociedade, territórios indissociados das comunidades. No tocante à visão histórica, foi necessário, para além de uma abordagem geral e metodológica da escrita da história, ter em conta a visão específica da historiografia urbana, qual seja, os níveis vários de escala e observação e a inscrição da cidade num sistema dinâmico para compreender a permanência de formas estruturais e mudanças radicais nas modalidades de funcionamento.

Foi necessário analisar a ação na situação, isto é, levando em conta a liberdade dos atores individuais, investigar a semântica das situações e a pluralidade dos mundos da ação, assim como o interesse dos diferentes percursos biográficos micro-históricos ao invés das generalizações de classe. Metodologicamente, tratou-se de reconstituir as modalidades de produção de um saber sobre o espaço a partir das experiências cotidianas dos atores sociais, sua percepção do lugar, segundo estratégias de apropriação e construção de uma memória topográfica.

APROPRIAÇÃO

A filosofia de Walter Benjamin afirma a metrópole como instrumento de aprendizagem (*Übungsinstrument*) e a importância de nela encontrar,

por meio da recepção distraída, possíveis práticas de experimentação do espaço que despertassem para a experimentação política. Por seu turno, em diversos de seus textos, Henri Lefebvre chega à conclusão de que a ação de apropriação de um espaço deve necessariamente desembocar numa transformação social, na medida em que reinstala seu valor de uso. Tal transformação se faz sentir nas menores situações da vida cotidiana, uma vez que o caráter revolucionário da apropriação está justamente em despertar uma capacidade crítica na lida com os lugares cotidianos.

A junção desses dois pensamentos equaciona, por assim dizer, a experiência arquitetônica denominada “apropriação”. Essa experiência define-se como ação que se desenrola no cotidiano graças à recepção tátil dos espaços, constituindo-se, por um lado, a partir da conjugação de choque e distração no hábito que demarca o uso do espaço; e, por outro, do encontro entre a memória do habitante, inscrita em seus ritmos e engajamento corpóreo na frequentação do espaço, e a memória do próprio lugar, fator que permite integrar à apropriação o sentido de uma experiência em sentido estrito, a *Erfahrung* benjaminiana.

Estratégias de reinvenção do cotidiano dos indivíduos desenham-se quando as atitudes estéticas de distração e choque reverberam em modos de atuar no espaço, derivadas de uma imaginação a que se pode chamar “arquitetônica”. Em Benjamin (2006b), essas estratégias se devem a uma habilidade humana para, conjugando ação e imaginação, produzir e perceber semelhanças, habilidade referida à faculdade mimética. Segundo afirma o filósofo alemão, talvez não haja nenhuma das funções humanas superiores “que não seja decisivamente co-determinada pela faculdade mimética”. (BENJAMIN, 2006b, p. 108)

Quando referido às atitudes estéticas envolvidas na experiência do espaço, o aprendizado mimético é a dimensão cognitiva que decorre da associação do hábito à memória, ou seja, da apropriação. Pode-se dizer que a faculdade mimética determine uma forma corpórea de apropriação do mundo, a qual Benjamin explica ao observar crianças brincando, descrevendo o jogo e a brincadeira como atividades marcadas pelo envolvimento corpóreo com os objetos, assim como

por uma forma de compreender as coisas que significa transformá-las imaginária ou manualmente. Benjamin (2006a, p. 108) afirma que “a brincadeira infantil constitui a escola da faculdade mimética”.

As crianças gostam muito particularmente de procurar aqueles lugares de trabalho onde visivelmente se manipulam coisas. Sentem-se irresistivelmente atraídas pelo desperdício [...] nestes desperdícios reconhecem o rosto que o mundo das coisas volta para elas e precisamente para elas. com eles [...] criam novas e súbitas relações entre materiais de tipos muito diversos, por meio daquilo que, brincando, com eles constroem. Com isso as crianças criam elas mesmas o seu mundo de coisas, um pequeno mundo dentro do grande. (BENJAMIN, 2006a, p. 17)

Em se tratando da experiência que resulta em apropriação do espaço, a habilidade mimética sustenta o comportamento humano que produz e percebe similaridades a partir dos encontros e contatos no interior dos edifícios e nas ruas da cidade, bem como da memória que os articula. Ao viajar a Marselha, Benjamin (2004a, p. 181) escreveu que “[...] para se conhecer a tristeza de cidades tão gloriosamente cintilantes é preciso ter sido criança nelas”. Conhecer uma cidade é possível apenas depois que um indivíduo se familiariza com os espaços à sua volta e com a história destes, muitas vezes tecida nas várias camadas que o tempo sedimenta num lugar. Para Benjamin, o aprendizado mimético, assim como a percepção, é contingente à mudança histórica e, no contexto da grande cidade, também se transformou.

Deve-se refletir ainda que nem as forças miméticas nem as coisas miméticas, seu objeto, permaneceram as mesmas no curso do tempo; que com a passagem dos séculos a energia mimética, e com ela o dom da apreensão mimética, abandonou certos espaços, talvez ocupando outros. (BENJAMIN, 2006a, p. 108)

No universo do homem moderno, a faculdade mimética não se extinguiu, conforme prova a experiência do mundo profano que tem lugar na metrópole. Essa experiência, no que tange ao espaço, é um sem-número de explorações micrológicas, todas envolvendo a lida cuidadosa com os objetos cotidianos. Para a arquitetura, essa lida

cuidadosa diz respeito, por um lado, ao hábito; por outro, à memória. Lida que termina, para o filósofo, numa “relação muito enigmática com a propriedade [...], uma relação com as coisas que não coloca em primeiro plano o seu valor funcional, portanto a sua utilidade, mas as estuda e ama”. (BENJAMIN, 2004a, p. 208)

Conforme pensa Benjamin (2004a), dessa lida cuidadosa – que é o outro nome da percepção decorrente da distração – resulta o impulso criativo correspondente à intensificação da consciência presente no momento receptivo. Quando se trata da frequência dos espaços, o aprendizado mimético permite ampliar a definição de uso de um lugar, encontrando novas possibilidades de habitar.

Espaço para o que é precioso. Muita coisa se pode ler nessas cadeiras que se oferecem assim, despreziosas na forma. [...] Mas não se trata apenas de cadeiras. Quando o *sombrero* está pendurado nas costas de uma delas, num instante mudam a sua função [...]. E cem vezes ao dia, por força da necessidade, todos estarão prontos a mudar de lugar e a juntar-se em novas combinações. Todos eles mais ou menos preciosos. E o segredo de seu valor é a sobriedade – aquela parcimônia do espaço vital em que não ocupam apenas o lugar visível que ocupam, mas todo o espaço em que assumem novas posições quando a isso são chamados. (BENJAMIN, 2004a, p. 223, grifo do autor)

No centro dessa experiência, está colocada uma forma especial de comunicação, narrada com esmero por Valéry (1935): “as coisas que vejo, vêem-me, tal qual eu as vejo a elas”, conforme a citação de Benjamin (2006a, p. 143). O aprendizado mimético, quando desvela no espaço um mundo de afinidades secretas, é também uma experiência aurática. Cuidar de um objeto ao usá-lo, aprender e reaprender a usá-lo em vários e renovados modos é saber ouvir as coisas, saber receber o olhar que os objetos devolvem quando lidamos com eles no cotidiano. Nessa medida, a experiência do espaço que se dá sob a distração envolve um tipo particular de receptividade, atualizando um tipo de experiência intersubjetiva na relação com a natureza não humana.

Onde essa expectativa [da retribuição do olhar] é correspondida [...] aí cabe ao olhar a experiência da aura, em toda sua plenitude. [...] A experiência da aura se baseia, portanto, na transferência de uma forma de reação comum na sociedade humana à relação do inanimado ou da natureza com o homem. Quem é visto, ou acredita estar sendo visto, revida o olhar. Fazer a experiência da aura de um fenômeno significa investi-lo do poder de revidar o olhar. (BENJAMIN, 2004a, p. 139)

A experiência aurática na cidade educa para a compreensão dos vários tempos passados cristalizados num lugar e que só vêm à tona se a ação de uso do espaço significar penetrar na dinâmica da cidade. É exemplar a descrição que Benjamin faz da viagem num bonde elétrico por Moscou:

É acima de tudo uma experiência táctil. É talvez nesta situação que o neófito aprende pela primeira vez a ajustar-se ao estranho andamento desta cidade e ao ritmo da sua população de campônios. Uma viagem de elétrico é também um microcosmo que espelha esta experiência da história universal na nova Rússia, que é a do encontro entre o funcionamento da técnica e formas de existência primitivas. [...] Até o transporte público em Moscou é um fenômeno de massas [...] E de repente damos com verdadeiras caravanas de trenó a barrar uma rua [...]. Enquanto os europeus, num percurso rápido, têm uma sensação de superioridade e domínio da multidão, o moscovita, no pequeno trenó, mistura-se totalmente com as outras pessoas e coisas. E se tiver consigo uma caixa, uma criança ou um cesto [...] então fica verdadeiramente enlatado no movimento da rua [...] nem um olhar de cima: um roçar rápido e leve por pedras, pessoas e cavalos. (BENJAMIN, 2004a, p. 209)

MEMÓRIA TOPOGRÁFICA

Na cidade, o aprendizado mimético refere-se à história dos lugares que é possível conhecer; na arquitetura urbana, envolver-se com os lugares, mergulhar nos elementos espaciais e objetos que os conformam revela o microcosmo da memória desse lugar. O vivido transforma-se

em apropriação naqueles momentos em que se conecta àquilo que se pode denominar memória topográfica da cidade.

Para caminhar na direção do objeto desta pesquisa, vale-se da ideia de memória topográfica de uma metrópole, a qual nos permite narrar uma peculiar história urbana – a da arquitetura das insurreições.

Hábito e memória tornam possível a apropriação das ruas que se desenrola nas lutas nas barricadas em Paris no século XIX e novamente em maio de 1968. Há uma estreita correspondência entre o que Lefebvre (1962) chama “momentos de ruptura” e o que diz Benjamin (2006b) acerca dos momentos decisivos da história como aqueles de interrupção libertadora no curso das coisas. As barricadas de Paris no século XIX, a Comuna de 1871 e o Maio de 1968 são momentos e situações que podem ser colocados em paralelo no que tange à apropriação do espaço, ao que Benjamin (2006b, p. 438) afirmou, no trabalho das *Passagens*, sobre a arquitetura ser o que “situa-se na escuridão dos momentos vividos”.

O filósofo alemão vislumbrou nas lutas nas barricadas um modo de ação revolucionária que implicitamente refletia na conjuntura da Europa nos anos 1930. Por sua vez, Lefebvre (1962) e Debord (1967) as veem conforme expressão material da promessa de revolução no cotidiano. Para Walter Benjamin (2006b), o momento da vida das cidades capaz de desencantá-la; para os autores franceses, uma situação, um momento (mágico) que materializava o espaço produzido pela vontade popular traduzida em ação dos insurretos.

O que se passa nas barricadas é a utilização da arquitetura urbana num *détournement*. Quando ruas e ruelas apropriadas revelam a memória dos lugares inscrita numa ação e imaginação populares combinadas. Lefebvre elabora, por meio de sua interpretação da Comuna de 1871, o conceito de festa.

Eu tive a ideia sobre a Comuna como uma festa, e lancei isso em debate, depois de consultar um documento inédito sobre a Comuna que está na Fundação Feltrinelli, em Milão. É um diário sobre a Comuna. A pessoa que guardou o diário – que foi deportada, por causa disso, e que trouxe de volta seu diário vários

anos depois da deportação, ao redor de 1880 – reconta como, no dia 18 de março de 1871, os soldados de Thiers vieram procurar os canhões que estavam em *Montmartre* e nas colinas de *Belleville*; como as mulheres acordaram de manhã muito cedo, ouviram o barulho e correram pelas ruas afora e rodearam os soldados, rindo, se divertindo, saudando-os de um modo amistoso. Então, elas partiram para trazer café e o ofereceram aos soldados; e esses soldados, que tinham vindo tomar os canhões, foram mais ou menos conquistados por aquelas pessoas. Primeiro, as mulheres, então, os homens, todo mundo saiu, numa atmosfera de festa popular. O incidente dos canhões da Comuna não foi, de qualquer modo, uma situação de heróis armados que chegam e combatem os soldados, assumindo os canhões. Não aconteceu assim. Foi o povo que saiu das suas casas, que vai regozijando-se. O tempo estava bonito, 28 de março era o primeiro dia da primavera, estava ensolarado: as mulheres beijam os soldados, eles relaxam, e os soldados são absorvidos em tudo isso, uma festa popular parisiense. (LEFEBVRE, 1962, grifo do autor)

Em Benjamin, as barricadas descrevem uma experiência em sentido forte e complexo, conforme analisa Löwy (2016, p. 72):

[...] os trechos e os comentários de Benjamin para este período apresentavam Paris como um lugar de embates, de efervescência popular, levantes recorrentes, às vezes vitoriosos (julho de 1830/fevereiro de 1848). Entretanto tais vitórias são confiscadas pela burguesia, que tenta suscitar novas insurreições (junho de 1832/junho de 1848) esmagadas com violência. Cada classe procura utilizar e modificar o espaço urbano a seu favor.

As barricadas bloquearam as vias públicas de Paris pela primeira vez em 1827. Em julho de 1830, levantaram-se de novo, bloqueando o caminho do Hotel de Ville à Praça da Bastilha. Dois anos mais tarde, em 1832, adquiriram, por fim, caráter claramente proletário, pois passaram a delimitar uma zona revolucionária que compreendia aproximadamente um terço da superfície total de Paris. Num momento anterior à proclamação da Comuna de 1871, a Revolução de 1848 durou quatro meses, de fevereiro a junho. Começou em Paris e, em março, sua repercussão ecoava através da Europa central, onde

movimentações proclamavam a superioridade das repúblicas nacionais sobre a divisão geográfica do território modelado pelas dinastias. Naquela altura, a barricada era o sinônimo de levante popular, frequentemente derrotado, e expressão “da revolta dos oprimidos no século XIX, da luta de classes do ponto de vista das camadas subalternas”. Os trabalhos do embelezamento estratégico a que Haussmann submete Paris promovem a destruição urbana como meio de manutenção da ordem e neutralização das classes populares: “Haussmann lutou contra a cidade de sonho que Paris era ainda em 1860”. (BENJAMIN, 2006b, p. 765)

Assim, em 1871, as barricadas configuram um lugar urbano construído em resposta à expressão do poder da classe dominante manifesto na arquitetura resultante da reforma haussmanniana, de recusa da pompa grandiloquente de seus rituais e da teatralidade monumental de sua arquitetura. Benjamin (2006b, p. 765) anota que:

[...] os edifícios de Haussmann são a representação perfeitamente adequada dos princípios do regime imperial absoluto, emparedados numa eternidade maciça: repressão de qualquer organização individual, de qualquer autodesenvolvimento orgânico, o ódio fundamental de toda individualidade.

A tomada dos lugares pelos habitantes decorre da familiaridade destes para com os lugares, que são desfeitos, desmontados. Na Comuna de 1871, as barricadas combatem o resultado espacial do regime imperial absoluto. Haussmann pretendeu anular um uso do espaço urbano que, nas lutas de 1830, 1832 e 1848, invertia e desviava a função das ruas. Seu propósito era redesenhá-las de modo a não mais se prestar:

‘à tática habitual das insurreições locais’, em que barricadas eram construídas com pedras do calçamento, como se passara em 1830 quando foram erguidas seis mil barricadas. O intuito da haussmannização assim se cumpria: ‘motivo estratégico para o achatamento perspectivista da cidade. [...] rasgar uma avenida através deste bairro onde costuma haver baderna [...] pavimentavam Paris com madeira para privar a revolução de matéria-prima’. (BENJAMIN, 2006b, p. 766)

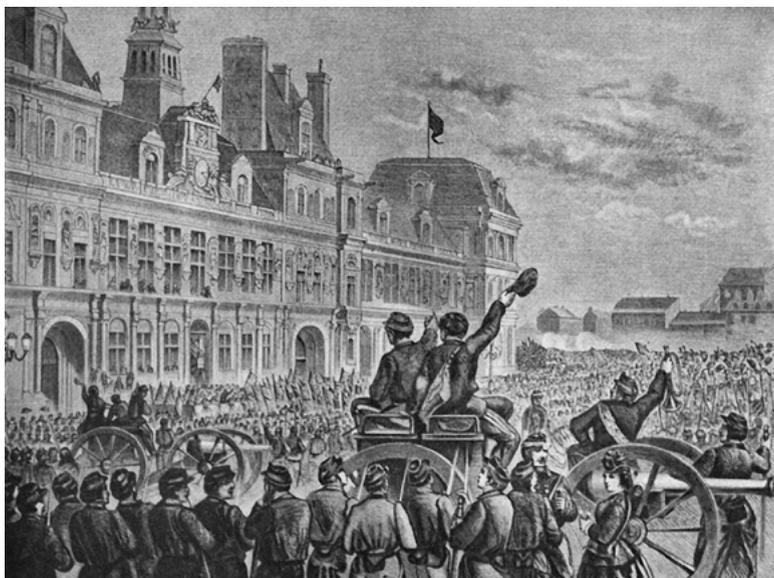


Figura 2 - A proclamação da comuna

Fonte: Shanghai Century Digital Network Co.

Contudo, o projeto urbanístico falhou em prever as práticas oposicionistas. As classes trabalhadoras, as classes perigosas, os operários e os pobres se apropriaram do espaço onde estavam subjugados e marcaram sua geografia, “[...] como se de um mapa se tratasse, com seus próprios edifícios feitos da própria matéria das ruas”. (VIDLER, 2013, p. 90, tradução nossa) A revolta política surgia, assim:

[...] dos obstáculos do crime e do centro enfermo da miséria operária, como sua expressão natural e sua afirmação; as barricadas desenhavam, por fim, a linha física precisa que circunscrevia esse reino da pobreza, do crime e da peste. (VIDLER, 2013, p. 90, tradução nossa)

As barricadas, conforme assinala Benjamin no trabalho das *Passagens*, delimitavam um tipo de ação e desconstrução do espaço urbano:

Barricadas de 1848: contaram-se mais de 400. Muitas delas, precedidas de fossas e guarnecidas de seteiras, elevavam-se à altura do primeiro andar.

[...] a guerra das ruas tem hoje sua técnica; ela foi aperfeiçoada [...]. Não se avança mais pelas ruas; elas ficam vazias. Caminha-se pelo interior das casas, abrindo buracos nas paredes. Logo que uma rua é dominada, ela é organizada; o telefone se desenrola através dos buracos dos muros, ao mesmo tempo que, para evitar um retorno do adversário, mina-se imediatamente o terreno conquistado [...] um dos progressos mais claros é que não há mais nenhuma preocupação no sentido de poupar casas ou vidas. (BENJAMIN, 2006b, p. 777)

No dia 6 de junho, ordenou-se uma batida nos esgotos. Temia-se que eles servissem de refúgio aos vencidos; o prefeito da polícia Grisquet era encarregado de revistar a Paris subterrânea, enquanto o general Bugeaud varria a Paris pública – dupla operação coordenada que exigiu uma estratégia dupla da força pública, representada no alto pelo exército e embaixo pela polícia. (BENJAMIN, 2006b)

Já durante a insurreição de junho demoliram-se os muros para facilitar o acesso de uma casa a outra. [...] Desfazer o calçamento. Revolução de julho: as vítimas eram em menor número do que as atingidas por outros projéteis. Os grandes blocos de granito com os quais Paris é asfaltada foram carregados até os andares mais altos e jogados nas cabeças dos soldados. (BENJAMIN, 2006b, p. 746)

A cidade se desmonta, confirmando o que começara ainda no século XVIII, em 1789, quando a revolução abriu a cidade à circulação de toda a população. Como mostra Vidler (2013, p. 96, tradução nossa), a multidão, no primeiro ano após 1789:

[...] se dedicou a apropriar-se de uma Paris que era nova para ela, entrando em territórios antes proibidos, seguindo as ruas quase ao acaso, à medida que as assembleias se convertiam em tumultos, e os tumultos, em revoltas. Paris estava se abrindo, e não se fechando; os desfiles das celebrações e da ordem foram, de algum modo, as sanções rituais de uma cidade convertida em única para todos os cidadãos.

Nas ocasiões de luta, essa mesma multidão tomava as ruelas e delas fazia um território impenetrável. As ruas estreitas, sinuosas e cheias de esquinas se convertiam em canteiros de construção. Em menos de uma hora, erguia-se um barricada, e o espaço ao ar livre se tornava um território comum, uma habitação a céu aberto que toda a população miserável adotava como própria.

Para Henri Lefebvre (1962), a Comuna de 1871 é um momento de transformação e reorganização espacial em que se deu a construção de uma cidade revolucionária. Evento utópico, fez-se negativo pela violência e destruição, mas veio concretizar uma ordem criada pelos cidadãos, ordem a que Lefebvre chama a única realização de um urbanismo revolucionário. Sobre isso, anotara Benjamin (2006, p. 747, grifo do autor):

Tática revolucionária e lutas de barricadas segundo *Les misérables* – Noite anterior à luta de barricada: [...] aqui e ali, de quando em quando, claridades indistintas que iluminavam linhas quebradas e bizarras, contornos de construções singulares, algo parecido com clarões vagando por ruínas; é lá que estavam as barricadas.

Nas barricadas, Lefebvre (1962) distinguia aqueles espaços que, desviados, mesmo que inicialmente subordinados, claramente evidenciam “uma verdadeira capacidade produtiva”. O que se destacava daquele acontecimento, para o autor, era o fato de estar o mesmo inserido no cotidiano, desenrolando-se em meio aos hábitos mais prosaicos de ocupação das ruas. Benjamin (2006b) também o percebe, conforme recolhe no trabalho das *Passagens*:

As reuniões eram às vezes periódicas. Em algumas delas havia, no máximo, oito ou dez participantes e sempre os mesmos. Em outras, qualquer um podia entrar, e a sala ficava tão cheia que era preciso ficar de pé. Alguns entravam por entusiasmo e paixão; os outros, por que era seu caminho para ir ao trabalho. Como no tempo da revolução, havia nessas tavernas algumas mulheres patriotas que beijavam os recém-chegados. [...] Um operário que bebia com um camarada pedia a este que o tocasse, para ver o quanto ele sentia de calor, o outro, então, sentia uma

pistola sob seu paletó [...] Toda essa fermentação era pública, e poder-se-ia dizer quase tranqüila... nenhuma singularidade faltava a essa crise ainda subterrânea, mas já perceptível. Os burgueses falavam pacificamente com os operários sobre aquilo que se preparava. Ouvia-se dizer: ‘como vai a rebelião’ com o mesmo tom usado para dizer; ‘como vai sua mulher?’. [...] Fora dos bairros insurretos nada é, de costume, mais estranhamente calmo que a fisionomia de Paris durante uma rebelião. Troca de tiros num cruzamento, numa passagem, numa rua sem saída [...] os cadáveres atravancavam o calçamento, a algumas ruas dali, ouve-se o choque das bolas de bilhar num café [...]. Os fiacres rodam; os transeuntes vão jantar na cidade, às vezes no mesmo bairro onde se combate. [...] Em 1831 um tiroteio foi interrompido para deixar passar um cortejo de casamento [...] Nada é mais estranho; e este é o caráter próprio das rebeliões de Paris, que não se encontra em nenhuma outra capital.

O vazio espacial que as barricadas criam é potente e sustenta-se no elemento da espontaneidade e provisoriedade que tanto caracterizou aquela comunhão de forças. Lefebvre (1962) denomina aquele momento de 1871 como a construção única de uma cidade revolucionária. A Comuna esboça, para ele, uma teoria do acontecimento em que a apropriação das ruas dá-se como criação de espaço constituinte mais do desejo político que da necessidade política, concordando, afinal, com Marx, para quem a Comuna teria feito da sua própria existência, em ato, sua maior medida social. O que é significativo para Henri Lefebvre (1962) é a mobilização que criava redes e consolidava pequenos grupos, inseridos no que havia de mais familiar e habitual no cotidiano dos trabalhadores. As barricadas, postos de ataque e de defesa, eram também uma significativa articulação do conhecimento social; os homens e as mulheres ocupados com a revolta e o combate às tropas do governo, todos ficavam cara a cara nas ruas estreitas, separados tão somente por uma parede provisória de pedras; viam-se forçados, por um instante, a reconhecerem-se uns aos outros, falar e discutir antes de entregarem-se à luta.

A barricada significou uma reapropriação do centro de Paris pelas classes populares, fazendo do operariado parisiense o verdadeiro sujeito da Comuna, aqueles indivíduos que constituem:

[...] a massa revolucionária, amarga e negra: gente descontente, com tempo de sobra, nada a perder e nenhuma razão para permanecer leal ao governo que os desprezara. Talvez sua hostilidade tenha sido apenas passiva, mas criou um muro invisível em torno de Paris. (CHRISTIANSEN, 2004, p. 265)

“A comuna demonstrou a existência de uma coletividade com mais autocontrole do que o governo de Paris poderia suportar”. (CHRISTIANSEN, 2004, p. 259) Não é casual que tenha sido um dos raros episódios revolucionários que não suscita a lembrança de vultos heroicos ou carismáticos, mas sim a ação coletiva. (CHRISTIANSEN, 2004, p. 279)

Para Benjamin (2006b p. 743), “essa orgia de poder, vinho, mulheres e sangue, que se chama comuna” é uma iluminação profana num momento histórico dramático, que drasticamente levaria à compreensão das forças políticas que ali estavam em jogo. A Comuna de 1871 põe fim à ilusão de que o proletariado iria completar a Revolução de 1789 aliado à burguesia. A burguesia nunca se pensou aliada aos trabalhadores. Por isso, é uma culminação, um momento de despertar histórico. Na “Exposé de 1935”, escreve que:

[...] da mesma forma que o manifesto comunista encerra a era dos conspiradores profissionais, assim também a comuna liquida a fantasmagoria que domina os primórdios do proletariado. Ela dissipa a ilusão de que seria tarefa da revolução proletária completar, de mãos dadas com a burguesia, a obra de 1789. Tal ilusão domina o período que vai de 1831 a 1871, da Insurreição de Lyon até a Comuna. A burguesia jamais compartilhou desse erro. (BENJAMIN, 2006b, p. 753)

As barricadas concretizam a prática do que depois os situacionistas chamariam de “situação construída”. Da mesma maneira, assim o seria com os dias de maio de 1968. Tal como a Comuna fora uma reação a Haussmann, 1968 também é resposta àquela experiência da arquitetura urbana resultante de uma ideologia do planejamento que marcava a Europa, em especial a França, do segundo pós-guerra.

Maio de 1968 é, ao final, uma recusa da juventude – e, a seguir, dos operários – de acatar as normas da cidade planejada. A revolução

se faria como crítica das condições de existência suportada por uma arquitetura urbana repressiva que expressava a ideologia capitalista. Era um tempo de “reviravolta do mundo revirado”, em que se sucediam os protestos: Berlim Oriental, 1953; Revolução na Hungria, 1956; protestos em Berkeley, 1964; movimento estudantil em Berlim Ocidental, 1967; as ocupações de fábrica em Turim, 1967; o fechamento das universidades na Itália, 1968; Primavera de Praga, 1967; rebeliões em Estrasburgo, dezembro de 1966; os *enragés* em Nanterre, fevereiro de 1968; e, finalmente, ocupação da universidade Sorbonne, em maio de 1968.

A vida cotidiana estava no centro das reivindicações. A maioria das populações nos grandes centros tomava consciência das transformações a que suas vidas estavam submetidas. A ação de Maio de 1968 efetiva um importante aspecto da apropriação espacial. “Não pedimos nada. Simplesmente tomamos e ocupamos”, dizia um pronunciamento do Conselho para Manutenção das Ocupações (CMDO). Esse conselho, segundo relata René Vienet, existiu apenas entre maio e junho de 1968, tendo-se constituído num importante experimento de democracia direta, garantido pela participação de todos os envolvidos nos debates, na tomada de decisões e na execução das mesmas. “Era, em essência, uma assembleia geral ininterrupta, deliberando dia e noite, sem que facções ou discussões reservadas acontecessem fora do debate conjunto”. (VIENET, 1968, p. 83, tradução nossa)

Fora da universidade ocupada, descreve Vienet (1968, p. 82, tradução nossa):

[...] a crítica da vida cotidiana começou a ter algum sucesso em modificar a paisagem da alienação. A rua Guy Lussac passou a se chamar Rua Onze de Maio, bandeiras brancas e vermelhas davam uma aparência humana às fachadas dos edifícios públicos. [...] todo mundo, a seu modo, fez a sua própria crítica do urbanismo.

A apropriação, então, levava a pensar uma forma de condução da vida em geral. Os situacionistas – que se tornaram, àquela ocasião, uma força considerável – propunham a ocupação como meio de pensar a autogestão como alternativa à autoridade. Liderando em boa

medida um contingente significativo da população e propagando uma teoria revolucionária que começava por questionar os princípios da existência, os situacionistas mostraram, ainda que por um brevíssimo período, que se tratava, naquela ação de apropriação do espaço, de engajar-se numa luta que, para cada um, fazia da luta política o equivalente da luta pelas condições da vida cotidiana.

Para além da intervenção no presente, o desejo de revolução novamente expresso nas ruas parisienses permite também analisar aquele momento em 1968 como ação de apropriação referida não apenas à vida atual, mas também ao passado, confirmando delimitações conceituais de Benjamin e Lefebvre. René Vienet (1968, p. 76, tradução nossa) escreveu que:

[...] pela primeira vez desde a comuna de 1871, e com um futuro muito mais promissor, o indivíduo real estava absorvendo o cidadão abstrato em sua vida, seu trabalho e em suas relações individuais, tornando-se um ser-em-espécie, e reconhecendo seu próprio poder como poder social.

Fazia-se, dessa forma, referência à conexão implícita entre as barricadas do século XX e os movimentos operários do século XIX. Num texto escrito ainda no calor do momento, o historiador Eric Hobsbawm (2003, p. 233, grifo do autor) apontava que:

[...] as revoluções surgem de situações políticas e não porque algumas cidades estejam estruturalmente adequadas para a insurreição. Contudo, uma desordem de rua ou uma agitação espontânea em uma cidade pode ser a chave de partida que põe em marcha o motor da revolução e é mais fácil que este mecanismo funcione em cidades que estimulem ou facilitem a insurreição. Um amigo meu, que comandou o levante de 1944 contra os alemães no *Quartier Latin* de Paris, caminhou pela área na manhã seguinte à Noite das barricadas de 1968, emocionado e impressionado ao ver que jovens que ainda não haviam nascido em 1944 haviam erguido muitas de suas barricadas nos mesmos lugares de então. Ou, poderia acrescentar o historiador, nos mesmos lugares onde haviam sido erguidas barricadas em 1830, 1848, 1871. [...] assim, em maio de 1968, a confrontação mais

violenta ocorreu nas barricadas da *Rue Guy Lussac* e atrás da *Rue Soufflot*. Quase um século antes, na comuna de 1871, o heroico Raoul Rigault, que comandou as barricadas naquela mesma área, foi capturado e morto ali – no mesmo mês de maio – pelos versalheses.

Essa reunião de momentos na experiência da cidade não é senão a realização do tempo do agora benjaminiano (*Jetztzeit*), o momento em que, na experiência (*Erfahrung*), dá-se o agora da recognoscibilidade, isto é, quando a imagem atinge sua legibilidade, dada numa determinada época, sendo apenas nesta legível, compreensível. (BENJAMIN, 2006b)

As barricadas, a Comuna e Maio de 1968 formam uma constelação histórica, em que cada um desses acontecimentos é, para o outro, aquele momento crítico da interpretação em que um objeto histórico particular se torna legível no que o sucede, pois é atualizado numa leitura particular, graças às afinidades do receptor que se apropria do espaço, compreendendo sua imagem histórica, sem, contudo, idealizá-la. Esses momentos de luta formam “uma constelação de referentes históricos”, na qual o passado só pode revelar no presente “[...] a descontinuidade das revoltas logo recalçadas e esquecidas, difíceis de redescobrir, mas vitais para o destino futuro da liberdade”. (BUCKMORSS, 2003, p. 27)

A correspondência que se estabelece entre duas situações de apropriação do espaço revela-se, então, na imagem que permite reunir o passado coletivo ao presente individual e constrói a experiência da cidade como experiência coletiva. Na Internacional Situacionista (IS), Vaneigem (2002, p. 121) disse que “os momentos revolucionários são as festas nas quais a vida individual celebra sua união com a sociedade regenerada”.

Ocupar a arquitetura urbana, tomar seus edifícios e ruas é também apropriar-se do espaço em um *détournement*. Aquilo que Lefebvre enxerga na Comuna como festa também o vê em outras situações nas quais o desvio (*détour*) aconteça. Sua defesa do urbanismo revolucionário realizado brevemente pela Comuna encontra um rebatimento em outras situações urbanas nas quais se mostra a energia criativa que permite a realização plena e desalienada da vida cotidiana.



Figura 3 – Barricadas, dois tempos, a mesma rua

A Comuna e a Paris de 1968 têm, ambas, a forma extensa da festa, categoria cara a Lefebvre em sua descrição da cidade. Situações que excedem a regulação social, em que a cidade se torna um lugar preñado da interação e da troca. Cuida de que cada habitante tenha o seu direito à cidade, em seu exercício pleno de apropriação. As ocupações invertem o desenho, mas não podem mesmo durar para sempre, dado que, nelas, o coletivo e o comunitário são provisórios. Esse é o seu fim, seu alvo a atingir – a provisoriedade e a inversão, não a duração. Num dia de festa, num dia de ocupação, dá-se a matéria dos “dias de lembrar”, conforme disse Benjamin, os dias em que as correspondências se estabelecem, atravessando o tempo.

Os dias de lembrar, dias de ritual e prazeres, concretizam a tese lefebvriana de que é na produção do espaço que se dão os meios de explorar estratégias alternativas e emancipatórias. O festival, a ocupação que retira a rua de sua funcionalidade, a entrega aos habitantes para que dela se apropriem, num exercício continuado e renovado, em que o aprendido tem como princípio uma delicada empiria – aprender a cuidar, cuidar para lembrar, lembrar para cuidar. No espaço coletivo que se instala provisoriamente ou no uso que promove a ocupação diferenciada do espaço, o lastro é o cotidiano, é o hábito que permite dar o salto em direção à transformação da estrutura da experiência. O festival é momento de resistência, é situação construída em que as pessoas se mobilizem – ainda que periféricamente – para ocupar as brechas na colonização da vida cotidiana promovida pelo capitalismo, nos dias de hoje ainda mais invasivo. Um dia de festa e um dia de lembrar permitem que a apropriação se efetive como crítica, como reflexão, ainda que mínima.

A aposta de Lefebvre é que dessa combinação de festa e cotidiano resulte, para os habitantes, um novo ponto de partida na compreensão dos processos de produção do tempo e do espaço sociais. Que se instale uma nova forma de vida na sociedade urbana, um outro modo de vida que, não obstante, não substituiria a lógica do planejamento com uma outra lógica ou sistema. A rigor, não é mais possível esperar pela substituição do planejamento. É preciso atuar reflexivamente desde o interior da cidade, tal como se apresenta. Em outras palavras, é preciso explorar a vida a partir da configuração urbana atual que nos oferece.

O mundo urbano não pode ser rejeitado ou aceito; ele é condição. O importante é tomá-lo como lugar da contestação. Essa é a estratégia que deve haver por trás da ação de apropriação que ocupa as ruas, caso se queira ultrapassar o imperativo do conforto, da beleza e da mera utilidade para consumo que, nos dias de hoje, orientam mesmo a tão almejada “qualidade de vida” urbana. Só a consciência do esvaziamento dessas noções – beleza, conforto, utilidade – permitirá superar a perspectiva da comodidade que esconde a pasteurização e a meta do não envolvimento na história real.

Para Lefebvre e para os situacionistas, a resposta para o estabelecimento de possibilidades de produção de relações inteiramente novas, livres de determinismo e constrangimentos deve ser baseada na atitude experimental embutida nos esboços de Nova Babilônia, na indeterminação dos espaços concebidos por Constant, em que se reconhecera que, talvez, num lugar autoplanejado e autogerido, a arquitetura não tivesse mesmo nada a dizer sobre como se comportariam os habitantes. Não mais se tratava de desenhar os lugares. Nova Babilônia, com sua linguagem contraditória, radicalizava a *Erlebnis* benjaminiana, propondo uma arquitetura fundada no potencial da montagem como tática de resistência. A meta situacionista e lefebvrina era fazer reemergir a atividade humana em sua fluidez. Contestar ocupando os espaços, reivindicar por meio da apropriação dos lugares é estratégia de resistência ao espetáculo. Se este destrói a qualidade profunda dos lugares, o *détournement* pode ocupar as ruínas, instalando-se nas brechas da cidade existente não como desenho, mas como práxis que reúna autoconhecimento e intervenção no espaço urbano.

Cada intervenção, individual ou coletiva, é um momento que talvez jamais integre uma série, mas é acontecimento em que se desvela uma possibilidade; é situação que, sendo duradoura, age ao modo da imagem dialética benjaminiana. No relâmpago de uma imagem, ilumina-se uma alternativa. Basta um vislumbre e o habitante urbano compreende o sentido de sua ação, ainda que minúscula e cotidiana. Será suficiente a interrupção momentânea na ordem de um sistema estabelecido.

O engajamento coletivo que resulta na apropriação de um lugar dá-se num sucedimento do hábito, isto é, no vislumbre da possibilidade

de ação construída momentaneamente, na revelação do maravilhoso no cotidiano. São imagens nas quais o fluxo dos acontecimentos urbanos deveria ser subitamente imobilizado, “congelado”, para que a consciência do habitante pudesse escapar à tirania da aparência de normalidade e pudesse refletir criticamente sobre o sentimento atual da vida que se leva numa cidade. Só a imagem dialética pode romper o fetiche do espaço-mercadoria na experiência arquitetônica. Somente quando se der no espaço, num momento atual – ou seja, na construção de uma situação de uso de um lugar –, um vislumbre de modos radicais de apropriação corpórea dos lugares é que será possível revolucionar a vida cotidiana. A compreensão da dialética envolvida nessa imagem resultaria, no habitante, em capacidade crítica de atuar, *a posteriori*, em outras situações espacotemporais e, sobretudo, intervir em outros lugares.

A isso, pode-se chamar, com Benjamin, “imaginação arquitetônica” – a capacidade de articular funções que se dá como engajamento crítico. Tal engajamento, contudo, não poderá jamais ser regulado por um sistema, e a apropriação, se crítica, ecoa numa ação em negativo – de que é exemplo a desesperança. O negativo, na tríade de autores considerada neste estudo, é a não duração, a flexibilidade do uso do espaço e a provisoriabilidade do agrupamento coletivo e comunitário. Somente aquelas experiências que não perderem de vista a negatividade – que tenham como instância crítica algo a que Vaneigem (2002) chamou “nihilismo ativo”, e Benjamin, “caráter destrutivo” – poderão superar a passividade imposta como condição e resultado pelo urbano-espetacular.

O negativo, em Benjamin, Lefebvre e na IS, é forma de resistência à violência do espetáculo. O engajamento corpóreo e a formação de combinações frágeis, como as comunidades e os coletivos provisórios, são estratégia e tática de resistir ao veto à comunicação humana. Não se trata, evidentemente, de hipertrofiar a capacidade humana para o diálogo e o acordo, como o fazem outras filosofias. No recorte materialista de empirismo rigoroso, como praticaram os autores aqui estudados, trata-se de, tomando a arquitetura urbana como solo, estabelecer comunidades de ação no universo cotidiano da práxis, isto é, unir-se pelos propósitos para agir coletivamente na cidade; insistir, no

ambiente urbano, na empiria delicada que combina processos (fluidos) e regras relativamente permanentes de copertença e agrupamento, sem esquecer jamais que quaisquer formulações de regras que constituem as comunidades se colocam em arranjo tenso com a violação – dessas mesmas regras – que propicia as mudanças revolucionárias. Essas, muitas vezes, partem silenciosa e vagarosamente do cotidiano.

Luz. As ruas de *Svolver* estão vazias. E por trás das janelas as persianas de papel estão fechadas. Estarão as pessoas a dormir? Passa da meia-noite; numa das casas ouvem-se vozes, noutras ruídos de refeição. E cada som que ressoa na rua faz dessa noite um dia que não figura no calendário. (BENJAMIN, 2004a, p. 205, grifo do autor)

SOBRE A NARRATIVA QUE DEVE APROXIMAR-SE DE EXPERIÊNCIAS E IMAGINÁRIOS INSURGENTES

Na recente literatura produzida sobre a história e a teoria urbana ao redor do mundo desde a segunda metade do século XX, a década de 1990 representa um período de tempo decisivo. Daquele momento em diante, a ênfase dos estudos urbanos esteve colocada sobre os processos de globalização e seus efeitos sobre o território tanto em termos políticos e econômicos, como em termos das relações recíprocas de interdependência entre países, blocos de países, regiões, áreas metropolitanas e cidades.

Para o Brasil, a década de 1990 é o início de um período de intensiva transformação do território (em suas diferentes escalas: nacional, estadual, metropolitana, local e microlocal): a princípio, temos os efeitos do Plano Real na estabilização dos processos econômicos e sua repercussão nas políticas públicas voltadas à produção do espaço; de modo definitivo, a partir de 2003, políticas sociais de redistribuição de renda são visivelmente responsáveis por transformações espaciais em todas as regiões brasileiras. O espaço urbano que resulta, produzido no Brasil nos últimos 25 anos (1990-2015), é muito transformado. A configuração de forças que operaram tal transformação é aqui representada na figura da constelação.

A esse urbano profundamente transformado em sua concretude, bem como à literatura que corresponde ao esforço de refleti-lo e analisá-lo, denomino “urbano-constelação”.

Uma constatação histórica sobre a escrita do urbanismo, a princípio exclusivamente documental, foi o ponto de partida para o trabalho cuja justificativa se apresenta aqui. Trata-se da década de 1970, quando interpretada a partir de determinados textos então produzidos e considerada como um plano de clivagem na teoria urbana, pois se passava dos sistemas de desenho e das ciências do planejamento a um *corpus* coerente de uma teoria desenvolvida desde o marxismo e fundamentada na luta de classes urbana. De modo rudimentar, pode-se resumir essa abordagem mostrando que, nos anos de 1970, a teoria marxiana acerca da produção do espaço pensou o crescimento e a transformação urbanos em termos da circulação de capital, bem como o uso do solo e a atividade econômica em termos da mais-valia urbana. (CASTELLS, 1983; LEFEBVRE, 1968) Também se escreveria àquela altura uma importante crítica ao papel desempenhado pelo Estado no planejamento. (LOJKINE, 1997)

Contudo, se é verdade que os teóricos marxistas atualizam o debate sobre o conflito de classes entre um proletariado urbano oprimido e os proprietários dos meios industriais de produção, é fato que o marxismo da segunda metade do século XX já não podia aplicar ao espaço agigantado das cidades as mesmas categorias que Friedrich Engels utilizara para explicar a Inglaterra oitocentista. Henri Lefebvre, por exemplo, é um dos autores mais importantes que escreveu fazendo essa constatação; ele olhou à sua volta buscando outros campos com que pudesse debater a partir das próprias obras. Dentre esses campos – teóricos, disciplinares ou empíricos –, estão, principalmente, os movimentos de oposição e resistência ao poder exercido pelo Estado, o corpo colocado no centro da experiência urbana e a cidade enquanto condição de possibilidade de uma experiência determinada, em que se misturam o material e o imaginário, o construído e o mental.

Como pensar a produção do espaço brasileiro no quadro de transformação do urbano? As cidades brasileiras são, cada vez mais, configurações resultantes de processos simultâneos e interdependentes

de desterritorialização. Para se ter uma ilustração disso, pense-se na amplitude dos deslocamentos causados pelo trabalho ou no uso dos espaços públicos coletivos, em que a segregação é a regra. São cidades resultantes de uma urbanização extensiva, já que se configuram policêntricas, com seus centros tradicional e historicamente consolidados somados às novas centralidades periféricas, produzidas de modos não mais estáticos nas periferias metropolitanas, cujos modos de vida e táticas cotidianas são profundamente diversificados.

Talvez o caso brasileiro aponte um desafio metodológico em face da necessidade de compreender a hibridização da escala fluxo/hierarquia quando se atua desde o planejamento urbano. A considerar tal variável, o planejamento não poderá evitar pesquisar variáveis bem singulares, resultantes dos processos espaciais aqui constituídos, para se debruçar sobre o processo político de constituição da escala, inscrito tanto no cotidiano quanto nas macroestruturas sociais, e precisará desenvolver ferramentas conceituais adequadas à abordagem desse problema.

As extensas cidades no Brasil obrigam à compreensão de interseções e interações em que as escalas se dão no território, de seus centros até as franjas urbanas e conurbações. Numa região metropolitana brasileira, governante, planejador e habitante não se livram de mobilizar cotidianamente, cada um a seu modo, um raciocínio espacial que vai do intraurbano – da aglomeração consolidada a partir de um ou vários centros – à rede urbana e de volta à microescala cotidiana de um território metropolitano.

Não podem, os moradores urbanos, esquivar-se ao exercício de, simultânea e fragmentariamente, experimentar situações num bairro, periferia ou centro de sua cidade e tomar consciência dos relativos posicionamentos desta quanto a outros núcleos urbanos integrantes de uma região ou aglomeração metropolitana. Quando nos dias atuais se deixa ver para além dos padrões cristalizados da urbanização brasileira e das formas de organização territorial do Estado, uma espécie de nova urbanidade nas regiões metropolitanas, em que os ambientes urbanos expõem suas redes de encontros e cooperações – aleatórios e/ou planejados e, por conseguinte, as tensões dessas novas articulações sociais –, a pergunta que está colocada é: em que

condições o planejamento urbano, operando a partir do Estado, ainda poderá ser levado a cabo?

O urbano que se tornou, com Lefebvre, um substantivo; contém em sua conceituação uma experiência política dos habitantes que é enunciada no plural. Tal enunciação, para o filósofo francês, decorre da politização por que passa o próprio espaço social desde 1968, quando é totalmente penetrado por uma práxis coletiva então confrontada com a implosão/explosão de referências e configurações tradicionais da cidade. Os processos de reterritorialização das escalas, expressos nesse novo tecido urbano estendido, tensionam os modos de mobilização do espaço pelo Estado, cuja ação foi historicamente demarcada por uma forma atemporal e estática de organização territorial. Operando para pensar o urbano em termos de troca e valor, mobilizando o espaço como força produtiva, o Estado moderno transformou, regulou e produziu o espaço urbano, empregando suas estratégias e instituições para manter a coesão social e impor uma diferenciação espacial.

Tomando a metrópole contemporânea brasileira como problema, temos que, também em nosso urbano contemporâneo, esse *modus operandi* do Estado encontrou novos modos de oposição e resistência que se revelam processos multiescalares, uma vez que disputas pelo espaço social, contestações, reivindicações, dentre outras formas da práxis política, evidenciam-se em todas as escalas geográficas; muitas vezes, simultaneamente em mais de uma delas.

Manuel Castells afirmava em 1983 que, enquanto esfera de politização, a cidade apresenta-se segundo três variáveis, a saber: o modo segundo o qual a população organiza suas queixas e demandas para refletir as exigências cotidianas; a defesa de identidades territoriais, que se transforma num motivo potente para alcançar a mobilização; e, finalmente, os esforços do aparato estatal local para a desmobilização dos grupos insurgentes por meio de cooptação e clientelismo. A despeito da intensa transformação dos territórios que demarcam uma cidade na atualidade, ainda faz sentido e tem validade o que Castells constata sobre a escala urbana quanto a sua caracterização para a luta política: a cidade permanece como *locus* vital de contestação e contraposição ao Estado quando este não responde ao que a sociedade reivindica.

Como resultado desse ponto de inflexão, em certa medida, já temos hoje, no Brasil, a compreensão de que a complexidade e a singularidade de nossas situações e configurações urbanas nos exigem tanto uma construção teórica quanto uma prática crítica estritamente fundamentada na compreensão das especificidades, das limitações e dos significados dos nossos territórios. A simples importação dos modelos de pensamento e práticas urbanísticos concebidos nos países ditos centrais não é mais cabível à reflexão e solução de nossas questões urbanas, sendo necessário compreender como incorporamo-nos criticamente ao debate internacional, qual nossa contribuição específica no debate internacional, como os programas de graduação e pós-graduação abordaram essa transformação e que debates estabelecemos no nosso país com nos pares – professores, setores técnicos de planejamento, esferas políticas e de governo, debates públicos via imprensa especializada ou não.

A diversidade radical da cidade – que faz surgir, nos espaços de trocas inovadoras, intercâmbios interpessoais e coletivos, sempre por meio de processos intensos – também é capaz de fazer emergir uma densa rede de controles institucionais desdobrados em protocolos para conter “o caráter ‘selvagem’ da vida urbana”. (NICHOLLS, 2008, p. 846) Para aprofundar o conhecimento da cidade brasileira enquanto substrato da luta política atual, é necessário compreender quais atributos urbanos são especificamente influentes nas queixas, formas de organização, bem como na tomada de consciência dos insurgentes. Em primeiro lugar, destaca-se o abrigo, nos espaços urbano/metropolitanos brasileiros, das capacidades para estabelecer tanto uma diversidade de relações quanto a instalação do controle institucional.

Uma cidade se concretiza justamente nessa dialética diversidade-controle, na medida em que se configura num conjunto de espaços de diferença, alteridade e liberdade, mas também de controle e racionalização. À intensa possibilidade de conexão humana corresponde a estruturação de organizações burocráticas aptas a controlar essas conexões. Nessa dialética urbana de contrários – a liberdade e o encontro *versus* o controle e a regulação –, quando diferentes atores e organizações se defrontam com demandas e queixas comuns, habitantes podem construir juntos conexões para aprimorar

seus recursos de luta. A cidade é profícua em estabelecer laços. Walter Nicholls (2008) apresenta uma interessante análise dos laços sociais que se estabelecem na cidade em função do apoio recíproco de indivíduos dentro de um grupo ou entre grupos que se aproximam esporadicamente. Para esse autor, os laços fortes são identitários: resultam na união perene de um determinado grupo de reivindicação. Dão conta da combinação de alianças no tempo, de intensidade emocional e de uma densa reciprocidade que permeiam as ajudas e a confiança mútua, com vistas a buscar objetivos coletivos. De outro lado, os laços fracos expressam ligações e solidariedades momentaneamente construídas, mas permitem amplificar a ressonância das reivindicações, promovendo a troca de informações para além do próprio círculo do grupo. Os laços fracos formam redes de partilha de saberes e constroem cooperações temporárias para alcançar um objetivo comum.

Por seu turno, o Estado empenha seu aparato de governo e estruturas burocráticas para exatamente bloquear a capacidade associativa desses grupos urbanos, interrompendo e coibindo os variados tipos de conexão entre diferentes organizações sociais. Governos confirmam, invariavelmente, sua ocupação e disposição tradicionais sempre empenhadas na manutenção da ordem para evitar a anarquia e a ruptura social. A proposição de um regramento coeso e a instalação de protocolos e instituições – todos criados para levar a cabo a função do Estado de contenção da movimentação social – permitem aos governos fazer uma leitura nítida das reivindicações sempre de modo a pacificá-las, acolhendo-as na esfera de alguma política pública, deixando-as abrigadas em campos estritos, mas, sobretudo, isoladas umas das outras. Demandas da sociedade são mapeadas para serem controladas por órgãos e agências específicas dentro do aparato do Estado, com o nítido objetivo da desmobilização. Políticos, servidores públicos e corpo técnico dos governos assumem a tarefa de controlar, com o emprego de ferramentas institucionais, posições-chave nos diálogos com a sociedade. Para impedir que as reivindicações por demandas de um determinado grupo se generalizem, sendo apoiadas pela sociedade em setores mais amplos, o Estado opera para distinguir estratégias dos grupos e prepara a regulação da demanda por meio da oferta de uma política pública. Além disso, é prática corrente de gestão a criação de uma agência reguladora para cada política

pública, compartimentando fluxos dentro da máquina estatal. Por fim, a burocracia do Estado permite a “participação” da população nos níveis periféricos do âmbito decisório concernente à efetivação da política pública, sempre com vistas a obter um “consenso” e difundir o discurso da eficiência e do profissionalismo.

Mas, para além da capacidade manifesta do Estado em “enclausurar” as mobilizações dos grupos urbanos, a cidade ainda permanece contemporaneamente como o *locus* em que as alianças e coalizões se fazem entre múltiplos atores, graças a fatores tais como proximidade geográfica e as articulações entre vizinhanças. Na escala urbana, afirmam-se movimentos que, em sua maioria, estão fundados no conhecimento associado às experiências vividas no cotidiano. É nesse “mundo da vida” urbano que se constroem as solidariedades e as estratégias de luta dos movimentos. É que a regulação imposta pelo Estado em geral incide sobre a vida urbana e, ainda mais diretamente, sobre os processos cotidianos dessa vida. Políticas urbanas são um exemplo consistente nessa direção: a oferta de serviços, infraestrutura, bens de consumo, bem como o atendimento aos direitos civis, sociais e a efetivação de justiça social.

Resistências e queixas se articulam em contextos urbanos que dão suporte às experiências cotidianas vividas, ampla e repetidamente, nas cidades. Na escala urbana, os grupos constroem molduras comuns para justificar e motivar suas ações e sua participação. Podem articular-se na construção de diagnósticos e prognósticos de problemas: por um lado, são capazes de compreensão partilhada das causas dos problemas; por outro, são capazes de projetar a ação coletiva e pensar soluções para tais problemas identificados. Por último, movimentos surgidos na escala urbana frequentemente partilham um imaginário político que é decisivo para constituir uma contraesfera pública, constituindo arenas alternativas de discurso.

Para um dos intuitos deste trabalho – que é o de estabelecer a correlação entre o urbano multiescalar da atualidade brasileira, os limites da ação política dos habitantes das cidades e o lastro espacial dessa mesma ação –, pode-se afirmar que, efetivamente, o que se transformou foram a ressonância, o alcance e as articulações das

lutas políticas travadas na cidade brasileira em outras escalas, sejam regionais, nacionais e mesmo transnacionais.

Contudo, mesmo que já se tenha o reconhecimento empírico do papel que a cidade desempenha nas insurgências, visível no ciclo global de lutas iniciado em Davos, em 1998, e que prosseguiu a partir de Seattle em 1999 até o Brasil de 2013,¹ cumpre-se hoje perguntar de que modo as cidades contribuem para o desempenho de ações políticas de contestação, em escalas diversas.

Do que se discutiu até este passo da argumentação, pode-se depreender, a título de uma conclusão provisória, fundamentos para uma teoria crítica urbana em cujo foco esteja a construção social da escala, a cidade como lugar da luta política, além de uma institucionalidade que dê conta dos processos instituintes, estes considerados como ideias-força que ampliam o controle social sobre o planejamento e a gestão urbanos. Pretende-se analisar, ao longo da pesquisa, o duplo enervamento da ação política, quando desempenhada pelos atores sociais ou pelos governos, e assim avançar na discussão de um referencial institucional que ultrapasse a intervenção programada sobre uma população e sobre a prática de agentes sociais, isto é, sobre aqueles que, ao fim e ao cabo, partilham vantagens e problemas socioespaciais em um território urbano comum.

Do ponto de vista dos movimentos reivindicatórios urbanos desenrolados recentemente em nosso país, é possível reunir elementos para considerar a repercussão espacial da atuação dos sujeitos coletivos e instâncias institucionais em suas formas de articulação e arenas públicas de debate. Pretende-se, na pesquisa, alcançar um aprofundamento conceitual e prático sobre o problema, no Brasil, da construção social da escala em suas articulações variadas (diferentes níveis de especialização funcional, diferentes formas de reunião social); assumindo, por princípio, que se faz cada vez mais necessário detectar emergências e visibilidades novas (ou invisibilidades) nos territórios, sempre de modo a pensar as redes de troca de conhecimento e saberes vigentes no urbano contemporâneo como ferramentas muito potentes, seja de investigação ou proposição.

“Nada de instituição sem espaço”, cita Lefebvre (1976-1978) ao apresentar sua concepção do Estado como uma estrutura espacial de poder, isto é, “arquitetura social e monumentalidade política”, só tornada concreta por meio da produção do espaço. Condição para a reprodução generalizada – biológica, da força de trabalho, dos meios de produção, das relações de produção e de dominação –, a definição lefebriana para atuação do Estado se coaduna àquela de Michel Foucault, em que o Estado implica uma prática de controle do território viabilizada por meio de aparatos técnico-políticos.² Forma hierárquica estruturada para o exercício do poder, o Estado age por meio de contínua relação de subordinação-dominação utilizada por burocratas para controlar a sociedade.

Quando se afirma a vigência de uma política de escalas no urbano dos dias atuais, é preciso pautar a reflexão num duplo desdobramento e perguntar como exercem a política as duas esferas responsáveis pela construção das escalas – a sociedade e o Estado.

Para Michel Foucault, a política que se exerce por meio dos aparelhos de Estado está ancorada em soberania, disciplina e segurança. A medida da eficiência política do Estado toma-se por sua capacidade de regular e controlar o território. O Estado emerge nas práticas do poder sempre exercido numa esfera pública, configuradas em dispositivos que agem sobre o espaço do público, consolidados em leis, regulação e técnicas disciplinares. A política, quando exercitada pelo Estado, toma a forma da institucionalidade cristalizada em procedimentos, protocolos, organização. Na cidade, o aparato de Estado se estabelece com a função de ordenar o complexo mundo urbano e racionalizar uma sociedade – cuja fragmentação é sempre crescente – por meio de técnicas de controle que designam molduras regulatórias para reger, estruturar e gerir os diversos espaços.

A síntese do exercício da política pelo Estado também é estabelecida nos termos do conceito foucaultiano de governamentalidade, o qual se pode ser trazido ao debate da construção social de escalas, pois se anuncia:

[...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer

essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. [...] a tendência, a linha de força, [...] que não parou de conduzir para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros – soberania-disciplina – e que trouxe, por um lado o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e por outro lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes. (FOUCAULT, 2008, p. 143)

Para Lefebvre (1976-1978), o Estado toma o espaço enquanto *locus* por meio do qual o poder se afirma e exerce, não sendo a política mais do que a condição para que o espaço resulte das relações de produção sempre a cargo dos grupos sociais dominantes. Nesse sentido é que Lefebvre escreve sua argumentação de contraposição ao aparato de Estado, afirmando ser tarefa da crítica do urbano desvendar processos e entraves da burocracia, fazendo a crítica da política que concerne ao espaço. Lefebvre critica a intervenção estatista na medida em que ela é incapaz de considerar de modo acurado os usuários dos lugares, tampouco suas lutas e agendas, ou ainda a práxis dos processos de mudança social. Para esse autor, a finalidade da crítica dirigida ao modo da política exercida pelo Estado deve resultar na explicitação de que é a práxis que está no cerne da vida urbana.

Ora, a práxis é materializada num conjunto de forças e processos sociais que atuam sobre um lugar específico, implicando a conexão do microespaço dos corpos ao macroespaço da cidade, à macroescala do global e dos circuitos econômicos. Lefebvre nos permite avançar na compreensão de que a política, quando exercida pelos habitantes no espaço, é primeiramente uma política dos corpos. O corpo, na cidade, é condição de possibilidade daquela experiência que se faz no espaço para a reivindicação ou contestação do Estado. Isso é o que melhor traduz a ideia lefebvriana de apropriação – uma condição urbana e política tal como é exercida pelo público, em que:

[...] o importante não são as regularidades institucionais, mas muito mais as disposições de poder, as redes, as correntes, as intermediações, os pontos de apoio, as diferenças de potencial que caracterizam uma

forma de poder e que, creio, são constitutivos, ao mesmo tempo, do indivíduo e da coletividade. (FOUCAULT, 2008, p. 307)

Identificar, para a especificidade das cidades brasileiras, a apropriação do ambiente construído a uma ação política dos corpos é assumir a cidade como mistura de imaginário e matéria, do mental e do construído, elaboração teórica que é partilhada por Lefebvre e Foucault. Quando a política é vivida como movimento, lugares e corpos formam uma articulação mutante, provisória, mas potente, um encontro por meio do qual a sociedade pratica o que Lefebvre denomina “os movimentos de usuários, protestos e contestações” e Foucault chama de “as contracondutas”. Com o termo “contraconduta” (*contre-conduite*), Foucault (2008, p. 266) designa as lutas contra um poder opressor; em outros termos, é o exercício da política que não se dá senão em formas de resistência expressas em apropriação (e reapropriação) dos lugares habitados – no sentido lefebvriano do termo.

É por meio da apropriação e da contraconduta que a cidade pode se colocar contra o Estado, pois tanto uma como outra são movimentos dos habitantes urbanos articulados e difundidos graças aos processos multiescalares. Contraconduta e apropriação constituem-se em modos renovados de oposição e resistência da sociedade face ao *modus operandi* do Estado e que já operam num âmbito também renovado de institucionalidade.

Há, na questão da institucionalidade, uma dimensão que a situa para além do aparato de governo. Trata-se de processos inerentes à vida política da sociedade que dão conta das articulações autônomas de grupos em busca de estabelecer formas de participação política, bem como consolidar sua representação nas esferas de tomada de decisão. Em outros trabalhos,³ vimos denominando essa dimensão “institucionalidade instituinte”, uma vez que se trata de compreender como grupos sociais se expressam no território em termos de suas reivindicações e formas de lutas afetas à política urbana. O foco está em compreender de que modo os habitantes estão articulados coletivamente para além das instituições do Estado que atuam em sua região, atravessando a institucionalidade vigente nos instrumentos e processos administrativos para, além desta, alcançar ganhos em sua

agenda de enfrentamento de desigualdades ou mesmo transformar contextos socioespaciais.

Nesta pesquisa, a institucionalidade é tomada em sua natureza expandida, por assim dizer, o que significa reconhecê-la como espaço de politização, especialmente no que tange à participação social quando desempenhada no urbano contemporâneo. Para tal expansão do conceito, deve-se fazer uma exploração em torno da ideia de governamentalidade, isto é, da política exercida como institucionalidade/poder e como reivindicação/movimento. Em outras palavras, reconhecer que há uma institucionalidade que é colocada em ação pela sociedade é reconhecer os movimentos da sociedade urbana configurados, sobretudo em práticas e expressão reivindicatórias, que se desempenham sobre o território multiescalar e que se valem – na experiência feita pelo coletivo dos habitantes em contraposição aos aparatos do Estado – da contingência e do imprevisto, “entregue à exterioridade, ao rumo ‘dos muitos’, à exposição antes os olhos dos demais”. (VIRNO, 2013)

Ao tomar a metrópole, as práticas insurrecionais parecem trazer consigo a evidenciação de um desgaste: os dispositivos que organizam o uso da cidade não comportam sua heterogeneidade, contradições e reivindicações de reconhecimento das diversas formas de existência. As metrópoles do capital apresentam seus inimigos, ou o que deles é passível de materialização, e se apresentam à revolta como lugar de convergência e concretude para enfrentar as relações de poder, amorfas e distantes, que ali, na rua, parecem finalmente adquirir algo de palpável. Nesse lugar, embora as problemáticas e reivindicações sejam várias, um encontro genuíno torna-se possível. A desobediência desmonumentaliza as metrópoles globais. A insurreição torna possível reconhecer que essas cidades tendem a ser grandiosas demais, distantes dos usos cotidianos e suas demandas. As práticas insurgentes reivindicam os espaços urbanos e colocam em xeque a normalização de práticas e lugares ao subverter seus valores de uso durante o tempo em que se realizam. Um participante do Black Block nos levantes de Washington, em abril de 2000, disse:

Um muro pichado é visto como um pequeno pedaço de espaço urbano reapropriado, como uma abertura em uma cidade uniforme, branca e imaculada. É um ataque contra as superfícies cinzentas, melancólicas e assépticas. Uma fachada torna-se então um lugar de expressão vivo e colorido, que dá a palavra às pessoas comuns e desprovidas. O impacto visual de um *slogan* escrito em um muro às pândegas rivaliza com a dos painéis publicitários, do cartaz oficial ou da tela da televisão que se impõem como os únicos meios de informação e de expressão. (LUDD, 2002, p. 80, grifo do autor)

Num glossário de termos considerados cruciais para o movimento 15M da Espanha, Eduardo Serrano (2011) lista a expressão “sem pressa” para relativizar a ideia de subordinação social do ritmo da vida diária à aceleração imposta pela circulação do capital. Se o processo de regulação urbana neoliberal instaura um território pensado para o fluxo constante de capital, por onde irão circular, jamais permanecer, pessoas inseridas num cotidiano tão acelerado que chega a produzir “uma espécie de defesa psíquica observável no automatismo e na ausência de reflexão” (LOPES, 2015, p. 96), a insurreição aparece como uma interrupção que possibilita a libertação dessa acomodação. Ou seja, quando a cidade é ocupada pelo levante, ocorre uma mudança no ritmo e na percepção do cotidiano. Castells (2013, p. 129) diz, sobre o movimento Occupy, que:

Os espaços ocupados [...] criaram uma nova forma de tempo, que algumas pessoas nos acampamentos caracterizaram como uma sensação de ‘eternidade’. A rotina de suas vidas diárias foi interrompida; abriu-se um parêntese com um horizonte temporal indefinido. [...] Dada a incerteza em relação a quando e se a remoção viria, as ocupações viviam na base do dia a dia, sem prazos finais, liberando-se, desse modo, de restrições temporais, enquanto consolidavam a ocupação em sua experiência de vida cotidiana. Isso fez do tempo atemporal da ocupação uma experiência simultaneamente exaustiva e divertida [...].

A ocupação é capaz de por em suspenso o ritmo da metrópole; permite experimentar a liberdade e a potencialidade de outras relações com os espaços e as pessoas: relações contraditórias e imperfeitas, mas em que vontades e necessidades coletivas e individuais podem emergir.

É o caso, por exemplo, da ação cultural “A Ocupação”, cuja proposta inicial, surgida numa disciplina da Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design (EA) da UFMG, é acolhida pelo Comitê Popular de Arte e Cultura de Belo Horizonte, formado no âmbito das manifestações de junho de 2013 em Belo Horizonte. Por meio de uma articulação bastante inclusiva entre diversas pessoas, “A Ocupação” se realiza, pela primeira vez, em 7 de julho de 2013 na região do Viaduto Santa Tereza. O acontecimento, como definido em sua página do Facebook, visava combater o processo de gentrificação dos lugares e a exclusão da população, fragilizada face a um processo desenvolvimentista excludente, fortalecendo e reafirmando a existência, alheia à ação da prefeitura, do corredor cultural da Praça da Estação. (BERQUÓ, 2015)

E não é apenas na permanência que a insurreição vai alterar o ritmo e a percepção da vida cotidiana. Existir nos espaços, ainda que apenas passando por eles, como é o caso nas passeatas, pode alterar, profunda e permanentemente, a relação das pessoas com as estruturas da cidade. Por exemplo, atravessar a pé um viaduto ou habitar uma praça com milhares de pessoas, organizando uma vivência coletiva instalada no confronto, é uma experiência estética capaz de oferecer ao indivíduo a capacidade de expandir os modos de percepção da condição urbana. Depois da experiência, retomar a postura de passividade anterior à insurreição não é um movimento simples, pois o espaço do gozo está onde se vive a vida de todo dia. Embora o levante não configure um momento de lazer, ele não deixa de ser lúdico e eufórico; portanto, atravessa a memória e constitui o lugar da experiência do tempo passado no momento presente e em suas potencialidades futuras.

No contexto dos protestos de 2011 no Egito, quando a Praça Tahrir foi desocupada pela ação dos militares em 9 de março e depois reformada, Ahmed Hassan, um dos militantes que ocuparam a praça, disse, no documentário *Al midan* (2013), dirigido por Jehane Noujaim, que aquela Tahrir “embelezada” não era a Tahrir deles e que sua reforma era um meio de manipular as pessoas; um outro homem completou, aparentemente perguntando a um dos militares que circulavam pela praça: “por que querem estragar o que fizemos?”. A memória do levante se imprime como tatuagem nos espaços; é uma herança, e não se vai facilmente.

ANÁLISE: SOBRE A FISIOGNOMIA DAS DATAS

Chamamos a pesquisa “arquiteturas da insurreição”, e essa tentativa – de estudar uma muito particular arquitetura – desembocou justamente na tradição insurrecionista da filosofia. Ancora-se, tantas vezes, em duas das teses de Walter Benjamin sobre o conceito de história: as teses 14 e 15, que tratam da interrupção do tempo histórico, da interrupção do contínuo histórico e do tempo das revoluções.

1848, 1871 e 1968 em Paris. 1848: a repercussão dos levantes proletários em toda Europa; 1968: arquiteturas e cidades do socialismo; e depois, junho de 2013, no Brasil: um debate continuado nas escolas de arquitetura há mais de duas décadas sobre as relações entre estética e política, desenho urbano e política, planejamento urbano e participação. Então, feito avalanche, a compreensão de novas esferas de mobilização, a internet, as redes sociais – afinal, a insurreição afirmava uma nova feição.

A primeira coisa a esclarecer é como fazer essa investigação desse momento de interrupção, sua antecedência e sua posteridade; de onde viriam as informações, para além do levantamento em arquivos onde estão os mapas sobre a Comuna, sobre 1848, sobre 1830, as biografias das cidades, a narrativa que está na literatura de ficção, Vitor Hugo, o surpreendente acervo fotográfico da Comuna de 1871, alguns textos escritos já ao final da década de 1990, Naomi Klein, Toni Negri... Mas, de qualquer modo, prevalecia o entendimento de que o protesto ressignifica, desvia os usos dos lugares.

1999 em diante: esses são movimentos de demanda transnacional com forte acento na crítica local de decisões macroeconômicas e que afetam os governos locais e as suas economias também microlocais. A real mobilização aconteceu porque afetava-se diretamente a vida cotidiana das pessoas; ali, se dava a construção das demandas, queixas, reivindicações. Mudara a natureza da insurreição porque mudava a estratégia de mobilização: ela passava a se dar nas redes sociais, nas plataformas eletrônicas e, sobretudo, nas conexões virtuais. Que texto, afinal, é possível escrever sobre uma insurreição urbana? Que narrativa é possível de nos permitir pensar essas singularidades? Quem são

essas singularidades, quem são essas subjetividades múltiplas, quem se junta pra protestar?

O BRASIL, A GREVE E A CIDADE: A GREVE DOS NEGROS DE SALVADOR EM 1857

Revolta! Seria adequado caracterizá-la como uma súbita mudança no movimento dos corpos que ocupam as cidades? Sim, as cidades, esses nós territoriais, nos quais se transformam mais depressa as relações econômicas e sociais, bem como as relações de trabalho. Investigar se os conflitos definidores de tais relações, ou melhor dizendo, de que modo tais conflito estão fisicamente expressos no território é um enigma excitante que fenômenos como a greve podem ajudar a decifrar. No Brasil, construído sob o signo de quatro séculos de escravidão racista dos africanos, os bairros das grandes cidades se dividem entre aqueles onde os negros e mestiços vivem e aqueles onde negros e mestiços trabalham. O que seria da cidade se esses trabalhadores fizessem greve? Segundo Milton Santos (2007), a segregação imobiliza as classes urbanas subalternas pelo transporte precário e preço da moradia em bairros centrais.

Sob tais condições de controle dos movimentos que atingem em cheio a população afrodescendente, “libertada” no ocaso do século XIX, não se pode creditar o surgimento de insurreições urbanas unicamente a ligações com a luta sindical dos imigrantes de origem europeia, que alimentavam a incipiente indústria brasileira de então. Não se trata de ignorar o legado histórico dos trabalhadores imigrantes, mas de uma consideração de ordem cronológica. Em fins da década de 1820, por exemplo, africanos livres e escravizados, juntamente com demais trabalhadores livres, lideraram um paro na Fábrica de Pólvora Ipanema, exigindo uma série de melhorias, como diárias e melhores rações na fábrica – por sinal, propriedade da “realeza”. Em Salvador, Bahia, é possível descrever uma clara transição no caráter das insurgências ao longo do século XIX. Os conflitos iniciais baianos se articulavam em torno de questões étnicas mais estritas, a exemplo da Revolta dos Malês. Ações mais abrangentes, com recorte de classe

mais preciso, passaram a ocorrer com maior frequência ao longo dos anos. O vínculo com a questão racial, no entanto, se mantém. Da parte do Estado, paralelamente, ocorre gradual criminalização da pobreza e surgimento de mecanismos de vigilância, sempre articulados com os espaços urbanos do trabalho negro.

A Greve Negra de 1857 (REIS, 1993), marco épico de lutas raciais e de classe, foi levada a cabo por africanos, escravizados, alforriados e libertos, população de origem diversa que forjava identidades comuns em meio à exploração e repressão. Ainda que persistissem vestígios de lutas intestinas entre grupos africanos, elas foram atenuadas em 1857 pela necessidade de união e resistência da luta comum. Tendo seus corpos constantemente devassados, os africanos foram capazes, ainda assim, de comandar um movimento que parou a cidade por mais de uma semana. O modo como o grupo elaborou o levante, congelando uma das maiores e mais importantes cidades do Brasil da época – e sua primeira capital –, é um processo que merece ser explorado pela historiografia das insurgências. A compreensão de um fato histórico de tal dimensão vai além da mera narrativa de um passado perdido, especialmente quando as possibilidades de ocupação das cidades e a luta pela vida e dignidade de suas parcelas empobrecidas enfrentam dificuldades ainda profundas, reflexo contínuo de modelos de opressão supostamente superados.

O professor João José Reis, no artigo “A Greve Negra de 1857 na Bahia”, de 1993, foi pioneiro em explorar as peculiaridades do evento. Até então, pouco se havia falado da greve, já decorridos tantos anos de seu desfecho. O autor, que ganhara o Prêmio Jabuti no ano anterior, em 1992, por conta da obra *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, consolidava seu estilo de escrita da africanidade atlântica, combinando dados densos e fluidez narrativa, ciência de qualidade, acessível a um público amplo. O título do artigo, “Greve Negra”, foi uma escolha política de Reis. Enfatiza, a um só tempo, o caráter étnico do conflito unido ao de insurgência trabalhista, introduzindo o vocábulo “greve”, inexistente no Brasil oitocentista. Cabe aqui recordar a origem da palavra “greve”, que herdamos do francês, língua na qual tem o mesmo significado do português. Foi usada inicialmente para classificar os trabalhadores

da Place de Grève – hoje, Place de l’Hôtel-de-Ville –, outrora o mais importante porto de Paris e lugar em que se reuniam desempregados e, posteriormente, trabalhadores insatisfeitos em busca de melhorias funcionais, daí surgindo o termo “grevista”. Reis cria, assim, um paralelismo entre esses territórios e tempos de luta. O principal ponto de encontro dos “ganhadores” de Salvador era, também, a zona do porto, a chamada Cidade Baixa, onde transitavam, buscavam emprego, notícias, tomavam cachaça, vadiavam e, naturalmente, onde conspiravam.

Fazer ressoar a greve de 1857 – acontecimento, a um só tempo, peculiar e exemplar – é o mote que inspira a ousadia de escrever a esse respeito em 2019. Pedindo a Reis licença para desdobrar o trabalho de “lembrador de inconveniências” da sociedade, como diria Peter Burke, nos lançamos à tarefa de memória, material do presente capítulo. Acrescenta-se aqui o imperativo de observar novos significados, atualizando o debate com dados do presente, considerando que, entre 1993 e 2018, ocorreram transformações vertiginosas no mundo, incluindo o acesso mais veloz a documentos, como o próprio artigo, publicado uma única vez, mas disponibilizado em imagens de pdf da cópia original pela Universidade de São Paulo (USP). Impressionante, ainda, foi assistir ao Brasil inteiro sendo congelado pela greve dos caminhoneiros de maio de 2018, pouco depois de enviar a primeira versão deste capítulo. Analistas de esquerda e direita disputavam narrativas sobre o fenômeno, notícias falsas de toda a natureza eram trocadas nas redes sociais, conflitos entre os grupos que faziam a greve, o governo federal de legitimidade duvidosa, entidades patronais articuladas, enfim, quase nada de consenso havia em torno desse fenômeno humano, senão que eles tinham o poder de, literalmente, parar o Brasil; surpreendente, justo num momento de apatia política que parecia congelar os atores mais articulados de nosso cenário social.

Em se entendendo a cidade como uma máquina, é forçoso presumir que seu funcionamento se deva a algum tipo de motor. As cidades são, no entanto, máquinas únicas, materializações da história, cultura, geografia e sociedade de cada local. Assim, se o motor de Londres no século XIX era seu parque industrial, recheado de máquinas a vapor que queimavam o carvão abundante das minas inglesas, o centro

mesmo do capitalismo, no caso da cidade do Salvador, no mesmo período, o motor da cidade era a mão humana. A mão de negros, escravizados ou não, no exercício de trabalhos precários, movimentava absolutamente tudo na cidade da Bahia, um dos grandes portos da periferia do mundo atlântico. Londres e Salvador parecem demarcar uma diferença abissal, mas o carvão inglês era retirado por homens em regime rudimentar de trabalho, análogo aos regimes de servidão, ao tempo que nas indústrias canavieiras do entorno de Salvador, no chamado recôncavo baiano, homens escravizados conviviam com o trabalho assalariado em usinas movidas também por máquinas a vapor. Seria esse abismo tão largo assim? Seria tão largo o abismo daquele tempo com o do precariado no século XXI? Tratemos, pois, das particularidades de Salvador, a maior cidade negra fora da África, de tantos entrelaçamentos de classe, racismo e opressão, bem como de resistência dos oprimidos a tais condições.

Em 1857, na capital da Bahia e possivelmente maior cidade do Brasil, o principal modo de transporte de pessoas e mercadorias eram os chamados negros de ganho – ganhadores e ganhadeiras –, carregadores que levavam as chamadas cadeirinhas de arruar, sacas de fumo, cana, água potável, fezes (sim, fezes), bem como todo o tipo de manufatura que as elites locais importavam da Europa. Os carregadores de mercadoria pesada se organizavam em grupos chamados “Cantos”, nome polissêmico que representa em diversas dimensões o trabalho negro urbano. Os escravizados de ganho deveriam entregar ao “proprietário”, periodicamente, uma quantia fixa em dinheiro. Quase sempre deveria prover seu próprio sustento, podendo eventualmente morar em quartos alugados ou cortiços, nas zonas à margem da cidade, onde também habitavam africanos livres. Mesmo brancos empobrecidos, mestiços e negros nascidos no Brasil se mantinham à margem desse tipo de serviço de carga, visto como degradante. A divisão em verdadeiras castas, paralela à crescente criminalização da pobreza, se dava em conjunto com a “elitização do ócio”. A “ralé brasileira”, como define Jessé de Souza, possui cor e lugar definido no Brasil, deve estar presente na cidade formal apenas em funções de trabalho e se recolher para seus casebres ao cair da noite, toque de recolher sem guerra. Sem guerra... Os efeitos urbanos desses hábitos persistem na aridez dos espaços públicos dos modernos projetos de

habitação “de interesse social”, resumidos a quadras de futebol, quando existem, ou da concentração, por outro lado, das áreas verdes e do lazer contemplativo em bairros luxuosos e condomínios fora da cidade.

A exploração dos ganhadores estava diretamente ligada à soma, em espécie, que deveriam ofertar periodicamente, permitindo certa flexibilidade na escolha do serviço a ser feito. Era frequente que o ganhador fizesse dinheiro em batuques, rodas de capoeira, adivinhações, artesanato. Essas formas de trabalho precário guardam, por suas condicionantes, semelhança constrangedora com o capitalismo do século XXI, do carregador de cadeirinhas ao Uber, ou ao caminhoneiro sem sindicato – o que interessa é a exploração do trabalho alheio, independentemente das condições. Convivemos no Brasil, também, com serviços informais idênticos aos do passado, a exemplo dos meninos que transportam cargas e até mesmo pessoas em seus carrinhos, nos supermercados e nos balneários em torno de Salvador.

Existia, porém, uma diferença fundamental nos modos dos africanos de encarar o tempo e o trabalho, que se chocam com a forma como tais métricas são tomadas no sistema capitalista. O trabalho era medido pelos africanos em volume de serviço, e não pelo tempo cronológico empregado na função. A diferença foi observada por viajantes, como o inglês James Wetherell, que, tendo vivido na Bahia entre 1842 e 1857, se impressionava com a liberdade com que os africanos geriam o próprio trabalho: “são extremamente independentes, eles antes perderiam a chance de ganhar um salário do que carregar mais do que considerem conveniente”, declarou. João José Reis descreve isso como um modo de oposição ao trabalho/mercadoria frente a modos de trabalho ancestrais, o que resultava em frequente desobediência às tentativas de controle do Estado. O descompasso com o modelo capitalista europeu ficava, assim, evidente.

É preciso demarcar o papel dos mencionados Cantos, pequenos grupos de carregadores que foram os principais articuladores da Greve Negra, justamente os que levavam as cargas mais pesadas. O Canto era composto por quatro, seis ou oito homens, que faziam sua atividade entoando músicas, frequentemente em iorubá. Cantavam mais forte quanto mais pesados eram os fardos. Os Cantos possuíam ritos e

códigos de conduta próprios, que remetiam a modelos comunitários da África Ocidental. Grupos etnicamente delimitados, cada Canto tinha um nome respectivo ao local (canto) da cidade em que se reuniam. A etimologia do nome vem de esquina, encruzilhada, lugar fundamental na cultura da África Ocidental pelo sentido místico, bem como da lógica comercial, pois eram locais de encontro e visibilidade no tecido urbano, mas também cantavam. Tomavam nomes como Canto do Portão de São Bento ou do Canto do Cais Dourado, mas os grupos não ficavam estacionados; eram fluidos, se mantinham em movimento nos serviços pela cidade. (REIS, 1993, p. 13)

Como se as ruas mesmas se atravessassem por meio de seus corpos negros, confundidos na massa da cidade, o ato de parar constituiria uma quebra desse mimetismo, ato iminente de vontade humana. A potência das esquinas ia além: nos locais, conviviam artesãos de toda espécie, vendedoras de quitutes, notícias entre africanos estabelecidos e aqueles que recém chegavam à terra. Havia também eventuais reclamações sobre os Cantos por incômodo à ordem pública, devido aos batuques ou mesmo associações a acusações de furto de lojas e de mercadorias, infladas pelo medo, ligando trabalho negro e crime. Ao contrário da imagem de desordem que brancos tinham do serviço, que suportavam por dele necessitarem, os Cantos tinham normas de conduta rígidas, sempre coordenadas pelo “capitão de Canto”, reconhecido em cerimônia pelos seus e pelos demais Cantos – hierarquia que não refletia, necessariamente, aquela do mundo dos brancos, havendo, por exemplo, capitães escravizados com subordinados livres. Muitos componentes dos Cantos eram militares em suas nações de origem ou mesmo aristocratas e sacerdotes, condições que eram renegociadas no contexto particular da vida de escravizados no Brasil, da travessia, da substituição dos parentescos desfeitos.

Desde a derrota da Revolta dos Malês, em 1835, a província da Bahia criou legislação para evitar casos semelhantes. Em 1836, a cidade de Salvador foi dividida em “capatazias”: tentaram substituir os capitães dos Cantos por capatazes, estes últimos sob as ordens de inspetores regionais de cada capatazia; substituíam os africanos por agentes policiais. Os inspetores deveriam ser: brasileiros de nascimento; alfabetizados; e escolhidos por um juiz, a quem dariam

conta das atividades de sua alçada. Cada inspetor e cada capataz receberia um soldo razoável, que deveria ser pago pelos próprios ganhadores; capatazes e trabalhadores deveriam carregar uma pulseira com o respectivo número de matrícula – a dos capatazes com uma insígnia de couro, por *status*. Controle, vigilância, reordenamento da população no território à revelia de seus desejos, o decreto foi visto como constrangedor e contraproducente para uma cidade dependente dos ganhadores, desagradando, inclusive, parte dos senhores. O decreto teve que ser suspenso, por ser impraticável, devido às diversas formas como os ganhadores a burlaram e pequenas paralisações, que semeariam a forma da greve de 1857. Rapidamente, acabaram-se os capatazes; do mesmo modo, retornaram os Cantos.

Ainda assim, posturas municipais tornaram-se o modelo de controle da circulação dos africanos (REIS, 1993, p. 21); o negro era elemento a ser apenas tolerado em certos espaços. O chefe de polícia encarregado no período da Revolta dos Malês tornou-se governador da província em 1850, estabelecendo crescente perseguição aos africanos, o que influenciou no retorno de alguns aos países de origem, transportados pelas mesmas companhias que os traficaram e a seus antepassados, anos antes, para o Brasil. Em regimes de permanente promoção da desigualdade, a pobreza precisa ser vigiada, para evitar a repetição de eventos como a Revolução Haitiana, sombra constante para os regimes escravocratas e racistas da América. A importância dos escravizados e a brutalidade do regime eram tais que, em junho de 1857, a Câmara Municipal de Salvador publicou postura determinando que os ganhadores fizessem registro junto à municipalidade, ao custo de dois mil réis como taxa de matrícula, além de três mil réis por placas com o número da matrícula, que teriam uso obrigatório e seriam dependuradas ao pescoço. As taxas seriam pagas pelos próprios negros, além da apresentação de um fiador, no caso dos negros libertos, que seria responsável pelo comportamento do matriculado. A quantia era bastante elevada, equivalente a 15 quilos de carne, à época. A lei seria aplicada apenas aos ganhadores, e não às ganhadeiras. A postura seria uma entre muitas legislações de vigilância do homem negro, visto como encarnação de toda a violência, a partir de meados do século XIX até as primeiras décadas da república, como ato para disciplinar o espaço urbano. (REIS, 1993, p. 13)

No dia 1º de junho de 1857, segunda-feira, data em que entraria em vigor a medida de cadastro e “emplacamento” dos ganhadores, a cidade de Salvador amanheceu vazia. É greve! A elevada proporção de negros na cidade e o fato de constituírem uma comunidade necessariamente móvel, pela sua própria ocupação, além do deslocamento entre os locais de trabalho e de moradia, preocupavam as autoridades vigilantes. A escravidão urbana era uma “escravidão sem feitor” (REIS, 1993, p. 12), por conta das formas de trabalho, mas, ao longo do tempo, o medo converteu as forças policiais em feitores.

A grande maioria dos ganhadores de então, escravizados ou libertos, era de origem nagô (iorubá), o que ajudou a consolidar redes de solidariedade e resistência cultural. Apesar de virem de grupos diversos da região do Benin, alguns hostis entre si, forjaram no Brasil uma unidade possível. Essa forma de solidariedade guardava negociações, diferenças e mesmo disputas internas; afinal, cidade é política. A greve carregava a memória de levantes anteriores, os quais conferiam experiência na disputa com os agentes oficiais do poder e na articulação entre grevistas, fatores desenvolvidos também pelo convívio urbano de todas essas populações, que, aliás, carregavam para o Brasil uma tradição urbana iorubá.

A experiência desastrosa de 1836 influenciou uma lei “mais branda” de controle: em 1857, haveria “apenas” o registro de matrícula, inscrito numa placa a ser dependurada pelo pescoço, sem o fim dos Cantos. Dada a ordem do “emplacamento” dos ganhadores, a greve começou com adesão total. A revolta permitiu, pela ausência, perceber o poder dos africanos. Como toda greve, era aposta e era revelação, desnudava, momentaneamente, a origem do trabalho; subvertia a disputa política. O presidente da Bahia suspendeu a cobrança no segundo dia, a Câmara advertiu que o problema era menos a taxa única, mas o desejo de não se sujeitarem aos registros, tentando convencer o presidente a acabar com a greve com apoio da polícia e das forças armadas. No terceiro dia, a elite da cidade, já em desespero, não tinha dúvidas de que o motivo da greve era a marcação simbólica das placas, e os escravizados começaram a ser registrados por seus senhores à força. Alguns negros, obrigados a ir para as ruas, sofriam vexações de todo tipo dos colegas, lhes batiam, arrancavam

as placas, eram colocados em rodas para ouvir cantos humilhantes, sofriam troças de mulheres, eram apedrejados por crianças, como verdadeiros piquetes contra fura-greves.

Sublinhando a participação das mulheres, Reis nota que elas seguiam livres para trabalhar por toda a cidade, carregando informações e, provavelmente, alimentando a crédito os africanos grevistas, visto que elas dominavam, quase que completamente, o comércio de alimentos. Assim, a greve seguiu forte, pelo quarto dia e também pelo quinto, nutrindo pesadelos entre os brancos. O *Jornal da Bahia*, edição de 5 de junho de 1857, anunciava que a província da Bahia estaria sendo “governada por africanos”, assim mesmo, em negrito, dando às palavras a visualidade da escravidão. Os africanos no Brasil eram chamados de “pretos”, em oposição ao termo “crioulos”, que denominava os negros aqui nascidos. Na terça-feira, 9 de junho, a Câmara reeditou o decreto cedendo em alguns pontos. O transporte dos ganhadores começou a se normalizar, mas muitos pretos apareceram para trabalhar sem usar as placas ao pescoço. No dia 12, alguns africanos foram vistos com as placas pela cidade. Elas não faziam parte da paisagem soteropolitana por muito tempo; pela desobediência, caiu em desuso, não sem antes resultar em brigas e prisões.

Assim como na Salvador do século XIX, no Rio de Janeiro do século XXI, o governo – no caso, o federal – decretou, em fevereiro de 2018, uma intervenção militar. Isso se deu após emitir o Decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), assinado no final de ano 2017, que passou a ser usado pelos militares como justificativa para, com celulares pessoais, registrarem o documento de identidade e o rosto de todas as pessoas que transitavam pelo bairro Vila Kennedy. Novo absurdo, as mesmas justificativas.

Durante a redação deste capítulo, fomos surpreendidos pela morte trágica de Marielle Franco, vereadora na cidade do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), feminista, negra, lésbica, favelada, ativista dos direitos humanos, recebeu quatro tiros na cabeça dentro do carro em que retornava de um encontro de mulheres negras. Todos sabemos quem matou Marielle, todos sabem que foi uma execução política. Debates entre setores da esquerda disputavam a

memória curta das redes sociais, discutiam se Marielle era mais vítima do racismo ou luta de classes. A interseccionalidade das lutas, ela trazia no corpo e na vida. Se a Greve Negra de 1857 teve sucesso, pelo raro momento em que se cruzaram organização coletiva, vida urbana, identidades forjadas nas lutas e derrotas políticas anteriores, ela não ocorreu pelo apagamento de conflitos internos, verdadeiros. Pensar a ocupação das cidades pelos corpos é também pensar os corpos que ocupam as cidades. A Greve Negra de 1857, assim como a luta de Marielle, são exemplos de corpos violentados de múltiplas maneiras e que, ainda assim, conseguem reagir e desvelar verdades profundas. São potências de paz e o são justamente por surgirem em uma nação onde paz e pão são tratados como privilégios. Negritude, classe e crime no Brasil seguem conectados. O encarceramento e o trabalho subalterno crescem. A partir de 1831, proibido oficialmente o tráfico internacional de escravizados, o governo passou a policiar e apreender navios negreiros. Os negros que eram confiscados em tais condições eram alocados em obras públicas, trabalhos compulsórios em troca de soldo miserável, ironicamente, passando a ser denominados “africanos livres”.

DESDE SEATTLE: SUBVERSÃO URBANA

Embora haja uma continuidade em relação aos levantes passados, há características nos movimentos anticapitalistas desde o fim do século XX que nos permitem observá-los como marco para o novo momento das práticas insurgentes contemporâneas. Nota-se que elas estão inseridas no contexto da globalização neoliberal e da crise de governabilidade e representatividade dos sistemas políticos e do Estado de bem-estar social. Cabe destacar aqui que esses movimentos exploram as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) na disputa urbana. Os levantes metropolitanos, ao se oporem à regulação da metrópole, são “uma refundação da cidade” (NEGRI, 2010, p. 207) e consideram a multiplicidade de corpos, de performances, de pensamentos e a organização em redes heterogêneas e descentralizadas. Esse modo de funcionamento em redes se caracteriza por não possuir uma estrutura definida e coesa. Ele é resultado da união de pessoas vinculadas ou não a outras redes ou organizações, que não necessariamente compartilham as mesmas

posições e contextos sociais, políticos, culturais, ideológicos, territoriais e históricos, mas possuem demandas, posturas e predisposições que possibilitam uma convergência, imediata ou duradoura.

A forma de organização desaglutinadora é ao mesmo tempo vinculada e oriunda do acesso às NTIC. Ela possibilita uma postura “supraterritorial” e “supradiscursiva” que contribui para que as insurreições da década de 1990 em diante ocorram simultaneamente em diversas partes do globo. A simultaneidade diz respeito não só ao acontecimento em diversos espaços do mundo ao mesmo tempo, mas envolve também a possibilidade de se estabelecer um diálogo entre os vários pólos de luta espacial que se abre à troca de informações e de visibilidade em escala internacional e em tempo real.

Historicamente, os movimentos sociais dependem da existência de mecanismos de comunicação específicos: boatos, sermões, panfletos e manifestos passados de pessoa a pessoa, a partir do púlpito, da imprensa ou por qualquer meio de comunicação disponível. Em nossa época, as redes digitais, multimodais, de comunicação horizontal, são os veículos mais rápidos e mais autônomos, interativos, reprogramáveis e amplificadores de toda a história. (CASTELLS, 2013, p. 19)

A ação nas redes digitais, seu poder de divulgação e propagação, contribui para dar corpo ao levante nas ruas. Na revolução tunisiana entre 2010 e 2011 – primeira da Primavera Árabe –, o vídeo da autoimolação do vendedor de frutas e verduras, Mohamed Bouazizi, num ato solitário de protesto na pequena cidade de Sidi Bouzid, na região central da Tunísia, em 17 de dezembro de 2010, é que desencadeou uma série de outras ações, cada vez maiores, em outras regiões do país, e os levantes de rua seguiram sendo filmados e divulgados. De acordo com Castells (2013, p. 25, grifo do autor):

A difusão em vídeo dos protestos e da violência policial pela internet foi acompanhada de convocação à ação nas ruas e praças das cidades de todo o país, começando nas províncias centro-ocidentais e depois atingindo a própria Túnis. A conexão entre comunicação livre pelo *Facebook*, *You Tube* e *Twitter* e a

ocupação do espaço urbano criou um híbrido espaço público de liberdade que se tornou uma das principais características da rebelião tunisiana, renunciando os movimentos que surgiriam em outros países. Formaram-se comboios de solidariedade, com centenas de carros convergindo para a capital.

A lógica sob a qual se dá o hibridismo digital-concreto nas metrópoles é alterada no contexto dos levantes. A cidade-global passa a se referir não à objetividade das relações capitalistas, mas às subjetividades das relações humanas. A noção de vizinhança, historicamente tão importante para as lutas urbanas, extrapola nesse contexto a dependência da proximidade física: os dissabores e as condições de existência e resistência, na medida em que são compartilhadas em escala nacional e internacional, criam proximidades supraterritoriais. Por exemplo, a revolução tunisiana começou a ganhar corpo nas províncias para depois se espalhar para a capital. (CASTELLS, 2013, p. 24) Uma das ações do 15M da Espanha nos é ilustrativa no que tange ao papel das NTIC nesse movimento periferia-centro.

Durante [o mês de julho de 2011], várias marchas se iniciaram em diferentes pontos da Espanha e convergiram para Madri no dia 22. Os manifestantes caminharam em passeata por cidades e aldeias, explicando os motivos do protesto, obtendo a adesão de muitos outros durante a jornada. Quando chegaram a Madri, após centenas de quilômetros a pé, foram saudados por multidões que os apoiavam e que se juntaram a eles para a etapa final. No dia 23 de julho, na Puerta del Sol, uma manifestação reunindo cerca de 250 mil pessoas reafirmou a determinação do movimento de continuar lutando pela democracia e contra o gerenciamento injusto da crise econômica. (CASTELLS, 2013, p. 90)

Nota-se que a utilização de meios tecnológicos de comunicação por meio digital não necessariamente simboliza a desvalorização da relação do corpo no espaço, que, ao contrário, é reafirmada. Essa dinâmica que se desenrola no território e se internacionaliza tende a conduzir os movimentos para o centro, sendo que essa condução metropolitana se apresenta mais como potência de mudança do que como subordinação ao sistema no momento em que nesse espaço se opera a hegemonia do capital. É um movimento inverso, de importação de ideias que

vêm da periferia e passam a ocupar o lugar do centro.

Os movimentos anticapitalistas na contemporaneidade surgem e residem na coexistência da diversidade: há um contexto de crise de representatividade e também uma compreensão do papel do sistema capitalista no engendramento e na manutenção das condições da vida em escala internacional. A existência desses movimentos, desses levantes e desses discursos se fundamenta na manutenção da diversidade e da simultaneidade. A mutabilidade se apresenta como tática dessa manutenção – o “inesperado”, o “incontrolável” – na medida em que pretende conservar a força dos movimentos frente às forças de regulação, sejam elas subjetivas, “osmóticas” (os grandes veículos de comunicação, os sentidos comuns), ou pragmáticas (a ação policial, as leis) – sabendo-se bem que essas forças reguladoras não são estanques; elas também se transmutam e se adaptam.

A pluralidade das ações insurgentes e seu caráter mutante inerente são importantes enquanto aspectos de organização espacial dos protestos de rua. A heterogeneidade tomada como pauta de gestão se reflete no uso dos espaços. Na organização do N30 de Seattle, que conservava o sistema de assembleias característico dos Dias de Ação de Global e de outros levantes contemporâneos, com seus discursos de autonomia e horizontalidade, surgiram os grupos de afinidade e os blocos que reuniam pessoas com interesses em comum num sentido mais tático e performático do que discursivo. (DI GIOVANNI, 2007)

As pessoas se encontravam e conviviam no Centro de Convergência para discutir e preparar as ações antes e depois dos protestos, os diversos agrupamentos e suas diversas demandas convergiam na tentativa de perturbar e impedir que as reuniões acontecessem. Tendo em vista esse fator, a interpretação que cada agrupamento fazia da cidade como espaço e recurso de revolta e expressão era autônoma, assim como era autônoma a decisão acerca do grau de envolvimento corpóreo nos potenciais enfrentamentos com as forças policiais. Essas autonomias são definidoras da distribuição espacial dos grupos nos dias de atuação. E são essas ações, acontecendo simultaneamente e distribuídas em áreas diversas e estratégicas, que permitiram o sucesso desses dias de ação direta. (LUDD, 2002)

Em setembro de 2000, no Dia de Ação Global em Praga, durante a reunião do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), uma multiplicidade de grupos com identidades distintas se organizou numa ação de rua de grande porte coordenada e simultânea em que cada um se reconhecia a partir de cores. Dificilmente os grupos teriam tido êxito se tivessem agido isoladamente em ações de pequeno porte. A simultaneidade permitiu o desenvolvimento descentralizado e compartilhado do acontecimento. Os blocos Rosa-prateado, Amarelo e Azul ocuparam pontos estratégicos da capital e adotaram, respectivamente, uma postura “carnavalesca”, uma postura defensiva-combativa e uma postura agressiva. Assim, desarticularam a ação policial e conseguiram avançar em direção ao centro de convenções, bloqueando suas saídas. Em três dias, o evento internacional foi suspenso. (DI GIOVANNI, 2007)

O inesperado trazido pela heterogeneidade desse tipo de levante excede os limites e convenções da vida urbana. As ações se orientam umas em relação às outras ou em relação a elas mesmas por noções de luta, de festa e de confraternização. O simultâneo toma o lugar do homogêneo. Em termos específicos de ação direta, os acontecimentos de Praga puderam ser considerados bem sucedidos na medida em que atingiram o objetivo a que se propuseram. Todavia, a condição de existir como multiplicidade simultânea ora se apresenta como força e ora não, o que contribui para a dificuldade de estabelecer propostas coesas para uma mudança social a partir dessas insurreições.

A ideia de que a gestão da heterogeneidade, pela autonomia e horizontalidade, possa funcionar plenamente é utópica, sabemos. Ela parece revelar antes e bem mais um desejo do que, de fato, um modelo, estrutura coesa, de ação e relações; a subjetividade em lugar da objetividade. Essa forma de gestão, que parece forçar os limites das relações pessoa-pessoa, pessoa-espaco, pessoa-tempo, não resulta em algo passível de ser apreendido, compreendido em plenitude; o que há são dimensões, linhas de onde se pode assimilar níveis de compreensão.

Na medida em que força os limites, a insurreição estabelece relações complexas entre aqueles envolvidos na sua dinâmica, direta ou

indiretamente. Dizemos “força” porque há, nesse contexto de levante, uma série de traços, convicções e posicionamentos que não são compartilhados por todos, mas que, dada a coexistência, se relacionam e se tensionam. A imagem midiática do Black Block, de maneira geral, é sintomática nesse aspecto: existe uma crítica ao sistema capitalista que, em nível de discurso, é mais palatável, especialmente para aquela parcela da sociedade que recebe sobre si o vigor bruto de um sistema econômico e cultural. Para além do discurso, existe a reverberação nas ruas desse posicionamento e dessa crítica. Aí então o limite se força: na experiência estética vivenciada nos espaços insurgidos.

Desde antes do N30 até depois dos protestos contra a reunião do G20 em Hamburgo, são muitos os momentos em que espectadores e manifestantes se opõem: aos atos de protesto que envolvem a destruição de uma agência bancária, de uma concessionária e de outros símbolos do sistema capitalista e da lógica de propriedade privada; ou à agressividade como forma de lidar – respondendo e provocando – com os mecanismos de poder e suas múltiplas formas de se exercer. E esse posicionamento, antagônico, resultado e estímulo de uma construção midiática que tem importante papel na opinião pública, contribui para uma deslegitimação desses levantes. A oposição à performance, à prática, rebate na forma de compreender e concordar (ou discordar) dos discursos e das demandas.

Todas as ‘greves selvagens’ e insurreições populares, dos *communards* aos zapatistas, sempre foram pelo menos em algum momento – até quando os defensores da ordem estabelecida puderam sustentar seus discursos – descritas como irrupções de violência, na tentativa de isolá-las, criminalizá-las e desqualificá-las moralmente. (LUDD, 2002, p. 12, grifo do autor)

Os atos do J20 em Gênova, em julho de 2001, são considerados por diversos ativistas como um momento de guinada para os movimentos anticapitalistas: ali, se encontraram mais de 200 mil manifestantes, um número inédito nos Dias de Ação Global; e também ali se acentuaram fortemente as tensões da dinâmica de coexistência entre os diversos, chegando-se de fato à ruptura. (ANDREOTTI, 2009; DI GIOVANNI, 2007; KLEIN, 2006)

Segundo Di Giovanni (2007), em Gênova, a estratégia combinou a heterogeneidade de manifestações simultâneas que tinham como objetivo comum cercar os chefes de Estado, assim como havia ocorrido em Praga. A ação policial também havia começado dias antes dos atos, dividindo a cidade por zonas de cores, restringindo o trânsito de pessoas, fechando aeroportos e realizando diversas *blitze*. (ANDREOTTI, 2009) Durante os atos, os confrontos entre manifestantes e policiais foram intensos, com uma violenta repressão – que, embora já característica dos Dias de Ação do Global, vinha aumentando gradativamente –, e atingiram seu ápice durante o J20, com prisões em massa, desaparecimentos, espancamentos e tortura.

Na medida em que, especialmente – mas não somente –, a violência e o vandalismo são atribuídos aos Black Blocks, eles passam a ser identificados como desencadeadores dos ataques promovidos pela polícia. Essa identificação tende a ser equivocada, uma vez que a primeira ofensiva policial se deu alheia a qualquer provocação vinda dos manifestantes e havia sido direcionada a grupos pacíficos. (ANDREOTTI, 2009, p. 94) Muitos desses grupos se posicionaram contra os Black Blocks, acusando-os de deslegitimar os protestos. Uma prática comum durante as ações de rua foi a de cercar o acesso a algumas vias na tentativa de impedir o avanço do bloco, “entregando-o” à polícia, que se aproximava. O posicionamento contra a agressividade das ações diretas não se inicia nem se encerra em Gênova. Evidentemente, essa rixa segue acompanhando os levantes ainda hoje e é uma importante tônica da cobertura midiática, que vai, inclusive, contribuir decisivamente para esse discurso da “tomada de posição”, mas ali – especialmente se se considerar que, durante os atos de Praga, em 2000, havia sido possível se falar numa espécie de “harmonia” entre as diversas performances –, o conflito adquire traços de ruptura irreconciliável (ANDREOTTI, 2009, p. 95), tanto por parte dos acusadores quanto por parte dos acusados. A partir de Gênova, diante dessa ruptura, ganha força, especialmente entre os grupos “moderados” que pretendiam se afastar dos “violentos”, o discurso da necessidade de propor, debater e buscar efetivar propostas e agendas num diálogo mais institucionalizado. (ANDREOTTI, 2009; LUDD, 2002)

A reação à depredação e à agressão irá se amparar na conduta, no juízo de valor de “certos” e “errados” construídos e estabelecidos na sociedade, e encontrará respaldo no repertório visual atribuído ao belo na cidade, repertório que não comporta a destruição de mobiliário urbano, fachadas etc. A imagem da subversão é suja e libertina; logo, é um índice de algo a ser combatido.

Na insurreição, recupera-se a escala do corpo, pois a mudança é operada no nível da ação. Uma vez que a insurreição existe como movimento, ela existe mesmo como ato que parte da consciência e na concretização e da relação entre corpo e espaço. Há sempre corpos; e há sempre que se lembrar dos corpos, pois há sempre múltiplas relações com a cidade que respondem a diferentes pontos de vista. Para que haja levante, algo ocorre ao indivíduo para que ele decida se mover, seja por urgência, raiva, desejo de lutar, por diversão, vontade de estar lá, reconhecimento nas redes sociais. O levante é a reunião de diversos movimentos e corpos. O que antes se adequava aos padrões de comportamento social, no momento da insurgência, se torna uma “anomalia”, corpos disruptivos e refratários, que criam falhas no funcionamento compassado da cidade na medida em que as leis e convenções são postas em suspensão.

O corpo que se levanta não é, imediatamente, corpo independente, liberto; é um corpo vivenciando experiências que dialogam com a desobediência, com a luta, mas no limite do significado, da possibilidade, da utilidade e do lucro que há em desobedecer, lutar. Indender-se das regulações não parece ser uma mudança operada num esquema binário de subordinação-sublevação: é processo, contínuo. Se a insurreição não faz surgir um corpo anômalo, é possível dizer que ao menos uma espécie de ensaio há ali. O corpo que se levanta é um corpo que tem em si a pretensão de não mais obedecer; e é também um corpo que tende a se submeter a condições que, em normalidade, não se submeteria: ele se dispõe a caminhar vários quilômetros sem descanso; morar numa praça com outros vários corpos e com toda a precariedade que essa morada acarreta; responder, com pedaços da metrópole, à repressão policial. Mas esse corpo, embora a estética de seus atos e, mais ainda, da descrição de seus atos possa indicar, não é um corpo heroico; é sim colérico, mas nos parece equivocado sugerir que, por

movimentar-se, se encontraria ele – moral, ideológica, politicamente – acima daquele corpo que se mantém, a contragosto ou não, peça da metrópole. Isso, pois, da mesma forma que um corpo se levanta por diversas razões, por diversos privilégios, por diversas privações, ele também se conserva no seu cotidiano por diversas razões, por diversos privilégios, por diversas privações.

No que tange ao modo de operação dos movimentos anticapitalistas, eles partem da escala do corpo, mas se desdobram em escala mundial.

Enquanto continuarmos a identificar a nós mesmos e aos outros pelas táticas e não pelos objetivos ou idéias, corremos o risco de nos fixarmos tão rigidamente a essas táticas a ponto de transformá-las na coisa mais importante na nossa luta. (LUDD, 2002, p. 216)

Desde os acontecimentos de Seattle em 1999, pode-se dizer que os NTIC, a intensa divulgação midiática das ações, teve papel fundamental para o desenvolvimento de um novo modo de pensar a organização dos movimentos desobedientes ao passo que também orienta a consolidação institucional e global das dinâmicas de luta. Há, contudo, uma dimensão estética do levante, na sua relação com a cidade, crucial em seu papel propulsor. Uma dimensão que parece nebulosa ainda mais quaisquer tentativas de se estruturar, racionalizar e delimitar a caracterização dos atores da insurreição. Os levantes capturados, reconstruídos e disseminados das mais diversas formas e nos mais diversos meios ampliam suas dimensões narrativas e discursivas.

MAIO DE 1968: NOVAS SENSIBILIDADES, NOVAS SUBJETIVIDADES

Os acontecimentos de Maio de 1968 configuram, antes de tudo, uma mudança cultural sem precedentes, cujas consequências serão experimentadas e vividas em todas as gerações posteriores. É nítido o quanto o panorama político da sociedade capitalista ocidental foi totalmente alterado, tendo em vista a crença de que a revolução pode sim acontecer sob o jugo da burocracia e do capitalismo. A prática revolucionária conseguiu se desenvolver justamente pela necessidade

de se revisar a teoria revolucionária e suas dinâmicas, reconhecendo-se a importância do envolvimento dos mais diversos sujeitos políticos. As causas dos movimentos de juventude nos anos 1960 abrangem o sistema capitalista e se colocam contra essa ideologia dominante e propunham outros valores e práticas que iam de acordo com as vontades dos grupos rebeldes naquele momento. As críticas eram feitas contra a burocracia, a tecnocracia, o consumo desenfreado, a cultura de massas enquanto elemento alienante, se enveredam pelos direitos dos jovens estudantes, do operariado, os direitos das mulheres, o combate ao racismo, à xenofobia, a luta antimanicomial e toda sorte de frentes que tiveram, enfim, voz.

Maio de 1968 e seus desdobramentos já foram discutidos, analisados e revistos de múltiplos ângulos. O objetivo aqui não é apresentar minuciosamente todos os acontecimentos; no entanto, nos propomos a discutir o eco de Maio de 1968 dentro de seus dois maiores âmbitos políticos e críticos: a cultura e o trabalho. Além disso, tentaremos compreender de que forma e em que nível o espaço urbano influenciou e foi influenciado nos levantes de Maio. Deteremo-nos, aqui, a uma análise mais aprofundada dos atos em Paris, porém não nos esquecendo da proporção global que Maio de 1968 tomou. A efervescência de Maio na França, apesar de profundamente importante e simbólica, não deve deixar em segundo plano a diversidade de lutas e movimentos que aconteciam simultaneamente no mundo durante a década de 1960. Essa efervescência estava presente no Movimento Provos, formado por jovens anarquistas holandeses. Suas ações de caráter performático envolviam desde o transporte à habitação e ocupação do espaço público. Também em Portugal e Espanha, os movimentos estudantis entravam em conflito com seus regimes de origem fascista, semelhante à situação do Brasil e outros países da América Latina. Essa semelhança se deu em parte no apoio dos operários aos estudantes em suas reivindicações.

Maio de 68 foi a principal demonstração do potencial da onda mundial juvenil de criar um amplo movimento social e de colocar todo um sistema social em suspenso, através de uma contestação feita nas ruas no âmbito da cultura, dos comportamentos e valores. (GROPPO, 2000, p. 553)

É importante observar que a França estava longe de ser um país emergente, onde as mazelas sociais assolavam sua sociedade. Pelo contrário, na década de 1960, era considerada uma das nações nas quais o capitalismo melhor se consolidou, contando com uma industrialização já desenvolvida, um exemplo de Estado livre. Maio de 1968 ocorreu em um momento aparentemente improvável, pois, à época, a França se firmava como “um país industrial avançado, em condições de paz, prosperidade e aparente estabilidade política”. (HOBSBAWM, 2005, p. 306) Além disso, com o fim da Segunda Guerra Mundial, a burguesia não acreditava que pudessem haver insurreições num horizonte visível, tanto que, de fato, houve algumas melhorias econômicas e sociais na época, como a redução da taxa de desemprego, melhoria nos serviços públicos, diminuição da mortalidade infantil, aumento da escolaridade básica, da proteção social aos idosos e relativo aumento dos salários.

Contudo, já estava claro há muito tempo que as contradições do capitalismo não se sustentavam e muito menos atenuavam o clamor das insatisfações coletivas. Maio não se deu como o início de uma série de greves por insatisfação coletiva, e sim como uma manifestação sintomática: a emergência das agendas sociais e culturais vinha há tempos na iminência de transbordar, e o espaço para isso eram as cidades. Dessa forma, fica clara a importância de tentar compreender de que forma a ocupação e o entendimento da cidade influenciam nesse transbordamento. A falência múltipla das cidades sob o jugo do neocapitalismo acontecia tal qual num corpo: uma a uma, as estruturas falharam até seu derradeiro suspiro, que, junto a outros, entregava um verdadeiro colapso das sociedades pós-industriais. Ernest Mandel (1971) discute as contradições das sociedades capitalistas e do movimento revolucionário da época. Ele conta que um incêndio no escritório da Federação Geral dos Estudantes de Artes no dia de 2 de maio, na Sorbonne, parece ter sido o estopim para os insurretos. O fogo logo foi controlado pelos bombeiros, porém descobriu-se o emblema do Occident – movimento ligado à extrema-direita – na cena. Logo no dia seguinte, o Quartier Latin foi tomado por cerca de 200 estudantes de Nanterre em protesto aos acontecimentos do dia anterior e oito estudantes foram convocados para um comitê disciplinar na universidade. No mesmo dia, 300 alunos se reuniram

no pátio da Sorbonne e a polícia, com autorização do reitor, entrou para evacuar a universidade; muitos estudantes foram detidos ainda no dia 3 de maio. Os dias que se seguiram aglutinaram inúmeros confrontos e manifestações, levando jovens estudantes e um número crescente de operários às ruas. Em pouco mais de dez dias, o número de grevistas chegou a 10 milhões, parando dezenas de setores da indústria, da metalurgia pesada, passando pelo automobilístico, de energia, alimentício e aeronáutico.

Torna-se fundamental compreender os sujeitos políticos envolvidos na estruturação de Maio, visto que é a partir deles que se alinham as experiências, a forma cujo espaço foi apropriado e o tipo de insurreição que se estabeleceu nas ruas da Paris de 1968. Parece claro, num primeiro momento, o envolvimento dos estudantes e da classe operária. Porém, uma abordagem simplificada dos papéis e da atuação de ambos não esclarece em que nível esses sujeitos políticos transitaram nos espaços da cidade e nem de que forma suas ações desencadearam na ressignificação do espaço, na relação com a memória espacial, nas resoluções tomadas e nas reivindicações da vida cotidiana que se desenrolaram durante os atos.

A imagem de toda uma classe estudantil engajada e cada vez mais consciente de si e do papel político e social que tem em mãos acaba por determinar, erroneamente, uma fisionomia homogênea para a juventude. Sendo assim, para compreender de forma mais completa esse sujeito político, é necessário considerar o contexto não só da atribuição, como também dos indivíduos aos quais é atribuída essa classificação. Para Groppo (2000), a juventude pode ser definida como uma categoria social, isto é, vai além de limites etários restritos e não é composta por um grupo coeso em comportamento e representações. Nesse sentido, ela é uma concepção simbólica elaborada por seus integrantes que se reconhecem como jovens e também pelos outros grupos sociais que assim passam a os reconhecer a partir de suas ações e comportamento em situações sociais. No contexto de Maio de 1968, os estudantes se inserem na crítica ao sistema como futuros proletários, prestes a encarar um mercado de trabalho capitalista burocrático, hierárquico, e que se consolidaram com produto de um ensino anacrônico. Nesse sentido, as lutas dos estudantes e dos operários

podiam não ser, especialmente na instância das reivindicações, uma mesma; mas elas convergiam.

Em novembro de 1966, a IS, em conjunto com alguns estudantes de Estrasburgo, publicou o panfleto “A miséria no meio estudante” – “De la misère en milieu étudiant”. Esse panfleto considerou aspectos econômicos, políticos, psicológicos, sexuais e intelectuais da época e foi responsável por difundir as críticas situacionistas nas universidades francesas. Os *slogans*, cartazes, manifestos e quadrinhos da IS se difundiram por toda a França, foram traduzidos para outras línguas estrangeiras e inspiraram os protestos estudantis em apoio à classe trabalhadora dois anos depois de sua publicação, em maio de 1968. Com participação ativa dos jovens situacionistas, Maio de 1968 se manifestou contra a condição alienada da sociedade do espetáculo. Apesar de não ter alcançado o ideal de vida livre, o movimento dos jovens marcou o início de uma nova fase sob a perspectiva sociológica e cultural de revolução como uma celebração situacionista de jogo e liberdade.

De acordo com Guarnaccia (2015), o movimento holandês Provo, já citado anteriormente, foi o primeiro em que a juventude se organizou como grupo social independente na tentativa de influenciar as decisões políticas na esfera institucional, fazendo-o por meio de manifestações artísticas e provocações estéticas que defendiam um modo de vida autônomo e ecológico. Ao contrário dos jovens niilistas Jaquetas Pretas, que se negavam a participar da sociedade, os Provos queriam promover mudanças nos modos de vida urbanos nas instâncias de controle de comportamento partindo de manifestações artísticas vividas na cidade. Esse movimento de juventude é um exemplo que alcançou grande visibilidade graças à quantidade de pessoas envolvidas e à sua reverberação internacional.

Entretanto, para os situacionistas, a mudança no cotidiano deveria partir da revolução do modo de produção e, portanto, a potência de suas manifestações residia no enfrentamento da ordem de consumo por parte da classe oprimida: o proletariado. Nesse sentido, a IS considerava as práticas dos Provos insuficientes, pois se satisfaziam com mudanças pontuais e fragmentadas no modo de vida urbano.

A argumentação teórica da IS evidencia os motivos pelo qual os movimentos estudantis e os trabalhadores se aproximaram nas manifestações de Maio de 1968.

Maio de 1968 é produto da urbanidade. Ali, as insuficiências da vida cotidiana sob a lógica burocratizada e hierarquizada do capitalismo, que envolve – mas não se limita – o consumo, enfim, se revelam na irrupção dos universitários, desencadeadores e igualmente produtos desse processo de urbanidade que se firmava. Antes da Segunda Guerra Mundial, havia apenas 60 mil estudantes universitários na França; em 1958, quando De Gaulle chegou ao poder, esse número passou a 175 mil; e em 1968, atingiu 600 mil. (ALI, 2005, p. 288) A infraestrutura educacional, contudo, não acompanhou esse aumento: os prédios, os alojamentos estudantis e as instalações eram insuficientes e a qualidade da educação sofria com isso. Foram esses os fenômenos superficiais que deram base material à revolta que se seguia, somados à estrutura autoritária e à tentativa insensata de impor a disciplina da reitoria. (ALI, 2005, p. 288)

Maio de 1968 surgiu no meio universitário, mas a crítica ao modelo educacional arcaico das universidades era sintomática. O objetivo da contestação não era tão só uma modernização no ensino para a adequação à sociedade e ao mercado de trabalho, pois esses últimos eram igualmente rejeitados. Enquanto rede de influências, os acontecimentos de 1968 funcionam como importante ponto de inflexão no que tange às insurreições globais de crítica e combate ao capitalismo e à sujeição das instituições aos seus objetivos mercantis. A presença dos estudantes enquanto usuários e constituidores das universidades é sintoma da série de falhas presentes no sistema educacional: infraestrutura que deixava a desejar, sistema de funcionamento hierárquico e burocrático, ideologia tecnocrática etc. Tornou-se fundamental construir uma rede de comunicação que extrapolasse o trabalho que a imprensa da época vinha fazendo: mais do que corpos ocupando as ruas, vivenciando o espaço, a informação precisava ser construída e revista constantemente por estudantes e trabalhadores. Rádio, televisão e jornais pouco contavam da real dinâmica de funcionamento das manifestações, ocupações, greves e discussões nas universidades.

A descentralização da discussão política trouxe para si estudantes e trabalhadores que nunca tiveram a dimensão de que seu posicionamento fosse importante e pudesse trazer renovação. Poder reivindicar, desconstruir e criticar renovou não só o pensamento dos participantes de Maio de 1968, como também trouxe fôlego e novo uso a espaços diversos na cidade. A cidade pode experimentar a pulsação da ocupação e da vivência – e seus usuários puderam experimentar de volta a sensação de pertencimento.

Numa tentativa de articulação com a contemporaneidade, especificamente no Brasil, foi nítido o poder da redescoberta em massa do jovem em relação ao seu papel na política e ocupação do espaço urbano em junho de 2013. As manifestações de 2013, que aglutinavam tantas pautas e frentes, traziam em si o embrião de Maio de 1968 enquanto potência de ocupação e intensidade das ações no espaço público. Maio de 1968 reside numa posição midiática e quase festiva das insurreições no século XX. Retomar as discussões acerca desse período exige mais do que uma compreensão de fatos isolados e acontecimentos, mas de uma articulação política, cultural e social com as irrupções que ocorreram posteriormente. Além disso, deve-se levar em consideração que Maio irrompeu, em vários lugares do mundo ao mesmo tempo, com escalas e lutas distintas, como já foi observado.

Arrancar os paralelepípedos para usá-los como armas no combate à polícia é um ato emblemático. Sinaliza não apenas o desmanche e a resignificação da cidade – numa evocação da herança deixada pela apropriação da cidade nas revoluções históricas –, mas também a revelação culminante de uma postura antagonista e, mais ainda, combativa de que não estava deslocada à margem da sociedade, mas que, ainda assim, levanta-se contra o poder. Enfrenta-se a polícia subvertendo-se a cidade. O levante de 1968 reivindica, para além das demandas concretas que de fato existiam, uma mudança no nível da imaginação, abstrata. Uma nova forma de compreender a vida e a vida social, negando os sinônimos de progresso e modernidade.

É preciso que a imaginação tome o poder, que se realize uma verdadeira mutação do imaginário, dos desejos individuais e coletivos. O ano de 68 recusou o automóvel como sinônimo de modernidade, o trabalho industrial e o burocrático embrutecedores,

os meios de comunicação de massa e a publicidade como adestradores de desejos, o mundo científico e utilitário. Recusa, ainda, da pobreza espiritual da sociedade regida exclusivamente por determinações econômicas. (MATOS, 1998, p. 14)

O potencial criativo da imaginação, contestando as coisas dadas como certas, alcança o campo do real no espaço público, ocupado, retomado. A espontaneidade surge no vazio que, como disse Lefebvre (1968a, p. 100), está na lacuna resultante da dissociação entre o nível político e o nível da sociedade civil – performance como resultado de um pensamento. O ambiente insurgente instalado em 1968 força os limites dessa separação. Nesses tempos, nas ruas, nos anfiteatros, nas fábricas, as dicotomias desaparecem entre a atividade e a passividade, entre a vida privada e a vida social, o cotidiano e a vida política, entre a festa e o trabalho e seus locais, entre a palavra e o escrito, entre a ação e o conhecimento. (LEFEBVRE, 1968a, p. 102)

As implicações várias da vida se entremeiam, e viver a vida de todos os dias é vivê-la, simultaneamente, privada, social, profissional e politicamente. Na cidade desviada pela insurreição, a regência da sociedade desce dos parlamentos e afins. O campo político encontra o campo da liberdade e das vontades, até então distante, quase adverso, nas ruas e construções ocupadas; ocupações não apenas físicas, mas também, e talvez ainda mais, subjetivas – quando os estudantes ocuparam o Teatro Odéon, rebateram as críticas internas dizendo que se a Assembleia Geral convertera-se em “teatro burguês”; o Odéon se transformaria, então, em Assembleia Geral. (ALI, 2005, p. 293)

O Maio francês não atinge a instância da superestrutura política porque a luta não girava em torno dela, não era pelo poder ou contra o poder instalado; as “alternativas formais” que existiam – e às quais muitos do que se poderia chamar de “revolucionários tradicionais” já integrados ao sistema burocrático almejavam – não comportavam as aspirações e negações várias dos insurretos de 1968. Maio surgiu e se instalou no improviso, no caos, discursiva e espacialmente. E tomar os espaços urbanos não se trata, de fato, de uma agressão à coisa concreta, mas de uma agressão às convenções que, lhes atribuindo valores e representações de valores, afasta e categoriza de modo fictício as relações do indivíduo com seus locais de vivência e convivência.

Sob as convenções, as partes da cidade adquirem significados que não compactuam com as necessidades e desejos genuínos da existência. 1968 se opõe à ordenação espacial da vida: a cidade se torna, toda, espaço inerente de produção, existência e manifestação política e cultural, sem que se precise delimitar onde uma termina e a outra começa. O direito “se afirma na rua, a céu aberto, não só como exigência do cumprimento dos direitos, mas da instituição de novos”. (MATOS, 1998, p. 8)

Se em sua completude a cidade se torna espaço potencial para que as pessoas – e em especial, a juventude –, tão heterogêneas em si mesmas, se manifestem política e culturalmente, o poder incontestavelmente alcançado em 1968 foi o poder da linguagem. Os corpos tomam a cidade, se libertando da prisão cotidiana, e liberam a palavra em forma de panfletos, pichações, cartazes, debates, discursos, performances. “Qualquer lugar podia se converter fugazmente em uma tribuna livre, em um espaço para discussão”. (SALAZAR, 2008, p. 122, tradução nossa) E conforme se compreendia a apropriação da cidade pelo levante, os espaços da “fala política” iam dos lugares mais prosaicos – as ruas, as praças – para as estruturas mais aptas a acomodá-la, como foi o caso do Teatro Odéon e das universidades (SALAZAR, 2008), profanados em proveito dos discursos, dos corpos e da ação insurgente.

Essa história de barricadas foi, antes de tudo, uma manifestação defensiva. Parece bastante ofensivo, quando, na realidade, o que estava posto era dar a volta ou não em torno da Sorbonne que tinha sido fechada, ou seja, defender a liberdade universitária. [...] Desse modo, como a Sorbonne estava ocupada pela polícia e a Universidade de Nanterre estava fechada, as barricadas foram, antes de tudo, um grande protesto democrático contra a repressão e pela reconquista do território universitário. Foi algo improvisado, espontâneo e não produto de uma estratégia militar. Mas pode-se interpretar simbolicamente. Parece estranho, mas ninguém poderia dizer quem teve a idéia de arrancar o primeiro paralelepípedo e de construir a primeira barricada. São barricadas simbólicas [...]. (BENSAID, 2008, p. 84)

Sobre os meios, tecnologias e linguagens nos quais os principais sujeitos políticos de Maio de 1968 se amparavam, a propaganda

tem papel comunicativo central. Através de panfletos, desenhos, exposições, fotografias, cartazes e diversos outros meios, Paris soube articular em seus muros sua expressão a respeito da revolução. O conhecimento e os anseios de jovens e proletariado romperam com os confinamentos da fábrica e da universidade e foram para as ruas. Pode-se dizer que Maio de 1968 não tenha ocorrido com um objetivo final, apesar de suas causas convergirem ao capitalismo como elemento causal principal. Por irromper em diversas localidades no mundo ao mesmo tempo, lugares esses com inúmeras diferenças históricas, sociais e econômicas, as condicionantes se multiplicaram e irromperam de diversas formas. Essa multiplicidade de frentes trouxe à tona discussões importantíssimas, muitas ainda inéditas, mas sempre de contestação às estruturas vigentes, como os movimentos feministas, estudantis, LGBT, contra o racismo, luta antimanicomial, contracultura, dentre outras. A política precisou se descolar de discursos reformistas e reestruturar o pensamento e a prática revolucionária, visto que o que vinha sendo feito pouco acrescentava na realidade da dinâmica cultural e trabalhista do Ocidente no pós-guerra.

Para Groppo (2000, p. 203), tão logo a poeira de Maio assentou, “[...] houve a absorção e desmontagem dos grupos e culturas juvenis pela cultura de mercado, pelos *media* e por outras instituições da sociedade de consumo e global”. Em sua visão, todo o aparato de propostas, símbolos e comportamentos foi cooptado e serviu de adaptação daquela sociedade para uma nova, moldada pelo capitalismo concorrencial e novas estratégias de consumo, não só nos termos da cultura, mas também do trabalho. A cooptação das lutas, seus modos de ação e símbolos são constantes nos movimentos sociais revolucionários, tanto pelas alas mais liberais quanto de seu opositor ideológico direto. Ernest Mandel (1971) discursa sobre como as lutas de Maio foram resultado direto das contradições do neocapitalismo, colocando-o como componente principal da cooptação das forças revolucionárias à lógica de funcionamento do sistema.

O que começou a se criar em 1968 foi uma cultura democrática de lutas, o que não era nada evidente antes. Hoje, sim. Ninguém imagina uma luta, nem estudantil nem operária, sem uma assembléia geral que vota, decide e controla seus ‘porta-vozes’.

Em 68, começou a ser o caso entre os estudantes. Entre os operários, as lutas democraticamente organizadas nas fábricas foram mais a exceção que a regra. (BENSAID, 2008, p. 87)

As grandes metrópoles, desde 1968, se viram continuamente face a face com a juventude. A ação insurrecionista renasce quando menos se espera, quando o pensamento reacionário parece dominar e aniquilar qualquer movimento que ousasse se levantar contra os dogmas vigentes. A voz da juventude toma o lugar urbano, que transita e habita as cidades. Essa nova representação simbólica ganhou significado aos poucos, visto que as diferenças étnicas, sociais e culturais influenciaram massivamente no poder de existência da juventude, que reconhece suas diferenças – rurais, não ocidentais, negras, amarelas e mestiças, femininas, LGBT etc. É inegável que as novas agendas políticas agregadas, mesmo com as diferenças de cada sociedade, fizeram toda a diferença no novo panorama de lutas que se estabeleceria dali pra frente. Maio de 1968 foi mais que um momento responsável pela difusão destas.

E à juventude também se junta o proletariado, pois grande parte dos jovens, para se manter nos estudos, precisa trabalhar paralelamente. Junta-se e torna-se, visto que um desenrolar direto da formação tecnocrática da juventude foi seu arrebatamento pela sociedade de mercado nas décadas seguintes: novos componentes, técnicos e capacitados, prontos para continuar a perpetuar a lógica das sociedades capitalistas. Ambos sujeitos políticos, bem como a cultura e o trabalho, incorporaram significados, ações e força ao longo do tempo. O valor simbólico da juventude nunca mais foi o mesmo. As cidades podem não ser produzidas para jovens, porém o jovem nunca mais deixou de habitar a cidade enquanto sujeito político relevante, crítico e reivindicante.

PRÁTICAS ESPACIAIS INSURGENTES:

DESVIO, INSURREIÇÃO DE CONDUTA, URBANISMO DE GUERRILHA

A discussão acerca das práticas espaciais insurgentes auto-organizadas será introduzida a partir da breve apresentação do movimento de jovens situacionistas que se propunha a experimentar o espaço

urbano cotidiano de modo a enfrentar a ordem capitalista entre as décadas de 1950 e 1970. Na presente seção, interessa-nos analisar a experiência da IS através da sistematização da prática do desvio elaborada pelo grupo, a fim de desdobrar a discussão da experiência vivida no espaço da cidade. O desvio, sob essa perspectiva, se relaciona a uma territorialização efêmera dos espaços por meio do uso que se desdobra em práxis urbana insurgente.

O desvio – tradução do termo francês “détournement” – é a prática situacionista que pretende ultrapassar a tradição da arte por meio da realização e da experimentação estética como ação política. O termo se refere ao modo não convencional de se apropriar de elementos pré-fabricados através da crítica de sua estrutura clássica por meio da construção de situações, com o objetivo de integrar a experiência estética em nível cotidiano e, assim, ampliar as possibilidades e modos de vida coletivos. O desvio é uma resposta à necessidade de uma nova relação de produção e prática de vida, em uma sociedade capitalista considerada ultrapassada por seus praticantes. Ele seria uma prática revolucionária no campo cultural e político, pois articula elementos existentes a fim de realizar novas experiências.

O “Manual do desvio”, cujo título original em francês é “Mode d’emploi du détournement”, de Debord e Wolman (1956), foi escrito no contexto da Internacional Letrista, movimento precursor da IS. A ação de fazer recortes e inventar situações por meio de códigos, letras, ideogramas e fotografias remete às obras do letrista Isidore Isou em 1950 e também se aproxima das colagens dadaístas de Raoul Hausmann, Kurt Schwitters ou John Heartfield durante o período das Grandes Guerras Mundiais.

O conceito de desvio é apontado pelos autores do “Manual do Desvio” como sendo a sistematização de um comportamento subversivo preexistente, praticado por artistas críticos à noção de obra de arte, e que busca a desvalorização dos elementos culturais desviados. Assim, a intenção seria sistematizar a noção de desvio como prática, mas sem o objetivo universalizante de desenvolver uma teoria a respeito dela. De acordo com Debord e Wolman (1956), o que é essencial em sua prática é a perda de importância, a ressignificação de um

elemento pré-existente em um novo conjunto crítico. O desvio nega as práticas sobre o absoluto. Os autores se referem à fragilidade das criações que se pretendem originais e referenciadas em si mesmas. Por não possuírem vínculo com elementos existentes, não são capazes de gerar memória daquilo que é superado, de modo que a principal força do desvio responde diretamente ao reconhecimento, consciente ou não, da memória.

O desvio é uma prática essencialmente provocadora e crítica que revela uma tendência ao jogo, pois os elementos articulados podem se transformar em outros elementos totalmente diferentes daqueles iniciais. “A ideia limite é que não importa qual signo, não importa qual vocábulo, é susceptível de ser convertido em outra coisa, até mesmo em seu contrário”. (DEBORD; WOLMAN, 1956) Os situacionistas propuseram uma nova forma de apropriação e percepção da arte, arquitetura e urbanismo a partir da criação de situações baseadas no cotidiano, buscando trazer à tona a paixão e a emoção relacionadas à cidade sob o aspecto lúdico.

Além do desvio, outras práticas situacionistas notáveis foram as caminhadas lúdicas das derivas e a representação das sensações provocadas pelo atravessamento de territórios da cidade por meio da elaboração de mapas psicogeográficos. Seus principais integrantes foram Guy Debord, Constant Nieuwenhuys, Asger Jorn e Raoul Vaneigem. Inspirados pela teoria marxista, os situacionistas se manifestavam em favor de uma revolução cultural crítica ao consumo da arte como mercadoria por meio da realização de um “um trabalho coletivo organizado destinado a um uso unitário de todos os meios de agitação da vida cotidiana”. (DEBORD, 1989, p. 8)

O objetivo do grupo era que o cotidiano fosse permanentemente permeado por jogos. Valorizava-se o caráter lúdico da cidade e incentivavam-se a participação e a vivência do espaço urbano pelos seus habitantes. A IS promovia situações de jogos na rua, com regras deliberadamente inventadas, na tentativa de fazer mudar o olhar dos jogadores sobre o espaço urbano, despertar sua atenção sobre a condição de alienação social em que se vive no cotidiano e, assim, abrir a percepção dos jogadores para outras experiências de vida na cidade.

De acordo com a IS (1958), a alienação cotidiana seria a condição da sociedade de consumo moderna que favorece a representação das experiências de vida em detrimento de sua vivência diária plena, e a criação de situações de jogo seria uma maneira de escapar desse controle sobre a atenção. Ao caminhar pelas ruas em uma situação de jogo, os participantes se colocam em um estado de atenção aberto ao encontro do inesperado e, ao deixar o caminhante mais atento ao que se passa em seu entorno, os jogos são capazes de despertá-lo de sua alienação ao longo dos percursos cotidianos. Como jogadores, os participantes são capazes de perceber as limitações das regras impostas e de apontar coletivamente a necessidade de criar novas regras, mais adequadas a suas necessidades naquele tempo e espaço. O indivíduo que ocupa a cidade se coloca política e esteticamente contra a rotina de alienação e contra o modo de vida espetacular.

Levando em consideração a tendência ao jogo presente no desvio, o uso desviado do espaço seria uma maneira de se apropriar das estruturas existentes no espaço da cidade de maneira inventiva e crítica, que atualiza seus propósitos funcionalistas por meio do uso criativo que evidencia seus limites. O termo “uso desviado” se refere à experiência estética do desvio vivida através uso do espaço urbano. O ato de ocupar a cidade se mostra indispensável no esforço de percebê-la como manifestação cultural no cotidiano.

O uso desviado se coloca como uma prática de resistência por meio de apropriações inventivas das estruturas urbanas. Os situacionistas se apropriavam da rua, de obras de arte tradicionais e de produtos pré-fabricados para evidenciar a necessidade de superar o funcionalismo moderno e a produção da cidade como mercadoria. De maneira análoga, os usos desviados na cidade contemporânea usam estruturas espaciais existentes, notadamente equipamentos públicos e mobiliários urbanos, como suporte para a ação crítica e atual do cotidiano.

Os modos de comportamento desviante da norma se manifestam em uma microescala de tempo e espaço e, muitas vezes, são despreziosos no que tange à revolução dos modos de vida. Porém, seus desdobramentos revelam espertezas locais autônomas que

manifestam a diferença, desejam a liberdade e recusam criticamente a ordem disciplinar de conduta no espaço da cidade. (CASTRO, 2016) As cidades são o espaço da manifestação da diferença, da alteridade e da liberdade, mas também de racionalização e manutenção da ordem disciplinar. Esses atributos fazem com que a cidade se concretize na dialética entre diversidade e controle.

A diversidade radical da cidade, que faz surgir nos espaços trocas inovadoras, intercâmbios interpessoais e coletivos, sempre por meio de processos intensos, também é capaz de fazer emergir uma densa rede de controles institucionais desdobrados em protocolos para conter o caráter 'selvagem' da vida urbana. Nessa dialética urbana de contrários (a liberdade e o encontro versus o controle e a regulação), quando diferentes atores e organizações se defrontam com demandas e queixas comuns, mulheres e homens podem construir juntos conexões para aprimorar seus recursos de luta. (VELLOSO, 2016, p. 89)

Abordaremos, então, a questão da insurreição como levante localizado no espaço e no tempo contra a ordem reguladora do cotidiano. Sob esse aspecto, as noções foucaultianas de governamentalidade e contraconduta serão ativadas a fim de perceber as experiências urbanas da população que se coloca contra o conjunto de mecanismos e procedimentos disciplinares para a manutenção da segurança, ou seja, de situações de resistência ao exercício do poder configurado nos aparelhos de governo. Para Foucault (2008), governar é conduzir a população e, sob esse aspecto, o conceito de governamentalidade trata da condução dos indivíduos de acordo com os interesses de um complexo conjunto de instituições, procedimentos, protocolos, análises, reflexões, cálculos e táticas que regulam a vida e os interesses dos indivíduos.

A gestão da conduta da população pelas instituições é estratégia indispensável para o exercício da governamentalidade em um território e tem o Estado como forma fundamental da política de governo. O Estado regula os temas da ordem pública por meio do desenvolvimento de tecnologias de controle e vigilância que atuam por procedimentos de monitoramento de usos e comportamento

da população no espaço urbano. As estratégias de racionalização mobilizam esforços constantes que se ajustam permanentemente na tarefa de governar a cidade, seu alvo e objetivo primordial.

Considerando-se que a cidade e sua população devem se organizar de acordo com normas e lei ao ponto que a imprevisibilidade mesma deverá estar inscrita na lógica reguladora, o planejamento surge como técnica responsável de se encarregar do território como objeto a ser controlado. Sob esse aspecto, a questão espacial corresponde tanto aos conceitos quanto às práticas de soberania, disciplina e segurança. “A soberania se exerce nos limites de um território, a disciplina se exerce sobre os corpos dos indivíduos, e por fim, a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população”. (FOUCAULT, 2008, p. 15) A partir desses três conceitos, o autor se debruça sobre a questão da circulação como problema amplo que trata da distribuição de alimentos e doenças, do deslocamento de bens e pessoas, de trocas, contato e dispersão. Logo, toma-se a polícia como tecnologia política essencialmente urbana que tem como objeto a circulação.

Foucault (2008, p. 453) diz que policiar e urbanizar são a mesma coisa, pois “há cidade porque há polícia”. Assim, a discussão a respeito da regulação urbana se volta para a questão do controle dos corpos e da circulação de pessoas e mercadorias através das fronteiras das cidades. Nesse sentido, é interessante abordar o conceito de governamentalidade com o propósito de desdobrar os impactos das práticas insurgentes que tomam lugar no espaço urbano, pois é exatamente no momento em que se manifestam as resistências às práticas de poder configuradas nos aparelhos de governo que se torna possível delinear o problema de seu exercício sobre a população de um território. As insurreições, nesse sentido, se configuram como ação densa de espacialidade, que terminam por desenhar uma arquitetura bastante particular, aberta ao uso desviado e à territorialização efêmera.

Chamo de arquiteturas da insurreição a determinadas formas atuais de experiência política desempenhadas no espaço enquanto prática que implica corpos e comportamentos. O agir dos insurrectos implica certamente a ruptura de muitos laços, nenhum

deles apertados da cidade ou – pelo menos – dos resultados do urbanismo que desenha; por isso, toda insurreição é antes um despertar da ‘pequena hipnose’ ou ilusão (para lembrar, por exemplo, os nomes que deram ao urbanismo Raoul Vaneigem e Henri Lefebvre). (VELLOSO, 2016, p. 89)

Foucault afirma que onde há governo, necessariamente há revolta contra ele. No que se refere às revoltas em escala urbana, o que se percebe é que a maioria dos movimentos se baseia no conhecimento acumulado por vivências cotidianas e micropolíticas. Desse modo, estruturam-se as contracondutas: elas são revoltas e insubmissões de quem procura escapar do governo de outros sobre si, ou seja, elas são movimentos em que cada um procura definir a maneira de se conduzir diferentemente de uma expectativa firmada pelo poder. É importante salientar que as contracondutas são sempre específicas e sua origem se relaciona diretamente a conflitos ou problemas concretos e localizados. (VELLOSO, 2016) Desse modo, manifestam-se como revoltas de insubordinação às relações de poder e seus efeitos; elas são reações desviantes que se apropriam dos recursos disponíveis, muitas vezes escassos e vinculados a uma ocasião específica, como meio de se fazer ouvir.

A liberdade, o correlato do exercício de poder, não configurará senão a luta, isto é, a política atenuada pelos homens e mulheres em sua vida urbana, para além do lastro das técnicas disciplinares e dos dispositivos de segurança implantados na cidade. A luta é, em outras palavras, a resposta ao leque de forças posto em ação pelo poder do governo. Submetida ao conjunto do Estado, a liberdade se configura em reação, sempre tática. (VELLOSO, 2016)

Para delinear a discussão da contraconduta enquanto insurreição urbana, analisaremos os acontecimentos de junho de 2013 sob a perspectiva da insurreição de conduta dos moradores das periferias pobres da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). À primeira vista, o que aconteceu em junho de 2013 é difícil de ver ou mesmo de compreender. Em primeiro lugar, deve-se notar que o que chamou a atenção dos jornais regionais entre junho e julho de 2013 foi o fato de que algo peculiar estava acontecendo

nas manifestações, mostrando um contexto muito específico: o *modus operandi* foi a ocupação do centro histórico da cidade de Belo Horizonte, onde as pessoas pareciam fazer uma festa. Apesar disso, os manifestantes alegaram que seu inimigo público número um era a Federação Internacional de Futebol (Fifa), por causa de seus projetos de construção para a Copa das Confederações de 2013 no Brasil. Em Belo Horizonte, a rota de manifestações, até então, era sempre a mesma. Além das marchas em direção ao Estádio Mineirão, outras também foram realizadas no centro da cidade, junto com os espaços públicos mais conhecidos da Praça da Estação, da Praça da Liberdade e da Praça da Savassi. No início, não foram informadas pelos maiores jornais da cidade até o momento em que o principal canal de TV local (Rede Globo) foi forçado a relatar no noticiário da noite. No entanto, como as notícias começaram a surgir, inesperadamente, uma série de levantes ocorreu em toda a área metropolitana. (VELLOSO, 2018)

Para nossos objetivos de pesquisa, parecia importante coletar as notícias para depois pensar sobre esse material e sobre esses registros, porque, em primeiro lugar, parecia haver um movimento político com um impacto territorial significativo; e, em segundo, as insurreições se realizavam fora dos limites administrativos da cidade de Belo Horizonte, em cidades localizadas na RMBH. Entre 24 de junho e 2 de julho, tornou-se cada vez mais claro que as manifestações que ocorriam nas 11 cidades localizadas na centralidade periférica da RMBH, que bloquearam as estradas estaduais e federais que davam acesso ao centro da cidade de Belo Horizonte, eram distintas daquelas do centro. Os bloqueios começavam de madrugada e as negociações entre os oficiais da polícia e os habitantes duravam normalmente até às nove horas da manhã, quando a passagem era recuperada.

Com o avanço de junho, as estradas eram frequentemente fechadas por manifestantes, até o ponto em que estradas de 8 das 34 cidades nos arredores da RMBH foram simultaneamente bloqueadas. O que a princípio parecia ser um número de eventos irrelevantes ganhou ímpeto nos meios de comunicação, visto que os protestos bloqueavam as vias de circulação interestadual de bens, logo impactavam comércio, indústria e economia em escala nacional. Durante esse período,

era impossível prever quantas pessoas iriam participar diariamente, já que as revoltas ocorridas nos subúrbios de Ribeirão das Neves, Jaboticatubas e Sabará haviam sido muito desorganizadas. Se, em um dia, havia 20 pessoas, alguns sofás, galhos e algumas bicicletas sobre a estrada, em outros, havia centenas de pessoas locais, bem como motoristas de caminhão e motoqueiros aderindo ao movimento. Essa arquitetura do protesto se deu de maneira imprevisível ao longo das semanas seguintes e foi muito especial seu acontecimento ter sido relatado na mídia, visto que Belo Horizonte é uma cidade que tradicionalmente esconde sua população pobre. (VELLOSO, 2018)

Os objetivos da população da periferia de Belo Horizonte, através das insurreições que ocupavam o meio das vias de circulação, não eram simplesmente colocar o problema de substituir o governo local, mas recuperar o controle de seu próprio território. Sua luta foi travada pela transformação da lógica tradicional de planejamento urbano, centro-poder/margem-opressão, que geralmente define as grandes áreas metropolitanas. Os grupos insurgentes parecem ter compreendido a potência das manifestações como uma questão de práxis política ao colocarem dizeres em cartazes tais como “Como um bairro cheio de empresas tão ricas pode abrigar tanta pobreza?” e “A saúde está doente!”, questionamentos claramente politizados sobre oferta de serviços e infraestrutura urbana que vão além da crítica primeira acerca do evento de futebol.

As insurgências de junho de 2013 na RMBH configuraram levante efêmeros, mas que tiveram papel decisivo para que o centro reconhecesse sua relevância como “centralidade periférica”, pois a periferia que surge é um “devir centro”. (VELLOSO, 2016) Enfim, sua pretensão era estabelecer novas linhas de fuga da pobreza urbana, ao mesmo tempo em que conquista a cidadania, começando a explorar novas formas de fazer política. (VELLOSO, 2018) “No Brasil, protesta-se diante da crise da representação e da fragmentação política localista da administração urbana; há uma inegável retração do espaço público”. (VELLOSO, 2016, p. 100)

Dessa maneira, as insurgências atuam como táticas que se desenvolvem no território da cidade e que resistem ao controle estratégico

determinado pelas relações de poder. Logo, têm papel importante na manifestação das diferenças e atuam como ativismos urbanos que podem ter consequências a longo prazo. Na modernidade, as contracondutas que se opõem à governamentalidade, com efeito, têm como objeto os mesmos elementos dessa governamentalidade, ou seja, as experiências de insurreição questionam o modo como o espaço é regulado e organizado. “Ainda que permanecendo como correlato da governamentalidade, essa dimensão de contraposição nova é vital e indisciplinarizável”. (VELLOSO, 2016, p. 114)

O conceito de urbanismo de guerrilha (HOU, 2010) dá-se como possibilidade de produção do espaço por meio de um processo auto-organizado de intervenção baseada na contestação ativa das formas de organização espacial. Também discutido como “urbanismo faça você mesmo” – em inglês, “DIY Urbanism” –, “urbanismo *pop-up*”, “urbanismo tático” (LYDON, 2015) e “urbanismo heurístico”, o que se pretende é a atuação direta da população sobre a cidade de maneira a subverter as normas de produção e planejamento impostas no espaço público pelo poder ordenador do Estado.

Desenvolvem-se ações locais efêmeras capazes de reverberar mudanças a longo prazo no que diz respeito à produção do espaço. No urbanismo de guerrilha, grupos ou indivíduos se engajam na reconfiguração do espaço para atender necessidades da comunidade local; por exemplo, fazem pintura de ciclofaixas, construção de *parklets* sobre vagas de estacionamento, instalação de mobiliário urbano e manifestações culturais. As ações geram impacto local com potência de ampliar a discussão à escala da cidade a partir da experiência prática. O urbanismo de guerrilha se manifesta de formas múltiplas e seria uma tentativa de produzir o espaço urbano de maneira a representar as lutas das comunidades que o habitam, a fim de redefinir os limites, significados e organização da esfera pública. Pequenos grupos e indivíduos se engajam ativamente na contestação e na reconfiguração dos espaços a partir de atos que, a princípio, operam em pequena escala, mas que, todavia, promovem mudanças na paisagem urbana hegemonicamente orientada em favor de interesses heterônomos.

Suas ações não demandam grandes investimentos financeiros nem de

infraestrutura e, por isso, são capazes de articular agentes em torno do estabelecimento de relações de troca e crítica capazes de desestabilizar a orientação estratégica dos espaços públicos que respondem a interesses governamentais em prol da possibilidade de novas interações e usos do espaço. (HOU, 2010) Os modos de ação do urbanismo de guerrilha incluem desde jardinagem a dança, em ações efêmeras de pequena escala que buscam provocar a discussão do uso que se faz do espaço por meio de seus aspectos de função e significado.

A autoprodução desses espaços urbanos se dá por meio da apropriação de espaços de uso comum, eventos temporários, *smart mobs* e lugares de encontros informais organizados predominantemente por comunidades marginais, de modo que essas insurgências desafiam a noção convencional, normalizada e codificada de produção do espaço e não limitam seu aspecto público a ações localizadas em parques e praças. Apesar de se articular por meio de iniciativas locais auto-organizadas de pequena escala, o urbanismo de guerrilha configura uma ferramenta de planejamento e redesenho urbano que permite a experimentação de uma proposta sobre a estrutura espacial existente, o reconhecimento das falhas de sua própria ação de guerrilha e a abertura para possibilidade de correção e reestruturação.

Assim como em um desvio, as táticas do urbanismo de guerrilha evidenciam questões atuais por meio da apropriação inventiva da cidade. As ações, por exemplo, dos arquitetos anarquistas do coletivo Space Hijackers, de Londres, e suas festas na linha circular de metrô, a criação dos *parklets* de San Francisco e a ocupação da Praia da Estação em Belo Horizonte não alteram profundamente a infraestrutura física da cidade no momento em que se realizam, mas revelam novas possibilidades de uso capazes de subverter as normas de comportamento no espaço público e, notadamente, articulam a comunidade local como jogadores na elaboração coletiva de uma crítica à governamentalidade.

O urbanismo de guerrilha se dá através do engajamento da população, dos vizinhos e da mídia na crítica das políticas públicas existentes, a fim de elaborar propostas que se articulam em iniciativas práticas que agem sobre a realidade cotidiana, de baixo para cima no que

se refere às relações de poder atuantes na cidade. Assim, as diversas formas do urbanismo de guerrilha operam a partir da característica do espaço público de promover encontros e discussões cotidianas e a potencializa como local para o acontecimento de fóruns de discussão, expandindo a noção de público presente no espaço. (HOU, 2010)

Seria necessário aprofundar a discussão no que tange ao papel dos agentes engajados na produção do espaço urbano, no que se refere ao ativismo, à governança e ao modo como essas ações se desdobram na produção e no planejamento urbanos, uma vez que são apropriadas em esfera institucional para reprodução em outras comunidades. Enfim, a presente discussão suscita perguntas relativas ao uso desviado do espaço como apropriação de elementos urbanos existentes enquanto meio de manifestação de contraconduta no espaço urbano cotidiano e também apresenta o urbanismo de guerrilha como possibilidade de as comunidades locais experimentarem soluções espaciais e fazerem críticas à conduta do Estado.

Considerando a análise de situações de levante, quais seriam os efeitos e os limites das insurgências localizadas na cidade contemporânea? Como o desvio e a insurreição de conduta no território seriam capazes de enfrentar a lógica institucional de produção do espaço? Quem são os agentes que se engajam no desenvolvimento de práticas espaciais insurgentes? Em que grau o uso desviado do espaço e o urbanismo de guerrilha, como insurgências autônomas de escala local, poderiam expandir o sentido público da cidade contemporânea? E, finalmente, o que podemos aprender a partir da análise de situações de resistência como estratégia em processos de auto-organização?

Urge colocar no lugar dessa lógica a política como práxis, isto é, o campo onde acontecem as lutas, as estratégias, os conflitos reais de resultado contingente. Assim, talvez comecemos a considerar a periferia objeto de um pensamento urbano que não gentrificadora. Talvez recorrendo a uma lógica da desordem, essa radical exigência insurrecional, que seja capaz de criar novos circuitos de comunicação, novas formas e modos de interação, novas linhas de força assimétricas e desestabilizadoras que deixem ver num protesto [...], mas não apenas nele. Talvez pensando o plano urbano

e estratégias que permitam construir incansavelmente as mediações, simulando coerências, jogando diversos jogos táticos, almejando compreender a multiplicidade irreduzível desses territórios por meio de seus nomes: criatividade, privação, inquietação, destruição, sujeição, arte, revolta. (VELLOSO, 2016, p. 126)

Se apresentamos mais questões do que respostas fechadas é porque nosso objetivo é, mais do que propor conclusões, abrir caminho para novas análises referentes à produção do espaço por meio da insurgência. Para quem se dedica a pensar o planejamento das periferias metropolitanas desde as insurgências, qualquer trabalho implicará reelaborar as agendas territoriais a partir de uma institucionalidade transformada, no esforço de lidar com múltiplas autonomias que se põem como exigência nas mais diversas escalas e nas interrelações policêntricas. Deve-se perguntar em que medida o momento de um levante é capaz de transformar os planos para uma metrópole, agora que ela demonstra ser um espaço policêntrico de produção multifacetada. (VELLOSO, 2016)

Concluimos que a questão das práticas desviantes e de insurgência lidam diretamente com o risco de enquadramento e apaziguamento de seu caráter crítico, uma vez que estão inseridas na lógica neoliberal da cidade contemporânea. No entanto, esse aspecto é inerente aos processos de reivindicação espacial. A cada conquista de uma reivindicação, a cada uma das demandas que é respondida ou conquistada, ações de protesto e movimentos tendem a uma acomodação.

A tática de combate a essa apatia pode se dar através de um método de narração e partilhamento coletivos dos processos vividos, mais que do que de resultados acabados, visto que, na metrópole orientada pelo capital, o indivíduo estará constantemente exposto ao insólito e a mudanças repentinas. A contínua proposição de questões e sua atualização através do tempo, como um desvio que se coloca espacialmente a partir da experiência de uso das cidades contemporâneas, se articula como um modo de análise crítica. Por esse caminho, seria possível considerar um modelo coerente de engajamento que articule a experiência vivida a outras situações futuras.

MODOS DE FAZER: HISTORIOGRAFIA DA CAPITAL PLANEJADA – UMA ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO

O trabalho realizado pelo Programa de Educação Tutorial da Escola de Arquitetura e Urbanismo (PET-Arquitetura) da UFMG como parte da pesquisa conjunta *Cronologia do Pensamento Urbanístico* tem como enfoque o estudo da criação e do crescimento urbano de Belo Horizonte por meio de um método de pensamento por montagem que associa três elementos: memória, narrativa e história. Esta tem como objetivo principal apreender a história, o contexto e a planificação da cidade por meio de uma visão abrangente e complexa. Desse modo, os eventos historiográficos associados à concepção, à fundação e ao crescimento de Belo Horizonte conformam uma nebulosa, que permite conexões para além de um único sentido temporal. A compreensão da história por meio da linearidade de fatos e acontecimentos é, em verdade, substituída por um entendimento mais difuso, interdisciplinar e cultural.

O PET-Arquitetura UFMG tem sua participação assegurada na pesquisa *Cronologia do Pensamento Urbanístico* desde ano de 2016. Essa possibilidade, de interesse dos coordenadores gerais, propiciou a criação de um eixo narrativo amparado pelos autores clássicos da historiografia mineira protagonizada pela moderna capital republicana, denominada inicialmente como Cidade de Minas. A fim de contribuir para uma melhor compreensão e divulgação dos ideais e princípios urbanísticos no contexto nacional, o desenvolvimento da pesquisa adotou técnicas elucidadas pela transversalidade e especificidades da história, cultura, política e economia. O estudo de uma cidade resultante de uma planificação intencionou também colaborar para que os dados reconhecidos, tratados e registrados ao longo desta investigação estivessem disponíveis e compilados de forma organizada para demais pesquisadores.

O trabalho destaca o entendimento dos processos de criação e crescimento urbano de Belo Horizonte sob a ótica da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas Gerais (CCNCMG), a qual se torna o objeto-chave, que direciona o andamento dessa investigação historiográfica. Nesse primeiro momento, limitou-se ao estudo de fatos

históricos relevantes entre os anos de 1893 e 1897, nesse contexto da construção da nova capital. Essa escolha parte do questionamento principal do estudo, que é compreender se esse processo da formação da cidade, desde o seu projeto seminal até a sua construção, é primordial para o entendimento de realidade urbanística atual de Belo Horizonte. Pretende-se, ademais, que as análises das ações, deliberações e proposições advindas da CCNMG venham a ser priorizadas, ao invés daquela de preceitos projetuais. A abordagem, nessa primeira fase, priorizou contribuir mais com recursos e dados técnicos e teóricos inseridos no campo urbanístico e histórico do que propriamente arquitetônico.

Sob o comando da Comissão Construtora e das deliberações do Estado, nos âmbitos legislativo e executivo, a pesquisa intencionou analisar como operacionalizaram a organização e a delegação de serviços, a realização dos estudos preliminares, a concepção da implantação do plano urbanístico, o planejamento e a execução das obras, como também seus impactos urbanos, sociais, econômicos e políticos no recém-fundado espaço urbano. Para cumprir essa complexa meta, o método qualitativo envolveu estudos sobre as motivações que justificaram os projetos engendrados, as estratégias adotadas e as situações que tornaram essas decisões possíveis. Um dos preceitos analisa os fatos históricos dentro de seu contexto e sob a compreensão do diálogo que exercem entre si. A mudança da capital de Ouro Preto para a Belo Horizonte pode ser detalhada por meio de diferentes aspectos que compõem o arcabouço urbanístico próprio da modernidade da recém-criada república brasileira.

Na formatação da pesquisa *Cronologia do Pensamento Urbanístico* configurada por verbetes, o eixo temático de reponsabilidade do PET-Arquitetura UFMG representa parte dessa organização, de modo a incorporá-los na reconstituição historiográfica do período de estudo determinado. Os verbetes surgem, portanto, como uma ferramenta de transmissão de informações e conformam informações densas sintetizadas, que caracterizam a situação descrita. No seu corpo descritivo, condensa também informações adicionais que contribuem para o aprofundamento do tema, para o conhecimento de documentos relativos ou ainda de visões que propõem uma

outra abordagem daquela proposta pelo verbete. Os verbetes têm sido produzidos a partir da leitura de bibliografias essenciais para a compreensão do objeto de estudo e produzem um panorama historiográfico com o enfoque definido.

A obra homônima de Abílio Barreto,⁴ *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva* (1995), surge como uma das principais bases historiográficas para a recomposição de Belo Horizonte na época determinada. A escolha da obra, considerada seminal para os estudos sobre a nova capital, se deu devido ao conjunto de informações que congrega e analisa, dotada de relevância para a reconstituição historiográfica. O embasamento do autor em documentos históricos e arquivos, tanto oficiais como meios de comunicação da época, produz um livro rico em informações factuais, as quais demonstram fielmente a atuação da Comissão Construtora em Belo Horizonte. Além disso, a obra se destaca como uma fonte primária que procurou registrar a história da nova capital e seu desenvolvimento inicial.

A elaboração de verbetes sintéticos a partir da extensa obra de Abílio Barreto seguiu uma metodologia de identificação e produção, aplicada durante todo o processo da pesquisa. Primeiramente, a pesquisa sobre os conteúdos do livro dividiu-se em duas partes de análise: a gestão do primeiro chefe da CCNCBH, o engenheiro Aarão Reis (1853-1936); e a gestão do segundo chefe da referida comissão, o engenheiro Francisco Bicalho (1847-1919). Devido à importância e ao valor histórico da obra, a divisão de conteúdos proposta pelo autor foi mantida, uma vez que ambos os gestores representam os únicos engenheiros-chefes da Comissão Construtora. Cada uma dessas gestões indica, no desenvolvimento da capital, uma fase com características e desafios próprios. Analisar o período histórico subdividido em dois tempos permite uma melhor compreensão de contexto e de gestão política e urbana de cada época.

A partir da instituição dessa divisão do tempo histórico analisado, a realização de leituras dinâmicas de cada capítulo do livro procurou entender quais detalhes delas demonstravam efetivamente fatos importantes para a compreensão do panorama histórico e de acontecimentos que poderiam influenciar a conformação atual de

Belo Horizonte. Após essa leitura e discussão em grupo, definiram-se os capítulos que seriam abordados pela pesquisa. Os capítulos trabalhados individualmente por cada pesquisadora do PET-Arquitetura UFMG identificaram informações relevantes no sentido de compor, em conjunto, um cômputo informativo sintético do fato ocorrido.

Após as leituras, a sistematização das informações em fichamentos se organiza da seguinte maneira:

1. Síntese do capítulo: consiste na estruturação dos fatos destacados do capítulo no formato proposto do verbete, sintetizando em sentenças objetivas fatos importantes para constituição do panorama histórico proposto;
2. Informações importantes: tópicos referenciados com as páginas, de modo a destacar outros pontos complementares ao assunto principal;
3. Documentos históricos importantes: documentos históricos, citados no livro de Barreto ou não, que complementam também a discussão do verbete. A inserção dos documentos poderia ser feita a partir de imagens digitais, principalmente quando consistia em retratos da época, ou descritivas textuais, quando consistiam em documentos oficiais, por exemplo.

Para complementar aos verbetes produzidos a partir da obra de Abílio Barreto (1995), procuraram-se arquivos disponíveis, tanto os colecionados no Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB)⁵ quanto no meio digital da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.⁶ Estes contribuíram para uma compreensão do panorama histórico embasada por arquivos históricos e administrativos, ratificando a historiografia realizada pelo historiador Barreto em sua obra base.

Após o levantamento de uma complexa base bibliográfica, organizada em fichamentos feitos a partir dos capítulos anteriormente definidos como base para a compreensão do panorama histórico proposto, o próximo passo para a pesquisa deveria ser inserir o material produzido no site da pesquisa *Cronologia do Pensamento Urbanístico*.⁷ De modo a revisar o trabalho realizado e promover a inserção dos dados

na ferramenta da pesquisa, realizou-se uma reunião com outros membros – dentre eles, bolsistas e coordenadores. Nesta, realizou-se a apresentação dos fichamentos e o modo de organização da pesquisa e, a partir de uma discussão geral, chegou-se à conclusão de que, para o meio de veiculação proposto e de seus objetivos teóricos e pedagógicos, seria mais interessante sintetizar os verbetes produzidos em informações-chave para a compreensão do objeto de estudo. A criação de verbetes aglomerados facilitaria o acesso à informação e teria o enfoque apenas nos eventos-chave da temporalidade analisada.

Posteriormente, no XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Enanpur) 2017, as pesquisadoras do PET-Arquitetura UFMG tiveram a oportunidade de conhecer os demais eixos da pesquisa *Cronologia do Pensamento Urbanístico*. A experiência foi importante no sentido de compreender a fundo as diretrizes gerais da pesquisa, os modos de pensar e de fazer propostos e os trabalhos desenvolvidos até então.

Desse modo, a partir da reunião e do evento, a pesquisa do eixo PET-Arquitetura UFMG se propôs a sintetizar novamente as vastas informações da obra de Abílio Barreto (1995), sem negligenciar, contudo, informações que poderiam influenciar na compreensão do objeto de estudo. Assim, foram realizadas reuniões entre os participantes da pesquisa PET-Arquitetura UFMG de modo a se determinar os verbetes-chave e os verbetes complementares. Nessas reuniões, foi determinada uma metodologia que estruturaria o pensamento e facilitaria elencar os eventos-chave. Primeiramente, definiram-se categorias de divisão dos verbetes, que contribuiriam para a aglomeração futura destes. A partir do estudo das ações da Comissão Construtora e da obra de Abílio Barreto, dividiram-se os verbetes em:

1. Projetos: esse eixo aglomerou os verbetes relativos às construções realizadas pela Comissão Construtora, suas tipologias, materiais utilizados, seu caráter privado ou público, as habitações de operários, entre outros;
2. Infraestrutura: esse eixo aglomerou os verbetes relativos ao desenvolvimento e construção da infraestrutura da cidade,

como, por exemplo, o estabelecimento de sistemas de esgoto e a construção do ramal férreo de Belo Horizonte;

3. Administração: esse eixo aglomerou os verbetes relativos tanto a decisões administrativas tomadas pela Comissão Construtora, como a decretos que influenciaram a dinâmica da cidade e seu tecido urbano, além das exonerações dos engenheiros-chefes da Comissão Construtora.

A partir da criação desse sistema de divisão temática dos verbetes, foram criados os verbetes-chave, que sintetizam, por fim, as informações essenciais para a compreensão da dinâmica de estudo proposta na pesquisa. Dessa forma, obtiveram-se como produto final os seguintes textos:

1. “Promulgada a lei que estabelece Belo Horizonte como Nova Capital de Minas Gerais”: esse verbete foi produzido com o intuito de sinalizar o início do período pesquisado pelo PET-Arquitetura UFMG. Nele, são apresentadas, além das deliberações especificadas pela lei, tal como a construção da nova capital mineira em um período de quatro anos, as diferentes receptividades da população mineira frente a essa mudança;
2. “Criação da Comissão Construtora de Belo Horizonte e a gestão de Aarão Reis”: esse verbete, assim como o anterior, marca o início do período pesquisado, uma vez que inclui a criação da Comissão Construtora. Além disso, apresenta os trabalhos do primeiro engenheiro-chefe da Comissão, Aarão Reis, durante todo o seu período de gestão (1894-1895). Fatos tais como a organização dos trabalhos da comissão, o diálogo desta com a população do Arraial Bello Horizonte⁸ e as dificuldades enfrentadas pelo engenheiro, bem como seu pedido de exoneração do cargo, são apresentados e complementados com citações da obra de Abílio Barreto e documentos históricos;
3. “O andamento das medidas administrativas enquanto Francisco Bicalho é engenheiro-chefe da Comissão Construtora”: nesse verbete, faz-se um panorama da gestão do doutor Francisco Bicalho, nomeado engenheiro-chefe da Comissão Construtora após a exoneração de Aarão Reis. São relatadas as reações da

população mineira com relação à mudança da chefia da comissão e as medidas tomadas por Bicalho, desde assumir o cargo até a inauguração da cidade, em 1897;

4. “Trabalhos referentes à construção da infraestrutura de Belo Horizonte”: nesse verbete, é feito um panorama geral dos trabalhos de construção da infraestrutura da nova capital (de 1894 a 1897), constituída pelo ramal férreo, pelos serviços de abastecimento de água, de coleta de esgoto e águas pluviais, de iluminação e força elétrica. Além disso, são destacados alguns detalhes relevantes do processo, tais como a necessidade de exportação de materiais para a construção dos sistemas e a delimitação da área que iria ser provida de infraestrutura naquele momento inicial;
5. “Espaços públicos e novas centralidades na construção de Belo Horizonte”: nesse verbete, apresentam-se o projeto e a construção de importantes edifícios e localidades de Belo Horizonte, tais como o parque municipal e o primeiro centro de comércio da nova capital. Além disso, expõe-se também a questão da construção de moradias para os operários, que se mostrou ineficiente e foi uma das causas para a presença de habitações provisórias e bairros não planejados;
6. “Relatório de Francisco Bicalho sobre edifícios construídos durante sua gestão na Comissão Construtora de Belo Horizonte”: complementar ao verbete anterior, esse tem como conteúdo o projeto e a construção de importantes edifícios públicos, tais como o Palácio do Congresso, bem como de edifícios privados, como hotéis. Apresentam-se também estratégias adotadas por Francisco Bicalho com o objetivo de seguir o prazo estipulado para as obras da capital, tais como a convocação de imigrantes para complementar a mão de obra.

A investigação acerca dos trabalhos da CCNCBH e a aglomeração de todo o material produzido em seis verbetes resultou em um produto ao mesmo tempo detalhado e conciso. Por um lado, a leitura desses textos permite a apreensão de importantes decisões e ações da comissão. Por outro lado, tais informações são organizadas de forma esquemática, pertencentes a determinadas categorias que dizem respeito a um

período de tempo específico – tal como a gestão de Aarão Reis – ou a diferentes eixos de atuação da comissão – construção das infraestruturas e elaboração projetos de edifícios, por exemplo. Essa organização permite a divulgação de dados extremamente importantes para a compreensão do processo de criação de Belo Horizonte em uma plataforma mais didática do que as fontes primárias recorridas durante a pesquisa, como a obra de Barreto (1995) e variados documentos históricos de Minas Gerais.

Além disso, acredita-se que a metodologia utilizada pelas pesquisadoras a fim de produzir os verbetes se mostrou de acordo com as diretrizes da pesquisa. Utilizar como base uma obra completa e primordial como a do historiador supracitado permite a garantia de informações confiáveis, detalhadas e variadas que, complementadas pelos outros documentos históricos utilizados, cumprem a proposta da abordagem do objeto de estudo de se fazer a partir de um pensamento por montagem que associa a memória, a narrativa e a história.

No que concerne à hipótese lançada pela equipe de trabalho do PET-Arquitetura UFMG, conclui-se que a compreensão da dinâmica atual de Belo Horizonte pode ser auxiliada pelo estudo do desenvolvimento da cidade desde a sua construção e a atuação da Comissão Construtora. Durante o trabalho de pesquisa e elaboração dos verbetes, as pesquisadoras tomaram conhecimento de diversas ações da comissão que possuem implicações atuais. Como exemplo, pode-se citar a opção da Nona Divisão da Comissão Construtora – encarregada dos serviços de canalização de esgotos, de águas pluviais e do regime dos rios – por construir o sistema de captação de águas pluviais, tendo em vista apenas o regime normal de chuvas, de forma a não resultar em uma construção onerosa que seria necessária somente em situações extraordinárias. Atualmente, a ocorrência de enchentes é frequente em Belo Horizonte e constitui um dos principais problemas de planejamento da cidade. Naturalmente, a decisão da Nona Divisão não é a única causa de tal problema, mas certamente é um de seus principais propulsores.

Apesar de esclarecedores, acredita-se que os verbetes produzidos poderiam ser melhorados a partir da complementação das fontes

bibliográficas já utilizadas – a obra de Abílio Barreto, documentos e fotografias históricas – por materiais produzidos recentemente, tais como reportagens e artigos que discutem problemáticas atuais de Belo Horizonte. Considera-se também que seria interessante acrescentar aos verbetes materiais que explorassem todas as facetas que as informações sobre a criação e o desenvolvimento da nova capital podem suscitar, tais como conceitos teóricos de projetos arquitetônicos e urbanísticos. Dessa forma, os verbetes produzidos explorariam ao máximo a capacidade interativa da nebulosa da *Cronologia do Pensamento Urbanístico*.

Na apreensão de todos os verbetes produzidos, destaca-se que o material final extrapola a constrição acadêmica exclusiva do urbanismo e atinge outras áreas, como a arquitetura, a política, a econômica e a social. Esse processo se dá de forma natural, uma vez que a construção e o desenvolvimento de uma cidade não consistem apenas no desenho e projeto estritamente urbanísticos. Estes também se dão de acordo com o contexto econômico e político registrado em âmbito nacional, com a coexistência de diferentes segmentos sociais em um mesmo local, bem como a ocupação que estes fazem do território e com determinados conceitos e manifestações arquitetônicos.

O primeiro verbete produzido, por exemplo, referente à promulgação da lei que determina a mudança da capital de Minas Gerais para o Arraial Bello Horizonte, abrange as áreas urbanística, social, política e econômica. A perspectiva urbana, em primeiro lugar, porque envolve o planejamento e a construção de uma nova cidade, um centro urbano de grande importância para o Estado. Política, porque se trata de um ato político que reflete o contexto vivido pelo Brasil: após a Proclamação da República, era necessário que as grandes cidades do país refletissem as suas condições e aspirações de uma nação modernizada e avançada, diferentemente de suas condições imperiais e coloniais anteriores. A Nova Capital de Minas Gerais, portanto, foi concebida a partir de princípios modernos do urbanismo e da arquitetura. Esta abrange a área econômica, porque apresenta causas e desdobramentos econômicos – dentre eles, a posterior decadência econômica da cidade de Ouro Preto após a mudança da capital, fator que se somou à já anterior decadência da exploração aurífera.

Além disso, esta se mostra modulada pelo social, porque teve causas inseridas nesse arcabouço, tais como o apoio do governo aos ideais da burguesia, que aspirava uma nova realidade modernizante do país e negligenciava seu passado colonial

Além disso, destacam-se também suas consequências sociais, que dizem respeito, por exemplo, às reações da população mineira frente à mudança da capital: enquanto grande parte dos ouro-pretanos se afirmavam contrários à solução, conscientes das duras consequências que sua cidade iria vivenciar, grande parte do estado apoiava a ideia, em consonância com os ideais da república que acabara de ser proclamada.

A partir dos resultados da pesquisa realizada nos anos de 2016 e 2017, o propósito de seu prosseguimento em 2018 foi de trazer mais referências e correlações de outras áreas do conhecimento aos verbetes produzidos. Adiciona-se a isso associar cada um deles a demais eventos historiográficos da nebulosa rede do *site*, de modo a alimentar a dinâmica de fluxos, conexões e trocas entre ideias e eventos urbanísticos. Em um segundo momento, pretende-se determinar uma nova bibliografia primária para guiar os próximos passos da pesquisa, em que se deseja estudar a cidade de Belo Horizonte nas décadas de 1930 e 1940 a partir de um enfoque urbanístico, arquitetônico e social. Outra intenção, nesse sentido, é o aprofundamento nessas décadas e a associação delas com o período atual, de modo a se fundamentar o trabalho também a partir de visitas de campo e análises fotográficas, além de leituras teóricas.

Paralelamente à produção de verbetes para o *site* da *Cronologia do Pensamento Urbanístico*, as pesquisadoras do PET-Arquitetura UFMG desenvolveram, no ano de 2017, sob a orientação da professora doutora Celina Borges Lemos, o artigo científico “A Triade Mineira: repercussões arquitetônicas, urbanísticas e sociais no processo de conformação da Nova Capital de Minas Gerais”. Sua produção foi feita a partir dos conhecimentos adquiridos a partir da pesquisa do processo de criação de Belo Horizonte e seu propósito foi entender a conformação urbana da nova capital como um processo no qual as características de traçado urbano, de arquitetura e de uso poderiam ser apreendidas por meio de regionalismos. Nesse sentido, a investigação

parte da procura de analogias entre três núcleos urbanos: Ouro Preto, Arraial Bello Horizonte (antigo Curral del Rei) e a Nova Capital de Minas Gerais, a fim de reconhecer suas semelhanças e influências sob a perspectiva de seu processo de formação. Parte-se do pressuposto de que, embora essas cidades sejam distintas em espaço e tempo históricos, há uma essência de espacialidade mineira que as une. O estudo se deu por uma base teórica a partir de autores com propriedade no assunto, mas também se utilizou da análise e comparação de fotografias, documentos e informes a partir de arquivos disponíveis no Arquivo Público Mineiro e no acervo do MHAB.

NOTAS

- 1 A discussão da extensão do que Antonio Negri denominou “novo ciclo global de luta” quanto à dimensão espacial constitutiva dos recentes fenômenos de revoltas urbanas em muito excederia os limites deste trabalho. Para uma referência inicial, descritiva e cronológica, remete-se ao site <www.agp.org, archive of global protests>, 1994-2009. Para esses desdobramentos posteriores, entre 1999 e 2013, há uma extensa bibliografia crítica, na qual se destacam os textos de Negri, David Harvey, Tariq Ali, Noam Chomsky, Slavoj Zizek e Giuseppe Cocco.
- 2 Foucault constrói o conceito de biopolítica a partir da sua argumentação de que o Estado é uma prática de controle do território, de ação da polícia e a regulação da população. Nesse sentido, a biopolítica, que designa uma mobilização da vida baseada em perspectivas e aparatos técnico-políticos, deve ser compreendida necessariamente em relação às estratégias do Estado.
- 3 No trabalho coletivo de elaboração do macrozoneamento para a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), realizado entre 2013 e 2014, demos início à reflexão sobre a institucionalidade instituinte, referindo-se aos processos participativos em que os grupos de moradores construíram uma esfera de produção de conhecimento acerca dos territórios e de prospecção de problemas e questões urbanas em conjunto com a equipe de técnicos. Naquelas ocasiões, ficavam evidentes o aprofundamento e o amadurecimento das populações em termos de conhecimento dos fluxos e circuitos de tomada de decisão no interior da máquina estatal relativos ao planejamento metropolitano. Era certo que isso se deveu ao intenso debate sobre a questão metropolitana instalado na RMBH, desde quando fazíamos o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) – Plano Metropolitano, entre 2009 e 2011, e mesmo que esse engajamento dos moradores não redundasse em participação efetiva, era inegável o ganho na cultura política. Foi a partir desse saber aumentado que começamos a refletir sobre esse outro lado da institucionalidade: não a que está formalizada nos aparatos de governo, mas a que instala espaços de diálogo da sociedade com seus governos.
- 4 Abílio Velho Barreto (1883-1959) nasceu em Diamantina e se mudou para Belo Horizonte em 1895, onde consolidou uma atuação profissional extensa e produziu obras literárias de temas variados, dentre elas *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva – história antiga e média*. De acordo com Faria (1995), “Integrante da chamada ‘elite intelectual mineira’, Abílio Barreto era um historiador autodidata preocupado, através de sua escrita, em descrever as características do antigo arraial e do processo de edificação da nova capital”.

- 5 O MHAB, de acordo com o *site* da instituição, “tem por função recolher e preservar itens que contribuam para a compreensão das transformações sociais e históricas de Belo Horizonte. O local reúne um acervo múltiplo e revelador das trajetórias da capital”. Disponível em: <<http://belohorizonte.mg.gov.br/atrativos/museus/museu-historico-abilio-barreto>>.
- 6 No *site* da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, foi possível ter acesso a transcrições de leis e decretos datados do período estudado. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/home/index.html>>.
- 7 Disponível em: <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/>>.
- 8 Pouco antes da construção da nova capital, o nome “Curral del Rei” foi alterado para “Arraial Bello Horizonte”, uma vez que se desejava romper com a tradição colonial, e o nome “curral” evocava uma essência rural e atrasada.

REFERÊNCIAS

AL MIDAN. Direção de Jehane Noujaim. Produção de Karim Amer e Jehane Noujaim. [Cairo]: Participant Media, 2013. (108 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.netflix.com/title/70268449>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

ALI, T. *O poder das barricadas: uma autobiografia dos anos 1960*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANDREOTTI, B. L. R. *Poder e resistências: movimentações da multidão - uma cartografia dos movimentos antiglobalização*. 2009. 225 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

AZZI, D. A. *Sujeitos e utopias nos movimentos antiglobalização*. 2007. 197 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BADIOU, A. A comuna de Paris: uma declaração política sobre a política. In: BADIOU, A. *A hipótese comunista*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 97-128.

BARRETO, A. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

BENJAMIN, W. *O anjo da história*. Lisboa: Assirio & Alvim, 2008.

BENJAMIN, W. Critique of violence. In: BENJAMIN, W. *Reflections: essays, aphorisms, autobiographical writings*. Translated by Edmund Jephcot. New York: Schocken Books, 1986. p. 277-300.

BENJAMIN, W. *Ensaio sobre literatura*. Lisboa: assirio & Alvim, 2016.

BENJAMIN, W. *Gesammelte Schriften*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1972-1989. 7 v.

BENJAMIN, W. *Imagens do pensamento*. Lisboa: Assirio & Alvim, 2004a.

BENJAMIN, W. *A modernidade*. Lisboa: Assirio & Alvim, 2006a.

BENJAMIN, W. *Origem do drama trágico alemão*. Lisboa: assirio & Alvim, 2004b.

BENJAMIN, W. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2002.

BENSAID, D. Maio de 1968: uma página na história mundial de lutas. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 81-99, 2008.

BESANCENOT, O.; LÖWY, M. *Afinidades revolucionárias: nossas estrelas vermelhas e negras: por uma solidariedade entre marxistas e libertários*. São Paulo: Ed. UNESP, 2016.

BRECHT, B. *Os dias da Comuna*. Lisboa: Caminho, 1981.

BERQUÓ, P. B. *A ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte: entre rastros e emergências*. 2016. 507 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Curso de Arquitetura, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MMMD-A86NQT>>. Acesso em: 29 nov. 2016.

BUCK-MORSS, S. *Dreamworld and catastrophe*. Cambridge: MIT Press, 2003.

CLASTRES, P. *A sociedade contra o estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2012.

CASTELLS, M. *The city and the grassroots: a cross-cultural theory of urban social movements*. Los Angeles: University of California Press, 1983.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, L. F. *O uso desviado do espaço*. 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CHRISTIANSEN, R. *Paris Babilônia: a capital francesa nos tempos da Comuna*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

CLOVER, J. *Riot. Strike. Riot: the new era of Uprisings*. New York: Verso Books, 2016.

DEBORD, G. *Rapport sur la construction des situations et sur les conditions de l'organisation et de l'action de la tendance situationniste internationale*. *Inter*, [Québec], n. 44, p. 1-11, été 1989. Supplément. Disponível em: <<http://id.erudit.org/iderudit/46876ac>>. Acesso em: 1 abr. 2016.

DEBORD, G.-E.; WOLMAN, G. J. Mode d'emploi du détournement. *Les Livres Nues*, [S.l.], n. 8, maio 1956. Disponível em: <http://sami.is.free.fr/Oeuvres/debord_wolman_mode_emploi_detournement.html>. Acesso em: 9 mar. 2016.

DELAQUA, V. Urbanismo: faça você mesmo. *ArchDaily*, Santiago, 30 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-40820/urbanismo-faca-voce-mesmo>>. Acesso em: 3 maio 2017.

DI GIOVANNI, J. R. *Seattle, Praga, Gênova*: política antiglobalização pela experiência da ação de rua. 2007. 149 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DIDI-HUBERMAN, G. *Soulèvements*. Paris: Gallimard: Jeu de Paume, 2016.

DIDI-HUBERMAN, G. *Diante do tempo*: história da arte e anacronismo das imagens. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

FARIA, M. A. Belo Horizonte memória histórica e descritiva: à guisa de uma análise crítica. BARRETO, A. *Belo Horizonte*: memória histórica e descritiva: história antiga. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 2 v. 1, p. 27-32.

FERGUSON, P. P. *Paris as revolution*: writing the nineteenth-century city. Berkeley: University of California Press, 1994.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOETHE, J.W. Resenha sobre as belas artes de Sulzer (1772). In: GOETHE, J.W. *Escritos sobre arte*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005. p. 47-61.

GOMES, M. A. A. de Figueira. Escravidão e cidade: notas sobre a ocupação da periferia de Salvador no século XIX. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, Salvador, v. 3, n. 4/5, p. 7-17, 1990.

GOULD, R. V. *Insurgent identities*: class, community, and protest in Paris from 1848 to the commune. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

GROPPO, L. A. *Juventude*: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GROPPO, L. A. *Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis nos anos 1960*. 2000. 701 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2000. 2 v. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280786>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

GUARNACCIA, M. *Provos: Amsterdam e o nascimento da contracultura*. Tradução de Leila de Souza Mendes. São Paulo: Veneta, 2015. (Baderna).

HARVEY, D. *Consciousness and the urban experience*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1985.

HAZAN, E. *L'Invention de Paris*. Il n'y a pas de pas perdus. Paris: Seuil, 2002.

HOBSBAWN, E. Cidades e insurreições. In: HOBSBAWN, E. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p. 221-234.

HOBSBAWM, E. Maio de 68. In: HOBSBAWM, E. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. 3. ed. Tradução de Irene Hirsch, Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 2005. cap. 15, p. 305-316.

HOU, J. (Ed.). *Insurgent public space: guerrilla urbanism and the remaking of the contemporary city*. Nova York: Routledge, 2010.

HISTORYPORN. *Barricades in the streets of Paris (French Revolution of 1848)* 6-25-48. 17 jan. 2016. Disponível em: <https://www.reddit.com/r/HistoryPorn/comments/41fe8v/barricades_in_the_streets_of_paris_french/>. Acesso em: 10 ago. 2018.

IGNACE, E. A revolta dos Malês (24 para 25 de janeiro de 1835). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 10/11, p. 121-135, 1970.

KLEIN, N. *Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LEFEBVRE, H. *Critique of everyday life*. New York: Verso, 1991.

LEFEBVRE, H. *Le droit é la ville*. Paris: Anthropos, 1968a. LEFEBVRE, H. *De l'Etat*. Paris: Anthropos, 1976-1978.

LEFEBVRE, H. *La révolution urbaine*. Paris: Gallimard, 1970.

LEFEBVRE, H. *La significacion de la comuna*. 1962. Disponível em: <<http://afavordarua.webnode.com.br/news/la-significacion-de-la-comuna-henri-lefebvre>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

- LEFEBVRE, H. *La somme et le reste*. Paris: La Nef de Paris Éditions, 1959.
- LEFEBVRE, H. *La Vie quotidienne dans le monde moderne*. Paris: Gallimard, 1968b.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.
- LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novos problemas, novos objetos, novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- LEPETIT, B. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- LOJKINE, J. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Pontes, 1997.
- LÖWY, M. *Revoluções*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- LÖWY, M. *Utopias: ensaios sobre política, história e religião*. Lisboa: Ler Devagar: Unipop, 2016.
- LUDD, N. (Org.). *Urgência das ruas: black block, reclaim the streets e os dias da ação global*. São Paulo: Conrad, 2002.
- LYDON, M.; GARCIA, A. *Tactical urbanism: short-term action for long-term change*. Washington: Island Press, 2015.
- MANDEL, E. *Ensayos sobre el neocapitalismo*. México: Era, 1976.
- MANDEL, E. *Lessons of may*. Londres: IMG, 1971.
- MARCUS, S. *Apartment history: city and home in nineteenth-century Paris and London*. Berkeley: University of California Press, 1999
- MARSTON, S. The social construction of scale. *Progress in Human Geography*, London, v. 24, n. 2, p. 219-242, 2000.
- MATOS, O. C. F. Tardes de maio. *Tempo Social*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 13-24, out. 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-2070199800020000>>. Acesso em: 4 nov. 2018.
- MERRIMAN, J. *A comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.
- NEGRI, A. Dispositivo metrópole: a multidão e a metrópole. *Lugar Comum*, Rio de Janeiro, n. 25/26, p. 201-208, dez. 2010. Tradução de: Coletivo atravesso. Disponível em: <<http://uninomade.net/wp-content/>

files_mf/110810120930Dispositivo%20metr%C3%B3pole%20-%20A%20Multid%C3%A3o%20e%20a%20metr%C3%B3pole%20-%20Antonio%20Negri.pdf>. Acesso em: 25 set. 2017.

NEGRI, T. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

NICHOLLS, W. J. The Urban Question Revisited: The Importance of Cities for Social Movements. *International Journal of Urban and Regional Research*, London, v. 32, p. 841-859, 2008.

NICHOLLS, W. Place, networks, space: theorising the geographies of social movements. *Transactions of the Institute of British Geographers*, [London], v. 34, n. 1, p. 78-93, 2009.

NICHOLLS, W.; MILLER, B. Social movements in urban society: The city as a space of politicization. *Urban Geography*, Palm Beach, v. 34, n. 4, p. 452-473, 2013.

NICHOLLS, W.; UITERMARK, J.; LOOPMANS, M. Cities and social movements: theorizing beyond the right to the city. *Environment and Planning*, A, London, v. 44, p. 2546-2554, 2012.

PRENDERGAST, C. Insurrection. In: PRENDERGAST, C. *Paris As revolution: writing in the nineteenth-century city*. Oxford: Blackwell, 1992. p. 102-125.

REIS, J. J. A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista USP*, São Paulo, n. 18, p. 6-29, 1993. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25988>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

RESTREPO, O. J. Mayo de 1968: el automóvil como “víctima” de la protesta social francesa. *El Carro Colombiano*, [S.l.], 14 mayo 2018. Disponível em: <<https://www.elcarrocolombiano.com/clasicos-del-mundo/mayo-de-1968-el-automovil-como-victima-de-la-protesta-social-francesa/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

ROCHE, Daniel. *O povo de Paris: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII*. São Paulo: EDUSP, 2004.

ROSS, K. *Communal Luxury: the political imaginary of Paris Commune*. New York: Verso Books, 2015.

ROSS, K. *The emergence of social space*. Rimbaud and Paris Commune. London: Verso Books, 2008.

ROUGERIE, J. *La Commune de 1871*. Paris: PUF, 2009.

- ROUGERIE, J. Tradição e criação na comuna de Paris: continuação da revolução burguesa ou início da revolução operária? *Crítica Marxista*, Campinas, n. 13, p. 122-147, 2001.
- SALAZAR, P. B. Affiches y pintadas: la “verdadera” revolución del mayo francés del 68. *Dossiers feministes*, Castellón de la Plana, n. 12, p. 121-136, 2008.
- SANTOS, M. S. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.
- SCHEFER, R. Mãos erguidas no movimento das imagens: a representação fílmica dos movimentos políticos contemporâneos (Europa e Estados Unidos). In: ENCONTRO ANUAL DA AIM, 3., 2014, Coimbra. Atas... Coimbra: AIM, 2014. p. 431-443.
- SERRANO, E. *El poder de las palabras: glosario de términos del 15M*. 1 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.uninomade.org/el-oder-de-las-palabras/>>. Acesso em: 10 out. 2017.
- SHANGHAI CENTURY DIGITAL NETWORK CO. Disponível em: <<http://www.guji.com.cn/books/zt/zt42.asp?name=%C2%ED%BF%CB%CB%BC%BB%AD%B4%AB>>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)*. 2012. 313 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1404.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2017.
- TOPALOV, C. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. *Espaço e Debates*, São Paulo, ano 8, v. 1, n. 23, p. 5-30, 1988.
- TOPALOV, C. A history of urban research: the french experience since 1965. *International Journal of Urban and Regional Research*, London, v. 13, n. 4, p. 25-651, Dec. 1989.
- TOPALOV, C. *La urbanization capitalista: algunos elementos para su análisis*. México: Edicol, 1979.
- TRAUGOTT, M. *The insurgent Barricade*. Berkeley: University of California Press, 2010.
- VALERY, P. *Analecta*. Paris: Gallimard, 1935.
- VANEIGEM, R. *A arte de viver para as novas gerações*. São Paulo: Conrad, 2002.

VELLOSO, R. Contraconduta, sublevação: insurreição urbana no interior e nas bordas da governamentalidade. In: SOLIS, D. E.; MORAES, M. (Org.). *Políticas do lugar*. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 86-129. (Coleção Querências de Derrida: Moradas da Arquitetura e Filosofia).

VELLOSO, R. Moment, flow, language, non-plan: the unique architecture of insurrection in a Brazilian urban periphery. In: FERRETTI, F. et al. (Ed.). *Historical geographies of anarchism: early critical geographers and present-day scientific Challenges*. New York: Routledge, 2018. p. 165-178.

VIDLER, A. *The scenes of the street: transformations in ideal and reality, 1750-1871*. Cambridge: MIT Press, 2013.

VIÉNET, R. *Enragés and situationists in the occupations movement*. Paris: Gallimard, 1968.

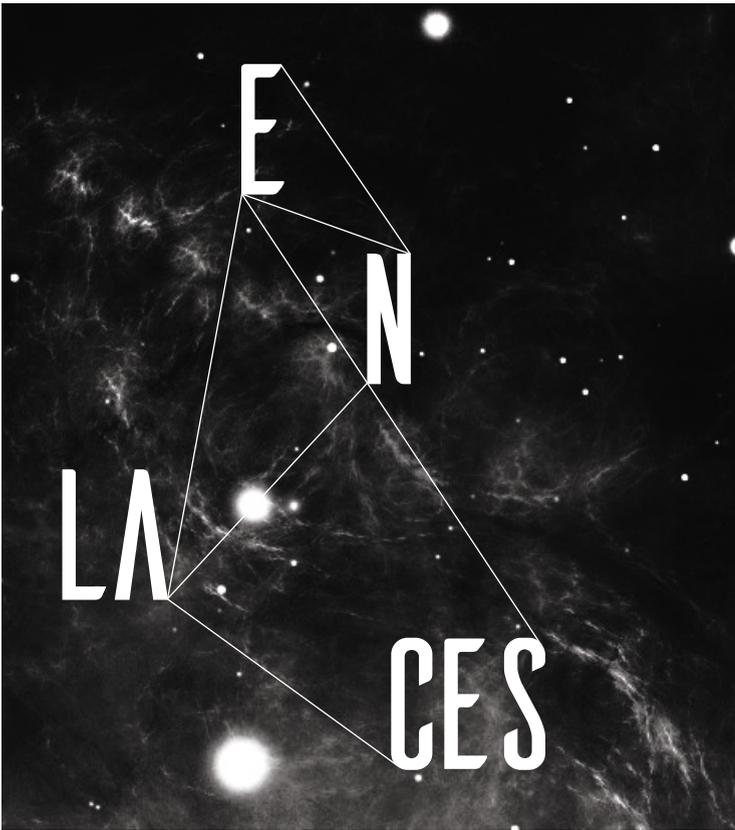
VIRNO, P. *Gramática da multidão*. São Paulo: Annablumme, 2013.

WATKINS, P. *Notes on the media crisis*. [S.l.]: MACBA, 2010.

WATKINS, P. *Peter Watkins on La Commune (Paris, 1871)*. 16 Oct. 2016. Disponível em: <<http://www.documentfilmfestival.org/peter-watkins-on-la-commune-paris-1871/>>. Acesso em: 31 out. 2018.

WETHERELL, J. *Brasil: apontamentos sobre a Bahia*. Tradução de Miguel P. do Rio Branco. Salvador: Banco da Bahia, 1972.

F A Z E R P O R



F A Z E R
P O R
E N L A C E S

*Modos de fazer e de pensar o urbano:
enlaces de história e urbanismo*



CIEC . UNICAMP

Josianne Francia Cerasoli

Rodrigo Santos de Faria

Maria Stella Bresciani

As especificidades urbanas da cidade são feitas e desfeitas em sua elaboração discursiva em meio às atividades descritivas dos atores. A cidade não se deixa definir exclusivamente por critérios objetivos e factuais, relacionados, por exemplo, à densidade de sua população ou à concentração de atividades ou serviços econômicos: a cidade é uma entidade material e imaterial configurada pelas práticas dos atores que a habitam e frequentam, nela trabalham e vivem, bem como por seus discursos, que a qualificam e requalificam, conferem-lhe uma ordem, identificam-se ou dela se afastam.¹ (MONDADA, 2000, p. 251, tradução nossa)

INTRODUÇÃO

Atenta à linguagem em meio a práticas multimodais e interações, a linguista Lorenza Mondada buscou compreender a multiplicidade de atores e atividades presentes na cidade, especificamente na descrição da cidade, entendida como entidade complexa, heterogênea, em movimento e plural. Segundo afirma em seu *Décrire la ville: la construction des savoirs urbains dans l'interaction et dans le texte*, a cidade é apreensível tanto por

atores ordinários quanto por profissionais e pesquisadores que, de muitos modos, contribuem para sua multiplicidade, irredutível ao mesmo tempo a sua materialidade e a características urbanas simbolicamente configuradas por meio de numerosos discursos. Podemos entender como um ponto importante para os modos de fazer que pautamos aqui essa ideia da autora.

As atividades descritivas de diferentes atores, confrontadas de várias maneiras à cidade, contribuem para instaurar seu caráter ordenado, seus regimes de inteligibilidade, suas características próprias, sua urbanidade, bem como as tensões e a multiplicidade de manifestações, por vezes concorrentes ou contraditórias. Por conseguinte, ao compreender de modo similar a importância dos discursos para a complexidade e pluralidade da cidade, entendemos como fundamental aos estudos sobre o tema modos de pensar e fazer o urbano sempre problematizar os discursos, sejam técnicos, ficcionais, afetivos etc.

A partir de considerações como essas, tomadas como um fio condutor importante, se de início já seria algo difícil desconsiderar a pluralidade nos estudos urbanos, dadas as características do tema (cidade) e os múltiplos saberes que têm voltado seu olhar e instrumentos para ele, especificamente nas reflexões aqui entrelaçadas, seria ainda menos plausível, considerando-se a trajetória mesma de produção deste texto. São três percursos que se tocam, três pesquisas que dialogam, três pontos de partida visíveis em uma mesma nébula, ela mesma multiforme em seus (re)arranjos em movimento constante.

Pensar por pluralidades, associações e redes: foram essas as três aproximações publicadas no *Modos de pensar*, primeiro tomo desta nebulosa, convertidas nas motivações iniciais deste estudo tripartite que ora apresentamos. Desde o começo, indicavam três enquadramentos e três propostas que, mesmo sendo distintas na matéria considerada – elementos de filosofia e política, de literatura e história, de amplos debates municipalistas –, apontavam flagrante convergência ao explorar a importância de considerarmos a multiplicidade das dimensões a partir das quais se pode pensar o urbano.²

como um desafio importante aproximar tais percursos distintos em uma reflexão capaz de, a um só tempo, aprofundar as discussões já iniciadas e permitir deslizar os três modos de pensar em modos de fazer, sobretudo considerando-se a proposta que buscamos desenvolver: trazer ao debate nossos próprios modos de problematizar e realizar pesquisas sobre o urbano. Ainda que nos parecesse, em certa medida, uma interpretação literal ou circunscrita do sentido atribuído a modos de fazer, pareceu-nos clara a necessidade de olhar para os estudos que efetivamente temos desenvolvido sobre as dimensões do urbano em perspectiva histórica para acolher os desafios deste segundo tomo. Uma vez mais, as escolhas tiveram que preservar a origem tripla dos temas de pesquisa, e nos propusemos a enfrentar o desafio a partir de dimensões específicas, justamente por considerarmos plurais as entradas nos modos de fazer do campo do urbanismo. Esse entrelaçar de entradas se tornou decisivo para a organização e apresentação desta reflexão.

Serão, portanto, três momentos principais no texto, cada um deles desdobrado em frações que, à maneira dos fractais geométricos, guardam semelhança ao objeto original – modos de pensar e fazer as pesquisas sobre o urbano e o pensamento urbanístico em perspectiva histórica – e, ao mesmo tempo, adensam o debate sobre temas delineados separadamente. No primeiro momento, “Historicidade e complexidade do urbano a partir dos saberes eruditos e técnicos”, Josianne Cerasoli discute o pensamento urbanístico tendo por base o papel dos saberes eruditos e técnicos na configuração do espaço urbano, discutindo modos de pensar/fazer as pesquisas sobre o urbanismo e as dimensões urbanas com base em estudos coletivos sobre a configuração do espaço urbano em São Paulo. O segundo, “Olhar-ver: entretecer o urbanismo por associações”, se volta ao pensamento urbanístico a partir de uma aproximação com a estética e a política, no qual Stella Bresciani exercita modos de pensar/fazer do urbanismo a partir de aproximações entre as considerações teóricas e propostas urbanísticas de Alfred D. Agache e Luís I. de Anhaia Mello. O terceiro momento, “A construção de um percurso de investigação sobre as redes interamericanas de urbanismo e planejamento municipal no século XX”, percorre como fio condutor a exploração dos percursos de pesquisa sobre o municipalismo no continente americano, realizados por Rodrigo de Faria.

Nesses três movimentos de um mesmo texto, um conjunto de aspectos teóricos e metodológicos é pontuado, de modo a compor, ao final da longa trajetória narrativa, um mapeamento de questões sobre os modos de fazer em pauta. Tais questões permitem reconsiderar como o urbano, o pensamento urbanístico e a história podem ser problematizados a partir de perspectivas que não abrem mão da multiplicidade e buscam focalizar dimensões distintas – mas não isoladas – dessa temática, vistas sempre de modo relacional: dimensões estéticas e políticas, técnicas e sensíveis, pontuais e internacionais, locais e transnacionais – todas consideradas por meio de discussões teórico-metodológicas, por entendermos como inteiramente imbricados os modos de pensar e de fazer em nossas pesquisas.

HISTORICIDADE E COMPLEXIDADE DO URBANO A PARTIR DOS SABERES ERUDITOS E TÉCNICOS

Historicidade, complexidade: qualidade ou condição do que é histórico, do que é complexo. Esse é o ponto de partida deste percurso sobre os modos de pensar/fazer as pesquisas sobre o urbanismo, tomadas em um enquadramento mais abrangente. A ênfase inicial estará nas apreensões sobre o urbano, percebidas precisamente por meio de sua incontornável dimensão histórica e complexa. Na delimitação de competências habilitadas ou socialmente reconhecidas para tematizar o urbano, conhecimentos como os do urbanismo assumem, aos poucos, posição destacada na definição de modos de olhar-ver e intervir em concepções de cidade, sempre no interior de debates, estudos e mesmo disputas pela definição da abrangência de cada campo profissional. São conhecimentos formalizados em tempo relativamente recente, ao longo de um século, em meio a saberes eruditos e técnicos mobilizados em torno da questão urbana, o que pode acentuar também os embates em torno dessa delimitação. Talvez o mais instigante nesse processo esteja na simultaneidade que o caracteriza, sendo difícil identificar sem alguma incerteza quais circunstâncias precedem outras: a formação

do campo de saber do urbanismo, a ampliação e densificação de áreas urbanizadas, a complexificação da questão urbana, o aprimoramento dos mecanismos de gestão do espaço e da vida urbana, a crescente demanda em termos de infraestrutura, a especialização dos saberes técnicos e das profissões envolvidas, a sofisticação dos debates técnicos e eruditos relacionados a cada vez mais diversificadas dimensões da cidade, a crescente heterogeneidade na composição da vida urbana, a reiterada tensão entre diagnósticos e projetos de cidade, entre outras correlatas.

Essa simultaneidade de múltiplos inícios distingue três aspectos das dimensões urbanas que nos parecem incontornáveis para os estudos sobre o tema: o importante papel de distintos discursos sobre a cidade na formulação de diferentes concepções do urbano; o constante entrecruzamento disciplinar, ou seja, a interdisciplinaridade, constantemente construída nas aproximações à cidade; a decisiva presença dos saberes eruditos e técnicos, tanto nos discursos e na interdisciplinaridade quanto nas formas de problematizar a questão por meio da história urbana. Discursos, campos disciplinares e saberes – todos reafirmam a pluralidade, entendida aqui como inerente ao urbano, ainda mais se considerados em perspectiva histórica.

Além disso, cada um desses aspectos, quando analisados detida e separadamente, permite deslindar uma miríade de dinâmicas e circunstâncias, abrindo-se a numerosas associações e interpretações. Tomando-se somente os discursos sobre a cidade analisados, por exemplo, a partir da narrativa ficcional ou ainda a partir dos vestígios de memória – incluindo-se monumentos e depoimentos menos estruturados –, seria possível trazer à pauta numerosas questões sobre o urbano, desde a conformação de sensibilidades para abordar a vida urbana até a repercussão de situações conflituosas ou mesmo preteridas na dinâmica social.³ Algo similar poderia também decorrer dos outros dois aspectos, multiplicando enormemente o escopo dos estudos sobre a cidade.

É a partir da consideração desse panorama plural que recortamos, nestas reflexões sobre os modos de fazer a pesquisa sobre o urbanismo e as dimensões urbanas, alguns elementos de estudos que temos

realizado em projetos coletivos e individuais. Priorizamos apresentar e discutir pesquisas elaboradas em consonância com a complexidade e pluralidade do urbano e do urbanismo, bem como estudos direcionados ao entendimento das dinâmicas envolvendo os saberes eruditos e técnicos na cidade, ambos considerados historicamente.

Para isso, priorizamos as interfaces efetivas e potenciais dessas pesquisas com o projeto coletivo *Cronologia do Pensamento Urbanístico*, desenvolvido desde 2002, com vistas a “[...] cartografar e historiografar as redes complexas, os campos de debates, de forças ou de tensão entre diferentes ideias [...] que construíram e ainda constroem o pensamento urbanístico”, conforme explicita o *site* do projeto. (JACQUES, [2002]) A despeito de frequentes diálogos entre pesquisadores atuantes na *Cronologia* e no Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade (CIEC),⁴ que sedia os estudos aqui discutidos, somente em 2017 pudemos conectar as duas iniciativas de pesquisa formalmente e explorar novas possibilidades para pautarmos este debate com base na pluralidade e complexidade do urbano e do urbanismo. E o ponto de partida esteve justamente na releitura de documentação reunida no CIEC em um banco de dados denominado *Saberes Urbanos*, concebido a partir dessas duas características. A seguir, reproduzimos a abertura do *site*,⁵ com sua identificação e repertório de opções de busca.



Figura 1 - Banco de dados do projeto

Tanto a *Cronologia* quanto o *Saberes* se aproximam também ao aceitarem como princípio a consideração do pensamento urbanístico e do urbano de modo não esquemático ou meramente linear nas pesquisas que realizam. Dito de outro modo, ambos se aproximam ao acolherem, em suas distintas consequências, a pluralidade inerente ao urbano e ao pensamento urbanístico.

SABERES URBANOS, REGISTROS PLURAIS

O banco de dados do CIEC foi constituído com base em documentação produzida inicialmente em uma pesquisa coletiva, composta por uma equipe multidisciplinar de arquitetos, historiadores, antropólogos e sociólogos, vinculada ao projeto temático “Saberes eruditos e técnicos na configuração e reconfiguração do espaço urbano – estado de São Paulo, séculos XIX e XX”, finalizado em 2011.⁶ Conceber o banco de dados já constituía em si um desafio: organizar e disponibilizar dados e subsídios para pesquisas sobre dinâmicas ligadas à configuração e à reconfiguração do espaço urbano, considerando fundamentalmente sua dimensão histórica e buscando concatenar indagações comuns aos quatro subtemas que constituíram a pesquisa coletiva. Somaram-se a ele mais dois desafios: concatenar pesquisas sobre distintas configurações do urbano – sobre a capital paulista, entendida como uma metrópole em intensa transformação no período estudado; sobre a expansão urbana pelo interior; sobre o patrimônio arquitetônico remanescente desses processos – e aproximar os campos conceituais das diferentes áreas de origem dos pesquisadores atuantes no projeto. Foram desafios que nos obrigaram a (re)pensar conjuntamente nossos modos de fazer, nossos modos de problematizar e produzir indagações acerca do urbano.

A partir desse horizonte, aspectos relativos às mudanças na cidade, à complexificação da questão e da vida urbana, à ampliação do papel dos conhecimentos e aparatos técnicos, inclusive de infraestrutura, bem como outros processos que se desenvolvem de modo mais ou menos simultâneo, foram considerados no projeto temático, tomando-se como foco central do estudo as cidades do estado de São Paulo nos séculos XIX e XX. Reformas urbanas efetivadas ou planejadas na capital e a urbanização de cidades do interior foram tomadas a partir

de suas estreitas relações com a implantação da malha ferroviária no estado a partir dos anos 1860, seguindo a expansão da chamada “fronteira do café”. Nas décadas finais do século XIX, a intensa atividade econômica agrícola e o início da industrialização tiveram crescente papel nas mudanças estudadas, inclusive por atraírem sucessivas levas de imigrantes europeus, cuja presença maciça marcou e deu feição plural a todo Estado, acentuada pela migração interna de contingentes populacionais a partir dos anos 1940.

O campo de investigação do projeto temático delineou diferentes aspectos relacionados às transformações do espaço urbano, configurando-se com base em indagações comuns aos quatro subtemas que o constituíram: conhecer o processo de formação do campo conceitual e profissional relacionado às intervenções urbanas com base no pressuposto de que sua constituição se viabiliza e ganha densidade pela circulação de saberes técnicos e eruditos num contexto de desenvolvimento econômico e crescimento populacional; rever o lugar-comum, bastante difundido nos estudos sobre as cidades brasileiras, que explica e justifica o saber e a prática urbanísticos e arquitetônicos enquanto meras influências ou cópias de modelos estrangeiros.

Tais indagações foram enfatizadas de diferentes modos nos quatro subtemas. Dois voltaram-se à pesquisa da configuração e reconfigurações da cidade de São Paulo, entre 1828 – quando foram delegados às autoridades municipais o direito e o dever de instituir, por meio de um código de posturas, as diretrizes da expansão urbana, bem como o controle de hábitos dos moradores – e o final da década de 1950, acompanhando o período de constituição e consolidação do pensamento e da prática urbanísticos responsáveis pela atual configuração da cidade em sua dimensão formal e em seus critérios técnicos de gestão. Um terceiro se voltou para as cidades relacionadas à implantação e à expansão da malha ferroviária paulista, cujo início se deu nas décadas de 1860 e 1870 e avançou até a década de 1950, quando se acentua a opção pelas rodovias.⁷

Esse processo implicou intensa colaboração entre profissionais brasileiros e estrangeiros, que deu lugar à consolidação de uma área disciplinar e à cultura urbana no estado de São Paulo e cujas atividades traduziram-se no suporte técnico e teórico para a configuração e

reconfiguração do espaço urbano, para a difusão da arquitetura eclética, para a constituição do repertório paisagístico e para a criação ou remodelação dos antigos largos, praças e jardins. Essas iniciativas exigiram a construção de equipamentos e edificações também voltados à produção industrial e à construção da malha ferroviária, importantes fatores na modificação da paisagem urbana e rural, gerando significativo patrimônio material.

Um quarto subtema, encerrando o ciclo deste estudo sobre o urbano, teve como campo de investigação as “ruínas modernas” resultantes do processo de decadência dessas estruturas arquitetônicas geradas pela expansão ferroviária e industrial no interior do estado, sobretudo diante da substituição das ferrovias pela malha rodoviária. O interesse maior nesse quarto subtema foi inventariar e refletir sobre o patrimônio industrial, de modo a formar uma memória dos bens materiais, a eles adicionando a memória dos ofícios e modos de fazer especializados.

A abrangência temporal, espacial e temática contida neste recorte já traria, em si, numerosas questões, ainda que as duas indagações comuns se fizessem presentes nos quatro subtemas. O desdobramento dessa complexidade para a variedade de registros documentais reunidos ao longo da pesquisa, possivelmente, é perceptível aos leitores e converteu-se em desafio importante para dar visibilidade aos resultados da pesquisa e às reflexões nela elaboradas. Além disso, o aprofundamento do estudo sobre a formação do campo profissional do urbanismo no decorrer nos estudos realizados permitiu refinar a crítica às explicações que se assentam sobre o lugar-comum das cópias e modelos externos.

A pesquisa reiteradamente indicou ser a experiência profissional multidisciplinar obtida pela formação acadêmica e prática de médicos higienistas, engenheiros – sanitaristas, civis, industriais, ferroviários e agrônomos –, arquitetos, construtores e artistas capazes de definir conceitualmente esses saberes sobre o urbano, amplos e compartilhados, como responsáveis por alterações nas formas de olhar, falar, pensar e intervir na cidade, identificáveis nas fontes textuais, cartográficas, fotográficas e projetos de arquitetura e de engenharia – elementos visíveis tanto no debate analisado na primeira parte deste texto, considerando profissionais como Agache e Anhaia

Mello, quanto se verá na terceira parte, ao analisarmos a ampliação e modificação do debate municipalista no continente americano. A presença significativa de profissionais formados em instituições estrangeiras, de passagem pelo país ou que aqui se estabeleceram, conduziu a uma indagação complementar sobre sua contribuição para a ampliação do diálogo internacional, por vezes transnacional, do saber urbanístico e arquitetônico.

É importante, nesse ponto, ainda, rever nosso entendimento sobre essa dimensão internacional do pensamento urbanístico e dos debates sobre a cidade, distante de qualquer busca por supostas ideias e projetos autóctones ou, ao contrário, miméticas. A sensível aproximação existente entre as dimensões urbanas, materiais ou simbólicas, e discursos em torno de ideários tidos como modernos, em suas manifestações plurais, pode induzir a conclusões apressadas, sobretudo ao inserir o entendimento das mudanças na cidade em uma perspectiva temporal de progresso. Tal abordagem, ao ressaltar a ideia de atual – de novo, de hodierno – presente no genérico adjetivo “moderno”, assinala, por meio dessa relação com o tempo e a história, uma perspectiva processual e, portanto, comparativa, como se fosse possível afirmar a existência de estágios para o moderno e, conseqüentemente, centros “adiantados” e difusores desse ideário.

Decorrente desse entendimento, a ideia de importação de modelos distancia-se das concepções que temos discutido em relação aos estudos sobre o urbano e sobre o pensamento urbanístico, nas quais a construção material e simbólica da ideia de cidade moderna ou de urbanismo moderno se alimenta muito mais de uma dinâmica própria ao campo – o debate internacional de ideias e repertórios – do que de um jogo discursivo em torno da ideia de progresso.⁸

Em “The Location of Modernity”,⁹ Michael Smith e Thomas Bender exploram relações entre passado e presente, identidades locais e nacionais, dimensões materiais e simbólicas na construção de espaços urbanos tidos como modernos em diferentes contextos, analisados comparativamente. Assinalam algumas similaridades, considerando as políticas e os regimes próprios à modernidade e ao entendimento da historicidade do urbano na mudança social e espacial. Ressaltam

ser a modernidade na história contemporânea uma relação temporal usualmente convergente com a noção normativa de “progressividade”.

Em nosso entendimento, estudos sobre a cidade e os saberes técnicos e eruditos que configuram o discurso sobre ela são especialmente suscetíveis a essa convergência, o que nos remete diretamente à proposta dos autores. No centro das pesquisas comentadas por Bender e Smith, estaria a relação entre algum centro de “modernidade” real ou imaginado e lugares vistos como marginais, especificamente focalizados a partir da dimensão urbana: em que grau e de que modos o moderno encontra articulações simbólicas e locais no espaço social e nas formas físicas da cidade. Variada em seus elementos e manifestações, a modernidade é usualmente contraposta à tradição, definindo-se sempre de modo relacional com imagens ou referências do passado, selecionadas ou mesmo inventadas especialmente em função de efeitos contrastantes. Modernidade poderia ser entendida como global em seu escopo, na medida em que toca todas as sociedades, mas seria intensamente local, com discursos e instituições produzindo variados elementos ou manifestações da modernidade. Seu ideário estaria, portanto, nas relações com o tempo, não com o espaço, a materialidade e o local.

É em consonância com debates como esse que buscamos situar a dimensão internacional do pensamento urbanístico e dos debates sobre a cidade nas pesquisas do projeto temático sobre saberes eruditos e técnicos na configuração do espaço urbano em São Paulo.

MODOS DE RELACIONAR: IDENTIFICAR, CLASSIFICAR E NOMEAR

Sem dúvida a amplitude do projeto e seus desdobramentos, articulados a partir dos quatro subtemas, lançaram importantes desafios à formação de um banco de dados para uma pesquisa assim extensa. Ademais, a abrangência temporal e espacial do estudo de São Paulo, bem como a pluralidade dos dados e fontes documentais reunidos pelas quatro equipes, exigiu certa disciplina na consideração dessa pluralidade: na definição de critérios claros e comuns para o registro das informações da pesquisa; na manutenção de especificidades de cada tema pesquisado ao se definir tais critérios; ao mesmo tempo, na

preocupação em viabilizar cruzamentos de dados e interações entre os diferentes registros, fossem iconográficos, cartográficos, oficiais (relativos às leis, à normatização, aos atos administrativos nas esferas municipal e estadual), biográficos (ligados aos profissionais e sua atuação), bibliográficos, entre outros.

Por certo, tal diversidade de fontes constituiu um desafio à equipe multidisciplinar; porém, foram os pressupostos gerais da pesquisa os que pautaram as situações mais exigentes para o gerenciamento da documentação, considerando-se nosso entendimento, então, em construção sobre os modos de fazer. O entendimento da formação do campo conceitual e profissional relacionado às intervenções urbanas como integrante da circulação de saberes técnicos e eruditos num contexto de desenvolvimento econômico e crescimento populacional impôs ao projeto do banco de dados a recusa a hierarquias e a pontos de partida previamente definidos, somando à pluralidade das fontes a consideração de sua horizontalidade, em certa medida. Sem tomar os saberes e as práticas urbanísticas e arquitetônicas como meras influências de modelos estrangeiros, foi necessário trazer para o próprio desenho da ferramenta de pesquisa o entendimento da centralidade do amplo debate e diálogo entre especialistas de nacionalidades diversas para a constituição dos saberes sobre o urbano, constituintes da disciplina urbanismo.¹⁰

Desse modo, ao concebermos e estruturarmos esse banco de dados, a própria concepção do projeto, que sublinha a historicidade do tema estudado, tornou-se aspecto fundamental. O desafio metodológico e teórico pode ser expresso em dois aspectos: primeiro, a necessidade imperiosa de padronização dos registros dos múltiplos dados pesquisados. Um segundo aspecto diz respeito à necessidade de se manterem, nos registros e nos usos da documentação, a distinção e a intersecção entre o dois eixos que configuram a pesquisa: em termos históricos, a permanência dos pressupostos do higienismo-sanitarismo no campo profissional de especialistas da cidade; em termos teóricos, o entendimento do “intervalo” entre vertentes do pensamento e planos urbanísticos e sua concretização em intervenções como próprio desse saber – entendimento que reafirma a importância de acompanhar a formação acadêmica e a atuação dos especialistas.

Esse segundo desafio configurou-se como a questão fundante: seria possível o gerenciamento de um banco de dados que preservasse em sua constituição a historicidade e a complexidade que caracterizam a (re)configuração dos saberes sobre o urbano?

Inicialmente, os dados de pesquisa foram reunidos e organizados de acordo com as especificidades e dinâmicas de cada um dos subtemas, sendo notável a multiplicidade de documentos e informações acessadas, embora sempre com o foco nas transformações do urbano. Nos primeiros esforços de catalogação, separamos a documentação em dois grandes grupos, de acordo com a linguagem-base dominante em cada conjunto: documentos textuais, compostos por cópias de normatizações e regulamentações (leis e posturas, debate legislativo etc.), registros cartoriais, memoriais de planos e projetos (urbanísticos, paisagísticos, arquitetônicos), periódicos (diários, literários e técnicos), bibliografia (técnica, literária, histórica, memorialística) etc.; e documentação iconográfica, reunindo fotografias, registros cartográficos, planos e projetos (urbanísticos, paisagísticos, arquitetônicos).

Se apenas as intensas e constantes transformações da capital paulista nesse período já apontam significativos desafios para a reunião e organização dos dados de pesquisa, a abordagem das regiões de expansão ferroviária no interior paulista os ampliou enormemente. A abrangência e a pluralidade dos dados e fontes documentais configuram-se, ao mesmo tempo, como variáveis de relevância singular na definição dos aspectos metodológicos da pesquisa e como questões essenciais para a organização das informações coletadas ao longo do estudo pelas diferentes equipes. Esse quadro tornou prioritária a definição de critérios claros e comuns para o registro das informações da pesquisa – cada equipe buscou formas de sistematização das informações por meio de fichas capazes de respeitar tais critérios e também preservar a especificidade de cada tema pesquisado.

Entre tais critérios, a definição de palavras-chave, capazes de sintetizar cada documento da pesquisa e permitir sua interpretação em interface com outros documentos, tornou-se uma estratégia importante. Depois de reunir, identificar e classificar os registros documentais da pesquisa, seria um gesto a mais, de refinamento dessa abordagem, nomear

cada registro. A opção por palavras-chave capazes de viabilizar o estabelecimento de relações entre os documentos e também entre os diferentes materiais recolhidos pelos subtemas nos obrigou, então, a trabalhar na composição de um repertório em certa medida fechado. Foram tão numerosos quanto ricos os debates, sobretudo considerando-se a interdisciplinaridade da própria equipe. Sobre noções aparentemente claras para o campo da história, como a ideia de patrimônio, por exemplo, a discussão interdisciplinar e a pesquisa documental terminaram por ampliar os entendimentos, considerando usos dessa terminologia como definidores de um território comum, destinados a alguns equipamentos coletivos na formação das cidades, como a edificação da matriz, de um largo, da sede administrativa da futura cidade.¹¹

Assim como os documentos, as palavras-chave poderiam se desdobrar quase sem limites. Para que os entrecruzamentos entre os dados fossem possíveis, no registro de cada documento na ficha padronizada, foi estabelecida a utilização de dois grupos de palavras-chave: uma primeira categoria entendida como básica por guardar relações diretas com o conjunto da pesquisa e as bases comuns a todos os subtemas (categoria 1) e outro conjunto mais ampliado, entendido como complementar por ser capaz de detalhar e especificar a natureza dos documentos cadastrados e seu lugar na pesquisa (categoria 2), como se pode acompanhar nos quadros ao lado.

Esses dois conjuntos de palavras-chave nortearam a leitura, identificação, classificação e registro dos registros documentais coletados ao longo da pesquisa coletiva, parte dele dispostos em fichas no banco de dados disponível *on-line*. Tais fichas se tornaram o ponto de partida para aproximar os modos de fazer desenvolvidos para os registros do Saberes Urbanos àqueles propostos pelo projeto *Cronologia do Pensamento Urbanístico*. Seleccionamos apenas uma ficha, entre as mais de 1.500 registradas e disponíveis no banco de dados do CIEC, para pensarmos essa aproximação. A ficha remete a atividades do Instituto Paulista de Arquitetos, fundado em 1930 e identificado, entre as palavras-chave, como uma associação profissional, entre algumas iniciativas similares na primeira metade do século XX em São Paulo e também no Rio de Janeiro.¹²

Categoria I: termos e conceitos referências básicos	
[nome da cidade - exemplo: São Paulo, Bauru, Campinas, Adamantina etc.] cidade desenho documentação oficial documentação particular documentação técnica edificação empresa equipamento urbano [exemplo: ponte, viaduto, poste, coreto etc.] indústria infraestrutura	legislação metropolização patrimônio plano profissional projeto região sanitarismo técnica construtiva território transporte urbanismo urbanização

Categoria II: especificação de conceitos e termos
<ul style="list-style-type: none"> • cidade, periferia, centro, espaço público, morfologia urbana, arruamento, quadricula, malha urbana, praça, projeto urbanístico (memorial), traçado urbano; • melhoramento, embelezamento, ajardinamento, arruamento, obra pública, equipamento urbano, infraestrutura urbana, abastecimento de água, retificação de rios, reforma urbana, intervenção urbana, higiene urbana, higiene, higienismo, insolação, estética urbana, plano urbanístico, plano regional; • ferrovia, rodovia, caminho, rua, avenida, alameda, via, praça, jardim, ponte, viaduto, centro cívico; • vila operária, habitação, habitação social, bairro, cortiço, favela, distrito, edifício público, núcleo colonial; • tipologia arquitetônica, matadouro, mercado, cemitério, hospital, asilo, lazareto; • industrialização, patrimônio industrial, maquinário, paisagem industrial, iconografia industrial, companhia; • frente pioneira, fronteira, colonização, propriedade rural, migração, companhia colonizadora; • população, imigrante, migrante, estrangeiro; • instituição pública, prefeitura, departamento, secretaria, diretoria, assembleia provincial, assembleia legislativa, câmara municipal, governo estadual; • lei, decreto, ato, código, resolução, postura municipal, padrão municipal, estatuto da cidade, plano diretor; • evento científico, congresso, exposição, seminário, mostra;

- associação profissional, associação, comissão, comitê;
- arquiteto, engenheiro, médico, fotógrafo, arruador, agrimensor, mestre de obra, construtor, projetista, planejador, administrador, gestor, artista, urbanista, paisagista, agrônomo, geógrafo, memorialista, jornalista, artesão, ferroviário, operário, trabalhador;
- registro de aluno, mapa, planta, projeto, esboço, ata, fotografia, pintura, croqui, projeto urbanísticos (imagem), desenho, gravura, pintura a óleo, ilustração, tabela, gráfico, diagrama, esquema, manuscrito, artigo;
- publicação, manuscrito, álbum, panfleto, manual técnico, correspondência, diário, propaganda, guia de viagem, catálogo, almanaque, cartaz, jornal, periódico, livro técnico, livro, entrevista, filme, documentário, gravação, site.

Quadro 1 – Palavras-chave do projeto

Fonte: Relatório anual de atividades do Projeto Temático FAPESP n. 05/555338-0 (2004).

Entre outros aspectos interessantes destacados no documento, vemos algumas disputas entre concepções estéticas distintas para a arquitetura, expressas, por exemplo, em uma tomada de posição crítica em relação à arquitetura modernista, identificada no documento como arquitetura futurista. Trata-se de um debate abrangente, conduzido por polêmicas duradouras, nas quais elementos identitários e diferentes representações do passado são mobilizados em prol de concepções não convergentes de “moderno”, de “modernidade”. Trata-se seguramente de um registro documental em diálogo com as ponderações de Bender e Smith (2017) acerca da relação da modernidade com concepções temporais, já mencionadas.

Temas como esse, relativos à atuação das associações profissionais e ao debate em torno das opções formais e estéticas para a arquitetura no Brasil, também estão presentes na *Cronologia do Pensamento Urbanístico* e constituíram alguns dos pontos de partida dos pesquisadores do CIEC para compor os entrelaçamentos entre os dois projetos. A expectativa – ao inserir um verbete na *Cronologia*, pautando especificamente a fundação do Instituto Paulista de Arquitetos – é ampliar as possibilidades de se estabelecerem relações – ou torná-las mais visíveis – entre vários debates em pauta no período, sobretudo aqueles ligados a questões identitárias, ao lugar social dos profissionais

voltados às questões urbanas, aos debates em torno de saberes técnicos sobre a cidade. À medida que avançarmos no esclarecimento dessas relações, mais visíveis no próprio projeto gráfico idealizado para externar os resultados do projeto sobre *Cronologia*, entendemos ser possível também potencializar as relações que o *Saberes Urbanos* buscou viabilizar pela construção das palavras-chave em seus modos de registro e leitura dos documentos.¹³

Parece-nos importante pontuar, a partir desses panoramas dos projetos e desses exemplos, um procedimento de fundo teórico presente nesses modos de fazer. Em ambos, em nosso entendimento, abandona-se qualquer referência a classificações prévias, a elaborações que buscam antecipar interpretações ou enquadrá-las em esquemas explicativos estranhos às dinâmicas do urbano e do pensamento urbanístico. Tanto no *Saberes* quanto na *Cronologia*, além do flagrante registro no plural evidenciado desde as denominações escolhidas para cada um, a recusa a classificações prévias nos parece abrir caminhos para explorar outras relações, outras aproximações, novas hipóteses, talvez capazes de contemplar aspectos não abordados em outros estudos, bem como lançar novas indagações a diretrizes teóricas que dificilmente podem abranger a pluralidade que envolve o urbano.

É interessante, nesse sentido, remeter a balanços sobre teorias urbanas que têm se empenhado em reavaliar os fundamentos e os potenciais inscritos em elaborações teóricas sobre o urbano desenvolvidas ao menos desde o século XIX. Consideramos, por exemplo, o estudo de Freitag (2012) sobre teorias da cidade e a coletânea *The city, revisited*, de Judd e colaboradores (2011), ambos importantes para discutir e atualizar orientações teóricas com relevante papel nas interpretações sobre o urbano ao longo do século XX. Freitag (2012) se propôs a examinar as teorias formuladas através dos tempos para explicar e compreender o fenômeno urbano também em sua historicidade, a partir de várias perspectivas disciplinares – antropológica, econômica, política, cultural, arquitetônica, urbanística e, sobretudo, sociológica. Organiza tais teorias considerando diferentes tradições de pensamento sobre a cidade, identificadas como escolas: alemã, francesa, anglo-saxônica do Reino Unido e dos Estados Unidos.¹⁴ Como critérios para selecionar autores e escolas, afirma nortear-se por “excelência

acadêmica, antecipação de fenômenos e distanciamento crítico em relação ao que viria ser chamado modernidade, cujas patologias manifestam-se no espaço urbano”. (FREITAG, 2012, p. 19)

Certamente, um esforço de síntese de tamanha abrangência não poderia contemplar numerosas nuances presentes tanto nas teorias quanto nos critérios definidos para destacar algumas delas, e, por isso mesmo, nos parece significativo o destaque dado às elaborações formuladas pelos pesquisadores de Chicago no início do século XX, muitos deles em diálogo com as então recentes formulações da sociologia desenvolvida na Alemanha, por exemplo, por Weber e Simmel. A coletânea *The city: suggestions for the investigation of human behavior in the urban environment*, de 1925,¹⁵ convertida por longo tempo em referencial obrigatório para os estudos urbanos, parece ter ultrapassado, nesse percurso, sua própria historicidade, figurando como teoria sobre a cidade por excelência.

Não apenas Freitag discute essa posição e esse percurso. Entre outras discussões, a reavaliação da obra elaborada em *The city, revisited* (JUDD et al., 2011) nos parece especialmente significativa, sobretudo por propor simultaneamente rediscutir a chamada Escola de Chicago e reavaliar o alcance de teorias sobre o urbano. Em “Theorizing the city”, artigo que abre a primeira parte da coletânea que propõe visitar teorias urbanas, Dennis Judd analisa, ao lado da Escola de Chicago, outras duas tradições teóricas sobre a cidade, identificadas como a Escola de Los Angeles, estabelecida, segundo afirma, a partir da publicação de Robert Fogelson sobre a metrópole fragmentada, e a Escola de New York, reivindicada por David Halle em estudo comparativo com Los Angeles.

Além de discutir se essas teorias permaneceriam relevantes para o entendimento das cidades, Judd se pergunta sobre a utilidade do próprio conceito de “escola” como recurso de linguagem para a compreensão do desenvolvimento das metrópoles na contemporaneidade. E conclui: as teorias urbanas são um terreno de contestação. Sugerem uma variedade de aspectos a olhar, mas não podem – diríamos, não deveriam – antecipar o que a pesquisa irá encontrar. Para além dos importantes balanços elaborados por estudos como esses, de Judd e de

Freitag, entendemos ser crucial ter em mente as reflexões que lançam sobre as teorias urbanas, sobretudo pelo suporte que nos apontam para compreender melhor a historicidade inscrita nas próprias teorias sobre o urbano.

OLHAR-VER: ENTRETECER O URBANISMO POR ASSOCIAÇÕES

Propomos uma leitura dos modos de estruturar o pensamento e o fazer urbanísticos partindo da premissa do caráter transdisciplinar do campo urbanístico, sua inter-relação com diversos saberes-competências já, em si, entrecruzados por outros saberes não atribuíveis a enraizamento em determinados países, ou seja, atrelado a nacionalidades, mas sim a “competências” transnacionais. Dentre as várias dimensões do campo do urbanismo, as representações visuais são parte do procedimento que, em várias etapas e escalas, apresenta uma proposta de ação projetual. Olhar-ver é, pois, parte fundamental desse procedimento e pressupõe um olhar filtrado por um campo conceitual, um saber, uma competência.

Para adentrar os modos de fazer urbanismo pela associação do olhar-ver, tomamos as palavras de Anne Cauquelin (2000, p. 74) como segunda premissa: “uma revolução constante agita o par compreender-ver, compreendo pelo que vejo e dado que vejo, porém só vejo por meio de e com a ajuda do que compreendo que se deve ver no que eu vejo”. Explicita assim sua advertência:

Só fazemos reproduzir esquemas mentais, prenes de uma evidência longínqua e de milhares de projeções anteriores. Essa constante redução aos limites de um quadro, montada por gerações de olhares, pesa sobre nossos olhares e os orienta imperativamente. (CAUQUELIN, 2000, p. 17)

Sua assertiva se esclarece em seguida: tal como “os pintores da Renascença fabricaram o que se tornou a escritura de nossa percepção

visual”, também “nos impuseram o *olhar* possível para se *ver* a natureza em paisagem” – enquadramento visual-estético que, neste texto, propomos deslizar para os recortes do edificado em diversas escalas. (CAUQUELIN 2000, p. 74) Há, contudo, um elemento importante a ser incluído: a dimensão disciplinar, pois, prossegue Cauquelin (2000, p. 67): “a arquitetura, ninguém nega, detém o poder de modelar comportamentos, gestos e maneiras de ser; os espaços estruturados nos constroem à ação mensurada”. Dois enquadramentos disciplinares, o olhar e os comportamentos, dão suporte a modos de pensar e fazer arquitetura-urbanismo e são visceralmente associados à estética e à política.

Essa segunda premissa nos leva a outro filósofo, Jacques Rancière, que, ao tratar das relações entre a estética e a política, aproxima-se de Cauquelin para a relação olhar-ver e oferece uma terceira premissa: “a política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo”. (RANCIÈRE, 2005, p. 16-17)

Ao acrescentar o ponto de vista de Christine Boyer (1996) a esse enquadramento visual-estético, chegamos à terceira premissa: as noções de escala e de tempo. Até o final do século XIX, afirma a historiadora, os construtores das cidades industriais se basearam na convenção estética da pintura. Tal como em Cauquelin, para Boyer (1996), a percepção visual se via dirigida para o ponto central da imagem enquadrada pela moldura e, ao enfeixar o edificado numa ordem espacial fechada e unificada, a cidade se dispunha como obra de arte, paisagem. Essa prática se tornou emblemática até ser modificada, nos finais do século XIX, pela velocidade dos modernos meios de locomoção, por induzirem o olhar ao deslocamento contínuo pelo espaço expandido na rápida sequência de imagens. Essa configuração da natureza e da cidade em panorama se desfez ao ser novamente instabilizada por volta dos anos 1980. Os meios de comunicação eletrônicos possibilitaram e mesmo induziram a decompor a cidade em pontos e pedaços (*bits and pieces*) e recompô-la de forma efêmera, em teatrais arranjos de cheios e vazios. Logo, temos

com Boyer uma sequência de enquadramentos estéticos indissociáveis a suas particulares temporalidades – econômica, cultural e política. (BOYER, 1996)

Representar visualmente significa, portanto, um modo de fazer ver, tanto a natureza elaborada em várias “naturezas” como o ambiente urbano mutante, e, deste olhar, desdobrar a atividade de intervir, fazer uma nova cidade, modificar, ampliar, reformular a materialidade que a compõe, sempre orientada por uma intenção estético-ético-política.

Neste exercício sobre os modos de pensar/fazer urbanismo, partimos, assim, de três premissas:

1. o caráter transdisciplinar e transnacional do entretecer diversas tendências na formação do campo/saber urbanístico;
2. os modos de fazer pressupõem uma competência: saber o quê e como fazer; supõem também compartilhar um campo de saber(es) e nele ser reconhecido;
3. há um vínculo indissociável entre a tríade estética-urbanismo-política e as diversas temporalidades.

ALFRED AGACHE E LUIZ DE ANHAIA MELLO – ENTRETecer DE SABERES E COMPETÊNCIAS

Tomamos como exemplos dessa montagem de um ponto na “nebulosa” do pensamento urbanístico dois profissionais engenheiros arquitetos em textos produzidos entre 1927 e o início dos anos 1930: o plano *Cidade do Rio de Janeiro: remodelação, extensão e embelezamento*, de Alfred Agache, datado de 1927-1930;¹⁶ e *Problemas de urbanismo Bases para a resolução do problema técnico*, reunião de seis palestras proferidas por Luiz de Anhaia Mello em 1928, o artigo “Problemas de urbanismo”, de 1928, “O recreio ativo e organizado das cidades modernas”, publicado em 1929, e alguns textos dos anos iniciais da década de 1930. A escolha desses profissionais se deu por termos encontrado em seus textos vários pontos de convergência e outros de

expressivo distanciamento, em um momento crucial para a definição de campo de atuação e de competências para agir.

Um primeiro ponto de convergência se apresenta no modo pelo qual esses profissionais definem e atribuem autoridade aos dotados do saber ver e expressar em termos técnicos de sua competência o que seus olhares veem. Especial atenção merece o significado de “convergência” como compartilhamento de competências – partilha nos dois sentidos, participação em comum e seu inverso, a separação, a distribuição –, compartilhamento que exige domínio de um linguajar, de um vocabulário comum, ainda que as palavras possam expressar entendimentos diversos, sem, contudo, embaralhar seus sentidos,

[...] um modo de articulação entre maneiras de fazer, formas de visibilidade dessas maneiras de fazer e modos de pensabilidade de suas relações, implicando uma determinada ideia da efetividade do pensamento. (CERASOLI, 2004; RANCIÈRE, 2005, p. 13)

É impossível não ceder à tentação e, sem dúvida, à importância de lembrar com Rancière uma afirmação de Aristóteles de que “cidadão é quem *toma parte* no fato de governar e ser governado” – um tomar parte, contudo, precedido de uma “outra forma de partilha: aquela que determina os que tomam parte”. Rancière (2005, p. 15-16, grifo do autor) prossegue em sua exposição e judiciosamente exemplifica:

O animal falante, diz Aristóteles, é um animal político. Mas o escravo, se compreende a linguagem, não a ‘possui’. Os artesãos, diz Platão, não podem participar das coisas comuns porque eles *não têm tempo* para se dedicar a outra coisa que não seja seu trabalho. [...] *o trabalho não espera.*

O quanto dessa partilha entre não falantes e falantes autorizados atravessou milênios, expressou a partilha de atribuições e competências no domínio da política nas sociedades fundamentadas por contrato social¹⁷ e se dispõe residualmente na atualidade, como resiliência, seja na política, seja em nossas competências profissionais ciosamente guardadas?

Dito de outro modo (e aqui recortamos o pensamento urbanístico como um campo do comum):

A partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce. Assim, ter esta ou aquela ‘ocupação’ define competências ou incompetências para o comum. Define o fato de ser ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum [...]. (RANCIÈRE, 2005, p. 16)

Ou seja, pressupõe existir “na base da política, uma estética” que, pensamos, se estende a pontos de irradiação dos saberes plurais nas teias das “nebulosas”. Uma partilha que também é compartilhamento de competências que define/decide “o que se vê e o que se pode dizer sobre o que é visto, quem tem competência para ver e qualidade para dizer [...]”. (RANCIÈRE, 2005, p. 17)

No quadro das competências, a palavra “urbanismo”, no atual linguajar cotidiano, é usada com sentidos pouco precisos a ela atribuídos pela imprensa e pela mídia em geral, empregada de modo genérico, quase como uma palavra de senso comum para falar dos mais variados problemas e questões referentes às cidades. Mas, nos inícios do século XX, os engenheiros, arquitetos e engenheiros-arquitetos se detinham no exame do que se queria dizer ao se falar de urbanismo. Uma competência de fala autoatribuída a eles como detentores do saber-ver-falar-produzir a cidade. Cidadãos com voz autorizada pela formação a falar a/da cidade, uma autoridade associada à definição de um campo de atuação com a união do saber técnico orientado por uma intenção ética-estética, a de moldar comportamentos no espaço de uso comum e nos ambientes privados. Arrogou-se, inclusive, a competência de indicar os que com eles poderiam colaborar no modo pensar e fazer as cidades.

Assim, se a palavra “urbanismo” se tornou um lugar comum, podemos associá-la ao sentido dado por Myriam Revault d’Allonnes, quando buscou questionar o modo pelo qual havia se difundido como “lugar comum” a afirmação sobre a “morte da política”. Ela nos alertou sobre o que é próprio a esse “saco de gatos”, pois, com frequência:

Os lugares comuns, não são somente clichês ou banalidades. São também os lugares do ‘comum’, fundo onde se dão trocas de palavras, crenças, preconceitos, argumentos e opiniões da política efetiva. Opiniões com frequência confusas, erráticas, inseguras porém não menos enraizadas na vida e na experiência humana.¹⁸ (D’ALLONNES, 1999, p. 9)

Examinemos o modo pelo qual o arquiteto-urbanista Alfred Agache e o engenheiro-arquiteto Luiz de Anhaia Mello desenharam, no final da década de 1920, os modos de fazer urbanismo – pensamento e práticas – em textos seminais para o debate técnico na área, tendo como base empírica as cidades do Rio de Janeiro, capital federal, e São Paulo, a capital paulista. Os trabalhos dos dois urbanistas – e aqui encontramos uma segunda proximidade – não tiveram suas propostas executadas, por questões assemelhadas, em parte pelas injunções políticas dos conturbados anos 1930: período em que, no Rio de Janeiro, vários prefeitos se sucederam sem completar mandatos, sendo o Plano Agache retomado e revisado só na gestão prefeito Henrique Dodsworth, após o golpe de 1937 e a instauração do Estado Novo; em São Paulo, algumas propostas se efetivaram quando Anhaia Mello ocupou, por duas curtas gestões, o cargo de prefeito – de 6 de dezembro de 1930 a 26 de julho de 1931; e de 14 de novembro a 5 de dezembro de 1931 – e na profícua gestão Fábio Prado – de 7 de outubro de 1934 a 1 de maio de 1938. Porém, o jogo de disputas entre competências profissionais dá rumos diversos aos de suas propostas, o que não significa afirmar esquecimento, no caso de Agache, inclusive com suas ideias expressas “na agenda urbanística em construção no Distrito Federal”,¹⁹ ou a interrupção das “batalhas” de Anhaia Mello como professor e homem público atuante.

Em 1930, o arquiteto-urbanista Alfred Agache considerou imprescindível postular, em seu plano de *Cidade do Rio de Janeiro: remodelação, extensão e embelezamento*, o sentido da palavra “urbanismo”, por ser “uma palavra ainda nova”. Ele se autoneia “padrinho do vocábulo”, “[...] quando fundei a Sociedade Francesa dos Urbanistas, em 1912”, e, para ele, mais expressiva do que o vocábulo alemão “Städtebau” e o inglês “Town-planning”, por serem esses, afirma, “mais aplicáveis às construções” (AGACHE, 1930, p. 6), posição

acompanhada por Anhaia Mello no artigo “Urbanismo e suas normas para a organização de planos”, de 1933.

Essa convergência de entendimento da palavra “urbanismo” somada ao artigo em que Anhaia Mello elogia Donat-Alfred Agache, em maio de 1928, constituíram a faísca – *insight* benjaminiano – para colocá-los em um possível diálogo, já que Agache visitara, em 1927, a capital paulista pela primeira vez e, segundo Victor da Silva Freire, a comparou a Chicago. (FREIRE, 1942, p. 76) Fiel ao subtítulo dado ao artigo – “Um grande urbanista francês” –, Anhaia Mello considerou-o a melhor escolha para coordenar as reformas da cidade do Rio de Janeiro. Deu também destaque à sua atuação na Sociedade Francesa de Urbanismo, vinculada ao Museu Social, onde, diz, “[...] se reúnem higienistas, economistas, sociólogos, arquitetos e engenheiros”.²⁰ (MELLO, 1928a)

O entusiasmo de Anhaia Mello pela escolha de Agache se expressou pelo que considerava a “superioridade” dos urbanistas franceses, vencedores de concursos em cidades de vários países e pela excelência do curso de Urbanismo da Universidade de Paris, embora tivesse sido precedido pelas universidades inglesas e norte-americanas. Nesse artigo, reproduz, em traços gerais, o programa do referido curso, estende os comentários elogiosos ao “Estudo de planos de cidades de Raymundo Unwin”, mas se detém detalhadamente no livro de Agache-Jaussely,²¹ cuja estrutura seria reproduzida por Agache na montagem do plano para a cidade do Rio de Janeiro, precedido pelo “extrato” de cinco conferências introdutórias, organizadas para serem apresentada a um público não especializado. Somente na quinta conferência, “Ensino e propaganda do urbanismo na França”, ele diz: “dirijo-me hoje aos arquitetos”.

Logo no início da primeira conferência, Agache (1930, p. 4) expunha didaticamente o sentido da palavra “urbanismo”:

O Urbanismo é uma Ciência e uma Arte, e sobretudo uma Filosofia. Entende-se por Urbanismo o conjunto de regras aplicadas ao melhoramento da edificação, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas. É a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade levados

a efeito mediante um estudo metódico da geografia humana e da topografia urbana sem descurar as soluções financeiras.

A associação entre ciência e arte para designar o campo do urbanismo configura outro ponto de convergência entre os dois profissionais. Porém, logo em seguida, Agache se fixa em prescrições técnicas. Apresenta o urbanismo como “um conjunto de regras aplicadas ao melhoramento da edificação, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas”. A partir desse pressuposto, Agache expõe a quais competências cabe executar as tarefas mencionadas e afirma não haver “absoluta necessidade de ser engenheiro ou arquiteto”. Para ele, nasce-se urbanista, dom inato a ser cultivado e desenvolvido. Traz como exemplo Patrick Geddes – grafado como Gueddes –, etnógrafo célebre que chegou a, “sem se ter jamais servido de uma trena ou de um esquadro [...] ser citado entre os urbanistas” (AGACHE, 1930, p. 13-14), e Ebenezer Howard – por ele denominado sociólogo socializante – como autor de obra que “se tornou clássica entre os urbanistas”. (AGACHE, 1930, p. 23)

No elenco das competências, há uma colocação fundamental: fiel a sua filiação ao grupo reunido no Museu Social, Agache associa no fazer urbanismo o engenheiro e o arquiteto ao sociólogo, geólogo, médico, arqueólogo, historiador e “mesmo ao jornalista”. Contudo, logo em seguida, ao detalhar a quem caberia “o trabalho de um plano de organização e extensão de uma cidade”, deixa claro ser a um engenheiro, “o homem do detalhe, da análise”, e ao arquiteto, “a personificação da síntese”. Ao urbanista, caberia o papel de “regente de orquestra”, ou seja, dar “direção à sinfonia urbana”. Às outras competências listadas, caberia “dar interessantes conselhos”. (AGACHE, 1930, p. 5-15) Quando da exposição do plano, as colaborações se associam a determinadas competências: o historiador e o antrope-geógrafo²² são designados como responsáveis pela tarefa de dar conta das várias fases do processo de formação e da situação em que a cidade do Rio de Janeiro se encontrava.

Em 1928, ano de seu artigo sobre Agache, Anhaia Mello introduzia o leitor do Instituto de Engenharia de São Paulo a uma série de palestras proferidas entre setembro e março, nomeadas *Problemas*

de urbanismo: bases para a resolução do problema técnico,²³ e expõe um novo ponto de convergência, ao partilhar com Agache a concepção “urbanismo é cooperação” ou “filosofia das ciências sociais aplicadas”. (MELLO, 1929a, p. 11) Uma “ciência da universalidade das coisas [...] uma filosofia das ciências aplicadas” que exigia a colaboração do sociólogo, do legislador, do jurista, do político, do administrador, do “economista e de todo cidadão” e fechava o círculo afirmando: “urbanita deve ser sinônimo de urbanista” e atuar “no sentido de colaborador esforçado da nobre tarefa comum de melhoria da vida humana”. (MELLO, 1929a, p. 37-38)

Embora tenha apresentado a primeira palestra aos membros do Rotary Club, um público não necessariamente especializado, reapresentou-a aos colegas do Instituto de Engenharia e, nesse ambiente, seriam proferidas as cinco outras palestras. Destinadas evidentemente ao público profissional, nelas, Anhaia Mello (1929a, p. 70) detalha os passos a serem propostos para executar um *master plan*, tarefa cuja responsabilidade seria dada à Comissão do Plano da Cidade, composta por pessoas alheias às “pressões diárias” que assoberbavam o funcionário da municipalidade.

Sobre a questão de a quem diz respeito a formulação do plano geral, Anhaia Mello caminhava duplamente na direção contrária à de seu colega engenheiro-arquiteto Francisco Prestes Maia e à do mestre dos dois, o engenheiro Victor da Silva Freire,²⁴ ambos vinculados a cargos públicos na Secretaria do Estado de São Paulo e na Prefeitura Municipal. Ou seja, em *Plano de avenidas para a cidade de São Paulo*, também de 1930, Prestes Maia era preciso tanto ao reivindicar o plano como “um estudo sumário despretenso de repartição”, logo, sem menção à cooperação de outros profissionais, circunscrito à competência de funcionários de instituições públicas. Prestes Maia declarava, ainda, se eximir da pretensão de propor “um plano geral” e ser avesso a “um desses planos de conjunto ao sabor da época”, ou seja, em tese se contrapunha ao plano de Agache. Contudo, seu propósito declarado de marcar “em largos traços certas diretrizes” dá a ver a ambição mais ampla da escala do plano: nele, se expõe “uma concepção da cidade e a orientação [...] que deve presidir ao seu desenvolvimento”, diz Maia (1930, p. IX). Embora Prestes Maia

posicione seu plano como “conjunto orgânico de projetos e sugestões [...] capazes de dar direções possíveis” (MAIA, 1930, p. XII) e Agache proponha um grandioso plano de remodelação, esses planos carregam a intenção de definir as diretrizes de reformas e extensão das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Contudo, se Agache e Anhaia Mello, enquanto profissionais, partilhavam da mesma concepção do “fazer” urbanístico, como cooperação orquestrada pelo engenheiro e/ou o arquiteto, e davam crédito ao pioneirismo da Escola de Belas-Artes de Paris, Anhaia colocava na “vanguarda do mundo em matéria de Urbanismo” os norte-americanos – posição que, no decorrer de seus textos, mostra não constituir simples opção por vertentes relacionadas a nacionalidades, mas por em seus textos explorar diferentes concepções de montagem de planos urbanísticos. (AGACHE, 1930, p. 13; MELLO, 1929a, p. 13)

Agache associa remodelação a composição, a colocar em ordem os diversos elementos, “preparar a distribuição dos futuros monumentos e emoldurar os existentes, cuidar das perspectivas”. (AGACHE, 1930, p. 8) Suas propostas apresentam-se em belos e sugestivos desenhos. Mesmo quando dedica a terceira conferência a cidades-jardins e favelas, ele se detém nos exemplos europeus propostos ou inspirados em Ebenezer Howard. (AGACHE, 1930, p. 21-25) A concepção de seu plano diretor não se limita a “um trabalho desenhado”; nele, aos mapas de remodelação, perspectiva da área central, desenhos de novos bairros conquistados ao mar, esquemas e fotos, se intercalam longas páginas de análises e comentários elucidativos. Uma montagem de diferentes linguagens que o aproxima da composição argumentativa e textual do *Plano de avenidas* de Prestes Maia (1930) e do *Plano de Chicago* de Daniel Burnham e Edward Bennett (1909).

Somente na conclusão e após detalhada exposição técnica do plano de “remodelação e extensão”, em mais de 400 páginas, Agache apresenta “um conjunto de leis e regulamentos”, exposto em detalhes em longo apenso que contempla um “Projeto de Regulamentação Regional” envolvendo, além da área suburbana, a “zona rural”. A legislação completa e confirma o plano, ou seja, se dispõe no fazer urbanístico após sua feitura pelo urbanista e equipe e estaria vinculada à Direção

Geral da Remodelação, repartição subordinada ao prefeito; no caso da capital da república, ao presidente e, nas capitais estaduais, aos governadores. O plano forma, diz Agache (1930, p. 321), “uma carta urbana’ que deverá [ser o guia para os anos futuros] depois de revista e aceita pelas repartições oficiais”. Para tanto, prevê a criação de uma “Repartição Permanente do Plano”, reunindo os serviços vinculados à prefeitura e ao governo federal, por ser a capital do país, e os dispõe em amplo esquema de atribuições. (AGACHE, 1930, p. 323-324)

Já Anhaia Mello, embora partilhe com Agache da concepção multidisciplinar do urbanismo, distancia-se por um posicionamento básico: a concepção do plano. Seu caminho se dá, em tese, no sentido inverso, pois não associa ao seu modo de fazer urbanismo a prática de desenhar a cidade; não propõe desenhar um plano, nem dispô-lo sobre mapas. O plano diretor seria estruturado por leis normativas dispostas a formar a “árvore” coroada pelo urbanismo – um processo a ser iniciado pela formação do “ambiente”, a “educação urbanística do público”, ou seja, formar a “urbanocultura”, cujo alvo primeiro seria o de conquistar a opinião pública pela propaganda.

É bastante significativa sua compreensão de “propaganda”, cuja “tirania”, diz, nos faz agir “quase irracionalmente [...] inconscientemente substituímos nossa razão pelas do propagandista, do anunciante”. (MELLO, 1929a p. 17-18) Não que considere vender urbanismo “uma panaceia intoxicante”, mas, por tratar-se de “mercadoria de escola” e “necessidade premente e inadiável da vida moderna”, exige a atuação de todos os veículos de difusão de ideias, imprensa, exposições, cinema, rádio e contato pessoal, tal como ele mesmo se dedica a fazer. (MELLO, 1927, p. 344-345, 1929a, p. 18) Recorre à noção de “contágio mental” ao formular a proposta de esclarecimento da opinião pública (MELLO, 1929a, p. 14, 17), termo cunhado pelos teóricos do comportamento das multidões e um tema recorrente em vários estudos de médicos e advogados nas décadas finais do século XIX e ainda presente nos anos 1920, entre outros, em Freud.²⁵

Da “opinião pública”, o processo passaria pelo filtro e trabalho da Comissão do Plano da Cidade, responsável por orientar a composição do corpo de leis. Porém, inserida na terceira palestra, Anhaia Mello

(1929a) afirmava serem simultâneas a “formação do ambiente, da propaganda contínua, tenaz, acessível a todos das vantagens do urbanismo”, e a tarefa da Comissão do Plano da Cidade, “pedra angular do futuro monumento urbanístico”, à qual cabia iniciar “os trabalhos de urbanização” – comissão instituída por lei, permanente e dispondo de liberdade para “pensar calmamente no futuro, em nome da coletividade”. E projeta uma imagem sedutora: “As administrações e os governos municipais passam, [...] se sucedem [...]. O desenvolvimento da cidade não pode estar sujeito a essas contingências”. (MELLO, 1929a, p. 69-71)

A partir da exposição desse procedimento, Anhaia Mello se detém, nas subsequentes palestras de 1928, à exposição dos fundamentos teóricos que orientam o exame das várias dimensões do campo multidisciplinar do pensamento e prática urbanísticos – psicologia, política, administração, dispositivos legais e questão financeira. Nelas, ele assume a clara intenção de introduzir os colegas engenheiros a uma nova área de atuação e expor a necessária colaboração de entidades profissionais e sociedades civis, inclusive para a divulgação dos preceitos do urbanismo. Sua deliberada intenção de aprender com a experiência alheia como “norma geral da pesquisa científica” o faz recorrer a exemplos, bem ou mal sucedidos, não só de cidades norte-americanas, mas inglesas, alemãs, francesas. (MELLO, 1929a, p. 13)

Em sua proposta de contenção da área urbanizada e de expansão pela “descentralização para a cidade jardim satélite” como “solução racional [...] para nossas cidades tentaculares metropolitanas” (MELLO, 1929a, p. 98), detalha seus benefícios para as condições de vida mais saudável e coletiva, compartilhando com Agache o tributo a Ebenezer Howard. Em textos subsequentes, contudo, a proposta de cidade-jardim se desdobra, reelabora-se em bairros-jardins na projeção de extensão descentralizada composta por unidades de vizinhança, nas quais a criatividade dos moradores definiria seus próprios monumentos como forma do bom viver em cidades.²⁶ (MELLO, 1933a, 1933b)

A preocupação com a presença de áreas verdes para uso público configura outro ponto de vista partilhado, porém se dá de modo

pontual no plano de Agache, enquanto ganha enorme relevo nos escritos de Anhaia Mello desde a primeira palestra. Agache se preocupa com espaços livres necessários à “higiene física e mental da cidade”. Para ele, os jardins públicos constituem “elementos de embelezamento da cidade” e se dispõem em duas categorias:

[...] parques e campos de jogos para uso diário da população e distribuídos nas partes edificadas; reservas arborizadas destinadas a visitas domingueiras e ao ‘camping’ nas tardes quentes, vastas extensões que confinem mas ou menos com a aglomeração, conservadas no seu quase estado natural”. (AGACHE, 1930, p. 203-204)

A proposta de Anhaia Mello (1929a, 1929b, 1933b) é mais radical: recomenda substituir os canteiros e gramados dos parques urbanos destinados a passeios e contemplação, em especial nas zonas industriais e operárias, por áreas verdes, denominadas “recreios ativos”, nos quais equipamentos esportivos seriam postos à disposição dos moradores das circunvizinhanças.

Uma questão de escala se impõe entre o Plano de Agache e as propostas de Anhaia Mello desses começos de sua atuação como divulgador do urbanismo. Agache (1930) apresenta um plano completo de remodelação para a cidade do Rio de Janeiro e o estende nos capítulos sobre legislação para a escala do país.²⁷ Anhaia Mello define diretrizes na intenção de manter o equilíbrio harmonioso entre a natureza e a área urbanizada, preocupação matizada das ideias sanitárias, pela força da configuração estética e ética. Seu foco é São Paulo; porém, as bases teóricas dizem respeito a uma concepção teórica e geral de cidade e de montagem de diretrizes teóricas do urbanismo regional e nacional. Em Agache (1930), a grande preocupação se concentra primordialmente em questões sanitárias; em suas palavras: “melhorar o estado sanitário da população”. No apenso, dedica uma longa parte B ao “Projeto de Regulamentação Regional”, no qual define o equilíbrio entre volumes edificados e áreas livres para cada área da cidade, largura de ruas e arborização, contiguidade, insolação e ventilação para os diversos tipos de construção, em particular as habitações.

Há entre eles, contudo, um importante ponto de partilha: a concepção orgânica de cidade-sociedade, acentuada ao limite como metáfora operativa em Agache, atenuada, matizada em Anhaia Mello. Desse modo, a noção de “evolução”, em seus vários sentidos, preside a base de seus modos de pensar a cidade e de fazer/compor o pensamento urbanístico. A concepção orgânica compartilhada nos leva a indagar sobre o modo pelo qual noções dos saberes biológicos e fisiológicos, utilizadas na prática da medicina, deslizam, embora em níveis desiguais, como imagens metafóricas para a formação do pensamento urbanístico.²⁸

MARCOS TEÓRICOS:

CONCEITOS, NOÇÕES, METÁFORAS, TEMPORALIDADES

O plano de Agache mantém estreita proximidade com trabalhos que, durante o século XIX, associaram médicos higienistas e engenheiros sanitaristas aos quais coube definir práticas para adequar os diversos espaços físicos nos quais a vida cotidiana transcorria, de modo a evitar a sucessiva eclosão de epidemias mortais e doenças contagiosas, como a sífilis e a tuberculose. A participação junto ao Museu Social, fundado em 1894-1895,²⁹ e, nele, a presença de médicos e arquitetos na Seção de Higiene indicam a forte ênfase sanitária no modo de pensar e fazer urbanismo em Agache. Nessa partilha do sensível urbano, se configuraram modos de ver e pensar as cidades na figura do “organismo” que persistem até hoje, embora renomeados, reformulados em seus parâmetros mais flexíveis. Talvez os mais atuais estejam nos discursos sobre a sustentabilidade e a ecologia.

Nos 1800, a parceria entre médicos e engenheiros, a correlação entre corpos orgânicos, em particular o humano, e a materialidade do ambiente urbano se deu no deslizamento dos campos de formulação de noções anatômicas, físicas e fisiológicas, transmutadas em metáforas operativas na formulação das ciências humanas e do pensamento urbanístico.³⁰ Há textos nos quais é significativo esse compartilhamento do sensível, e um deles deve-se ao médico Jules Rochard, autor do *Traité d'hygiène sociale*, de 1888, e diretor da *Encyclopédie d'Hygiène et de Médecine Publique*, de 1891. Desta, participaram profissionais de

formação diversa voltados no tomo três para temas relacionados a *hygiène urbaine*. No decorrer das mais de 800 páginas desse terceiro tomo da *Encyclopédie*, adotam um procedimento protocolar: uma primeira parte dedicada à “história” ou ao acompanhamento das várias fases da vida humana em coletividade, estágios da higiene urbana e aspectos técnicos da escolha da localização, dos vários componentes do edificado, equipamentos e cuidados de “higiene”. Em seus capítulos, estão presentes as noções de “artérias – canais aéreos” e “meios de circulação”, com preocupações relativas à aeração, “respiração” e “insolação”, nelas incluídas as habitações e os prédios de uso coletivo ou público. Embora termos da medicina percorram os textos sempre na intenção de formar ambientes saudáveis, não se formula uma concepção da cidade como corpo orgânico. A terminologia da área médica convive com preceitos técnicos da engenharia bastante detalhados na figuração da competência do higienista, impondo exigências aos construtores com base no preceito “toda despesa feita em nome da higiene é uma economia”. (ROCHARD, 1891, p. 319)

O deslizamento de noções do corpo físico, das funções fisiológicas e partes dos organismos vivos para a condição de noções capazes de dar a ver, pensar e falar as cidades implicou instrumentalizar esses preceitos no modo de metáforas. Um deslizamento que permite aproximar, tratar pela similaridade imaginada, estabelecer parentesco entre coisas/ideias heterogêneas; em outras palavras, “enxergar a semelhança”, diz Ricoeur (1992), “é ver o mesmo apesar, e através da diferença”. Trata-se de um jogo da imaginação que assimila sem eliminar as diferenças. A metáfora confere uma dimensão pictórica por seu “caráter *figurativo*”, “designa o significado conceitual e seu envoltório pictórico”. Sua dimensão figurativa trabalha a imaginação, provoca o sentimento, faz com que a metáfora tenha grande poder persuasivo. (RICOEUR, 1992) A noção de organismo ou corpo orgânico como metáfora que faz “ver” a cidade possibilita formar a esquematização de uma representação icônica, predicativa, ao expor relações de uma maneira figurativa. Seu caráter figurativo cumpre dupla função: diagnose e solução do problema, que se associa à palavra “urbanismo” como “ciência de observação”, dado o modo pelo qual o urbanista decompõe a cidade para detectar “a(s) patologia(s)”. Aliás, diz Luis Arenas (2011, p. 67), outro filósofo: “as metáforas

comprometem”, “elas nos pensam”; “cada metáfora envolve uma promessa de sentido que excede provavelmente o alcance que seu usuário ou inventor pretendeu atribuir-lhe”.

Em Agache (1930), a associação entre o organismo humano e a cidade se dá de modo direto e a metáfora se cola à cidade para expor e explicar o porquê da “tão lenta evolução” do Rio de Janeiro e atribui-la às “mórbidas manifestações de seu crescimento, nem previsto, nem guiado”. Um “caso patológico”, enfermidade que ele, como uma “espécie de médico”, trará a solução para curar a “moléstia não congênita” da “Mlle. Carioca”. O vocabulário adotado por Agache (1930, p. 5-7) se firma na noção de “organismo urbano”, metáfora que lhe permite aproximar duas imagens diversas e acoplá-las numa mesma figuração: “como no [ser] humano encontramos [na cidade] uma anatomia e as suas funções”. Se a “anatomia é o próprio plano que a define”, sua “vertebração” diz respeito ao “conjunto de terrenos, edificados ou não, à divisão dos quarteirões”. Já as “funções da cidade” se dispõem sobre as do organismo: a “circulação”, cujo “único remédio” para a congestão é a descongestão (em termos técnicos, “o remodelamento”); a “digestão”, responsável pela “canalização de águas e sistemas de esgotos, essenciais à higiene urbana”; e a “respiração”, relacionada aos “espaços livre coletivos”, de modo a prever a distribuição equitativa de certo número de terrenos para evitar “a asfixia”. O recurso às metáforas biológico-médicas se desdobram na imagem das casas, as células da cidade, com todo um capítulo dedicado a elas. Complementa sua “comparação” a figuração do “sistema nervoso urbano” associado às comunicações postais, telefônicas, telegráficas, controladas e coordenadas em seus movimentos. (AGACHE, 1930, p. 7)

A associação ao corpo orgânico se fecha com a noção de “beleza” a ser adicionada “à saúde e ao equilíbrio”, “isto é, a harmonia e as proporções”, aproximando “estética urbana” e “estética humana”, associação que, para Agache, define a junção da ciência à arte e confere ao urbanismo a dimensão de “filosofia social”. (AGACHE, 1930, p. 7-8) A noção estética de ambientes urbanos também se explicita como metáfora na terceira conferência, quando se desloca para as “favelas, uma espécie de cidade-satélite”, correlatas às cidades-jardins,

uma forma de cidades-satélites, embora delas se diferenciem por serem de formação espontânea, cuja população é “meio Nômade, avessa a toda e qualquer regra de higiene”. Formam-se pela tendência “tentacular das cidades modernas” como “aglomerações parasitárias”. A proposta de cidade-jardim de Howard configura a solução; em suas palavras: “o melhor exemplo” de formação de “novos organismos”, tais como Letchworth e Welwyn, estruturadas na forma de “organismos econômicos, geralmente na forma cooperativa e na concepção de solidariedade”. Outros exemplos citados por ele referem-se às cidades de empresas implantadas na França. (AGACHE, 1930, p. 20-25)

A imagem metafórica se desloca e se fixa na noção de ciência, parte do longo debate – urbanismo: ciência ou arte? –, e Agache expõe a íntima conexão entre a “ciência da observação”,³¹ a análise pela decomposição da cidade em seus “primitivos fatores” – bairros, trânsito, circulação, solo e subsolo, e a arte de “interpretar as observações científicas e as necessidades técnicas em um conjunto de harmonia e beleza”. Caberia ao urbanista ter a sensibilidade de, ao remodelar a cidade, compor os diversos elementos necessários para formar o ambiente adequado para nelas se viver. Agache entende o urbanismo como filosofia social que adquire seu pleno sentido na exigência de urbanidade não somente entre pessoas, mas também entre as coisas. Urbanidade e polidez entre os habitantes, extensiva ao “urbanismo e seus preceitos – regulamentos de construção, de circulação e de higiene”; ao urbanista, portanto, reserva-se a função de catalizador, a centelha que deve provocar “a cooperação do entusiasmo público”. “Chefe de orquestra”, o urbanista rege os vários elementos, sua “sensibilidade” o faz detentor “[...] do poder de exteriorizar, plasticamente o quadro onde todos os efeitos sociais da vida se manifestam em imediata coordenação”. (AGACHE, 1930, p. 8-9) Anhaia Mello (1961) compartilha essa concepção e a detalha: “o urbanista é quem dirige a orquestra e comanda os metais, sopros, cordas, etc. Para isto, deve ter uma partitura na sua frente”. Nesse ponto, se afasta de Agache, pois declara: “*essa partitura se chama bem comum*”. (MELLO, 1961, p. 5, grifo do autor)

Agache (1930) desdobra a metáfora das funções: a função política (centro administrativo, atribuída ao Rio de Janeiro desde 1763) e a econômica (comercial e industrial), elementos que, analisados,

deveriam dar respostas satisfatórias a seu bom funcionamento. Como toda grande cidade, afirma Agache (1930, p. 119-121), ela tem “uma razão biológica de existir”, corresponde à região onde se dá a “organização nacional do país; a grande cidade é o coração, o centro nervoso e o cérebro de um país”. Seu “desenvolvimento necessita de diretiva”, o que corresponde a “traçar a ossatura das vias”, propor o *zoning*, prever “toda a escala de tipos de habitação” e a “criação de espaços livres”, para os quais o arquiteto propõe agregar os parques e jardins existentes numa “rede de avenidas arborizadas, um sistema de parkways”, completado por grandes parques, campos de esportes e piscinas. Para o urbanista, a “envergadura do projeto de remodelação” é prevista sob o triplo ponto de vista da superfície utilizável, da densidade de população e da sua duração no tempo. Ele não se mostra avesso à “descentralização progressiva da cidade em aglomerações de menor porte”, porém considera inadequada se não for em resposta a “disposições favoráveis à industrialização”. (AGACHE, 1930, p. 126-131)

Anhaia Mello é menos metódico no uso de metáforas orgânicas, talvez por ser seu ponto de partida a noção de “ambiente”, a “urbanicultura”. Fundamentada no campo ético da “temperatura moral”, proposto pelo historiador Hippolyte Taine, considera a relação entre ética e estética capaz de dar lugar a “grandes realizações de remodelação e extensão urbanas”. Essa noção ética e estética, colocada já na primeira palestra, o opõe à Agache, e também à de seu colega paulista Francisco Prestes Maia, que, nas páginas introdutórias do *Plano de avenidas*, relacionava a estética intrinsecamente à técnica quando dizia:

[...] na realidade um sistema de avenidas é inseparável de todo plano de viação, liga-se a todo o conjunto da cidade, [...] qualquer projeto de rua envolve, explícita ou implicitamente, uma concepção sobre a cidade, sua estrutura e desenvolvimento. (MAIA, 1930, p. 4)

Oposição é reafirmada por Anhaia Mello (1933a, p. 210) quando sentencia: “Urbanismo não é traçar ruas e perspectivas, mas sim dotar esse ser moral coletivo, que é a comuna, com um órgão adaptado às suas necessidades e às suas aspirações e ideias do tipo social a que ela pertence”.

Sua matriz ética se encontra traduzida em várias citações de filósofos, poetas e engenheiros, como William Lethaby, *town-planner* inglês, para quem, em citação de Anhaia Mello, “o grande fim da vida urbana é produzir tipos cada vez mais perfeitos e acabados de civilização e de civilidade. Construir cidade é construir homens”. Esse objetivo configura uma certa ambiguidade na acepção do termo “ambiente”, pois há uma concepção simbólica compartilhada com Lethaby (2005, p. 2-5) quando Anhaia Mello (1929a, p. 16-17) afirma: “O ambiente urbano é que plasma o caráter humano, de acordo com a própria feição, para a fealdade ou para a beleza”. Daí ser sua primeira preocupação a de formar a “opinião pública efetiva, esclarecida, controlada, organizada” e, para tanto, voltar-se para a “propaganda”, procedimento inverso aos de Agache e Prestes Maia e ao de Bennett e Burnham, responsáveis pelo *Plano de Chicago*, para os quais a propaganda se daria após os planos já formulados, com a larga difusão ao público.

Porém, há em Anhaia Mello uma avaliação positiva do *Plano de Chicago*, apoiada em dois pontos fundamentais: serve de crítica à “velha cidade em xadrez, símbolo típico da falta de alma (referência a Spengler), um produto artificial e matemático, cidade de arquitetos municipais”, e de estratégia a ser adotada – chamar as associações civis a tomar a iniciativa do plano: formar uma grande comissão, que, no caso da cidade de Chicago, fora composta por 328 membros dedicados inclusive à propaganda extensiva às escolas. Por menções como essa, como observamos, Anhaia Mello recorre à noção de “contágio mental” para esclarecer a opinião pública.

Anhaia Mello (1929b) acompanha Agache ao afirmar ter a cidade “evoluído” e, com ela, o “conceito de parque”; da “função de reservatórios e filtros de ar ou pulmões das cidades” para “terrenos de jogos, com areia, barras fixas, e todo o arsenal do recreio organizado moderno”. Aproxima-se de Agache ao atribuir dupla finalidade ao “recreio ativo” – recriar “as energias gastas na dura labuta diária para a própria subsistência [...] e para o progresso da cidade”. (MELLO, 1929a, p. 24, 1929b, p. 16-17) Até onde, porém, a noção de função e palavras como “pulmões da cidade” configuram uma adesão à concepção orgânica de cidade? Termos como “circulação”, para expor “o mais premente dos problemas modernos”, ou “desenvolvimento”,

quando se refere à expansão física e demográfica da cidade de São Paulo, compartilham imagens da cidade como “fenômeno complexo”, “conglomerado de edifícios”, “agrupamento humano”, e deslizam para outra inserção verbal: o “verdadeiro mecanismo psicológico, expresso em práticas, hábitos comuns, sentimento e tradições, uma unidade cultural típica”. A etérea expressão de Spengler, retomada por Anhaia Mello (1929a, p. 49-50), “a alma da cidade, alma coletiva de nova espécie, com um corpo visível, de feição peculiar”, se associa de modo um tanto contraditório à imagem física da cidade proposta por Robert Park – “um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram”.

Se Anhaia Mello usa a noção de “metabolismo urbano” ao tratar do tema da “agregação e expansão, descentralização” e da noção de “sistema” para falar de ruas, distribuição de água, de transportes coletivos – e o estende, em artigo subsequente, ao sistema de recreio –, remete a “um plano lógico, ordenado de distribuição, de ligação entre essas áreas”. (MELLO, 1928b, 1931, p. 357) O recreio obedece a “objetivos – atividade, formação de hábitos, formação do caráter e do cidadão útil à pátria”, “a justiça social” – não a funções. (MELLO, 1929b) Por vezes, parece ser clara sua adesão ao organicismo, como no artigo “A cidade celular”. Porém, a imagem orgânica do título logo se desfaz na noção de ordenamento, nos aspectos econômicos e financeiros, na noção de “agenciamento urbano”. Usa as imagens de senso comum – “cancros sociais” – associadas aos cortiços e a de “núcleo” para expor a necessidade de haver centros de comércio nas “células”, dada sua “situação periférica”. (MELLO, 1933a) Critica, entretanto, colocar em paralelo “organismo urbano e organismo humano”, as “referências a cidades como organismos”, e interpõe uma diferença fundamental. Porém, ao expor a diferença, recua e afirma serem as cidades organismos que crescem indefinidamente opostas aos organismos vivos que dispõem de entelúquia – controle das próprias funções internas. O “remédio corretivo” estava no planejamento. (MELLO, 1961)

A coexistência de metáforas organicistas em Anhaia Mello remete mais à condição de uso do campo de noções comuns partilhadas pelos profissionais do urbanismo do que à adesão mais significativa

de Agache, para quem a cidade se desdobra na imagem do organismo vertebrado com órgãos dotados de funções. Une-as por serem noções utilizadas como metáforas – colocam lado a lado duas coisas diferentes e as aproximam por mostrar a semelhança sem apagar a diferença. Tem um caráter descritivo e operativo; configura, em seus textos, a instrumentalização de noções imagéticas correntes na área das ciências humanas, pelo pensamento e os modos de fazer do urbanismo.

Para tanto, consideramos a orientação teórica de Jacques Rancière (2005, p. 14) quando, ao criticar o sentido genérico dado à palavra “modernidade”, buscou “assinalar alguns marcos, históricos e conceituais” necessários para a “reformulação de certos problemas que”, em geral, enfatiza o autor, “são confundidos por noções que fazem passar por determinações históricas o que são *a priori* conceituais e por determinações conceituais, recortes temporais”. Deslizam para um uso “naturalizado”. Aceitamos, assim, o desafio proposto por Rancière para entrar em nosso tema – modos de fazer o pensamento urbanístico por associações – e acolhemos ser a “partilha do sensível, o sistema de evidências sensíveis que releva, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas”, define competências, de ver, o que ver e falar sobre as cidades.

A CONSTRUÇÃO DE UM PERCURSO DE INVESTIGAÇÃO SOBRE AS REDES INTERAMERICANAS DE URBANISMO E PLANEJAMENTO MUNICIPAL NO SÉCULO XX

Todo modo de pensar traz consigo algo que é o (seu) modo de fazer, construir aquilo que é a construção desse pensar. E desde os primeiros passos pelo caminho, que tem seu fundamento na intersecção entre o urbanismo e a história, todo modo de pensar tem um modo de fazer consubstanciado nessa ideia de construção. Constrói-se ao pensar. Constrói-se ao fazer. E a matéria-prima basilar desse contínuo e não linear movimento de construção é a documentação. O documento

é o centro; ele está naquela intersecção, mas, ao mesmo tempo, ele não é a verdade absoluta. O documento não existe fora da relação pensar-fazer. Para fazer, é preciso pensar, e é pelo documento que o pensar se materializa, ou que se materializa a interpretação.

Esses caminhos ou relações partem de uma compreensão primária: como um trabalho que, na sua base, passa pelo campo da pesquisa histórica – a história urbana. Portanto, nas necessárias relações interdisciplinares entre os campos disciplinares da história e do urbanismo, é fundamental partir do pressuposto precedente da história como uma escrita. Na pesquisa sobre as redes ibero-americanas de profissionais e instituições com foco no planejamento municipal ou em qualquer outra pesquisa, os vestígios documentais foram e são a base dos diversos caminhos já percorridos.

O conjunto de documentos já catalogados e registrados não é, porém, o absoluto de todo o debate empreendido no âmbito municipalista ibero-americano, mas, justamente, o conjunto documental vem possibilitando um conjunto de interpretações – entre outras possíveis – sobre o processo histórico de construção das redes profissionais e institucionais, suas concepções e realizações no contexto espacial inicialmente brasileiro, passando pelo interamericano e também ibero-americano. Partindo desse pressuposto não absoluto, se abre sempre a possibilidade para outros percursos analíticos geralmente orientados pelos interesses *a priori* das pesquisas – com outras possíveis perguntas – ou, ainda, pelas informações que os próprios documentos oferecem ao pesquisador ao longo do processo de levantamento e análise do material.

E o procedimento considerado, nesse ponto, apropriado – ou o modo de fazer que mais próximo está do percurso que tem sido desenvolvido nessas pesquisas – advém das proposições da chamada micro-história italiana, em especial, o que já foi formulado por Giovanni Levi no artigo “Sobre a micro-história” (1992). Esse modo de fazer deve passar pela incorporação:

[...] ao corpo principal da narrativa os procedimentos da pesquisa em si, as limitações documentais, as técnicas de persuasão e as

construções interpretativas. Esse método rompe claramente com a assertiva tradicional, a forma autoritária do discurso adotada pelos historiadores que apresentam a realidade como objetiva [...] O processo de pesquisa é explicitamente descrito e as limitações da evidência documental, a formulação de hipóteses e as linhas de pensamento seguidas não estão mais escondidas dos olhos do não-iniciado. (LEVI, 1992, p. 153)

Sem receios das lacunas ou “limitações” documentais que existiram e continuarão a existir em qualquer pesquisa histórica – no caso, especialmente os debates sobre planejamento municipal em suas dimensões urbana e regional arrolados nos contextos municipalista institucionais e profissionais brasileiro, interamericano e ibero-americano –, é fundamental pensar as proposições arroladas no pensamento urbanístico internacional ao longo de grande parte do século XX. Considera-se, portanto, que o contexto das discussões e proposições municipalistas delineadas nas instituições não é algo fechado, internalizado. Ao mesmo tempo, ainda que conceitualmente as problemáticas municipais para o desenvolvimento tenham a mesma base, é preciso tentar considerar os contextos históricos nacionais, mas sem naturalizá-los como realidade isolada e, nesse sentido, considerar uma dimensão transnacional.

Em termos gerais, são esses os modos de fazer com os quais se tem trabalhado para atingir o objetivo das pesquisas: historiografar as redes profissionais e institucionais de atuação nos campos do urbanismo e do planejamento urbano-regional nos contextos municipalista brasileiro, interamericano e ibero-americano entre as décadas de 1930 e 1970. A intenção é abordar o conjunto de suas concepções e realizações em meio ao grande processo de urbanização que caracterizou esse período em todo o mundo ocidental. E no caso das interlocuções com Espanha e Portugal, isso implica cotejar as discussões e concepções num sentido mesmo ibero-americano, como já tem sido feito em relação à Espanha, pois as redes profissionais e institucionais também se constituíram ao longo do século XX no espaço cultural que tem o Oceano Atlântico o ponto de articulação para pensar para além das determinações nacionais ou continentais.

O PERCURSO INICIAL:

URBANISMO E MUNICIPALISMO NO BRASIL NO SÉCULO XX

O interesse inicial sobre esse tema surgiu a partir do mapeamento de documentos que informavam a vinculação de José de Oliveira Reis³² com o debate municipalista. Três atividades por ele realizadas entre as décadas de 1940 e 1950 informavam essa aproximação.

A primeira está enunciada em dois momentos temporalmente distantes, mas relacionados ao mesmo evento: a elaboração do Plano Diretor de Ribeirão Preto no ano de 1945 e o seu retorno ao município do interior paulista no ano de 1955 para avaliar os trabalhos que haviam sido realizados. Nessa segunda ocasião, proferiu a palestra “O urbanismo e sua influência no município”,³³ quando apresentou seu posicionamento crítico ao urbanismo relacionado inicialmente à arte de projetar cidades; em seguida, enunciou que, naqueles anos da década de 1950, o urbanismo deveria ser pensado em termos de planejamento como nova técnica social, não mais restrito à área do município. Como contraponto a essa ideia de projetar cidades, defendeu a escala regional de planejamento, ao mesmo tempo em que levantou um ponto central ao campo programático municipalista ibero-americano: a autonomia dos municípios.

A segunda aproximação ocorreu no âmbito do I Congresso Nacional de Municípios Brasileiros, organizado pela Associação Brasileira de Municípios (ABM), em Petrópolis no ano de 1950. Na documentação analisada na tese, não foi possível localizar alguma informação sobre a presença de José de Oliveira Reis durante as atividades do congresso, até porque, entre as sessões temáticas, não havia uma explicitamente dedicada aos temas do urbanismo e do planejamento. Isso só ocorreu no II Congresso, realizado em 1952. O documento que informa alguma relação de José de Oliveira Reis com o congresso da ABM em Petrópolis é a edição nº 11, de julho-setembro de 1950, da *Revista Brasileira dos Municípios*, editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Consta na apresentação da revista que o conjunto de artigos centrados no tema do planejamento municipal era uma contribuição da Associação Brasileira de Planejamento ao referido I Congresso Nacional de Municípios Brasileiros, tendo entre seus

autores José de Oliveira Reis, autor do estudo “Problemas técnicos”.

A terceira indica a aproximação não apenas de José de Oliveira Reis, mas de outros profissionais e das instituições municipalistas brasileiras – ABM e Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) – com o contexto ibérico, em especial, o espanhol. Isso se deu pela aproximação com o Instituto de Estudios de Administración Local (Ieal), que havia sido criado em 1940 pela ditadura de Franco. No ano de 1955, o Ieal organizou e realizou, na cidade de Madrid, o I Congresso Iberoamericano de Municipios, que contou com a participação de diversas delegações do continente americano,³⁴ incluindo os brasileiros Osmar Cunha, presidente da ABM, e Antonio Delorenzo Neto, diretor do Instituto de Estudos Municipais da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. O primeiro documento que indica a interlocução José de Oliveira Reis a esse contexto é a publicação dos anais relativos ao II Congresso, realizado em Lisboa no ano de 1959, ocasião em que ele apresentou o trabalho “Planejamento urbano e planejamento regional: sua interligação”.

Essa aproximação ao contexto ibérico gerou questionamentos no decorrer do processo da pesquisa. Com a localização de alguns textos dispersos sobre esses congressos nos arquivos da biblioteca do Ibam, no Rio de Janeiro, surgiu interesse e motivação para a realização da primeira viagem de pesquisa à Espanha em 2008. Isso porque, durante a pesquisa sobre a trajetória profissional de José de Oliveira Reis, surgiu a indagação sobre a existência anterior de outro conjunto de congressos que aconteciam no continente americano desde a década de 1930 e que não fazia sentido se tinham alguma relação institucional com os que foram organizados pelo Ieal. O objetivo da viagem à Espanha foi, portanto, o de levantar informações e documentações sobre as atividades do Ieal e as possíveis relações existentes com as instituições e profissionais americanas e, em certa medida, sobre o debate urbanístico no contexto municipalista espanhol e europeu.

Já de saída, foi possível constatar que os congressos iniciados pelo Ieal em 1955 ocorreram em datas distintas do conjunto de Congressos de Municipios realizados no continente americano desde a década de 1930. Qual era, então, a origem institucional e característica

daqueles congressos realizados no continente americano, se eles não tinham relação com o Ieal? A referência é ao conjunto de congressos que integravam – e ainda integram – as atividades da Organização Interamericana de Cooperación Intermunicipal (O.I.C.I.), tendo o primeiro congresso sido realizado em 1938.

Tal qual já explicitado no artigo “Pensar por redes” para o tomo *Modos de pensar*, a O.I.C.I. foi criada em 1938 na cidade de La Habana como decorrência das atividades gestadas nos âmbitos político-diplomáticos das Conferências Interamericanas realizadas desde 1890 – a primeira delas em Washington –, que culminariam na criação da Organização dos Estados Americanos (OEA). Na quarta Conferência Interamericana, realizada em Cuba em 1928, foi aprovada, pela Resolução nº 47, a criação de um congresso panamericano de municípios. Esse congresso só viria a ocorrer dez anos mais tarde, em 1938, também em La Habana. Foi nessa ocasião que surgiu a proposta de criação da O.I.C.I., que ainda hoje existe e, desde então, manteve, com importante regularidade, seus encontros, tendo o Rio de Janeiro sediado o VII Congresso Interamericano de Municípios, em 1958.

Com esse cenário complexo de encontros internacionais – uma parte deles na Península Ibérica, a outra no continente americano –, foi necessário e quase óbvio formular uma indagação: se já existiam congressos de municípios desde 1938, quais as particularidades dos congressos inicialmente organizados pelo Ieal em 1955? Foi necessário abrir uma nova rota de investigação em relação ao municipalismo no Brasil e no continente americano, ou seja, tentar compreender de que forma e sob a orientação de quais instituições esse mesmo debate estava acontecendo na Europa, em particular nos países ibéricos.

A pesquisa realizada em Madrid no ano de 2008 se confirmou, portanto, necessária e esclarecedora: tratava-se de duas ocorrências completamente distintas. Após 15 anos de sua fundação e de discussões sobre urbanismo e planejamento atrelados ao debate municipalista espanhol, o Ieal entendeu oportuno organizar, em 1955, o que foi chamado de Congresso Iberoamericano de Municípios. Na sequência, foi celebrado em Lisboa, em 1959; Brasília, em 1965; Barcelona,

em 1967; e Santiago do Chile, em 1969. Como consta no tópico “Antecedentes y Organización” dos anais do I Congresso:

Faz tempo que está latente o propósito de reunir em Madrid um Congresso de Municípios que permita a vinculação em tarefas de estudos e proposições para o futuro dos países hispânicos [...] A maturidade da consciência municipalista que esses países alcançaram, a similaridade de origem e a compatibilidade de suas trajetórias propiciam o intercâmbio de iniciativas e de experiências na área exclusiva da informação e do estudo.³⁵ (CONGRESO IBEROAMERICANO DE MUNICIPIOS, 1956, p. 17)

Com sessões temáticas centradas em assuntos relacionados às grandes concentrações urbanas sob o ponto de vista administrativo e de gestão urbanística; às atividades industriais e comerciais, às finanças municipais e criação de bancos municipais; e às articulações municipalistas entre os países, o congresso demarcou importante aproximação com o contexto institucional municipalista interamericano – à época, representado pela O.I.C.I. e por algumas entidades nacionais, como a ABM. Nesse sentido, ainda que os congressos tenham origens institucionais distintas, é inegável o papel que exerceram no processo de articulação ibero-americana, que desde então ganhou contornos mais sólidos – iniciados, em certa medida, durante o IV Congresso da União Internacional de Cidades,³⁶ realizado na Espanha em 1929 –, com aproximações e interlocuções profissionais e institucionais, incluindo a mudança de nome da O.I.C.I., em 1976, de “Interamericana” para “Ibero-americana”.

Em relação à aproximação brasileira a esse contexto institucional do Ieal, além presença de José de Oliveira Reis, que foi, nesta pesquisa, “a porta” de entrada no universo municipalista ibero-interamericano, a presença da ABM também foi fundamental e, por ela, o caminho quase “natural” pelo percurso inicial de investigação sobre o urbanismo no âmbito do pensamento municipalista. Existe ainda outro profissional brasileiro que, esse sim, teve e tem papel central na pesquisa em desenvolvimento sobre os contextos ibérico e interamericano: o advogado Antonio Delorenzo Neto.

Foi a sua atuação, inclusive como representante oficial da ABM e em algumas ocasiões do governo brasileiro, que estruturou o caminho de investigação sobre as instituições interamericanas, particularmente a O.I.C.I. e o Ieal. A aproximação e interlocução com essas instituições está registrada sobretudo no conjunto de cartas trocadas entre Delorenzo Neto e os representantes de ambas.³⁷ É inclusive nesse conjunto de cartas que está o convite, com data de 11 de dezembro de 1968, da Sociedad Interamericana de Planificación (Siap) para que Delorenzo Neto fizesse parte da instituição como membro individual. Sua trajetória profissional no Brasil durante na década de 1950 esteve atrelada à Escola de Sociologia e Política de São Paulo, incluindo o cargo de diretor do Instituto de Estudos Municipais dessa escola. Foi inclusive nesse período que propôs e organizou o I Seminário Interamericano de Estudos Municipais, ocorrido entre os dias 5 e 7 de novembro de 1958, como atividade acadêmica que antecedeu a realização do VII Congresso da O.I.C.I. no Rio de Janeiro nesse mesmo mês e ano.

Entre as sessões temáticas, a que foi denominada “O município em face do planejamento regional” teve como conferência central “La organizacion del plan regulador de la ciudad de Buenos Aires y el planeamiento del gran Buenos Aires”, proferida por Carlos Mouchet e Eduardo Sarraih, professor de Direito Público e professor de Urbanismo na Universidade de Buenos Aires, respectivamente. Essa articulação entre um jurista e um urbanista no estudo sobre Buenos Aires reforçava a importância do debate, naquele momento, sobre os planos urbanísticos e os planos regionais em articulação com os estudos sobre a descentralização administrativa e autonomia municipal, dois temas centrais e estruturais do pensamento municipalista interamericano, incluindo as discussões vigentes no Brasil, nos âmbitos institucionais da ABM, do Ibam, e dos Congressos Nacionais de Municípios Brasileiros.

IDEIAS EM CONSTRUÇÃO:

OS CONGRESSOS NACIONAIS DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Com a realização do I Congresso Nacional de Municípios Brasileiros, em 1950, e a organização do Ibam em 1952, conformou-se o tripé institucional

do Movimento Municipalista Brasileiro, iniciado com a criação da ABM em 1946. Especialmente no caso dos Congressos Nacionais de Municípios Brasileiros, estes foram fundamentais para construção e legitimação das ações da ABM e do Ibam em relação aos interesses dos municípios brasileiros nas mais diversas áreas da administração pública municipal: saúde, habitação, urbanismo e planejamento urbano-regional, transporte, educação, cultura, finanças, entre outras.

Nos certames realizados entre 1950 e 1963³⁸ – este em Curitiba, um ano antes, portanto, da instauração do Ato Institucional nº 1 após o golpe militar de 1964 –, essas diversas áreas foram discutidas em comissões técnicas e publicadas nas cartas municipalistas, a primeira denominada *Carta de princípios, direitos e reivindicações municipais*. Particularmente, as áreas do urbanismo e planejamento urbano-regional receberam atenção específica nessas comissões técnicas a partir do II Congresso, realizado em São Vicente, no ano de 1952.

Entre os temas desse congresso de 1952, o de número IV, denominado Planejamento Municipal, discutiram-se questões urbanísticas municipais, passando também pelo planejamento e execução de serviços públicos e cooperação interadministrativa. Nesse mesmo congresso, o tema “habitação popular” foi debatido em outra sessão temática denominada de Assistência Social, desvinculando, de certa forma, a questão habitacional do processo de crescimento e desenvolvimento urbano no sentido urbanístico.

Essa desvinculação não era, todavia, uma concepção generalizada. No artigo “Urbanismo”, de autoria do Francisco Burkinski, publicado em setembro de 1953 na *Revista do Serviço Público* – em número dedicado ao II Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros –, o autor afirmou que o urbanismo é a administração municipal no sentido amplo da palavra. Na sequência do artigo, Burkinski explicitou seu entendimento sobre habitação apontando que o plano de habitação da cidade abrange toda a área residencial, atrelando-o ao urbanismo, e não apenas à assistência social.

Na sequência dos congressos, sessões específicas sobre urbanismo e planejamento urbano foram ampliadas, possibilitando a participação

de profissionais urbanistas que atuavam nos municípios. No III Congresso, realizado em São Lourenço no ano de 1954, a sessão temática foi denominada de Planificação Municipal, resultando em discussões que abordaram a necessidade de implementação de processos de cooperação interadministrativa, que foram denominados de “consórcios municipais”.

Desse mesmo III Congresso Nacional, surgiu ainda uma recomendação, a Recomendação nº 1, em relação à escala de atuação do planejamento ao apresentar a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Obras e Serviços Municipais. Com essa recomendação, não mais unicamente a dimensão municipal do planejamento estava em debate, mas a regional e a nacional. Portanto, pela atuação no campo do desenvolvimento planejado dos/pelos três entes federados: a União, os estados e os municípios. Ainda segundo o texto da Recomendação nº 1, o Plano Nacional de Obras deveria ter fundo “financeiro próprio e administração especial [...] para ser executado mediante convênio entre os entes federados”.³⁹ (CADERNOS DE CULTURA MUNICIPALISTA, 1959, p. 48)

O reconhecimento, por parte dos municipalistas da ABM e do Ibam, em relação a essa dimensão nacional-regional do planejamento não mais circunscrito aos limites municipais seria reafirmado no IV Congresso, realizado no Rio de Janeiro em 1957. Na estrutura organizacional do congresso, incorporou-se sessão específica sobre projetos regionais e locais para discussão da Operação Município. Essa operação foi pensada como um dos “planos especiais” do Plano Geral da Lei Pró-Município, inicialmente apresentada pelo deputado Jarbas Maranhão no Congresso Nacional como Projeto nº 4.614 no ano de 1954. (NUNES, 1957, p. 151)⁴⁰ Um substitutivo a esse Projeto nº 4.614 foi elaborado por Teixeira de Freitas como contribuição da ABM aos trabalhos na Câmara dos Deputados – foi esse projeto substitutivo que recebeu a denominação de Plano Geral da Lei Pró-Município. Segundo a revisão substitutiva, a proposta estava estruturada na elaboração de “plano nacional de diretrizes e bases e de iniciativas e acordos intergovernamentais [...] no que respeita ao fortalecimento sócio-econômico e político-administrativo do Município”. (NUNES, 1957, p. 147)

Conforme disposto no artigo 4º, o plano estaria estruturado, além do plano especial Operação Município, em três outros planos especiais: plano de Cooperação Intermunicipal, plano Criação de Municípios e plano Levantamentos Geográficos Cadastrais e Estatístico-Censitários Municipais. Segundo a proposta substitutiva apresentada por Teixeira de Freitas – Capítulo II, Da “Operação Município”, artigo 6º –, a Operação Município é:

[...] o plano de ação e de recursos financeiros, estabelecendo as normas para a realização de obras e serviços [...] em regime de cooperação, tendente a assegurar o desenvolvimento planejado das entidades comunais [...] mormente as pertencentes a uma mesma região geoeconômica. (NUNES, 1957, p. 151)

Nesse sentido, ao apresentar o projeto substitutivo Plano Geral da Lei Pró-Município, a própria ABM indicava sua vinculação aos caminhos do planejamento regional-nacional, tal qual conduzido pelo governo federal na década de 1950 com o Programa de Metas,⁴¹ a construção de Brasília e a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O que foi caracterizado no Plano Geral da Lei Pró-Município como plano especial de Cooperação Intermunicipal, é resultante direto desse processo de atuação institucional do municipalismo brasileiro no âmbito da ABM, Ibam e dos Congressos Nacionais dos Municípios Brasileiros. A previsão do plano de instalar Consórcios Municipais reforça essa compreensão regional-nacional, mesmo que político-ideologicamente mantendo a defesa da autonomia municipal sobre seu peculiar interesse nos termos da Constituição “Municipalista” de 1946.

É importante frisar ainda que, no contexto da década de 1950, o pensamento urbanístico brasileiro estava também fortemente inserido no debate sobre o planejamento regional. Essa inserção permeou os debates no âmbito dos Congressos Nacionais de Municípios e das próprias revistas da ABM e Ibam, respectivamente *Revista brasileira dos municípios* e *Revista de Administração Municipal*. E não poderia ser diferente, já que os profissionais que participavam dos congressos e escreviam nas revistas atuavam como urbanistas nos municípios, muitos como funcionários dos setores municipais de urbanismo, outros como consultores; às vezes, as duas funções.

O engenheiro José de Oliveira Reis é um exemplo dessa dupla atuação, no seu caso, especialmente a consultoria que prestou ao município de Ribeirão Preto nos dois momentos já indicados, 1945 e 1955, e particularmente em 1955, quando apresentou considerações sobre a necessidade do planejamento regional e da cooperação intermunicipal, concebendo o urbanismo não apenas como projeto de cidade. Conforme passagem do texto da conferência:

Arte de planejar o desenvolvimento das cidades, com o objetivo de assegurar saúde, segurança e condições de trabalho aos seus habitantes, prevendo eficientes e convenientes formas de circulação e fomentando o bem comum. (REIS, 2001, p. 98-99)

Aspecto relevante na conferência foi a referência a Thomas Adams, como o fez Francisco Burkinski na publicação na *Revista do Serviço Público* de 1953.

Essa interlocução de ideias com o pensamento urbano-urbanístico de Thomas Adams presente na conferência em 1955 evidencia como essas concepções urbanísticas estavam também presentes e articuladas aos debates vigentes nos Congressos Nacionais dos Municípios Brasileiros. Da mesma forma, vigente na própria ABM e Ibam: Francisco Burkinski era membro ABM e seus textos sobre urbanismo na década de 1950 possibilitaram a interlocução de ideias dos profissionais brasileiros com profissionais de outros países.

Toda essa articulação contribuiu para a construção do que Sarah Feldman (2009, p. 3) chamou de “crença no planejamento regional no Brasil”, no sentido não apenas da “ampliação de escala territorial, mas como introdução de novas referências que superam a dimensão técnica que se instala na Era Vargas nas administrações municipais”. A atuação profissional de José de Oliveira Reis – que participou do I Congresso realizado em Petrópolis no ano de 1950 ao integrar uma publicação sobre urbanismo e plano diretor – explicitaria sua convergência com essa superação da dimensão técnica vigente nas administrações municipais entre 1930 e 1945, ele próprio um servidor municipal do setor de urbanismo.

Ao refinar sua concepção de urbanismo relacionando-a com a nova técnica social, que era o planejamento, argumentando que seria preciso pensar a cidade como organismo vivo e que o planejamento deveria atuar em seus diferentes tipos – físico, econômico, social, cultural e de área –, corroborava com a superação daquela dimensão técnica. Tanto que, ao concluir seu raciocínio, afirmou que o “urbanismo moderno dentro da nova técnica de Planejamento social” deve abranger “todo o município e, ir além, estendendo-se por toda região ecológica”. (REIS, 2001, p. 98-99)

Essa forma de pensar os problemas municipais e encaminhar soluções no campo do desenvolvimento urbano no contexto das décadas de 1950 e 1960 pelo planejamento regional coloca em evidência um programa de ação considerado estrutural para os municipalistas: a cooperação intermunicipal. Desde o primeiro Congresso Brasileiro de Municípios, em 1950, a temática da cooperação entre os municípios teve espaço relevante na agenda das discussões. No caso desse primeiro congresso, a pauta da cooperação foi organizada em duas sessões temáticas, a III e a IV, respectivamente denominadas de “Cooperação inter-administrativa. Como realizá-la e quais os problemas que a reclamam” e “Agrupamento de municípios para solução dos problemas regionais. Forma adequada para realizá-lo”.⁴² (1º CONGRESSO..., 1950)

A sessão “Cooperação Inter-administrativa” reforçaria os termos gerais daquele Plano Geral da Lei Pró-Município – que foi, como informado, um substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.614 de 1954 – sobre a necessidade de conjugar e convergir esforços das três ordens administrativas – União, estado e municípios – para promoção do desenvolvimento dos municípios. Nos termos dessa sessão III, que ocorreu no dia 7 de abril de 1950, União, estados e municípios deveriam unir “esforços e recursos, mediante acordos, convênios e contratos multilaterais” (1º CONGRESSO..., 1950, p. 5) para solução de problemas de interesse geral.

O ponto de aproximação e articulação dessa sessão III com a sessão IV, “Agrupamento de municípios para solução dos problemas regionais”, ocorreu no tópico II das suas conclusões, ao expor que a cooperação será “hábil para solução de problemas regionais, convindo que a reunião

dos Municípios interessados tome forma permanente, constituída como consórcio intermunicipal” (1º CONGRESSO..., 1950, p. 5) para o desenvolvimento econômico e social dos municípios participantes desses consórcios. A sessão IV não apenas corroborou esse encaminhamento pelos consórcios intermunicipais, como ampliou a própria dimensão da cooperação administrativa em relação ao seu aspecto jurídico-administrativo. Na primeira das suas conclusões, cuja sessão ocorreu no dia 6 de abril de 1950, o planejamento e a execução dos serviços municipais deveriam considerar o agrupamento de municípios que integrassem uma mesma “região geoeconômica”. Aqui, claramente uma concepção que não limitaria a cooperação intermunicipal em termos espaciais e territoriais àqueles municípios constituídos como “região” pela contiguidade dos seus limites jurídico-administrativos ou, ainda, delimitados como região administrativa de um mesmo estado.

Todas as conclusões resultantes dos debates realizados nas sessões do I Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros foram sintetizadas no tópico IV da *Carta de princípios, direitos e reivindicações municipais*, documento final e oficial do Congresso de 1950. O texto da carta informa o reconhecimento da ABM e dos municípios brasileiros sobre as vantagens da cooperação para solução dos problemas de interesse comum, circunscrevendo essa cooperação pela relação entre a União, os estados e os municípios, dado que esses distintos “níveis de governo constituem as organizações políticas de natureza federativa”,⁴³ que eram – e são – a natureza da organização do Estado brasileiro.

Essas discussões e proposições sobre cooperação intermunicipal não ficaram limitadas ao I Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros. Até chegar à revisão do Projeto de Lei nº 4.164 de 1954, coordenada por Teixeira de Freitas no âmbito da ABM, a formulação do Plano Geral da Lei Pró-Município passou pelo II Congresso, realizado em São Vicente no ano de 1953, com a temática “Convênios e acordos inter-administrativos” da sessão IV, Planejamento Municipal, e, como já discutido, pelo III Congresso, realizado no mês de maio do ano de 1954, em São Lourenço, em sessão de mesmo nome.

Nesse sentido, o que foi definido no Plano Geral da Lei Pró-Município como plano especial cooperação intermunicipal é resultante direto

desse processo de atuação institucional do municipalismo brasileiro no âmbito da ABM, Ibam e dos Congressos Nacionais dos Municípios Brasileiros. O documento da lei não é, portanto, resultante de uma interpretação individual, mas de instâncias institucionais do municipalismo brasileiro em coerência com suas posições e proposições programáticas construídas no âmbito da ABM. Na parte do “Capítulo 1 – Disposições Preliminares” do documento elaborado por Teixeira de Freitas, consumaram-se os encaminhamentos dos congressos desde 1950 ao apontar os consórcios municipais como ação das administrações comunais entre si para a execução da Operação Município – como informado, o primeiro dos planos especiais da Lei Pró-Município –, em associação com os Estados e a união.

No conjunto, o “Capítulo 3 – Da cooperação intermunicipal” da Lei Pró-Município e, especialmente, os artigos 23 e 27 informam detalhadamente o que foi construído em termos programáticos durante os três primeiros congressos, além de enunciar a noção de quadro metropolitano no interior com a participação de cidades-chave que seriam as sedes dos consórcios intermunicipais:

Art. 23º – Como decorrência do princípio fundamental firmado no art. 3º desta Lei, relativo à cooperação entre as três ordens administrativas e dos Municípios entre si, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento efetivo e orgânico do país, a execução do Plano denominado ‘Operação Município’ pressupõe a formação de uniões em todo o território nacional ou Consórcios de Municípios, visando-se a favorecer a solução conjunta de problemas que afetam os interesses dos Municípios pertencentes a uma região determinada, bem como a estabelecer um sistema de cooperação técnico-administrativa entre esses Municípios e entre os Consórcios Municipais e os órgãos de administração federal e estadual, que precisam atuar mediante descentralização regional ou sub-regional, segundo um planejamento prévio, em harmonia com as administrações locais. Art. 27º – Para melhor realização dos objetivos propostos pela formação dos Consórcios Municipais, será organizado previamente um quadro metropolitano interior, com indicação das cidades-chave que reúnam as condições para se tornarem as sedes dos mencionados Consórcios, de onde se irradiarão os estímulos e providências

tendentes a acelerar o progresso dos núcleos populacionais urbanos e rurais do interior e a promover a efetiva ocupação do território nacional. (NUNES, 1957, 155)

A citação indica a possibilidade de algum aprofundamento analítico sobre o tema da cooperação intermunicipal e sua relação com a organização federada no Brasil e os desequilíbrios urbano-regionais naquele momento. Não se pode desconsiderar a concentração espacial, mesmo que incipiente naquele momento, do processo de urbanização brasileiro no âmbito da economia nacional estruturada em bases industriais. Trata-se de um tema relevante ao se pensar, como fizeram, na ideia de promoção da “efetiva ocupação do território nacional”, o que coadunava com muitas das análises construídas por importantes autores sobre a precariedade das cidades do interior do país.⁴⁴

No caso da passagem que remete à organização federativa no Brasil, esta enuncia a necessidade de descentralização regional ou sub-regional mediante cooperação técnico-administrativa entre os consórcios intermunicipais e as estruturas de gestão da União e dos estados. E particularmente, um autor com importante atuação na ABM, nos Congressos Nacionais de Municípios Brasileiros e no contexto institucional ibérico-interamericano municipalista, é referência fundamental sobre o assunto: o jurista Antonio Delorenzo Neto, que, no ano de 1954, quando da realização do III Congresso Nacional de Municípios Brasileiros, integrava o Conselho Fiscal da ABM.

Desde sua primeira importante publicação, o livro *A planificação municipal de Guaranésia*, de 1951, Antonio Delorenzo Neto abordou as relações entre a cooperação intermunicipal, o planejamento regional e a descentralização administrativa como fator fundamental ao desenvolvimento municipal. Segundo o jurista:

[...] nos Estados de tipo federal, como o Brasil, havemos de concluir pela necessidade de planos regionais ou locais, considerando a descentralização administrativa e a autonomia municipal. Os grandes planos gerais podem constranger as unidades primárias [...]. Em relação aos problemas das cidades brasileiras, qualquer planificação deve, em larga parte, cuidar das questões de urbanismo. A solução ou previsão delas é

essencial ao destino de nossos grupos urbanos e à vida do país.
(DELORENZO NETO, 1951, p. 10)

Especificamente sobre a descentralização regional, o assunto foi tratado com maior profundidade no primeiro livro da trilogia Estudos Municipais 1948-1968, composta pelos seguintes títulos: *Interpretação do desenvolvimento municipal*, de 1968; *O município em face do planejamento regional*, de 1969; e *A perspectiva internacional do municipalismo*, de 1971. Ao analisar os pressupostos da descentralização e da centralização no primeiro livro da trilogia, desenvolveu seus argumentos focando a necessidade de pensar o direito positivo do município – e a caracterização jurídica do município – no âmbito dos estados federados pelo que chamou de “noção fundamental da descentralização”. Ao qualificar essa noção fundamental da descentralização, o faz conceitualmente como “perfeita” e “imperfeita”, abordando e defendendo especialmente a perfeita, que é quando as normas locais são estabelecidas de maneira definitiva e independente.⁴⁵ Na sequência dos argumentos sobre a descentralização, apresentou uma crítica sobre a Constituição de 1946, ao afirmar que:

[...] consagra a autonomia no plano político, não lhe correspondendo, porém, na órbita administrativa, a descentralização. A competência municipal é mínima, pois, as nossas Leis Orgânicas ao organizarem os municípios tiram-lhes a autonomia, prejudicando, em consequência, o progresso e a expansão da legislação municipal.
(DELORENZO NETO, 1968, p. 3)

Na sequência do seu argumento, Delorenzo Neto recorreu ao exemplo italiano para embasar a defesa da autonomia local plena, informando que, no país europeu, o ordenamento estrutural do Estado está baseado na autonomia local, a comuna como unidade primordial e a região como zona intermediária indispensável para as relações entre a nação e as mesmas comunas. A defesa que fez em relação à efetiva descentralização administrativa no Brasil foi pautada na necessidade de reconhecer a região como pessoa de direito constitucional e base territorial, configurando, assim, a noção por ele denominada de “descentralização direta”.

No caso italiano, segundo Delorenzo Neto (1968, p. 5), uma primeira característica fundamental passava pela organização da república dividida em regiões, províncias e municípios, sendo as regiões “constituídas de entes autônomos com funções e poderes próprios”. E no que concerne às normas de competência da região, “desde que essas normas não fiquem em contraste com o interesse nacional e o de outras regiões”, a organização poderia instituir normas legislativas sobre urbanística, vias férreas e estradas de rodagem de interesse regional, navegação, portos, serviços públicos de interesse regional.

No sentido mais amplo do desenvolvimento da nação, no que isso implicava necessariamente o desenvolvimento regional e das municipalidades, suas ideias não estavam encerradas ou limitadas ao problema jurídico da organização administrativa do Estado federado, sobretudo em relação à defesa que fez da descentralização perfeita e direta como base da construção da autonomia municipal. Reconheceu o próprio Antonio Delorenzo Neto que era fundamental promover o desenvolvimento municipal pela planificação, principalmente pela necessidade de revisão dos métodos de gestão dos municípios para que ocorresse o efetivo aproveitamento dos recursos existentes.

É importante considerar que essa defesa da planificação não foi apresentada somente em 1968, na publicação do primeiro livro da trilogia Estudos Municipais 1948-1968, mas também discutida por ele no V Congresso Interamericano de Municípios da O.I.C.I. em 1954 na cidade de San Juan, em Porto Rico. Essa discussão se somava à experiência como prefeito do município de Guaranésia, base das informações do já referido livro *A planificação municipal de Guaranésia*, de 1951. Nessas três importantes situações – os dois livros e o congresso –, discutiu-se ainda a relevância das fontes de receita orçamentária municipal – tal como vigoravam desde a Constituição de 1946 – para o desenvolvimento local, desde que bem aplicadas para que não ocorressem desordens nas finanças e que “[...] o planejamento é o meio prático que melhor se coloca a serviço do espírito municipalista”. (DELORENZO NETO, 1968, p. 9)

Essa concepção sobre o planejamento como meio prático e necessário estava em acordo com as discussões ocorridas durante o I Congresso

Nacional dos Municípios Brasileiros de 1950. Tanto que, ao final do congresso, quando da publicação da *Carta de princípios, direitos e reivindicações municipais*, o posicionamento institucional da ABM sobre o planejamento foi explicitado no tópico XV da *Carta de Petrópolis*, ao enunciar que:

[...] a ausência de planejamento bem elaborado reduz a capacidade econômica dos Municípios [...] Constitui o planejamento elemento de modernização e aperfeiçoamento da administração local [...] Nesse sentido, todos os Municípios devem proceder a rigoroso levantamento, como preliminar básica à elaboração de um plano para solução dos problemas locais. (NUNES, 1953, p. 45)

É necessário salientar que essa modernização da administração apresentada no texto da *Carta de Petrópolis* não é uma especificidade da inflexão política da redemocratização de 1946. A modernização da administração – e também processos de racionalização da gestão municipal – estava presente nas ações do governo Getúlio Vargas desde 1930, ainda que mediante criação de instituições consideradas como estruturas de controle centralizado de todo o primeiro governo Vargas, entre 1930 e 1945, como é o caso do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), criado em 1938.

Por outro lado, não apenas instituições relacionadas à centralização e ao controle do governo Vargas estão entre as ações pós-1930: o IBGE, também criado no governo Vargas, é parte fundamental do movimento contínuo de (re)construção do discurso municipalista brasileiro no século XX. Nesse órgão federal, atuaram municipalistas – Rafael Xavier e Teixeira de Freitas, certamente os principais nomes na criação do órgão – que, naquele momento, estavam (re)construindo as bases ideológicas e programáticas do discurso municipalista “por dentro” do governo Vargas. Paradoxo? Segundo Marcus André de Melo (2008, p. 53):

[...] o paradoxo entre o ideário municipalista e a prática centralista dissolve-se quando se incorpora à análise a crítica autoritária – e hegemônica nos anos 30 – ao conceito liberal de representação. Embora o projeto político das elites autoritárias

da Era Vargas se caracterize por uma profunda centralização política, administrativa e financeira – e, portanto, contrária ao conceito de autonomia que é subjacente ao municipalismo – ele se baseia numa concepção plebiscitária e corporativa de representação política. Nessa concepção, o município – matriz básica da sociedade política – está orgânica e simbioticamente entrelaçado com o poder central.

Ainda segundo Marcus Melo, a mesma Constituição de 1937, que restringiu fortemente a autonomia financeira dos municípios, definiu o município como a estrutura ou órgão constituinte dos poderes. Talvez não seja paradoxo, mas parte do projeto político varguista construído na inflexão política de 1930 foi concebida para promover a ruptura com/das elites municipais oligárquicas do imenso interior do Brasil. Paradoxos, contradições e proposições programáticas estariam também presentes nas atividades do movimento municipalista já no momento da sua organização institucional, com a ABM (1946) e Ibam (1952), sobre o desenvolvimento municipal mediante processos de modernização da administração.

No texto da *Carta de Petrópolis* – como documento institucional da ABM –, assim como nos referidos textos de Antonio Delorenzo Neto – como documento profissional de um municipalista –, existem considerações sobre outras ações necessárias ao desenvolvimento municipal, especialmente a elaboração de planos regionais e planos locais. Particularmente no livro *A planificação municipal de Guaranésia*, Delorenzo Neto (1951, p. 10) afirmou que:

[Em] relação aos problemas das cidades brasileiras, qualquer planificação deve, em larga parte, cuidar das questões de urbanismo. A solução ou previsão delas é essencial ao destino dos nossos grupos urbanos e à vida do País.

Por fim e por toda essa discussão, é possível afirmar que, nesse contexto institucional-profissional, o planejamento no sentido do plano nacional para o desenvolvimento da nação e o planejamento como plano diretor e plano de urbanismo para o desenvolvimento

municipal representavam os caminhos que deveriam delinear os planos políticos e administrativos das municipalidades para o efetivo desenvolvimento municipal, construído mediante processos de cooperação intermunicipal, como concebido no texto do Plano Geral da Lei Pró-Município. Esses caminhos estavam também em construção em outras instâncias institucionais de caráter internacional nos âmbitos espaciais interamericano e ibero-americano.

UM PERCURSO INTERNACIONAL: URBANISMO E MUNICIPALISMO INTERAMERICANO E IBERO-AMERICANO

Essas discussões e proposições municipalistas não só não estavam limitadas ao Brasil – em suas instituições e entre seus profissionais –, como também já ocorriam desde o final da década de 1930. Como já discutido no *Tomo I – Modos de pensar*, a primeira instituição criada foi a O.I.C.I. em 1938 no I Congresso Panamericano de Municípios.

O primeiro indicativo de que a criação da O.I.C.I. estava em gestação se deu na VI Conferência Interamericana, realizada em Cuba, ao ser aprovada, na Resolução nº 47, a realização do primeiro congresso pan-americano de municípios para discutir os temas do urbanismo e da administração municipal.⁴⁶ A segunda manifestação dessa gestação está na Resolução nº 70 do Primer Congreso Panamericano de Municipios, efetivamente realizado em 1938, também celebrado na capital cubana. Dessa Resolução nº 70, veio a determinação do caráter de permanência “da cooperação intermunicipal e das atividades em benefício de uma maior aproximação das relações entre os povos americanos através da intermunicipalidade”.⁴⁷ (INTER-AMERICAN MUNICIPAL REVIEW, 1950, p. 2, tradução nossa)

Essa recorrente presença de Cuba no processo de criação da O.I.C.I. e de fundamentação do pensamento municipalista interamericano não

foi uma simples coincidência. O debate sobre práticas municipalistas orientadas no sentido do desenvolvimento cooperado das localidades já estavam na pauta do Conselho Municipal de La Habana desde as décadas de 1910 e 1920. Tanto foi assim que a própria ideia de cooperação intermunicipal ou intermunicipalidade fora desenvolvida pelo professor de Direito Municipal Ruy de Lugo y Vinã e aprovada pelo conselho em novembro de 1922. Uma vez formulada em Cuba, a ideia de cooperação intermunicipal – que culminaria nos debates e proposições da O.I.C.I. sobre planejamento regional – foi rapidamente internacionalizada: em 1923, a ideia de cooperação intermunicipal foi aprovada como Resolução nº 44 da V Conferência Internacional Americana – a realizada no Chile em 1923 –,⁴⁸ sendo também incorporada à IV Assembleia da Liga das Nações, momento em que influenciou o mesmo debate no âmbito da União Internacional de Cidades, criada na Bélgica em 1913. (FARIA, 2015)

Essa consideração sobre a concepção de intermunicipalidade seria posteriormente desenvolvida no âmbito das próprias instituições municipalistas brasileiras – como apresentado no tópico sobre o municipalismo no Brasil –, a ABM e o Ibam. E não poderia ser diferente, sendo decorrente da intrínseca atuação dos brasileiros nesse contexto interamericano, tal como a de Rafael Xavier, primeiro presidente da ABM, que foi um dos membros do Conselho Consultivo da O.I.C.I. Da mesma forma e com uma atuação ainda mais efetiva, pela presença de Antonio Delorenzo Neto, responsável pela criação dos Seminários de Estudos Municipais em São Paulo, depois incorporados à agenda dos Congressos da O.I.C.I.

Além dessa primeira instituição, outras três foram criadas, duas delas sediadas em países de América Latina: o Centro Interamericana de Vivienda y Planeamiento (Cinva), criado em 1952 na cidade de Bogotá; e a Siap, criada institucionalmente em novembro de 1956, durante a denominada Primera Reunión Técnica Interamericana em Vivienda y Planeamiento, em Bogotá, mas com sede jurídica na cidade San Ruan de Porto Rico. (CAMACHO, 2007) Outra instituição deve ser somada a esse conjunto: a División de Vivienda y Planeamiento do Departamento de Asuntos Econômicos y Sociales da Unión Panamericana, esta como órgão central da OEA. Ainda

que seja uma instituição vinculada à estrutura institucional maior e de caráter mais político, suas ações estavam focadas nos problemas da habitação e do planejamento urbano.

Essa Unión Panamericana e suas divisões internas foram responsáveis por importantes estudos e documentos sobre habitação e planejamento urbano na América Latina, entre eles: *Problemas de la Vivienda de Interes Social*, publicado em Washington no ano de 1954. Da mesma forma, foram responsáveis pela organização de reuniões técnicas, edição de uma revista (*Vivienda y Planeamiento*) e organização de congressos sobre os mesmos temas. Entre essas atividades, é oportuno destacar a Primeira e Segunda Reuniões Técnicas Interamericanas em *Vivienda y Planeamiento*, realizadas em Bogotá (1956) e Huampaní, no Peru (1958), e os três Seminários Regionales de Asuntos Sociales – *Vivienda y Urbanismo*, realizados em Quito, San Salvador (ambos em 1950) e Porto Alegre (1951).⁴⁹

Essas instituições, suas discussões programáticas, atividades e realizações ocorridas entre as décadas de 1930 e 1970 reforçaram a necessidade e a importância em historiografar o processo de construção institucional municipalista interamericano no campo do planejamento urbano, do urbanismo, da habitação, entre outros temas relacionados ao desenvolvimento municipal. No entanto, esse processo não ficou circunscrito geograficamente ao contexto interamericano, mas também articulado à Península Ibérica, especialmente Espanha, com a interlocução estabelecida entre os profissionais e instituições do continente americano – entre as instituições, particularmente a O.I.C.I. e o Ieal.

A relação com Portugal não está bem desenvolvida, pelo que ainda não é possível afirmar que tenha ocorrido efetivamente alguma articulação institucional. Até o momento, conforme as pesquisas documentais iniciais já realizadas no âmbito da pesquisa de pós-doutorado realizada em 2014 no âmbito da Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid (ETSA/Madrid),⁵⁰ esse país apresentou um quadro menos articulado institucionalmente. Por outro lado, a relação com Portugal passa pela interlocução que Lisboa faria desde a década de 1930 com o Ieal, mediante organização do mencionado II Congresso Ibero-americano de Municípios, realizado em maio de 1959.⁵¹

Ainda assim, o debate municipalista em Portugal, especialmente em Lisboa, e sua relação com o debate ibero-americano precisam ser analisados nas páginas da *Revista Municipal*, uma publicação da Câmara Municipal de Lisboa iniciada em 1939 e com periodicidade regular até 1973, totalizando 139 números. Pelas páginas da revista, constam discussões importantes para o municipalismo português, por exemplo, a proposta de criação de uma União dos Municípios Portugueses, também denominada de Confederação Nacional dos Municípios, tal qual apresentado no Congresso Municipalista de 1922. (DIAS, 1939, p. 10)

Por tudo isso é que as instituições – O.I.C.I., Siap, Cinva, División de Vivienda y Planeamiento (DVP) da OEA, as brasileiras ABM, Ibam, a espanhola Ieal, entre outras – estão sendo investigadas como estruturalmente vinculadas ao contexto interamericano/ibero-americano orientado aos campos disciplinares do urbanismo e do planejamento urbano-regional para pensar e propor soluções ao desenvolvimento municipal. Entre as proposições já anotadas no processo da pesquisa, é possível destacar as que foram preconizadas pela Siap relacionando o planejamento com o desenvolvimento: a regionalização para fins de planejamento, a coordenação do desenvolvimento mediante instrumentos do planejamento integral, a institucionalização e a prática do planejamento para implementação de políticas sociais nos níveis nacional, provincial e municipal e, por fim, a institucionalização do ensino do planejamento. E mesmo que esses pontos estivessem estritamente associados à criação da Siap, é possível minimamente generalizar seus conteúdos para o conjunto dos debates que os profissionais estavam realizando, ao mesmo tempo, dentro de cada instituição e entre elas.

Outro aspecto relevante do contexto histórico da primeira metade do século XX é que as novas experiências interamericanas – particularmente na América Latina – em arquitetura e urbanismo também estavam relacionadas ao conjunto importante dos fatores da urbanização acelerada, desenvolvimento da economia, expansão industrial. Esse contexto sociopolítico-econômico foi inegavelmente importante para consolidação dessas instituições e atuação dos profissionais que atuavam no campo urbano-urbanístico. Tanto que

decorreu desse contexto a vasta gama de publicações, congressos, proposições e demais atividades direcionadas ao desenvolvimento dos municípios e que são a base estrutural da documentação primária que já foi pesquisada e em seguida indicada.

No caso da O.I.C.I., a documentação primária já pesquisada está basicamente composta pelas atas dos Congressos Interamericanos de Municípios realizados desde 1938 (particularmente o congresso realizado no Rio de Janeiro em 1958 sobre os temas da finança municipal, município como unidade descentralizada e serviços municipais); pelas edições disponíveis da *Revista Municipal Interamericana*, editada em Cuba a partir de 1951 e que perdurou (pelo que já foi possível catalogar) até 1959; por fim, pelas atas dos Seminários Interamericanos de Estudos Municipais, criados no Brasil por Antonio Delorenzo Neto em 1958 e que foram assumidos pela O.I.C.I. como parte oficial de suas atividades a cada novo Congresso Interamericano de Municípios.⁵²

No caso da Siap, a documentação primária pesquisada até o presente momento está basicamente composta pelas atas dos Congressos Interamericanos de Planificación realizados entre 1956 e 1979; a *Revista de la Sociedad Interamericana de Planificación*, iniciada em 1967 e continuada até o presente momento, catalogada até sua edição de 1976; e outros documentos dispersos, geralmente resultantes de consultorias realizadas por seus membros ou consultores externos.

No caso do Cinva/División de Vivienda y Planeamiento da Unión Panamericana-OEA, a documentação primária pesquisada está composta pelas atas das reuniões técnicas, entre elas, Reuniões Técnicas Interamericanas em Vivienda y Planeamiento, realizadas, respectivamente, em Bogotá (1956) e Huampaní, no Peru (1958); o Seminario de Técnicos y Funcionarios en Planeamiento Urbano, realizado em Bogotá (1958); os três Seminários Regionales de Asuntos Sociales - Vivienda y Urbanismo, realizadas em Quito, San Salvador (ambos em 1950) e Porto Alegre (1951); e, principalmente a *Revista Vivienda y Planeamiento*.

Essa documentação explicita a ampla divulgação da produção dos

profissionais e sua projeção em âmbito internacional, podendo ser considerada como importante impulso ao processo de institucionalização do urbanismo e do planejamento nos países e municípios da América Latina. Da mesma forma, explicitam como a criação de fóruns de discussão profissional viabilizou a interlocução de planejadores e responsáveis públicos sobre os problemas de urbanização em suas diversas facetas, mas especialmente habitação, planos urbanos e planos regionais. Por isso, inclusive, a importância de agregá-los em redes profissionais que foram fundamentais na troca de experiências em questões de interesse comum aos países do continente americano. A Siap, a O.I.C.I. e o Cinva/DVP, no caso americano; o Ieal, no caso Espanhol; a O.I.C.I., a partir do momento em que se organiza como instituição ibero-americana – isso se deu em 1976 –; e as instituições nacionais – no caso, com foco no Brasil pela ABM e Ibam – são, portanto, produtos e catalizadores desse processo.

Nesse contexto interinstitucional, os projetos editoriais também tiveram papel relevante para compreensão e divulgação de estudos sobre os problemas urbanos e a urbanização de um modo geral. Particularmente, as revistas contribuíram para a divulgação para fora das fronteiras territoriais do continente americano dos estudos e realizações em pauta. Ou seja, as revistas especializadas no continente americano, desde as revistas de arquitetura dos anos 1930 até as revistas mais envolvidas com as questões de urbanização e planejamento, como a *Revista Interamericana de Planificación* da Siap, buscavam apresentar os problemas urbanos enfrentados pelos países, bem como apresentar soluções para as diversas necessidades de um continente que experimentava forte processo de urbanização e crescimento demográfico.

Tudo o que se concebeu, debateu e realizou no âmbito dessas instituições e que foi publicado em atas de congressos e revistas especializadas é a base estrutural documental das análises já realizadas e sobre as análises em desenvolvimento sobre o próprio campo disciplinar do urbanismo/planejamento urbano. E é oportuno reforçar que, a partir da década de 1940, as revistas especializadas de arquitetura passaram a dar maior importância aos temas correspondentes ao urbanismo e ao planejamento/gestão urbana. Um caso importante de discussão nessas áreas ocorreu a partir da necessidade de se reconstruir

a cidade de San Juan, na Argentina, destruída por um terremoto de 1944. Surgiram debates urbanísticos locais que geraram uma série de discussões sobre o planejamento multidisciplinar na América Latina, estimulado por publicações em revistas sul-americanas, mas de abrangência internacional, como a *Nuestra Arquitectura* e a *American Forum*: “de certa forma, essa série sinaliza claramente um deslocamento de interesse das questões propriamente urbanísticas em direção àquelas relacionadas ao planejamento de caráter multidisciplinar”. (GOMES; ESPINOZA, 2009, p. 26)

Portanto, todas as considerações delineadas até aqui como problematização histórica sobre as instituições criadas com foco no urbanismo e no planejamento urbano-regional justificam a importância da pesquisa em desenvolvimento e que, neste texto, está explicitada em seu modo de fazer, ou seja, um percurso de investigação até aqui trilhado. Trata-se de uma pesquisa em história do urbanismo que está profundamente amparada em pesquisa documental primária, apresentada como um constante fazer-se: parte já realizada, outras que estão em realização e, até o momento, em parte, catalogada, mas sobretudo um fazer fundamental para construção de interpretações que iluminem o papel das instituições e a circulação das ideias entre profissionais cuja interlocução – suas ideias, suas proposições, suas contradições e debates intelectuais – ainda não foram substancialmente analisadas.

Para tanto, a pesquisa está orientada por análises das redes institucional-profissionais entendidas, tal qual exposto no *Tomo I – Modos de pensar*, como processo-produto das mudanças sociais, econômicas e urbano-regionais que o continente americano – especialmente sua parte latino-americana – vivenciou entre 1900 e 1950, que é justamente no período de criação de todas as instituições, que atuaram, segundo suas especificidades, no sentido de se formular uma ideia de projeto-projeção de futuro. Talvez um futuro que estará sempre por vir – em especial, abrindo-se a partir do contexto latino-americano.

NOTAS

- 1 “Les spécificités urbaines de la ville se font et se défont dans leur élaboration discursive au sein des activités descriptives des acteurs. La ville ne se laisse pas définir exclusivement par des critères objectifs et factuels, relatifs par exemple à la densité de sa population ou bien à la concentration d’activités économiques ou de services: la ville est une entité matérielle et immatérielle configurée par les pratiques des acteurs qui l’habitent et la fréquentent, y travaillent et y vivent, ainsi que par leurs discours, que la qualifient et la requalifient, lui confèrent un ordre, s’y identifient ou s’écarternt”.
- 2 “Pensar por associações”, de Maria Stella Bresciani; “Pensar por pluralidades”, de Josianne Francia Cerasoli; e “Pensar por redes”, de Rodrigo de Faria, são os três textos publicados em *Nebulosas do pensamento urbanístico: Tomo 1 - Modos de pensar* (2018).
- 3 A título de exemplo, entre outros estudos, citamos alguns que nos parecem abrir possibilidades instigantes: Bresciani (1982), sobre o papel da literatura no século XIX; Pechman e Kuster (2014), sobre as interfaces entre dimensões artísticas e a urbanidade contemporânea; Simião (2018), sobre sensibilidades também contemporâneas tomadas a partir do novo cinema argentino.
- 4 O site do CIEC está disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ciec/>>.
- 5 O banco de dados Saberes Urbanos está disponível em: <<https://www.urbano.ifch.unicamp.br/>>.
- 6 Coordenado por Stella Bresciani, o projeto temático financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), número 05/55338-0, contou com pesquisadores de várias instituições e esteve formalmente vinculado à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), à Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* Bauru, à Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e à Università Iuav di Veneza. Informações sobre a composição da equipe e as pesquisas relacionadas encontram-se disponíveis em: <<http://www.bv.fapesp.br/pt/auxilios/866/saberes-eruditos-e-tecnicos-na-configuracao-e-reconfiguracao-do-espaco-urbano-estado-de-sao-paulo/>>. Alguns dos resultados dos estudos feitos no temático compõem a coletânea organizada por Salgado e Bertoni (2010).
- 7 Para a maior parte dessas cidades das áreas pioneiras do oeste do estado, os levantamentos documentais e as pesquisas desenvolvidas pelo projeto são igualmente pioneiros. Muitas cidades formadas ao longo dos ramais ferroviários do oeste analisados na pesquisa – Alta Paulista, Alta Sorocabana, Alta Araraquarense e Noroeste – não contam com bases arquivísticas e/ou de referência organizadas para subsidiar as pesquisas e inexistem inventários amplos que abarquem o patrimônio industrial e ferroviário desses locais.

- 8 A difundida noção de “ideias fora do lugar”, como uma das referências basilares dessa frágil noção de “importação”, está baseada em fundamentos políticos que sugerem muita cautela nesses deslizamentos. Para um debate detido sobre tais fundamentos, ver Bresciani (2012), em discussão sobre o lugar das ideias.
- 9 O texto “The Location of Modernity” abre a coletânea *City and nation: rethinking place and identity*, que constitui o sétimo volume de uma pesquisa urbana comparada coordenada por Bender e Smith, dedicada ao estudo de processos de urbanização no mundo. No sétimo volume, há estudos sobre cidades na China, Indonésia e América Central, por exemplo. Outros volumes são dedicados à comunidade e à cidade (primeiro), a cidades do Pacífico na economia mundial (segundo), movimentos sociais e ações coletivas (terceiro), reestruturação global e vida urbana (quarto), espaços marginais (quinto) e transnacionalismo a partir “de baixo” (sexto).
- 10 São registros que expressam diferentes opções em exposições e congressos internacionais, na definição de currículos do ensino especializado, na literatura impressa – livros, revistas e manuais técnicos – e na circulação dos profissionais por diversos países como interlocutores, consultores, propositores e colaboradores na execução de projetos. (CALABI, 2000)
- 11 Para acompanhar em detalhes terminologias como essas, é fundamental o trabalho de Marx (1999) sobre termos utilizados na definição das cidades no Brasil.
- 12 Para uma análise detida do debate e das iniciativas em torno das relações entre a formação do campo profissional do arquiteto e as associações profissionais, acompanhar Novo (2018).
- 13 O verbete sobre o Instituto Paulista de Arquitetos está disponível em: <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbetes=518&langVerbetes=pt>>.
- 14 Em síntese, a autora discute as seguintes “escolas”, mobilizando como autores principais os seguintes nomes: escola alemã, com Georg Simmel, Max Weber, Walter Benjamin e Ronald Daus; a escola francesa, com Alain Touraine, Henri Lefebvre, Manuel Castells, Charles Fourier; duas escolas anglo-saxônicas, sendo uma do Reino Unido, com Thomas Morus, Ebenezer Howard, Patrick Geddes, Raymond Unwin, Peter Hall; e outra norte-americana, com Lewis Mumford, Richard Sennett e Saskia Sassen; além da chamada escola de Chicago, com Ernest Burgess, Robert Park, Louis Wirth, Roderick McKenzie.
- 15 Organizada por Robert Park e Ernest Burgess, foi publicada em 1925 pela The University of Chicago Press.
- 16 Partes do Plano foram transcritas em seguidos números do *Boletim do Instituto de Engenharia de São Paulo* em 1934.

- 17 Em *Two treatises of government*, publicado em 1690, John Locke refuta, no primeiro tratado, a doutrina da monarquia absoluta fundada no direito divino e, no segundo, define a formação da sociedade civil composta voluntariamente por indivíduos que, ao constituírem uma comunidade, se submetem ao governo civil, cuja atribuição seria a de assegurar a liberdade e a propriedade. Esses tratados constituem a base da sociedade civil moderna, e o modo como estabelece a participação no governo pressupõe, tal como em Aristóteles e Platão, a partilha-divisão entre os que definem as leis e a elas se submetem e os que somente a elas se submetem e por elas são protegidos. Essa premissa da competência-partilha constitui a base das sociedades regidas por constituições e com a participação restrita dos cidadãos. Deram lugar, no século XIX, às lutas pela ampliação dos direitos políticos e pelo sufrágio universal masculino, com a inclusão das mulheres numa segunda etapa no século XX. (LOCKE, 1990)
- 18 “Le lieux communs ne sont pas seulement des clichés ou des poncifs. Ils sont aussi le lieux du ‘commun’, le fonds où s’échangent les palores, les croyances, les préjugés, les arguments et les opinions de la cité réelle. Opinions souvent confuses, erratiques, peu sûres, elles n’en sont pas moins profondément enracinées dans le vie et l’expérience des homes”.
- 19 Sobre os destinos do plano de Agache, sugiro ler Pereira (1996, p. 363-376), Rezende (2012, p. 71-117) e Faria (2013). Faria (2013) transcreve longo trecho de depoimento feito pelo engenheiro Oliveira Reis em 23 de abril de 1986 ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, nas páginas 88 e 89. Nele, o engenheiro conta os entreveros envolvendo tanto a contratação do Plano pelo prefeito [Paulo] Prado Junior incentivado por Armando de Godoy como seu posterior “esquecimento”. Sobre Anhaia Mello, professor e homem público, remeto para Bresciani e Schicchi (2016).
- 20 No artigo “Um grande urbanista francês: Donat-Alfred Agache”, vem transcrita uma carta de Agache ao diretor da revista de arquitetura *Le Maître d’Oeuvre*, na qual ele expressa sua opinião ampla e acolhedora para “la vieille appellation de maître d’oeuvre [...] qui impliquait à la fois les qualités de composition, de direction et d’expérience qui sont essentielles pour conduire une œuvre à bien”. (MELLO, 1928, p. 75) Em nota, Anhaia Mello indica ao leitor interessado no assunto “urbanismo” seus próprios artigos publicados nos “rodapés das quintas feiras do *São Paulo Jornal*”.
- 21 Trata-se do livro no qual, em coautoria, Agache e Léon Jaussely, com a colaboração de Aubertin e Rendot, se definia uma linha de atuação para a reconstrução das cidades destruídas na Guerra de 1914-1917: *Comment reconstruire nos cités détruites*. Paris: Armand Colin [1915]. Anhaia Mello também se refere ao livro de Unwin - Raymond Unwin. *Town planning in practice*, Londres, 1909 - e informa ter sido traduzido para o francês por Jaussely e editado em Paris: Livraria Centrale des Beaux-Arts. Não constam as datas de publicação. (MELLO, 1928b, p. 80)

- 22 Daniel Vater de Almeida (2012) faz uma interessante leitura do plano de Agache pelo viés da geografia.
- 23 Havia publicado, em 1927, *Problemas de urbanismo*. Trata-se de mais uma contribuição para o calçamento, na qual cita autores e obras como: Le Corbusier, em *Urbanisme*, (1924), Harland Bartholomew, *A Comprehensive City Plan (City Plan Comission, 1925)*, Nelson Lewis, *The Planning of the Modern City*, Robert Parker e outros urbanistas, além de fazer uma rápida menção a Agache.
- 24 Sobre Victor da Silva Freire e o debate em torno de planos para o vale do Anhangabaú, remeto para Simões Júnior (2004) e Segawa (2000, p. 69-102).
- 25 Seria uma longa nota, mas cito estudiosos dos comportamentos coletivos: Gustave Le Bon, Henri Fournial (médicos), Scipio Sighele (criminologista), Gabriel Tarde (psicólogo social), Sigmund Freud (psiquiatra) e Elias Canetti.
- 26 Para a implantação dos primeiros bairros-jardins na cidade de São Paulo, ver Andrade (1998).
- 27 Na parte final do Plano, há um Anexo A – nas páginas XLIII e XLVII –, em que detalha um “Projeto de Lei Federal que torna obrigatórias para o futuro, as diretrizes e os regulamentos das plantas de remodelação em todas as cidades da República”.
- 28 Remeto a Foucault ([1967], p. 447-484).
- 29 A trajetória do processo de fundação do Museu Social em 1894-1895 segue a trilha de Ferdinand Le Play, por sua vez fundador da “economia social” em meados do século XIX, e se configura como um laboratório da reforma social, tema importante para a terceira república francesa, reunindo profissionais de variada formação. A seção de higiene se forma com o apoio de cerca de um terço dos participantes do museu, que adota Eugène Hénard como seu principal guia. (HORNE, 2004)
- 30 Donatella Calabi (1997, p. 53) afirma que “les expressions et les métaphores utilisées sont [...] presque un langage codé. [...] On peut comparer l’agglomération urbaine à un organisme vivant. Nulle image n’est plus efficace pour faire comprendre la ‘vie des cités’ que celle de l’examen des organes, de la santé, de la pathologie, des réseaux de circulation”. Remeto para o excelente artigo de Philip Gunn e Telma de Barros Correia “O urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade” (2001).
- 31 Donatella Calabi (1997, p. 52-53) associa o modo de pensar urbanismo como “ciência da observação” a Marcel Poëte e a Société Française des Architectes-Urbanistes, considera-o um axioma persistente até os anos 1940.
- 32 A pesquisa sobre urbanismo e pensamento municipalista no Brasil foi iniciada

ainda durante o desenvolvimento da tese de doutorado sobre o engenheiro e urbanista José de Oliveira Reis, defendida em 2007, no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

- 33 O texto da palestra foi publicado na revista *Espaço & Debates* em 2001, em sua edição nº 41, ano XVII.
- 34 Participaram representantes da Bolívia, Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Santo Domingo, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, Uruguai e Venezuela. Um primeiro estudo sobre esse congresso, ainda que em termos mais gerais, já foi publicado na edição nº 6 da revista *ZARCH: Journal of Interdisciplinary Studies in Architecture and Urbanism* (<http://zarch.unizar.es/index.php/es/>), com o título “Urbanismo e municipalismo na Espanha: o leal e a articulação ibero-americana para o desenvolvimento municipal”.
- 35 “Hace tiempo que está latente el propósito de reunir en Madrid un Congreso de Municipios que permita la vinculación, en tareas de estudios y en proyecciones de futuro, de los países hispánico [...] La madurez de conciencia municipalista que han alcanzado aquellos países, la similitud de origen y la compatibilidad de las trayectorias propician el intercambio de iniciativas y de experiencias en el área exclusiva de la información y el estudio”.
- 36 Um estudo já publicado sobre os congressos municipalistas na Espanha na década de 1920 contemplou uma análise inicial desse congresso da União Internacional de Cidades, ocorrido em 1929. O artigo, publicado na revista *Ciudades*, do Instituto Universitário de Urbanística da Universidad de Valladolid, tem como título “Urbanismo e desenvolvimento municipal na Europa: os congressos municipalistas da Unión de Municipios Españoles”. Foi publicado na edição nº 19 de 2016. Ver em: <<http://www3.uva.es/iuu/es/revista/listado-numeros/ciudades-19/>>.
- 37 Esse conjunto de cartas está integrado ao acervo particular de pesquisa.
- 38 O arco temporal entre 1950 e 1960 foi definido pela documentação levantada e catalogada no âmbito do projeto, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Universal-2010), “Urbanismo e planejamento urbano-regional no movimento municipalismo brasileiro (1946-1964/1964-1979)”, projeto finalizado e com relatório aprovado. Nas pesquisas documentais realizadas desde 2010, não localizamos informações sobre a ocorrência de congressos após esse de Curitiba, que inclusive surge com datas diferentes em diferentes documentações. Um desses documentos, publicado pela Comissão Nacional Organizadora do VI Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, informa que o congresso ocorreria no mês de maio de 1962.

- 39 A publicação da Carta Municipalista de São Lourenço integra o conjunto das Cartas Municipalistas (I, III e III) publicadas em 1959 nos *Cadernos de Cultura Municipalista*, n. 2, da Associação Brasileira de Municípios.
- 40 NUNES, Osório (org). *Clamor dos Municípios*. Anais do IV Congresso Nacional de Municípios. Rio de Janeiro: Editora Ersol, 1953. p. 166.
- 41 Remeto aqui à dissertação de mestrado de Izadora Laner *Planejamento Regional e Desenvolvimento Nacional no Brasil: 1955-1960*, defendida no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (PPGFAU) da Universidade de Brasília (UnB) em junho de 2018.
- 42 Esses conteúdos foram divulgados na publicação mensal *Informador dos Municípios*, que também publicou as informações de todo o primeiro congresso, incluindo a *Carta de princípios, direitos e reivindicações municipais*.
- 43 *Carta de princípios, direitos e reivindicações municipais* do I Congresso Nacional de Municípios Brasileiros. ABM. Documentação integrada ao acervo do autor.
- 44 Esse debate na literatura municipalista é bastante complexo e amplo. Entre os textos pesquisados e trabalhados, estão: *Problemas municipais*, Carneiro (1931); *Problemas fundamentais do município*, Carvalho (1937); *O município no Estado Novo*, Silva (1940), *Política do Município*, Carvalho, Orlando M. (1946); *Pela revitalização do município*, Xavier (1948); *Municipalismo e ruralismo*, Maranhão (1960).
- 45 O caráter “definitivo” da descentralização perfeita está definido pela impossibilidade das normas centrais revogarem as normas locais. Já o caráter “independente” está definido na impossibilidade das normas centrais modificarem o conteúdo das normas locais.
- 46 Ver em: <<http://www.dipublico.org/14467/congreso-panamericano-de-municipios-sexta-conferencia-internacional-americana-la-habana-1928/>>. Acesso em: 5 ago. 2016.
- 47 “A la cooperación intermunicipal y a las actividades em prol del mayor estrechamiento de relaciones entre los pueblos americanos a través de la intermunicipalidad”.
- 48 “Fomento de las relaciones entre las municipalidades de los países americanos”. Ver em: <<http://www.dipublico.org/14233/fomento-de-las-relaciones-entre-las-municipalidades-de-los-paises-americanos-quinta-conferencia-internacional-americana-santiago-1923/>>.
- 49 Nesse seminário realizado no Rio Grande do Sul, houve a participação de duas instituições brasileiras com atuação no campo da habitação: a Fundação da Casa Popular e o Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal, nesse momento chefiada pela engenheira Carmem Portinho, além

de outras repartições públicas. As informações sobre esses seminários foram publicadas em 1952 no Informe Final organizado pela Unión Panamericana.

- 50 Pesquisa intitulada “Urbanismo e planejamento urbano-regional no municipalismo ibero-americano: instituições, concepções e realizações (1938-1976)”, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).
- 51 O Ieal foi responsável pelos seguintes congressos municipalistas, ocasiões em que a pauta urbanística era central: I Congresso Iberoamericano de Municípios, em Madrid (1955); II Congresso Iberoamericano de Municípios, em Lisboa (1959); III Congresso Iberoamericano de Municípios, em Brasília (1966); IV Congresso Iberoamericano de Municípios, em Barcelona (1968); e V Congresso Iberoamericano de Municípios, em Santiago do Chile (1969).
- 52 A documentação original relativa ao I Seminário Interamericano de Estudos Municipais, criado em São Paulo por Antonio Delorenzo Neto, integra o acervo documental do autor.

REFERÊNCIAS

- 1º CONGRESSO Nacional dos Municípios Brasileiros. *Informador dos Municípios*, Rio de Janeiro, ano I, n. 2-3, abr./maio 1950. Número especial.
- AGACHE, A. *Cidade do Rio de Janeiro: remodelação-extensão e embelezamento*. Tradução de Francesca de Souza. Paris: Foyer Brésilien, 1930.
- ALMEIDA, D. V. *A formação do urbanismo como ciência moderna, sob a influência do pensamento geográfico: a presença de Alfred Agache nas cidades do Rio de Janeiro e Curitiba ao longo da primeira metade da pretérita centúria*. 2012. 142 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- ALMONDOZ, A. *Entre libros de historia urbana: para una historiografía de la ciudad y el urbanismo en América Latina*. Caracas: Editorial Equinoccio, 2007.
- ANDRADE, C. R. M. de. *Barry Parker: um arquiteto inglês na cidade de São Paulo*. 1998. 486 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- ARENAS, L. *Fantasmas de la vida moderna: ampliaciones y quiebras de sujeto en la ciudad contemporánea*. Madri: Editorial Trotta, 2011.
- BENDER, T.; SMITH, M. P. (Ed.). *City and nation: rethinking place and identity*. 2nd. London: Routledge, 2017. (Comparative Urban and Community Research, v. 7).
- BOYER, M. C. *The City of Collective Memory: Its Historical Imagery and Architectural Entertainments*. Cambridge: MIT Press, 1996.
- BRESCIANI, S. A construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar? In: FREITAS, J. F. B.; MENDONÇA, E. M. (Org.). *A construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar?* Vitória: EDUFES, 2012. p. 141-159.
- BRESCIANI, S. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRESCIANI, M. S.; SCHICCHI, M.C. Luiz de Anhaia Mello: Ensino, política e presença pública. *Risco*, São Carlos, v. 14, n. 1, p. 73-84, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/risco/index>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BURKINSKI, F. Urbanismo. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro. v. 3, ano 15, n. 3, 1953.

BURNHAM, D. H.; BENNETT, E. H. *Plan of Chicago*: prepared under the direction of the Commercial Club during the years MCMVI, MCMVII, and MCMVIII, Chicago MCMIX. New Introduction Kristen Schaffer. New York: Princeton Architectural Press, 1993.

CADERNOS DE CULTURA MUNICIPALISTA. Brasília, DF: Associação Brasileira de Municípios, n. 2, 1959.

CALABI, D. *Marcel Poëte et Le Paris des années vingt: aux origines de "l'histoire des villes"*. Paris: Harmanttan, 1997.

CALABI, D. *Storia dell'urbanistica europea: questioni, strumenti, casi esemplari*. Turino: Paravia Bruno Mondadori Editori, 2000.

CAMACHO, L. Sociedad Interamericana de Planificación, SIAP 50 años Vida institucional y programática. *Bitácora Urbano Territorial*, Bogotá, v. 1, n. 11, p. 268-284, 2007.

CARNEIRO, Levi. *Problemas municipais*. Rio de Janeiro: ALBA, 1931.

CARVALHO, O. M. *Política do município*. São Paulo: Agir, 1946.

CARVALHO, O. M. *Problemas fundamentais do município*. São Paulo: Nacional, 1937.

CAUQUELIN, A. *L'invention du paysage*. Paris: PUF, 2000.

CERASOLI, J. F. *Modernização no plural: obras públicas, tensões sociais e cidadania em São Paulo na passagem do século XIX para o XX*. 2004. 423 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

CONGRESO IBEROAMERICANO DE MUNICIPIOS: SESIONES DE TRABAJO Y ACTOS SOCIALES, 1., 1956, Madrid. *Memórias...* Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1956.

D'ALLONNES, M. R. *Le dépérissement de la politique: généalogie d'un lieu commun*. Paris: Flammarion, 1999.

DELORENZO NETO, A. *Estudos municipais (1948-1968)*. São Paulo: Faculdade Municipal de Ciencias Economicas e Administrativas de Osasco, 1968.

DIAS, J. L. União dos Municípios: triunfos e vicissitudes da administração local; a reforma administrativa de 1936; a atividade do Estado e a inatividade dos Municípios. *Revista Municipal*, Lisboa, ano 1, n. 1, 1939.

DELORENZO NETO, A. *A planificação municipal de Guaranésia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.

DULCI, T. M. S. Conferências Pan-Americanas (1889-1928): a questão das identidades. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 8., 2008, Vitória. *Anais eletrônicos...* Vitória: ANPHLAC, 2008. p. 1-21.

FARIA, R. de. *O urbanista e o Rio de Janeiro*: José de Oliveira Reis, uma biografia profissional. São Paulo: Alameda, 2013.

FARIA, R. S. de. Urbanismo e desenvolvimento municipal na europa: os congressos municipalistas da Unión de Municipios Españoles. *Ciudades*, Valladolid, v. 19, n. 1, p. 57-75, 2016a. Disponível em: <file:///C:/Users/EDUFBA/Downloads/Dialnet-UrbanismoEDesenvolvimentoMunicipalNaEuropa-5578174.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

FARIA, R. S. de. Urbanismo e municipalismo na Espanha: entre o Estatuto Municipal e a Unión de Municipios Españoles na década de 1920. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 17, n. 1, p. 101-122, abr. 2015. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/publicacao/arquivos/20160517100357Volume_17_-_numero_1.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

FARIA, R. S. de. Urbanismo e municipalismo na Espanha. IEAL e a articulação Ibero-americana para o desenvolvimento municipal. *ZARCH: Journal of Interdisciplinary Studies in Architecture and Urbanism*, Zaragoza, n. 6, p. 206-219, 2016b. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5759863>. Acesso em: 12 jul. 2016.

FELDMAN, S. 1950. A década de crença no planejamento regional no Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 13., 2009, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ANPUR, 2009.

FOUCAULT, M. As ciências humanas. In: FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes; Lisboa: Portugalia, [1967]. p. 447-484.

FREIRE, V. da S. Urbanismo. *Revista do Instituto de Engenharia*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 76-80, 1942.

FREITAG, B. *Teorias da cidade*. 4. ed. Campinas: Papirus, 2012.

GOMES, M. A. *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960*. Salvador: EDUFBA, 2009.

GOMES, M. A. F., ESPINOZA, J. C. H. Olhares cruzados: visões do urbanismo moderno na América do Sul, 1930-1960. In: GOMES, M. A. *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 13-39.

GORELIK, A. A produção da “cidade latino-americana”. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 111-133, 2005.

GUNN, P.; CORREIA, T. de B. O urbanismo: a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade. In: BRESCIANI, M. S. (Org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

GUTIERREZ, R. *Arquitectura y urbanismo em iberoamerica*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1992.

HORNE, J. *Le Musée social: aux origines de l'État Providence*. Paris: Belin, 2004.

INTER-AMERICAN MUNICIPAL REVIEW. La Habana: Comisión Panamericana de Cooperación Intermunicipal, año 1, n. 1/2, jul./dic. 1950.

JACQUES, P. B.; PEREIRA, M. S. (Org.). *Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo 1: modos de pensar*. Salvador: EDUFBA, 2018.

JUDD, D. R. et al. (Ed.). *The city, revisited: urban theory from Chicago, Los Angeles, and New York*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.

LANER, I. *Planejamento regional e desenvolvimento nacional no Brasil: 1955-1960*. 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado em Teoria, História e Crítica) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018.

LETHABY, W. R. *Architecture and mysticism*. New York: Cosimo, 2005.

LEVI, G. Sobre a micro-história. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

LOCKE, J. *Two Treatises of government*. Londres: Everyman's Library, 1990.

MAIA, F. P. *Introdução ao estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1930.

MARANHÃO, J. *Municipalismo e ruralismo*. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público, 1960.

MARX, M. *Cidade no Brasil, em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MELLO, L. de A. A cidade celular: quadras, superquadras e células residenciais. *Boletim do Instituto de Engenharia*, v. 18, n. 91, set. 1933a.

MELLO, L. de A. A verdadeira finalidade do urbanismo. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo, v. 11, n. 51, p. 106-112, ago. 1929c.

MELLO, L. de A. *Curso de urbanismo: elementos de composição regional*. 3. ed. São Paulo: Grêmio Politécnico, 1961.

MELLO, L. de A. Problemas de urbanismo: bases para a resolução do problema técnico. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo: Instituto de Engenharia, Escolas Profissionais Salesianas, 1929a.

MELLO, L. de A. Problemas de urbanismo: mais uma contribuição para o calçamento. *Revista Politécnica*, São Paulo, n. 83, jun. 1927.

MELLO, L. de A. Problemas de urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades. *Boletim do Instituto de Engenharia*. São Paulo: Instituto de Engenharia Escolas Profissionais Salesianas, 1929b. v. 10.

MELLO, L. de A. Um grande urbanista francês: Donat-Alfred Agache. *Revista Politécnica*, [S.l.], n. 5, p. 70-88, 1928a.

MELLO, L. de A. Urbanismo e suas normas para a organização de planos. *Boletim do Instituto de Engenharia*, v. 17, n. 89, abr. 1933c.

MELLO, L. de A. Urbanismo. *Boletim do Instituto de Engenharia*, São Paulo, n. 42, p. 235-240, 1928b.

MELLO, L. de A. Cadeira nº 18 - Curso de Engenheiros arquitetos. *Anuário da Escola Politécnica*, 1931.

MELLO, M. A. B. C. de. Municipalismo, nation building e a modernização do Estado no Brasil. In: O IBGE na História do Municipalismo e sua atuação nos Municípios: o pensamento de Teixeira de Freitas e Rafael Xavier. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. p. 49-66. (Documentos para Disseminação: Memória Institucional, 13).

MONDADA, L. *Décrire la ville: la construction des savoirs urbains dans l'interaction et dans le texte*. Paris: Anthropos, 2000.

NOVO, L. F. *Entre arte e técnica: arquiteturas políticas na legitimação da profissão no Brasil [1920-1930]*. 2018. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto De Filosofia E Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

NUNES, O. *A carta dos municípios*. Rio de Janeiro: DASP, 1953.

NUNES, O. (Org.). Clamor dos municípios. In: CONGRESSO NACIONAL DE MUNICÍPIOS, 4., 1957, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Ersol, 1957.

ONU. Departamento de Asuntos Económicos y Sociales. *Seminário sobre formación de personal para la planificación urbana y rural*. Nueva York, 1957.

PAN AMERICAN UNION. *Compilacion de resoluciones sobre planeamiento, vivienda y edificación*. Washington, 1958a.

PAN AMERICAN UNION. *Municipal action for housing improvement and slum clearance*. Washington, 1953.

PAN AMERICAN UNION. *Sobre la Primera Reunión Técnica Interamericana en Vivienda y Planeamiento*. Washington, 1958b.

PECHMAN, R. M.; KUSTER, E. *O chamado da cidade: ensaios sobre urbanidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

PEIXOTO-MEHRTEENS, C. *Urban space and national identity in early twentieth century São Paulo, Brazil: Crafting Modernity*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

PEREIRA, M. da S. Pensando a metrópole moderna: os planos Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L. de Q.; PECHMAN, R. (Org.). *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 363-376.

RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2005.

REIS, J. de O. Notas para a palestra em Ribeirão Preto em 8 de agosto de 1955. *Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo, ano 17, n. 41, p. 98-99, 2001.

REZENDE, V. F. (Org.). *Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras*. Niterói: Ed. da UFF; Intertexto, 2012.

RICOEUR, P. O processo metafórico como cognição, imaginação e sentimento. In SACKS, S. (Org.). *Da metáfora*. São Paulo: EdUC: Campinas: Pontes, 1992. p. 145-160.

ROCHARD, J. (Dir.). *Encyclopédie d'Hygiène et de Médecine Publique*. Paris: Lecrosnier et Babé, 1891. Tomo 3 - Hygiène urbaine.

ROCHARD, J. *Traité d'hygiène sociale*. Paris: A. Delahaye et Lecrosnier, 1888.

SABERES URBANOS. Disponível em: <<https://www.urbano.ifch.unicamp.br/>>. Acesso em: 18 out. 2018.

SALGADO, I.; BERTONI, A. (Org.). *Da construção do território ao planejamento das cidades: competências técnicas e saberes profissionais na Europa e nas Américas*. São Carlos: RIMA, 2010.

SAMBRICIO, C. *Ciudad y vivienda en América Latina, 1930-1960*. Madrid: Lampreave, 2012.

SEGAWA, H. *Prelúdio da metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX para o XX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

SEGRE, R. *Las estructuras ambientales de América Latina*. Cidade do México: Siglo XXI, 1977.

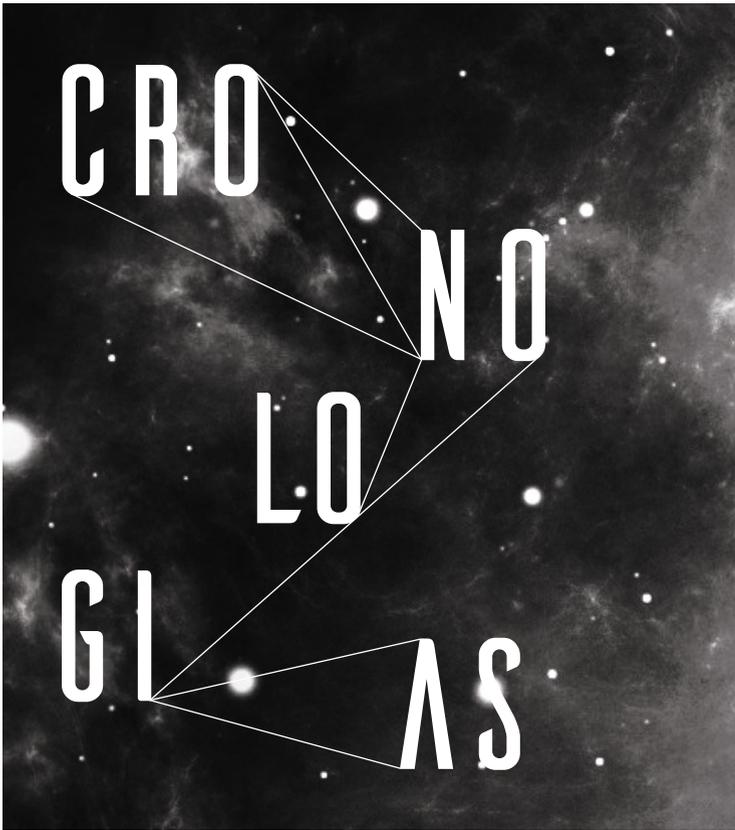
SILVA, O. E. *O município no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1940.

SIMIÃO, S. C. de S. *Medianeras no cinema e nas cidades: sensibilidades contemporâneas em El hombre al lado (2009) e Medianeras (2011)*. 2018. 208 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

SIMÕES JÚNIOR, J. G. *Anhangabaú: história e urbanismo*. São Paulo: SENAC: Imprensa Oficial, 2004.

XAVIER, R. *Pela revitalização do município*. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.

F A Z E R P O R



CRO

NO

LO

GI

AS

F A Z E R
P O R
C R O N O L O G I A S

*Por uma história inscrita nos corpos:
práticas do Laboratório de Estudos Urbanos
ou
Quase memórias*



LeU . UFRJ

Margareth da Silva Pereira

Mário Magalhães

Daniela Ortiz dos Santos

Priscilla Alves Peixoto

Aline Couri Fabião

As páginas a seguir reúnem textos fragmentários de caráter ensaístico que tentam dizer de premissas, caminhos, ambições, estratégias e dificuldades de um pequeno grupo de pesquisa do Laboratório de Estudos Urbanos (leU).

Criado oficialmente em 2006, no Programa de Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o laboratório deu continuidade a um outro grupo de pesquisa chamado Culturas Urbanas e Pensamento Urbanístico no Brasil, existente desde 1999. Ambos, por sua vez, haviam derivado de diversos espaços de interlocução informais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), existentes em fins da década de 1980 e ao longo da década de 1990.

As práticas do Laboratório de Estudos Urbanos, doravante simplesmente leU, são indissociáveis de uma forma de “pensar por imagens” que é própria de uma maneira metafórica de organizar o pensamento. Não custa lembrar que a palavra

“metáfora” designa uma figura de linguagem na qual se usa um termo convidando a uma comparação com um outro que não tem o mesmo sentido ou significado, mas em relação ao qual se sugere alguma possível proximidade, afinidade ou semelhança. É um modo de pensar imaginativo, que busca se referir a algo usando uma possível analogia com outra coisa que lhe seja parecida.

Desde 2004, vimos chamando essa forma de organizar ideias ou defender hipóteses, como “um pensar por nebulosas” ou por “conjuntos de nuvens” que se contrapõe à própria ideia do pensar como uma atitude teórica aplicada e que não só descreveria as coisas como “são” ou “realmente foram”, mas que ainda precederia, necessariamente, o agir.

Se pensar é construir e construir é pensar, nessas práticas, ecoam os vestígios de uma recusa, assim, aos abusos de uma visão de ciência funcionalista e que faz da teoria ou um pensamento excessivamente autônomo, aplicável, reprodutível, ou excessivamente subjetivado, pessoalizado, ensimesmado. Pensar por nebulosas reconhece o corpo e a abordagem do pesquisador a partir da sua afetação por um sem números de corpos que se reconhecem em uma mesma ação poética.

O próprio amadurecimento da noção de nebulosas, por exemplo, só pode ser desenvolvido a partir de colaborações com diversos laboratórios e instituições brasileiras e estrangeiras.¹ Como se vê, como metáfora, ela ultrapassa a ideia de um feixe de redes de sentidos absolutamente coerentes e previsíveis em torno de interesses e de laços sociais, insitindo, contudo, em integrar uma observação situada das coisas, dos indivíduos, dos gestos, e, portanto, das temporalidades e das espacialidades.

Assim, embora intercâmbios, parcerias e colaborações com colegas e grupos de pesquisa tenham se dado, assim, em diferentes ritmos e perfis, o impacto que tiveram nas atividades de pesquisa do laboratório merece ser reconhecido.

De todo modo, nesse nodo de pensar, é impossível, como historiadores, não se perguntar antes de tudo do que se quer lembrar e por quê. Nessa pergunta, está implícita também uma série de outras perguntas relativas ao que se herda como história e como memória.

Na verdade, o problema que se colocou desde muito cedo nas práticas leusianas foi o de avaliar de quais esquecimentos, de quais violências e lutos somos feitos e que demandam serem enfrentados como problema da esfera da cultura e do campo do conhecimento. Assim, no campo dos estudos urbanos e da arquitetura e do urbanismo, interessava-nos avaliar o que se herda como cultura acadêmica, disciplinar, profissional ou institucional. Ou, em outras palavras, o que se entende por ensino e pesquisa e o que se pode pensar sobre essas atividades.

ENSINO E PESQUISA: POR UMA OUTRA FORMA DE PENSAR A TÁBULA RASA

Nas práticas do leU, ou ainda do grupo de pesquisa Culturas Urbanas e Pensamento Urbanístico no Brasil, já de início, constatou-se que, particularmente nas escolas de arquitetura e urbanismo, pensar e agir vinham sofrendo uma posição que, de resto, ainda se mantém, de desqualificação recíproca.

Nas atividades de projeto, por exemplo, a ação projetual acabava sendo vista como que esvaziada de reflexões e críticas que culturalmente lhe dão sustentação. Nas disciplinas de história, era o pensar que parecia ser interpretado como uma esfera também autônoma e sem implicações concretas e diretas com a concepção. De resto, ambas acabavam por ignorar as práticas cotidianas e sequer se perguntavam sobre o sentido de experiências, impressões, memórias ou teorias impregnadas, ontem e hoje, em desenhos e gestos construtivos, em uma ignorância dos embates entre culturas disciplinares travados no interior do próprio campo profissional.

A arquitetura e o urbanismo viam-se, assim, como práticas naturalizadas e destituídas de historicidade e crítica. Mais ainda: era como se esse seu estatuto não significasse um problema a ser pensado e, pior, essa desqualificação presente nas salas de aula se manifestava tanto nos próprios programas curriculares quanto no modo de se considerar um desenho ou um texto.

Sem nos determos sobre as implicações do ponto de vista crítico e epistemológico que isso pressupõe e acarreta, via-se, por exemplo, com frequência, disciplinas serem nomeadas “Teoria e História”, “História e Projeto” ou “Teoria e Prática”, “História e Crítica” nos currículos, como se teorias não possuíssem situação e condição de enunciação, como se os conceitos de passado e devir fossem eles próprios a-históricos ou como se a dimensão conceptual – em textos e em projetos – pudesse ser considerada de modo autônomo de pressupostos, expectativas e avaliação.²

Em termos de ensino, o laboratório passou, assim, a questionar essa oposição entre termos e insistir sobre o significado que uma simples partícula, uma simples letra, manifestava em seu uso generalizado. Como se disse, esse simples “e” naturalizava e, assim, escondia as próprias leituras de tempo e de mundo que seu uso subentendia e subentende. Em outras palavras, des-historicizava as práticas da arquitetura e do urbanismo e destituíam-lhe não só de sua dimensão crítica como também de seu estatuto de gestos de cultura.

De fato, esse pensar, sob forma de uma teoria abstratamente concebida e sem corpo, tornava o pensar-projetar um ato sem serventia, apartado da vida da cidade e, na maioria das vezes, voltado para uma visão de passado como um tempo homogêneo, morto e destituído das tensões.

Livres de qualquer compromisso de ajuizamento sobre o que foi filtrado como tradição, memória, história e historiografia, as ações passavam a ser consideradas como que exercidas em torno de um “novo”, visto como um gesto em ruptura com qualquer reflexão sobre o que, eventualmente, se adquire como cultura. Enfim, abandonava-se qualquer “teoria das práticas” em suas historicidades e em suas ideologias, começando pelas do arquiteto, do urbanista e aquelas do “historiador”, do “teórico” ou do “crítico” de arquitetura e urbanismo.

Ora, certamente o peso dos círculos diletantes ou pelo uso do conhecimento – não em um sentido libertário, mas como um instrumento de poder, controle e subjugação de corpos e mentes – havia contribuído para colocar a atividade intelectual em tal oposição à ação e vice-versa. Trata-se de exercício de um poder de classe, de

religião e de castas, como foi, sem dúvida, o caso até o século XVIII, mas também de consolidação de uma visão que se reproduziria nas próprias práticas acadêmicas no século XIX, durante a era das reformas e das revoluções, como tão bem mostrou Bourdieu (1984).

Como não custa lembrar, a atividade intelectual, no que tange à arquitetura e ao urbanismo nascente, passou a ser medida, ao longo do século XIX, por sua aplicabilidade imediata, mais particularmente por sua utilidade. Essa instrumentalização da atividade de concepção e projeto acabaria por empobrecer tanto a noção de estilo, nos termos como vinha sendo discutida no século XVIII, quanto a capacidade da forma arquitetônica de ser uma experiência *parlante* (falante) aos sentidos.³

Em resumo – e sem mencionar os estudos geográficos que problematizam a ideia de “determinismo do lugar” ou a contribuição de obras que circulam no Brasil, como as de Argan em seus estudos sobre o barroco ou sobre a arte e a arquitetura moderna, ou como as de Choay em sua crítica ao funcionalismo e à ideia de modelo –, é como se multiplicassem os livros que falam de topofilias sem corpos, sem culturas, sem convite ao engajamento sensível, sem experiências.

Quanto à ação, esta passou a ser valorizada apenas se servir como gesto de preservação de um passado morto ou como ruptura instauradora de um novo que se exercitaria em uma tábula rasa, tomada ao pé da letra.

Talvez o efeito mais perverso dessa dupla percepção – que se tornou hegemônica na cultura ocidental e, cujos efeitos, sobretudo nas práticas da arquitetura e do urbanismo, foram dos mais nefastos – tenha sido primeiramente o utilitarismo e o funcionalismo que as sustentam e cresceram com ela.

Esvaziou-se, assim, o sentido que os círculos do primeiro romantismo, particularmente com Goethe, vinham dando ao termo “*bildung*”,⁴ associando-o a um exercício de atualização reflexiva do passado inerente de um esforço ético e estético, construtivo e constitutivo, tanto de cada indivíduo em si mesmo quanto da esfera coletiva e, particularmente, das práticas culturais. (GUSDORF, 1985)

No programa de atividades do leU, em decorrência desse estado de coisas no campo acadêmico e científico, se tornaria também cada vez mais clara a necessidade de privilegiar um modo de fazer história que, à contracorrente dessas tendências, se centrasse, por sua vez, na experiência dos corpos, nos modos de subjetivação e objetivação, nas transsubjetividades e intersubjetividades e, em outras palavras, nos atores individuais e coletivos.

Por outro lado, como o ato de pensar deixava de ser atravessado pelo confronto, pelo conflito e pela crítica de visões culturais, desaprendia-se sobre a necessidade de também olhar respeitosamente o que é digno de ser conservado, de sustentar argumentos e de perceber o mundo social com a complexidade que ele exige.

Desde o fim dos anos 1990, o problema a ser discutido deixou de ser apenas o de uma história pensada a partir de passados mortos. Passamos também a sublinhar o silenciamento dos atores e dos saberes que participam da construção das cidades no seu dia a dia – a começar pela voz ética, política e estética dos próprios arquitetos e urbanistas, mas, sobretudo, a daqueles aos quais, em tese, as suas ações se destinam.

De fato, como se naturalizava também tudo que permanecia e permanece latente ou abusivamente não falado, começamos a sublinhar a não naturalidade dos próprios temas enfocados nos trabalhos acadêmicos, mostrando que, com eles, recorta-se também o mundo social e tanto mantém-se um *status quo* como pode-se contribuir para trazer à esfera pública questões represadas, mas que, justamente, reverberam como problemas historiográficos a serem levados em conta. Afinal, ainda que tendo permanecido na opacidade, são estas últimas, sobretudo, que interpelam e instigam as próprias práticas de rememoração implícitas na atividade do historiador. São elas que vivificam ações do passado, construindo-as como ações que possuem presença e significado no presente e como histórias vivas são passíveis de interrogarem na atualidade as ações de conservar, subverter e transformar com conhecimento de causa.

pelos pensadores da *naturphilosophie* (GUSDORF, 1985), talvez tenha sido a de ajudar a entender que a noção de tábula rasa não é necessariamente um apagamento do passado. Ao contrário: o passado não se apaga porque ele seria ineliminável; ele está aí como um esquecido, que convoca, contudo, a ser rememorado para se tornar algo adquirido. Não se trata aqui de abstrações, mas de saber o que significa como negociação e pacto tudo que se faz no cotidiano, começando pelos gestos mais simples, como a própria linguagem.

O passado, nesses termos, é como uma espécie de terra incógnita, estrangeira, como já lembrava David Lowenthal (2015), ou uma noite escura, sem sul ou norte, como lembravam Mário de Andrade ou Lucio Costa, no qual cada indivíduo é ele próprio como que uma tábula rasa. (PEREIRA, 2004) Sim, porque é como se ele próprio fosse como uma espécie de metáfora da página em branco de um cosmógrafo, de um escritor ou de um arquiteto, na qual, em sua construção de si com as coisas, vão se inscrevendo tanto uma lenta e contínua rememoração do que aprendeu e decide guardar na memória ou esquecer, quanto o que consegue vislumbrar e manter como algo que também deveria ser lembrado ou, no mínimo, permanecer como sonho ou utopia.

Seria, em resumo, um lento e contínuo exercício de rememoração e de atualização do que, para a sobrevivência das próprias formas de cultura, talvez deva ser, ao mesmo tempo, lembrado e projetado, isto é, lançado para frente. Esse sentido de tempo e de história foi reiterado por inúmeros pensadores; basta que pensemos até mesmo nas considerações intempestivas de Nietzsche (STIEGLER, 2006), por exemplo. Com frequência, essa escrita gradual e errante da página branca e de convocação à permanência ou ao esquecimento – que toda ação no presente enfrenta ou, pelo menos, pressupõe – foi também associada às próprias questões pedagógicas e de percepção e concepção, como é possível constatar ao se dedicar à biografia de inúmeros arquitetos e urbanistas dignos desse título no passado, ao estudarmos suas lutas no cotidiano, ao intuirmos o ambiente político e cultural no qual desenvolveram suas atividades.

Assim, se podemos evocar nuvens de ideias e de métodos que balizam as

práticas do laboratório ou das nebulosas de questões que o atravessam – resumidas nas páginas que se seguem –, elas são tributárias de uma noção de ator e de um conceito de “formação” que são herdeiros da própria noção de *bildung* e, portanto, de biografias intelectuais que pouco têm de um conceito de ensino como transmissão, mas sim de experiência – pois, de fato, nada se ensina ou se transmite. Apenas ensina-se a prestar atenção ao que se vive, ao que se sente e a escolher e ajuizar, ou, em outras palavras, a ser crítico. Isto é, ensina-se uma arte de ponderar e separar coisas, de dar-lhes peso e sentido.

“Trabalho”, “processo”, “tradução”, “translações” e “viagem” são termos que são correlatos ao conceito de *bildung*, como mostraram Berman (1984) e a releitura de suas contribuições feitas por Suarez (2005). É isso também que mostra vida, obra e as notas de leitura e de viagens, por exemplo, de um José Bonifácio – um dos nossos biografados na história do urbanismo do Brasil que vimos construindo – no exercício singular e plural de estranhamento de si e das coisas e seus projetos de futuro. (MAGALHÃES, 2018)

Nesses termos, a pesquisa nos sucessivos grupamentos que formaram o leU talvez nunca tenha sido considerada apenas como um produto quantificável em números. São processos longos de criação de um lento diálogo com certos períodos e grupos de atores. Como Mário Magalhães – membro do laboratório desde 2006, no qual preparou uma tese sobre José Bonifácio e a ideia de cidade – tão bem resume: as nossas práticas vêm sendo um “afetar e afetar-se de corpos que se implicam, dobram sobre si e se desdobram. Contra o narcisismo de um indivíduo fechado na solidão do eu, nossos afetos nos lançam na busca de outros corpos inscritos em textos, imagens, lugares, obras”. (MAGALHÃES, 2018)

É ainda Magalhães que sintetiza, pensando provavelmente nas “viagens imóveis”, no dizer de Daniela Ortiz (2017), que cada pesquisador é convidado a empreender e alguns realizam:

Também as pesquisas são chegadas e partidas. O processo de pesquisa é frequentemente retratado pelo estado melancólico que acomete o sujeito. Tomada de consciência e desconstrução

de si, desnaturalização que arrasa a paisagem apaziguada de um mundus interior e instaura a distância e o isolamento de entes queridos, pares, parentes; agora, objetos de estranhamento. O mundo todo, ele mesmo, se transfigura num estranho. É esse estrangeiro de si e do mundo que seria a condição mesma da distância crítica do homem moderno. [...] esse processo é entremeado por experiências de afetos e construção de mundo e mundus⁵ novos. Como nos ritos que, simbolicamente, fundavam as novas cidades romanas, são escolhidos os fragmentos que remetem a um lugar, uma identidade, um passado, uma cultura – à coerência de um corpo – que, como por simpatia mágica, ao serem enterrados no mundus, semeiam de afetos um corpo novo, pacto que instaura o mundo dos homens.

Ora, as fontes concretas ou etéreas com as quais o pesquisador – arquiteto, historiador, filósofo, segundo suas poéticas – interage manifestam hesitações, derrotas, tomadas de posição, lutas, falas ou até o silêncio ao qual foram submetidas. São elas que irrompem na tábula rasa, que vai se tornado, para cada historiador, a tábula plena das memórias, das possibilidades de dotação de sentido que consegue perceber dos atores do passado aos quais se dedica e que elege como objeto de estudo, cujas ações busca atualizar. São como formas que, ao inscrever-se no processo de interpretação e reflexão, realizam a alquimia de uma imagem fotográfica ao ser revelada. Gradualmente, as fontes, ao serem articuladas e associadas a outras informações, não apenas formam nuvens de contatos, de relações, de sociabilidade. Elas vão definindo o contorno de situações, de gestos, de ações que se tornam muito próximas, quase tangíveis, mesmo que se trate de pequenos fragmentos de textos ou desenhos feitos por autores que viveram no Brasil do século XVIII, na Alemanha de 1790 ou de 1807.

Filmes feitos em Paquetá de 1929; desenhos de uma viagem no interior da Itália em 1803; debates travados nas reuniões da Câmara Municipal do Município Neutro, em 1842, ou na congregação da Academia Imperial, em 1854: indivíduos e suas ações tornam-se, enfim, presenças que nos convocam e as quais se convocam. São afinidades que se reencontram atemporalmente de par com a barbárie que nos habita no silêncio de uma história que, até então, permanecia como algo impensado.

Como continua Magalhães (2018), explicitando, agora, também as premissas do modo de fazer por biografia que se busca praticar no leU:

[...] É com nossos ‘corpos inscritos de cultura’ que aportamos sobre esse cais herdado, territórios de demora, encontro, confronto e troca. É se é com o sopro inquieto dos ventos da reflexão e da dúvida que nos lançamos nos mares desconfigurados da pesquisa, a bússola dos afetos que nos inquietam nos guia em direção ao cais daqueles que nos precederam em suas viagens.

Aqui, a pesquisa é, portanto, uma palavra que é, ela mesma, um sopro movendo mundos e suas memórias no “estrangeiro” que habita em nós. Movendo nuvens e formando nuvens elas próprias transitórias, até serem submetidas a outros sopros, a outras virações.

O estudo do romantismo alemão e dos círculos da *naturphilosophie* já havia interessado Pereira em seus estudos sobre a experiência americana e, ainda, sobre a recepção de Le Corbusier e suas relações com Lucio Costa nos fins dos anos 1980. Contudo, nos primeiros anos da década de 2000, as contribuições dos debates de fins do século XVIII reapareciam e pareciam pertinentes para aprofundar, agora, as pesquisas sobre o século XX no período entre-guerras. De fato, nos anos 2000, a universidade parecia desdobrar-se sobre si mesma refletindo sobre a reforma curricular da faculdade de arquitetura e ainda sobre intervenções físicas no *campus* universitário da UFRJ.⁶

Para além das questões de formação crítica, ética e estética, a noção de *bildung* auxiliava a repensar o sentido de ensino e da própria ideia de universidade e como ele se traduzia em projetos, em programas de cidades universitárias, mas também em formas.

Por outro lado, em 2001, celebraram-se os 70 anos da reforma da Escola de Belas Artes, e o grupo de Culturas Urbanas e Pensamento Urbanístico no Brasil, nome inicial de nosso grupo de pesquisa, acabara de dedicar-se à elaboração de um vasto levantamento de artigos de jornais, pesquisa denominada “1931: arte e revolução”.⁷ Evidentemente, o papel de Lucio Costa na Escola de Belas Artes era relevante. Contudo, para além do ano de 1931, o grupo passou a estudar

o período de 1931 a 1945 e vinha agora se ocupando diretamente tanto da questão das cidades universitárias e de personagens do movimento moderno que se dedicaram a uma arquitetura voltada para esse cliente coletivo, que era a própria cidade e os seus equipamentos públicos, como Eneas Silva e Joaquim Cardozo. (NASCIMENTO, 2007)

As questões de ensino e pesquisa ganhavam cada vez mais relevância e, em 2002, o grupo convidou Silvia Arango, professora da Universidad Nacional de Colombia, para uma estadia no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (Prourb). Arango havia publicado *História de un itinerario*, sobre uma série de figuras que haviam pensado as universidades na América Latina e cujas ideias atravessaram Bogotá, Caracas e Havana no século XX. Por sua vez, o grupo organizou, na FAU-UFRJ, uma exposição acerca das cidades universitárias e passou a orientar pesquisas sobre o assunto durante a maior parte da década. (ALBERTO, 2003, 2008)

Com Arango, as questões de historiografia tornaram-se também um foco ainda mais privilegiado diante da experiência, agora, latino-americana. Noções como transferência, modelo e estilo perdiam completamente o sentido diante da visão cultural, historicamente situada e encarnada dos atores. Na busca de construção de uma história pensada nesses termos, como tentávamos construir, mesmo livros extremamente relevantes na iniciação às questões estéticas – como *Flash and Stone*, de Richard Sennet, publicado em português nesses anos – e que valorizavam a experiência e, portanto, o corpo já não podiam epistemologicamente satisfazer o laboratório.

No interior do leU e antes dele, o tema do corpo era uma herança dos estudos de Pereira sobre o barroco e, como se disse, sobre a filosofia da natureza. Havia sido tratado por Lucas Guimarães e por Elisa Nascimento Fonseca na pesquisa sobre Joaquim Cardozo. Por sua vez, a análise do discurso iconográfico e cartográfico havia sido tratada igualmente em diversos trabalhos de Pereira e havia ganhado espaço nas atividades do laboratório em função dos temas trabalhados em pesquisas específicas com os alunos de iniciação científica⁸ ou pelos então mestrandos ou doutorandos, como, à época, Aline Couri Fabião.

Como um novo campo de sensibilização pedagógica, um longo ciclo de palestras semanais de extensão realizado no Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) no Rio de Janeiro, intitulado Arquitetura e Educação – A educação dos Sentidos, foi organizado, sublinhando as marcas de Friedrich von Schiller e de seu livro *A educação estética do homem*, leitura obrigatória dos aspirantes a membros do grupo. Costurando articulações sobre um campo de debates que não só fazia interagir presente e passado, mas também estética e ética, e segundo diversos arcos temporais, tensionavam-se as relações entre duas práticas edificatórias, a do pensar e a do construir, mostrando a sua indissolubilidade.⁹

Como já salientado, as práticas concretas do grupo com temas contemporâneos que atravessam o cotidiano mobilizavam as pesquisas históricas, e estas, por sua vez, chamavam a atenção para o que havia ficado à margem nas histórias oficiais. Isso significa dizer que, mais uma vez, não se tratava de afetar-se com corpos conceituais e abstratos, mas de um corpo a corpo que, muitas vezes, artigos, dissertações e teses tendem a silenciar. Ou ainda, como lembra Ortiz citando o poeta Blaise Cendrars em seu livro *Aujourd'hui*, publicado em 1931, as atividades humanas, como a escrita, eram também pensadas como ações de criação cujo ponto de partida é a profunda consciência do tempo presente e cujo motor roda em espiral.

Na transversalidade da organização do leU, os alunos de mestrado e de doutorado foram convidados a coorientar os trabalhos de iniciação científica, a se engajar responsabilmente na tarefa de conjugar liberdade e solidariedade, organizando, eles também, seminários específicos de leituras segundo suas inclinações teóricas e temáticas. O grupo não era mais um espaço plural de estudos de história do urbanismo, mas de hermenêutica, de epistemologia, de historiografia, entendidos como o próprio exercício conceitual de contribuir na manutenção do campo científico ao narrar o passado. Nesses seminários, foram discutidas, entre outras, a obra de Françoise Choay e de Marcel Roncayolo e, ainda, as primeiras formulações sobre a noção de nebulosa.

Exercitou-se a escrita conjunta de artigos em coautorias horizontais e verticais, sobre historiografia, e o trabalho com a antologia com os

alunos de iniciação científica revelou ainda um novo desafio: deslocar os preconceitos contra a história quantitativa. Na medida em que as pesquisas mostravam que muitos urbanistas, desde os irmãos Bonifácio, haviam se aproximado do binômio “ver e prever” ao longo do século XIX e participado da história das estatísticas no Brasil,¹⁰ o urbanismo via-se não só ligado ao sentido de previsão, implícito nas estatísticas, mas também daqueles que, desde a Proclamação da Independência, pensaram a dimensão local, participando da história do movimento municipalista no Brasil.

Ora, diversos desses gestos são invisíveis ou menosprezados nas estatísticas acadêmicas que também são feitas. Contudo, essa prática, sempre estimulada na cultura de grupo leusiana, permitiu a alguns de nós pensar como o tripé da universidade moderna, concebida por Wilhelm von Humboldt, era uma atitude, era uma vivência, era uma história feita em corpo, uma história encarnada e conectada a outras histórias, sedimentada em tantos outros corpos.

Portanto, não se tratava, nos seminários e demais atividades, apenas de falar de números, de croquis de projetos abstratamente, mas de vê-los nascer, se transmutar. Não se falava apenas das arquiteturas pedagógicas, da história material dos edifícios escolares, mas de ensaiar suas possibilidades, desenhando estratégias para franquear um diálogo aberto. Não se tratava de aprisionar o outro numa teia narrativa e sujeitá-lo à pobreza de uma experiência “galvanizada”, mas, ao contrário, colocar a si e o outro em liberdade e na atualização de uma experiência presentificada.¹¹ Foi nesse contexto que o leU ganhou forma.

SOBRE ANTOLOGIAS E CRONOLOGIAS OU O DESAFIO DE INVENTAR CLÁSSICOS

O Laboratório de Estudos Urbanos, desde sua formulação, foi intimamente chamado leU – lê-se separadamente: le U. Esse apelido foi, de certo modo, fruto de um acaso. Contudo, é entre esse “l” minúsculo, que evoca o seu formato de pequeno laboratório, e o “U”

grande, que designa a amplitude da aventura social e cultural que são as cidades e a experiência urbana, que se demarcaram, assim, suas práticas coletivas e colaborativas, dedicadas ao estudo do desafio de viver juntos e a parte de imersão e estranheza que requer, institui, revela.

Entretanto, como enfrentar, como deslocar, como desconstruir o pensamento dicotômico que rege a disjunção entre teoria e história, ou teoria e ação, e, com ele, o esvaziamento conceitual que vem marcando a prática da arquitetura e do urbanismo no Brasil nas últimas décadas?

Na verdade, quais estratégias a desenvolver contra um utilitarismo crescente e um funcionalismo de difícil desconstrução e que, além do mais, continuam a ser reforçados por certas práticas de ensino e investigação que se multiplicam em “escolas” de arquitetura e urbanismo?

A resposta que, no laboratório, vem se tentando dar a essas questões é a de rememorar a natureza cultural, ética, estética e política da prática da arquitetura e que, desde os séculos XV e XVI, é ressignificada, de par com diversos saberes, dando forma tanto a uma reflexão sobre as cidades quanto ao próprio urbanismo.

Nesse sentido, vem parecendo ser desejável se perguntar quais seriam as teorias em disputa sobre a prática da arquitetura e do urbanismo, defendida por certos atores, e não por outros – desculpem a insistência em falar o óbvio –, considerando ainda que o próprio processo de urbanização do território que hoje chamamos Brasil é indissociável de sucessivos cortes no campo do conhecimento e de diferentes histórias de concepção e construções de cidades.

Assim, o leU vem desempenhando uma mesma tarefa, refeita sob tantas formas quanto as de seus integrantes: construir uma história das “práticas da arquitetura e do urbanismo e de suas teorias implícitas”, particularmente ao longo dos séculos XIX e XX, o que se traduz na elaboração de uma antologia do pensamento urbanístico no Brasil e, evidentemente, enfiar biografias intelectuais que necessariamente, queiram ou não os atores estudados, são políticas. Queira-se ou não, se inserem diretamente no campo político.

Como não é excessivo repetir, não se trata de elaborar uma antologia do pensamento urbanístico brasileiro, isto é, sob um viés nacionalista. Esse não é um problema de identidade, mas de conflitos entre visões de si e do outro. Além do mais, o próprio campo do urbanismo não é um campo fechado. Talvez também se deva repetir: o Brasil não é uma ilha.

O campo do urbanismo se constituiu de modo transnacional e a partir da interação de pensadores e profissionais pensando cidades em diferentes contextos. Busca-se, assim, interpretar como os profissionais, no Brasil e alhures, constroem a cidade como objeto teórico e de ação. Busca-se também identificar a partir de que temas ela é considerada, quais ferramentas esses profissionais reclamam – como as estatísticas, por exemplo – e com quais atuam coletivamente; como elaboram suas análises da cidade e da urbanização, que práticas arquitetônicas defendem ou como realizam seus “diagnósticos”, como passou-se a dizer. Enfim, diante dos seus canteiros específicos de trabalho, como refletem sobre as experiências uns dos outros, quando, onde e por quê.

Contudo, quando se é historiador, cabe se fazer, mais uma vez, uma série de questões, a começar por se perguntar: o que é uma antologia e para que serve? Ou melhor, sabendo-se que uma antologia reúne textos ou autores exemplares sobre um assunto, rapidamente constatou-se que as antologias serviam para construir uma cultura compartilhada, ou uma iniciação a ela. Contudo, aí começavam as questões mais difíceis. Desde quando existiam antologias na área da arquitetura e do urbanismo? Quando e por que esse tipo de livro passou a existir e para que e como se selecionam os autores, textos ou obras e se passa a considerar que são de conhecimento fundamental e indispensável para qualquer debate, independentemente da concordância com suas ideias ou de sua atualidade? É evidente que a proposta de Italo Calvino de como ler os clássicos é um enorme desafio, mas, aqui, dito de outra forma: como se inventam clássicos?

Esse tipo de questões – de ordem teórica e de forma de abordagem –, o leU teve que fazer face ao mesmo tempo que continuava a empreender pesquisas sobre o movimento moderno, sobre engenheiros militares ou sobre autores de grandes projetos para cidades desde a Independência

até o período entre-guerras. Dada a sua inserção na UFRJ e o próprio papel do Rio de Janeiro como cidade capital até 1960, a cidade e seu ambiente técnico, político, administrativo e estético acabaram sendo privilegiados, mas não só.

Embora nos tivéssemos restringido ao debate sobre as cidades após a Independência, o Brasil é um país onde se observam 500 anos de práticas instauradoras de cidade. É, contudo, notável (e lamentável) um silêncio na interpretação sobre essas práticas e, justamente, entendido como um campo de atuação de modo mais articulado, ou como um “campo” no sentido bourdieusiano do termo. Ou seja, um campo pressupõe em permanência uma esfera pública e uma arena de disputas, convergências, conflitos, deslocamentos de sentidos.

É evidente que pesa sobre essa situação epistemológica uma visão eurocêntrica que nos forma e nos conforma a todos, malgrado décadas de debates pós-coloniais. A questão, então, é como fazer ver esse campo, que é composto por diferentes culturas – convergentes, divergentes, parcialmente compartilhadas –, como um campo de ação dotado de memórias e de um acúmulo de experiências. Isto é, um campo dotado de culturas em contínuo movimento de dominação, de lutas por autonomia, de hegemonias, de rearranjos.

A resposta, como se vê, não é simples. E como se disse, tem várias faces. Elaborar uma antologia – e sobretudo no Brasil, onde, como dito, não existe qualquer obra do gênero no campo do urbanismo – pressupõe um encaminhamento extremamente atento para que se pratique o exercício crítico, o ajuizamento e a escolha – e, portanto, o arbítrio já mencionado –, mas onde se evitem arbitrariedades.

A partir do trabalho interno de duas décadas no laboratório, atualmente, a antologia é composta por um conjunto de autores reunidos em quatro grandes nuvens, quatro tomos, em função tanto da intensidade dos problemas, que eles próprios parecem ter enfrentado sob certas condições, quanto de mudanças sobre a própria visão de conhecimento. Contudo, ela é mais do que uma coletânea de textos de autores que buscaram agir diante da condição citadina e urbana, a que percebem como um problema apresentado a partir de suas

biografias. A sua confecção – ou a escolha dos clássicos – tem sido uma ferramenta de iniciação à formação e à pesquisa e um detonador de outras possibilidades de práticas e discursos historiográficos. É dela que decorre a própria metáfora das nebulosas do pensamento urbanístico.

De todo modo, começamos, há mais de 20 anos, por estudar o gênero das antologias, estabelecendo quando haviam surgido e em que ritmo foram publicadas, a forma como foram estruturadas, em quais países e por quê. Pareceu-nos claro, nesses trabalhos iniciais, que as antologias de arquitetura e urbanismo ganham forma *pari passu* com uma mutação epistemológica importante na década de 1960 e que se articula à crítica ao funcionalismo, e a de Ulrich Conrads (1964) e a de Françoise Choay (1965) podem ser apontadas como umas das primeiras.

Ulrich Conrads e sua antologia *Programs and Manifestoes on 20th-Century Architecture* jamais foram publicados no Brasil. Contudo, seu livro, ao lado daquele de Choay, sinalizou uma tendência que se multiplicaria desde aquela década. A saber, um tipo de livro que em vários países passou a reunir autores de tempos e horizontes culturais diversos em torno da reflexão sobre a cidade e o que lhe singularizaria como modo de vida, concebendo novas cidades – em sua forma material, social e política – ou reformando-as.

Urbanismo: utopias e realidades, de autoria de Françoise Choay, foi publicado em português 15 anos depois que sua primeira edição na França. No Brasil, o livro circulou a partir da redemocratização, simplesmente com o título *Urbanismo*, e serve de exemplo das violências redutoras que o mercado editorial ou a desatenção do tradutor impõe nas traduções das obras, como mencionava Berman.

Na verdade, sua autora lutava, como se vê desde o título, contra a ideia de modelo e já apontava, portanto, para uma ideia de pluralidade e de debates entre culturas profissionais, que drasticamente desapareceu do título em português.

Em nosso trabalho, a obra de Choay, ao ser cotejada a uma série de obras similares publicadas nas décadas seguintes, permitiu perceber,

por datação, contraste, comparação, recorte, forma de análise e vocabulário, a própria difusão e o formato das antologias e como certos autores haviam se tornado “clássicos”.

Quando, a partir da segunda metade dos anos 1990, começamos a pensar a Antologia do Pensamento Urbanístico, que ainda hoje nos ocupa, existiam poucas antologias e elas ainda não haviam explodido como gênero na área.

Nas antologias editadas em diversos países, identificamos os autores internacionais mais recorrentes em diversas línguas e comparamos também os textos selecionados. Constatamos diferenças entre as antologias não só de tradução ou de versão de uma língua a outra. A própria seleção do texto a ser publicado, dentro do conjunto da obra de um autor, levou-nos cada vez mais a nos dedicar às biografias dos autores selecionados, situando suas propostas e suas reflexões, anotando seus interlocutores ou o alvo de suas críticas, elencando, enfim, outros autores.

As antologias como gênero se tornaram focos de interesse e de colaboração em nosso trabalho com Paola Berenstein Jacques, que imaginava, naqueles anos, organizar uma antologia de textos de estética, desde nosso encontro em 1999. Como mencionado acima, havíamos intuído ambas, de início separadamente, que a construção de um solo de leituras compartilhadas sobre textos nas áreas de estética e de urbanismo parecia ser desejável para se estabelecer uma cultura comum que, não sendo homogênea, propiciasse que diferentes formações e culturas dialogassem ou se confrontassem francamente.

Foram estudadas mais de 17 antologias publicadas entre os anos 1965 e 2000, com Berenstein-Jacques, que elencavam os “clássicos” da área em diversos países. Uma a uma dessas antologias deu origem a uma tabulação, estabelecendo as ocorrências e recorrências de autores e de textos e, ainda, engendrando análises sobre o modo como cada antologia havia sido organizada – se por tema, se por área geográfica, se por data.

O trabalho com as antologias internacionais, com as biografias intelectual dos autores, com a seleção de textos e com a hesitação

sobre seus escritos mais importantes e, enfim, com o próprio campo profissional dos autores locais identificados – e, diga-se, com as culturas disciplinares – levou-nos a fazer dezenas de cronologias para fundamentar nossas escolhas. Passava-se a melhor identificar, desse modo, “gerações”, tempos de projetos, ritmos de realizações, trocas científicas, interações pessoais e institucionais, temas enfocados, vocabulários, recepção e alcance de iniciativas, crises, disputas, secessões. Em suma, formular e corrigir hipóteses e ser surpreendido com o que sequer pensou.

É nesse processo de indexação de informações que as cronologias permitem e nas infinitas articulações de sentido que estimulam, que a ideia de organização de uma cronologia *on-line* do urbanismo começou a ser pensada como banco de dados, no início dos anos 2000.

Aline Couri Fabião, então bolsista de iniciação científica, percebeu que as cronologias podiam ser consultadas de forma autônoma e que, inclusive, o alcance na difusão de resultados de pesquisa que poderiam se tornar digitais.¹² Ela rememora:

Em 2002, a grande cronologia em papel que se desdobrava em incontáveis hiperlinks feitos a lápis era a materialização de um pensamento multidimensional, porque não consistia em apenas uma sequencia linear de fontes – eventos, publicações, obras, manifestos, projetos. Justamente, era uma forma de pensar a sobrevivência, a difusão e as atualizações de ideias numa escala mundial, tendo como ponto de vista inicial o Brasil e a América Latina.

Seu hipertexto a lápis me fez sugerir uma versão digital da *Cronologia*. Vislumbramos algo warburgiano, mesmo sem conhecer a obra desse autor.¹³ A difusão *on-line* certamente possibilitaria que novas questões e interpretações fossem criadas a partir da base disponibilizada. E se Warburg pôde, até certo momento,¹⁴ em sua Kulturwissenschaftliche Bibliothek, pensar e criar sentidos mudando os livros de lugar, poderíamos certamente fazer algo parecido manipulando a imagem digital móvel e heterogênea da *Cronologia*.

A *Cronologia do Pensamento Urbanístico* foi pensada para suportar imagens e textos. Cada fonte indexada levaria a outras. Inicialmente, tinha mais imagens do que a versão atual; entretanto, questões técnicas e de propriedade foram lentamente minimizando a quantidade delas. O objetivo de sua construção foi permitir que os leitores criassem suas próprias conexões e sentidos a partir dos dados disponíveis. Pensar através de dados não linearmente enumerados, que são um convite à deriva, ao olhar inquieto, que busca sentidos ou sentimentos. Cortes secos, fusões, sobreposições ou transições. Enquadramentos de algo que é maior que o nosso recurso cognitivo de compartimentação e de criação de sentidos através da criação de conjuntos e de linguagem. Enfim, a *Cronologia* como um articulador de sentidos.

Hoje, em seu atual formato desenvolvido pelo Laboratório Urbano da UFBA, a *Cronologia do Pensamento Urbanístico* é um dispositivo de pesquisa *on-line* consultado por milhares de usuários a cada mês, confirmando a percepção inicial de Fabião sobre a amplitude dos recursos cognitivos que oferece a cada um que a consulta e manipula.

De todo modo, em papel ou *on-line*, as cronologias realizadas pelos membros do leU em suas teses, dissertações e trabalhos de iniciação científica passaram a ser um primeiro instrumento de formação, como se disse, e de sistematização das informações reunidas sobre o campo profissional e disciplinar. Elas mostravam com clareza o ritmo da circulação de temas, manifestos, propostas e, ainda, ao ser cruzada com as biografias dos arquitetos, urbanistas, paisagistas e pessoas públicas estudadas, constatava-se a formação de laços nacionais e transnacionais entre os atores, identificando-os com mais atenção em suas práticas e, portanto, suas especificidades e redes de sociabilidade e diferentes vertentes das culturas locais e transnacionais – diferentes nebulosas.

Mas, justamente, quais seriam os clássicos no Brasil? Evidentemente, graças às cronologias, começamos desenvolver uma atenção cada vez mais fina às fontes primárias – uma vez que, muitas vezes, os livros disponíveis forneciam informações errôneas ou contraditórias – e, ainda, à biografia de cada autor brasileiro. A obra de dezenas de profissionais era ainda pouco conhecida, quando não totalmente desconhecida ou resumida em poucas linhas, o que exigia muito

trabalho de pesquisa com fontes primárias para poder, com segurança, avaliar suas contribuições no plano social e cultural.

Esses foram os casos de alguns autores nacionais selecionados, como Pedro de Alcântara Bellegarde, Conrado Jacob Niemeyer, Daniel Pedro Müller, o senador Vergueiro ou Jules Benoît Müre, por exemplo. Mas também foi o de figuras excessivamente estudadas, mas vistas como personagens alheias a questões urbanísticas, como Manuel de Araújo Porto-Alegre ou José Bonifácio. Enfim, na medida em que as cronologias revelavam também as interações nacionais e internacionais e, assim, circulações e recepções de autores, relações de parentesco ou de sociabilidade, as pesquisas abriram-se para a exploração de fontes primárias em acervos internacionais, como o caso não apenas de Grandjean de Montigny, mas também de Joachim Lebreton, Jeremy Bentham, Gottfried Semper – mencionando-se, aqui, apenas alguns autores presentes no tomo 1 – ou de Agache, Le Corbusier ou da própria Françoise Choay, para citar autores pré-selecionados para outros tomos. É preciso notar que, mesmo se as questões historiográficas e teórico-metodológicas passaram a ganhar relevância nos anos 2010, como se disse, não se abandonou a história do urbanismo e da arquitetura estrito senso.

De fato, no tempo longo de contato dos membros mais antigos do laboratório, se construiu uma série de pesquisas parciais, das quais os fragmentos organizados na Antologia são apenas a ponta do *iceberg*. Tributária da abordagem antropológica de Françoise Choay; da atenção de Marcel Roncayolo ao território, às temporalidades e às espacialidades determinadas pela cultura; e da atenção sociológica de Christian Topalov às “nebulosas” e ao vocabulário empregado, o viés de pesquisa do leU insistiu no tramento dos *corpora* documentais sobre os autores estudados a partir de uma perspectiva transnacional, examinando as redes das cidades e regiões do Brasil, seus conceptores, suas formas, suas poéticas.

O trabalho da Antologia e da *Cronologia* desenhou novas intersecções, pontuando esse novo extenso de contatos e de laços sociais no campo da cultura de maneira não abstrata, mostrando formações, continuidades, rupturas e esgarçamentos nas interações sociais entre

diferentes redes sociais observadas em um mesmo intervalo temporal. Mostrou, enfim, como se disse, os conflitos entre as diferentes práticas que as sustentavam e, sobretudo, uma interação, mais do que entre nações, entre cidades cujas alianças, tanto quanto as tensões, são mutáveis na longa duração.

Tão submerso quanto o grande corpo desse *iceberg* é a percepção de que as pesquisas para a Antologia formaram duas gerações de novos pesquisadores para os quais pensar por biografias, por cronologias, por cartografias – enfim, por nebulosas – é, em alguma medida, um saber encarnado. Seja pelos contatos de primeiro grau ou indiretos com os pesquisadores, seja pela mediação com vidas que se fizeram obras e nos afetaram, o processo de pesquisa nesses modos de fazer revivifica, atualiza, incorpora.

A invenção dos clássicos continuaria a nos interrogar em permanência nesta última década, complexificando a própria compreensão da arquitetura, do urbanismo e de suas histórias oficiais. Assim, nos perguntamos com frequência: por que tal texto deste autor foi considerado importante e foi publicado internacionalmente, se no Brasil foi um outro que ganhou maior atenção? Por que este autor italiano não figura em nenhuma antologia italiana, francesa ou alemã, mas seus livros integram a Biblioteca da Imperial Academia de Belas Artes e mostram-se extremamente pertinentes quando cotejados com as discussões entre seus pares em seu tempo? Quem os comprou, quem os leu? Quantos silêncios ainda encobrem a história da arquitetura e do urbanismo no próprio contexto europeu? Por quê?

Das pesquisas precedentes que havíamos feito,¹⁵ haviam emergido atores e temas, como mencionado, mas como respeitar, de fato, suas biografias, entendendo-as no interior de um campo cultural – social e subjetivo específico e preciso – sem se debruçar sobre elas? Nas práticas do leU, um trabalho entre vida e obra, para além da noção de escolas, de movimentos, de estilos, tornou-se preponderante, e cronologias isoladas ou um processo intuitivo ou aleatório de escolhas e as associações iniciais de fontes já não bastavam. À medida que novas cronologias eram feitas, novos nexos, novas redes de sociabilidade eram estabelecidas.

A feitura e as faturas da *Cronologia do Urbanismo* trouxeram ainda outras tantas interrogações sobre o significado de cada um dos nossos gestos de identificação de cada fonte, da captura de cada informação, sobre as possibilidades de associações e nexos entre elas, sobre as rupturas históricas anticonformistas, os momentos de crítica atentos à dimensão social, cultural e de mudança tecnológica. Enfim, sobre os momentos de explosão de conflitos e crises – guerras, revoltas, insurreições –, mas também sobre aqueles que haviam sido de pura repressão, intimidação, violência e aniquilamento das diferenças.

No caso do Brasil, com a contínua organização nas diferentes cronologias, das biografias e datação de temas e problemas, alguns dos momentos privilegiados de debates sobre as cidades foram se tornando claríssimos.

Não se tratava de se contentar com a emergência de uma interpretação ingênua ou atribuir seja uma autonomia, seja uma autoridade das fontes, mas de se abrir a perscrutar as associações que emergem na errância tateante da crítica, da autocrítica, no estabelecimento de uma possibilidade de conclusão.

Aqui, a errância exige disciplina, mas nada tem a ver com disciplinarização. Abre-se para a complexidade e infinitude inextricáveis da vida, para a qual a narratividade busca dar inteligibilidade e intertextualidade, guardando sua parte de segredo e intriga. (RICOEUR, 1983) Portanto, uma hermenêutica de indícios cruzados permite, entre as nebulosas de ontem e de hoje, se reinventarem vidas cruzadas que podem existir uma vez mais reverberando em nós.

Esse processo crítico de atualização da escrita da história, de “construção e destruição de unidades” (CERTEAU, 1990), se fez presente cotidianamente nas pesquisas da Antologia em seus modos de fazer, e seus resultados podem ser evocados em pelo menos quatro direções. A reincidência do trabalho no leU de pesquisas sobre autores estrangeiros, muitas vezes consagrados em outras antologias, não reproduziu acriticamente perspectivas e recortes.

Portanto, em primeiro lugar, podemos chamar atenção para o

tensionamento e aguçamento da observação crítica sobre formas de narrativas. Assim, por exemplo, Quatremère de Quincy não foi tratado no trabalho silencioso e de formação da antologia organizada pelo leU, apenas como autor de um fragmento de texto solto, acerca do tipo e do modelo, como seria o caso na *Antologia crítica* de Luciano Patetta, por exemplo. A partir de insumos de pesquisa da iniciação científica de Wagner da Silva Pereira Bahia, seu texto foi considerado como gesto de um ator histórico que age em um campo de debates específicos e tensionado pelo cruzamento de sua biografia com aquela de seus contemporâneos, como Joachim Lebreton e Vivant Denon, objeto de cronologias, ambas mais ou menos detalhadas, conforme o caso.

Contudo, pode-se destacar, em segundo lugar, que, à lista inicial, se acrescentaram ainda outros autores, temas e problemas devido ao tratamento de caráter exploratório e com fontes primárias dedicado aos autores pré-selecionados. Na verdade, enquanto processo aberto de pesquisa, no trabalho de prescrutar uma lista de autores internacionais e nacionais cuja proposição partiu inicialmente da coordenação de Pereira ainda no início dos anos 2000, esse procedimento várias vezes se repetiu. Disto é caso emblemático Benoît Jules Mûre, figura-chave por trás do Falanstério de Saí, em Santa Catarina.

Incluído a partir do desdobramento das pesquisas sobre Charles Fourier e Victor Considerant, identificado na pesquisa de iniciação científica de Viviane Rodrigues e nas cronologias dedicadas a eles, Mûre serve de pivô para entender a articulação entre as “nebulosas reformadoras” organizadas em associações fourieristas na França. Sua mobilidade transcontinental e seus arranjos e compromisso junto a outras ações coletivas, no Brasil, teve seu significado social desvelado somente ao longo das investigações originais. São ações de grupos que, ao vislumbrarem e lutarem por um novo horizonte para a vida coletiva, criam espaços de institucionalização, difundindo, durante a primeira metade do século XIX, não só certas teses, mas também contribuindo para a invenção de termos e conceitos novos, como “socialismo” e “socialista”, cujos usos sociais na língua portuguesa são hoje naturalizados.

Em uma terceira direção, podem-se apontar os processos de ressignificação, por vezes violentos, que puderam ser apontados e interpretados. Por exemplo, em contraponto à ideia de uma empreitada fracassada em Saí, tatear as atividades da Associação União e Indústria – reconfigurada como “névoa” que apenas se percebe – e desvendar suas diferentes articulações no Brasil permitiu pensar a potência das nebulosas reformadoras no país e como perseveraram em outros projetos, com outras configurações, cujo sucesso silencioso escamoteou enormes lutas sociais. Isto também foi notável, seja na luta de utopistas, feitos artesãos modestos e aguerridos na construção da estrada da Serra da Estrela¹⁶ e quiçá de cidades, a partir da hipótese de sua participação na construção de Petrópolis; seja a luta dos grupos políticos de elite no governo da Corte, como é possível pensar, encorajados pelos desdobramentos e aportes de pesquisa de Priscilla Peixoto sobre Paulo Barbosa, mordomo da Casa Imperial.

Enfim, em quarto lugar e numa quarta direção que os trabalhos da Antologia se desenvolveram, poderíamos salientar a revisão de alguns autores que, como Müre, basculam mundos. É o caso de Manuel de Araújo Porto-Alegre com relação à Academia Imperial de Belas Artes e à Academia Militar, ou talvez, para falar de uma figura menos conhecida, de Pedro de Alcântara Bellegarde, já citado, objeto de pesquisa de iniciação científica de João Sayd.

Este último, engenheiro, foi o responsável por conceber uma nova escola de formação de “arquitetos medidores” em Niterói, que se dobra sobre as duas academias e desdobra na instauração de um novo perfil profissional, que poderíamos dizer se tratar, talvez, de um “urbanista”.

Finalmente, e de forma ainda mais clivada que no caso de Pedro de Alcântara Bellegarde, temos figuras cuja ação pedagógica ambicionou ainda mais radicalmente a *bildung* total dos homens, como é possível pensar a partir do estudo da biografia de José Bonifácio, já mencionado, mostrando sua face para além daquela de político e cientista como pensador da vida coletiva e das cidades. (MAGALHÃES, 2018) Aqui afetado pela sua aposta radical numa ação transformadora, na qual a educação tem papel de destaque, observa-se um Bonifácio que

deseja a transformação radical das condições materiais e imateriais de possibilidade existencial e o “sonho do patriarca”, como diria Lucio Costa. Isto é, a Brasília de José Bonifácio, como perceberam Costa e, de outra forma, Joaquim Cardozo, poderia nortear novas possibilidades de ser Brasil, novas possibilidades de ser brasileiro e, sobretudo, novas possibilidades de ser homem.

Ao se acumularem as práticas e discursos dos diferentes atores e potenciais autores a figurarem na sempre incompleta Antologia do urbanismo no Brasil, à medida em que as informações iam sendo espacializadas nas datas, nas cidade e nos países nos quais habitavam ou atuavam, seus projetos para cidades novas, de intervenções e reformas em cidades antigas, de rompimentos com formas tradicionais de vida coletiva, seus itinerários profissionais e pessoais, com suas afinidades eletivas, iam se aglutinando, se separando, se autonomizando, se concentrando, em tempos, em lugares, em cidades, definindo enormes constelações – ou, como passamos a chamar, enormes nebulosas. Nuvens formadas por feixes de ações de diferentes formatos que iam sendo desenhadas dentro e fora de tantas outras nuvens e, por sua vez, desenhavam a própria possibilidade de leitura de uma história do pensamento urbanístico; híbrido e plural, situado, concreto na espessura de cada corpo, de cada existência, de cada luta, de cada sonho, de cada história de vida. Muito além do foco inicial das pesquisas – o Rio de Janeiro.

Vistas de longe, as nebulosas formadas graças às cronologias cruzadas e à observância estrita de um mesmo *metron* – sempre um mesmo intervalo que pode representar um ano, um mês ou uma semana, por exemplo – possibilitavam identificar, em um mesmo recorte temporal, as redes de intercâmbio intelectual, acadêmico, científico e artístico e, ainda, as redes de cidades e instituições a partir das quais determinados círculos urbanísticos se organizavam, se movimentavam e agiam de maneira articulada.

Contudo, elas nem sempre eram sistêmicas, ou, por outra, elas se mostravam como sistemas abertos e, quando se comparavam regiões geográficas, tampouco eram necessariamente sincrônicas. Certas discussões se davam antes em certos lugares do que em outros e

inclusive, evidentemente, nas cidades latino-americanas ou em outros espaços tidos como periféricos. Por fim, as cronologias cruzadas, ao mostrarem configurações efêmeras e mutáveis, colocavam em questão a própria ideia de rede, obrigando a pensar as interações de modo flexível.

De todo modo, foi a indexação de inúmeras informações bio-bibliográficas sobre cada autor selecionado, dispostas em várias linhas de tempo, que permitiu que vidas e obras fossem comparadas e inter-relacionadas a outros eventos e, enfim, selecionados, entre idas e vindas, os textos e, sobretudo, os autores que seriam transcritos e traduzidos para a Antologia.

Na medida em que refletir sobre o tempo, sobre as temporalidades, sobre as visões hegemônicas de tempo e sobre as armadilhas às quais se está exposto ao pensar em termos cronológicos, algumas outras considerações são necessárias quando se trabalha com cronologias. De fato, elas exigem uma métrica rigorosa, como a adotada pelo leU na elaboração das suas cronologias para a captura das informações, e funcionam como uma pauta de notação musical nas quais se observam ritmos, cadências, pausas, silêncios, avanços, acelerações, fugas, recuos, errâncias, clímax, crises, latências, *leitmotiven*, dissonâncias.

É curioso notar o sem número de vezes nas quais o trabalho do laboratório com as cronologias foi confundido com uma visão linear do tempo, quando, ao contrário, são elas que permitem que sejam criadas cartografias das diversas temporalidades em presença, ou a própria construção histórica de uma visão de tempo linear, articulado e causal.

É notável como, em 20 anos, são milhares os livros e as exposições que se fazem acompanhar de linhas de tempo, e na internet igualmente são numerosos os aplicativos que permitem construí-las, mas pode-se dizer que, em grande medida, elas mais escondem do que despertam as discussões implícitas sobre a movimentação temporal de indivíduos, obras, movimentos ou formas construídas.

Foi um árduo trabalho justificar no meio acadêmico, nesses últimos 20 anos, que o uso de cronologias, ele próprio, nada tem com uma ideia de linearidade e muito menos de causalidade e sublinhar o

quanto, ao contrário, elas permitiam, em seu uso metódico, ver a construção de certos aspectos da vida coletiva ganharem a forma de problemas e as maneiras diferenciadas como estes passavam a ser enunciados de um local a outro ou de um autor a outro.

Em suma, o exercício especulativo para a identificação dos clássicos, sustentado pela métrica das cronologias, mostrava quando e onde certos temas eram não só enunciados e agregavam os atores, mas também fazia vê-los ser cotidianamente lembrados por um mesmo autor anos a fio ou, enfim, voltarem a ser debatidos na cena pública, após terem sido abandonados, às vezes, durante décadas. Entre outros tantos aspectos, as cronologias e as nebulosas formavam, apontavam rupturas ou formação de alianças e consensos, mas também desvelavam práticas e discursos ignorados no plano coletivo, muitas vezes por mais de séculos.

Pensar por nebulosas, pensar com nebulosas, pensar a partir de nebulosas. Tanto a força das imagens quanto a precariedade e efemeridade delas ou, ainda, sua movimentação mostravam seu potencial altamente político no que revelavam dos saberes eruditos – mas também de seus limites – e da observação de ondas de autoritarismos, de hegemonias, de dominações culturais, científicas e políticas. Pensar por nebulosas começava, assim, a impor-se para o leU como problema historiográfico, o que quer dizer no plano teórico e epistemológico, isto é, em relação a própria ideia de tempo, de conhecimento e história.

Nesse modo de praticar a escrita da história, o ato de interrogar o passado busca ser encarnado, uma coemergência daquilo que se toma como objeto do olhar e do discurso de observação e interpretação do próprio pesquisador. Isto é, tudo se situa no próprio impulso reflexivo, que se torna duplamente implicado: tanto em um presente naquilo que o pesquisador experimenta quanto naquilo que extrai do rumor das narrativas sobre o vivido e até então permanecia latente e sob silêncio, seja como uma violência, seja como um desejo, mas que, enfim, se impõe como algo a ser pensado. É essa memória que se delinea como objeto historiográfico, como tema a ser objetivado, para que seja alçada a ser uma possibilidade de meditação compartilhada em relação às tábulas plenas de memórias de tantos presentes.

Como rememora Aline Couri Fabião, pesquisadora na área de arte e mídias digitais, ainda no tempo que começou a participar do laboratório e fazíamos cronologias enormes em papel em 2002:

O método segundo o qual o grupo trabalhava com a Antologia já desvelava tanto o seu caráter aberto quanto a variedade de fontes mobilizadas e cruzadas para, a partir de inúmeras conexões, se construir hipóteses e conclusões, sempre conscientes de sua transitoriedade.¹⁷

TRADUZIR: UMA CONDIÇÃO DUPLAMENTE ERRANTE OU DIZER COM O OUTRO

Em *Rio de Janeiro, l'éphémère et la perennité – histoire d'une ville au XIXème siècle (1988)*, as palavras e o que querem dizer haviam ganhado o centro das atenções do próprio trabalho de Pereira no que diz respeito ao significado das palavras “história” e “arquitetura”. Inspirada por Choay em *A regra e o modelo*, livro da autora sobre o urbanismo, a questão colocada então era se, culturalmente, esses termos teriam o mesmo significado para um europeu, um americano ou, enfim, para um brasileiro. Tomou-se como hipótese que esses termos não eram invariantes culturais e buscou-se, então, refletir sobre o que o deslocamento de sentido das próprias palavras “história” ou “arquitetura” de uma cultura a outra significaria para as práticas arquitetônicas e urbanísticas.

Na França, a linguística e a análise de discurso haviam se tornado um campo cada vez mais relevante de estudos desde os anos 1970-1980, como se viu com Berman, mas também com Bourdieu. Na área de urbanismo, mais uma vez, foi F. Choay quem alertou para o problema não só do uso cultural das palavras, mas da tradução, com suas críticas à primeira tradução de Alois Riegl para o francês.

A seleção da obra de autores estrangeiros para a Antologia, além da problemática de duvidar de fontes secundárias, cruzar fontes secundárias

e primárias e estas entre si, rapidamente colocou, também, o problema do uso de termos nas diversas línguas e, de modo geral, a questão sobre a tradução. Mas não só como vimos no caso do título da Antologia de Françoise Choay. A questão se colocou em termos do domínio de um vocabulário específico e técnico para as áreas de arquitetura e urbanismo em certos períodos, em certas línguas, e colocou, ainda, os pesquisadores diante dos autores tanto na interação com as suas obras em geral quanto com o texto selecionado.

Ora, uma tradução é sempre um objeto mestiço e rapidamente teve-se que levar em conta as reflexões em torno de uma certa terminologia disciplinar e as acepções que um mesmo termo poderia ganhar nos seus usos por diferentes grupos culturais, por diferentes autores, inclusive tendo que se decidir até onde estabilizar ou desestabilizar as diferenças percebidas para garantir o respeito ao autor e ao seu próprio percurso intelectual e inteligibilidade do conteúdo ele mesmo.

De fato, como mostrou Antoine Berman (2002):

[...] uma tradução mantém com uma obra uma relação não apenas *sui generis*, mas mais profundamente, mais ‘responsável’ que outras relações; ela tem o poder de revelar aquilo que é, na obra, origem (e, inversamente, ela possui o poder de esconder esta possibilidade de si mesma) e isso indica que ela mantém uma certa relação de violência. Onde há revelação de algo que é oculto, há violência. Esta violência da tradução leva igualmente a uma imediatez, não menos violenta, que a que preside à delimitação mútua tanto das línguas quanto de suas mestiçagens.

Enfim, uma obra, qualquer obra, “é uma realidade carnal, tangível, vivente ao nível da língua. É sua própria corporiedade [...] que a torna viva e capaz de sobrevivência ao longo dos séculos”. (BERMAN, 1985, p. 76)

De modo mais coletivo, a desnaturalização das práticas de linguagem tornou-se cada vez mais frequente na organização da Antologia com o crescimento das preocupações historiográficas no laboratório. As dificuldades na estabilização de sentidos e significados atribuídos aos termos e, portanto, a atenção aos atores e à relação entre o texto, a leitura e os leitores tornaram ainda mais evidente o papel

de regulação, inclusive das práticas discursivas, desempenhado pelas próprias antologias, pelos dicionários técnicos, mas também pelo *atelier*, pelas escolas, pelas universidades.

Um mesmo fragmento em inglês, italiano e francês do texto *Ornamento e delito*, de Adolf Loos, ilustrou com clareza as dificuldades de tradução para a Antologia. Pode-se perceber que as dificuldades dos tradutores sempre no mesmo trecho – que mostrava-se sempre truncado e incompreensível –, advinham, no caso, do próprio Loos, ao buscar formular algo sobre o qual não tinha clareza e que, até então, figurava no terreno de um impensado.

O diálogo do leU com o projeto *Les Mots de la Ville* – organizado por Christian Topalov e colaboradores, cujos resultados parciais foram reunidos no livro *A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades* – sublinhou os usos culturais dos termos, as disputas e os conflitos entre os sentidos das próprias palavras, o que se estendeu para as próprias imagens.

Para alguns leusianos, o desejo de construir uma antologia data de poucos anos. Para outros, este já está até esquecido, diante de outros objetivos aos quais foram convocados a responder, ou seja, já nem se lembram mais do processo através do qual chegaram aos seus próprios objetos de estudo. No entanto, a Antologia, desde o início, acabou configurando uma espécie de território de amadurecimento teórico infinito e diferenciado, tanto de trabalho quanto de vida. Ela dependeu (e ainda depende), antes de tudo, do movimento e do desejo de cada um – a partir dos objetos de estudo que se elegem e aos quais se dedica – em interrogar-se sobre a cidade invisível, familiar ou estrangeira¹⁸ que sente como sua e, ao torná-la um objeto de discurso, buscar fazê-la para além de uma memória individual, uma história comum.

Daí a atenção aos atores, começando por tratar a si mesmo como um outro em uma “participação impartícipe”, como teorizava Mario Perniola¹⁹ estudando o pensamento de Inácio de Loyola e os seus exercícios espirituais. Isso é, um agir e uma forma de objetivação que se dão a partir de um modo de subjetivação que é, ao mesmo tempo, de um corpo situado mas que busca incorporar aquilo que

lhe é outro, sabendo-se incompletude e constante mudança. Enfim, daí a atenção a como se escreve qualquer texto – uma tradução ou a própria história – e, portanto, uma atenção a como se narra, como se diz e desdiz, e às questões historiográficas em um determinado momento, em uma situação e sob condições específicas.

Pouco a pouco, definiu-se no leU tanto um certo vocabulário quanto um “antidicionário”, composto por noções a serem evitadas na história da arquitetura e do urbanismo por contribuírem para construir interpretações “desencarnadas”, que não consideram os próprios atores.

Nesse quadro, o outro está em si e em toda parte, lá onde ele se manifesta e (co)move. Diante desse cliente coletivo que é a cidade e para o qual tanto se volta o que age interpretando quanto aquele que interpreta agindo, já não se pode falar de edifícios isolados ou individualidades, e a arquitetura só pode ser vista como uma arquitetura da cidade indissociável do urbanismo. Talvez só se possa falar de espaços trans-históricos, transculturais e transsubjetivos.

No leU, tem-se buscado construir histórias dessa arquitetura da cidade e desse urbanismo vistas como memórias e histórias de gestos de cultura movendo-se entre culturas. Como corpos e formas que conformam o presente, elas exigem um respeito cuidadoso sobre o que são e, sobretudo, o que buscaram a tal ponto de não nos deixar esquecer que suas vozes irrompem como reminiscências, lembranças, intuições e, principalmente, como objetos de estudos na atualidade.

Trata-se, assim, de interrogar esses objetos de estudo para além de seu próprio lugar social, em suas condições de possibilidade de ação, mas também em seus insucessos, em suas falhas, em seus rastros, tornando um pensável aquilo que percebemos como herança e dissimulação ou o que, como horizonte de esperanças, faz torná-las críveis ou possíveis.

Assim, não se trata de focar as práticas mantendo um olhar a-histórico, atemporal e ageográfico, nem tampouco de um urbanismo utópico ou distópico, mas de um urbanismo concreto que se pratica no interior de espaços sociais e políticos como instância sempre ativa e específica: um urbanismo, certamente, mas também um urbanismo

no Brasil. Isto é, um urbanismo temporal, geográfica e historicamente situado em um tempo, em um lugar e a partir de ações que não são indeterminadas, mas precisam ser construídas como foco de atenção e serem objetivadas para ganhar alguma inteligibilidade. Dito de outra forma, devem atingir possibilidade de compartilhamento e de expansão crítica. Essa é uma prática que, no jogo entre culturas, busca dar realidade a projetos e sonhos específicos em um quadro no qual os pactos, por serem não necessariamente verbais e fechados sob a forma de lei, de modelos, de regras, convocam à observação, à reflexão e ao discernimento.

A poética que moveu a formulação inicial da Antologia, a sua natureza como obra que permite estabelecer transversalmente comparações, conexões, declinações e inflexões em torno de tema, de par com motivações culturais e pedagógicas, resultou em um longo programa de estudos e debates. Contudo, esse urbanismo e essa arquitetura sobre os quais se medita só poderiam ser um objeto teórico movediço – isto é, atópico, justamente porque é sempre passível de ser reinventado a partir de uma crítica de suas próprias pretensões e dos limites do que acabou de buscar instaurar e já é passado. Daí seu nomadismo, sua errância.

PEQUENOS E GRANDES VÍCIOS: UM VOCABULÁRIO IMPLÍCITO E SUAS FIGURAS DE LINGUAGEM

Certeau alertava que um campo de pesquisa é circunscrito se os meios teóricos de se trabalhar nele permanecerem “mal definidos” e as operações culturais observadas permanecerem, de certo modo, descritas “por metáforas”.

Seu conselho é relevante e o próprio modo de pensar a história da arquitetura e do urbanismo que temos buscado praticar levou-nos não só a nos servir de metáforas, mas também a investir nesse uso – como no caso das nebulosas – como problema teórico. Contudo, o universo intelectual em torno do qual o leU se move é sustentado,

de certa forma, por um vocabulário cheio de palavras usadas quase como um vício e facilmente identificável.

“Desnaturalizar”, “historicizar”, “tematizar”. “Ator”, “práticas”, “visão de mundo”, “recepção”, “campo”. “Condições de possibilidade”, “historicidade”, “temporalidades”. “Construções identitárias”. “História situada”, “História encarnada”, “História conectada”. “Sentido”, “significado”. Várias dessas palavras vêm sendo criteriosamente empregadas em círculos próximos da história, antropologia ou da filosofia. Mas, nos debates nacionais da área de arquitetura e urbanismo, continuam, muitas vezes, a serem usadas como palavras entre outras, sem maiores implicações com um posicionamento teórico e epistemológico. Contudo, como se sabe, é cada um desses termos que, em cadeia, sustenta os significados específicos uns dos outros e a própria abordagem teórico-metodológica das atividades de pesquisa, auxiliando a construir os objetos de estudo e a problematizá-los.

Falando da noção de viagem intelectual e corpórea em Blaise Cendrars e do significado, em sua obra, de certas palavras, como “América”,²⁰ Ortiz lembra, por exemplo, como as reflexões de Reinhart Koselleck (2006) e a sua “Begriffsgeschichte” foram amplamente discutidas nos cursos do leU dedicados à historiografia.²¹

A partir desses deslocamentos sucessivos, dessas viagens e desses movimentos que imbricam corpo e intelecto na própria forma de conhecer e reconhecer-se, na própria forma de escrever ou projetar, propor ou prever, Ortiz explorou a construção da ideia de novo mundo e de América que atravessa a obra de Blaise Cendrars, inclusive em seus diálogos com Le Corbusier.²² Por outro lado, sublinhou como, desde 1913, com a publicação de *La prose du Transsibérien et de la Petite Jehanne de France*, o poeta evidencia a viagem e os seus diversos deslocamentos – intelectuais e corpóreos – como parte fundamental do processo criativo e de uma reinvenção de si.

Na perspectiva da proposta que foi sendo desenvolvida no leU, inclusive às vezes temática, tanto Ortiz como Magalhães ou Peixoto fixaram-se ainda na experiência americana, particularmente brasileira. Ao focar

na viagem, definindo-a como um deslocamento poético, do corpo e da mente, a pesquisa sobre Le Corbusier, no caso, permitiu experimentar um modo de fazer que contempla a criação de cartografias de deslocamentos, discursos e afetos.

“Geografias reencontradas” foi o termo utilizado por Ortiz para colocar não somente a questão do corpo no centro do campo da história da arquitetura e do urbanismo, mas também de uma história americana dos corpos em movimento.

De todo modo, nessa relação entre biografias e viagem e empréstimos culturais, Koselleck – ao defender que as palavras são igualmente construções socioculturais no espaço-tempo e, desse modo, podem ser reatualizadas, reapropriadas e ressignificadas em diferentes contextos – estabeleceu uma importante relação entre linguagem e história.

Em duas décadas, alguns termos têm servido para falar das biografias intelectuais e profissionais dos autores pesquisados, suas redes de sociabilidade, suas obras e sua recepção social e, por fim, auxiliaram na escolha e hierarquização dos seus textos e na seleção de suas realizações mais férteis no interior do próprio feixe de arranjos e combinações de sentidos. Contudo, como se disse, elas denotam, sobretudo, uma posição teórica que se nutre de uma avaliação permanente do campo científico na área das ciências humanas e sociais, ele mesmo movente como uma nebulosa.

Embora seja uma “exterioridade” necessária e determinante do próprio sentido de uma obra e de um percurso que, na opacidade do passado, pouco a pouco, delineia e move a investigação ela mesma, a história que as biografias intelectuais engendram tem, com frequência, conseguido ultrapassar a ideia de uma história operacional.

Dissertações, teses, artigos, livros e exposições que vêm, assim, prescrutando autores, tempos e temas muito diferenciados, mas que enfocam culturas citadinas e urbanas em suas práticas no Brasil.

Esse modo de fazer pesquisa torna-se mais explícito no relato de Priscilla Alves Peixoto.²³ Membro do leU desde a iniciação científica, ela dedicou seus estudos a Manuel de Araújo Porto-Alegre – autor

pré-selecionado para compor a Antologia por seu interesse pela arquitetura e por temas americanistas que incidem em sua prática, começando pela própria ideia de natureza e que atravessa, ainda, a obra de Bonifácio, Grandjean de Montigny ou Le Corbusier, por exemplo, autores também contemplados nos grupos de estudos do leU.

Peixoto trouxe uma visão de Porto-Alegre ainda mais fina, primeiramente quanto à visão de cidade e aos projetos de intervenção concebidos para o Rio de Janeiro, chamando atenção, ainda, para outros personagens capitais, para a própria história do urbanismo²⁴ na primeira metade do século XIX.

Gradualmente, seu olhar voltou-se para Françoise Choay, autora, ela própria, em 1965, de uma das primeiras antologias da área – *Urbanismo: utopias e realidades*. O processo intelectual e a forma de construção narrativa dos livros de Choay vinham permitindo debater questões historiográficas na área de arquitetura e do urbanismo desde a década de 1980. Contudo, com o trabalho de Peixoto (2018), sua biografia se tornou um verdadeiro objeto de estudo, trazendo dimensões originais sobre seus contatos com Michel de Certeau e ainda outras contribuições relevantes, para as quais Choay contribuiu graças aos seus contatos com Lévi-Strauss, como a lenta aproximação entre antropologia e arquitetura a partir da década de 1960.

Nesse fazer, a cronologia tem trazido para o primeiro plano, a cada vez, outras tantas nebulosas formadas pelos percursos, trajetórias, rompimentos ou errâncias de obras, atores ou conceitos, estudados, recompondo-as. Essas camadas de nuvens e de névoas sucessivas permitiram perceber que heróis ou homens ordinários estavam situados tanto quanto suas práticas nas cidades, ou à sombra de seus muros, e, assim, radicalizar a reflexão sobre os regimes de rememoração e historiográficos e sobre o que se quer dizer ao falar do passado.

Na atualidade, Karolyna Koppke, por exemplo – depois de ter contribuído com estudos sobre as relações entre várias figuras do municipalismo no século XIX e o urbanismo e, com eles, iniciado-se no tema das biografias intelectuais como membro do leU em

uma fase de sua formação –, voltou-se, mais recentemente, como bolsista e pesquisadora da Casa de Rui Barbosa,²⁵ para o percurso de Grandjean de Montigny no âmbito do projeto Gosto Neoclássico, que o laboratório desenvolve com Ana Maria Pessoa dos Santos, daquela instituição, e Ana Lucia Vieira dos Santos, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Depois de corrigir e desenvolver ainda mais as cronologias que balizam o perfil daquele que foi um dos fundadores da Escola Real de Ciências Artes e Ofícios, Koppke vem dando atenção à fatura de cada registro iconográfico feito por ela em um trabalho que estava à espera de ser implementado.

Isso resulta que, embora composta por vários biografados, o foco da pesquisa, muitas vezes, desloca-se da antologia propriamente dita para privilegiar os modos de subjetivação e de objetivação de cada autor e como, a partir de interações e coemergências de diferentes intensidades e naturezas com as coisas no interior do campo social, erige suas poéticas. Talvez possa se falar de uma antologia “errante”, para evocar Berenstein-Jacques, ou nos nossos próprios termos uma antologia “nômade”.

Essa forma de historiografia solicita os corpos, porque os corpos estão situados em tempos e lugares precisos, e fala de corpos escritos pela experiência de outros corpos, mediados pelo viver cidades.

Os germes dessas experiências continuam, com frequência, vida a fora, reverberando modos de fazer de nebulosas intelectuais e de ação²⁶ para as quais a história sempre se escreve a partir de uma desestabilização crítica do presente e das dúvidas que provoca.

Se, de início, como se vê, pensava-se que a antologia poderia ser algo simples, como a elaboração de uma simples coletânea de textos, o cotidiano das pesquisas mostrou que esse era um exercício bem mais árduo e complexo. Erigir o urbanismo no Brasil como objeto teórico significava reposicionar um certo número de perguntas ligadas à história de práticas urbanísticas na história moderna, mas igualmente à própria escrita da história.

Os conjuntos de textos publicados pelos membros do leU e a Antologia do Pensamento Urbanístico – sempre inconclusa em seu caráter, como

se disse, fragmentário – evocam a prática de pensar territórios, planejar cidades e a vida coletiva ou concorrer por diversos meios para essa condição de viver juntos como um objeto teórico. Ademais, evocam criticamente a prática no Brasil, na maioria das vezes associada também a certas ferramentas materiais – como o desenho e a reprodução de modelos, com ênfase na materialidade. No entanto, muitas vezes em territórios culturais, a memória, antes de tudo, está inscrita nos corpos, nos gestos, nas ações, nos hábitos.

Para ver as nebulosas da história, são necessários observatórios e lunetas dotadas de lentes de diferentes alcances, apontadas para várias direções, e faróis que, com sua luz intermitente, guiam, clareiam, obscurecem; guiam, clareiam, obscurecem de novo... Diante de horizontes que o ultrapassam, o leU, esse pequeno coletivo, pode ser e é um espaço de iniciação à atividade científica que ainda tanto se aparenta a um cais quanto uma sucessão de estranhas viagens que se faz, de início ou por vezes, sem sair do lugar, à beira deles, apenas observando a presença – ou seria um chamado, de uma luz vacilante ao longe. É disso que parecem falar, por exemplo, os membros do laboratório quando resumem as suas próprias experiências diante do esforço que vem sendo feito de dar o significado de uma *bildung* à própria pesquisa como arte de interrogar-se com o mundo e que se dá na ação dos próprios autores selecionados para a Antologia.

De fato, utilizando-se do pensamento metafórico do qual o leU se serve, Magalhães aproveita-se do universo marítimo e líquido da experiência americana para pensar as próprias práticas leusianas que têm buscado, mais do que ser, construir um “farol”:

Sobre o cais de heranças, construímos um farol... Lançamos sua luz obstinadamente sobre o mar como sobre o mundo que se imaginou conquistado. E também sobre o solo que se queria familiar. Entetanto, sua luz tateia e inventa novas imagens, até então insuspeitas. O farol faz tábula rasa do mundo a sua volta. Não por anulá-lo pela simplificação, como no emprego mais comum da expressão, mas por buscar reconduzi-lo ao grau zero do juízo sobre o próprio mundo. Tudo que sua luz alcança deve ser ajuizado de novo.

Esse farol historiográfico é da ordem da arqueologia e do nomadismo.²⁷ Seu dedo de luz háptica, tateante, investiga sempre com o brilho de uma primeira vez, recuando o protagonismo dos objetivos e da confirmação de concepções prévias.

Obriga-nos conscientemente a silenciar nossas bibliografias secundárias, abdicar das interpretações canonizadas. E, necessariamente, a confrontar com os indícios materiais em toda sua diversidade [...]²⁸

Ora, essa atitude, portanto, obriga a não salientar a contribuição das fontes secundárias e dos conceitos com os quais se trava um embate, o que não significa que não se construa um diálogo evidente com pares. Ao contrário, apenas evita-se transformar os seus livros em referências cujas ideias se aplicam mecanicamente, como uma doutrina, sem se atentar às suas condições e circunstâncias específicas de enunciação.

O protagonismo é menos dos intérpretes do que aos atores e, portanto, ao lugar de quem fala – as fontes primárias – e, assim, ao embate com a obra claramente tornada uma “experiência”, seja ela arquitetônica, urbanística, iconográfica ou textual de copresença do leitor e do que se lê, do historiador e de seus objetos de estudo. De todo modo, são narrativas que têm buscado observar condições precisas de existência e que, em um duplo afloramento, borram a própria ideia de tempo, de história, de alteridade ou identidade na operação que a escrita da história pressupõe.

Na construção dessa espécie de memória coletiva tentada aqui, vê-se esboçado, portanto, um “atlas de afetos”, no dizer de Ortiz, e se estrutura uma conversa sobre a história de um trabalho colaborativo, mas que também privilegia discursos individuais e situados, porque deles não só emergem questões e um vocabulário que o grupo de pesquisa compartilha, mas porque eles delineiam o próprio éthos das pesquisas do laboratório. Memórias que insistem em pensar e interagir com corpos feitos, em sua materialidade pretérita e em suas circunstâncias de existência presente e que são como um manifesto por uma história nos corpos.

Entretanto, o leU pode ser ainda o gabinete de iniciação às *mirabilis mundi* em que aprende-se a pensar-se por biografias ou a interpretar cartas e imagens ou, ao ver-se em partes do outro ou a estranhá-lo, tentar saber o porquê.²⁹ É a isso a que se refere Aline Couri Fabião³⁰ – ou a um pensar por *loopings*, por montagens, associações, bordas ou dobras, montando, assim, uma infinidade de nebulosas intelectuais e afetivas, uma infinidade de elos sociais formados por outros tantos nexos entre cidades e entre os atores aí situados, os quais, em seus gestos, individuais e coletivos, desafiam o próprio campo do conhecimento.

A servir a esse labor, o leU pode ser visto, enfim, como uma demora, lugar em que se repousa, por um momento, da observação sempre mutável e fugidia dos céus da história para enfrentar essas figuras, que, com suas identidades e difrações e suas leituras ativa de mundos, construíram cais, muralhas e fronteiras, mas também as paisagens de solidariedade e liberdade que nos colocam em movimento e das quais somos feitos.



NOTAS

- 1 Citemos, por exemplo, as contribuições de Silvia Arango, Jean-Louis Cohen e Christian Topalov no plano internacional e, sem dúvida, o debate crítico contínuo com Paola Berenstein Jacques e com o Laboratório Urbano, desde 1999, quando nos conhecemos.
- 2 Foi para enfrentar algumas dessas questões nas situações em que isso foi possível que, em 1999, por exemplo, criou-se a disciplina de História das Teorias de Urbanismo, no Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente da UFRJ.
- 3 Nota-se a esse respeito, por exemplo, a carência de debates sobre a dimensão estética da forma nos currículos das disciplinas de história e de *atelier* – o que confunde a arquitetura com questões apenas de construção, ignorando, portanto, as questões antropológicas. A própria expressão “architecture parlante” – que designa a capacidade discursiva dos objetos ou dos lugares, teorizada a partir do século XVIII e discutida e estudada por tantos autores e em diferentes campos com outros nomes, desde então – é praticamente ausente das aulas chamadas “teóricas” ou “práticas”.
- 4 Em português: formação, instrução, cultura.
- 5 A palavra “mundus” ganha aqui o seu sentido arcaico, em muitas civilizações, como o lugar de todo começo: buraco que se cavava quando se fundavam novas povoações e onde se enterravam sob o altar de culto comum as premissas que regeriam a vida coletiva e que reproduziam aquelas da povoação de onde seus habitantes eram originários.
- 6 Essa reforma foi levada à frente durante a direção de Benetti e se refletiu na disciplina de Projeto de Arquitetura 5, em diversos *ateliers*, como os liderados por Flávio Ferreira e Sergio Magalhães, Paulo Jardim em 2003 impactando os trabalhos de alunos de graduação e de pós-graduação.
- 7 Essa pesquisa, que mobilizou diálogos fecundos com o setor de reprografia e de digitalização de documentos da Biblioteca Nacional, preocupava-se também com a preservação da memória da UFRJ e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e foi desenvolvida em parceria com Elisabete Rodrigues de Campos Martins. Naqueles anos, desenvolveu um esforço memorável no soerguimento do Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD) da FAU-UFRJ, cujos acervos estavam em relativo abandono.
- 8 Cf. *A experiência de viagem na formação do arquiteto Grandjean de Montigny* pelos alunos de iniciação científica da PUC-Campinas Flavio Coddou e Lidiane Pereira, graças ao apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) 1995-1997.

- 9 “Pensar é construir, construir é pensar”. Essa é a frase inicial de um pequeno texto publicado por M. S. Pereira no jornal do CA-FAU/UFRJ, em 2001.
- 10 Os jovens membros do grupo à época, como Magalhães, já mobilizados em torno dos debates sobre a ideia de universidade e pouco a pouco pela ideia de cidade em José Bonifácio, tiveram um papel importante na aproximação do leU com pesquisadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Escola Nacional de Ciência Estatística (Ence), como Nelson Senra e Alexandre Camargo.
- 11 Walter Benjamin, no artigo “Erfahrung und Armut” (“Experiência e pobreza”), de 1933, contrapõe uma experiência transferida como *Galvanisierung* e aquela de uma atualização como *Wiederbelebung*.
- 12 O trabalho de seleção dos clássicos para a antologia era extremamente lento, enquanto as cronologias permitiam disponibilizar as informações reunidas com rapidez. Essas considerações também estimularam o grupo a migrar para uma plataforma digital, e assim nascia a primeira versão da *Cronologia do Urbanismo*. O trabalho conceitual e de *design* de Fabião para a *Cronologia* ganhou o prêmio de iniciação científica do Centro de Letras de Artes da UFRJ em 2003 e foi mostrado na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em 2004 com grande repercussão.
- 13 Na verdade, Warburg, discípulos e contemporâneos eram familiares do curso de especialização em História da Arte e da Arquitetura da PUC-Rio por conta dos estudos sobre os jesuítas e o barroco – Wölfflin, Riegl, Sedlmayer, Panofsky e Cassirer – desde o fim dos anos 1980. Maria Angelica Silva, aluna daquela universidade, fez um estágio no Warburg Institut, em Londres, em 1993, com recomendação de Pereira. Contudo, sua obra não era conhecida no ambiente da FAU-UFRJ e tampouco era estudada no leU naqueles anos. Nota-se que ela não havia sido estudada plenamente, pois ainda carecia de traduções, transcrições e de divulgação, atenção que acabou recebendo na década seguinte.
- 14 Depois que a biblioteca foi transferida para Londres, tornando-se parte da University of London e deixando de ser privada, Warburg não pôde ficar alterando a posição dos livros de modo a organizar seu pensamento. Isso levou Fritz Saxl – que colaborava, desde 1913, muito proximamente com Warburg, inclusive dirigindo a biblioteca quando este esteve internado, de 1921 a 1924 – a introduzir a ideia das montagens sobre as pranchas, que futuramente compuseram o Atlas.
- 15 Um índice de 25 autores para o tomo 1 e de outros tantos para o tomo 2 já havia sido estabelecido por Pereira no ano 2000, autores sobre os quais o grupo, em suas dissertações e teses e trabalhos de iniciação científica, passou a desenvolver, ano a ano, pesquisas.

- 16 Estrada que subia do Porto de Estrela ao fundo da Baía de Guanabara para a Serra do Mar.
- 17 Aline Couri Fabião, depoimento ao leU, ago. 2017.
- 18 Para um maior desenvolvimento entre a figura do estrangeiro e da tábula rasa, veja: Margareth da Silva Pereira, *O lugar contingente da história e da memória na apreensão da cidade. O historiador, o estrangeiros e as nuvens*, 2013.
- 19 O filósofo italiano Mario Perniola dedicou-se ao pensamento de Inácio de Loyola e pudemos discutir longamente em torno da história da Companhia de Jesus no Brasil e sobre o barroco em fins dos anos 1980, quando esteve como professor visitante do Comitê Brasileiro de História da Arte e do curso de especialização em História da Arte e Arquitetura no Brasil na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).
- 20 Daniela Ortiz dos Santos, depoimento ao leU, jul. 2017.
- 21 Mário Magalhães e Margareth da Silva Pereira preferem traduzir *Begriffsgeschichte* por “história das noções” ou “história dos termos”, e não por “História dos conceitos” – como usual em várias línguas. Ambos acreditam estar, assim, mais próximos do deslocamento epistemológico que Koselleck buscava construir desde os anos 1970. Para Pereira, o termo “conceito” acaba por silenciar seu uso social, cultural e histórico, o que quer dizer a sua situação de enunciação e as condições de possibilidade de sua recepção científica e social. A *Begriffsgeschichte*, após fertilizar o campo das análises de discurso nos anos 1970 e 1980, foi naturalizada na própria França, onde foi traduzida como *histoire des concepts*.
- 22 É esse processo que evocam também, ao tratar seus objetos de estudo, Mário Magalhães, Priscilla Peixoto ou Karolyne Kopke.
- 23 Cf. Priscilla Alves Peixoto, depoimento ao leU, jul. 2017.
- 24 Vimos perguntando há décadas como nomear três séculos de práticas de concepção de cidades que pontuam a história da urbanização luso-brasileira e que se desenvolvem e se acumulam, antes, portanto, da organização do campo disciplinar que ganhou o nome de “urbanismo” ou “planejamento urbano”. Mário Magalhães (2018) enfrenta essa dificuldade epistemológica, ainda marcada por uma visão eurocêntrica, utilizando a expressão “saber sem nome”.
- 25 Cf. Gosto neoclássico.
- 26 Mesmo agindo em outras universidades e instituições, podem-se citar, por exemplo, Maria Angelica Silva, Juliana Loureiro, Iazana Guizzo e Daniela Brasil.
- 27 Pensamos aqui no Foucault de *Arqueologia do saber* e no Gilles Deleuze de “Tratado de nomadologia”.

28 Mário Magalhães, depoimento ao leU, jul. 2017.

29 São evidentes, para quem estuda Inácio de Loyola e o exercício da alteridade em seus *Exercícios espirituais*, as marcas do fundador da Companhia de Jesus na obra de Michel de Certeau, como se sabe, igualmente jesuíta. Conferir também Mario Perniola, por exemplo, filósofo próximo dos situacionistas em *O exercício da diferença*, em conferência que fez na PUC-Rio no curso de especialização em História da Arte em 1990, na qual expôs longamente essa forma de sentir que foi teorizada e ressignificada pelo romantismo alemão e que ambiciona uma forma de sentir que é um método baseado na experiência de uma “participação impárticipa” e que Perniola identifica, entre outros, em Inácio de Loyola.

30 Cf. Depoimentos *supra cit.*

REFERÊNCIAS

- ALBERTO, K. C. *Formalizando o ensino superior na década de 1960: a cidade universitária da UnB e seu projeto urbanístico*. 2008. 337 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- ALBERTO, K. C. *Três projetos para uma Universidade do Brasil*. 2003. 250 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- BERMAN, A. *Bildung et Bildungsroman. Le temps de la réflexion*. Paris, v. 4, 1984.
- BERMAN, A. *L'auberge du lointain*. Paris: Le Seuil 1985.
- BERMAN, A. *A prova do estrangeiro*. Florianópolis: EdUSC, 2002
- BOURDIEU, P. *Homo Academicus*. Paris: Ed. de Minuit, 1984.
- CENDRARS, B. *Aujourd'hui*. Paris: Grasset, 1931.
- CERTEAU, M. de. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1975.
- CERTEAU, M. de. *L'invention du quotidien I: Arts de faire*. Paris: Gallimard, 1990.
- GUSDORF, G. *Le savoir romantique de la nature*. Paris: Payot, 1985.
- JACQUES, P. B.; PEREIRA, M. da S. *Nebulosas do pensamento urbanístico: tomo 1 – Modos de pensar*. Salvador: EDUFBA, 2018.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.
- LOWENTHAL, D. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- MAGALHÃES, M. *O pensamento urbano de José Bonifácio: uma arqueologia de um saber sem nome*. 2018. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- NASCIMENTO, E. F. *Arte e técnica na obra de Joaquim Cardozo: notas para uma biografia intelectual*. 2007. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) –

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

RICOEUR, P. *Temps et récit: l'intrigue et le récit historique*. Paris: Seuil, 1983.

PEIXOTO, P. *Uma história do urbanismo em construção: as práticas historiográficas de Françoise Choay (1956-1971)*. 2018. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PEREIRA, M. da S. *Corpos escritos: paisagem, memória e monumento: visões da identidade carioca. Arte e Ensaio*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 7, p. 98-113, 2000.

PEREIRA, M. da S. *Rio de Janeiro: l'éphémère et la perennité: histoire d'une ville au XIXème siècle*. 1988. Tese (Doutorado em História) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1988.

PEREIRA, M. da S. O lugar contingente da história e da memória na apreensão da cidade: o historiador, o estrangeiros e as nuvens. *Redobra*, Salvador, ano 4, n. 12, p. 16-18, 2013.

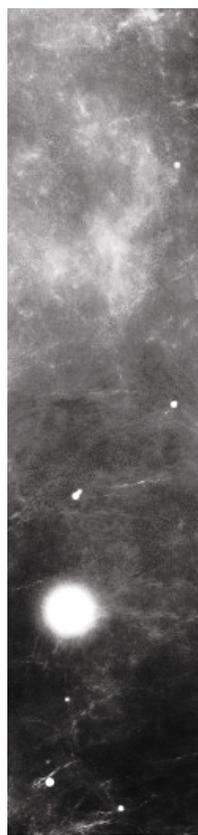
PEREIRA, M. da S. *Quadrados brancos: Le Corbusier e Lucio Costa uma noção moderna de história*. In: NOBRE, A. L. et al. (Org.). *Lucio Costa: um modo de ser moderno*. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 84-103. (Coleção Face Norte, v. 7).

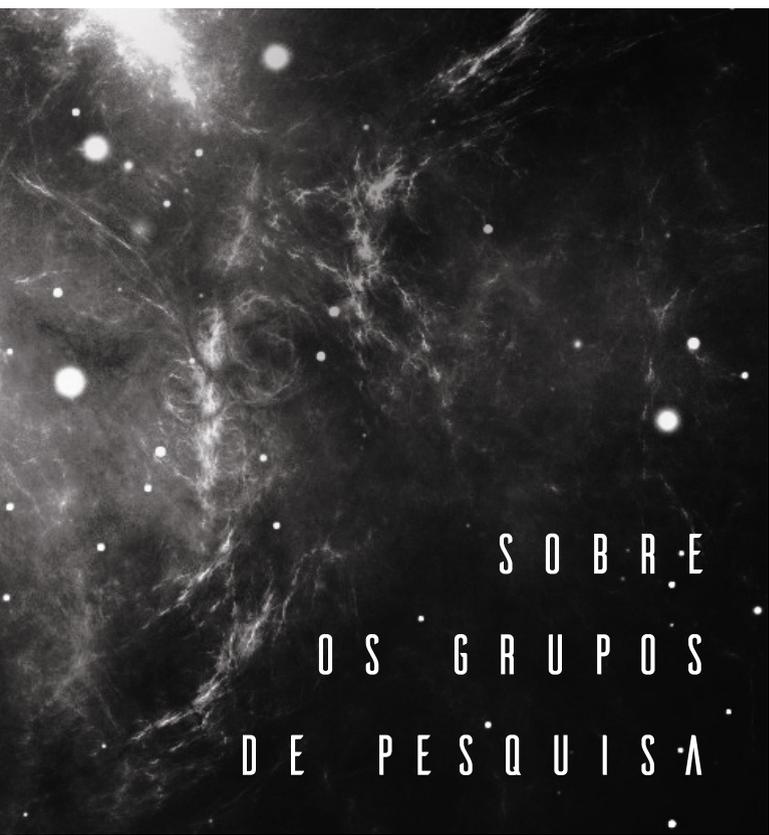
SANTOS, D. O. *Routes of modernity or the Americas of Le Corbusier: Voyages, Affinities and Anthropology*. 2017. Tese (Doutorado) – Institut für Geschichte und Theorie der Architektur, Eidgenössische Technische Hochschule, Zürich, 2017.

STIEGLER, B. Nietzsche et la critique de la Bildung, *Noesis*, [S.l.], n. 10, p. 215-233, 2006.

SUAREZ, R. Nota sobre o conceito de bildung (formação cultural). *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 46, n. 112, p. 191-198, Dec. 2005.

TOPALOV, C. et al. (Org.). *A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades*. São Paulo: Romano Guerra, 2014.





S O B R E
O S G R U P O S
D E P E S Q U I S A

LABORATÓRIO URBANO . UFBA

O Laboratório Urbano é um grupo de pesquisa cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde 2002. O grupo integra as linhas de pesquisa Processos Urbanos Contemporâneos e História da Cidade e do Urbanismo do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU) da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), tendo como foco de pesquisa e estudos o urbanismo contemporâneo. No sentido de melhor compreender a complexidade da cidade contemporânea, o Laboratório Urbano investiga e propõe experiências metodológicas e propositivas a partir de três linhas de pesquisa articuladas entre si: Historiografia e Pensamento Urbanístico; Apreensão Crítica da Cidade Contemporânea; e Estética, Corpo e Cidade. Na coordenação do grupo e da equipe da pesquisa *Cronologia do Pensamento Urbanístico* na UFBA, está Paola Berenstein Jacques.

LABEURBE . UNB

O Laboratório de Estudos da Urbe (Labeurbe) foi criado em 2010 e reúne professores de linhas de pesquisas distintas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-FAU) e de departamentos acadêmicos distintos no âmbito da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB), o que reforça sua característica estrutural, qual seja, a diversidade na construção do conhecimento e se constitui num fórum de pesquisas e estudos permanentes para a produção de conhecimentos acerca das questões urbanas. Nesse Laboratório, insere-se o grupo de pesquisa Paisagem, Projeto, Planejamento – Labeurbe, responsável pelo trabalho apresentado neste livro. O grupo tem diferentes linhas de pesquisa que implicam abordagens distintas sobre apropriação sociocultural, representação e configuração da paisagem, dispersão urbana, cidades novas, entre outras. Além disso, o conjunto de pesquisas desse grupo propõe metodologias científicas, critérios e instrumentos que sejam

capazes de contribuir para a compreensão e regulação de bases normativas para o planejamento urbano e intervenções urbanísticas, paisagísticas e arquitetônicas na cidade e seu território. Os líderes do grupo de pesquisa são Luciana Saboia, Ricardo Trevisan, Carolina Pescatori. Na coordenação da equipe da pesquisa *Cronologia do Pensamento Urbanístico* na UnB, está Ricardo Trevisan.

COSMÓPOLIS . UFMG

Cosmópolis é um grupo de pesquisa inscrito no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) criado em 2014 por professores dos departamentos de Projetos e Análise Crítica e Histórica da Escola de Arquitetura e Design da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Dedicado à investigação das práticas espaciais constituintes das múltiplas cosmologias, insurgências e coexistências urbanas, o grupo visa estudar, prototipar e difundir novos imaginários para a vida cotidiana através de curadorias, ações, pedagogias, projetos e experimentos editoriais e em diálogo com as artes, a política e os saberes tradicionais. Com sede na sala 301 da Escola de Arquitetura e Design, o Cosmópolis abriga grupos de estudo, encontros e debates de diversos movimentos cidadãos, além de funcionar como espaço de trabalho compartilhado e plataforma de fomento e desenvolvimento de projetos de interesse público para alunos e egressos, na mediação entre a universidade e a cidade. Na coordenação do grupo e da equipe da pesquisa *Cronologia do Pensamento Urbanístico* na UFMG, está Rita de Cássia Lucena Velloso.

CIEC . UNICAMP

O Centro Interdisciplinar de Estudos sobre Cidade (CIEC) formou-se a partir da iniciativa de professores dos departamentos dos Departamentos de História, Antropologia e Geografia e contou desde o início, em 1995,

com a presença de arquitetos. Definiu-se como laboratório de pesquisas e fórum de debates interdisciplinares sobre questões relativas às cidades. Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se: composição de acervo de material didático e de pesquisa; organização de acervo bibliográfico temático; inserção de pesquisadores em vários níveis (iniciação científica, mestrado, doutorado, pós-doutorado); organização de eventos acadêmicos; desenvolvimento de atividades conjuntas com a linha de pesquisa Cultura e Cidade, do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); edição e disponibilização de um periódico eletrônico (*Urbana*); desenvolvimento de pesquisas coletivas. Na coordenação do grupo e da equipe da pesquisa *Cronologia do Pensamento Urbanístico* na Unicamp, está Josianne Cerasoli.

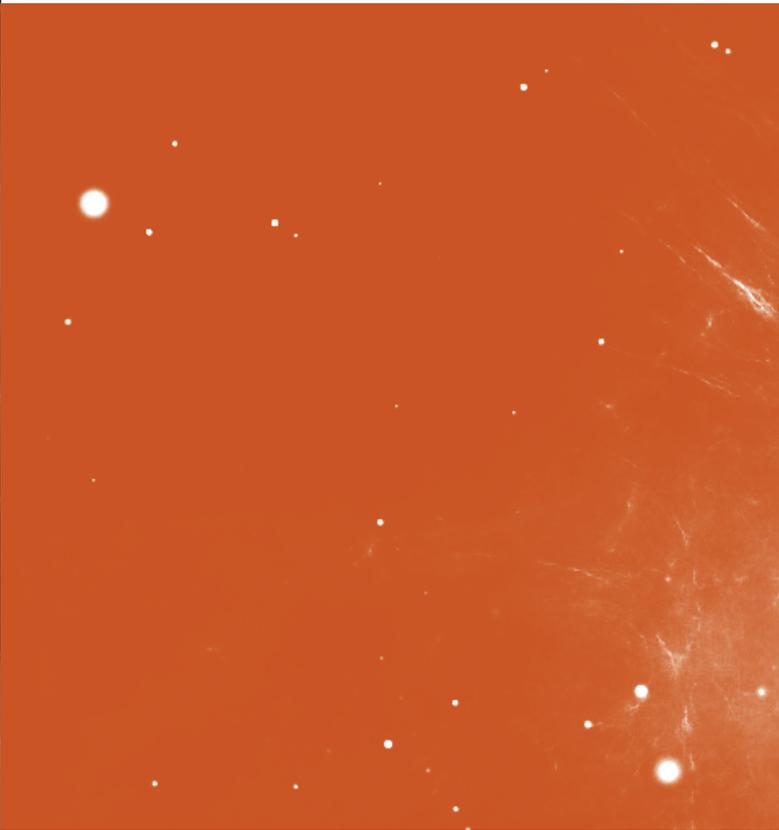
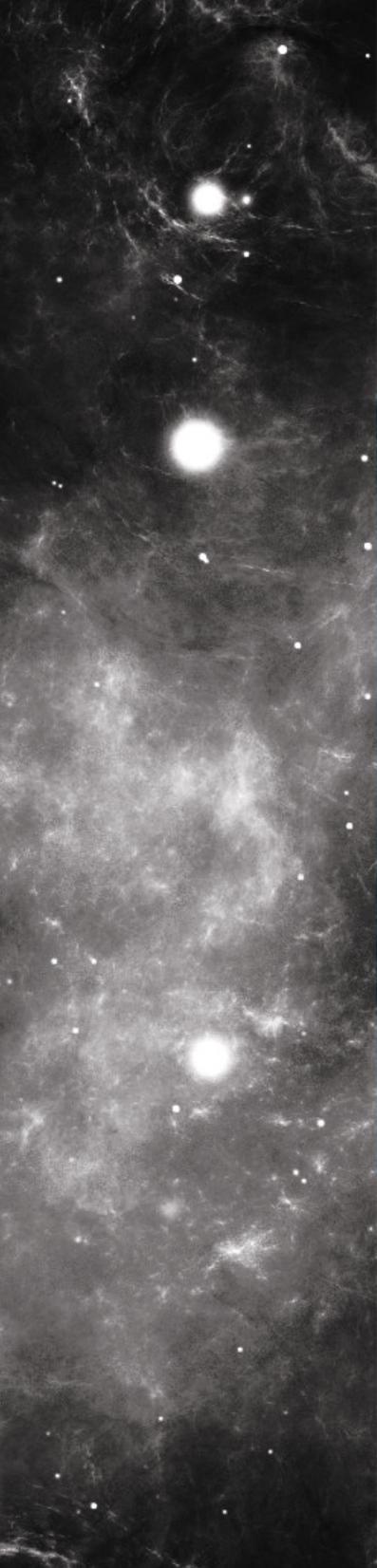
LEU . UFRJ

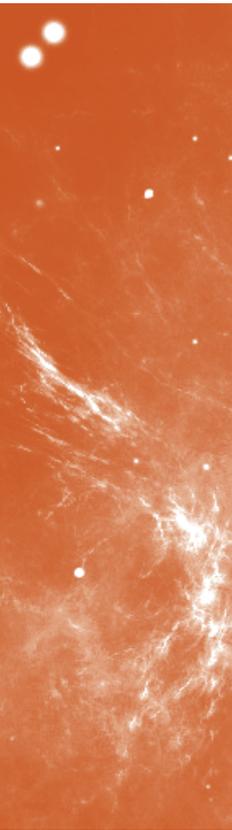
O Laboratório de Estudos Urbanos (leU) é um grupo de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU-UFRJ). O laboratório, criado em março de 2006, reúne pesquisadores, alunos e colaboradores e representa a consolidação e a expansão das atividades de pesquisa sobre os saberes urbanos, desenvolvidas desde 1998 por sua coordenadora individualmente e, desde 2001, pelo grupo de pesquisa Cultura Urbana e Pensamento Urbanístico no Brasil. Suas diferentes pesquisas enfocam as culturas técnicas e artísticas no Brasil, seu modo de constituição e suas estratégias discursivas e de ação na formação dos campos disciplinares da arquitetura, urbanismo e paisagismo, contemplando o debate teórico e as práticas e projetos de intervenção. O laboratório desenvolve diferentes frentes de atuação, dentre elas, a participação em seminários nacionais e internacionais; a publicação de livros, capítulos de livro e artigos; atividades de consultoria e avaliação; ensino de graduação e pós-graduação em instituições de ensino superior no Brasil e no exterior; e curadoria e organização de eventos e exposições. Na coordenação do grupo e da equipe da pesquisa *Cronologia do Pensamento Urbanístico* na UFRJ, está Margareth da Silva Pereira.



COLOFÃO

Formato	155 x 220 mm
Tipologia	Ailerons Goudy Old Style
Papel	Alcalino 75g/m ² (miolo) Cartão Supremo 300g/m ² (capa)
Impressão	EDUFBA
Acabamento	I. Bigraf
Tiragem	500 exemplares





M O D O S D E F A Z E R

A coleção *Nebulosas do Pensamento Urbanístico* resulta de um trabalho coletivo e tem como principal objetivo trazer uma contribuição teórica e metodológica sobre diferentes modos de pensar e de fazer a história do urbanismo e as formas de narrá-la. Esse trabalho se fundamenta em publicações, eventos, projetos e planos de cidades reunidos no site *Cronologia do Pensamento Urbanístico*. A expressão **modos de fazer** – que dá título a este segundo tomo, após os modos de pensar – significa *modos de agir* e pressupõe um pensar em ato. Isto é, um pensar que é ação em suas condições efetivas de ser. Dito de outro modo, uma ação que sabe-se um pensamento em toda sua potência crítica e, assim, em sua porosidade e capacidade de transmutação, à medida que experimenta métodos e se experimenta social e culturalmente.

Cronologia do Pensamento Urbanístico

www.cronologiadourbanismo.ufba.br



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

ISBN 978-85-232-1834-8



9 788523 218348